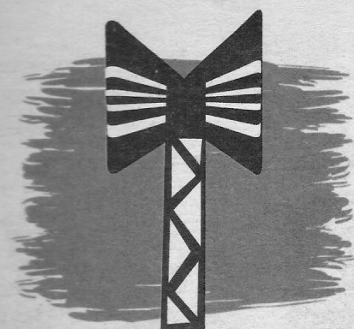


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus Araraquara - SP



TRÓPICO

BASILELE MALOMALO



REPENSAR O MULTICULTURALISMO E O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA (1995-2009)

Ativistas do Movimento Negro e parlamentares avaliam uma década de lutas (Pág. 3)

Marcha Zumbi + 10

A ação coletiva é que gera poder

Brasília, 1995-2005



Ainda nesta edição especial artigos de SUELI CARNEIRO, HÉLIO SANTOS, MAGNO CRUZ, WANIA SANT'ANNA, CÉLIA MARIA MARINHO DE AZEVEDO

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BASÍLELE MALOMALO

REPENSAR O MULTICULTURALISMO E O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA (1995-2009)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Gênero, etnia e saúde

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

**ARARAQUARA – SP
2010**

BAS'ILELE MALOMALO

REPENSAR O MULTICULTURALISMO E O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA (1995-2009)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Gênero, etnia e saúde

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Data da defesa:

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Kabengele Munanga – USP/São Paulo

Membro Titular: Profa. Dra. Vera Lucia Benedito – CLADIN Araraquara/ NEIMB São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP - Campus Araraquara - SP

*Para Patrícia Gabriel do Prado Ilele,
minha esposa, ícone do meu Amor e
da minha Fé na Diáspora Afro-
Brasileira.*

*Para Iel'á Djoyidjoyi, meu pai,
incentivo da minha paixão pelos
estudos, pela negritude e pela
humanidade.*

MEUS AGRADECIMENTOS

A Nzambi-Olorum

À Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ao meu orientador, prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Às minhas amadas famílias Ilele e Prado

Ao professor Dr. Kabengele Munanga

Aos meus colegas do CLADIN – Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e das
Diásporas Negras da UNESP

À professora Dra. Vera Lucia Benedito

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL

À professora Dra. Renata Medeiros Paoliello

Ao professor Dr. Marco Aurélio Nogueira

À professora Dra. Maria Teresa Kirbauy

À professora Dra. Maria Orlanda Pinassi

Aos meus amigos do IDDAB – Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil

Ao professor Dr. Marcelo Paixão

Ao professor Dr. Adilson Marques Gennari

A todos e todas as pessoas que me apoiaram.

EPÍGRAFE

Nunca deixei de repetir que a sociologia, da sociologia, não é uma divisão entre tantas outras da sociologia; que é preciso servir-se da ciência sociológica elaborada para fazer sociologia; que a sociologia, da sociologia, deve acompanhar, sem interrupção, a prática da sociologia. Mas, mesmo sendo uma virtude na tomada da consciência, a vigilância sociológica não é suficiente. A reflexividade só tem a sua eficácia quando se encarna nos coletivos que a incorporaram, de forma a praticá-la, no mundo da reflexividade. Num grupo de pesquisa desse tipo, a censura coletiva é muito poderosa, mas é uma censura libertadora, que faz sonhar ao campo idealmente constituído, que liberaria cada participante dos “desvios” ligados à sua posição e às disposições.

Pierre Bourdieu (2001b, p. 220; nossa tradução).

Um dos maiores problemas da nossa sociedade é o racismo, que, desde o fim do século passado, é construído com base em essencializações sócio-culturais e históricas, e não mais necessariamente com base na variante biológica ou na raça (p. 5).

[...]

Grosso modo, eis as duas abordagens essenciais que dividem intelectuais, estudiosos, midiáticos, ativistas e políticos, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Ambas produzem lógicas e argumentos inteligíveis e coerentes, numa visão que eu considero maniqueísta. Poderão as duas abordagens se cruzar em algum ponto em vez de se manter indefinidamente paralelas? (p. 6).

[...]

A melhor abordagem seria aquela que combina a aceitação da identidade humana genérica com a aceitação da identidade da diferença (p. 6).

Kabengele Munanga (2009).

RESUMO

Esta pesquisa faz parte dos estudos das relações raciais que têm discutido a questão da integração social do negro no Brasil. Pretende renovar estes estudos numa perspectiva de busca de relações entre a política de ações afirmativas e o desenvolvimento da população negra. Para tanto, fundamentando-se na teoria de campos de Bourdieu que sugere o estabelecimento de um diálogo teórico e metodológico entre as abordagens alternativas do desenvolvimento e do multiculturalismo. No primeiro caso, privilegia-se as teorias do desenvolvimento humano do PNUD, do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, do desenvolvimento econômico comunitário de Daniel Champagne, da nova sociologia econômica de Benoit Lévesque, de Louis Favreau e de Jean- Marc Fontan. No segundo caso, volta-se para a teoria do multiculturalismo emancipatório de Boaventura de Sousa Santos.

Desse encontro é que se constrói o referencial teórico-metodológico dessa investigação denominado de desenvolvimento econômico multicultural.

Este é, também, um instrumento de avaliação, forjado do diálogo feito com a teoria de “avaliação da quinta geração” de Jean-Marc Fontan e Elaine Lachance, que no contexto do Canadá, faz parte das práticas científicas do desenvolvimento econômico comunitário e da nova sociologia econômica. É igualmente esse instrumento teórico-metodológico que nos permite intervir de forma crítica e construtiva no debate atual sobre as políticas públicas de ações afirmativas em curso no país, considerando-se os períodos dos dois mandatos de FHC (1995-2002) e de Lula (2002-2009), como momentos de sua emergência e consolidação no espaço público. A avaliação feita elegeu, pelo menos, uma entre tantas outras ações afirmativas implementadas pelo Estado, pelo setor privado e pela sociedade civil para salvaguardar a complexidade do tema. Buscou-se identificar os avanços e limitações que cada projeto/programa pesquisado comporta.

Dentro das análises feitas, o que se verificou é que existe uma relação entre as ações afirmativas e a temática do desenvolvimento emancipatório. Tal vínculo, do ponto de vista teórico, muitas vezes, se apresenta de maneira implícita ou explícita; além disso, nos exige debater, hoje, as políticas de ações afirmativas, não meramente, como uma questão de cotas, pelo contrário, como um debate democrático republicado que tem a ver com o novo projeto do desenvolvimento da nação.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Ações afirmativas. Desenvolvimento. População negra. Avaliação.

ABSTRACT

This research is part of the studies about racial relations that have discussed the matter of the social integration of the Blacks in Brazil. It intends to renew these studies into a perspective of linkage between affirmative action policies and the development of the black population. Thus, sustaining itself over the *field theory*, by Bourdieu, where he suggests the establishment of a theoretical and methodological dialogue between the alternative views on development and multiculturalism. In the first case, it privileges PNUD's human development theories, the development seen as liberty by Amartya Sen; the community's economic development by Daniel Champagne; the new economic sociology by Benoit Lévesque, Louis Favreau and Jean-Marc Fontan. As for the second case, the study turns to the theory of emancipatory multiculturalism by Boaventura de Sousa Santos.

Out of this encounter the theoretical and methodological referential of this investigation are built, denominating the economical and multicultural development. This is also an evaluation instrument, derived from the dialogue with the theory of "fifth generation evaluation" by Jean-Marc Fontan and Elaine Lachance, that, in the context of Canada, is an art of the scientific practices of community economic development and of the new economic sociology.

As well, this theoretical and methodological instrument allows us to critically and constructively intervene on the ongoing debate over affirmative action public policies implemented in the country, considering the presidential mandates of 1995 to 2002 (FHC) and 2002 to 2009 (Lula) as periods in which these policies have emerged. The evaluation made has elected at least one among many affirmative action policies implemented by the State, by the private sector and by the civil society in order to safeguard the complexity of the subject. It sought to identify the developments and limitations that each project/program has.

Within the analysis made, it was verified that there is a linkage between the affirmative actions and the thematic of the emancipatory development. Such linkage, from a theoretical point of view, many times presents itself implicitly or explicitly. Besides, the debate over the affirmative action policies must surpass the matter of the quotas, to become a democratic and republican debate that has to do with the new project for the Nation's Development.

Keywords: Multiculturalismo. Affirmative Actions. Development. Black Population. Evaluation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	17
PARTE I: POR UMA EPISTEMOLOGIA COMBATIVA	21
CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL COMO REFERENCIAL TEÓRICO	22
introdução	22
1. Legado dos mestres.....	22
1.1. Crise da ciência ocidental	22
1.2. Ciência como arma de emancipação.....	26
1.3. Iepistemologia como socioanálise.....	27
2. Escolhas acadêmicas como escolhas da vida	36
2.1. Ponto de partida: superando os reducionismos.....	37
2.2. Quatro fases dos estudos das relações raciais	38
2.3. A urgência de uma nova abordagem.....	44
3. Campo do desenvolvimento econômico multicultural.....	49
4. Considerações finais	56
CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL COMO REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	58
introdução	58
1. Pesquisa teórica.....	58
1.1. Pesquisa bibliográfica	59
1.2. Pesquisa documental	62
2. Pesquisa de campo e campo de pesquisa	65
2.1. Pesquisa de campo	65
2.2. Campo de pesquisa.....	68
2.2.1. Delimitando o meu campo de pesquisa	72
3. Pesquisa avaliativa e avaliação dos programas	78
3.1. Análise histórica da avaliação	82
3.2. Avaliação da quinta geração	85
3.3. Avaliação dos programas de ações afirmativas	87
4. Análise e organização dos dados coletados	92
5. Considerações finais	95

PARTE II: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO	
ECONÔMICO MULTICULTURAL	97
CAPÍTULO I: POPULAÇÕES COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MULTICULTURAL	98
introdução	98
1. Precisando o conceito de raça	99
2. Raça, classe e etnia	102
3. Povo e população	105
4. Comunidade e pequenas sociedades.....	108
5. Considerações finais	116
CAPÍTULO II: CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL NA MODERNIDADE	117
introdução	117
1. Cultura e identidade nacional	119
2. Identidade nacional e identidade negra	123
3. Identidade negra como resistência-projeto	130
3.1. Raça como recurso identitário.....	132
3.2. Língua e linguagem da cultura negra	133
3.3. Movimentos sociais negros como reprodutores da identidade negra.....	134
3.4. História como elemento identitário.....	137
3.5. Espaço e território e a identidade negra.....	138
3.6. Identidade religiosa negra.....	141
4. Considerações finais	146
CAPÍTULO III: RACISMO, DESIGUALDADE E SUBDESENVOLVIMENTO	148
introdução	148
1. Racismo, preconceito e discriminação racial	148
2. Subdesenvolvimento, exclusão social e desigualdade	152
3. Desigualdades sociais e desigualdades raciais.....	159
4. Considerações finais	161
CAPÍTULO IV: ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL COMO AGENTES DO	
DESENVOLVIMENTO.....	162
introdução	162
1. Estado, governo e política.....	163
1.1. Racionalidade estatal e capitalista.....	165

1.2. Estado burguês e o capital como forças de dominação	167
2. Uma economia plural: a economia capitalista versus a economia social-solidária	169
2.1. Mercado e setor privado	172
3. Sociedade civil como agente do desenvolvimento	174
3.1. Movimentos sociais, terceiro setor e organizações não governamentais	178
4. Considerações finais	186
PARTE III: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DO MULTICULTURALISMO	188
CAPÍTULO I: GÊNESE E USOS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	189
introdução	189
1. Gênese do conceito “desenvolvimento” nas ciências sociais.....	189
2. Desenvolvimento como campo recente.....	200
3. Teorias do desenvolvimento numa perspectiva histórica.....	203
3.1. Crise dos grandes modelos	204
3.1.1. Desenvolvimento como crescimento econômico.....	204
3.1.2. Teoria da dependência	204
3.1.3. Desenvolvimento como humanismo	206
3.1.4. Pensamento alternativo do desenvolvimento	206
4. Desenvolvimento econômico multicultural como desenvolvimento alternativo.....	209
4.1. Teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento econômico comunitário	211
4.2. Teoria do desenvolvimento humano.....	212
4.3. Teoria do desenvolvimento sustentável	214
4.4. Nova sociologia econômica e o desenvolvimento local e regional	216
4.5. Teorias de desigualdades raciais e desenvolvimento.....	219
4.6. Desenvolvimento econômico multicultural como prática teórico-ético-política	224
5. Considerações finais	225
CAPÍTULO II: TEORIAS E CONCEITOS DO MULTICULTURALISMO	227
Introdução.....	227
1. Gênese do conceito de multiculturalismo	227
2. Controvérsias em torno do multiculturalismo	235
3. Em defesa do multiculturalismo emancipatório.....	239
4. Considerações finais	242
CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL	243

Introdução.....	243
1. O termo de políticas públicas.....	243
2. Políticas de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico	250
3. Multiplicidade de abordagens de políticas públicas.....	251
3.1. Políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição	251
a terceira categoria de policy arena é das “políticas regulatórias”:	253
3.2. Política do desenvolvimento econômico multicultural	257
3.3. Políticas de cotas e políticas de ações afirmativas	260
3.3.1. Contexto histórico	260
3.3.2. Definindo políticas de ações afirmativas	265
3.3.3. Políticas de promoção de igualdade racial e de diversidade	270
4. Desenvolvimento econômico multicultural como avaliação crítica e democrática.....	272
5. Considerações finais	274
CAPÍTULO V: POLÍTICAS PÚBLICAS MULTICULTURAIS E DESENVOLVIMENTO NO	
BRASIL	276
Introdução.....	276
1. Agentes sociais do debate.....	276
2. Usos e abusos da ciência e do poder.....	279
3. Os temas do debate do desenvolvimento econômico multicultural	283
3.2. Identidade nacional e identidade negra.....	285
3.2.1. Escravidão, segunda abolição e reparações	286
3.2.2. A raça negra: os pretos e pardos do ibge	287
3.2.3. Subdesenvolvimento do negro e da nação.....	289
3.2.4. Desenvolvimento do negro e da nação	293
3.2.4.1. Política colonial do desenvolvimento econômico multicultural.....	294
3.2.4.2. Política imperialista do desenvolvimento econômico multicultural	296
3.2.4.3. Política republicana do desenvolvimento econômico multicultural.....	297
4. Em defesa de um novo projeto de nação	303
5. Considerações finais	308
PARTE IV: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL COMO AVALIAÇÃO	309
CAPÍTULO I: PROJETO COR DA CULTURA COMO APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 ..	310
Introdução.....	310
1. Identificação do projeto	311

1.1. Nome e setor da atuação.....	311
1.2. Público-alvo e gestores.....	311
1.3. Duração do projeto	314
1.4. Princípios e metodologia do projeto.....	315
1.5. Descrição das atividades desenvolvidas	316
1.6. Parcerias e financiamento	321
2.1. Instituições parceiras e a temática do desenvolvimento.....	322
2.1.1. Cidan: a cor da cultura como desenvolvimento com equidade racial.....	323
2.1.2. Fundações globos: a cor da cultura como responsabilidade social.....	325
2.1.3. Seppir: a cor da cultura como efetivação da lei 10.639/03.....	329
2.2. Impactos do projeto: a avaliação de kappel.....	341
2.3. Considerações finais e recomendações.....	348
CAPÍTULO II: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NO ENSINO SUPERIOR	354
Introdução.....	354
1. Sociedade civil e políticas de ações afirmativas e cotas.....	356
2. Instituições públicas como agentes promotores de ações afirmativas	359
2.1. Diversidade de metodologia e de beneficiados	360
2.2. Sistema de bonificação e cotas.....	363
2.3. Limites na política de ações afirmativas e cotas no ensino superior	365
2.4. Outros sistemas de inclusão social.....	368
2.4.1. Programa integrado de ações afirmativas para negros e programa diversidade na universidade	369
2.4.2. Instituições privadas, prouni e fies.....	370
2.4.3. O prouni: luta entre o capital e a igualdade racial	375
3. Política de ações afirmativas na mira do desenvolvimento econômico multicultural	376
3.1. Ações afirmativas como espaço da aprendizagem coletiva	377
3.1.1. Aceitação de cotas pela sociedade	377
3.1.2. Cotas como estratégias de luta contra as desigualdades étnico-raciais.....	379
3.1.3. Miscigenação colonialista e miscigenação emancipatória.....	379
3.2. Diálogo entre o direito e a ética.....	382
3.2.1. Ampliação da noção da justiça: justiça social e justiça histórica	382
3.2.2. Cotas sociais e cotas raciais como princípio de igualdade solidária	385

3.2.3. Cotas e ações afirmativas como direitos conquistados	386
3.3. Democratização do ensino superior e igualdade de oportunidade	386
3.3.1. Mérito e igualdade de oportunidades	387
3.3.2. Desempenho dos cotistas como profecia da esperança	388
3.3.3. Qualidade do ensino público e inclusão étnico-racial	392
3.3.4. Política de manutenção: desafio da permanência e cidadania	397
3.4.5. Realização profissional e cidadania.....	401
3.3.5. Monitoramento como exercício da cidadania.....	402
4. Considerações finais	404
CAPÍTULO III: UNIPALMARES: PROJETO DE INCLUSÃO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR.....	
Introdução.....	406
1. Identificação do projeto unipalmares	407
1.1. Missão e princípios da instituição.....	410
1.2. Parcerias e financiamentos.....	412
2. Desenvolvimento e ações afirmativas na unipalmares	416
2.1. Público e objetivos do projeto unipalmares.....	416
2.2. Vestibular com recorte racial	417
2.3. Currículo com recorte racial.....	418
2.4. Atividades extracurriculares.....	419
2.5. Política de permanência e empregabilidade	422
3. Considerações finais	425
CAPÍTULO IV: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE AFRODESCENDENTES DO BANCO ITAÚ	
Introdução.....	426
1. Identificação dos programas sobre a diversidade	427
2. Financiamento e investimento	433
3. Relação entre desenvolvimento e programa de capacitação dos afrodescendentes	435
3.1. Discurso do desenvolvimento sustentável no banco itaú	435
3.2. Programa de capacitação dos afrodescendentes	442
3.3. Avaliação e impactos do programa.....	446
4. Considerações finais	451
CONCLUSÃO GERAL.....	453

LISTA DE TABELAS, QUADROS E BOXES

TABELA 1: TEMAS TRATADOS NOS CONGRESSOS DE PESQUISADORES NEGROS 2000-2006.....	45
TABELA 2: TEMAS DO IV COPENE - 2006	45
TABELA 3: TEMAS DO V COPENE – 2008.....	46
TABELA 4: CLASSIFICAÇÃO POR REGISTROS DE PROGRAMAS AVALIADOS	64
TABELA 5: PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA URBANA.....	75
TABELA 6: COMUNIDADES QUILOMBOLA IVAPORANDUVA (B).....	76
TABELA 7: COMUNIDADES QUILOMBOLA CAFUNDÓ (C).....	76
TABELA 8: CLASSIFICAÇÃO DE CAMPO DE AÇÕES AFIRMATIVAS INVESTIGADAS	78
TABELA 9: QUADRO TEMÁTICO DE UM DESENHO DE ANÁLISE PARA PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	89
TABELA 10: RELIGIÕES EM NÚMERO, POR RAÇA OU COR – CENSO IBGE – 2000	142
TABELA 11: CATEGORIAS DE CAPITAL DE KUNZ	158
TABELA 12: DESIGUALDADES DE RENDIMENTO ENTRE BRANCOS E NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO, POR FAIXA DE ESTUDO	292
TABELA 13: GESTORES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO	313
TABELA 14: PATROCÍNIOS DA PETROBRÁS PARA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO.....	339
TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES SEGUNDO A COR UFRJ, UFPR, UFMA E UNB	356
TABELA 16: PROUNI – BOLSAS OFERTADAS, POR ANO DE 2005 A 2009	372
TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DO PROUNI POR RAÇANNO PERÍODO DE 2006-2007	373
TABELA 18: A SOMA DE BOLSAS - DISTRIBUIÇÃO POR RAÇA DE 2005 A 2009	373
TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS COTISTAS E NÃO-COTISTAS COM COEFICIENTE DE RENDIMENTO ENTRE 5,1 E 10,0 NOS CURSOS DE MAIOR CONCORRÊNCIA NOS DOIS SEMESTRES DO ANO DE 2005.....	389
TABELA 20: TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LIQUIDA POR SEXO, SEGUNDO COR/RAÇA E NÍVEL/MODALIDADE DE ENSINO – BRASIL,.....	403
TABELA 21: CORRELAÇÃO DAS AÇÕES DO ITAÚ UNIBANCO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO .	439
TABELA 22: PERCENTUAL EM RELAÇÃO A NEGROS ADMITIDOS NO PERÍODO DE 2003-2006	447
TABELA 23: CLASSIFICAÇÃO DE COLABORADORES DO ITAÚ UNIBANCO 2008 POR RAÇA/COR (AUTODECLARAÇÃO) .	447
TABELA 24: CLASSIFICAÇÃO DOS COLABORADORES DO ITAÚ UNIBANCO 2008 POR SEXO	448
TABELA 25: COMPOSIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA CORPORATIVA	448
TABELA 26: CARGOS DE CHEFIA POR RAÇA	448
TABELA 27: DIVERSIDADE DO PÚBLICO INTERNO DO ITAÚ UNIBANCO POR CATEGORIA.....	449

QUADRO 1: FICHA DE LEITURA BIBLIOGRÁFICA	52
QUADRO 2: FICHA DE LEITURA BIBLIOGRÁFICA	53
QUADRO 3: FICHA DE LEITURA BIBLIOGRÁFICA	55
QUADRO 4: PARCEIROS E FINANCIADORES DO PROJETO A COR DA CULTURA.....	321
QUADRO 5: DESENVOLVIEMENTO E CIDADANIA PETROBRAS	341
QUADRO 6: PERFIL DOS PROFESSORES.....	343
QUADRO 7: PERFIL DOS GESTORES.....	345
QUADRO 8: MUDANÇAS PERCEBIDAS PELOS GESTORES	346
QUADRO 9: DESDOBRAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO	346
QUADRO 10: DESTAQUE DO PROJETO	348
QUADRO 11: RECOMENDAÇÕES.....	349
BOXE 1: CONCEITO DO PROGRAMA DIVERSIDADE	432
BOXE 2: INVESTIMENTO SOCIAL DO BANCO ITAÚ EM 2005 E PREVISÃO DE 2006	433
BOXE 3: NEGÓCIOS E SUSTENTABILIDADE NO BANCO ITAÚ	434
BOXE 4: VISÃO TRÍPLICE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	436
BOXE 5: RECONHECIMENTO DO BANCO ITAÚ PELAS INSTITUIÇÕES	438
BOXE 6: RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES	440
BOXE 7: AÇÕES FEITAS PELO ITAÚ QUE FAZEM MUITA DIFERENÇA.....	441

INTRODUÇÃO GERAL

O tema dessa pesquisa situa-se no quadro dos trabalhos científicos que têm discutido a questão da emancipação ou da integração do negro na sociedade brasileira, onde duas matrizes teóricas têm disputado a sua interpretação dentro das ciências sociais. A primeira, geralmente, associada às obras do sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre. *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1992) é tomada, nesse contexto, como uma de suas obras de referência. A segunda matriz, oposta à primeira, está, geralmente, atrelada à publicação das duas obras clássicas do sociólogo paulista, Florestan Fernandes: *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”* (1965) e *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.* (1978).

No estado atual do debate sobre esse tema, Luciana Jaccoud (2009, p. 62) qualificou a primeira tradição de “paradigma de democracia racial” e a segunda de “paradigma de igualdade racial”. É dentro desse último que se situa essa tese. Trata-se da tradição sociológica fernandiana que foi renovada nos anos de 1980, pelos estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (PAIXÃO, 2005), criticando a democracia racial como mito; demonstrando as desigualdades raciais que afetam negros e brancos de formas diferentes, mas com a ressalva de que não se trata, necessariamente, do legado do passado colonial, como defendia Florestan Fernandes. Para eles, o racismo, à brasileira, tinha se configurado a partir da realidade da nova sociedade brasileira capitalista.

Entre os anos de 1990 até 2009, o tema da integração do negro na sociedade vem se atualizando com novas abordagens, oriundas do multiculturalismo e, timidamente, dos estudos do desenvolvimento. Dessa forma, ele vem sendo discutido, entre os defensores do paradigma da igualdade racial, em termos de políticas públicas de ações afirmativas. Encontramos, por exemplo, esses dois títulos que traduzem essa visão: *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais* (SANTOS; LOBATO, 2003); *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição* (THEODORO, 2009).

Quando iniciamos esta pesquisa, em 2006, o que muito nos incomodava era a falta de diálogo entre os defensores de políticas de ações afirmativas e cotas. De fato, a falta de diálogo teórico-metodológico tende a criar um muro entre os pesquisadores que investigam este tema na perspectiva dos “estudos culturais” e há um outro grupo, bem menor, que o estuda dentro do paradigma do desenvolvimento (geralmente economicistas): Paixão e Theodoro, por

exemplo. Foram nessas circunstâncias que começamos a pensar de que forma poderíamos contribuir nesse debate.

O título desse trabalho “Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: Políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)” tem por função pedagógico-investigativa lembrar que a “cultura da resistência negra” (MOURA, 2005), a luta do negro pela sua integração, pela sua liberdade (PAIXÃO, 2006a) situa-se no plano daquilo que as ciências sociais têm procurado capturar a partir das teorias do multiculturalismo emancipatório (SANTOS, 2003) e do novo paradigma do desenvolvimento (PAIVA, 1993; ARBIX, 2001). Entendemos que as discussões acadêmicas e políticas sobre políticas de ações afirmativas e cotas, para negros, exigem uma nova reflexão que contemple as teorias do multiculturalismo e do desenvolvimento. Portanto, esse trabalho pretende investigar, teórica e empiricamente, as relações existentes entre as políticas públicas de ações afirmativas na sua relação com a temática do desenvolvimento econômico e social da população negra brasileira. O contexto histórico em que se desenvolve essa pesquisa é o dos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o do Luiz Inácio Lula (2002-2009). Esse período é ímpar na história das políticas públicas para negros pelo fato de se manifestar como o momento de sua emergência e estruturação.

Este trabalho gira em torno de uma única hipótese que dividimos em duas partes. Entendemos que o desenvolvimento social e econômico do negro exige uma dupla mudança no que diz respeito à política do multiculturalismo e do desenvolvimento nacional. A primeira mudança é de ordem teórica e a segunda de ordem ético-política. Em outras palavras, a mudança teórica exige que o problema do negro seja abordado em termos de problema do “subdesenvolvimento” ou das desigualdades sociorraciais e do desenvolvimento local e nacional, numa perspectiva das teorias alternativas. Para isso, de um lado, deve-se recorrer a uma teoria crítica que trabalhe com a lógica da complexidade conjuntiva ou dos campos. Naturalmente, isto exige uma ruptura com as teorias que visam à integração do negro na sociedade, mas, que ora são contaminadas pela ideologia da democracia racial, ora pelo economicismo, ou pelo culturalismo. Parece-nos que a construção de um quadro teórico elaborado a partir de um diálogo crítico, estabelecido entre a sociologia reflexiva dos campos com as teorias da etnicidade, do multiculturalismo, dos movimentos sociais, dos estudos das relações raciais, o novo paradigma do desenvolvimento e a nova sociologia econômica, auxiliar-nos-ia a discutir o problema do subdesenvolvimento e desenvolvimento do negro, no Brasil contemporâneo, de forma integrada. Por outro lado, faz-se necessária uma mudança ético-política; quer dizer: as políticas de ações afirmativas e de cotas, fundamentadas na

lógica do capital e na política da dominação com interesses econômicos e político-eleitorais dos governos, das empresas privadas e da sociedade civil (organizações sociais negras ou não negras), devem se transformar em políticas públicas do desenvolvimento sociocultural e socioeconômico emancipatórios.

Essa pesquisa persegue três objetivos. Primeiro: construir um referencial teórico-metodológico para subsidiar no debate atual sobre políticas públicas de ações afirmativas no Brasil. Segundo: avaliar algumas políticas públicas de ações afirmativas implementadas pelo Estado, pelo setor privado e pela sociedade civil para entender seus avanços e limitações. Terceiro: analisar as relações existentes entre a política de ações afirmativas e o desenvolvimento da população negra no Brasil.

Para tanto, recorreremos à metodologia que combina a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa avaliativa. Esta metodologia tem por bases epistemológicas, entre tantas outras, a sociologia reflexiva dos campos de Pierre Bourdieu, a teoria da complexidade de Edgar Morin (1995), a sociologia das emergências de Boaventura de Sousa Santos e a teoria de “avaliação da quinta geração” da nova sociologia econômica de Jean-Fontan e Elaine Lachance.

Dividimos esse trabalho em quatro grandes partes. A Parte I denomina-se “Epistemologia combativa”. Com esta, pretendemos discutir as questões epistemológicas. É o nosso ponto de partida para responder a primeira hipótese. Para tanto, no primeiro e segundo capítulos demonstraremos as bases teóricas e metodológicas dessa investigação, que batizamos de “desenvolvimento econômico multicultural”. Argumentaremos que este é um referencial teórico-metodológico para se pensar a sociedade e avaliar os programas/projetos sociais.

As discussões conceituais que faço na Parte II e na Parte III têm por finalidade a ampliação da discussão iniciada na primeira parte. Dentro da parte que denomino de “Conceitos fundamentais do desenvolvimento econômico multicultural” (Parte II), discutimos sobre o uso que faremos desses conceitos: população (Capítulo 1), cultura, identidade, raça (capítulo 2); racismo, desigualdades, subdesenvolvimento (capítulo 3); Estado, mercado e sociedade civil (capítulo 4). Defendemos a teoria de que essa trilogia é responsável pela construção da esfera pública e das políticas públicas.

Na mesma perspectiva, na Parte III “Teorias do desenvolvimento e do multiculturalismo”, discorreremos sobre uso dos conceitos desenvolvimento (capítulo 1), multiculturalismo (capítulo 2) e políticas públicas (capítulo 3). No capítulo 4, reorientamos a nossa análise conceitual no contexto das políticas públicas no Brasil. Identificaremos nesse

ponto, também, os atores envolvidos nesse debate republicano e suas estratégias de luta; a sua concepção sobre a emancipação do negro, no que diz respeito às políticas públicas de ações afirmativas e a sua visão sobre o desenvolvimento.

O que nos possibilitará, na Parte IV, utilizar o “desenvolvimento econômico multicultural” como instrumento de avaliação. O enfoque da nossa investigação estará voltado para quatro ações afirmativas: o Projeto da Cor da Cultura (capítulo 1); as políticas das ações afirmativas e das cotas no ensino superior (capítulo 2); o projeto de inclusão de negros na Universidade da Cidadania Zumbi de Palmares (Unipalmares) (capítulo 3) e o programa de Capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú (capítulo 4). No final faremos um balanço geral do que foi discutido para dar coesão as idéias expostas, mostrando seus avanços e suas limitações.

PARTE I: POR UMA EPISTEMOLOGIA COMBATIVA

V Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as

Pensamento negro e anti-racismo Diferenciações e percursos

CADERNO DE RESUMOS

<p>Guerreiro Ramos</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos na fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é a minha pele. Preta é o lugar onde eu moro. Carolina Maria de Jesus. O negro brasileiro emergente, no entanto, já sabe qual é.</p>	<p>James Baldwin</p> 	<p>Audre Lorde</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é a</p>	<p>Frantz Fanon</p> 
<p>Aimé Césaire</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é o lugar onde eu moro. Carolina Maria de Jesus. O negro brasileiro emergente, no entanto, já sabe qual é.</p>	<p>Cheik Anta Diop</p> 	<p>Beatriz Nascimento</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é a</p>	<p>Clovis Moura</p> 
<p>Carolina de Jesus</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é o lugar onde eu moro. Carolina Maria de Jesus. O negro brasileiro emergente, no entanto, já sabe qual é.</p>	<p>Mae Aninha</p> 	<p>Milton Santos</p> 	<p>A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim é que sabemos que a nossa vida decorreu. A minha, até aqui tem sido preta. Preta é a</p>	<p>Lelia González</p> 

Fonte: COPENE, 2008 - Capa.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL COMO REFERENCIAL TEÓRICO

Introdução

Esse capítulo relaciona-se à primeira parte desse trabalho chamada “epistemologia combativa”, que consiste em oferecer as bases epistemológicas sobre as quais se fundamentam o nosso referencial teórico-metodológico: o desenvolvimento econômico multicultural.

Para tanto, ele está dividido em três seções: a primeira trata do seu legado; a segunda defende a tese de que as escolhas acadêmicas fazem parte da vida do pesquisador; e, a terceira, apresenta os elementos constitutivos da teoria do desenvolvimento econômico multicultural.

1. Legado dos mestres

Vários foram os mestres que me instruíram até chegar à escrita desse trabalho de doutorado. Do ponto de vista da construção de teoria, citarei, apenas, quatro tradições intelectuais: as epistemologias africanas, que descobri desde a minha graduação em filosofia nos anos de 1990 a 1993, e que venho aprofundando a partir da diáspora brasileira, do meu encontro com as sociologias de Bourdieu, Boaventura de Santos Sousa e Morin. A produção do conhecimento, aqui presente, segue as propostas dessas tradições científicas. O ponto comum entre todas é que são parte das epistemologias libertárias, opostas ao que Boaventura de Santos Sousa (2003) chama da “razão indolente”, ou seja, o pensamento totalitário de tendência marxista, liberal ou neoliberal.

Proponho-me, aqui, a trazer suas propostas teóricas que fazem parte da construção do objeto e da análise desse trabalho, discutindo a questão da crise da ciência e o seu uso como instrumento da libertação das populações dominadas; neste caso, negros da diáspora brasileira.

1.1. Crise da ciência ocidental

Pode-se dizer que a crise da ciência ocidental deu-se em duas direções, uma “interna” e a outra “externa”. A dimensão interna traduz-se pela luta entre o pensamento dominante e o pensamento alternativo. A dimensão externa traduz-se pelo uso político da ciência com finalidades de dominação política e econômica. O termo despolitização da ciência traduziria esta sua crise política. Como fato social, esta crise é parte de uma crise social que se iniciou

nos anos de 1970-1980 e se acentuou com o processo da globalização liberal, nos anos de 1990. Despolitização deve ser entendida como uma estratégia consciente ou inconsciente usada pelos agentes do pensamento dominante, da “razão indolente”, que tem por intuito silenciar as propostas alternativas (SANTOS, 2003). Com Bourdieu (1997), diríamos que persiste até uma certa estratégia da denegação, que consiste em negar, pelo discurso, uma prática social existente para perpetuar a sua dominação. Nesse sentido, por exemplo, a economia neoliberal concebe a ciência como uma realidade ahistórica, portanto, não teria nenhuma responsabilidade social, nenhum compromisso à ética. Os adeptos do pensamento dominante acreditam na neutralidade científica, e faz dessa um dogma. Privilegiam o formalismo científico omitindo os efeitos da dominação social da ciência contemporânea (BOURDIEU, 1998a; MÉSZÁROS, 2004).

Não existe separação entre a crise política da ciência e a sua crise interna; as duas se complementam. Na realidade, a crise interna é uma luta entre as epistemologias. Cientistas sociais como Ianni (1989), Bourdieu (2001b), Boaventura (2003b), Morin (2005) entenderam a crise interna das ciências sociais em termos do empobrecimento de suas metodologias. Morin (2005) afirma que ela se caracteriza pela cegueira epistemológica, pelo reducionismo da realidade social e pela sua fragmentação. Já, do seu lado, Boaventura de Souza Santos (2003) percebe essa crise pela falta de um diálogo intercultural. Enfim, Bourdieu (2001b) a interpreta em termos da existência de duas posturas diametralmente opostas dentro das ciências sociais: o idealismo ou racionalismo, de um lado; e, o economicismo, do outro lado. Não custa lembrar que, para esses autores, essas crises são prejudiciais à própria ciência e à sociedade.

A solução-problema, pois para Morin (2005) trata-se mais de colocação de um novo problema do que a do achamento de soluções, encontrada pelos autores defensores de uma ciência alternativa e renovada é a integração das ciências sociais. Tal proposta já faz parte de seus procedimentos teórico-metodológicos. Para Ianni (1989), falando no contexto da produção das ciências sociais no Terceiro Mundo, a integração das ciências sociais pressupõe a volta aos clássicos, uma vez que em suas obras há essa integração. Trata-se da recuperação de uma visão global em detrimento da visão reducionista. A visão global, para Octavio Ianni manifesta-se nestes termos:

O “social,” muitas vezes, transfigura-se no “econômico” ou no “político”, e vice-versa. Ou seja, há manifestações do social que somente se exprimem plenamente no plano das ações políticas ou do comportamento econômico. O problema da metamorfose dos eventos sociais, por exemplo, do econômico em político, é um fenômeno que escapa à observação e à interpretação do sociólogo cego às várias dimensões do real. É claro que aqui estamos, de

novo, no âmbito da teoria do conhecimento. (IANNI, 1989, p. 145).

De fato, trata-se de um debate no campo da epistemologia das ciências. Tal debate torna-se importante pelo motivo de que, conforme Bourdieu (2001b), a ciência não pode cumprir a sua missão de alcance da verdade com objetividade, sem um autoconhecimento, uma autocrítica. É nesse sentido, que ele entende que a sociologia da sociologia, não é só um capítulo do saber sociológico, mas é parte indispensável de qualquer produção sociológica. No mesmo sentido, deve-se dizer que o período pós-guerra, para Ianni (1989), na América Latina, caracterizou-se pela busca de uma “verdadeira ciência”, isto é, aquela que visa à integração das ciências sociais. Cada disciplina, reconhecendo suas limitações, buscava ampliar a sua visão da realidade social estabelecendo o diálogo com os aportes teóricos e metodológicos de outras disciplinas.

Para superar o reducionismo metodológico, Bourdieu (1977, 1994) sugeriu a teoria dos campos que buscava integrar o que ele chama de “economia dos bens culturais”, ou as abordagens culturalistas, com a economia dos bens econômicos, ou igualmente, as abordagens materialistas. O conceito de campo, para nós, é fundamental, porque auxilia na construção do campo de desenvolvimento econômico multicultural passando de uma teoria à outra, de um autor ao outro, sem cair no “ecumenismo metodológico”, ou diga-se, uma mistura de teorias e metodologias sem valor heurístico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1983).

Na perspectiva da sua epistemologia, Morin sugere a teoria da complexidade na superação das teorias reducionistas.

O que é a complexidade? Primeiramente, a complexidade é um tecido (complexus: o que foi teado junto) de componentes heterogêneos inseparavelmente associados: ela coloca o paradoxo do um e do múltiplo. Segundo, a complexidade é efetivamente o tecido de eventos, ações, interações, retroações, determinações, riscos, que constituem nosso mundo fenomenal. Mas de fato a complexidade se apresenta com os traços preocupantes de residual, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza... Por isso, a necessidade, para o conhecimento, colocar a ordem nos fenômenos inibindo a desordem, descartar a incerteza, isto é, selecionar os elementos da ordem, tornar menos ambíguo, esclarecer, distinguir, hierarquizar... Mas tais operações, necessárias para a inteligência, correm o risco de tornar cego se eliminar outros caracteres do complexus; e efetivamente, como mostrei, tornaram-nos cegos. (MORIN, 2005, p. 21 tradução nossa).

A teoria da complexidade opõe-se ao paradigma de disjunção / redução / unidimensionalidade, e propõe o paradigma de distinção / conjunção, que permite distinguir sem separar, de associar sem reduzir, afirma Morin (2005). Esse paradigma, para esse autor, contém o princípio dialógico e translógico que integram a lógica clássica levando-se em conta, ao mesmo tempo, seus limites *de facto* (problemas de contradições) e *de jure* (limites de

formalismo). O seu princípio é de *Unitas multiplex*, que escapa à unidade abstrata do alto (holismo) e do baixo (reducionismo).

Boaventura de Sousa Santos (2003a) propõe a “hermenêutica diatópica”. Esta faz parte da teoria da “razão cosmopolita” que se opõe à “razão indolente”. No seu texto, “Sociologia das ausências e emergências”, Santos (2003b) trabalha essa questão a partir dessa pergunta: Para quê traduzir? A resposta é que “traduzir para libertar” significa fazer um trabalho de construção assente na razão multicultural/cosmopolita que objetiva dar sentido ao mundo, às populações humanas em crise de sentido.

Esta última pergunta compreende todas as outras. Faz sentido, por conseguinte, responder-lhe na forma de conclusão da argumentação expendida neste trabalho. Muito sucintamente, essa argumentação consiste em que a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, juntamente com o trabalho de tradução, permitem-nos desenvolver uma alternativa à razão indolente, na forma daquilo a que chamo da razão cosmopolita. Esta alternativa baseia-se na idéia base de que a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global. (SANTOS, 2003, p. 43).

Com isso, Santos está respondendo a questão de descoberta dos recursos metodológicos para enfrentar os dois problemas epistemológicos colocados em termos de problemas humanos: o problema da fragmentação e o do sentido de lutar para a transformação do mundo.

O trabalho de tradução é o procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo depois de ele ter perdido o sentido e a direcção automáticos que a modernidade ocidental pretendeu conferir-lhes ao planificar a história, a sociedade e a natureza. A resposta à pergunta “para quê traduzir?” responde à segunda questão que deixei acima formulada: se não sabemos que um novo mundo melhor é possível, o que nos legitima ou motiva a agir como se soubéssemos? A necessidade da tradução reside em que os problemas que o paradigma da modernidade ocidental procurou solucionar continuam por resolver e a sua resolução parece mesmo cada vez mais urgente. Não dispomos, no entanto, das soluções que esse paradigma propôs, e é essa, aliás, a razão da crise profunda em que ele se encontra. Por outras palavras, na fase de transição em que nos encontramos, confrontamo-nos com os problemas para os quais não temos soluções modernas. (SANTOS, 2003, p. 44).

É justamente contra os problemas criados pela razão indolente da modernidade ocidental, que a razão cosmopolita busca encontrar soluções emancipatórias.

O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiências [...], assente na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que, a partir dele pode construir-se, exige que as constelações, de sentido criadas pelo trabalho de tradução, se transforme em práticas transformadoras. (SANTOS, 2003, p. 45).

Esse trabalho representa as grandes linhas da sociologia de Boaventura Santos. Através dela se expressa não somente as subdisciplinas de sociologia da ciência, mas, também, a do multiculturalismo. Ele é um dos pontos de partida de onde se constrói a referência teórico-metodológica dessa pesquisa. Com a tradição intelectual alternativa estamos afirmando que a ciência deve ser usada como uma arma para a libertação dos povos oprimidos.

1.2. Ciência como arma de emancipação

Observando-se através da ciência alternativa, pode-se dizer que a crise da ciência traduz a crise do humanismo (MORIN, 1999b). Entre tantas concepções que se tem da ciência, há três que consideramos predominantes: uma primeira do tipo liberal, uma segunda revolucionária e uma terceira reformista. A primeira contenta-se com o *status quo*; a segunda busca alternativa para a sociedade que considera injusta; e a terceira, tende a reconciliar as duas propostas, ficando, na maioria das vezes, como se diz popularmente, “em cima do muro”, indiferente às mudanças nas suas raízes.

As teorias que inspiram esse trabalho fazem parte da segunda tendência; a que considera a neutralidade científica como um mito, e como um instrumento da dominação das populações (MÉSZÁROS, 2004). Esta entende que a ciência tem que se colocar a serviço da sociedade; ser um instrumento da liberdade e da libertação. É a partir dessa visão que os africanos e seus descendentes têm-se apropriado da ciência moderna (GILROY, 1993), usando-a como arma de luta contra o escravismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo; e busca transformá-la em meio de desenvolvimento de suas comunidades (SANTOS et al., 2003). Esse modelo de ciência fundamenta-se na valorização da multi e transdisciplinariedade (GUTTO, 2006; MORIN, 1999a).

Esta concepção do mundo está presente nos “estudos das africanidades”. O Panafricanismo, os Estudos Africanos, a Negritude, os *Black Studies*, o Afrocentrismo, os Estudos Afro-brasileiros, Os Estudos culturais, como teorias, programas de estudo, disciplinas, nasceram e se desenvolvem tendo a multi e transdisciplinariedade como um dos princípios metodológicos. Os saberes negros rejeitam o procedimento metodológico monolítico-reducionista do pensamento dominante ocidental que fragmenta o conhecimento. Para o fundador do *Center African Renaissance Studies*, Shadrack Gutto (2006, p. 311), as pesquisas e escritas da História Geral da África ilustram essa busca de fazer ciências a partir de um diálogo estabelecido entre diferentes disciplinas. O *Center African Renaissance Studies*,

dirigido por Gutto, incorporou essa abordagem metodológica em seus trabalhos.

O Pan-africanismo, nesse centro, é usado como ponto de partida de fazer ciência e pensar o Renascimento Africano e de suas diásporas. A visão do *Center African Renaissance Studies* demonstra o *continuum* histórico e a solidariedade existentes entre os saberes negros, africanos e da diáspora. Para o *Center African Renaissance Studies* somente uma abordagem multi, inter e transdisciplinar é capaz de trazer soluções reais aos problemas existentes, que os africanos remanescentes e da diáspora enfrentam, o do seu desenvolvimento.

Enfim, os estudos africanos como parte das teorias alternativas estabelecem-se como armas de libertação da ciência e da sociedade colonizadas política e epistemologicamente. Nessa seara, a ciência deve ser feita sempre com a “consciência” (KI-ZERBO, 2006). São esses princípios, sobretudo, o da interdisciplinariedade e o do uso da ciência como caminho da libertação de povos oprimidos, que alimentam o referencial teórico desse trabalho.

A seguir, fazemos a objetivação da construção da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, partindo da minha biografia intelectual. Trata-se de uma bioepistemologia que tem por finalidade revelar aos outros elementos que me auxiliaram na construção do meu referencial teórico-metodológico, obedecendo ao princípio do filósofo Karl Popper (1979) segundo o qual a cientificidade de uma teoria consiste em mostrar as bases de sua falsificação, isto é, limites. Em Bourdieu (2001b), isso é feito a partir da objetivação do próprio pesquisador via a socioanálise. Este processo, além de mostrar os limites da teoria construída, torna-se um instrumento de fortaleza para o pesquisador, isto porque é através dele que se pratica a vigilância epistemológica.

1.3 Bioepistemologia como socioanálise

Retomaremos, aqui, algumas palavras feitas sobre mim, durante a minha iniciação à pesquisa da pós-graduação no mestrado (MALOMALO, 2005). Vamos confrontá-las com a minha realidade atual de ativista e pesquisador-doutorando, negro da diáspora africana no Brasil. Tal exercício é chamado, na perspectiva de Bourdieu (2001b; 2002a), de “auto-socioanálise” ou de socioanálise *tout court*, que denomino de bio-epistemologia. Tanto esta, como a socioanálise, que consistem na objetivação do pesquisador e do seu campo-objeto de estudo, não são um mero exercício de elegância intelectual, pelo contrário, fazem parte do procedimento metodológico bourdieusiano encorajado na dúvida radical, crítica e autocrítica; valorizam a experiência de vida pessoal e coletiva no processo da construção do conhecimento.

Este trabalho tem muito a ver com a minha biografia pessoal e intelectual. Tem uma ligação direta com o compromisso dos intelectuais anti-racistas na sua luta contra todos os tipos de racismo e dominação (sexismo, xenofobia, colonização, racismo). A busca de um instrumento científico, para compreender a situação de dominação imperialista e neocolonial, levou-me, em 1993, enquanto estudante de Filosofia, a elaborar uma monografia que cogitava as condições de possibilidade da libertação do povo congolês (ex-zairenses) da ditadura militar mobutista, que foi um dos fatores causadores do seu “subdesenvolvimento” socioeconômico. A minha chegada no Brasil, em 1997, e o nosso trabalho pastoral com os descendentes dos africanos nos colocaram em contato direto com a situação de discriminação racial, que estes sofrem na sua própria pátria. Assim, ao concluir o meu curso de Teologia, em 2002, escrevia uma monografia, que refletia sobre as condições de possibilidades de superação do racismo, numa perspectiva teológica feminista negra.

É nessa situação do negro-africano, vivendo na diáspora afro-brasileira, que germinaram, tanto a minha pesquisa de mestrado como a do doutorado, meus trabalhos e contatos, como ativista e intelectual, com as organizações sociais, grupos e ONGs do movimento negro brasileiro, de modo especial, a Pastoral Afro-Brasileira (PAB) e o Instituto do Negro Padre Batista (INPB). Estes possibilitaram o meu ingresso, como pesquisador e estudante, no Centro Atabaque Cultura e Teologia Negra (2003), na Universidade Metodista de São Paulo, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião (2003), no Núcleo de Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE/2004) e no Centro de Estudos de Línguas e Culturas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) (2007), proporcionando-me oportunidades de amadurecimento de minhas inquietações juvenis, e o tempo necessário de transformá-las em projeto de vida pessoal e intelectual.

O objetivo do meu trabalho de mestrado foi uma tentativa de análise das experiências coletivas da diáspora negra brasileira no campo da religião e da política, em plena “modernidade”, que visam transformar a sociedade. Minha preocupação, nessa época, orientou-se para a conservação da rica memória histórica da luta pela etnicidade, que os documentos ligados ao Instituto do Negro Padre Batista (INPB) me proporcionaram. Além disso, tomei cuidado para me apropriar de um instrumento cientificamente legítimo, para analisar os dados coletados, combinando a pesquisa teórica e a pesquisa de campo.

O exercício que caracterizou esse trabalho foi a busca do equilíbrio entre o compromisso militante e o científico. Tratando-se do último, o objeto dessa pesquisa foi construído sobre uma conglomeração de teorias das disciplinas da sociologia e da antropologia, cuja síntese levou o nome de “teoria da etnicidade”. Por isso, também, foi dado a

esse trabalho o título de “Poder simbólico alternativo e identidade étnica no Brasil: estudo do Instituto do Negro Padre Batista na sua luta pelos direitos de igualdade racial”. A temática desse trabalho girou em torno do campo da religião, da política e da etnicidade ou das organizações sociais chamadas de ONGs. O INPB foi abordado em termos de “campo da etnicidade”.

O método adotado, para a construção e a análise do objeto desse estudo, foi denominado “método genético-histórico” ou “método histórico-estrutural” da sociologia reflexiva dos campos de Bourdieu, que se baseia na reconstrução histórica e na análise das relações estruturais do campo-objeto de estudo. Essa pesquisa foi elaborada a partir do procedimento metodológico que combina, como dito, a pesquisa teórica e pesquisa de campo. No primeiro caso, os conceitos recolhidos nas fontes bibliográficas foram usados para entender a questão da etnicidade, tal como vivida na sociedade brasileira, no Movimento negro civil e eclesial e, especialmente, no INPB. Tratava-se, portanto, de um estudo de caso. A segunda abordagem metodológica usada, foi a pesquisa de campo. As estratégias e técnicas utilizadas para a sua execução foram essas: a exploração do campo, feita através de observações do portal do INPB, de visitas, de entrevistas informais e formais, que foram registradas no diário de pesquisa de campo; a coleta dos materiais, tais como revistas, boletins, jornais, folhetos, agendas, panfletos, que foram classificados em documentos primários e secundários; a observação parcial dos eventos considerados relevantes, que foram fotografados e filmados; a aplicação do questionário e das entrevistas semi-estruturadas, realizadas a partir de um roteiro que foi tabulado e analisado. Uma parte do material recolhido nas entrevistas, especificamente as perguntas, foi reformulada para se adequar à linguagem da apresentação de dissertação. O INPB foi identificado, nessa pesquisa, como uma organização social, uma ONG negra, híbrida, que incorpora, na sua estrutura, elementos religiosos e seculares para a recomposição da identidade étnica negra dos seus frequentadores.

Dessa pesquisa de campo, cuja abordagem foi a sociologia da cultura, os materiais coletados e a experiência do campo, me levavam a suspeitar que havia uma certa afinidade entre a questão do desenvolvimento e as etnicidades negras. O meu contato pessoal, entre 2005-2006, com o Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca e a minha entrada no NUPE foram momentos marcantes para o amadurecimento dessas suspeitas, e a sua transformação em projeto de pesquisa de doutorado. Ao entrar no NUPE, iniciei as trocas de experiências acadêmicas fora do campo das da teologia e das ciências da religião. Comecei a me aprofundar nas questões das relações raciais, não mais a partir do movimento negro eclesial, mas civil e

acadêmico.

A publicação e a busca da implementação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram outros acontecimentos que tiveram um grande impacto na minha biografia pessoal e intelectual. Em 2005, encontraria um artigo no *Jornal Irohìn* (ano X, n. 12, p. 19, ago-set. 2005) com esse título: “O impacto da Lei 10.639 para o desenvolvimento nacional” de Jeruse Romão. Ao lê-lo, logo percebi que minhas suspeitas não eram delírios. Assim, veio-me o desejo, não só de investigar esse assunto, mas de contribuir na luta da população negra, refletindo sobre esse tema que, no meu entendimento, era pouco discutido. Retomaria, dessa forma, o meu projeto de graduação em filosofia sobre o tema do desenvolvimento.

Outras atividades, cursos de formação, publicações, palestras, em torno dessa lei, e o debate republicano sobre a temática da integração do negro na atualidade, às quais tivemos acesso, como protagonista ativo ou passivo, têm contribuído na consolidação do meu projeto de doutorado. Ora continuaremos apresentando outros passos da nossa história social servindo-me da objetivação bourdieusiana.

As atividades realizadas foram divididas em dois blocos: as disciplinas cursadas e a produção intelectual e outras atividades. Como se verá, suas fontes foram os espaços acadêmicos e os movimentos negros que frequento. O primeiro espaço se define a partir da minha situação de estudante de programa de pós-graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. O segundo espaço, do seu lado, define a minha identidade a partir da minha inserção no movimento negro acadêmico, civil e eclesial, quais sejam, o NUPE e o CLADIN, o Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia, a Pastoral Afro-Brasileira e o Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB) do qual sou um dos fundadores e assumo o cargo de secretário diretor geral.

As disciplinas cursadas contribuíram, significativamente, no processo de construção dessa pesquisa. O ritual de institucionalização da identidade de um intelectual-pesquisador, na pós-graduação, passa pelo cumprimento de créditos. Ciente de que o aprendizado não se limita somente na acumulação de créditos, cursei três outras disciplinas para a ampliação de meus conhecimentos em relação ao objeto dessa investigação.

Esta seção será dividida em duas partes. A primeira descreve, literalmente, o material ao qual tive acesso durante o cumprimento de créditos em 2006. A segunda retrata alguns elementos essenciais das disciplinas extracurriculares.

As duas primeiras disciplinas que cito me ajudaram a desenhar o quadro de dois agentes da teoria do desenvolvimento econômico multicultural: o Estado e a sociedade civil.

A disciplina “Poder Local no Brasil”, em 2006, lecionada pela professora, cientista política, Maria Teresa Miceli Kerbauy e o sociólogo, Antônio Sérgio Araújo Fernandes, tinha esses objetivos:

A modernização da sociedade brasileira que passa a ocorrer a partir da segunda metade do século XX, traz consigo a urbanização, a democratização do sistema político e o avanço da cidadania. O tema da ampliação da cidadania no Brasil urbano, e sua relação com o poder público local é algo que foi, e é exaustivamente estudado a pelo menos, três décadas. Cabe notar que no Brasil ainda que o tema do poder local tenha recebido um tratamento empírico razoável, torna-se difícil não afirmar uma certa limitação analítica do ponto de vista teórico nesta área, seja pelo excesso de ingredientes normativos e/ou politicamente engajados que comumente se encontra no conjunto desta literatura, seja pela excessiva postura micro-sociológica da grande maioria dos estudos até aqui realizados. Assim, torna-se fundamental para quem realiza ou pretende realizar estudos sobre Poder local no Brasil a compreensão mais acurada sobre as formas de reflexão empíricas e teórico-metodológicas desta área.

Este curso tem o objetivo geral de estudar a produção teórico-metodológica e empírica desta importante área de estudo que é o poder local no Brasil, procurando observar seus limites e possibilidades analíticas. Pra tanto, busca-se discutir a evolução das principais abordagens prevaletentes no caso brasileiro acerca dos estudos de poder local, destacando as principais tendências que surgiram nos últimos anos.

Essa disciplina possibilitou-me o acesso às ideias e metodologias que apontam a mobilização e participação dos movimentos sociais e dos gestores públicos na construção do espaço público, da democracia e da cidadania.

O Grupo de Estudo “Estado e Governo” coordenado pela professora Maria Teresa Miceli Kerbauy, possibilitou-me discutir a implementação de políticas públicas, do ponto de vista institucional. Isto foi de fundamental importância, pelo fato da minha pesquisa discutir a implementação de políticas públicas de ações afirmativas pelo Estado, pela sociedade civil e pelo setor privado.

Este último agente do desenvolvimento econômico multicultural, o setor privado ou mercado, foi apreendido a partir das disciplinas que têm por objeto de análise a economia ou o desenvolvimento econômico que abordamos mais adiante.

A disciplina intitulada “Teorias Sociológicas Clássicas: Marx Weber” lecionada pelo sociólogo e cientista político, Marco Aurélio Nogueira, em 2006, possibilitou-me construir o conceito de políticas públicas, que é visto aqui como resultado das ações dos três agentes do desenvolvimento econômico multicultural. Os objetivos dessa disciplina aparecem na sua ementa.

[...] Partindo do reconhecimento de que a perspectiva e os temas de Weber constituem uma das grandes referências das ciências sociais e têm se reposto continuamente no debate contemporâneo, o curso procurará realizar um balanço preliminar desse fato, de modo a explorar tanto a validade em si e a especificidade das proposições weberianas mais imediatamente políticas, quanto o diálogo (implícito ou explícito) que com elas estabeleceram alguns importantes autores contemporâneos: Lukács, Gramsci, Bobbio, Giddens e Habermas.

Entre os temas discutidos nesta disciplina, destacam-se estes: a racionalidade e a compreensão; o tradicionalismo, racionalização, modernidade; a ação social, legitimidade, dominação; o Estado moderno, burocracia, desencantamento do mundo; a liderança carismática; a emancipação racionalidade instrumental e a política; Weber e o Brasil.

Weber me ajudou no fundamento do conceito de políticas públicas, pela minha apropriação da sua teoria de ação social. As ações afirmativas são tratadas nessa perspectiva, mas, tomando-se sempre o cuidado de lê-las na sua complementaridade, com as abordagens marxistas. Nesse caso, a teoria dos campos de Bourdieu, que é uma junção do idealismo weberiano e do materialismo marxista, me levou a conceber as políticas públicas do multiculturalismo como práticas sociais construídas com base nas relações de força.

No mesmo sentido, a disciplina “A atualidade do universo crítico-conceitual marxiano: a obra de Mészáros”, em 2006, da socióloga, Maria Orlanda Pinassi, foi fundamental.

Objetivos: realizar a leitura imanente de parte substancial da obra do filósofo húngaro István Mészáros a fim de apreender os nexos essenciais do seu projeto crítico analítico sobre o capital e suas formas de controle social, bem como da síntese marxiana que realiza para expor as contradições do sistema sócio-metabólico do capital.

Essas abordagens marxistas apuraram o meu senso crítico em relação às políticas de ações afirmativas que vêm sendo implementadas no Brasil. Tanto nos debates travados com os colegas marxistas na sala de aula, nos corredores, como a leitura das obras analisadas, possibilitaram-me elaborar as interrogações críticas e autocríticas do tipo: até que ponto as políticas de ações afirmativas visam à emancipação da população negra? Não seriam políticas paliativas? Não estariam compactuando com a lógica do capital? Não seriam reformistas, em vez de serem revolucionárias?

A disciplina “Teorias Sobre o Racismo e Discursos Anti-racistas”, do professor Kabengele Munanga da Universidade de São Paulo, foi feita em 2006, tinha esses objetivo:

Atualizar a discussão teórica sobre o fenômeno “racismo” nas sociedades contemporâneas, fornecendo aos alunos instrumentos conceituais que lhes permitem analisá-lo no tempo e no espaço. Essa discussão visará tanto às especulações e construções raciologistas e racistas, quanto aos discursos anti-racistas formulados pelos cientistas de vários ramos de saber e pelos ideólogos e movimentos sociais envolvidos. Situando o problema no plano

internacional e numa perspectiva histórica, pretende-se proporcionar aos alunos elementos críticos para que possam sair dos lugares comuns, entender melhor a sociedade concreta na qual estão inseridos e analisar o racismo à moda brasileira não como um caso isolado, apesar de suas peculiaridades.

Quanto ao conteúdo, foram abordados estes temas: no campo-etno-semântico: usos e sentidos dos conceitos de raça e racismo; alguns panoramas da história do racismo: antiguidade clássica, idade média, modernidade ocidental, mundo árabe e islâmico; sociedades contemporâneas: disciplinas científicas contemporâneas/relações entre grupos e culturas nas sociedades contemporâneas; doutrinas racistas: gobinismo, darwinismo social, nazismo, arianismo; discursos e ações anti-racistas; alguns temas atuais relacionados com o racismo: sexo e racismo, gêneros e racismo, raça e identidade, racismo e multiculturalismo, racismo e políticas de ação afirmativa.

Como se percebe, essa disciplina me auxiliou na construção do campo do multiculturalismo. Mas, a concepção da teoria do desenvolvimento econômico multicultural só foi possível graças à combinação dos elementos dessa disciplina com outras que tinham por objeto de análise a economia ou o desenvolvimento.

O “Seminário de Pesquisa: Doutorado”, conduzido pela ilustre professora, Maria Teresa Miceli Kerbauy da UNESP, em 2006, foi um momento de teste do projeto dessa investigação, através do confronto de ideias feitas, via exercício escolástico: exposição, questionamentos e respostas.

Além das disciplinas obrigatórias para o cumprimento dos créditos, cursei mais três extracurriculares, para ampliar meus conhecimentos em relação ao objeto da investigação. Estas me auxiliaram na compreensão da relação entre a economia e o desenvolvimento.

Começamos pela disciplina da professora economista, Luciana Togeiro de Almeida, “Desenvolvimento socioeconômico”, oferecida aos alunos de graduação, em 2006.

Objetivos: Discutir o conceito, indicadores, abordagens e teorias do desenvolvimento econômico. Analisar os determinantes numa perspectiva histórica: da ênfase em capital físico, ao debate sobre escolhas de políticas, tecnologia, capital humano, fatores institucionais. Apresentar o pensamento da CEPAL sobre o desenvolvimento da Periferia e a abordagem da dependência. Discutir a abordagem do desenvolvimento nas propostas do Consenso e Pós-Consenso de Washington. Refletir sobre os desafios de desenvolvimento da América Latina à luz do debate mais geral sobre desenvolvimento.

Estruturou-se a partir desses autores e temas: introdução: conceitos e indicadores; 1) Sen: introdução: desenvolvimento como liberdade; a perspectiva da liberdade; os fins e os meios do desenvolvimento; mercados, estado e oportunidade social; Furtado: a profecia do

colapso; o mito do desenvolvimento econômico; objetividade e ilusionismo em economia; Daly e Veiga: desenvolvimento sustentável; Pnud; - banco mundial; 2) economia do desenvolvimento: a Cepal *versus* a doutrina do livre comércio: presbith; Rodrigues; Bielshowsky; 3) dependência e desenvolvimento: Cardoso e Faletto; Haber; Bielshowsky; 4) desenvolvimento em perspectiva histórica: Chang; Abramovay; 5) Consenso e pós-consenso de Washington: Williamson; Banco Mundial; Rodrik; 6) a América Latina na economia mundial: Ricupero; Unctad.

A disciplina de “História Econômica do Brasil”, lecionada pelo economista e sociólogo Adilson Marques Gennari, em 2006, para os alunos de Pós-Graduação em Economia da Unesp.

Objetivos: Ciclos econômicos, agricultura de exportação e agricultura voltada para o mercado interno. Escravidão e formação do mercado de trabalho livre. Transformações na agricultura; Origens e desenvolvimento da industrialização. Infra-estrutura. Bancos e mercado de capitais. Sindicatos e mercado de trabalho. Estado, grupos sociais e política econômica. A República Velha. A era Vargas. A crise do início dos anos sessenta. A política econômica na era da ditadura militar. Crise da dívida externa e colapso do padrão de financiamento. O combate à inflação inercial e os planos de estabilização. Crise financeira global. Reforma monetária e política cambial. Globalização e neoliberalismo no Brasil.

O roteiro da disciplina traz ideias sobre os temas debatidos: apresentação do programa e o sentido da colonização: Caio Prado Jr; a mudança de eixo dinâmico: Celso Furtado; apogeu e crise da primeira República: Winston Fritsch; a particularidade brasileira ou via colonial: Maria Angélica Borges; José Chasin; Florestan Fernandes; a transição capitalista: Sergio Silva; João Manoel Cardoso de Mello; Francisco de Oliveira; o projeto de Getúlio Vargas: Francisco Corsi; o plano de metas: Carlos Lessa; Francisco de Oliveira; José Serra; o modelo de substituição de importações: Maria da Conceição Tavares; Celso Furtado; a crise do desenvolvimento no governo João Goulart: Adilson Gennari; o milagre econômico, salto para o caos, crise e mudança estrutural: Maria da Conceição Tavares; José Serra; Paul Singer; a crise dos anos 1980: o heterodoxo e o pós-moderno: Bier et all; a guinada dos anos noventa, aberturas e desregulamentações: Ricardo Carneiro; Adilson Gennari; reforma monetária e Plano Real: Pérsio Arida e André Lara Resende; Luiz Figueiras; globalização, nova corporação, exército industrial de reserva e ornitorrinco: Adilson Gennari; Francisco de Oliveira; José Carlos de Sousa Braga.

Cursei uma outra disciplina intitulada “Estudos comparados sobre desenvolvimento em países emergentes”, com os professores, sociólogos da USP, Álvaro Comin e Glauco Arbix, em 2006. O objetivo deste era analisar, comparativamente, o desenvolvimento nos países

emergentes. Eis a estrutura do curso: Bloco I: aula 1: Abertura; enquadramento teórico do curso: objetivos e relevância; apresentação do desenvolvimento como campo disciplinar específico. Introdução à formação das principais escolas; aula 2: teoria clássica e neoclássica (John Martinussen; Robert Wade); a aula 3: neo-institucionalismo (Douglass North; M. Cimoli; R. Nelson; J. Stiglitz); aula 4: Shumpter e sua linhagem; aula 5: estruturalismo, desenvolvimentistas e o Estado planejador (John Martinussen). O Bloco II: aula 6: repensar as políticas de crescimento nos países em desenvolvimento (John William; Dani Rodrik; Johnson Chalmers); aula 7: adesões e trajetórias distintas: Confronto entre América Latina e Ásia (Alice Amsden; Robert Wade; Dajin Peng); aula 8: Heterodoxia versus ortodoxia nos países que mais cresceram: Japão (Johnson Chalmers); aula 9: China (Yingyi Qian; Edwin Lim); aula 10: Coréia do Sul (Alice Amsden; O.Kwo); aula 11: Índia (Dani Rodrik; T. N. Srinivasan); aula 12: México (Juan Carlos Moreno-Brid); aula 13: Brasil (Derthier Stern); aula 14: Pontos para uma estratégia alternativa (Joseph Stiglitz; Peter Hall; David Soskice).

Essas três disciplinas e minhas leituras pessoais permitiram-me conceber a teoria do desenvolvimento alternativo, tendo o espaço nacional e internacional como referências.

As disciplinas cursadas me possibilitaram ter acesso a um conjunto de material que facilitou a organização da parte bibliográfica dessa pesquisa. Tanto as disciplinas cursadas para obtenção de créditos, como as extracurriculares, convenceram-me da importância de estudar as relações entre políticas de ações afirmativas e desenvolvimento econômico e social. Durante esse período, pude observar uma ausência da população negra nos discursos dos docentes responsáveis das disciplinas, como nas bibliografias apresentadas, exceto na disciplina do professor Kabengele Munanga, “Teorias sobre o Racismo e Discursos Antiracistas”, onde ela é estudada com foco na realidade global e local; da mesma forma ocorreu no “Seminário de pesquisa de doutorado”, onde tive a oportunidade de apresentar o meu projeto de pesquisa. Isto significa que o subsídio recolhido precisou ser reapropriado considerando-se os interesses da minha investigação. Atuei, do mesmo modo, na elaboração dos trabalhos destinados à obtenção de crédito. Em todo caso, foi uma fase importante que contribuiu para a construção do objeto dessa pesquisa.

Enfim, devo dizer que no último relatório semestral de bolsistas (2006-2007), entregue ao Programa de Pós-graduação em sociologia, destacava-se o otimismo e a plena confiança que tinha em relação ao andamento da minha pesquisa. Vários fatores contribuíram para a emergência de tal clima, que em momento nenhum significa negar as dificuldades encontradas na sua elaboração, como mostrarei em outros capítulos. As atividades que acabei de descrever nas seções precedentes, certamente, auxiliaram, diretamente. Na ocasião da

apresentação daquele relatório dizia que “a estrutura pedagógica do Programa de Pós-graduação em Sociologia, as disciplinas cursadas, a presença do meu orientador possibilitaram-me, até aquele período, desenvolver o meu trabalho de pesquisa”. Não só isso, os debates intelectuais nos eventos científicos, comunitários e o processo de publicações ampararam-me no sentido de testar, cada vez mais, as hipóteses e os objetivos desta pesquisa, assim como o seu amadurecimento. Com tudo isto, quero dizer, que me ajudaram a criar estratégias de construção do objeto dessa pesquisa e a teoria que o sustenta.

Antes de apresentar os fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, gostaria, ainda, de continuar com a socioanálise, focando nos motivos que me levaram a investigar sobre o tema desse trabalho.

2. Escolhas acadêmicas como escolhas da vida

Este item “Escolhas acadêmicas como escolhas da vida” é parte da bioepistemologia. Na linguagem acadêmica é geralmente conhecida como o item de “justificativa e revisão da literatura”. O que as normas acadêmicas recomendam, geralmente, é colocá-lo na introdução do trabalho. Pelas minhas convicções epistemológicas e metodológicas quis exercer a minha liberdade no sentido de inseri-lo nesse capítulo. Pois, para mim, tem muito a ver com as bases epistemológicas do referencial teórico desse trabalho.

Parto da consideração de Antônio Joaquim Severino de que a justificativa implica também o que chamamos de revisão de literatura para explicar o objetivo desse item.

Justificativa: nesse tópico do Projeto, cabe adiantar a contribuição que se espera dar com os resultados da pesquisa, justificando-se assim a relevância e a oportunidade de sua realização, mediante o desenvolvimento do projeto. Este é o momento de se referir então aos estudos anteriores já feitos sobre o tema para assinalar suas eventuais limitações e destacar assim a necessidade de se continuar a pesquisá-lo e as contribuições que o seu trabalho dará, justificando-o desta maneira. É o que denomina a revisão de literatura, processo necessário para que se possa avaliar o que já se produziu sobre o assunto em pauta, situando-se, a partir daí, a contribuição que a pesquisa projetada pode dar ao conhecimento do objeto a ser pesquisado. (SEVERINO, 2008, p. 130).

Considero este capítulo como elemento da primeira parte desse trabalho que tem por objetivo oferecer os elementos epistemológico-metodológicos dessa pesquisa. Diferente do item anterior que destacou os motivos de ordem pessoal aqui, quero mais mostrar as razões “científicas” que me levaram a escolher o assunto em pauta. Como se verá, não se trata de fazer uma revisão exaustiva, mas na contingência da minha realidade do ser humano e pesquisador, tento mostrar, fundamentando-me no princípio da teoria do campo de Bourdieu

(2004, 2001b) de que é dentro dos limites de cada teoria que nascem novas descobertas científicas, os limites e avanços das produções que precederam essa tese. Além disso, devo confessar que houve uma evolução dos fatos desde o início desta minha investigação em 2006 até o início de 2010. Pois, a sociedade e o campo científico são realidades dinâmicas.

2.1. Ponto de partida: superando os reducionismos

“Repensando o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: Políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (19995-2009)” é o título desta pesquisa. Mas, por que elaborar um trabalho com esse título? O que isto significa? Qual é a sua justificativa?

Uma parte da resposta a essa pergunta foi dada no item que tratou da história de vida do autor desse trabalho. Para repeti-la de outra forma, diria que as desigualdades raciais, entre brancos e negros, reveladas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil (2005), *Racismo, pobreza e violência*, e a maneira como o debate sobre as cotas e as ações afirmativas vêm sendo conduzido, nos interpelaram profundamente. Nesse último caso, o reducionismo caracteriza os posicionamentos em favor ou contra cotas, perdendo-se de vista a complexidade do tema¹. Essas observações fazem parte da minha experiência de ativista e pesquisador negro envolvido com esta questão, como indicado na minha biografia. Outros pesquisadores, entre muitos, Marcelo Paixão (2005b, 2006a), Sérgio Costa (2006), Andreas Hofbauer (2006), vêm questionando o debate sobre ações afirmativas e cotas, no mesmo sentido. O que falta, no momento, é um diálogo entre os estudos das relações raciais, do multiculturalismo e do desenvolvimento na atualidade.

Desde a gestação desta pesquisa, em 2005, até o momento, a minha observação dos fatos evocados, acima, vem se confirmando cada vez mais. Entendemos que a temática de políticas de ações afirmativas faz parte da velha questão da emancipação e da integração do negro. Como expressão de liberdade substantiva (SEN, 2000; PAIXÃO, 2005b, 2006a) buscada pelos próprios negros ou pensada pela classe dominante branca, essa velha questão tinha no seu bojo o tema do desenvolvimento dessa população. É dessa forma que se

¹A guerra simbólica entre os dois grupos pode se perceber em suas publicações. O ponto comum entre ambos é que se autodeclararam anti-racistas. Os que são contra cotas escreveram, entre outros, esses textos: *A ÍNTEGRA DO MANIFESTO CONTRA DIVERSOS DISPOSITIVOS* (2006), *Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor* (KAMEL, 2006), *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo* (FRY et al., 2007), *A revolução quilombola: Guerra racial, confisco agrário e urbano, coletivismo* (BARRETO, 2007); *MANIFESTO* (2007), *ANTICOTAS* (2008); as reações dos que estão a favor das cotas expressaram-se nessas obras: *MANIFESTO EM FAVOR DA LEI DE COTAS* (2006), *MANIFESTO PRÓ-COTAS* (2008), *MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA* (2008). Tudo mostra que o grande problema é a questão de cotas.

justificam as hipóteses e os objetivos desta pesquisa. Com isto estamos afirmando a urgência da construção de um marco teórico-metodológico que possa auxiliar a sociedade brasileira a pensar, na sua complexidade, as políticas ações afirmativas; todavia, pensá-la na sua dimensão relacional com a temática do desenvolvimento social e econômico.

Para tanto, não é preciso delimitar a investigação nos discursos acadêmicos que deram nascimento às ciências sociais brasileiras. É preciso, então, ter em mente, que outros registros não científicos (manifestações e organizações culturais, sociais, políticas e econômicas) produzidos pelos negros e brancos no Brasil, são vestígios históricos para a investigação do objeto deste estudo. Trata-se de uma reviravolta metodológica e conceitual no sentido de Boaventura de Sousa Santos (2003). Na perspectiva, desse autor existe uma pluralidade de produções de saberes e conhecimentos que vão além do quadro acadêmico.

2.2. Quatro fases dos estudos das relações raciais

Acabamos de afirmar, acima, que o tema de cotas e ações afirmativas faz parte do debate da emancipação e integração do negro. A questão da emancipação era discutida no Brasil Colônia² pelos homens políticos e intelectuais como José Bonifácio de Andrade e Silva (2006), e no meio dos abolicionistas por Joaquim Nabuco (2002), Luiz Gama e outros. No século XVIII, José Bonifácio de Andrade e Silva já discutia a abolição progressiva e a concessão de terras para o cultivo, tanto para negros como para os índios, apesar da sua postura colonizadora e racista. Os movimentos abolicionistas também discutiram a questão da reforma agrária e da emancipação de negros pela educação (NABUCO, 2002; CARDOSO, 1965); já com a atuação de Luiz Gama como rábula, estamos na presença das primeiras “ações afirmativas” de assistência jurídica para negros.

No período pós-abolição, esse debate girou em torno da temática da identidade nacional. Estávamos na primeira metade da República quando as ciências sociais foram se formando. Já na sua gênese, elas debatem o “problema do negro”. Tem se dividido, geralmente, os estudos sobre o negro, em quatro fases: a fase dos pioneiros (século XIX até 1930), a fase de Gilberto Freyre (1930-1950), a fase de Florestan Fernandes (1950-1980) e pós-Florestan Fernandes (1980 até hoje). Essa divisão não deve ser tratada de uma forma linear, pelo contrário, de uma forma interativa (PAIXÃO, 2005a).

A primeira fase é marcada pela discussão entre aqueles que defendiam a mestiçagem

² Segue-se a periodização da história brasileira de Ianni (2004e): Brasil Colônia (1500-1822), Brasil Monárquico (1822-18889) e o Brasil República (1899 a nossos dias).

do povo brasileiro e aqueles que eram contra ela. O pensamento desses homens da ciência brasileira fundamentava-se na antropologia física racialisista. Os que eram contra, como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, eram pessimistas, ao mesmo tempo (MUNANGA, 2001); pois, acreditavam que a mestiçagem seria causadora da degeneração do povo brasileiro (PAIXÃO, 2005). “Na história dos nossos estudos das relações de raça, os homens que mais se equivocaram foram Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Ambos se basearam no pressuposto da inferioridade do negro e do mestiço” (RAMOS, 1995, p. 179). Para Ramos, Nina Rodrigues é tratado como apologista do Branco, e a teoria de Vianna como arianizante. Entre aqueles que eram a favor e, obviamente, otimistas em relação à miscigenação, pode-se citar, Sílvio Romero. Mas, a sua teoria não escapou da “ideologia da brancura” (RAMOS, 1995). Retomando Paixão (2005a, p. 248): “o literato sergipano tendeu a ser mais otimista acreditando que desse processo caldeador, resultaria o próprio brasileiro do futuro, ou seja, branco e plenamente adaptado (racial e culturalmente) aos trópicos”. Outra vez, a cegueira teórica e ideológica da brancura ali está presente.

A segunda fase do debate, nos anos de 1930, é marcada pela presença dominante de Gilberto Freyre (1992), cujo pensamento era fortemente influenciado pelo culturalismo (MUNANGA, 2001). Na mesma direção, Guerreiro Ramos (1995) e Paixão (2005) reconhecem que existiram, igualmente, outros culturalistas, como Arthur Ramos. Para Paixão (2005, p. 248):

[a] pesar das diferenças de enfoques presentes entre ambos os autores, unifica seus respectivos aportes a concepção de que na compreensão do caráter nacional, usando o termo de Moreira Leite (1976 [1954]), os fatores raciais seriam secundários frente às variáveis de ordem sócio-cultural.

Em relação a Arthur Ramos, as críticas de Guerreiro Ramos (1995, p. 187-188), são duras:

Arthur Ramos, continuando a linha de Nina Rodrigues, pelo prestígio que veio a ter nos meios intelectuais, perturbou, na verdade, a evolução do pensamento socioantropológico genuinamente brasileiro, encaminhou-se para o beco sem saída do ecletismo.

A sua adesão à antropologia cultural e adoção do *approach* da aculturação são vistos, do ponto de vista do negro, por Ramos, com suspeitas. Para ele a aculturação, tal como tratada por esse autor, é tida como a preservação e expansão da “brancura”; dominação dos não europeus. “Pesa-me dizer que, em alguns aspectos, a obra de Arthur Ramos não está eximida de charlatanismo” (RAMOS, 1995, p. 189). É para dizer que era a não ciência; faltava-lhe uma certa iniciação à sociologia da sociologia, à apropriação da crítica. Além disso, contra o quê

Paixão afirmou, emprestando a fala de Moreira, para Ramos (1965), tratava-se de um nacionalismo colonialista e não emancipatório.

A terceira fase (1950-1980) dos estudos do negro é identificada com a obra de Florestan Fernandes (1965; 1978). Do ponto de vista do negro, no sentido de Guerreiro Ramos (1995), diríamos que a obra dele foi dominante; mas, havia, também, outros estudos e abordagens. Queremos nos contrapor à obra de Fernandes com a dos estudiosos negros, ligados ao Teatro Experimental do Negro, na figura de Guerreiro Ramos (1995) e Abdias Nascimento (2002), e outros como Clóvis Moura (1994). Para mim, a sociologia de Fernandes ganha notoriedade por quatro razões: o prestígio ligado à sua situação de ser um professor da USP; a sua produção intelectual; o seu posicionamento contra a obra dominante de Freyre e o financiamento de suas pesquisas pela UNESCO.

O ponto comum entre esses autores da terceira geração, é que suas obras se contrapunham às abordagens culturalistas dominantes. A ideia de que a escravidão portuguesa era branda, em comparação ao sistema norte-americano, é rejeitada. Fernandes (1965) em *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*, Ianni (1988) em *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional* e Cardoso (1962) em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* mostram que a teoria da "democracia étnica" de Freyre (1992; PAIXÃO, 2005), classificada por eles de "democracia racial", é um mito de dominação da elite branca; seus estudos confirmam a presença do preconceito racial nas relações raciais entre negros e brancos.

Grande parte dos estudos desses autores fazia parte do projeto da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que emergiu do clima de luta anti-racista reinante após a Segunda Guerra Mundial e da ideia que se tinha do Brasil como um país da democracia racial. Estes fatores levaram seus financiadores a escolher este país como um laboratório. Esperava-se que dos resultados obtidos, ele pudesse servir de modelo aos outros países do mundo. Marcos Chor Maio (1999), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), que estudaram a agenda da UNESCO, revelam que este documento, apesar das diferenças de seus autores, identifica o Brasil como uma nação marcada pela diversidade cultural e racial; além disso, o preconceito racial, no Brasil, é visto como uma de suas características. Oracy Nogueira (1985), no mesmo contexto, em *Tantos preto quanto branco: estudos de relações raciais*, estabelece uma diferença entre o que ele chama de « preconceito de marca », praticado no Brasil, e « preconceito de origem », presente nos Estados Unidos. A primeira modalidade de preconceito acontece quando a pessoa ou um grupo social é

discriminado à base da cor de sua pele; já a segunda, tem por critério discriminatório a origem, a ascendência étnica; são dois modelos típico-ideais que se complementam.

Os intelectuais negros, tais como Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, são dessa terceira geração dos estudos raciais. A única diferença é que a sua situação de negro não lhes permitia ter reconhecimento como parte da intelectualidade do país. Assim, pôde-se entender o radicalismo e seus posicionamentos intelectuais e políticos. Havia um confronto aberto entre esses intelectuais negros em relação aos seus pares brancos, apesar de compartilhar alguns princípios políticos e científicos ligados à ideologia da esquerda. Para Guerreiro Ramos (1995), a primeira, a segunda e a terceira geração dos estudos do negro são, ideologicamente, alinhados com a celebração da branquidão; apesar de diferenças de métodos, de técnica científica aplicada, eles não deixam de tratar “o negro como tema”. Nas próprias palavras de Ramos: “Há certamente, entre eles, diferenças de método, técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário” (RAMOS, 1995, p. 189). Ramos cita os nomes de Oscar Freire, Arthur Ramos, Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre e seus imitadores.

Ainda entre esses estudiosos, incluem os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro – o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de, sine ira ac studio, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros. Anota-se, em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre negro de autoria de um estudioso negro, como documentos “curiosíssimos”. (RAMOS, 1995, p. 190).

A crítica de Ramos contra as ciências sociais brasileiras tem o mesmo peso que as de Bourdieu (2001b), de Morin (2005), de Santos (2003) em relação à transferência dos mecanismos de poder das relações sociais no campo da produção da ciência. A relevância da crítica de Ramos dá-se pelo fato de mostrar o peso das relações raciais na produção do conhecimento. Isto é tão verdadeiro que, apesar da sua competência intelectual, tanto ele como outros intelectuais negros de sua geração, só participaram indiretamente no projeto da UNESCO e, dificilmente, tinham acesso às universidades brasileiras. Mas, aqueles que Guerreiro Ramos criticava tiveram uma participação direta: Arthur Ramos, Fernandes, Bastide, Wagley (MAIO, 1999).

A crítica dos intelectuais negros da terceira geração não se limitava somente aos critérios éticos que deveriam conduzir a ciência brasileira, mas afetava, também, a sua

estrutura metodológica. É dessa forma que Guerreiro Ramos sugeria contra a sociologia do “negro como tema”, uma sociologia que tratasse “o negro desde dentro”. Trata-se de uma postura ético-político e epistemológico-metodológico que tem por princípios explicar a realidade afro-brasileira como vivida pelos seus sujeitos. Abdias Nascimento em *Genocídio do negro brasileiro* (1978), *Sortilégio do negro brasileiro* (1978), *O quilombismo* (1980) e Clóvis Moura em *Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959), *Os quilombos e a rebelião negra* (1984), *Rebeliões da senzala* (1988), *Sociologia do negro* (1988), *Dialética radical do Brasil negro* (1994), assumem a mesma tática em que a militância e a ciência andam de mãos dadas. A visão funcionalista-marxista de Florestan Fernandes é corrigida por esses estudos. O negro não é mais tratado como tema, passa a ser sujeito de pesquisas que dizem respeito a sua comunidade, e a tratar os “temas”, objetos e sujeitos históricos, numa perspectiva positiva; de rebeldia que reivindica a cidadania, a nacionalidade plena. Nesses autores, as abordagens culturalistas são tratadas conjuntamente com as abordagens materialistas. Quer dizer, essa geração, mesmo não usando a linguagem de ações afirmativas, entendia que a emancipação do negro brasileiro era uma questão do desenvolvimento social, cultural, político e econômico dentro da nação.

A quarta geração, geralmente, é situada nos anos de 1980. A publicação da tese de Carlos Hasenbalg (2005) com o título de *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil* é tida como um divisor de água. Hasenbalg (2005) para além de corroborar as críticas de Florestan Fernandes em relação ao pensamento freyriano, o corrige ao mesmo tempo. Mostra que as desigualdades entre brancos e não brancos, não são só resultados de uma herança escravagista, mas elas se reconfiguraram a partir da nova realidade de uma sociedade de competição. Para ele, as desigualdades na sociedade brasileira estão estruturadas por dois sistemas dialéticos: as relações de classe e de raça. Conforme Paixão (2005a), os estudos desse autor e de Valle Silva (1980) contribuíram na inovação do uso dos indicadores demográficos para fundamentação das pesquisas e em uma concepção sobre o modo de funcionamento do racismo à brasileira. Eles colocavam em cheque o otimismo que marcou a pesquisa da escola de sociologia da USP, segundo o qual, a modernização da sociedade brasileira, por si, geraria transformações progressivas na seara dos relacionamentos inter-raciais.

O que se tem verificado é o contrário: a permanência das desigualdades raciais entre negros e brancos. Mesmo nos momentos de crescimento econômico ou degradação econômica, elas permanecem afetando, sempre, negativamente os afro-brasileiros. Marcelo Paixão (2005a), na sua tese de doutorado, “Crítica da Razão Culturalista: relações raciais e a

construção das desigualdades sociais no Brasil”, observou o que acabamos de afirmar. O estudo dele é muito importante para quem focaliza a questão de desigualdades raciais, pois nele encontramos um diálogo crítico com a literatura clássica e contemporânea sobre o assunto. Para esse autor, há uma necessidade de se criar uma agenda de pesquisa sobre o estudo das desigualdades raciais. Entendo que o ponto forte da tese de Paixão é a releitura dos índices do desenvolvimento humano, a partir de um recorte racial. O foco dessa abordagem estabelece uma diferença entre seus estudos e os de Hasenbalg.

Do ponto de vista histórico, este meu trabalho situa-se na quarta fase dos estudos das relações raciais. Ele reconhece a importância de estudar as relações raciais em termos de desigualdades raciais, mas o foco dele não é estudar os indicadores de desigualdades raciais, como faz Hasenbalg e Paixão. E não só isso; localiza-se no campo dos estudos das relações raciais que têm dialogado com as teorias do multiculturalismo, ou de etnicidade, e do desenvolvimento. As teorias que investigam a maneira como os grupos étnicos oprimidos, na sua situação de precariedade, de “subdesenvolvimento”, marcadas pelas desigualdades, pela negação de sua cidadania, fazendo uso da categoria “raça”/“etnia”, conseguem se mobilizar cultural, social, política e economicamente; dita em outras palavras, reconcilia as teorias da cultura com as do desenvolvimento. Mais adiante, mostraremos que Paixão (2003) é o principal referencial brasileiro que tem trabalhado nessa perspectiva, contudo, a sua opção teórica com os estudos raciais, impede-lhe de estabelecer um diálogo com as teorias do multiculturalismo como o faz D’Adesky (2001), Petronilha Gonçalves Beatriz e Silva e Luiz Alberto Gonçalves (2006) no contexto brasileiro.

O debate, na perspectiva dos estudos raciais e do multiculturalismo, começou a se forjar com as novas reivindicações de movimentos negros contemporâneos (1970-1990) sobre a questão de reparações. Como dito, é um debate antigo, desde a Colônia. A constituição Federal de 1988, ao reconhecer o Brasil como uma nação multicultural e multirracial, abriu portas para pesquisas com enfoque no multiculturalismo, nas ações afirmativas. As conexões internacionais do movimento negro com o pan-africanismo e o movimento da negritude, as independências africanas, os movimentos civis dos Estados Unidos nos anos de 1930-1970, já vinham preparando o terreno do debate atual (COSTA, 2006). Em 2001 e 2002, o pré-Durban e o pós-Durban marcaram para sempre o debate teórico e político numa perspectiva do multiculturalismo.

2.3. A urgência de uma nova abordagem

Há muitas coisas a se dizer, ainda, sobre a evolução da questão da emancipação, da integração do negro que, hoje, se expressa em termos de políticas de ações afirmativas. Há um certo reducionismo teórico que empobrece tanto o campo da ciência como o da política. Tudo se passa como se o debate, sobre ações afirmativas, se reduzisse à questão de cotas; como se o debate, sobre políticas de ações afirmativas, não tivesse nada a ver com a questão do desenvolvimento econômico e social; esse debate é reduzido no campo dos estudos culturais esquecendo-se de envolver outras disciplinas. É dessa forma que achamos que é urgente a elaboração de uma teoria da complexidade que pudesse criar uma discussão entre as ciências sociais para o enriquecimento do debate atual. Uma tal postura teórica exige uma discussão ampla com a história do desenvolvimento social, cultural, político e econômico do Brasil.

Colocar o debate sobre as políticas de ações afirmativas na perspectiva da complexidade significa reconhecer limites nas reflexões existentes. Esses limites estão presentes até no meio negro. Todo esforço intelectual e político, de 1990 até hoje, está concentrado no campo da cultura (raça, identidade, religião, estética, música) e da educação. Entre as contribuições que datam dos anos de 1990 até 2002, no II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, pode-se citar essas publicações que focalizaram a questão do multiculturalismo, de ações afirmativas e cotas: Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva publicam ([1998] 2006) *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*; Petronilha Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério (2002), *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*; D'Adesky (2001), *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Essas publicações abordam o tema do desenvolvimento implícita ou indiretamente; não o assume, explícita e diretamente, como uma abordagem teórico-metodológica.

Vinte trabalhos foram publicados em 2003, após o II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) (2002). Só dois deles tocaram diretamente o objeto da minha investigação, as relações entre multiculturalismo e desenvolvimento da população negra. Ntombizolile Vakalisa, "Role of distance in human development: a case study of diploma in youth development offered by UNISA"; e Valter Roberto Silvério, "Ação afirmativa: percepções da 'casa grande' e da 'senzala'". Como se vê, o primeiro trabalho é de um estrangeiro sul-africano; trata a questão da educação com enfoque teórico do desenvolvimento. O trabalho nacional faz uma discussão teórica sobre a questão de ações

afirmativas que era, ainda, incipiente entre nós. Portanto, trata do multiculturalismo sem, todavia, relacioná-lo com o desenvolvimento.

A partir do III e IV COPENE´s o que se verifica é uma certa “ação afirmativa” no meio acadêmico negro. Essa situação se expressa, tanto pelo número significativo dos participantes como pela variedade de temas discutidos, que têm impacto direto no meu objeto de investigação.

Tabela 1: Temas tratados nos congressos de pesquisadores negros 2000-2006

EVENTO	DATA	LOCAL INSTITUIÇÃO	TEMA	Nº DE PARTICIP.
I CBPN	22 a 25/11/2000	Recife, UFPE	O negro e a produção do conhecimento: dos 500 anos ao século XXI	320
II CBPN	25 a 29/11/2002	São Carlos UFSCar	De preto a afrodescendente: a pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil	450
III CBPN	05 a 08/09/2004	São Luís UFMA	Pesquisa social e políticas de Ação Afirmativa para Afrodescendentes	595
IV CBPN	13 a 16/09/2006	Salvador UNEB	O Brasil negro e suas africanidades: produção e transmissão de conhecimentos	1500

Fonte: (V COPENE, 2008, p. 2)

O IV CBPN (abreviação encontrada no documental consultado) ou COPENE articulou-se em torno de oito temas/eixos.

Tabela 2: Temas do IV COPENE - 2006

1)	Ciência, tecnologia e sociedade de informação
2)	Ações Afirmativas, Estado e Movimentos Sociais
3)	Educação, Gênero e Diversidade Étnico-Racial
4)	Cultura, Memória e História das Populações Negras
5)	Artes, Literaturas e Linguagens
6)	Comunidades Tradicionais, Religiosidades e Territorialidades
7)	África e Africanidades da Diáspora
8)	Direitos Humanos e Saúde da População Negra

Fonte: Síntese do autor

O que observamos, nesse congresso, em relação ao grupo de estudo de Ações afirmativas, Estado e Movimentos sociais, foi a presença de uma abordagem em conjunto das ações afirmativas, a partir das teorias políticas, dos movimentos sociais e das relações raciais. A maioria das apresentações voltou-se para ações afirmativas e cotas no ensino superior. Só dois trabalhos relacionaram a questão de ações afirmativas com o desenvolvimento: o de BasÍlele Malomalo, “Uma abordagem teórico-metodológica das relações entre etnicidade e desenvolvimento do negro no Brasil” e de Jader Luis Nogueira da Fontoura e Jair Silva dos

Santos, “Políticas de ações afirmativas e desenvolvimento local” (COPENE, 2006).

O V Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, do ponto de vista temático, ampliou-se demais.

Tabela 3: Temas do V COPENE – 2008

1.1. Teoria social e estudos raciais
1.2. Os movimentos sociais negros brasileiros: do pós-abolição à contemporaneidade
2.1. Corpo, gênero e sexualidade
3.1. Relações étnico-raciais, educação e identidades
3.2. Educação, formação de professores e relações étnico-raciais
3.3. Questões negras na educação
4.1. Literaturas africanas: história e etnicidade
5.1. Desenvolvimento econômico social e discriminação
5.2. Ações afirmativas, Estado e racismo institucional
6.1. Afrodescendências e africanidades nas artes no Brasil
6.2. Comunicação, mídia e representações: produção, sentidos e veiculação da imagem do negro
6.3. Relações raciais em discursos midiáticos e literários
7.1. Trajetórias e estratégias de ascensão social de afrodescendentes
8.1. Territórios, religiões e culturas negras
8.2. A cidade, a demarcação de territórios e o patrimônio material e imaterial
8.3. Ritmos da Identidade: Música, Territorialidade e Corporalidade
9.1. Saúde da população negra e racismo ambiental
10.1 Juventudes e (re)existência

Fonte: Síntese do autor

A novidade nesse congresso é que os temas de “Desenvolvimento econômico-social e discriminação racial” e “Ações afirmativas, Estado e racismo institucional” estão no mesmo eixo-temático. O que significa que os organizadores têm a consciência dessa aproximação. Essa necessidade se fez sentir, também, nas salas de debates no IV COPENE. Nesses, os pesquisadores do desenvolvimento e das ações afirmativas trocaram ideias. O grupo de trabalho “Movimentos sociais negros brasileiros: da pós-abolição à contemporaneidade” também ganhou autonomia. Ficou isolado com o tema da “Teoria social e estudos raciais”. O nosso receio é que esse diálogo venha a se perder, e que as “falsas antinomias”, como diria Bourdieu (2002c, 2004), venham a ganhar terreno, parcelando o conhecimento e perdendo-se a complexidade com que merece serem tratados os temas de ações afirmativas.

Por isso, faz-se necessário investigar as relações entre ações afirmativas e o desenvolvimento social numa perspectiva das teorias da complexidade de Bourdieu (2004; 2001b), Santos (2003) e Morin (2005). Guerreiro Ramos já entendia essa exigência no seu tempo.

Embora os princípios gerais de conhecimento positivo sejam universais, existe, em vários sentidos, uma ciência nacional em todo país de cultura autêntica. Em primeiro lugar, o trabalho científico está sempre, direta ou indiretamente, articulado com um projeto nacional de desenvolvimento. (RAMOS, 1995, p. 162).

O movimento dos intelectuais negros, no qual fazia parte, encarava a ciência com essa visão: uma ciência que emancipa o negro e o branco. Além disso, o que Guerreiro Ramos dizia em relação à antropologia, vale, também, para com outras disciplinas das ciências sociais:

Os nossos grandes problemas “antropológicos” – o do índio e o do negro – são aspectos particulares do problema nacional eminentemente econômico e políticos. [...]

Rigorosamente, é lícito afirmar que, em país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre sentido dispersivo se não se articular com o processo de desenvolvimento econômico. [...] (1995, p. 167)

O que se vê é a preocupação de Ramos (1995) em se articular os estudos culturais com os estudos do desenvolvimento econômico. Na atualidade, há trabalhos que tentam recuperar esta perspectiva dialética. Hélio Santos (2001), em *A Busca de um caminho para o Brasil*, Sérgio Costa (2006) em *Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo* (2006); cada um com um enfoque disciplinar diferente, o primeiro baseando-se na teoria do capital humano da disciplina de administração, e o segundo, na sociologia das relações raciais e política, aborda “indiretamente” o problema do negro na perspectiva do desenvolvimento. Sérgio Costa, aliás, acha oportuno, no debate atual sobre ações afirmativas, recuperar o sentido do conceito “integração”. Buscando estabelecer uma distinção entre a política de integração social e integração cultural, com intuito de esclarecer a luta anti-racista no Brasil, escreve o seguinte:

Seguindo a esclarecedora formulação de Joas (1997), tem-se que o nível da integração social representa a esfera na qual se dão os conflitos de interesses e as lutas distributivas. É também nesse plano que as normas ganham validade. A integração cultural diz respeito às formas de decodificação social das estruturas e ao universo no qual se formam os valores. A dinâmica social é sempre resultado da combinação dos processos de integração que se dão nesses dois níveis, não se reduz a um nível nem ao outro. Nesse sentido, o desafio consiste precisamente em desvendar os processos de integração cultural e integração social, definindo as configurações sociais particulares. (COSTA, 2006, p. 217).

Em Costa e Hélio Santos, o debate entre ações afirmativas e desenvolvimento é implícito. Já nos escritos de Marcelo Paixão esta questão está posta de uma forma explícita, como se pode ver nessas suas publicações: *Desenvolvimento humano e relações raciais* (2003), “Nada Haver ou Tudo a Ver? Diálogo entre a questão do desenvolvimento econômico e as relações raciais no Brasil” (2005), *Manifesto anti-racista: Idéias em prol de uma utopia chamada*

(2006), “O Desenvolvimento econômico e as relações raciais no Brasil” (2006), “O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento” (2006); e, sobretudo, nesse seu trabalho que faz um balanço das discussões sobre o desenvolvimento nacional a partir de vários temas e enfoques metodológicos no Observatório da cidadania: “Querelas do Brasil: contexto, contendas e conteúdos dos dez anos de observatório da Cidadania” (2007). Aqui, pode-se ver que a agenda de pesquisa anunciada por Paixão (2005a) para os estudos das relações raciais, na sua dialética com a temática de indicadores de desigualdades sociais e do desenvolvimento, está sendo cumprida. Há outras obras, como as de José Álvaro Moisés (2002) “Diversidade e Desenvolvimento nas Américas”, do PNUD Brasil (2005) que trabalham a partir da dialética do campo da cultura/sociedade e do desenvolvimento.

A obra de Paixão é importantíssima para esta nossa pesquisa do ponto de vista da fundamentação teórica, apesar da sua escolha teórica com os estudos das relações raciais do que com as teorias do multiculturalismo como o fazem Jacques D’Adesky (2002) ou Petronilha Gonçalves Beatriz e Silva e Luiz Alberto Gonçalves (2006). Além disso, do ponto de vista metodológico empírico, a nossa investigação inspira-se nos trabalhos de Rosana Heringer “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: Um balanço do período 2001-2004” (2005), “Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil” (2001), e de Aaron Myers (2003) “O valor da diversidade racial nas empresas”. Esses autores, para além de mapear as ações afirmativas, as avaliam enquanto programas, o que não vimos nem em Paixão e nem em outros autores citados. A nossa crítica em relação a Heringer e Myers, é que a questão do desenvolvimento social e econômico é discutida nos seus trabalhos de uma forma implícita.

Analisar as relações entre o multiculturalismo e o desenvolvimento econômico das populações negras, faz a diferença entre os estudos citados, até então, com os objetivos dessa pesquisa, que fundamenta-se numa teoria da complexidade e apropria-se do instrumento da avaliação das teorias da nova sociologia econômica e economia social, a “avaliação da quinta geração” (NEAMTAN, 2000; LE BEL et. al., 2004; FONTAN; LACHANCE, 2005). Essas teorias em maioria de origem canadense (região de Québec) trabalham com os pressupostos teóricos reivindicados por nós: analisam de forma explícita a relação entre o multiculturalismo, as ações afirmativas e a temática do desenvolvimento. Essa postura política e teórica, como dito, está ausente ou aparece de uma forma implícita nos estudos brasileiros. Todavia, ao ter o Brasil como o contexto histórico particular, essa pesquisa marca também a sua diferença das teorias canadenses.

Ao fazer isso, estamos contribuindo para a ampliação do entendimento teórico da questão de ações afirmativas na sua relação com a temática do desenvolvimento da nação brasileira. Da mesma forma, estamos enriquecendo o debate político brasileiro, superando os reducionismos ideológicos e as cegueiras epistemológicas que caracterizam os argumentos dos opositoristas e uma parte do segmento dos defensores de cotas e ações afirmativas. Esta pesquisa, portanto, pretende contribuir para o aperfeiçoamento dos programas de ações afirmativas em cursos nas esferas do Estado, no setor privado e na sociedade civil e para a consolidação da democracia econômica, política e social.

3. Campo do desenvolvimento econômico multicultural

O campo do desenvolvimento econômico multicultural é um referencial teórico-metodológico que se inspira das tradições intelectuais alternativas ocidentais e africanas que acabamos de apresentar. Como tal, elege o método histórico-estrutural, sobretudo, o da sociologia de Bourdieu (2004), como seu ponto de viagem da imaginação sociológica. Nesse sentido, tem o mesmo teor que o conceito de campo que se expressa em dois aspectos: de um lado, é uma noção, e, de outro, é um conceito.

Como noção, traduzindo em termos bourdieusianos, o desenvolvimento econômico multicultural (DEM), é um macrocampo composto de dois microcampos: o campo do desenvolvimento e o campo do multiculturalismo. Em outros termos, é um espaço social que traduz a realidade das sociedades multiculturais. É um campo de força onde os agentes sociais elaboram as estratégias de dominação ou de emancipação de uns em relação aos outros.

O campo do desenvolvimento econômico multicultural é usado, também, como um conceito metodológico. Como dito, fundamenta-se no método genético-estrutural da sociologia de Bourdieu. Funciona aqui, conforme Bourdieu (2002a, p. 27), como “[...] uma estenografia conceitual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa”. Em outras palavras, o campo é visto aqui como uma estrutura social construída pelos agentes históricos, pesquisadores, políticos, ativistas, cidadãos comuns. Por ser complexo, Bourdieu (2004) prefere falar de campos no plural. Assim, na perspectiva da sua teoria, existe um campo da cultura, um campo da política, um campo da economia, um campo da ciência, etc. O valor heurístico do conceito campo, para Bourdieu (2002a), é a conversão do (s) fato (s) social (ais) banal (ais) em fatos sociológicos; transformação da linguagem do senso comum em linguagem científica. Isto significa que cada campo tem uma economia própria, ou seja, uma lógica particular; é o que Bourdieu denomina

de “economia simbólica do campo”. Para além dessas leis particulares, ele reconhece que há leis comuns a todos os campos. O papel da sociologia seria, então, o de apreender essas leis nas suas particularidades e universalidades.

O desenvolvimento econômico multicultural, nesse contexto, é tratado como um campo de análise científica, portanto, pertence ao campo da ciência. Para Bourdieu (2004, 2002a, 2001b) cabe, ao pesquisador, construir a sua teoria para analisar o objeto de seu estudo. O objeto desta pesquisa, as políticas de ações afirmativas e o desenvolvimento social e econômico, desde o início, desafiaram-nos no sentido de construir um quadro referencial que assume, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2003), a “sociologia das ausências” e a “sociologia das emergências”, isto é, uma sociologia capaz de “traduzir” as experiências presentes, mas tornadas ausentes pelo pensamento dominante. A construção de um tal referencial exigiu-nos a adoção de um método e um referencial categorial precisos. A sua base é o pensamento alternativo, fundamentado na sociologia crítica e reflexiva de Bourdieu (2001b), no pensamento subalterno e localismo globalizado de Boaventura de Sousa Santos (2003) e outros teóricos que mencionamos em todo este trabalho.

O trabalho de tradução feito com base na sociologia das ausências e da sociologia das emergências é um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática com objectivo de construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automático do projecto moderno. Não há nenhuma garantia de que um mundo melhor seja possível muito menos todos os que não desistiram de lutar por ele o concebam do mesmo modo. (SANTOS, 2003, p. 44).

Ou ainda sobre seus objetivos:

O objectivo de trabalho de tradução é de criar constelações de saberes e práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica do mercantil. Sabemos que nunca conseguirá atingir integralmente esse objectivo e essa é talvez a única certeza que retiramos do colapso do projecto da modernidade. (SANTOS, 2003, p. 44).

O desenvolvimento econômico multicultural é um instrumento “traduzido” e “traduzante” (“de tradução”) da realidade social, no mesmo sentido que Bourdieu (2002) dá ao poder simbólico entendido como “estrutura estruturada” e “estrutura estruturante”, ou seja, instrumentos de comunicação, de conhecimento e de poder. O poder simbólico do desenvolvimento econômico multicultural é um poder libertador das classes oprimidas.

Um dos grandes erros das ciências modernas ocidentais foi, e está sendo, o parcelamento dos conhecimentos em disciplinas. Para superá-lo alguns estudiosos têm sugerido um procedimento multidisciplinar, ou até transdisciplinar, que consiste em

introduzir o diálogo entre os métodos e os objetos conceituais de cada disciplina, com intuito de apreender a realidade social na sua complexidade (MORIN, 1999a, 1999b, 2005). A teoria do desenvolvimento econômico multicultural obedece a esse princípio dialógico multidisciplinar. Se o seu método inspira-se nos métodos histórico-sociológicos, seus conceitos são extraídos da diversidade das teorias no campo das ciências sociais, que compartilham a mesma visão do mundo que a nossa. O conceito que estamos sugerindo como um novo quadro referencial vem do nosso contato com a literatura canadense do “desenvolvimento econômico comunitário” e da literatura nacional em ciências sociais. Trata-se de um trabalho de caráter epistemológico, orientado pela busca de um quadro teórico-conceitual, capaz de nos auxiliar na interpretação/tradução dos fatos sociais que a luta emancipatória do movimento negro vem colocando no cenário político nacional.

Esta luta social, a nosso ver, reintroduz a velha questão da integração do negro na sociedade de classe (FERNANDES, 1978) em termos de políticas de ações afirmativas e cotas. O nosso esforço, nesse sentido, é construir um instrumento analítico capaz de nos assegurar na tradução objetiva dessa realidade, em termos do “desenvolvimento da população negra”, sem cair nos dualismos teóricos e radicalismos ideológicos presentes nas teorias dominantes. A primeira atitude se manifesta pelo reducionismo de debate sobre as ações afirmativas ao tema de cotas no campo da educação. Tal atitude estabelece-se em cegueira epistemológica que não deixa vincular a questão de cotas e ações afirmativas ao tema do desenvolvimento econômico e social da população negra. Já a segunda atitude impede o diálogo entre os defensores e os opositores de cotas e ações afirmativas. Cada grupo tende a esquecer das limitações de seus pontos de vistas científicos; isto posto, impede o progresso da ciência e da democracia na situação atual.

A construção do conceito “desenvolvimento econômico multicultural” precisa de uma estratégia de análise para superar as cegueiras epistemológicas e ideológicas presentes no debate atual. Para tanto, agrupamos as teorias que encontradas, nesta pesquisa, em vários blocos de disciplinas das ciências sociais que foram compreendidos, basicamente, em termos de dois campos, prevalecendo o campo do desenvolvimento e o campo do multiculturalismo.

Quadro 1: Ficha de leitura bibliográfica

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO DEM	
Parte I: Epistemologia da Complexidade	
Teorias	Conceitos
Teoria do conhecimento (Sociologia e filosofia do conhecimento)	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto: produção do conhecimento • posicionamento no espaço e ponto de vistas teóricos; conhecimento como poder, saber local; complexidade (Ramos, 1995; Foucault, 2000; Sem, 2000; Bourdieu, 2001b, 2002a, 2004; Santos, 2003; Morin, 1993, 2005)
Teoria dos campos de Bourdieu: ponto de partida	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de análise: campo • Bourdieu: campo como uma estrutura social e conceito teórico • Análise genético-estrutural: história social e análise estrutural, as relações entre os agentes; análise posicional; o habitus; a economia dos bens simbólicos: bens culturais e econômicos; a produção do campo pelos agentes e reprodução desses pela estrutura social; estratégias de conservação e transformação do campo; campo espaço de luta; as classes sociais e seus <i>habitus</i>.

Fonte: Síntese do Autor

Se olharmos de perto, veremos que são três partes que servem de ferramenta de construção da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. A primeira é o bloco que agrupa as teorias do conhecimento das disciplinas de sociologia e de filosofia. Parte-se de pressuposto de Bourdieu (2001b, 2002a) de que toda investigação científica implica uma opção epistemológica. É dessa forma que ele considerava a “sociologia da sociologia” como parte indispensável de qualquer produção científica, especificamente, sociológica. A teoria dos campos de Bourdieu é o ponto de partida para tal viagem de imaginação sociológica. Como visto, o campo é um conceito metodológico. A noção da relatividade do campo, isto é, suas relações com outros campos são próximas da noção de “complexidade” da teoria de Morin (1999b, 2005). Os dois conceitos têm, por função heurística, lembrar, ao pesquisador, que a realidade social é uma teia de relações de poder. Ramos (1995), Foucault (2000), Sen (2000), Santos (2003), cada um a sua maneira, dedicaram seus trabalhos investigando as formas alternativas do poder. O conhecimento é tratado, para eles, como poder. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural faz parte das teorias alternativas inventadas pelos grupos subalternos da sociedade.

A segunda parte (Quadro 2) do quadro teórico é formada pela literatura que nos ajudou a cunhar o conceito de desenvolvimento econômico multicultural, a partir das teorias ligadas às ciências do desenvolvimento; notadamente, as teorias da sociologia do

desenvolvimento: do novo paradigma do desenvolvimento (PAIVA, 1993), do desenvolvimento local (ORTH, 1997), do desenvolvimento humano (PNUD, 2005), do desenvolvimento sustentável (CMED, 1987; VEIGA, 2005; CAMARGO, 2003), do desenvolvimento territorial integrado e sustentável (SANCHS, 2003), do desenvolvimento econômico comunitário (RDEC, 2005), a nova sociologia econômica e a sociologia da economia social ou da economia solidária (LÉVESQUE, 2004; MARC-FONTAN, 2004); fora da sociologia, as teorias econômicas e políticas do desenvolvimento têm trazido, também, o seu aporte (SEN, 2000; ALLAIRE et al., 2007). O nosso quadro referencial foi construído acima da literatura do pensamento alternativo. Este se contrapõe ao pensamento dominante neoliberal. O objeto de análise em foco é o “desenvolvimento”. Este é empregado em dois sentidos: como teoria e política de transformação social e econômica; quer dizer, o desenvolvimento não visa somente ao crescimento econômico, como pensam os agentes do pensamento dominante neoliberal, mas, igualmente, ao bem-estar das populações. A economia, de seu lado, é concebida como uma realidade plenamente social (LEVESQUE, 2005; FONTAN, 2004).

Quadro 2: Ficha de leitura bibliográfica

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO DEM	
Parte II: Campo do desenvolvimento	
Ciências do desenvolvimento, Ciências políticas, Ciências econômicas, Sociologia	
<i>Ciências do desenvolvimento (Campo multidisciplinar)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto: desenvolvimento • Desenvolvimento humano; integral; sustentável; local: transformação social, cultural, político, econômico e ambiental; desenvolvimento econômico comunitário (Toye, 2004) • Novo Paradigma do desenvolvimento (Favreau, 2004; Sen, 2000; Moisés, 2002; Oth, 1997; Paiva, 1993; Paixão, 2003, 2006, 2007)
<i>Teorias políticas (Disciplinas especializadas sociologia política e ciência política)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto: instituições e organizações de poder; o Estado e a sociedade, o poder local e as organizações sociais (Weber, 2004a; Gramsci, 2000; Foucault, 2000; Tereza Kerbauy, 2000) • Instituições são as regras e organizações, atores (North, 1999); são campos de luta pelo poder simbólico (Bourdieu, 2002a). • Teoria da política econômica ou política do desenvolvimento: políticas públicas (Klaus Frey, 2000)
<i>Economia do desenvolvimento</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto: desenvolvimento econômico e social e sustentável (Sachs, 2003; Veiga, 2005; Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED, 1987) • Desenvolvimento como expansão das liberdades individuais; transformação de capacidades; IDH (Sen, 2000; PNUD, 2005; Lopes, 2005); desenvolvimento social

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO DEM	
Parte II: Campo do desenvolvimento	
	<p>e econômico; capacidade de decisão; subdesenvolvimento como privação de liberdade; política de desenvolvimento, como planejamento racional da economia (Furtado, 19972, 1992; Pereira, 1970)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Diferença entre crescimento e desenvolvimento; investimento no social, no capital humano, natural e físico contribui no crescimento econômico (Thomas, 2002)
<p><i>Sociologia do desenvolvimento</i> (<i>Diálogo com outras teorias sociológicas</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Teoria de dependência (Cardoso e Falleto, 1970); teoria do subdesenvolvimento (Fernandes, 1968); integração do negro: subdesenvolvimento como dependência estrutural •Teoria do colonialismo: dominação capitalista como reprodução das desigualdades entre escravo-senhor; trabalhador-capitalista; negro-branco •Teoria da mobilidade social (Hansenbalg, 2006), de desigualdades raciais se transformaram na sociedade capitalista (Paixão, 2006). •Nova sociologia econômica (Favreau, 2004; Lévesque, 2001, 2002a, 2002b, 2004; Bourdieu, 2000): objeto: economia •economia como fato social; economia capitalista vs economia social e solidária; democracia e economia plural: novos valores, democracia, justiça, equidade; novos mercados: indústria cultural, bens e serviços, novas tecnologia, turismo e lazer; novos arranjos: Estado-Mercado-Sociedade civil; reciprocidade entre investimento e produtividades em políticas sociais e crescimento econômico.

Fonte: Síntese do Autor

A terceira parte (Quadro 3), nos inspirando de Frederik Barth (1998), dos estudos de Stuart Hall (2004), Boaventura Sousa (2003), foi chamada por nós ora de “campo da etnicidade”, ora do “campos do multiculturalismo” (MALOMALO, 2007). Enfim, ao ler o texto de Octávio Ianni (1995) que tratava de uma forma recíproca dos conceitos “eticidade”, “multietnicidade”, “multiculturalismo” no contexto brasileiro, não tivemos mais dúvida de que o nosso quadro teórico levaria o “multicultural” como seu segundo adjetivo. O multiculturalismo, como observou Hall (2004), ora é usado como substantivo: “multiculturalismo”, ora como adjetivo: “multicultural”, para significar duas coisas: de um lado, as teorias que têm os objetos de análise vinculados à diversidade cultural, as sociedades multiétnicas e multirraciais e, de outro lado, o “multicultural” remete às políticas públicas para a resolução das questões políticas, sociais, culturais, econômicas e ecológicas que essas sociedades enfrentam. O multiculturalismo, no contexto da teoria do desenvolvimento econômico multicultural será empregado nesse duplo sentido.

Quadro 3: Ficha de leitura bibliográfica

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO DEM	
Parte III: Campo do multiculturalismo	
Quadro teórico construído a partir das contribuições de outros campos-teorias	
<i>Estudos culturais</i> (Campo amplo das ciências sociais)	<ul style="list-style-type: none"> • Tem por objeto a cultura • Etnicidade, raça, etnia; nação; identidade, multiculturalismo, bens culturais, economia, bens econômicos, desenvolvimento, ações afirmativas, diversidade, política, etc, são os objetos desse campo de estudos. • Suas disciplinas especializadas nos campos das ciências sociais se ocupam desses objetos; o foco principal é a análise histórica e relacional (genético-estrutural ou histórico-estrutural). (Hall, 2003; Santos, 2003, Costa, 2006)
<i>Estudos das relações raciais no Brasil</i> (Campo amplo das ciências sociais especialmente antropologia e sociologia)	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de análise: relações raciais; relações entre raças negras e brancas; a cultura negra; identidade nacional; a mestiçagem; a democracia racial; integração do negro; política de ações afirmativas e cotas; multiculturalismo, pluralismo étnico. (Ianni, 2004c; Munanga, 1999; D'Adesky, 2001; Guimarães, 1999; Costa, 2006)
<i>Teorias da etnicidade</i> (Disciplinas especializadas: sociologia e antropologia da etnicidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de análise: a etnicidade • Etnicidade, formas de organizações sociais • Abordagem interacionista • Identidade: interação entre Nós e Eles (Barth, 1998) • Abordagem genético-estruturalista bourdieusiana: além da interação entre os agentes/atores, a identidade é determinada pela estrutura do campo e a posição desses no campo. (Barth, 1998; Poutignat e Streiff-Fernart; 1998; Bourdieu, 2001b, 2002a)
<i>Teoria do multiculturalismo</i> (Disciplina especializada da antropologia; sociologia do multiculturalismo)	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de análise: multiculturalismo; pluralismo étnico; diversidade cultural; luta pelo reconhecimento das diferenças e igualdades; política de ações afirmativas; políticas focalizadas e universais (Hall; Santos, 2003; Taylor, 1998; Ianni, 2004e; D'Adesky, 2001; Gonçalves e Silva, 2006).
<i>Teoria dos movimentos sociais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto de análise: movimentos sociais; sociedade civil • Gohn (2000): movimentos sociais são formas de organizações sociais • Nos interessam: os movimentos sociais, as organizações sociais de luta contra a discriminação e desigualdades raciais (Silva, 2003); “Negrongos” (Ferreira, 2000), ONGs negras e não negras que promovem as políticas de ações afirmativas como estratégias de integração do negro na sociedade. (Gonh, 2000; Castells, 1999; Vieira, 1996; D'Adesky, 2001)

Fonte: Síntese do Autor

Ao falarmos do multiculturalismo como teoria ou política de intervenção social, estamos assumindo, crítica e dialogicamente, os pressupostos metodológicos das teorias do multiculturalismo, da etnicidade, dos movimentos sociais, dos estudos das relações raciais, no seu confronto com as teorias da nova sociologia econômica, do novo paradigma do

desenvolvimento³: desenvolvimento local, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, que orientaram a construção desse quadro teórico desde a sua gênese. O objeto de análise em foco, aqui, é a “realidade da população negra” no período de 1995 a 2009. Quando visto a partir de cada teoria, ela leva um nome próprio. Na teoria da etnicidade é tratada em termos de “eticidade”; na teoria do multiculturalismo é analisada a partir de conceitos de diversidade cultural, do pluralismo, de desigualdades raciais, de políticas de ações afirmativas e cotas; os estudos das relações raciais, sem negar o que já foi dito, operam a partir das categorias seguintes: raça, classe e gênero, cultura negra, movimento negro, população negra; os conceitos da sociedade civil, dos movimentos sociais, aproximam-na da teoria dos movimentos sociais; a nova sociologia econômica de inspiração canadense traz para a discussão a trilogia: Estado, Mercado e Sociedade civil.

Discutiremos esses conceitos, considerados como conceitos fundamentais para o entendimento da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, mas outras partes deste trabalho, sendo a última a sua aplicação.

4. Considerações finais

Esse capítulo é o ponto de partida desse trabalho. O seu argumento principal é que a ciência é produto das experiências de vida acumuladas pelo pesquisador. Fundamentando-se na noção bourdieusiana, de socioanálise, sugeriu-se a noção de bioepistemologia para a comprovação desse princípio. Mostramos que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural é produto das tradições intelectuais libertários do Ocidente, da África e de suas Diásporas, especialmente, afro-brasileira.

Num mundo globalizado, abalado pela crise de valores, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural opta pela ética na ciência, e usa da ciência como arma de emancipação dos povos oprimidos. A socioanálise, como autocrítica, nos levou a questionar o desenvolvimento dos temas científicos no campo dos estudos do negro. A suspeita da falta de publicações que abordem de forma explícita a relação entre a temática do desenvolvimento e a política de ações afirmativas, foi um dos motivos que nos mobilizou no sentido de construir esta nossa teoria.

Esta será compreendida a partir da leitura dos capítulos que compõem esse trabalho.

³ É formado de conjuntos de teorias em emergência desde os anos de 1990 que se contrapõem a visão dominante neoliberal do desenvolvimento. É conhecido também como paradigma alternativo do desenvolvimento. Para seus teóricos o desenvolvimento não é só crescimento econômico mais implica também outras dimensões para o bem-estar das populações como o cuidado com o social e o meio ambiente.

O segundo capítulo focará sobre o seu arcabouço metodológico, enquanto os outros aprofundam as explicações de seus conceitos fundamentais. A última parte já mostra de que forma a teoria do desenvolvimento econômico multicultural foi aplicado.

CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL COMO REFERENCIAL METODOLÓGICO

Introdução

O desenvolvimento e multiculturalismo não são somente teorias; formam um conjunto de ideias que faz pensar a realidade social; mas, além disso, são, também, práticas sociais, instrumentos de implementação e avaliação de políticas públicas.

Nesse último caso, a prática social avaliativa, pode ser ativada por agentes sociais diferentes: políticos, ativistas dos movimentos sociais, especialistas, e cientistas de diversas tendências ideológicas. Por outro modo, são os agentes sociais, da trilogia da teoria da nova sociologia econômica (NSE), Estado, mercado e sociedade civil, que se responsabilizam para a realização desse processo.

Cabe-nos, nesse capítulo, discutir as bases teóricas que sustentam o método e a metodologia do campo de desenvolvimento econômico multicultural. Tal discussão está condicionada aos objetivos desta investigação, que não pretende encerrar o tema, aqui, empreendido. Explicaremos a forma pela qual os futuros usuários do desenvolvimento econômico multicultural poderiam coletar, analisar e sistematizar seus dados. Para isso, optamos pela combinação do que Bourdieu (1983; 2000) chama de “pesquisa teórica” e de “pesquisa prática”, ou pesquisa de campo.

Este capítulo organiza-se em torno de uma dupla estrutura. A primeira busca explicar o método da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, que é o método genético-estrutural de Bourdieu (1998). Já a segunda, se preocupa em analisar a forma como ela pode ser usada como uma ferramenta metodológica.

1. Pesquisa teórica

Levando em conta a epistemologia de Bourdieu (2001b) e de Santos (2005), entendo que a “pesquisa bibliográfica” e a “pesquisa documental” fazem parte da primeira modalidade de investigação científica chamada de “pesquisa teórica”. Para Santos (2003), as academias não são os únicos espaços sociais onde se produz conhecimentos e saberes. Outros agentes sociais, as instituições públicas, privadas, a sociedade civil; e, mesmo o homem de rua produz através de suas ações, discursos e conhecimentos diferentes daqueles produzidos pelo homem da ciência. Tais conhecimentos são chamados de “saberes locais”, “saberes indígenas”, e é

consenso, entre aqueles que trabalham com o desenvolvimento alternativo, que esses saberes podem se tornar interessantes para os saberes acadêmicos num contexto de busca de soluções para a emancipação da humanidade (RDEC, 2005; GRENIER, 1998).

Por que optamos pela combinação de duas modalidades dentro da pesquisa de campo? Primeiro, porque queríamos recolher o máximo de dados possível para atingir os objetivos desta tese. Segundo, porque acreditamos seja essa a razão principal: no início desta pesquisa, em 2006, havia escassez de informações teóricas sobre políticas de ações afirmativas, bem como sobre o desenvolvimento da população negra. A bibliografia que conhecia, até então, era estrangeira e as publicações a respeito, no Brasil, estavam em sua fase inicial.

1.1. Pesquisa bibliográfica

Para Bourdieu (2001b, 2002a), a pesquisa teórica consiste na apreensão dos conceitos e dos métodos fabricados e empregados pelas escolas de conhecimento em que pertencem os cientistas. Ela é conhecida, também, como pesquisa bibliográfica. Para Carlos Gil (1996), essa se desenvolve a partir do material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Essa é, igualmente, a opinião de Antônio Joaquim Severino.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2008, p. 122).

O desenvolvimento econômico multicultural é o referencial teórico-metodológico a partir, do qual, o “registro disponível” está sendo analisado. O seu ponto de partida teórico-metodológico é a “sociologia reflexiva dos campos” de Bourdieu (2001b); mas, não se limita somente a ele. A interpretação epistemológica alimenta-se, ainda e como já dito, das análises da “teoria da complexidade” de Edgar Morin (2005), da “teoria do multiculturalismo emancipatório” ou “pós-colonial” de Boaventura de Sousa Santos (2003b; SANTOS; MENEZES; NUNES, 2004) e das epistemologias africanas e da diáspora africana (HALL, 2003; GUTTO, 2006; HENRIQUE JUNIOR, 2008).

É a partir dessas teorias que o desenvolvimento econômico multicultural elabora o seu método de análise, mas para não se dispersar, considera o método genético-estrutural ou histórico-estrutural de Bourdieu (2001b), como a sua fonte primária. Isto é, é a partir dele que se constrói o marco teórico-metodológico desta pesquisa.

Na epistemologia bourdieusiana, o campo científico é dividido em duas dimensões. De um lado, existem os cientistas, investigadores; e, de outro lado, existem seus meios de produções e produtos. Os conceitos, métodos, publicações, livros, artigos, escolas, fazem parte dessa segunda dimensão. (BOURDIEU, 2001b). É nesse campo que são construídas as bibliografias e biografias individuais e coletivas. A pesquisa teórica que pretende garantir a sua objetividade, para Bourdieu (2004), é aquela que sabe distinguir as falsas antinomias científicas e apreender as “verdades”; as verdadeiras contribuições de cada campo ou microcampo científico. Esta estratégia consiste em reconciliar, por exemplo, os métodos e conceitos que, aparentemente, são irreconciliáveis. É dessa forma que a novidade da teoria bourdieusiana é resultado do seu esforço de reconciliar os pressupostos teórico-metodológicos de Karl Marx e de Max Weber. Na sua perspectiva, a abordagem de Weber, e as de seus seguidores, faz parte do campo das teorias idealistas e culturalistas; já as teorias marxistas, são ligadas ao campo das teorias economicistas ou materialistas (BOURDIEU, 1990, 2000 a, 2000b, 2004).

O esforço de reconciliação desses dois campos teóricos levou Bourdieu a produzir a sua teoria, conhecida como a “teoria dos campos”, a “teoria do poder simbólico” ou “teoria da dominação simbólica”. Um dos títulos de seus trabalhos que evoca o seu hibridismo marxiano-weberiano é este: *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação* (BOURDIEU, 2000a). Dito em outros termos, o campo econômico é o “campo do desenvolvimento econômico” investigado, tradicionalmente, pela ciência econômica, reduzido hoje ao crescimento econômico, e tratado como ente ahistórico pela ciência econômica ortodoxa. (BOURDIEU, 2000b).

O campo simbólico, conforme as abordagens tradicionais da antropologia, reporta-se à cultura. O modernismo ou as teorias modernistas, para Bourdieu (2004), reduziram a cultura ao «texto», perdendo, assim, o contexto histórico e suas relações de poder. Indo contra esses dualismos e reducionismo, Bourdieu introduziu a noção de campo, mostrando que tanto o «econômico» como o «cultural» são construções sociais; são sistemas simbólicos (re) produzidas pelos agentes sociais situados em determinadas estruturas sociais; são relações de forças sociais, por isso são chamados de «poder simbólico». Como tal, são apreendidas pelo pesquisador enquanto representações sociais que têm efeitos na vida real.

A estratégia de reconciliação de abordagens teórico-metodológicas – na medida do possível – é reapropriada pela teoria do desenvolvimento econômico multicultural, levando-se em conta a realidade histórica particular desta pesquisa. Sendo assim, os agentes, os meios de produção e os produtos que interessam na construção do referencial teórico-metodológico,

desta pesquisa, foram agrupados em dois campos. O primeiro campo leva o nome de “campo do desenvolvimento”. Trata-se de um campo teórico que aglomera as teorias que têm o desenvolvimento como objeto de investigação. O segundo é batizado de “campo de desenvolvimento multicultural”. Representa o espaço de diálogo das teorias que têm a cultura e/ou a sociedade, para sermos precisos, o “multiculturalismo” (HALL, 2003; SANTOS, 2003a) como o campo de investigação. É preciso dizer que as teorias do multiculturalismo, em si, são teorias híbridas que oscilam entre a ciência política, a antropologia, a sociologia, filosofia e a educação.

Evitando o dualismo epistemológico-metodológico, inspirando-nos na teoria do desenvolvimento econômico comunitário do Canadá (RDEC, 2005), o quadro teórico-metodológico desta pesquisa é denominado de “teoria do desenvolvimento multicultural” ou de “desenvolvimento econômico multicultural” *tout court*. Na apuração da pesquisa teórica isto implica em que os conceitos oriundos das teorias escolhidas para compor a teoria do desenvolvimento econômico multicultural sejam analisados criticamente a partir de outras referências em disputa com elas. A autocrítica e o diálogo crítico são os nomes desse exercício, que identificamos, na teoria de Bourdieu (2002a), como a socioanálise. Como dito, ter a sociologia reflexiva bourdieusiana dos campos, como ponto de partida para a análise, não exclui o estabelecimento do diálogo com outras propostas teóricas como já mencionado. Servimo-nos da literatura nacional e internacional das ciências sociais ligadas, diretamente, com os campos de investigação dessa pesquisa, o campo do multiculturalismo e do desenvolvimento. Essa postura analítica tem o contexto brasileiro como seu contexto particular, onde se discute a “velha problemática” da integração do negro na sociedade de classe (FERNANDES, 1965, 1978), hoje centralizada no debate sobre política de ações afirmativas, em termos de desenvolvimento social e econômico da população negra.

Portanto, sem ser uma novidade, o primeiro passo que o desenvolvimento econômico multicultural sugere para a pesquisa é o estabelecimento de uma bibliografia específica para a análise do problema a ser estudado. No caso da investigação aqui tratada, buscamos limitar o diálogo com os autores que tinham a ver com os objetivos estabelecidos.

A constituição de uma bibliografia não é algo estático. Cada vez que passava o tempo, deparava-nos com publicações que datavam do mesmo ano desta investigação, como os textos de José Luis Petrucelli (2006), Delcele Marscarenhas e Jocélio Teles dos Santos (2006) e Vera Lúcia Benedito (2006). Todas são avaliações sobre as experiências de ações afirmativas e cotas nas universidades públicas, levando-se a ação pioneira da sua implementação, em 2002, da parte da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (UERJ). O nosso interesse sobre essa

essa bibliografia aplicou-se, em 2008, após o exame de qualificação, quando pude conhecer o trabalho de avaliação feita por Benedito (2006) sobre a política de cotas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pois, inicialmente, não pretendia discutir esse assunto.

Fui convencido da necessidade de escrever um capítulo sobre políticas de ações afirmativas no ensino superior, quando outras publicações, com enfoque metodológico avaliativo, foram lançadas no final de 2009, trazendo novos dados sobre a temática de ações afirmativas e cotas, indicando a possibilidade de estabelecimento de um diálogo explícito com a temática do desenvolvimento. São essas obras que me motivaram: *Caminhos convergentes: Estado e sociedade civil na superação das desigualdades raciais* (PAULA; HERINGER, 2009); *Construção de uma política de promoção de igualdade racial: uma análise dos 20 anos* (JACCOUD, 2009); *Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil: 2007-2008* (PAIXÃO; CARVANO, 2008); *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* (THEODORO, 2008). Devido a estes acontecimentos, ao limite de tempo e à realidade de outros programas como da “Cor da Cultura”, as ações afirmativas da Unipalmarens e do Banco Itaú, que não tinham documentos sistematizados, ficou decidido manter a pesquisa documental.

1.2. Pesquisa documental

A pesquisa documental é o segundo passo da construção do marco teórico-metodológico desta pesquisa. Para Antonio Carlos Gil (1996, p. 51), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Porém, a diferença essencial entre as duas abordagens está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza, fundamentalmente, das contribuições dos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, ou que ainda possam ser reelaborados, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Outra diferença observada por Carlos Gil (1996) entre ambas é que, geralmente, as fontes da pesquisa bibliográfica são constituídas, sobretudo, de material impresso que são colocadas nas bibliotecas; já as fontes da pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas; são localizadas nos arquivos das instituições não acadêmicas do Estado, do setor privado e da sociedade civil.

Quanto à construção, a pesquisa documental é feita, ora a partir dos documentos “de primeira mão”, fontes primárias que não receberam ainda nenhum tratamento analítico (cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins,

folhetos), ora a partir de documentos de “segunda mão”, fontes secundárias que, de alguma maneira, já foram analisadas, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

O objetivo principal, nesta etapa da pesquisa, foi identificar os programas de ações afirmativas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal, pelo setor privado e a sociedade civil, as organizações sociais negras ou não negras, que se localizam no Estado de São Paulo, embarcando o período dos anos de 1995-2006.

Notificamos que as delimitações periódicas e territoriais foram modificadas ao logo da pesquisa. As ações afirmativas pertencem a um campo dinâmico. Suas mudanças afetam as práticas de seus formuladores, como as de seus pesquisadores. Sabendo disso, um dos critérios metodológicos que tínhamos estabelecido foi dedicar-se na investigação das ações que davam um mínimo de acesso a alguns materiais para serem analisados. É dessa forma que as publicações, que começaram a surgir entre 2008 e 2009, convenceram-nos no sentido de ampliar o espaço histórico da análise, não mais de 1995 até 2006; passamos a analisar, também, as ações ou efeitos dessas ações até o fim de 2009. Além disso, a noção territorial perdeu sentido. Em vez de focar somente São Paulo, a atenção sobre as análises voltou-se também para outras ações que aconteceram fora de São Paulo: o caso do projeto Cor da Cultura e políticas de ações afirmativas e cotas no ensino superior.

Foi feito uso da internet para entrar em contato com os bancos de dados das instituições públicas, privadas e da sociedade civil investigadas. Solicitamos, via telefone ou e-mail, os documentos que nos interessavam; ou ainda, foram cedidos durante as inúmeras visitas feitas a estas entidades. Depois de termos conversado por telefone, a responsável do Programa de Capacitação do Banco Itaú, Adriana Sabrina, enviou, via email, no dia 18 dezembro de 2006⁴, um esboço desse projeto. A sua insegurança e resistência, percebidas até o último contato feito em 2009, apontavam por duas questões: primeiro, pode ser que até 2006 não havia um relatório sistemático sobre o programa; segundo, ou não queria revelar os segredos da empresa, como confessou no último e-mail de 2009. Assim, tínhamos que trilhar outros caminhos: caçar documentos na *Web*. É o que foi feito. Já no caso da Unipalmarens, depois de ter ligado e agendado com o reitor, José Vicente (a tentativa de agendamento tinha começado desde 2006), fomos bem recebido em 03 de abril de 2009: concedeu-nos uma entrevista e depois nos apresentou para a sua secretária, com quem, depois, tivemos uma longa conversa. No final, interessado com o projeto apresentado, ofereceram-nos um

⁴ SABRINA, Adriana. Programa de Diversidade Corporativa [Mensagem pessoal] De: Adriana.Sanabria@itau.com.br. Mensagem recebido por bmalomalo@yahoo.com.br em 18 dez. 2006.

“portfólio institucional” e muitas revistas da instituição. Tinhamos algumas delas, pois encontravam-se on-line.

Tabela 4: Classificação por registros de programas avaliados

Programa de ações afirmativas	Registros
Projeto Cor da Cultura	Governo/Setor Privado/ Sociedade Civil
Políticas de ações afirmativas e cotas no ensino superior	Governo/Sociedade civil
Unipalmares: Projeto de inclusão de negros no ensino superior	Sociedade civil
Programa de capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú	Setor privado

Fonte: Síntese do Autor

Carlos Gil (2006) classifica os registros em dois grupos: “registros oficiais” e “registros privados”. Os primeiros são dos governos/estados e das instituições não governamentais: setor privado e sociedade civil. Neste trabalho, para não permanecer a confusão, este último termo é usado só para referência aos documentos das empresas, enquanto os documentos da sociedade civil são classificados em termos de “registros da sociedade civil”. Dessa forma, os dois anteriores, são chamados também, como se vê na tabela 1, de “registros do governo” e/ou registros do setor privado”.

O critério estabelecido para essa classificação segue o modelo da divisão dos atores da esfera pública feito pela nova sociologia econômica: Estado, setor privado e a sociedade civil (LÉSVESQUE, 2002a). Além disso, há que se levar em conta a responsabilidade de propriedade de cada agente na produção dos registros. Reconhece-se que as publicações sobre as ações afirmativas implementadas pelas universidades públicas, caracterizam-se pela ambiguidade. Dessa forma, poderiam ser classificadas nos registros do governo e/ou da sociedade civil. A autonomia dos colegiados universitários, na formulação dessas políticas, não é critério suficiente para colocá-las no campo da sociedade civil. Portanto, as políticas públicas de ações afirmativas nas universidades públicas serão classificadas no registro do governo, como vêm fazendo muitos pesquisadores (PAULA; HERINGER, 2009; JACOUD, 2009): foram utilizados, aqui, os dados provenientes do site do MEC, da SECAD e PROUNI e os relatórios produzidos pelos pesquisadores ligados às universidades públicas ou outros organismos de pesquisa não governamentais.

O Projeto Cor da Cultura nasceu de uma reponsabilidade compartilhada entre o governo, setor privado e sociedade civil. Em relação à Unipalmarens e ao Banco Itaú, usei os documentos utilizados pelas próprias instituições. Como se pode ver, a primeira instituição pertence à sociedade civil e, a segunda, ao setor privado.

2. Pesquisa de campo e campo de pesquisa

A ausência de publicações, com mesmos objetivos desta investigação, foi um dos motivos que nos levou a construir esse quadro metodológico. O contato feito com a literatura metodológica de avaliação de programas sociais no Canadá mostrava a necessidade da realização de uma pesquisa de campo.

Porém, o contato realizado com trabalhos nacionais, a partir de 2008, sobre a avaliação de ações afirmativas e cotas, mostrava-nos o caminho contrário: a existência de alguns trabalhos voltados para a temática educacional.

Mesmo assim, cumprimos uma parte de pesquisa de campo. Este fato e a outra razão evocada no parágrafo anterior possibilitaram a decisão sobre a delimitação do “campo de pesquisa” adotado aqui. É sobre isso que pretendemos falar nessa seção para esclarecer nossos leitores, e oferecer um certo subsídio para os futuros pesquisadores.

2.1. Pesquisa de campo

A noção de “pesquisa de campo” é usada na literatura clássica das ciências sociais. Marcel Mauss, em *Manual de etnologia*, emprega o termo “campo de trabalho” para falar sobre métodos de observação da etnografia. O trabalho etnográfico, para ele, consiste em recolher e organizar objetos coletados no campo (MAUSS, 1972, p. 18). Durante esta investigação, as entrevistas e conversas informais feitas, foram sempre registradas em um caderno de campo próprio.

François Laplantine, falando da especificidade da prática da antropologia contemporânea, não usa o termo de “pesquisa de campo”, mas se refere à metodologia dessa disciplina como aquela que dá “prioridade à experiência pessoal no campo”.

A abordagem antropológica de base, a que todo pesquisador considere hoje como incontornável, quaisquer que sejam, por outro lado suas opções teóricas, provém de uma ruptura inicial em relação a qualquer modo de conhecimento abstrato e especulativo, isto é, que não estaria baseado na observação direta dos comportamentos sociais a partir de uma relação humana. (LAPLANTINE, p. 149).

A observação direta dos comportamentos sociais, de um grupo social em estudo, é a característica principal da antropologia, conforme Laplantine. Mesmo não sendo um estudo etnográfico, esta tese faz parte das experiências pessoais do seu investigador. As vivências obtidas, conversas e/ou entrevistas “informais” com os gestores de programas de ações afirmativas e seus beneficiados possibilitaram o acesso às experiências de vida desses sujeitos.

Além disso, para esse autor, a outra diferença metodológica é que a antropologia é o “estudo do infinitamente pequeno e do cotidiano: “A abordagem etnológica consiste em dar uma atenção toda especial a esses materiais residuais que foram, durante muito tempo, considerados como indignos de uma atividade tão nobre quanto a atividade científica” (LAPLANTINE, 2000, p. 152-153). Ao considerar essa abordagem antropológica, como uma abordagem microssociológica, Laplantine se aproxima às teorias sociológicas contemporâneas, como a do “poder simbólico” de Bourdieu que estuda as dimensões simbólicas de dominação, que são invisíveis para a sociedade, em geral, e a ciência dominante; compartilha dos pressupostos da “sociologia das ausências e emergências” de Boaventura de Sousa Santos (2003b), que pretende dar credibilidade às práticas sociais desacreditadas pelo discurso da ciência dominante.

Insistimos na questão da atenção especial aos materiais residuais que uma abordagem antropológica traz. Evocaremos dois aspectos. O primeiro é que as avaliações que estão, hoje, a nossa disposição são, em geral, pesquisas empíricas que organizam esses “materiais residuais”. Ao fazer isso, elas dão uma grande legitimidade à temática da igualdade racial, apesar das resistências encontradas. Segundo aspecto: sem visitas de campo realizadas, conversas informais, troca de e-mails e telefonemas, leitura dos documentos impressos e eletrônicos, não haveria condições reais para dissertar, por exemplo, sobre as ações afirmativas do Banco Itaú e da Unipalmars.

Outra exigência da antropologia, para Laplantine, é que ela deve ser realizada como “o estudo da totalidade”:

Uma das características da abordagem antropológica é que se esforça em levar tudo em conta, isto é, de estar atenta para que nada lhe tenha escapado. No campo, tudo deve estar ser observado, anotado, vivido, mesmo que não diga respeito diretamente ao assunto que pretendemos estudar. De um lado, o menor fenômeno deve ser apreendido na multiplicidade de suas dimensões (todo comportamento humano tem um aspecto econômico, político, psicológico, social, cultural...). De outro, só adquire significação antropológica sendo relacionado com a sociedade como um todo na qual se inscreve e dentro da qual constitui um sistema complexo. Como escreve Mauss (1960), “o homem é indivisível” e “o estudo do concreto” é “o estudo do completo”. (LAPLANTINE, 2000, p. 158).

Esse princípio de saber relacionar o “particular” com a “totalidade”, na sociologia de Bourdieu, aparece em termos da capacidade de o pesquisador saber relacionar os campos: o microcampo com o macrocampo. A estratégia criada, no início, era a de fazer um levantamento de vários programas de ações afirmativas. Ler as fontes documentárias e teóricas sobre eles. Conhecer os programas pelas visitas no campo. Ao final, a decisão foi a de ficar com àqueles que correspondiam aos critérios da investigação. Não só isso; a partir de 2008, após a qualificação adquirida e o contato com novas publicações, percebemos que cada programa em atividade era um campo complexo. Para não desistir, ficamos com quatro deles, pois no início havia mais de onze programas que pretendíamos analisar.

Laplantine (2000, p. 160-173) salienta a abordagem comparativa como parte da antropologia, e finaliza os pressupostos metodológicos dessa disciplina insistindo sobre os condicionamentos sociais e históricos em relação à produção social do discurso antropológico; e, relativizando o discurso da neutralidade científica, pois, para ele, o antropólogo, como “observador”, é parte integrante do seu objeto de estudo. Dessa forma, recomenda o uso da objetivação da parte desse cientista social para atingir a objetividade científica. Ao avaliar mais de um programa de ações afirmativas, é essa a visão da totalidade que queremos alcançar, e os estudos futuros devem estar focados na mesma direção.

Este estudo não usa o método comparativo, mas querendo ou não, recorreremos a este princípio para entender melhor as diferenças e os pontos comuns sobre os programas aqui analisados.

Em relação ao princípio de objetivação, concordo plenamente com Laplatine. Começamos a lidar com ele a partir do contato feito com a literatura de Bourdieu. É o que chamamos de socioanálise. Sendo ativista do Movimento Negro e defensor de ações afirmativas e cotas, a vigilância epistemológica tem que ser acionada para não cair no subjetivismo.

Há, ainda, uma parte da literatura contemporânea que continua usando o termo ‘pesquisa de campo’ no sentido dos clássicos. No livro de Severino (2008), *Metodologia do trabalho científico*, o termo “pesquisa de campo” é empregado. Na sua classificação de tipos de pesquisa, Severino define a pesquisa de campo como aquela modalidade onde:

[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (suveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (SEVERINO, 2008, p. 123).

Faço as palavras de Deslande minhas: “Com base em Minayo (1992), concebemos

campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (DESLANDE et al., 2002, p. 53). Tanto Severino, como Deslande et al. usam o termo ‘campo de pesquisa’ no seu sentido clássico, isto é, no sentido da etnologia, como vimos com Laplantine: “análise das experiências vividas; sistematização dos objetos coletados no campo; um confronto de natureza teórica que ocorre entre o pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social” (DESLANDE et al., 2002, p. 53).

Reconhecemos que há necessidade, ainda, de fazer uso da pesquisa de campo na investigação de políticas de ações afirmativas e desenvolvimento. Pelos objetivos dessa pesquisa, e as circunstâncias históricas do seu processamento, como já mencionado, ela não foi prioridade.

Para não silenciar as experiências pessoais e coletivas de vida dos fazedores e beneficiados de programas de ações afirmativas, que não possam ser capturadas no campo visto como espaço físico, privilegiou-se investir em outro conceito: “campo de pesquisa”. Não se trata de uma simples retórica, mas de um recurso metodológico pós-estruturalista que incorporamos ao desenvolvimento econômico multicultural.

2.2. Campo de pesquisa

No artigo de Peter Kevin Spink (2003), “Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-estruturalista”, o conceito ‘pesquisa de campo’ toma outra dimensão; ultrapassa aos limites do empirismo do conceito pesquisa de campo.

Peter Kevin Spink (2003), fundamentado na teoria pós-construtivista dentro da disciplina de psicologia social, afirma o seguinte:

[o] termo “pesquisa de campo” é normalmente empregado na Psicologia Social para descrever um tipo de pesquisa feito nos lugares da vida cotidiana e fora do laboratório ou da sala de entrevista. Nesta ótica, o pesquisador ou pesquisadora vai ao campo para coletar dados que serão depois analisados utilizando uma variedade de métodos tanto para a coleta quanto para a análise. Neste texto, relatamos as conclusões iniciais de uma série de discussões sobre pesquisas de campo feita numa perspectiva pós-construcionista. Partindo das dificuldades provocadas por uma noção de campo fisicamente determinada, a discussão retoma a perspectiva de Kurt Lewin sobre o campo como totalidade de fatos psicológicos, para depois se aproximar das propostas de Ian Hacking sobre “matriz” e a discussão mais ampla sobre materialidades. A consequência desta reflexão foi a proposição de um “campo-tema” onde o campo não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados. O texto conclui com uma

discussão sobre algumas implicações desta proposta para o processo de pesquisa e para as práticas narrativas usadas para relatar as suas conclusões. (SPINK, 2003, p. 21).

Antes de chegar a esse resumo, Spink analisou as três fases do pensamento sobre o campo. A primeira fase é a visão de campo da antropologia tradicional, ou a sociologia de Chicago da década de 1930, quando Robert Park transferiu as práticas de pesquisa da primeira geração dos antropólogos para as ruas de Chicago. Para Spink (2004, p. 21), nessa visão, a pesquisa de campo se referia à observação e à interação com as pessoas “no seu habitat natural”. O campo se referia ao lugar físico onde o pesquisador ia fazer suas pesquisas. Esse primeiro pensamento se identifica com aquele que assinalamos acima, onde a “pesquisa de campo” é definida em termo de “trabalho de campo”. A nossa opinião é que este modelo de pesquisa tem a sua validade e deve ser usada quando necessário.

A segunda fase das discussões sobre o campo é marcada pela retomada das ideias de Kurt Lewin, afirma Spink. Aqui o campo passa a ser tratado como:

[...] a totalidade de fatos psicológicos que não são reais em si, mas são reais porque tem efeitos. Começou-se a incluir os meios de comunicação nos estudos, não como objetos específicos de investigação, mas como componentes do campo; inclui-se também documentos diversos e abordagens que buscavam acompanhar eventos no tempo em vez de congelá-los como numa fotografia instantânea. (SPINK, 2004, p. 21-22).

A partir do resumo de Spink sobre o campo já se pode ter uma ideia sobre a sua fundamentação teórica: a teoria de Kurt Lewin e Hacking, sobretudo do primeiro autor. Não é essa a noção de campo, vista como totalidade de fatos psicológicos, que nos interessa. O foco aqui é sociológico, mesmo quando se trata de analisar os discursos dos atores envolvidos no campo do desenvolvimento econômico multicultural através das fontes bibliográficas e documentais. O que nos interessa em tudo isso, são as relações; desvendar através de suas práticas e discursos as relações entre estes com a temática do desenvolvimento.

A terceira fase do pensamento sobre o campo, para Spink (2003), é marcada pela preocupação crescente com a intersubjetividade e com a discussão construtivista sobre a linguagem e a ação que levaria a uma perspectiva, na qual os “horizontes” e os “lugares” são compreendidos como produtos sociais, e não como realidades independentes.

O “campo” começou a ser visto não como lugar específico, mas como a situação de um assunto, a justaposição de sua materialidade e sociabilidade (LAW & MOL, 1995). Nesta ótica, não é o campo que tem o assunto, mas – segundo Bourdieu – (ORTIZ, 1983) – é o assunto que tem um campo. (SPINK, 2003, p. 22).

Nessa presente reflexão sobre o campo, Spink reconhece a existência dos trabalhos de Law e Mol e de Bourdieu, mas não se fundamenta neles como modelos teóricos. De Bourdieu

mesmo, faz referência da importância do conceito de *habitus* para se entender o campo, mas fica só nisso. Tudo se passa como se a sua preferência estivesse mais voltada para as contribuições da disciplina de psicologia social. É dessa forma que dedica mais tempo na teoria de Lewin, na seção “Revisitando o professor Lewin”, Spink (2003, p. 33-36). Essa escolha teórica não tira o mérito do trabalho de Spink sobre a noção de pesquisa de campo. Aliás, foi graças a ele que nos demos conta da existência e do uso científico desse conceito no seio das epistemologias e metodologias heterodoxas.

Sendo a sociologia a disciplina principal desse trabalho, além disso, sendo a sociologia bourdieusiana o seu ponto de partida teórico, gostaríamos de recuperar as principais ideias sobre o campo de pesquisa a partir delas.

Como Bourdieu define o campo?

[a] noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ele funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancial: é preciso pensar relacionalmente. (BOURDIEU, 2002a, p. 27-28).

O campo, em primeiro lugar, é conceito sociológico. O campo significa o espaço social que o pesquisador, baseando-se num referencial teórico, constrói. Este pode analisá-lo recorrendo à pesquisa teórica ou à pesquisa prática. Este último conceito significa a mesma coisa que “trabalho de campo” ou “pesquisa de campo”. Só que Bourdieu (2002a) e Bourdieu et al. (1983c) condenam qualquer tipo de positivismo e empirismo em ciências sociais.

Campo, como espaço, é composto por agentes sociais que lutam pelo monopólio de interesse específico de cada campo, o poder simbólico. Estes são reprodutores do campo; isto é, Bourdieu divide o campo em duas categorias de agentes: classe dominante e a classe dominada. Não são somente os agentes sociais que produzem o campo pelas suas práticas, mas eles também são reproduzidos pelo campo no qual estão interagindo. Essa dialética é expressada por Bourdieu (2002 a) com estas duas noções: o campo é uma estrutura estruturada e estruturante.

Dentro de um campo, os agentes sociais interagem a partir de práticas sociais, que se expressam através de linguagem, isto é, atos discursivos falados ou escritos ou não, gestos, ações sociais. Estes, na perspectiva de Bourdieu (2002a), são atos de poder, coerção. Os efeitos deste poder dependem da acumulação inicial do capital do campo específico. Em resumo, é o poder simbólico: a capacidade de mandar no outro sem, necessariamente, fazer

uso da força física. Bourdieu chama isto, também, de violência simbólica. Na nossa dissertação de mestrado, chegamos a sugerir uma distinção entre o termo “violência simbólica dominadora” e a “violência simbólica libertadora”, pois, em Bourdieu, este aspecto não fica muito claro; quer dizer, uma prática social pode ter duas finalidades: dominação ou libertação (MALOMALO, 2005). A dominação se manifesta pela busca de conservação da *doxa*, a ordem social estabelecida, enquanto as práticas emancipatórias buscam a sua transformação.

As relações sociais, que se expressam através da interação social num determinado campo, podem ser apreendidas pelo sociólogo através da aplicação de análise genético-estrutural. Eis o nome do método sociológico de Bourdieu (1990). Ditos em outros termos, a sociologia de Bourdieu opera a partir duas dimensões complementares. O genético significa introduzir a prática da história social do objeto em análise. Já a dimensão estrutural é a busca de apreensão das relações sociais entre os agentes envolvidos no campo. Investigar o campo, nesse sentido, significa analisar as práticas sociais: ações concretas, ou os dos discursos falados, ou os discursos escritos (livros, documentos, imagens) que são portadores do poder simbólico, representações de grupos sociais situados numa determinada realidade histórica.

Nessa perspectiva, entrar no campo para investigar pressupõe que o pesquisador e os sujeitos de investigação carregam “habitus” diferentes, isto é, práticas sociais que podem causar antipatia ou simpatia na pesquisa. Sendo, o campo, espaço marcado pelas relações de forças, para que não haja abusos, o pesquisador deve deixar se levar pela ética libertadora. Entrar no campo, então, significa negociar espaços, o acesso aos temas, aos discursos, aos documentos, aos produtos produzidos pelo outro: um pesquisador, um gestor ou um beneficiado de ações afirmativas. A missão do pesquisador é desvendar o “poder simbólico”, o escondido; organizar o “infinitamente pequeno e o cotidiano”, os “materiais residuais” (LAPANTINE, 2000); ou ainda, fazer emergir, na esfera pública, as coisas que foram tornadas ausentes pelas práticas dominantes (SANTOS, 2003). Como? Aplicando as técnicas de investigação sociológica.

Como conceito sociológico, o campo é uma ferramenta metodológica de análise da realidade social. É um instrumento de delimitação do que se quer estudar. Os objetos banais do cotidiano são transformados em campos de estudo, o campo de pesquisa. A virtude dele é a de lembrar ao pesquisador quais são as fronteiras entre os campos de investigação: o objeto; e também as fronteiras entre ele e seus objetos e sujeitos de informações. Enfim, lembrar ao pesquisador da sua mundanidade; de que ele próprio é parte do campo amarrado ao seu *habitus* social ou profissional. O campo é, portanto, uma construção social. A noção do *habitus*, como o social corporizado, vem lembrar que o pesquisador carrega o campo, ou seja, o social

no seu corpo. Para se livrar das pré-noções que carregamos no nosso corpo, via *habitus* adquirido, é preciso praticar a auto-sócio-análise (BOURDIEU, 2001b, 2002a), uma autocrítica sobre a sua biografia, e uma socioanálise, a crítica, a dúvida radical em relação aos objetos e sujeitos de investigação.

2.2.1. Delimitando o meu campo de pesquisa

A noção bourdieusiana do campo possibilitou-nos, em primeiro lugar, delimitar o nosso campo de pesquisa. Os estudos afro-brasileiros têm por objeto/sujeito de investigação, o negro ou a cultura negra. Nesse quadro, a intenção inicial, neste trabalho, era a de estudar, especificamente, a população negra do Estado de São Paulo, beneficiadora de políticas públicas de ações afirmativas implementadas pelas instituições públicas, do setor privado e/ou da sociedade civil, tendo como parâmetro histórico o período de 1995-2006. Mas, como já declarado, essas ideias iniciais foram se modificando ao longo da pesquisa. Ademais, pelo seu valor explicativo para essa tese e para as futuras investigações, resolvemos relatá-las. Esse exercício corresponde ao que Bourdieu chama de sócioanálise. Não se trata de dogma metodológico.

Animados pela ideia de querer apreender o nosso objeto na sua totalidade, pretendíamos estudar as ações afirmativas para negros nos territórios urbanos e rurais. Assim, referia-se a essa população em termos de negros urbanos e negros rurais. Dentro dessa última categoria, preocupávamo-nos mais com as comunidades dos quilombos, mas percebemos que nem todo negro habitante da zona rural é quilombola, como nem todo quilombola é morador da zona rural (PIRES; OLIVEIRA, 2006).

As tabelas 6 e 7 apresentadas, a seguir, retratam o campo ou os campos de investigação da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. A definição desses campos é feita à base de alguns indicadores. Reconhecemos a existência da complexidade desses campos, por isso, a regra de ouro, para cada pesquisador, é delimitar um ou mais campos para concentrar suas análises. Os indicadores seriam elementos fundamentais para tal estratégia. Mas, o que entendemos por indicador?

Apoiamos a definição de Resseau de Développement Communautaire (RDÉC - Rede de Desenvolvimento Econômico Comunitário) (CHAMPAGNE, 2005, p. 5) que, depois de analisar muitas outras definições, escreve o seguinte: “Guardamos dessas definições que um indicador é um dado ou um conjunto de dados utilizados para medir ou comparar uma variável, em função de um objetivo ou de uma concepção ideológica ou teórica” (tradução

nossa). E, defende que os indicadores servem para avaliar. Para o RDÉC (CHAMPAGNE, 2005, p. 8), o indicador “permite avaliar, julgar, comparar, seguir a progressão, verificar e controlar” o campo da pesquisa. Isto é ter acesso a informações relativas ao objeto de estudo.

Como foram elaborados os campos da nossa pesquisa? “Os indicadores são construídos ou selecionados em função de objetivos precisos ou de uma compreensão teórica / ideológica. Eles são ferramentas que nos permitem verificar e medir o alcance de objetivos [...]”, escreve RDÉC (CHAMPAGNE, 2005, p. 11; tradução nossa). Os critérios que estipulamos são aqueles que visam garantir a vigilância epistemológica e metodológica. O primeiro passo foi estabelecer uma recorte teórica que nos levou à construção do um referencial: o desenvolvimento econômico multicultural.

O segundo passo foi o processo da identificação dos programas/projetos de ações afirmativas para negros implementados, no Estado de São Paulo, pelo poder público ou federal, estadual ou municipal, pelo setor privado e/ou pela sociedade civil, as organizações sociais negras ou não negras.

O terceiro passo foi a seleção dos programas/projetos de ações afirmativas julgados relevantes, do ponto de vista da nossa pesquisa, isto é, aqueles que correspondem aos seus objetivos. Significa que seu executor deve ser, pelo menos, um agente do governo federal, estadual, municipal, do setor privado e/ou da sociedade civil, organizações sociais negras, ou não negras, que tenham implementado, pelo menos, um programa de ações afirmativas para negros em São Paulo. Além disso, seus beneficiários devem fazer parte das populações negras que ocupam o espaço geográfico urbano ou rural, as comunidades remanescentes de quilombos, do mesmo Estado. Aqui estamos preocupado com dois elementos de coleta de dados, o território e os agentes sociais, que são parte dos princípios das teorias do desenvolvimento local (ORTH, 197), comunitário (CHAMPAGNE, 2005) e da economia social (LE BEL et al., 2005). Em outros termos, estamos atentos aos vários níveis de avaliação: as dimensões internas dos programas e suas dimensões internas (CHAMPAGNE, 2005, p. 8).

Outro critério da seletividade é que esses programas devem visar ao desenvolvimento social e/ou econômico da população negra, ou seja, manter respeito mesmo que seja somente a um dos índices do desenvolvimento humano (IDH). Como se pode observar, não é só a teoria do desenvolvimento humano que nos ajudou na construção desses indicadores, mas fomos, também, guiados pela epistemologia do RDÉC.

Com a utilização de indicadores, podemos tentar medir diferentes elementos. As avaliações clássicas colocam geralmente o acento sobre a avaliação da performance, do impacto, do resultado, do rendimento, etc. No desenvolvimento econômico comunitário, esses termos não estão excluídos

do vocabulário, sobretudo numa perspectiva de prestação de contas. Todavia, freqüentemente, a avaliação no DÉC tenta medir o capital social, o desenvolvimento durável, a coesão social, a pobreza, a inclusão, a qualidade de vida, o bem-estar, o desenvolvimento humano, etc. Estas são as medidas que freqüentemente requerem dados de tipo qualitativo. Esse é, aliás, um dos grandes desafios da avaliação de DÉC: fazer reconhecer esse tipo de indicadores ou dar-lhe um valor comparativo àquele que se baseia unicamente sobre os dados quantitativos ou monetários. (CHAMPAGNE, 2005, p. 8; tradução nossa).

Voltaremos a discutir sobre os pontos levantados pelo RDÉC quando falaremos da avaliação. Entretanto, queremos ressaltar que, nesta investigação, buscamos ter acesso, também, a dados qualitativos e quantitativos dos programas de ações afirmativas em curso no país.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano (PNUD, 2005), os indicadores retidos são esses: índice de escolaridade, índice de trabalho e renda, índice de saúde e índice dos direitos. Por motivos analíticos, esses índices foram classificados em termos de ‘campos’ no sentido da sociologia de Bourdieu (1997) e de Kunz, reinterpretada pelo RDÉC (2005a). Elaboramos dois campos: o campo do desenvolvimento sociocultural, conhecido, todavia, como desenvolvimento social: agrupamos, aqui, os programas, que visam à melhoria da dimensão social dos beneficiários; dividimos este campo em subcampos, os quais denominamos de ações “afirmativas no campo da educação”, “ações afirmativas no campo da saúde e saneamento”, “ações afirmativas no campo dos direitos”; “ações afirmativas no campo da cultura e mídia” (educação popular, arte e mídia).

O segundo campo é o do desenvolvimento socioeconômico ou desenvolvimento econômico que visa à melhoria do índice de trabalho e renda. É dividido, do ponto de vista da teoria da nova sociologia econômica (LÉVESQUE, 2002a), em dois subcampos identificados como “ações afirmativas no campo da economia capitalista” e “ações afirmativa no campo da economia social e solidária”.

Na construção dos campos tratados nesta tese, foram selecionados nove (9) programas da área urbana no espaço geográfico de São Paulo. A identificação desses programas foi feita a partir da minha experiência de vida como ativista e intelectual do Movimento Negro, bem como através da pesquisa bibliográfica e documental realizadas.

Tabela 5: Programas de ações afirmativas para a população negra urbana

CAMPO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL (A1)
Ações afirmativas no campo da educação
(A1) Projeto Vestibular da Educafro de Santa Isabel ⁵ (A2) Projeto da inclusão do negro da AfroBras: Universidade Cidadania Zumbi de Palmares (UniPalmares) ⁶
Ações afirmativas no campo da saúde e saneamento
(A3) Ações da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo: Introdução do quesito cor nas informações de saúde e treinamento de profissionais para análise desse dado ⁷ .
Ações afirmativas no campo da cultura
(A4) Centro de referência Afro do Município de Araraquara: Oficina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Aepir/Nupe Unesp) ⁸ (A5) Oficina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Assaoc; assessoria de gênero e etnia da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Nupe/UNESP).
Ações afirmativas no campo da economia capitalista
(A6) Atendimento jurídico do INPB ⁹ (A7) SOS Racismo da Assembléia legislativa de São Paulo ¹⁰ .
Ações afirmativas no campo da economia capitalista
(A8) Programa de Capacitação G11 Dow ¹¹ (A9) Programa de Capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú em parceria com Unipalmares e EducAfro

Fonte: Síntese do Autor

Entre as comunidades quilombolas, a pesquisa de campo pode ser organizada a partir de mais de uma comunidade, pois isso poderia facilitar a realização de uma “antropologia densa”. Sendo cada comunidade uma entidade diferente, o seu confronto com a outra, abre mais horizonte para seus conhecimentos. Foram selecionadas essas duas: Ivaporanduva (B) e

⁵ Denomina-se como Rede de Vestibulares Comunitários - Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (EduAfro). Organiza-se a partir de Núcleos locais. Além de cursos de vestibulares, desenvolve também programas de bolsas para garantir a permanência dos estudantes nas universidades públicas e privadas. Mantive contato com essa organização até 2009: Disponível em: <<http://www.educafro.org.br/>>. Acessado em 15 jul. 2007.

⁶ Associação Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-cultural (AfroBras) é uma organização da sociedade civil fundada em 1997 em São Paulo. Em 2002, funda o Instituto Afro-Brasileiro do Ensino Superior, mantenedor da Universidade da Cidadania Zumbi de Palmares (UniPalmares), como um projeto de inclusão de negros. Minhas visitas nessa instituição começaram em 2006: Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/>>. Acessado em 12 de jan. 2010.

⁷ Em 2006, foi feita uma pesquisa piloto. Entrevistamos o responsável da Coordenadoria Estadual da Saúde da População negra. Dessa conversa tivemos uma idéia clara sobre as ações em andamento e decidimos nos concentrar em dois programas, um na cidade e outro nos quilombos, presentes na Tabela 5.

⁸ Esse projeto nasceu do diálogo estabelecido entre os integrantes do movimento negro local, os pesquisadores do Núcleo Negro da UNESP Para Pesquisa e Extensão (NUPE) com a Prefeitura do Município de Araraquara. Assessoria Especial de Promoção de Igualdade Racial (Aepir) é a sua reposta política no primeiro mandato do prefeito do Partido dos Trabalhadores.

⁹ Organização da sociedade civil do movimento negro paulista fundada em 1987 com o nome do Instituto do Negro (IN). Em homenagem ao seu fundador falecido em 1992, leva o nome do Instituto do Negro Padre Batista I(INPB). Foi tema da dissertação de mestrado de (MALOMALO, 2005).

¹⁰ Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/menuitem> > Acessado em 10 jan. 2009.

¹¹ É um programa de capacidade profissional e de oferta de bolsas de estudos para onze jovens afro-descendentes que têm um desempenho escolar melhor nas universidades e que morram perto da empresa Dow AgroSciences no Brasil. Esta é uma empresa norte-americana do setor agro-químico. Mantive contato com um dos responsáveis desse programa em 2006 e 2007 do qual me foi encaminhado só um documento eletrônico de apresentação institucional do programa.

Cafundó (C)¹². As duas diferenciam-se pelo poder de mobilização política, cultural e econômica. A primeira encontra-se em condições socioeconômicas melhores do que essa segunda, até a última visita que fizemos. Além disso, Ivaporanduva, era beneficiada por investimentos públicos, as ações afirmativas, pelo fato de as ações afirmativas serem reconhecidas, legalmente, pelo Estado. Naquela altura tinha selecionado, na primeira comunidade, sete programas/projetos e, na segunda, também sete, totalizando quatorze programas/projetos.

Tabela 6: Comunidades Quilombola Ivaporanduva (B)

CAMPO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL (B1)
Ações afirmativas no campo da educação
(1) Projeto Vestibular da Educafro. (2) Escola da comunidade
Ações afirmativas no campo da saúde e saneamento
(3) Ações da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo: Investimento nos Programas de Saúde da Família (Qualis/PSF) em municípios com comunidades remanescentes de quilombos. ¹³ (4) Projeto de construções de casas
Ações afirmativas no campo da cultura
(5) Projeto Quilombos Vivos: Oficina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Assoc. Assessoria de Cultura para Gênero e Etnias da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Nupe/Unesp.
Ações afirmativas no campo da cidadania e direitos
(6) Atendimento jurídico feito pelo ITESP ¹⁴
CAMPO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO (B2)
Ações afirmativas no campo da economia social e solidária
(7) Projeto de plantação de bananas orgânicas.

Tabela 7: Comunidades Quilombola Cafundó (C)

CAMPO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL (C1.)
Ações afirmativas no campo da educação
(1) Projeto de Alfabetização dos adultos (Sebrai).
Ações afirmativas no campo da saúde e saneamento
(2) Ações da Secretaria da Saúde de São Paulo: Investimento nos Programas de Saúde da Família (Qualis/PSF) em municípios com comunidades remanescentes de quilombos. (3) Projeto de construções de casas.
Ações afirmativas no campo da cultura
(4) Projeto Quilombos Vivos: Oficina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Assoc. Assessoria de Cultura para Gênero e Etnias da Secretaria do Estado de São Paulo e Nupe/UNESP. (5) Projeto de capoeira.
Ações afirmativas no campo da cidadania e direitos
(6) Atendimento jurídico feito pelo ITESP.

¹² As duas comunidades foram visitadas por mim em 2006.

¹³ Disponível em: <http://portal.saude.sp.gov.br/content/geral_acoes_qualis.mmp>. Acessado em 14 de julho de 2008.

¹⁴ Fiz uma entrevista com um dos responsáveis do programa.

CAMPO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO (C2)
Ações afirmativas no campo da economia social e solidária
(7) Projeto de horta comunitária.

O último critério, inspirados em Camargo (2002), que nos leva a escolher os programas de ações afirmativas, é a garantia da colaboração de parte de seus executores e beneficiários. Isso implicava num acordo, mínimo, para o nosso acesso aos materiais produzidos por eles, antes, durante e após a implementação dos programas (desenho, avaliações, relatórios, vídeos, fitas, CDs, etc.), para responder aos questionários e para participar das entrevistas, no momento determinado, quando isto fosse necessário. No caso da impossibilidade desse critério, poder-se-ia optar pelos outros critérios metodológicos como a análise de documentos, já em mão do pesquisador. Foi essa última a opção que ficou prevalecendo.

Além das razões já citadas para entender a escolha final feita, devemos acrescentar que, quanto mais nos aprofundávamos nesta pesquisa, mais nos dávamos conta da sua complexidade. A única virtude que sobrou, nesse sentido, foi a humildade científica: ninguém conhece tudo; ninguém pode pretender conhecer a realidade na sua totalidade. Era preciso ser realista. Assim, percebendo a contingência orçamentária, temporal (fator tempo) e humana (a impossibilidade de realizar essa pesquisa sozinho), ficou resolvido, no caso dos programas ligados aos quilombos de Ivaporanduva e Cafundó, substituí-los pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ)¹⁵. Tudo isso porque, este último, preenchia muitos dos critérios que tínhamos estabelecido quanto à seleção. Um deles é a disponibilidade de acesso ao relatório que se encontrava no site da SEPPIR em 2008. No final, de 2009, tive acesso ao texto de “Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação” de José Maurício Arruti (2009), que muito nos animou para a sua investigação; no início de 2010, conseguimos ter acesso ao “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011” da SEPPIR (exercício 2009; ano de base 2008)¹⁶ sobre o PQB e Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial; mas foi preciso deixar de lado a análise desse programa.

Confesso que a ousadia, fator que caracterizou a germinação desse projeto, é que nos levou a tomar decisões que julgamos certas até o momento. Foram estas decisões que possibilitaram a delimitação do campo de investigação dessa pesquisa. A tabela, abaixo, reflete a nossa decisão final.

¹⁵ Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 13 de maio de jul.. 2009.

¹⁶ Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.

Tabela 8: Classificação de campo de ações afirmativas investigadas

Ações Afirmativas	Campo de Pesquisa
Projeto Cor da Cultura	Educação
Políticas de ações afirmativas e cotas no ensino superior	Educação
Unipalmares: Projeto de inclusão de negros no ensino superior	Educação
Programa de capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú	Economia

Fonte: Síntese do Autor

Todos os programas de ações afirmativas que resolvemos avaliar foram aplicados no espaço urbano. Os dois primeiros, Projeto Cor da Cultura e Políticas de Ações Afirmativas e Cotas no ensino superior, são de extensão nacional. Cor da Cultura tem essa intenção, apesar do projeto piloto ter se estendido somente em algumas regiões metropolitanas: São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais, Salvador. A razão não é, puramente, porque era piloto, mas imperou a questão orçamentária. Os dois, assim como os outros, pertencem ao campo da cultura, ou seja, são ações afirmativas que visam o desenvolvimento sócio-cultural.

Os dois últimos programas, o da Unipalmares e do Banco Itaú, são, territorialmente, localizados na cidade de São Paulo. No que tange a finalidades, o primeiro faz parte do campo da educação, e o segundo é uma ação da economia capitalista.

Enfim, outra decisão que tínhamos tomado era a de investigar os programas de ações afirmativas apresentados, a partir da pesquisa avaliativa, com fundamento, específico, no “método de avaliação de quinta geração”. A razão para essa escolha é o fato de que seus pressupostos teórico-metodológicos condizem com os objetivos dessa pesquisa. No contexto do Canadá, ela tem trabalhado a relação entre as políticas públicas do multiculturalismo e o desenvolvimento das comunidades locais; essa escolha de objeto, não encontramos em Bourdieu. Além disso, compartilhamos os mesmos preceitos ideológicos e éticos, qual seja que a ciência é uma atividade social e política que deve ser colocada a serviço da emancipação dos povos oprimidos (ALLAIRE et al, 2007; FONTAN; LACHANCE, 2005).

3. Pesquisa avaliativa e avaliação dos programas

O método e a técnica, às vezes, são usadas como sinônimos. Este aspecto aparece em Deslande et al.: “De forma como tratamos nesse trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o

sopro divino do potencial do investigador” (2000, p. 16).

Por outro lado, há autores como Bourdieu et al. (1983b) e Severino que veem uma certa diferença entre os dois conceitos.

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações casuais constantes entre fenômenos. (SEVERINO, 2008, p. 102).

Ou ainda nessa frase do mesmo autor:

As técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação para a realização de pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundamentadas em diferentes epistemologias. Mas, obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos adotados e com os paradigmas epistemológicos adotados. (SEVERINO, 2008, p. 124).

“Servir de mediação” significa que a técnica é a manipulação de um método, ou um conjunto de método, que formariam uma metodologia. Deslande et al. (2000) consideram, como vimos na definição acima, a metodologia como conjunto de técnicas. Nesse trabalho, empregamos as duas concepções. Consideramos técnica e método como sinônimos, ou como conceito diferente.

Os manuais metodológicos indicam vários métodos e técnicas para realização da pesquisa de campo: estudo de caso, estatística, observação participante, observação em massa, comparação; há, também, várias técnicas de coletas de dados qualitativos e quantitativos: observação simples, entrevista, formulário, questionário, história de vida (ABRAMO, 1978, p. 32); discussão em grupo (DESLANDES et al., 2002, p. 58). Entre as estratégias de registro de dados no campo, Netto (DESLANDES et al., 2002, p. 62-63) menciona o uso da filmagem, da gravação, do diário. Cabe a cada pesquisador decidir sobre os recursos certos a serem empregados. Por não ser uma pesquisa etnográfica, não houve necessidade, nesse trabalho, de empregar as técnicas pré-mencionadas, senão como já pontuamos, nas minhas conversas e entrevistas informais, fazia minhas anotações em um diário particular.

Geralmente, as abordagens heterodoxas, melhor, àquelas que desafiam as regras estabelecidas pelo positivismo científico a partir da sua criatividade (BOURDIEU et al., 1983b), como a de Bourdieu (2002a), Morin (2005), Santos (2003), Spink (2003), aconselham a combinação de vários métodos e técnicas na coleta de dados. E, dessa forma, combinamos a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental e com a pesquisa avaliativa.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e a ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (DESLANDE et. al., 2000, p. 17-18).

Portanto, os problemas teóricos e práticos já levantados pela literatura ligada a essas três formas de pesquisas (bibliográfica, documental e avaliativa) proporcionaram condições para a investigação do meu campo de estudo: verificação de suas hipótese e realização de seus objetivos.

Já falamos do que entendemos por pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Agora, falta explicar o quê entendemos por pesquisa avaliativa. Chianca e seus colaboradores fazem uma distinção entre a “pesquisa avaliativa” e “avaliação de programas”.

A essência da diferenciação entre pesquisa avaliativa e a avaliação está na finalidade de cada uma delas. A primeira está claramente comprometida com geração de conhecimento, teste de teorias, estabelecimento da ‘verdade’ e/ou generalizações no tempo e no espaço, enquanto o compromisso principal da avaliação de programas está em gerar informações relevantes que ajudem à tomadas de decisões para melhorar programas existentes e para orientar o desenvolvimento de futuros programas. (CHIANCA et al., 2001).

Concordamos, em parte, com Chianca e seus companheiros sobre as diferenças que existem entre as finalidades dessas duas modalidades de avaliação. Quer dizer, o interesse principal do cientista é fabricar produtos a partir da lógica do campo científico: “geração de conhecimento”, “teste de teoria”, “estabelecimento da verdade” e/ou “generalização no tempo e no espaço” das informações encontradas. Por outro lado, o interesse principal da “avaliação de programas” é trazer dados relevantes para a melhoria do programa.

Nessa perspectiva, a definição desses autores torna-se interessante por causa de algumas observações feitas no campo da pesquisa. Entre os documentos recolhidos, e que se encaixam bem nessa sua classificação, podemos citar alguns, como é o caso da avaliação de Valter Silvério feito sobre o Projeto Cor da Cultura, que é um produto científico, uma análise sociológica desse programa. Portanto, na classificação de Chianca et al. (2000), seria uma “avaliação científica”. Já a avaliação feita pela empresa “Innova: Assessoria e pesquisa”, coordenada por Maria Dolores Bombardelli Kappel, sobre o mesmo projeto, não tinha essa finalidade científica. É uma “avaliação de programa”. Há, ainda, outros casos: publicações científicas sobre a política de igualdade racial (JACCOUD, 2009; PAULA; HERINGER, 2009), que se enquadram na primeira classificação. Estes documentos científicos são

classificados como fontes da pesquisa bibliográfica. Outros documentos recolhidos, diretamente do site, os próprios sites dos programas analisados, seus relatórios, seus *papers* são considerados como pertencentes à avaliação dos programas. Portanto, são fontes da pesquisa documental.

É preciso, portanto, problematizar essa classificação de Chianca et al. (2000). Do ponto de vista da definição, estes autores estão certos ao estabelecer a diferença entre avaliação de pesquisa e a avaliação de programas, entretanto, permanecem alguns problemas de ordem teórica e prática, isto é, na concepção dos efeitos que as práticas avaliativas geram na sociedade. A concepção deles fundamenta-se num dualismo que não ajuda a avançar no debate. A concepção da ciência, que eles trazem, tem a ver, somente, com um modelo de ciência que não se compromete com os problemas da sociedade. Parece que a ciência, em questão, não têm sujeitos históricos. Para nós, não existe uma ciência sem “finalidades humanas”. A mesma crítica diz respeito a sua concepção dos programas sociais. Parece que não existem agentes históricos formuladores e beneficiados de tais práticas sociais. Esquecem que um programa nunca é avaliado por si só, mas a partir da realidade histórica de seus agentes. Aliás, dentro das ONGs, atualmente existem, não só uma colaboração com os cientistas sociais, como muitos deles são, seus integrantes ou consultores. Como, então, classificar um produto que sai de tais organizações sociais híbridas?

Dito em outros termos, não compartilhamos, salvo os pontos de concordância apontados acima, com o dualismo teórico presente nessa diferenciação que, Chianca (2005) e seus companheiros fazem sobre as finalidades e efeitos do que denominam de “pesquisa avaliativa” e “avaliação de programas”. É um dualismo que coloca em oposição os saberes acadêmicos e os saberes não acadêmicos. Apoiando-se na epistemologia pós-colonial de Santos (2003 a; 2003b) e da nova sociologia econômica (FONTAN; LACHANCE, 2005), o desenvolvimento econômico multicultural entende que tanto as “pesquisas avaliativas” quanto “avaliações de programas” não acadêmicos, quando bem elaboradas, refletidas e praticadas, geram conhecimentos, tornam-se ações éticas e políticas emancipatórias. Isto significa que, como práticas sociais, podem ser usadas não só para melhorar os determinados programas, mas para discutir a transformação da sociedade na sua “totalidade”. Essa é concepção da nova sociologia econômica sobre a avaliação.

Tomando em conta uma estratégia social de avaliação de um grupo ou de uma organização, que coloca, em consequência, estes no seio de um sistema social, torna-se então possível interrogar o conjunto das ações realizadas pelos atores visados pelo problema social.

A avaliação da quinta geração coloca então no pano de fundo a questão de

articulação entre os atores e o sistema. Constitui um caminho de questionamento sobre a ação global de uma sociedade sobre um ponto de vista particular: o desenvolvimento cultural, a qualidade de vida de um bairro, um setor de atividades econômicas ou um problema social. (FONTAN; LACHANCE, 2005; tradução nossa).

Trata-se, ali, de um posicionamento teórico que o desenvolvimento econômico multicultural tem sobre a avaliação. A avaliação e as ações a serem avaliadas, bem como os programas, são vistos como práticas sociais e, historicamente, contextualizados. O foco da avaliação deve ser a valorização recíproca dos saberes acadêmicos e dos saberes locais, das populações, dos movimentos sociais e comunitários.

Tais pressupostos teórico-metodológicos são extraídos das teorias do desenvolvimento alternativo, tais como o do “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen (2000, p. 18), cujos princípios são essas duas razões: “a razão avaliatória – a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se, primordialmente, se houve aumento das liberdades das pessoas”; e “a razão da eficácia – a realização do desenvolvimento depende, inteiramente, da livre condição de agente das pessoas”. O que importa nessas abordagens são a captura e a interpretação de dados qualitativos, o que não significa a negligência dos quantitativos. As pessoas, seus discursos e práticas, são tratados como fonte de informações (MANN, 1970).

Este trabalho faz uso dos dados fornecidos pela pesquisa de avaliação e pelos documentos da avaliação de programas. Do ponto de vista da metodologia, a “avaliação da quinta geração” é um dos seus instrumentos de análise. Esta é o que Chianca et al. (2000) chamam de pesquisa de avaliação, a única diferença está no plano de concepção teórica.

3.1. Análise histórica da avaliação

Toda a avaliação, como método de pesquisa, corresponde a uma teoria científica que a sustenta. A avaliação que dá suporte à metodologia do desenvolvimento econômico multicultural é chamada de “avaliação da quinta geração”. Pertencem aos estudos sociológicos canadenses conhecidos como a nova economia sociológica e economia social. Começaremos esta análise pela teoria e a prática da “avaliação de quinta geração” proposta Jean-Marc Fontan e Elaine Lachance (2005), membros ARUC-ÉS (Alliance de recherche universités-communautés en économie sociale - Aliança de pesquisa universidades-comunidades em economia social) da Universidade de Québec em Montreal. Mais adiante, falaremos sobre os indicadores que devem guiar essa avaliação.

No seu artigo, “Pour une évaluation de la cinquième génération”, Fontan e Lachance (2005) começam pela contextualização do surgimento desse tipo de avaliação, a partir da

realidade do Canadá. Ahamos que esses motivos poderiam iluminar o debate brasileiro também. O primeiro motivo foi a esperança das organizações da sociedade civil, particularmente, o movimento associativo de natureza comunitária, depositada nas universidades para renovar os métodos de avaliação das intervenções que elas realizavam. Era uma esperança nascida da necessidade ligada, diretamente, às pressões que os financiadores, órgãos públicos e privados, exerciam sobre elas. Esses parceiros queriam conhecer melhor o impacto dos investimentos sobre as populações alvo. As organizações da sociedade civil exigiam duas coisas dos pesquisadores. Primeiro: a adaptação do “método avaliativo” às características e às necessidades de suas organizações. A frase chave, para Fontan e Lachance nesse contexto, era essa: “ajuda-nos a construir novos indicadores qualitativos que pudessem traduzir melhor nossa intervenção” (2005, p. 1; tradução nossa). A segunda exigência visava à posse de uma legitimidade dessas organizações frente a seus “parceiros” poderosos, mediante os resultados que trazem a avaliação. Como se pode ver, a avaliação é usada, aqui, como método de um poder simbólico de persuasão. Além disso, diferente do que pensam Chianca e seus colaboradores (2001), pode existir uma colaboração na elaboração do método avaliativo, entre a academia e as organizações da sociedade civil. A avaliação da quinta geração, como novo paradigma de se pensar e praticar a avaliação, nasceu dos diálogos entre pesquisadores do *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) e da ARUC-ÉS.

O que é a avaliação de quinta geração? Para responder a essa pergunta, Fontan e Lachance (2005, p. 3) fazem uma análise histórica do conceito ‘avaliação’. Encontram quatro gerações ou fases anteriores e, a última, é o que eles chamam de “avaliação da quinta geração”. Três elementos caracterizam a emergência dessas fases: são produtos da modernidade ocidental, demandas políticas e científicas para dar respostas às necessidades sociais.

A primeira geração de avaliação, para Fontan e Lachance (2005, p. 3), data de 1800 a 1900. Nasceu das transformações engendradas pela Revolução industrial que suscitavam uma necessidade, impressionante, de definir os programas sociais e da educação da época. Vista como Idade da reforma, essas avaliações tinham a forma de Comissões reais ou presidenciais de inquérito.

A segunda geração, que data de 1900 a 1930, é identificada por eles como a Idade da eficácia e testes. Imperava, nesse período, a noção de gestão científica na educação e na indústria. A avaliação era, então, pensada no ângulo de padronização, de sistematização e, sobretudo, de eficácia (FONTAN; LACHANCE, 2005, p. 3).

A terceira geração de avaliação se divide em duas fases: A Idade tyleriana (1930-1946) e a Idade da inocência (1946-1957), que levaram a um desenvolvimento agudo da avaliação em si

e da dimensão técnica (FONTAN; LACHANCE, 2005, p. 3). Lendo Stéván Mészáros (2004, 2006), pode-se dizer que é o período marcado pela ideologia do progresso, do planejamento, do cientificismo, da administração planejada que encontra sua razão de ser nesse período. O pensamento economicista e administrativo dominante eram seus sustentáculos ideológicos. Não só uma coincidência que a terceira geração coincide com o nascimento dos estudos do desenvolvimento tradicional onde imperava a visão etapista e economicista.

A quarta geração de avaliação é identificada em dois momentos também. No final dos anos de 1950 e no início dos anos de 1960, estamos na fase da transformação de avaliação. A Idade da expansão da avaliação vai de 1958 até 1972. “[...] Marca a aparição de profundas mudanças concedendo a avaliação um status de indústria e de profissão” (FONTAN; LACHANCE, 2005, p. 4).

A quarta geração levaria à quinta geração. O período histórico dessa avaliação é de 1973 até nossos dias. Para Fontan e Lachance (2005, p. 4), esta última fase é a Idade da profissionalização. O que se nota é que, há dois séculos, a avaliação, na educação e em outros campos da vida social, sofreu transformações profundas. Ela que tinha aparecido sob a forma de um inquérito público, constitui, no momento, uma disciplina autônoma dotada de regras e de métodos precisos.

Não há uma ruptura histórica entre as cinco gerações de avaliação. Elas se complementam e, às vezes, excluem-se, dependendo de quem as teoriza ou as usa como ferramenta metodológica. Baseando-se nos estudos de Guba e Lincoln (1989), Fontan e Lachance (2005, p. 4-6) reconhecem que, na sua evolução histórica, cada geração teve a sua contribuição específica sobre a noção da avaliação, sobre suas medidas (*measure*), indicadores, descrições, sobre o papel do avaliador sem, todavia, excluir a dimensão acumulativa do conhecimento oferecida pelas outras abordagens.

Desse ponto de vista, inspirando-se nos estudos daqueles dois autores, Fontan e Lachance (2005, p. 4) entendem que a primeira geração (de 1895 a 1930) foi o período de medidas. A função da avaliação era a de medir os sucessos a partir de testes. O papel do avaliador é o de se comportar como um mero técnico. Trata-se de utilizar os instrumentos existentes ou de criar outros novos para medir todas as variáveis.

Já a segunda geração (de 1930 a 1967) vai deslocar as preocupações da medida para a descrição do objeto da avaliação. A função da avaliação é a de explicar as diferenças observadas entre os objetivos visados e os resultados obtidos. O papel do avaliador consiste em descrever os pontos fortes e fracos do objeto avaliado.

A terceira geração (de 1967 a 1979), para Fontan e Lachance (2005, p. 5), constitui um primeiro reconhecimento do valor da subjetividade no ato da avaliação. Para além de incorporar as funções das duas primeiras gerações, ela é vista como um fato de emitir um julgamento, cuja construção é socialmente orientada. A função da avaliação é, portanto, elaborar um julgamento “neutro” (sic) sobre o objeto avaliado. O seu exercício consiste em apreciar a eficácia do objeto avaliado e de julgar, se ou não, o objeto responde aos critérios identificados. O papel do avaliador consiste em se pronunciar sobre os méritos do objeto avaliado.

O que se pode observar é que, a partir da terceira geração, as abordagens construtivistas dão um embasamento às reflexões e práticas das avaliações. A quarta geração (de 1979 a 2000, aproximadamente), para Fontan e Lachance (2005, p. 5), foi o tempo do salto qualitativo. Introduce-se um novo elemento para além dos que já foram mencionados: a negociação de termos de julgamentos do objeto a ser avaliado. A avaliação é vista como um processo de medidas, de descrição e de julgamento/apreciação do objeto que coloca na mesma cena, no mesmo campo, atores sociais; porém, tendo interesses diferentes. Desta forma, a avaliação exige uma negociação de consenso mínimo entre ambas as partes e o respeito pelos interesses de cada ator envolvido. A função da avaliação consiste, então, em emitir um julgamento coletivo sobre o objeto avaliado. Appreciar a eficácia do objeto avaliado exige que os atores sejam implicados no processo avaliativo. O papel do avaliador é fazer a mediação. Deve agir como negociador, portanto, político, e como pesquisador.

3.2. Avaliação da quinta geração

É a partir dessa análise histórico-conceitual que Fontan e Lachance (2005, p. 7), chegam a elaborar o seu paradigma da quinta geração de avaliação. Ele nasce, não somente das limitações de cada uma das teorias precedentes, mas também, como já dito, das demandas formuladas pela sociedade civil canadense na atualidade. Esse novo paradigma já existe nos trabalhos realizados pelo ARUC-ÉS e tem essas características essenciais: 1) é integrado na definição e na gestão corrente de todo projeto; 2) é utilizado para fins estratégicos; 3) leva em conta o fato de que todo objeto faz parte integrante de um sistema social; 4) propõe uma avaliação de natureza participativa, política e ética.

Seguindo as pegadas da quarta geração, essa nova geração de avaliação, conforme seus autores, fundamenta-se sobre a negociação, mas o seu desenvolvimento dá-se num patamar diferente; pois, suas discussões não estão focadas sobre o objeto e o método da avaliação em

si, mas, preferencialmente, sobre os valores postos na mesa de negociações pelas partes, os especialistas e leigos, os financiadores públicos e privados e as comunidades locais. Nesse contexto, alegam os autores, a pertinência social das iniciativas tomadas pode ser reconhecida e integrada na concepção da avaliação em si. Dito em outros termos, passa-se de uma avaliação fundamentada no rendimento de um organismo para uma avaliação assente no reconhecimento de sua razão de ser e no apoio dado a ele pelo meio, a sua legitimidade social-popular (FONTAN; LACHANCE, 2005, p.74).

Insistimos sobre a dimensão política e ética da avaliação. De fato, o seu entendimento, como também o de outros pontos já discutidos anteriormente, nos ajudará a apreciar, criticamente, os critérios da avaliação adotada por esta pesquisa. A evolução qualitativa da avaliação deu-se a partir da ingerência da ciência no seu estudo como objeto científico para a resolução de problemas práticos da sociedade. Dessa forma, a sua teorização e a sua prática pelos meios científicos, da sociedade civil, organizações privadas e públicas fazem da avaliação um instrumento político. Para sustentar a sua argumentação, Fontan e Lachance (2005, p. 7) lembram que a ciência, como atividade social, é um ato político. Sendo isto um “ponto de vista” só se ataca a certas questões, deslocando, mantendo ou reforçando o *status quo*; ela coloca só perguntas de interesse de suas teorias e nunca leva em conta as formulações propostas pelos sujeitos das coletividades. De fato, estes autores estão falando da ciência tradicional e da ciência dominante que excluem alguns temas sociais da agenda pública. Os gestores públicos agem a partir da mesma lógica excludente. Tendem a escolher alguns temas para transformá-los em programas sociais. Aqueles que não são de seu interesse político, geralmente, são rejeitados. Mesmo quando pressionados pelos grupos de interesses, dependendo do poder de influência dos grupos em questão, ou eles acatam suas demandas e destinam-lhes recursos suficientes, ou fazem o contrário. A conclusão à qual Fontan e Lachance (2005, p. 8) chegam é que não existe neutralidade nem no meio político, nem no meio científico, pode-se acrescentar, até no meio empresarial, portanto, na sociedade. Ou seja, os valores que guiam o desenho, a execução e a avaliação dos programas sociais não são neutros.

Será que isto significa que todas as avaliações são enviesadas? Não necessariamente, respondem Fontan e Lachance (2005). Apoiando-se nos teóricos da avaliação da quarta geração, acham que a saída que levaria para a realização de uma avaliação objetiva, está na adoção de princípios políticos e científicos, que não são outra coisa senão os próprios princípios éticos da economia social tidos como construções sociais, uma ética da humanidade (MORIN, 2003). Nessa perspectiva, os princípios fundamentais da quinta

geração de avaliação são esses: o primeiro é a integração da avaliação na definição e na gestão corrente de todo projeto; o que exige sempre suas negociações a partir dos valores de ambas as partes. Isto pode ser realizado levando-se em conta outros princípios. O segundo é a utilização da avaliação para fins estratégicos. O seu aspecto fundamental é a produção de riquezas e do bem-estar da coletividade. O terceiro princípio é o fato de que todo objeto faz parte integrante de um sistema social. Por isso, exige-se uma vigilância política e científica para que os programas e avaliações não se tornem instrumentos de dominação. O quarto princípio é a opção por uma avaliação de natureza participativa, política e ética. Como se pode ver, todos os princípios se complementam.

Nancy Neamtan (2000, p. 8-9), em outros contextos, observa que, na perspectiva da economia social, para a realização de uma “verdadeira” avaliação, deve-se considerar três dimensões: a dimensão da eficácia econômica, a dimensão da utilidade social e a dimensão institucional. Para ela, a eficácia econômica está voltada à *performance* produtiva das iniciativas da economia social: o emprego, os custos, os benefícios, a rentabilidade e a *performance* relativas ao setor de atividades fazem parte dos principais indicadores. A dimensão da utilidade social representa um valor agregado característico da economia social, e encontra nos indicadores tais efeitos estruturantes, a mobilização de um local, as parcerias com outros atores sociais, a política de equidade e de redistribuição, entre outras coisas, e alguns indicadores econômicos, tal como o emprego. Enfim, a dimensão institucional reporta-se à estrutura do poder e ao lugar reservado a vários atores (empregados, utilizadores/consumidores, sociedade e público) nas decisões. As negociações, as consultas e a participação de vários atores são indícios de intenções da democratização do processo avaliativo.

São esses os princípios de avaliação da quinta geração que devem guiar as pesquisas que se fundamentam nas propostas do desenvolvimento econômico multicultural. Servimo-nos deles para construir, também, o nosso instrumento de avaliação de programas de ações afirmativas no Brasil.

3.3. Avaliação dos programas de ações afirmativas

“Quando fazemos o que nós chamamos ‘pesquisa de campo’, nós já estamos no campo; nós não estamos ‘indo ao campo’. Já estamos no campo, porque já estamos no tema”, escreve Spink (2003, p. 36). Evocando, Long (2001), continua ensinando que o quê se busca, geralmente, é localizar-se, psicologicamente e territorialmente, mais perto das partes e

lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema, onde as práticas discursivas se confrontam e, ao se confrontarem, tornam-se mais reconhecíveis.

Já identificamos o nosso campo-tema: os programas de ações afirmativas voltadas às populações negras, como demonstrado acima. Do seu lado, sem demora, Spink (2003) chega ao que queria salientar na sua fala: “Para isso, não há métodos bons ou ruins; há simplesmente maneiras diferentes de estar no campo-tema, incluindo a poltrona da biblioteca. Método, nada mais é que a descrição do ‘como’, ‘onde’ e ‘o que’” (SPINK, 2003, p. 36). Spink (2003) sabe muito bem que há métodos bons e ruins do ponto de vista científico, ético e político; o seu discurso deve ser entendido a partir do seu posicionamento da epistemologia subalterna que quer afirmar sua existência perante as epistemologias dominantes. O método: eis a questão. Até aqui podemos recapitular nossa exposição dizendo que a metodologia de pesquisa, adotada, tem três fases: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa avaliativa de quinta geração. No momento situamo-nos nesta última. Além disso, acrescentamos, lembrando o que não compartilhamos com Spink (2003), é a sua abordagem psicológica. A nossa está no plano da sociologia.

Nesse terreno é, ainda, a epistemologia da nova sociologia econômica e da economia social do ARUC-ÉS, o ponto de referência aplicado aqui. O texto de Pierre-Mathieu Le Bel, Juan-Luis Klein e Jean Carrière (2004), “Le portait des portraits: propositions méthodologiques pour l’évaluation d’un portrait régional de l’économie sociale”, servirá de base metodológica para a análise dos programas de ações afirmativas. O texto desses autores são confrontados com o de Mary Garcia Castro et al. (2001), *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*, de Thomas Chianca et al. (2001), *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*, de Daniel Champagne (2005), “Instruments de communication et d’information pour le développement économique communautaire et l’inclusion sociale: Indicateurs et cartographie”, de Bárbara Pfister (2001), “Stratégies intégrées d’insertion en emploi de personnes vivant en logement social: Analyse d’expériences nord-américaines et françaises – Rapport synthèse”, de Célia Reis Camargo (2002), *Experiências inovadoras de educação profissional: memórias em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996-1999)*, Lycia de Tramujas Vancellos Neumann e Rogério Arns Neumann (2004), *Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário*, Jean-Marc Fontan e Éline Lachance (2005), “Pour une évaluation de cinquième génération”, do Instituto Ethos (2005), *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*, de Rosana Heringer

(2005), “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: Um balanço do período 2001-2004”, de Rosana Heringer (2001), “Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil”, de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2007), “Oficina de indicadores sociais (Ênfase em relações raciais)”. A partir desse confronto é que se construiu um dos passos do marco teórico-metodológico do desenvolvimento econômico multicultural. Não se trata de uma simples reprodução do que já existe, mas de sua apropriação para a análise dos programas de ações afirmativas no contexto brasileiro. Portanto, trata-se de uma modesta sugestão de um novo instrumento teórico-metodológico que estou colocando à disposição da sociedade e da academia. Como tal não é um dogma, mas algo a ser criticado e aperfeiçoado. Seus elementos essenciais encontram-se abaixo.

Tabela 9: Quadro temático de um desenho de análise para programas de ações afirmativas

<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação do (s) informante (s) 2. Identificação da instituição/organização 3. Identificação do programa 4. Parcerias e financiamento 5. Metodologia: Participação e estratégias 6. Relações do programa com a questão do desenvolvimento da comunidade/população negra 7. Impactos sociais e econômicos 8. Avaliação da avaliação do programa
--

Fonte: Síntese do Autor

O “quadro temático de um desenho de análise para programas” (LE BEL et al., 2004) é um resumo de um instrumento mais complexo, pois cada tema envolve um conjunto de perguntas para coletar informações. Citaremos, apenas, algumas indagações.

O tema 1 busca saber sobre o agente social produtor da informação coletada, e como foi coletada essa informação. Foi criado com a intenção de aplicar as entrevistas. Aproxima-se com o tema 9 que busca saber se o programa foi avaliado ou não, e quais são os agentes avaliadores; que métodos usaram. A única diferença é que essas informações, geralmente, são obtidas através dos documentos já prontos.

O tema 2 implica na identificação dos agentes responsáveis pelo programa: se é uma instituição governamental, do setor privado ou da sociedade civil. Busca coletar dados sobre os gestores, os executores e beneficiados; o setor da atuação; descrição das atividades; duração do programa; o quadro territorial; a amplitude; os princípios gerais. O tema 4, geralmente, vem ligado com aos anteriores e investiga as parcerias e formas de financiamentos.

O tema 5 questiona sobre a metodologia do programa; busca saber sobre os participantes; estratégias elaboradas para assegurar a sua participação; as pessoas que realmente beneficiaram do programa; formas de acompanhamento do programa.

O tema 6 foi introduzido por nós para identificar se existe ou não a relação entre cada um dos programas analisados com a temática do desenvolvimento. Busca saber sobre as atividades que foram desenvolvidas e entender se a problemática do desenvolvimento aparece de forma explícita ou implícita; se o modelo do desenvolvimento em questão tem a ver com a emancipação ou a alienação dos beneficiados.

O tema 7 questiona sobre os impactos sociais e econômicos do programa na vida dos beneficiados. Investiga, por exemplo, se ele teve um impacto na formação de uma identidade pessoal e coletiva; se o programa conseguiu criar uma certa mobilização política dos beneficiados, bem como dentro da empresa que o implementou. Além disso, analisa se o programa criou oportunidades de empregabilidade.

O objetivo principal desta pesquisa é “emitir um julgamento científico”, isto é, analisar os programas de ações afirmativas escolhidas, tendo em conta esses três pontos: 1) Aprender a visão dos executores e beneficiários dos programas escolhidos no que diz respeito à relação entre a política de ações afirmativas e o desenvolvimento das comunidades beneficiadas. 2) Aprender o impacto social e econômico desses programas nas vidas individuais e coletivas dos beneficiados. 3) Avaliar os programas de ações afirmativas, a partir da visão dos executores, tendo os documentos produzidos a seu respeito (relatórios e outras publicações) como fontes de informação.

Parafraseando Perseu Abramo (1979, p. 42-43), uma vez visto “segundo o nível de interpretação”, a pesquisa avaliativa implica capacidade de identificar, descrever, mensurar e interpretar os dados disponíveis a partir dos temas da tabela 9.

Ao ler Pierre-Mathieu Le Bel, Juan-Luis Klein e Jean Carrière (2004), Bárbara Pfister (2001), Daniel Champagne (2005), o que se nota é que eles sugerem a coleta de dados qualitativos, quantitativos e cartográficos¹⁷ para que se tenha condições de avaliar cientificamente um programa. Esta pesquisa privilegia os dois primeiros tipos de dados.

Le Bel et al. (2004) concordam que a aplicação de um “quadro temático de um desenho de análise para programas”, ou seja, a avaliação para ter um desempenho melhor, na coleta de dados, deve ser feita combinando a técnica de “questionário”, de “formulário” e de “entrevista”. Aqui também houve mudanças no andamento desta investigação. No início, julgávamos necessário tal procedimento. Assim, fundamentando-nos no “quadro temático de um desenho de análise de programa”, elaboramos um questionário e um formulário para serem usados como roteiros de entrevista. Estes seriam aplicados para os gestores e para os

¹⁷ A cartografia é o método que faz uso de mapas, imagens, gráficos como formas de linguagens que veiculam informações sobre programas.

beneficiados de programas de ações afirmativas. Pelo fato de a maioria de gestores terem acesso à informática, o mesmo instrumento foi construído para ser respondido como um documento-questionário via computador. Em caso de dificuldades, podia, também, ser usado como um formulário e/ou roteiro de entrevista do pesquisador.

Por outro lado, o “quadro temático de um desenho de análise de programa para beneficiados” foi construído para servir unicamente como formulário e/ou roteiro de entrevista. Levou-se em conta o fato dos membros das comunidades quilombolas, ao serem entrevistados, não terem o domínio da informática e da escrita. Além disso, pensamos nos fatores de economia de tempo e de praticidade: a maioria dos potenciais informantes, tanto na zona rural quanto na urbana, encontrados durante a pesquisa-piloto, sentiam-se mais à vontade em falar do que responder a um questionário.

Só que os próximos passos dessa estratégia, seleção dos entrevistados, primeiros contatos com eles, definição de regras e compromissos, não foram cumpridos pelos motivos já evocados. Acreditamos que uma pesquisa de campo com essa visão traria uma contribuição diferente do que a opção metodológica final desse trabalho. De fato, a pesquisa é feita de escolhas reais e históricas.

Cabe, aqui, explicitar o que foi identificado como fator de complexidade de uma pesquisa. Cada vez que nos dávamos conta disso, convencíamos-nos de que o desenho desta investigação inicial, só seria viável quando realizado a partir de uma equipe de investigadores. Pois, exige um grande investimento de recursos humanos e financeiros. Quando a publicação do livro *Caminhos convergentes* [...] de Paula e Heringer (2009) chegou às nossas mãos, tivemos a certeza sobre essa questão. Trata-se de um livro coletivo com nove temas do interesse deste trabalho, sobretudo, os seus três capítulos de avaliações sobre as políticas públicas de ações afirmativas sobre quilombos, sobre a lei 10.639/03 e as ações afirmativas e cotas no ensino superior.

Essas descobertas, dúvidas, decisões só ajudaram a delimitar o nosso campo de estudo, de encarar com responsabilidade os objetivos propostos e as hipóteses estibuladas inicialmente, e a consolidar o nosso referencial teórico-metodológico. A avaliação da quinta geração, como “pesquisa de avaliação”, é usada em dois sentidos: como método de coleta de dados e como método de interpretação de dados. No primeiro caso, foram valorizadas estas duas fases de seu procedimento: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Como método de interpretação seus passos analíticos são traduzidos no que denominamos de “quadro temático de um desenho de análise para programas” (tabela 9).

4. Análise e organização dos dados coletados

O desenvolvimento econômico multicultural como parte das ciências sociais é, entre outros fatores, um exercício da reflexividade no sentido de Bourdieu, isto é, fraseando este autor: “sinônimo do método, mas uma reflexividade refletida, fundada sobre um ‘ofício’, um ‘olhar’ sociológico, que permite perceber [...]” (BOURDIEU, 1993, p. 1390; tradução nossa), de controlar, no campo da pesquisa, os dados coletados e interpretá-los como produtos da estrutura social.

Refletir, neste trabalho, significa interpretar e analisar os dados da pesquisa. Estes dois verbos são considerados como sinônimos.

Há autores que entendem a “análise” como descrição dos dados e a “interpretação” como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa. Outros autores já compreendem a “análise” num sentido mais amplo, abrangendo a “interpretação”. Somos partidários desse posicionamento por acreditarmos que a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. (DESLANDES et al., 2002, p. 68).

O desenvolvimento econômico multicultural assume esse posicionamento de Deslandes et al. (2002). Tal posicionamento está presente também na Teoria Interpretativa da Cultura de Clifford Geertz (1989). A sua primeira fase é a etnografia, vista pelo autor como uma “descrição densa” da realidade, das culturas: “O etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota” (GUEERTZ, 1989, p. 29; grifo do autor). Trata-se da fase de coleta de dados, e já mostramos a opção que adotamos nos parágrafos anteriores. O exercício antropológico, para este autor, que é o segundo momento, começa quando os dados coletados estão inseridos numa Teoria Geral de Interpretação Cultural: “[...] pois aqui a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro dos casos” (GUEERTZ, 1989, p. 36). Os dados coletados são tratados como bens simbólicos da ação social. Sendo assim, a postura metodológica da antropologia interpretativa deve ser essa:

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram [...] e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou. (GEERTZ, 1989, p. 41).

No caso dessa pesquisa, os dados da pesquisa documental serão analisados à luz da

pesquisa bibliográfica. O “tornar possíveis descrições minuciosas” é encarado pela “sociologia das ausências e das emergências” de Boaventura de Sousa Santos (2003), como um “trabalho de tradução”. “A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências” (SANTOS, 2003, p. 30). Mas não se trata de qualquer tradução; não se trata de uma tradução que atribui ao conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva, nem o estatuto de parte homogênea. Pelo contrário, daquela que analisa as experiências do mundo como “totalidades ou partes e como realidades que não se esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade” (SANTOS, 2003, p. 31). O procedimento analítico continua sendo o mesmo: a dialética entre a análise desconstrutiva e a análise construtiva, sem perder de vista os posicionamentos de seus espaços sociais e históricos (colonialismo/pós-colonial, Norte/Sul, etc) de sua produção. O trabalho de tradução procura captar estes dois momentos: a relação hegemônica entre as experiências e o que nelas há para além dessa relação. É neste duplo movimento, que as experiências sociais reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências estabelecem a relação de inteligibilidade recíproca que não redundam na canibalização de umas por outras (SANTOS, 2003, p. 31).

Como dito, a sociologia reflexiva dos campos de Bourdieu é o referencial teórico-metodológico dessa investigação. Todavia, entendemos que o trabalho de “tornar possíveis descrições minuciosas” e de “tradução”, como momento hermenêutico, são tematizados na sociologia de Bourdieu a partir do termo “compreender” ou “prática de reflexividade” (BOURDIEU, 1993, 2001b), ou ainda, o que ele chama em *Dominação masculina revisada* de “desvio etnológico como instrumento da reflexividade” (BOURDIEU, 1998; p. 13-14). Tais conceitos só podem ser compreendidos uma vez inseridos na sua teoria dos campos, cujo método é o estruturalismo genético ou histórico. Para Bourdieu, compreender e explicar são uma única coisa (BOURDIEU, 1993, p. 1400); compreender é uma reconstrução realista dos discursos dos agentes sociais inseridos numa determinada estrutura social: “A análise de entrevistas, no seu verdadeiro sentido, lê nos discursos não somente as estruturas conjunturais de interação com o mercado, mas também as estruturas invisíveis que as organizam” (BOURDIEU, 1993, p. 1409, tradução nossa).

Como dito, não foi aplicada a técnica de entrevistas, o que não significa que não tenhamos mais registros discursivos nesta pesquisa. De fato, mostramos que as fontes bibliográficas e documentais utilizadas nesta pesquisa são, em si, linguagem, discursos

escritos dos formuladores e beneficiados de políticas de ações afirmativas.

As abordagens de Geertz, Santos, Bourdieu vistas até aqui, valorizam a linguagem ou o discurso como elementos simbólicos. O método que Bourdieu (1982), sobretudo, no seu livro: *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques (O que falar significa: A economia das trocas simbólicas)*, adota para analisar a linguagem, os discursos, a fala, aproximam-se do método hermenêutico-dialético proposto por Romeu Gomes (DESLANDES et al., 2002, p. 77), inspirando-se em Minayo, no que diz respeito à abordagem dos dados coletados. Em ambos os métodos, os respectivos autores entendem que as informações qualitativas e quantitativas coletadas através da pesquisa teórica e da pesquisa documental devem ser tratadas em termos de análise de conteúdos, discursos ou linguagens, ou seja, como bens simbólicos.

“O problema fundamental da interpretação dos dados de uma pesquisa é reconstituir, numa síntese, o mundo verbalizado, obtido analiticamente com a manipulação e sistematização das informações colhidas pelos instrumentos de observação”, afirma Abramo (1979, p. 85). Para tanto, é necessário organizar os dados. Para a operacionalidade desta pesquisa, faz-se necessário seguirmos os passos propostos por Romeu Gomes (DESLANDES et al., 2002, 2002, p. 78), que se inspira em Minayo, quanto à análise dos dados. O autor sugere três pontos: (1) Ordenação dos dados: consiste em mapear todos os dados obtidos na pesquisa teórica e na pesquisa prática; (2) classificação dos dados: nessa fase é importante ter-se em mente que o dado não existe isoladamente. Ele é construído a partir de uma problemática, de objetivos, de hipóteses, de um questionário e roteiro de entrevista, que são elaborados sobre ele, com base numa fundamentação teórica; (3) análise final dos dados: procura-se, nessa fase, estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa, com base em seus objetivos. Assim, promovem-se as relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Nesse ponto é que a proposta de análise da avaliação de quinta geração, ou o uso do quadro temático de um desenho de análise para programas, torna-se útil; o roteiro proposto por ele foi seguido. Contudo, cada programa respondeu de uma ou de outra forma durante a nossa investigação. Dificilmente um programa conseguiu responder em todos os temas propostos. Além disso, por ser central, o tema sobre a relação entre o programa de ações afirmativas e o desenvolvimento econômico multicultural, foi mantido em todos eles. Cada tema para nós é um indicador, isto é fonte de informação.

Ficamos com quatro programas de ações afirmativas com o intuito de confrontar os “pontos de vistas diferentes”, ou como diria Bourdieu (1993), reconstituirmos o espaço de

“pontos de vistas” sobre políticas públicas de ações afirmativas para negros no Brasil.

5. Considerações finais

Esse capítulo analisou o método e o procedimento metodológico da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Mostrou que o seu método é o método genético-estrutural ou histórico-sociológico de inspiração bourdieusiana. Esta tem, por pressuposto metodológico, a conversão do fato social em termos de campo. O que implica a sua investigação em dupla direção: a análise da sua história social e a análise sociológica, a partir das relações de forças existentes entre seus agentes. Estes agentes foram identificados a partir de dois campos: o campo do desenvolvimento e o campo do multiculturalismo. A junção dos dois campos levou-nos a tratá-los em termos de campo do desenvolvimento econômico multicultural. Para além da teoria dos campos de Bourdieu que a sustenta, como veremos com detalhes em outros capítulos dedicados a esse conceito, afirmamos que o campo do desenvolvimento econômico multicultural inspira-se, também, das teorias alternativas do multiculturalismo, com foco na teoria de Boaventura de Santos Sousa e Stuart Hall, dos estudos das relações raciais de Ianni, Hasenbalg, D’Adesky, Paixão e outros. Apóia-se, também, nas teorias alternativas do desenvolvimento, sobretudo, do desenvolvimento econômico comunitário; desenvolvimento como liberdade de Sen, a nova sociologia econômica e a economia social dos intelectuais de ARUC-ÉS, do desenvolvimento humano e outras.

Dialogando com as teorias alternativas, ficou demonstrado que o procedimento do desenvolvimento econômico multicultural que sustenta esta pesquisa, combina a pesquisa teórica com a teoria prática. A primeira modalidade de pesquisa demonstrou-se eficaz na construção do referencial teórico que é o desenvolvimento econômico multicultural. Para tanto, ela foi identificada com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A elaboração da pesquisa teórica nos possibilitou discutir as questões da pesquisa prática sem muita dificuldade. Vimos que é correto falar de uma pesquisa de campo para a investigação de um campo em ciências sociais contemporâneas. Este último foi identificado como campo-tema, não no sentido da psicologia, mas no da sociologia. Como tal, continua sendo um espaço de forças sociais, por isso exige-se do pesquisador um certo cuidado ético, político e metodológico.

Além disso, procurou-se mostrar as modificações que o objeto desta investigação sofreu. Com isso, pôde-se perceber que as ações afirmativas fazem parte dos objetos das

ciências sociais que são dinâmicos. Com toda modéstia, reconhece-se que o instrumento metodológico, aqui oferecido, tem suas limitações, o que não retira a sua plausibilidade, como se verá nos capítulos que hão de seguir.

**PARTE II: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CAMPO DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL**



Fonte : IROHIN. Brasília, ano XII, no 20, jul. 2007 – capa..

CAPÍTULO I: POPULAÇÕES COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL

Introdução

A segunda parte desta investigação denomina-se conceitos fundamentais do desenvolvimento econômico multicultural. “Populações como agentes do desenvolvimento econômico multicultural” é o seu primeiro capítulo. Este pretende trazer alguns suportes teóricos focando o termo “multiculturalismo”, que no debate atual sobre políticas públicas voltadas para “minorias étnicas” remete aos sujeitos, cientistas, políticos, ativistas, envolvidos na discussão para refletir sobre eles mesmos, enquanto indivíduos e coletivos, formadores das sociedades e culturas. Portanto, investigar o multiculturalismo significa, para nós, retomar os conceitos clássicos da sociologia e, sobretudo, à sua abordagem dialética.

O objetivo deste capítulo é falar sobre os agentes sociais que produzem e reproduzem o campo do desenvolvimento econômico multicultural, isto é, as populações que inventam a cultura, a economia, a política. A sua conceituação será feita a partir da análise dos conceitos de raça, etnia e classes, povo e população, comunidade, pequenas sociedades e nação.

Essa análise será construída, tendo como alicerce, a teoria de desenvolvimento econômico multicultural. O interessante nesse exercício é que, ao mesmo tempo em que a análise daqueles conceitos nos informa, a partir desse primeiro capítulo e outros que hão de seguir, sobre a referida teoria, também estará nos informando sobre seus conceitos.

A nossa intenção não é a de esgotar a discussão sobre os referidos conceitos, mas sim, de delimitar o seu uso e sentido no quadro dessa pesquisa. É nessa perspectiva que o recurso metodológico adotado, nessa segunda parte, é de fazer dialogar as teorias internacionais e nacionais sobre os temas em pauta, sem nos prender, necessariamente, no debate nacional. O nosso objetivo é simples e humilde: costurar os conceitos para alimentar a nossa discussão sobre o contexto nacional brasileiro.

1. Precisando o conceito de raça

Começaremos pela análise do conceito “raça” pelo simples fato, conforme o geneticista, Luca Cavalli-Sforza, e o filósofo, Francesco Cavalli-Sforza, “[p]ara compreender bem o racismo é preciso entender o significado da palavra raça” (2002, p. 304). A outra razão que os fazem avançar, e que é do interesse dessa pesquisa, é essa: “O termo raça pode ser usado para designar toda humanidade (a raça humana), porém com frequência indica uma de suas subdivisões. Muitas vezes é utilizado como sinônimo de nação ou povo” (IBIDEM). É essa confusão que procuraremos esclarecer ao explicar os termos ligados a este conceito. “Raça” não será, obviamente, usada, aqui, como “sinônimo”, ou “metáfora”, mas será empregada como forma de “classificação” e “significante” (CASHMORE, 2000).

Há, ainda, uma última razão que os Cavalli-Sforza trazem para o estudo científico do conceito raça, e que está ligada a sua definição etimológica: “Um dicionário etimológico define raças como ‘membros de uma espécie animal ou vegetal que apresentam uma ou mais características constantes em comum, as quais os distinguem de outros grupos da mesma espécie e podem ser transmitidas aos descendentes’ (CAVALLI-SFORZA, L.; CAVALLI-SFORZA, F., 2002, p. 304-305). Ao tratar a “raça” como classificação científica, no seu Dicionário de relações étnicas e raciais, Ellis Cashmore tende a corroborar as afirmações dos Cavalli-Sforza.

Um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum. A palavra entrou para a língua inglesa no começo do século XVI; desde então e até o começo do século XIX, foi usada principalmente para se referir a características comuns apresentadas em virtude de uma mesma ascendência. (CASHMORE, 2000, p. 447).

De outro lado, ao penetrarem suas raízes etimológicas e históricas, os Cavalli-Sforza (2002) reconhecem, oportunamente, as incertezas que rodeiam a palavra raça; mesmo assim, arriscam afirmando que, aparentemente, a sua origem remonta ao século XV, ou até antes, e talvez provenha do latim *geratio*, ou alternativamente *ratio*, usado no sentido da natureza ou qualidade. Outra sugestão seria, para eles, que “raça” deriva de *haras*, uma antiga palavra francesa (ainda em uso) que significa “fazenda de criação de cavalos”.

O que importa nessas definições, para a nossa pesquisa, são esses elementos: a “raça” remete aos membros que levam “características constantes em comum” que as diferenciam dos “outros”; a raça tem a ver com um grupo social ou categoria de pessoas que são “conectados por uma origem comum”, que têm uma mesma ascendência. É mais uma razão para que usemos a raça no sentido de nos referir às populações humanas, aos grupos

humanos. Raça é empregada, aqui, não como uma categoria biológica, mas sim como uma categoria sociológica e política. No entendimento de Carlos Moore (2007, p. 23):

Raça é um conceito, uma construção, que tem sido às vezes definida segundo critérios biológicos. Os avanços da ciência nos últimos cinquenta anos do século XX clarificaram um grave equívoco oriundo do século XIX, que fundamenta o conceito de “raça” na biologia. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, o que não é o caso do racismo.

Explicamo-nos: falar de elementos “constantes e transmissíveis” que caracterizam os grupos raciais, devem deixar claro tratar-se da defesa do “essencialismo” biológico ou cultural. Não estamos defendendo nenhuma dessas posições; com isso, estamos compartilhando as posições de cientistas sociais, tais como Stuart Hall (2004) e Antonio Alfredo Sérgio Guimarães (1999).

O primeiro interpretando a raça como categoria discursiva e não biológica explica:

Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar, socialmente, um grupo de outro. (HALL, 2004, p. 63).

Como um dos intelectuais brasileiros, que se têm desempenhado em reabilitar o uso popular, que ele chama de definição nominal da raça, Guimarães pondera:

Minha postura, neste livro, coincidirá, de um modo geral, com a dos que defendem o uso do conceito “raça” pelas ciências sociais. Isto porque acredito que seja possível construir um conceito de “raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamento natural, objetiva ou biológica. Acredito, ademais, que somente uma definição nominal de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem a crítica (ideológica.). (1999, p. 20).

A apreensão da raça e do racismo no Brasil, para Guimarães, passa pela análise das particularidades de suas ideologias e teorias. “Para sumariar a discussão feita até aqui, afirmo que o conceito de ‘raça’ não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual chamarei de racialismo” (GUIMARÃES, 1999, p. 28); isto é, ela é um conceito que ajuda o pesquisador “[...] a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais” (IDEM, 1999, p. 29). Outra razão do seu uso é de ordem ética e política. O emprego, ou negação, da utilização da raça, pelas teorias dominantes, muitas vezes, têm sido administrado como arma ideológica para se manter as desigualdades entre negros e brancos. Sendo assim, para Guimarães, os cientistas sociais e os ativistas do Movimento Negro devem empregar a categoria raça para que se construa uma sociedade anti-racista, democrática. Além disso, por meio dela, “pode-se

desmascarar o persistente e sub-reptício uso da noção errônea de raça biológica, que fundamenta as práticas de discriminação, e têm na ‘cor’ [...] a marca e o tropo principais” (GUIMARÃES, 1999, p. 68).

Outro elemento, que a apropriação da categoria de “raça” traz para esse estudo, é aquele ligado à temática da “diversidade humana” e a “diversidade cultural”. Essa ideia está presente em todos os autores estudados por nós, tais como: Hall (2004), Cavalli-Sforza e Francesco Cavalli-Sforza (2000), Ianni (2004), Munanga (2005-2006), Boaventura Santos (2003), Ellis Cashmore (2000). Quer dizer, o estudo da “raça” amplia nossos conhecimentos sobre o multiculturalismo e as sociedades multiculturais.

Nesse sentido, retratando a raça como “significado”, Cashmore aponta a sua fecundidade na perspectiva da temática da diversidade.

Em outras palavras, a mera menção à palavra raça empenha a nossa compreensão de uma diversidade permanente e, em consequência, uma concepção de “diversidade”. As críticas ao termo raça e as revelações de sua redundância como construção analítica desestabilizaram e desmembraram a sua compreensão com um critério com sentido nas ciências sociais e biológicas, mas enquanto as conversações contemporâneas continuarem a incluir a palavra, seu potencial persistirá. Isso ocorre porque o termo “raça” propõe descrever algo, mas inclui simultaneamente a diversidade. (CASHMORE, 2000, p. 452).

O nosso foco está na questão da diversidade cultural. Mas isso não deve nos levar a esquecer as manipulações ideológicas feitas acima dela, tanto no sentido de separar para dominar, sendo a forma atual dessa técnica social o “racismo cultural”, como no seu uso emancipatório assumido pelos grupos dos oprimidos (TAGUIEFF, 1987; 1992). Assim, sem querer abordar a questão das relações entre raça e racismo neste espaço, nos bastaria prestar atenção na fala de Carlos Moore (2007), que reivindica a interpretação do racismo na sua relação com a raça, não se limitando à história moderna ocidental, mas remontando a história da antiguidade da Humanidade.

Não se trata, aqui, de desvalorizar a importância do surgimento da categoria raça enquanto um condicionamento relativo das possíveis interpretações contemporâneas do racismo; mas, de observar o projeto científico moderno de uma compreensão sistemática e racializada da diversidade humana, operada nos séculos XVIII e XIX, apenas foi possível em função do critério fenotípico em escala planetária. (MOORE, 2007, p. 10).

Contra a manipulação ideológica da raça para dominar, este estudo focaliza-se nas formas de interpretações libertárias da raça, feitas pelo movimento negro brasileiro. São tais interpretações humanistas que a levaram hoje ao debate público sobre ações afirmativas no Brasil.

Resumindo: situando a “raça” no campo da produção cultural, o que podemos aproveitar de suas definições etimológicas, históricas e sociológicas é a ideia embutida nelas; aquela que se reporta aos “membros de uma espécie animal”, não qualquer, mas aquela que produz a sociedade e a cultura, o *Homo sapiens* (MOORE, 2007). É a partir desse ângulo sociológico-antropológico que podemos apreender as implicações políticas da raça em suas relações com os termos como racismo, nação, identidade e outros que abordaremos em momentos diferentes deste trabalho.

2. Raça, classe e etnia

Os estudos das relações raciais têm elegido a “raça” como categoria analítica. Mas, essa escolha não é consenso. Seus estudiosos, afiliados ao marxismo, preferem substituí-lo pela categoria de classe, alegando que a questão racial seria, de fato, uma questão social, ou seja, a exploração econômica sofrida pelos grupos ditos étnicos.

Por outro lado, há aqueles que entendem que a “raça” não tem nenhuma existência do ponto de vista científico, ou seja, do ponto de vista da ciência biológica. Nesse segmento, mesclam-se os defensores da Declaração da UNESCO, como os do universalismo liberal (NASCIMENTO, 2003; TAGUIEFF, 1991). Nesse último caso, um segmento de cientistas brasileiros vem alegando que o uso da “raça”, como categoria científica e política, dividiria a nação brasileira. O livro, *Divisões perigosas*, sintetiza bem as ideias desses intelectuais (FRY, 2007). Assim, há os que preferem banir o uso do termo “raça”, como há outros que preferem usar a categoria “etnia”, “populações”, povo, (GUMARÃES, 1999, p. 21; CASHMORE, 2000, p. 449) diluindo a sua força hermenêutica e política.

O dilema que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural há de enfrentar, nessa circunstância, é a superação do reducionismo teórico: como operar, a partir de um conceito, sem desmerecer os aportes analíticos do outro ou dos outros? A teoria do desenvolvimento econômico multicultural, como vista, assenta-se na teoria da complexidade. Nesse sentido, entende que alguns elementos, daqueles, que reivindicam o uso da categoria “classe e etnia” devem ser apropriados, criticamente a partir partindo-se da “lógica conjuntiva”. Emprestando a expressão de Stuart Hall (2003, p. 345), diríamos, da lógica de acoplamento, nesses termos: raça e classe, raça e etnia, ou raça e classe e etnia, ou se quiser, ainda, raça-classe-etnia. Trata-se de uma lógica de complexidade, uma quebra-cabeça das lógicas reducionistas. Há os que deram, aos seus trabalhos, os títulos ou subtítulos, como Raça e classes sociais; Cor e status, raça; Classe e estratificação, autores como Ianni (2004),

Guimarães (1999), Hasenbalg (2005), no Brasil, têm buscado trabalhar as relações raciais no quadro referencial da complexidade.

Concentrar-nos-emos somente à crítica de Carlos Hasenbalg (2005, p. 116), voltada ao marxismo ortodoxo. Para este autor, essa abordagem subestima a questão racial e o racismo. O trabalho de O. C. Cox, por exemplo, tende a explicar a situação de negros e de outros grupos racialmente subordinados, quase exclusivamente, pela sua posição econômica como classe trabalhadora. Nesse quadro, o preconceito e a discriminação raciais são vistos como mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas, a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. O racismo e o preconceito, para os marxistas ortodoxos, no entendimento de Hasenbalg, são tratados, meramente, como epifenômenos de relações econômicas, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo.

Qual é a estratégia metodológica adotada por Hasenbalg para superar o reducionismo das relações raciais às relações de classes trabalhadoras? É a lógica da complexidade, introduzindo na sua análise o acoplamento desses três conceitos: raça, classe e estratificação. Confrontando a teoria de classes com a teoria do colonialismo e das relações raciais, Hasenbalg chega a uma conclusão que gostaríamos de dividir em duas partes por razões pedagógicas.

A primeira focaliza o conceito de raça: “Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (HASENBALG, 2005, p. 124). A segunda parte focaliza o racismo como ideologia de dominação das populações negras pelas populações brancas nas sociedades multiculturais.

Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multiculturais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura da econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente. (HASENBALG, 2005, p. 124).

O racismo como técnica social de dominação dos negros, será estudado em um outro capítulo. O que importa, a essa altura, é observar a sua dialética com o conceito raça. Além disso, a população negra, tomada como uma “raça” constituída, historicamente, pelo olhar da classe dominante, ou seja, um “ser inventado” pelo iluminismo ocidental (SANTOS, 2005), forma a classe subalterna. A compreensão, dessa sua “posição de classe dominada”, exige a

superação da visão marxista ortodoxa reducionista à categoria “classe social” à categoria de “classe trabalhadora”. Não sendo Marx o único teórico das classes sociais, Jessé Sousa (2005, p. 45) alerta para se incorporar outras concepções: “A crítica weberiana ao contrário ao conceito de classe marxista já nega o vínculo direto estabelecido por Marx entre ‘situação de classe’ (Klassenlage) e certo ‘interesse de classe’”. Em seguida, esse autor, recupera as abordagens culturalista e simbólica de Charles Taylor e de Bourdieu para falar dos interesses de classes, baseando-se na dialética do mundo da subjetividade e do econômico. Esse é o caminho feito, também, por Hasenbalg e outros autores já citados.

Podemos, agora, nos reportar ao conceito de etnia. Se o perigo do conceito “raça” é o de fixar seus intérpretes e auditores sobre os elementos biológicos, o da categoria classe é o de fixá-los sobre as dimensões econômicas da vida social e do mundo do trabalho. A da categoria etnia tem a virtude de ressaltar a dimensão cultural de um grupo social ou diversos grupos sociais. “A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – línguas, religião, costume, tradições, sentimentos de ‘lugar’ – que são partilhados por um povo”, ressalva Hall (2004, p. 62). Tomada tanto no seu sentido etimológico, como antropológico, o conceito “etnia” nos remete aos agentes sociais produtores da cultura: “gente”, “população”, “povo”, “nação”; e isto reforça a nossa ideia de usar a categoria de população como agente social do campo do desenvolvimento e do multiculturalismo.

A antropologia e a sociologia contemporâneas vêm usando o termo “etnicidade” para escapar dos perigos dos essencialismos e fixações em relação aos termos raça e etnia (HALL, 2003, 2004). Assim, a raça e a etnicidade são empregadas como categorias analíticas que auxiliam na apreensão das relações sociais, dos processos de organizações sociais de diferenças culturais e de construções de identidades individuais e coletivas. A teoria da etnicidade, na perspectiva de Barth, fundamenta-se na análise relacional e insiste sobre o estudo das “condições generativas”, históricas, da emergência da etnicidade:

[...] a abordagem de Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras. Essa inversão de problemática coloca o processo de atribuição categorial e de interação no centro da análise: na medida em que a existência dos grupos étnicos depende da manutenção de suas fronteiras, a questão é de saber de que modo as dicotomizações entre membros e outsiders são produzidas e mantidas e discernir seu efeito próprio nos comportamentos efetivos. Nesta perspectiva, o problema fundamental apresentado pela etnicidade é o das condições generativas de emergência das distinções étnicas e da articulação destas distinções com a variabilidade cultural. Tal perspectiva permite que se funde um empreendimento comparativo, não dos tipos de agrupamentos étnicos, mas dos tipos de organização social das diferenças culturais. (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 1998, p. 112).

A etnicidade, nessa perspectiva, tem a ver com a forma como as raças, as etnias, as populações humanas se organizam socialmente; tem a ver com as diversas formas de organizações sociais. Essa indagação de Ianni nos remete à questão do uso político da raça e etnia:

Como se transforma a etnia em raça? Porque, tecnicamente, os grupos humanos distinguem-se por etnias – orientais, africanos, europeus etc. No entanto, nas relações sociais, por serem não só hierarquizadas, mas também desiguais, proporcionando várias modalidades de alienação e de não participação na economia, na política e na cultura, ocorre essa transformação de etnia em raça. (IANNI, 2004b, p. 17).

Como Bourdieu (2001b), diríamos que, para que se entenda essa transformação, é preciso identificar os agentes sociais a partir da estrutura social onde se dão as relações de força. Dito em outros termos, a estrutura social tem um peso sobre as lutas pela disputa do poder que têm a etnicidade como recurso simbólico. Esta constitui, também, a crítica da teoria genético-estruturalista bourdieusiana em relação à teoria interacionista de Barth.

3. Povo e população

A literatura intelectual militante tem usado, também, os termos de povo, população, comunidade, para se referir aos grupos sociais. As abordagens marxistas, dos anos de 1960-1970, tinham a tendência de identificá-los com o termo ‘povo’. O livro de Darcy Ribeiro ([1995] 2006), *O Povo brasileiro*, enquadra-se nessa linha. A ideia de mestiçagem de Darcy, para Munanga (2002, p. 18), assume uma posição de um “biologismo politizado”. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural rejeita essa postura; e, ao contrário, assume a concepção dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN), Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento.

A concepção de “povo” sentida por Ramos está ligada à sua ideia sobre a nação brasileira, do nacionalismo brasileiro. Começamos por esse último conceito. “O nacionalismo é uma ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial” (RAMOS, 1960, p. 225). O nacionalismo de Ramos é, historicamente, situado; é periférico: o nacionalismo brasileiro. Dentro desse, Ramos interessa-se pelo nacionalismo emancipatório. “Diversamente, porém, o movimento emancipacionista é, hoje, essencialmente popular e nacional” (RAMOS, 1960, p. 227). É esse tipo do nacionalismo que vai mobilizar Ramos no sentido de lutar pela emergência da consciência de classe entre o povo brasileiro e o povo negro.

A novidade do movimento emancipacionista, no Brasil contemporâneo, para Ramos, foi a de trabalhar no sentido da emergência do povo Brasileiro.

Fomos, até recentemente, um país sem povo. Esta categoria histórica – o povo – não se verifica senão a partir de determinadas condições que não existiam no Brasil até data não muito remoto. O povo é um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins. (RAMOS, 1960, p. 228).

Depois de analisar os elementos que constituem a situação histórica do povo brasileiro, a situação econômica, social, política e cultural, Guerreiro Ramos evoca os quatro “Princípios do povo brasileiro”:

1)O povo é o principal empresário do processo econômico brasileiro. Pelo seu trabalho, criam-se as riquezas, combinam-se os fatores e os transformam em bens e serviços. Exerce o principal papel na realização das atividades produtoras, cabendo-lhe, portanto, o controle ideológico da programação global da economia.

2)O povo é uma realidade social englobante que ultrapassa o âmbito exclusivo de toda classe. É constituído majoritariamente de trabalhadores, mas se compõe também de elementos oriundos de outras classes e categorias.

3)O povo é dirigente político do processo histórico-social. Exerce esta função, extraordinariamente, de modo direto; normalmente, de modo indireto, por intermediário de sua vanguarda.

4)O povo é o verdadeiro gênio da cultura nacional. Só existem cultura e ciência nacionais, do ponto-de-vista do povo (RAMOS, 1960, p. 228).

O que se depreende desses princípios é que o conceito de “povo” de Ramos, não é reducionista; não se limita à diversidade de classes sociais à classe dos trabalhadores. Ficou muito claro, ao ler os quatro princípios do povo brasileiro, que é ele que é tratado como protagonista do desenvolvimento econômico e social, como nos tem ensinado as teorias contemporâneas do desenvolvimento alternativo. Além disso, o povo, relendo Ramos a partir de nossos dias, identifica-se com a “parcela da população, como bem observou Guimarães (1999, p. 85), excluída do pleno gozo dos direitos civis e sociais, como acesso à educação, ao emprego e à assistência médica garantidos pela ordem constitucional”. O povo é, guiando-nos pelas ideias de Hall (2003) e de Ramos (1960, p. 245), a vanguarda da cultura popular brasileira. “Povo era, pois, o oposto de elite ou de doutores, na dicotomia hierárquica da sociedade brasileira” (GUIMARÃES, 1999, p. 85).

A concepção do nacionalismo e do povo brasileiro orientou, também, a luta intelectual e política de Ramos no seio de um dos movimentos negros do seu tempo, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Para os integrantes desse grupo, os negros eram o povo brasileiro, e como tal era maioria, e não a minoria.

Explico-me: desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu. (RAMOS, 1995, p. 200).

O povo negro citado é definido de modo extenso, na fala de Guimarães, para incluir mulatos e pardos (GUIMARÃES, 1999, p. 85). Ou seja, na linguagem do movimento negro contemporâneo incluem-se os pretos e os pardos do IBGE. Ainda o mesmo autor: “Longe de expressar os interesses de uma minoria, o Teatro Experimental do Negro e, de modo mais amplo, o movimento negro desses anos procuravam solucionar um problema nacional de integração social, econômica e política da grande massa da população brasileira” (GUIMARÃES, 1999, p. 85). Os movimentos negros contemporâneos operam na mesma direção política.

O estudo, *O Retrato das Desigualdades*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2008) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher (Unifem), feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007 (Pnad 2007), veio a confirmar o que era a suspeita dos intelectuais e ativistas do Movimento Negro: o fato de que a população negra é maioria no Brasil. Outro importante fenômeno identificado ao longo dos últimos anos refere-se ao aumento da proporção de negros na população brasileira. Entre 1993 e 2007, a proporção de negros aumentou de 45,1% para 49,8%, enquanto a de brancos, inversamente, passou de 54,2% para 49,4%. (IPEA, 2008, p. 15).

A mesma pesquisa do IPEA (2008) mostra que no grupo masculino, percebe-se a existência de uma curva ascendente da proporção de negros, que, desde 2005, colocou este grupo como majoritário entre os homens (51,1%, contra 48,8% entre os brancos).

E concluiu afirmando que o aumento da população que se identifica como ‘preta ou parda’ ocorreu em, praticamente, todas as faixas etárias, indicando que não se trata de uma questão geracional de auto-afirmação identitária, ou de uma maior taxa de natalidade da população negra. Para Muitos estudiosos (JACCOUD, 2009; SOARES, 2008), a população brasileira vem demonstrando mudanças na sua forma de auto-declaração de pertencimento a um grupo de cor/raça, o que sinaliza que os padrões culturais populacionais vêm se alterando

nos últimos anos. Jaccoud (2009) ressalta que o fato desse aumento ter-se intensificado no período de 1990 a 2001 não é simples coincidência; o debate sobre as políticas públicas de ações afirmativas teriam contribuído para a construção dessa auto-representação positiva da população negra.

O negro continua se auto-afirmando, portanto, como povo brasileiro. Visto como raça, classe ou etnia, o que importa é que forma um conjunto de seres humanos representativos da nação brasileira. Iremos buscar, desta vez, os recursos metodológicos da operacionalização das relações dialéticas entre outros conceitos vistos até aqui como o da população, nos reportando ao antropólogo, Kabengele Munanga.

Eu, pessoalmente, em meus trabalhos utilizo geralmente o conceito de negro e de branco no sentido político e ideológico. Ou às vezes utilizo o conceito de população branca e população negra, conceito que empresto de alguns biólogos anti-racistas, como o geneticista Jean Renaud que entende por população o conjunto de indivíduos que participam de um mesmo círculo de união ou de casamento, que, ipso fato, conservam o patrimônio genético comum. É claro, isso é uma regra, mas as regras têm exceções sempre, há pessoas que passam para o outro grupo, mas a regra é o casamento de pessoas que tenham semelhanças e participam de um mesmo círculo de casamento e é isso que constituem uma população. (MUNANGA, 2002, p. 17).

Munanga é um símbolo da intelectualidade negra que faz parte da “revolução popular” anti-racista. Ampliando a sua fundamentação teórica, diríamos que não só a genética lhe possibilita pensar os grupos raciais e étnicos em termos de populações, mas as ciências do desenvolvimento e da demografia também. É dessa forma que o IBGE classifica a população brasileira em cinco categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. Não há como negar a luta política desenvolvida para a escolha daquelas categorias. É nesse sentido que se encontram, ainda, aqueles que preferem estudar o povo brasileiro em termos de brancos e não brancos (HASENBALG, 1992, 2005; COSTA, 2003). Portanto, deve ficar claro: a teoria do desenvolvimento econômico multicultural emprega o termo negro no sentido que lhe confere os intelectuais e ativistas do movimento negro contemporâneo: os pretos e pardos do IBGE juntamente.

4. Comunidade e pequenas sociedades

Outros dois termos que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural assume são esses: comunidade e pequena sociedade. É comum ouvir-se falar de comunidade negra; mas do que se trata? Uma primeira observação é que o adjetivo “multicultural”, que é o referencial teórico construído por nós, como dito, se inspira na abordagem conhecida como

“desenvolvimento econômico comunitário”. O “comunitário” nos remete ao substantivo “comunidade”. Há duas abordagens nesse sentido: aquela que opera a partir do conceito de comunidade, não vendo um conflito de interpretação com outros conceitos como etnia e nação; e, há outra, a que estabelece uma distinção rígida recorrendo ao termo de pequena sociedade. No nosso entendimento, há possibilidade de conciliação, sem perder de vista o contexto histórico-geográfico da construção dessas teorias.

Autores como Bauman (2005) e Hall (2004) fazem parte da primeira abordagem que focaliza a análise dos discursos, dos textos.

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade” [...] se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade – o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. (BAUMAN, 2005, p. 7).

Bauman sabe que essa é a “comunidade de nossos sonhos”, a comunidade imaginada. Ela se diferencia da “comunidade realmente existente” que se apresenta, hoje, como um espaço de insegurança. Esta última comunidade é a “sociedade realmente existente”. Para se tornar a “comunidade de nossos sonhos”, analisada conforme princípios do multiculturalismo crítico, fazem-se necessárias escolhas e desempenho coletivo. Para esses dois autores, a primeira escolha feita pelos grupos hegemônicos no Ocidente foi à construção do Estado nacional. Ela se fez na exclusão de outras formas de nacionalidades, impondo a identidade da classe dominante. Para Hall (2004), no final do século XX, com a globalização, há um deslocamento das identidades nacionais e o ressurgimento das identidades particulares. As comunidades étnicas seriam seus agentes de produção no contexto dos Estados nacionais modernos.

O elemento comum entre aqueles que defendem a comunidade e as *Petites sociétés et minorités nationales* (pequenas sociedades e minorias nacionais) (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005) é pensar a sociedade atual a partir das teorias do multiculturalismo. A pergunta chave que se faz é essa: “como viver juntos com segurança?” Para responder a essa pergunta, a primeira diferença que os teóricos das “pequenas sociedades” fazem é definir o que elas são e o que não são. O primeiro princípio é esse: “Não saberíamos, todavia, assimilar as “pequenas sociedades” a qualquer forma de dominação ou minorização. Uma pequena sociedade não é uma minoria, é ali que reside, aliás, a fecundidade do conceito que, essa presente abordagem, quer restabelecer” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 4; tradução nossa).

A primeira observação a fazer desse princípio é que nem sempre a “categoria discursiva” transformadora de uma determinada “raça”, “populações” em “minorias étnicas”, coincide com a realidade sociológica, a dimensão demográfica de tal minoria. Esse princípio se aplica, igualmente, à realidade do povo negro brasileiro, moradores das favelas e habitantes dos quilombos, como definido pela ideologia do nacionalismo popular das lideranças do TEN, do quilombismo de Abdias Nascimento nos anos 1960 e do movimento negro contemporâneo (GUIMARÃES, 2001). Eles são como “minorias” do ponto de vista de sua pobreza política e econômica, e não do ponto de vista demográfico. Os povos indígenas, brasileiros e canadenses que tinham suas nações e outras formas de sociabilidade, foram transformados em minorias étnicas pela classe dominante para integrar a identidade nacional dominante. Em relação ao tipo de dominação, há demais diferenças do ponto de vista da história de cada nação. A dominação enfrentada pelo povo branco do Quebec, não é a mesma coisa daquela enfrentada pelo povo indígena do Canadá, nem dos povos negros dos Estados Unidos ou do Brasil.

O termo “sociedade”, para os autores de *Petites sociétés et minorités nationales*, é usado no sentido da sociologia clássica, contrapondo-se a termos como “comunidade”, “agrupamento”, “etnia”. O termo sociedade descreve a unidade social estruturante da vida coletiva nas sociedades modernas. Nesse sentido estrito, ela implica duas coisas: implica num significado totalizante, isto é, que a sociedade é concebida como uma concentração de relações sociais, na qual é possível explicar a totalidade das dinâmicas sociais. Nessa perspectiva, para seus teóricos, a família, os grupos de vizinhança, as comunidades locais, as etnias, mesmo as classes e grupos sociais, não são sociedades, eles não têm a pretensão totalizante; elas são somente uma das partes inerentes – funções – de um conjunto diversificado que é a sociedade (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005). Nesse sentido pode-se dizer que o Estado-nação brasileiro se identifica com a “sociedade brasileira” como totalidade, todas as formas de etnicidades brasileiras, as “comunidades étnicas” (indígenas, negras quilombolas, japonesas, italianas, alemãs), as organizações de sua sociedade civil (associações de favelas, ONGs negras e outras) representam as “comunidades” no sentido das teorias de “*Petites sociétés et minorités nationales*”, da sociologia de Bauman (2005), Hall (2003; 2004). As “comunidades” analisadas por esses dois autores, estão plenamente, inseridas na modernidade. Sendo assim, as qualificações que os autores de “*Petites sociétés et minorités nationales*” destacam para seus objetos, dizem respeito, também, às “novas etnicidades”.

A segunda questão é que a sociedade é considerada pelos teóricos de “*Petites sociétés et minorités nationales*”, como o lugar, por excelência da historicidade na modernidade, isto é, o lugar onde um agrupamento humano particular – uma sociedade – decide agir sobre a

história, dá o sentido ao processo da civilização. A conclusão, à qual chegam, é essa: “Pretensão totalizante e historicidade marcam as especificidades do agrupamento particular que é uma sociedade. Seja ela pequena ou grande a sociedade tem, portanto, sempre grandes ambições” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 4; tradução nossa).

Os autores de “Petites sociétés et minorités nationales” trazem outras precisões conceituais. A primeira é a distinção entre “pequena sociedade” e comunidade. Partem das concepções de Ferdinand Tönnies e Marx Weber que consideram a comunidade como um agrupamento humano fundamentado sobre o sentimento de pertença emocional ou tradicional, e a sociedade como um agrupamento humano, cujo laço de pertença é assumido por uma entidade racional de valor e de finalidade. Rejeitam a visão evolucionista que pensa a comunidade como algo do tradicional e que seria substituída pela sociedade vista como o domínio do racional; a posição teórica desses autores é que a sociedade, e o tipo das relações que implica, é imposta na modernidade como o lugar por excelência de totalização e de historicidade das práticas humanas.

Nesse sentido as sociedades modernas são organicismos complexos, diversificados internamente, que podem recobrir e recobrem efetivamente uma larga diversidade, que são muitas comunidades. Em outras palavras, uma sociedade remete à elaboração de sentido de uma diversidade de práticas, enquanto que a comunidade é dita homogênea e remete, nas sociedades modernas, a algo que a ultrapassa: a sociedade. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; tradução nossa).

A base de sua teorização é a sociologia das instituições e da modernidade. Com esse fundamento, eles introduzem outros aspectos em relação ao que foi afirmado acima:

É por isso que as sociedades são também os lugares por excelência de institucionalização das práticas sociais. Por instituição, seja ela política, econômica ou cultural, a sociedade se assegura de uma perenidade que vai para além do sentimento subjetivo de pertença comunitária, uma “saída racional” que lhe permite certa historicidade – a consciência de fazer história. A sociedade integra antes de tudo pela institucionalização, a comunidade pela subjetivação. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; tradução nossa).

O debate está situado no contexto de luta política pela autonomia do Quebec. Para precisar o seu discurso, os autores de “Petites sociétés et minorités nationales” recorrem às contribuições de Marcel Rioux e Fernand Dumont que utilizam o conceito de “sociedade global” para tirar a sociologia quebequense das amarras de um estudo em termos de “comunidade”. Quebec, para esses dois autores, não é uma “folk society”, uma comunidade de tipo tradicional ou emocional, mas uma “sociedade global”. Esta é tomada como um eufemismo para designar toda sociedade com pretensão à totalização, isto é, uma coletividade que tem características de uma sociedade moderna: complexidade, diferenciação, divisão

interna. Em resumo: “a pequena sociedade não é uma comunidade porque ao contrário dessa última é uma forma complexa de integração social e um lugar por excelência de historicidade” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; tradução nossa).

No contexto brasileiro, as populações negras podem ser apreendidas em termos de “comunidades” e/ou como “pequenas sociedades”. O “e/ou” remete-nos à lógica das ambiguidades, das contradições que caracterizam as “raças”, “as classes” e as “etnias” no contexto da alta modernidade, ou melhor, as formas particulares da cultura popular negra da Diáspora. Para Hall (2004, p. 344), a cultura popular negra, chegou a significar à comunidade negra, entendida como o lugar onde se guardam as tradições, e cujas lutas sobrevivem na persistência da experiência negra, da estética negra e das contranarrativas negras que os artistas, os intelectuais e o povo negro, em geral, lutam para expressarem-se. Portanto, estamos falando das comunidades negras diaspóricas. Suas contradições e suas diversidades internas revelam que os elementos do pertencimento emocional e racional, a tradição e a modernidade, a objetividade e a subjetividade coabitam. Dessa forma, o esquema adotado pela teoria de “*Petites sociétés et minorités nationales*” deve ser interpretado em conformidade da sua experiência histórica do povo do Quebec.

Observadas, a partir da realidade histórica brasileira, as populações negras que nos interessam serão divididas em duas categorias: as “comunidades urbanas” ou etnicidades negras urbanas, e as comunidades negras rurais ou etnicidades negras rurais. Todas são formas subjetivas e racionais de viver a negritude na modernidade brasileira com todas as suas contradições e ambiguidades que essa vivência implica. Ser “quilombola”, ou seja, carregar a identidade quilombola, no Brasil moderno, não significa, necessariamente, compartilhar a experiência rural, ou ser negro de pigmentação escura. Aliás, o termo negro, haja vista as mestiçagens e a miscigenação à brasileira, não nos autorizam pensar nessa linha. A negritude quilombola, como a urbana, é vivida hoje, como uma identidade política. É o que Sérgio Costa (2001, p. 151-152) chama de “retnização” dos afrodescendentes. Depois, dessa feita, pode se afirmar que as experiências de comunidades negras podem ser relacionadas com o termo de “pequena sociedade”; as populações negras urbanas, inclusive as comunidades quilombolas urbanas, podem ser classificadas na “sociedade global brasileira”; fazem parte dela.

Outra questão que a teoria da “pequena sociedade” traz é a diferença entre sociedade pequena, etnia e nação. “Mesma coisa se diz pela distinção entre nação e etnia. A etnia se reporta a uma forma de relações comunitárias fundamentadas sobre sentimento de ter ancestrais comuns” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; tradução nossa). Sabemos que não são somente esses elementos, há outros como territórios, história, religião, mito, raça. São

elementos culturais comuns que identificam seus membros como etnia. Na abordagem dos estudos culturais (HALL, 2005), a etnia, geralmente, tende a ser usada como sinônimo da comunidade. Nesse sentido, Hall (2005) traz a distinção entre “velhas etnias” das sociedades tradicionais, marcadas pela menor complexidade e diferenciação social e cultural, bem como as “novas etnias” ou comunidades inseridas nas sociedades modernas que se caracterizam pela sua complexidade (GIDDENS, 2000).

Elaborando a sua teoria no contexto da sociedade moderna, os pensadores da “pequena sociedade” recorrem à categoria de etnicidade para marcar as diferenças de formas de organização social dos indivíduos oriundos das migrações do século XX e das minorias nacionais das migrações do século XVI.

Nas sociedades contemporâneas a etnicidade é extensamente associada aos indivíduos oriundos de uma imigração recente e que constituem uma relação de comunização (communalisation) em torno da experiência do migrante. A etnicidade pode também ser o resultado das dificuldades da história que criam num Estado particular uma “minorias” incorporada frequentemente de forma forçada a ele. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; nossa tradução; tradução nossa).

E também para marcar as diferenças nas finalidades de formas de suas organizações.

A diferença de trajetória entre esses dois tipos de grupos étnicos tem uma consequência decisiva sobre suas aspirações. Enquanto as comunidades étnicas oriundas das imigrações não têm pretensão em fazer sociedade – pequena ou grande –, as “minorias nacionais” estão numa outra situação. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 5; tradução nossa).

Qual é a outra situação que distingue as minorias nacionais? Diferentes dos migrantes do século XX, que são tratados como estrangeiros, as “minorias étnicas” são cidadãos dos Estados nacionais que começaram a se formar no século XVIII na modernidade europeia e no século XIX nas Américas. São classificadas pelo Estado nacional como “minorias étnicas”. Mas elas mesmas se definem como uma nação numa nação ou ainda como uma extensão de uma outra nação:

Elas têm ao mesmo tempo a pretensão à totalização e a afirmação de uma historicidade particular, características de um agrupamento de um tipo societal. E se constituem assim tanto como pequenas sociedades que buscam a se desenvolver e a viver no meio da nação ou erguendo-se contra ela. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 6; tradução nossa).

Em outros termos, podemos dizer que as “minorias étnicas” buscam a se constituir como “povo”, no sentido de Ramos, como “cidadãos”, isto é, sujeitos históricos com direitos reconhecidos. Ao fazer isso, contribui, diretamente, na construção da “sociedade”, do Estado-nação e na ampliação do sentido da cidadania e da identidade nacionais. A formação do Estado-nação, na sua gênese, lembra Hall (2003), foi feita na base de homogeneização

cultural: uma única língua, uma única história, tendo a cultura da classe dominante como a referência e excluindo as contribuições culturais de outros grupos nacionais; a entrada de identidades locais na cena das sociedades multiculturais, no contexto da globalização, abre um novo espaço de questionamento das velhas identidades.

Outra discussão que a teoria das “pequenas sociedades” traz é a distinção entre etnia e nação. Começamos pela primeira indagação:

Ao contrário das etnias, as nações são sempre agrupamentos de tipo societal, elas têm sempre pretensão a ser um lugar de estruturação de um conjunto de práticas sociais (totalização) e de organização, de formas de instituição visando desembocar uma historicidade particular. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 6; tradução nossa).

Na concepção desses autores, a diferença entre a etnia e a nação se estabelece a partir dos lugares de sua produção e reprodução. Os agentes de produção e reprodução da nação estão inseridos nas sociedades, fortemente, marcadas pela modernidade e a complexidade de suas instituições. Mas, a distinção dos dois termos, etnia e nação, não levam em conta o que os teóricos da globalização chamam de “novas etnicidades”, isto é, as novas formas de mobilização política dos grupos étnicos no seio dos Estados nacionais reivindicando o reconhecimento de suas identidades particulares. A sua dificuldade está no fato do dualismo existente entre etnia e nação e, no desprezo em relação ao termo etnia da sociologia clássica. Em vez de opor a nação e a etnia, deve-se considerar as “novas etnias” como formas de nacionalidades. Quanto à nação, vamos explicitar melhor o que acabamos de afirmar.

Todas as sociedades não são nações – mas cada vez que há pretensão nacional, há uma pretensão de “fazer sociedade”. É por isso, aliás, que “pequenas sociedades” e “pequenas nações” são frequentemente utilizadas aqui de maneira indistinta. E, assim, que ver-se-á nos textos que seguem, as “pequenas sociedades” como as “pequenas nações” devem também, como as grandes nações, gerar a diversidade étnica no seu meio. (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 6; tradução nossa).

Aqui também se deve evitar o dualismo entre sociedade e nação. Aliás, isto está posto no texto acima. Mas é preciso recuperar a abordagem de Bauman, afirmando que a sociedade representa a “comunidade realmente existente”, a “nação” representa a “comunidade imaginada”. Parece-nos que Weber achou umnexo teórico entre os dois, no conceito de poder.

Sempre encontramos, junto com o conceito de “nação”, a referência à relação com o “poder” político abstrato, e evidentemente o “nacional” é, portanto – se for algo homogêneo – , uma espécie particular de comoção que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria, já existente ou ainda aspirada, e que se torna tanto mais específica quanto mais ênfase se põe no “poder”. Esse orgulho

comovido do “poder” político abstrato já possuído, ou sua aspiração, podem estar muito mais difundidos numa comunidade quantitativamente “pequena” [...] do que noutra, qualitativamente igual, mas quantitativamente muito maior [...]. (WEBER, 2000a, p. 277).

Entendemos, a partir da abordagem dos estudos culturais, com Hall (2004), que “pequenas nações” ou “pequenas sociedades” podem ser identificadas com as “novas comunidades étnicas” ou “novas etnias” que fazem parte dos Estados nacionais. Elas se apresentam como lugares de exercício de poder que visam ao desenvolvimento social e econômico de seus membros e, reivindicar, publicamente, a implementação de políticas culturais, “políticas públicas de diversidade da gestão da diversidade” (ALLAIRE et al., 2007).

Falando sobre os aspectos políticos e perspectivas comparadas, os autores de “*Petites sociétés et minorités nationales*” mostram que essas sociedades encontram-se em vários continentes: Europa do oeste (Catalã, países bascos), povos autóctones da Ásia de leste, do Chiapas do México, do Nunavut no norte de Canadá e as minorias nacionais acadianas, canadense-francesa, turca da Bulgária. A ideia que ficou durante o colóquio é essa: “As pequenas sociedades, foi entendido são às vezes Estados, às vezes minorias nacionais, às vezes povos, mas sempre possuem essa dupla característica da fragilidade e do desejo de ‘fazer sociedade’” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 6; tradução nossa). No contexto do Brasil atual, para nós, elas se identificam com os povos ou populações negras e indígenas. Esses grupos são classificados, às vezes, como comunidades ou “nações”, mas nunca de Estados-nação, por não o serem, conforme a constituição brasileira.

Do ponto de vista dos modelos de desenvolvimento, as teorias e as práticas dos agentes das pequenas sociedades se encaixam nas abordagens das teorias do desenvolvimento alternativo. A hipótese que sustenta suas reflexões é essa: “a precariedade é fonte de criatividade”. “Isto é, particularmente, verdadeiro nas dinâmicas socioeconômicas. Os modelos de desenvolvimento alternativos são, frequentemente, nascidos nas pequenas sociedades, como tentativa de humanizar a lógica da homogeneização da economia dominante” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005, p. 7).

Deve-se acrescentar, apoiando-se nos estudos culturais de Hall (2005), elas visam, também, à humanização da lógica da homogeneização cultural da cultura dominante. Tanto a teoria do desenvolvimento econômico comunitário, como a do desenvolvimento econômico multicultural, opera a partir dessa dialética de reconciliação dos elementos econômicos e culturais, da integração social e da integração cultural (COSTA, 2006).

5. Considerações finais

Procuramos defender a ideia que, hoje em dia, as reflexões que permeiam os cientistas sociais do desenvolvimento alternativo, têm por base que a população deve ser tratada como agente principal do desenvolvimento socioeconômico e sociocultural. Isto foi feito a partir do diálogo construtivo entre várias teorias que têm usado vários conceitos que, aparentemente, são antagonistas.

Esse exercício começou com o conceito da raça e acabou com a restituição do conceito do povo negro visto como um conjunto de cidadãos brasileiros que formam a diáspora africana e negra. Tal construção teórica é de suma importância porque nos permitirá debater outros conceitos, tais como a identidade negra, o racismo, a discriminação e desigualdades raciais nos próximos capítulos deste trabalho.

CAPÍTULO II: CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL NA MODERNIDADE

Introdução

O capítulo dois, “cultura e identidade nacional na modernidade”, integra a segunda parte desta investigação. Tem por objetivo ampliar uma das idéias chave do desenvolvimento econômico multicultural, o “multiculturalismo”, que viemos desenvolvendo desde o primeiro capítulo, dando ênfase nas populações negras.

Para tanto, busca-se analisar os elementos que compõem as culturas e identidades nacionais e as identidades particulares no contexto da modernidade brasileira. O conceito modernidade é usado num sentido político-pedagógico. Como se pode ver, já a partir do seu título, esse capítulo inspira-se em *a Identidade cultural na pós-modernidade* de Stuart Hall (2004). Um dos autores em que Hall fundamenta-se para desenvolver seus argumentos é Antony Giddens.

Por compartilharmos a ideia desse último autor, segundo a qual, a pós-modernidade é a radicalização da modernidade, e aquela não está se operando fora dessa, (GIDDENS, 1991, p. 57), então, preferimos usar o conceito de modernidade do que o de pós-modernidade. Modernidade é entendida como um período histórico diferente do tempo tradicional que nos remete à antiguidade e a idade média européia. Hall (2004, p. 25), situa a sua emergência histórica entre a passagem do humanismo renascentista do XVI e o iluminismo do século XVIII. A ideia básica da modernidade é a de que ela é um novo período histórico, marcado pelas mudanças, com intensidades diferentes, do que aquelas que aconteciam nos períodos anteriores. Essas mudanças, para Giddens, afetam a maneira de se lidar com o tempo e com o espaço. A redução dos dois pela invenção de novas tecnologias suscita a situação de desencaixe: “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29). Outra de suas características é a “reflexividade”. “Reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45). A reflexividade da modernidade levaria à criação de suas instituições que a diferencia de outros períodos históricos: o capitalismo e o industrialismo, a vigilância, o Estado-nação e o poder militar (GIDDENS, 1991, p. 61-69). Ao invés de usar o

conceito de pós-modernidade para se referir à radicalização da modernidade, Giddens prefere o conceito globalização. “A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da terra como um todo” (GIDDENS, 1991, p. 69).

Não compartilhamos a visão eurocêntrica de Giddens sobre a modernidade. Para Costa (2006), a reflexividade da modernidade seria um apanágio da civilização europeia. Contra essa visão, entendemos que a reflexividade, a racionalidade e a emocionalidade são partes de todas as civilizações humanas (MORIN, 2005). Além disso, entendemos que, com a expansão da civilização europeia, a partir do século XV, o projeto de liberdade da modernidade foi manipulado politicamente para a dominação dos não europeus. Nesse caso, o que venceu foi a modernização, ao invés da modernidade (TOURAINÉ, 1995). “Em semelhante contexto histórico-social, ‘modernização’ significava mais e menos que ‘europeização’”, escreve Florestan Fernandes (1965, p. 25), ao questionar a implementação do projeto da “modernidade” nas colônias, especialmente, na portuguesa das Américas, o Brasil.

O que pretendemos analisar é a inserção de negros na modernidade ocidental. Giddens (1991, 2004) não trabalha com esse pressuposto, mesmo quando analisa suas consequências sobre as culturas nacionais e as identidades particulares. O discurso dele é universalista. Mas, autores como Florestan Fernandes (1965, p. 25), Stuart Hall (2004) e Paul Gilroy (2001) trabalham com esse pressuposto.

O Atlântico negro desenvolveu-se a partir de minhas tentativas irregulares de mostrar a esses estudantes que as experiências do povo negro faziam parte da modernidade abstrata que eles achavam tão intrigantes; e de provar algumas coisas que os intelectuais negros haviam dito – às vezes como defensores do Ocidente, outras vezes como seus críticos mais agressivos – sobre seu sentido de inserção no mundo moderno. (GILROY, 2001, p. 27).

É a partir dessas ambiguidades da modernidade que a “cultura negra” é analisada. ela significa um conjunto de produções simbólicas inventadas pelos descendentes dos escravizados africanos, identificada, também, como o “repertório cultural” da “diáspora negra” espalhada no mundo (HALL, 2003; GILROY, 2001). Essa cultura é vista por Clóvis Moura (1994), como “cultura de resistência”; será abordada como um suporte simbólico da formação de uma identidade afro-brasileira afirmativa (FERREIRA, 2000); uma identidade de resistência-projeto. Ela é investigada a partir de uma abordagem dialética que coloca lado a lado os elementos culturais como raça, etnia, língua, linguagem, história, espaço, território, o corpo, a música, a dança, a religião e os movimentos negros urbanos e rurais, descartando-se, assim, o seu “essencialismo”, desde o início.

Os conceitos analíticos, tais como miscigenação, diversidade cultural, hibridismo, são também abordados. É urgente tal investigação no momento em que, em todo o Brasil, tanto os intelectuais, ativistas e políticos recorrem a eles para defender ou se opor as políticas públicas voltadas para os “grupos étnicos” brasileiros.

1. Cultura e identidade nacional

Os conceitos cultura e identidade são essenciais para apreender a mobilização social das comunidades étnicas, ou seja, os jogos das políticas identitárias das “pequenas sociedades”, as novas etnicidades. O conceito ‘cultura’ tem uma extensão maior do que o de ‘identidade’, mesmo que, às vezes, tendem a se confundir. A definição que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural concebe a cultura como uma construção social e histórica, e não biológica. Como Ianni, diríamos:

A cultura não é inocente. Todas as expressões culturais, compreendendo valores e padrões, maneiras de pensar e dizer, modos de viver e trabalhar, criam-se e recriam-se na trama das relações sociais. As diversidades e os antagonismos sociais, políticos e econômicos, manifestam-se também no âmbito da cultura (IANNI, 2004, p. 143).

Para Ianni (2004), a cultura tem vida, com a vida da sociedade, dos grupos raciais, regionais, religiosos e outros, da mesma forma que com a vida das classes: burguesia, campesinato, operário, setores médios. Pode-se acrescentar que ela tem a ver, também, com a vida das mulheres, dos homossexuais, das novas gerações, dos negros, brancos, amarelos, indígenas. A cultura, aqui, é definida do ponto de vista das relações sociais e raciais e de seus contextos históricos.

Ao analisar a cultura brasileira, Ianni a concebe como uma cultura plural.

Apenas na aparência a cultura vigente na sociedade brasileira é “uma” cultura. O que parece ser “uma” cultura é um complexo de modos de viver e trabalhar, sentir e agir, pensar e falar que não se organizam em algo único, homogêneo, integrado, transparente (IANNI, 2004, p. 143).

O Brasil faz parte das sociedades modernas marcadas pela diversidade. O que levou Munanga a afirmar: “Com base na diversidade interna biológica e interna cultural eu defendo a minha posição de que a cara do Brasil não é a mestiçagem; a cara do Brasil é a pluralidade das cores dos rostos, dos valores culturais e religiosos” (2002, p. 19).

Há dois outros conceitos que ampliam o nosso entendimento sobre a pluralidade cultural brasileira: a transculturação e a mestiçagem. Estes dois termos se complementam; mas, o seu uso político, como o de qualquer outro conceito, é que cria “divisões” dentro da sociedade. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural, neste aspecto, compartilha

a visão de Ianni e Munanga.

Para o antropólogo, Munanga:

Salvo a realidade das comunidades indígenas com as quais não convivemos no Brasil contemporâneo existe um processo de transculturação inegável. Em vista disso, aqui, as cordas das identidades culturais vacilam, os deuses se tocam, os sangues se misturam. Mas nem por isso devemos sustentar a idéia de uma identidade mestiça que seria uma espécie de identidade legitimadora ideologicamente projetada para recuperar o mito da democracia racial. (MUNANGA, 2002, p. 19).

O mito da democracia racial pela qual as elites dominantes manipulam os conceitos de transculturação e de uma identidade mestiça brasileira. Trata-se de uma estratégia de classe conservadora, de posicionamento contra projetos que visam estabelecer um debate sobre a definição de uma identidade plural do Brasil, as políticas de afirmação de uma identidade negra positiva.

Com isso, queremos afirmar que o desenvolvimento econômico multicultural assume, criticamente, os conceitos de transculturação, mestiçagem e o hibridismo. A transculturação é vista por ela como fato histórico do processo de formação de uma sociedade. Usa-se, geralmente, metáforas para descrever esse fenômeno sociocultural. “Visto assim, em perspectiva histórica ampla, o Brasil revela-se uma formação social caleidoscópica; um labirinto de elementos culturais e étnicos, simultaneamente às diferentes formas de organização de trabalho e de produção [...]”, escreve Ianni (2004, p. 160). Deve-se ressaltar que, o uso que Ianni faz do conceito de transculturação está baseado na crítica histórica. Apesar de reconhecer seus valores positivos, ele lembra, também, que se fomenta como um processo histórico marcado pelas contradições e por todos os tipos de desigualdades sociais e raciais. Nessa mesma perspectiva, podemos afirmar o seguinte: fundamentado no multiculturalismo crítico e democrático que é, conforme Boaventura de Sousa Santos (2003), um paradigma subalterno, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural rejeita a visão da modernidade encantada, ocultadora das hierarquias e desigualdades sociais, raciais, sexistas, geracionais, religiosas que a razão indolente e as teorias dominantes produzem (PAIXÃO, 2005).

Assim, é preciso reconhecer que os processos de transculturação, de mestiçagem e de hibridismo nas culturas e sociedades latino-americanas e, acrescentaríamos brasileiras, são sempre tratadas numa perspectiva da teoria cosmopolita de Boaventura de Sousa Santos. No seu texto-artigo “Nuestra América: Reinventando un paradigma subalterno de reconhecimento y distribución”, mostra que a nova lei cosmopolita que rege a sua teoria é recuperada do “ethos barroco”, isto é, dos movimentos de resistência, de revoluções, os

movimentos contra-hegemônicos e subalternos. A construção de *Nuestra América*, por si só, é um conjunto de projetos políticos e compromissos com seus objetivos. Entre seus expoentes intelectuais e políticos, Santos identifica as figuras tais como as dos cubanos, Martí e Fernando Ortiz, dos brasileiros, Oswald de Andrade e Darcy Ribeiro. A inspiração nesses autores não significa que Santos compartilhe as falhas de sua abordagem. Pelo contrário, faz uma leitura crítica de suas teorias.

Antes de se converter num projeto político, afirma Santos, *Nuestra América* foi uma forma de subjetividade e sociabilidade que incomodou o pensamento institucionalizado e legalista, e se caracteriza pelas suas afinidades ao pensamento utopista.

Por utopia entendo àquela exploração imaginativa de novos modos e estilos de capacidade e vontade humana, e a confrontação imaginativa da necessidade do tudo o que existe – só porque existe – sobre algo radicalmente melhor, sobre o que vale a pena lutar, algo que a humanidade merece plenamente [...]. (SANTOS, 2001, p. 12; tradução nossa).

É este estilo de subjetividade e sociabilidade que Santos, seguindo o pensamento de Echeverría (1994), denomina *ethos* barroco. Seja ele visto como um estilo artístico, ou como uma época histórica, o barroco é, para ele, um fenômeno especificamente latino e mediterrâneo, que se apresenta como uma forma excêntrica, questionadora da modernidade euro-americana, do Sul contra o Norte.

A subjetividade e sociabilidade sul-americanas, se inspirando em Fernando Ortiz (1973), afirma Santos (2001), são movidas pela transculturação. Conforme Santos, Ortiz propõe o conceito de transculturação para definir a síntese de processos de aculturação e neoculturação, em extremo, intrincados, que têm caracterizado a sociedade cubana. Rejeitando esses dois conceitos, ele sugere dois outros para interpretar os aspectos positivos da transculturação: o do *sfumato* e da mestiçagem como seus elementos constitutivos.

O caráter positivo deste constante processo de transição entre culturas é o que Ortiz designa como transculturação. Para reforçar este novo caráter positivo, prefiro falar de *sfumato*¹⁸ e não de aculturação, de mestiçagem e não de neoculturação. A transculturação designa, por tanto, a velocidade e o extremismo com os que a sociabilidade barroca formas culturais. Esta mesma velocidade e este mesmo extremismo estão bem presentes na concepção da antropofagia do próprio Oswald de Andrade. (SANTOS, 2001, p. 15 tradução nossa).

¹⁸ Santos usa o termo italiano *sfumato* no sentido conferido a ele pelo seu inventort, Lenardo da Vinci. Expressa a técnica de pintura em que sucessivas camadas de cor são misturadas em diferentes gradientes de forma a passar ao olho humano a sensação de profundidade, forma e volume. Este termo, em particular, refere-se à mistura de matizes ou tons de um matiz de forma tão sutil que não ocorre uma transição abrupta entre eles. Tem também esses significados figurativos: 1. impreciso, indefinido, vago. 2. pálido, tênue (cor). 3. fraco, velado, distante (som) (DICIONÁRIO BABYLON. Disponível em: < <http://portugues.babylon.com/index.html>>. Acessado em 15 non. 2006.

Há duas coisas: a teoria do desenvolvimento econômico multicultural aproveita da redefinição do termo ‘transculturização’. Primeiro, trata-se de um conceito crítico contra as formas de dominações políticas e intelectuais hierarquizantes e excludentes. Segundo, é uma autocrítica no seio do pensamento alternativo, sobretudo, marxista que, muitas vezes, negligenciou as diferenças. É nessa perspectiva que Santos (2001) interpreta a transculturização, o *sfumato*, a mestiçagem, o hibridismo, a partir do *ethos* barroco latino-americano. Suas marcas são as bases de sua crítica e emancipação social. O seu extremismo enfatiza a qualidade de artefato retórico de práticas, discursos e modos de inteligibilidade. “O artifício permite a subjetividade barroca reinventar-se a si mesma quando as sociabilidades que conduz tendem a transformar-se em microrortodoxias” (SANTOS, 2001, p. 15). A festa barroca, sempre desproporcionada, assume duas funções sociais emancipatórias: a inversão e a subversão dos valores e práticas sociais ditadas pelos centros de poderes estabelecidos.

Enfim, a ideia chave que o *ethos* barroco traz para a interpretação positiva dos conceitos de transculturização, mestiçagem, hibridismo, para Santos (2001), é a dialética que existe entre o reconhecimento de direitos de ser igual e o direito de ser diferente. “Tanto Martí como Andrade toman em conta um novo tipo de lei e uma nova classe de direitos. Para ele, o direito de ser igual implica o direito de ser diferente, e vice-versa” (SANTOS, 2001, p. 18). O que Santos está defendendo é uma teoria do multiculturalismo que valoriza os princípios de igualdade e diferença.

Há momento em que ele cita Darcy Ribeiro. Só que no contexto brasileiro, para Munanga (1999, p. 100), as interpretações desse autor escondem as práticas de dominação que trazem o seu conceito de mestiçagem, de uma etnia nacional brasileira. Por isso, contra uma visão da unidade da identidade nacional, tendo a mestiçagem como símbolo, Munanga opta pela pluralidade da sociedade brasileira; vê a sociedade brasileira como multiétnica. Para Sérgio Costa (2006), são as interpretações semelhantes à de Munanga que levaria ao que ele denomina “a agonia do mestiço brasileiro” ou “o fim da ideologia da mestiçagem” (COSTA, 2001).

A observação das transformações no espaço público brasileiro nas últimas três décadas evidencia um processo de pluralização cultural e política expressos em desenvolvimentos muitos variados, destacando-se entre esses: etnicização de muitas identidades políticas, vertiginoso crescimento do associativismo étnico, um novo direito indígena que pressupõe, não mais uma paulatina assimilação dos grupos indígenas, mas, a permanente preservação de suas formas de vida. (COSTA, 2001, p. 149).

Sérgio Costa destaca três fenômenos particulares que traduzem tais transformações: a construção de uma etnia quilombola, a reintrodução do conceito raça, no debate político, e a

etnicização de diferentes grupos socioculturais. Trata-se, ali, da emergência do “novo povo brasileiro” não da cultura monolítica do Darcy, mas sim, de um povo brasileiro marcado pela pluralidade do IBGE e do movimento negro.

Num contexto de modernidade globalizada marcada pela velocidade das mudanças e das indeterminações, é que o conceito ‘hibridismo’ impõe-se na literatura das ciências sociais contemporâneas. Seus conteúdos também dependem do posicionamento de seus produtores e reprodutores. Visto como processo de misturas culturais e de “raças”, populações, é interpretado, aqui, do ponto de vista dos estudos culturais anti-racistas militantes, inspirando-se em Paul Gilroy, Stuaall Hall, Ianni, Costa. Com esses autores, a globalização se apresenta como um desafio teórico para a não fixação das identidades e, ao mesmo tempo, ficando atento para não cair na visão celebrativa mistificadora da mestiçagem ou do hibridismo no sentido do pensamento dominante. O que nos assegura isso é o reconhecimento da cultura brasileira como uma cultura plural e não mestiça, isto é, misturada, indiscriminadamente. Contra aqueles que afirmam que é difícil saber “quem é quem”, “quem é negro” e “quem é branco” na sociedade brasileira, nós afirmamos que é possível, por parte dos sujeitos envolvidos no debate identitário, se posicionar, se autodeclarar quem são. Além disso, as ciências sociais, na atualidade, oferecem-nos instrumentos confiáveis para a comprovação dessa nossa posição. Para tal, vamos investigar o que vem a ser identidade nacional e a identidade negra na modernidade.

2. Identidade nacional e identidade negra

No contexto brasileiro, tanto o artigo de Munanga, “A identidade negra no contexto da globalização” (2002), como o seu livro, *Rediscutindo a mestiçagem: identidade nacional versus identidade negra* (1998), são ferramentas para o início de tal debate. No plano internacional, as obras de Stuart Hall, *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais* e *A identidade cultural na pós-modernidade* (2003), são suportes indispensáveis para tal aventura. Tanto o pensamento de Munanga como Stuart Hall (2004) ressaltam essa ideia: a cultura nacional, como cultura dominante, é a porta de entrada para se analisar as relações de forças existentes entre a identidade nacional e as identidades particulares. Num contexto mais amplo, Stuart Hall, formula essa problemática nos termos seguintes:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um

sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2004, p. 7).

Stuart Hall, nesse livro, se concentrou na análise da situação da “identidade cultural”, ou melhor, vamos colocá-la no plural, “identidades culturais”, isto é, conforme ele, “[...] aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nossos ‘pertencimentos’ às culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2004, p. 8). Esse é também o nosso foco: analisar a identidade cultural brasileira, tendo a “cultura negra” como ponto de partida e chegada. Nesse sentido nem a cultura, nem a identidade são vistas de modo biológico ou biologizante, mas sociológico-cultural.

Nessa mesma perspectiva, a busca de uma definição para o conceito de identidade nos leva a observar que há uma pluralidade de identidades. Dependendo dos agentes que as estudam, notadamente, as teorias científicas são traduzidas em termos de identidade cultural, identidade social, identidade nacional, identidade étnica, identidade racial, identidade particular, identidade pessoal, identidade individual, identidade coletiva, identidade de gênero, identidade sexual, identidade religiosa, identidade política, identidade legítima, ou legitimadora; identidade de resistência, identidade de projeto, etc. Além disso, os contextos históricos, geográficos e culturais são importantes para apreender as particularidades de cada uma delas (CASTELLS, 2000; MUNANGA, 2002).

Qual é o ponto comum entre todas essas concepções? Antes de nos perder nas especificidades de cada abordagem, retomaremos a definição de Manuel Castells (2000, p. 22) sobre identidade: “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Explicitando:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. (CASTELLS, 2000, p. 22).

Para ele, os “papéis” são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. Em termos genéricos, para ele, os papéis organizam as funções

sociais e as identidades organizam os significados: “Identidades constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 2000, p. 23).

O autor define o “significado” como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. A sua ideia principal é que, para a maioria dos atores sociais *na sociedade em rede*, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária, isto é, uma identidade que estrutura as demais, auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Apesar de se inspirar na abordagem de Erikson que trabalha a identidade individual, Castells concentra suas análises na identidade coletiva. Enfim, acrescenta que “O individualismo (distinto da identidade individual), contudo, pode também ser considerado como uma forma de ‘identidade coletiva’, conforme observado na ‘cultura do narcisismo’ de Lasch” (2000, p. 23). As velhas e novas formas de etnicidades negras, tendo a solidariedade e a resistência como elementos mobilizadores, para nós, expressam as tentativas históricas de costura de identidades coletivas.

O que gostaríamos de ressaltar ainda são as três formas de construção e origem de identidade coletiva identificadas por Castells. A primeira é a “identidade legitimadora” que é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Tema este que está no cerne da teoria de autoridade e de dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo” (CASTELLS, 2000, p. 24). A cultura dominante, chamada de cultura nacional, relaciona-se com esse modelo. Conforme, a teoria de Hall (2004), a cultura nacional tende a produzir a identidade nacional tida como a legitimadora, ou conforme Bauman (2005, 2006), vista como a “identidade-maior”. Esta está sempre em disputa com as identidades particulares.

No Brasil, a identidade nacional, em todas as três fases da história nacional, sempre foi legitimada a partir da cultura branca europeia. O monoculturalismo tem marcado, tanto o período colonial como o pós-colonial, melhor, pós-abolicionista. Mesmo a teoria da mestiçagem freyriana, que se proclamou como definidora definitiva da identidade legitimamente brasileira, não escapou da cegueira epistemológica e política que a obstinação pela europeidade, ou melhor, pela brancura, camufladora do racismo embutido, proporciona aos seus adeptos. Entram nesse contexto, as críticas formuladas contra o pensamento dominante formulador da identidade nacional brasileira pelos autores como: Chiavenato (1988), Moura (1994), Ramos (1995), Ianni (2005), Munanga (1997).

É preciso ressaltar um ponto importante antes de falarmos da segunda forma de identidade da teoria de Castells: as consequências da identidade dominante sobre as

identidades particulares. Trata-se da situação da dominação ou do “subdesenvolvimento” dessas últimas. O psicólogo social, Ricardo Franklin Ferreira (2000, p. 70), estudando o processo de desenvolvimento da identidade afro-brasileira, classifica essa situação como “estágio de submissão” que é marcada pela “idealização do mundo do branco como escudo” por parte dos negros alienados. Portanto, é uma situação de alienação do colonizado negro retratado por Franz Fanon (1979), Munanga (1988).

A ruptura ou a rebeldia contra essa situação de alienação conduz à segunda forma de identidade que Castells chama de “identidade de resistência”:

[que é] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade. (CASTELLS, 2000, p. 24).

Esse segundo seria, para nós, no esquema teórico de Hall, a “identidade de guerra”, e o que Ferreira chama de “identidade militante”. É uma identidade que tende a se fechar. Vista como processo, para chegar até ela, o seu portador, ou seja, o agente individual ou coletivo, precisa, uma vez nos apoiando em Ferreira (2000, p. 75), passar pelo segundo “estágio de impacto” que é a descoberta do grupo étnico-racial de referência. Para esse autor, trata-se de uma fase intermediária que leva o afrodescendente para a terceira fase, que é o “estágio de militância”. A sua característica é a construção de uma “identidade afrocentrada”. “O reconhecimento de uma identidade referenciada em valores africanos a ser desenvolvida sinaliza a entrada da pessoa no estágio de militância” (FERREIRA, 2000, p. 75). “É uma situação extremamente incômoda e ansiôgena, pois o indivíduo não tem referências claras do significado de tornar-se ‘verdadeiramente’ negro, e tem a necessidade de sinais patentes de estar progredindo na direção ‘correta’ ” (FERREIRA, 2000, p. 80).

No seu texto, “Quem ‘Negro é esse na cultura negra?’”, refletindo sobre novas estratégias culturais que poderiam conduzir à política de identidade negra, Hall (2003, p. 339), inspirando-se em Gramsci, repreende o que ele qualifica de política cultural tratada como “guerra de manobra”; isto é, o uso do jogo da inversão da lógica dominante, excludente por parte dos agentes das culturas ou identidades populares. O único jogo que vale a pena jogar, para ele, seria o das “guerras de posições” culturais. A “identidade de guerra”, ou identidade militante de Ferreira, ou “identidade de resistência” de Castells, na perspectiva de Hall (2004), é marcada pelo exclusivismo, essencialismo, monolitismo, fundamentalismo cultural, absolutismo étnico, o que a torna ahistórica, um mito de dominação; uma contradição do seu próprio projeto libertador. Essas estratégias conservadoras podem afetar

as identidades nacionais dominantes como as identidades particulares que ocupam posições subalternas.

Para Castells (2000, p. 25), diferente de Hall, as “comunas”, as “comunidades”, são as formas de identidades de resistência, isto é, identidades fechadas. Para nós, colocar a questão nestes termos é só apresentar uma parte da verdade, no momento que ao fazermos o uso do termo “comunidade”, queremos insistir na sua dimensão de abertura. Para ficarmos fiel ao esquema da teoria da complexidade, diríamos que a alternativa oferecida pela teoria de “Petites sociétés et minorités nationales” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005), e pela teoria de rede de Castells, é reducionista e equivocada. Elas não percebem nenhuma abertura dentro das comunidades que elas classificam de tradicionais ou portadores de uma identidade de resistência.

Para sair desse engodo teórico, o recurso metodológico apropriado deve ser dos estudos culturais de Hall: buscar interpretar as identidades das comunidades de diásporas negras, a partir da lógica de acoplamento de Hall e a lógica da complexidade de Morin (2005). É para dizer que, sobretudo, no contexto da modernidade, elas são híbridas, fechadas e abertas, tradicionais e modernas, subjetivas e racionais. Esse jogo de duplicidade faz parte da sua lógica de sobrevivência. No Brasil, por exemplo, é difícil definir a identidade negra quilombola a partir de uma lógica disjuntiva e reducionista do tipo: ser quilombola é ser rural, ser negro, ser tradicional. As coisas não funcionam assim. Pode-se ser quilombola, sim, e ser negro e branco, candomblecista, católico e evangélico, e assim por diante, no Brasil. Porque no Brasil, escreve Ianni (2005, p. 215-216): “As diferenças de classes sociais e o desenvolvimento dessas relações dessas classes mesclam-se com diferentes confissões religiosas, identidades étnicas, raciais e outras modulações da sociabilidade, cultura, economia, política e história da sociedade brasileira [...]”.

Entendemos que, para além das tentações da pureza étnica que caracteriza as identidades fechadas de tipos nacionalistas radicais, fundamentalistas, a “identidade de posição” das comunidades da diáspora negra é marcada pela abertura. É o que Castells identifica como a terceira forma de identidade, ou seja, a “identidade de projeto”, que, conforme ele, acontece “[...] quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura” (CASTELLS, 2000, p. 24).

Para Castells, a identidade de projeto, como processo histórico, produz “sujeitos” livres e autônomos. “Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a

partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (2000, p. 26). O que importa, aqui, é a experiência coletiva de libertação. Essa concepção do sujeito como ator social corresponde com a da teoria do desenvolvimento econômico multicultural: as populações são vistas como agentes sociais principais do desenvolvimento social e econômico de uma nação. A situação de precariedade, na qual se encontra a maioria das coletividades subalternas, faz com que inventem novos projetos de desenvolvimento alternativos. Inventam e tentam para a bricolagem de novas tradições libertárias, emancipatórias.

Do ponto de vista da política de identidade, Castells escreve: “Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade de oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (CASTELLS, 2000, p. 26).

Hall (2004) chama isto de “identidade-de-posicionamento”; Ferreira a identifica como a “identidade articulada”. É uma identidade que tende para a abertura; a sua lógica é dialógica. Os exemplos históricos conhecidos são dos movimentos feministas e movimentos negros. Buscando dar uma definição satisfatória da identidade para um público brasileiro, inspirando-se em Castells, Munanga (Ethos, 2002, p. 11), menciona essas palavras:

Vista a partir desse ponto, a identidade pode ser definida como um processo de construção de sentido, como fonte de sentido, de experiência, mas um processo com seu sentido construído a partir de um conjunto coerente de atributivos considerados prioritários em relação às outras fontes. Esses atributos podem ser históricos, geográficos, biológicos, sociais, culturais, religiosos e até filosóficos.

Interessa-nos apreender a identidade do povo negro brasileiro. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural busca tal definição a partir de um diálogo interdisciplinar, como o que tem feito Stuart Hall (2004) e Munanga (2002).

O estudo das sociedades contemporâneas plurais, globalizadas, exige uma abordagem interdisciplinar recorrendo ora à história e à geografia porque a identidade é um processo cuja matéria-prima é tirada dos lugares. Lugares, como me ensina o professor, Milton Santos, considerados como espaço de exercício da existência plena; ora à antropologia e à sociologia porque a elaboração de uma identidade empresta seus materiais das categorias culturais e das estruturas de produção e reprodução; ora à psicologia e à psicanálise porque a identidade se constrói pela tomada de consciência através de um processo de individualização no qual interfira o quadro da memória coletiva e os fantasmas pessoais; ora à ciência política, pois os aparelhos do poder manipulam a identidade e fabricam falsas identidades e suas estratégias pelo controle do poder; ora à filosofia porque a identidade pede um fundamento ontológico. Quem sabe se, a curto prazo, vamos precisar da etologia e de algumas descobertas nas áreas biológicas para entender esse fenômeno social tão dinâmico. (MUNANGA, Ethos, 2002, p. 15).

Stuart Hall (2004) faz também uso do recurso interdisciplinar para definir a identidade do sujeito pós-moderno. Para isso, distingue três concepções de identidades ao longo da história. A filosofia iluminista, a psicanálise e a psicologia modernas, de cunho cartesiano, forjaram o “sujeito do iluminismo”. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2004, p. 11). A sociologia, interacionista e simbólica, trouxeram a figura do “sujeito sociológico”: o sujeito não é mais visto só como um “eu” racional e unificado, mas como produto das relações com outras pessoas (sociedades) e os valores (cultura). O terceiro sujeito, o “sujeito pós-moderno”, é resultado das mudanças radicais dentro das estruturas e instituições da modernidade: no campo da sociedade, da política, da economia, da cultura, da ciência. O diálogo com as novas teorias científicas, a psicanálise de Freud e Lacan, o pós-estruturalismo e a sociologia simbólica, armam Stuart Hall para apreender a identidade do sujeito pós-moderno que, conforme ele, é resultado da crise das duas precedentes.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como sendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2004, p. 12).

Nesse contexto, o sujeito pós-moderno é conceitualizado por Hall (2004, p. 12-13) como “não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade tornou-se uma ‘celebração móvel’ [...]”. Ou seja, “[o] sujeito assume identidades diferentes que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ corrente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2004, p. 13). A consequência teórica de tal concepção é que a identidade é, ou deve ser definida historicamente e não biologicamente. É o que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural está fazendo.

O que interessa a este trabalho não é tanto a identidade individual ou pessoal, mas sim, a identidade coletiva ou identidade comunitária das populações negras brasileiras. A nossa hipótese é que o entendimento da particularidade dessa identidade passa pela análise da construção da identidade nacional brasileira.

Já ouvimos, em nosso cotidiano, pessoas que dizem “identidade racial negra”, outros falam “identidade étnica negra”, tem quem junte os dois e fale “identidade étnico-racial. Afinal, qual é o conteúdo da identidade negra? O conteúdo é racial, étnico-racial, o que nós entendemos por tudo isso? A confusão vem do próprio conceito de raça e etnia e, por isso, penso ser relevante retomá-los para verificar o que nós entendemos pela expressão “identidade negra.” (MUNANGA, Ethos, 2002, p. 15).

O que Munanga está propondo é uma análise desconstrutiva e construtiva dos conceitos de raça e etnia. Mostramos, também, que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural faz parte das interpretações que juntam os termos raça e etnia para falar de uma identidade étnico-racial. O “hífen”, no contexto da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, tem por propósito lembrar as relações ambíguas e complexas, implícitas e explícitas que acontecem na vida social entre seus aspectos caracterizados pelas teorias de “étnicos” e aqueles outros caracterizados como “raciais”.

Nessas circunstâncias, antes de tudo, é preciso afirmar que a identidade é um fato totalmente social, cultural, político, econômico e histórico. O adjetivo “étnico” tem por função apontar para os elementos culturais “condicionantes” da construção e definição das identidades. Enquanto o adjetivo “racial”, numa perspectiva crítica contra as abordagens biologizantes, essencialistas, racistas, tem a virtude de ressaltar os elementos biológicos (cor da pele, nariz, cabelo) “condicionantes” da construção e definição das identidades sociais. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende que há elementos comuns que caracterizam a identidade étnico-racial dos descendentes dos africanos que formam o Atlântico Negro do Norte e do Sul. Como bem tem lembrado os estudos culturais, a identidade negra deve ser interpretada sempre no plural (HALL, 2003, 2004).

3. Identidade negra como resistência-projeto

A identidade negra que nos interessa é aquela que foi identificada como identidade de resistência e identidade de projeto. Muitas vezes, as duas são classificadas, simplesmente, de identidade de resistência ou a cultura de resistência negra (MOURA, 1994). Essa pressa pode ser um perigo epistemológico, constituindo um impedimento para não enxergar as contradições internas a essa identidade. Reconciliando essas duas abordagens e outras já citadas, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural opta pelo termo composto de uma identidade de resistência-projeto para se referir à identidade negra no contexto brasileiro. A identidade, para ela, não é uma “essência”, mas um repertório discursivo sobre o mundo das comunidades negras se situar no mundo e formas de se falar desse posicionamento existencial.

A forma como o historiador norte-americano, Darien J. Davi (2000) tenta explicar a contribuição dos afro-brasileiros à cultura nacional brasileira, é interessante para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Pois, nos auxilia na definição da identidade negra brasileira. Para esse autor: A literatura histórica sobre africanos e seus descendentes no Brasil

cobre três amplos temas: (1) os mecanismos da instituição da escravidão, (2) a acomodação dos africanos no Novo Mundo, e (3) a resistência à escravidão e a colonização. Reconhece que dos três temas, o último tem sido, particularmente, desafiador para os historiadores.

Pois, as] [e]xperiências africanas no Brasil foram múltiplas. Muitos africanos e afro-brasileiros escravizados e, mais tarde, libertos trabalharam para o sistema político português, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Outros resistiram à autoridade portuguesa, preservando as tradições e os costumes africanos fora da estrutura da dominação portuguesa. (DAVI, 2000, p. 22).

E finaliza afirmando: “Hoje, muitos brasileiros acreditam que os afro-brasileiros não valorizam suas raízes culturais, mas poucos compreendem a profundidade com que a colonização afetou muitos dos pontos de vista dos brasileiros sobre sua cultura nacional” (DAVI, 2000, p. 22). Portanto, uma avaliação da identidade cultural afro-brasileira tem que levar em conta a relação de seus sujeitos com a identidade legitimadora. De maneira geral, a identidade negra, no Brasil, ocupa a posição de identidade de resistência e identidade de projeto; ou melhor, “identidade de resistência-projeto”.

Ela se define como tal a partir da tomada de consciência de seus sujeitos pela sua situação de dominados que os levam a lutar contra o escravismo racial, o colonialismo e o racismo pós-abolição. Clóvis Moura (1994) é um dos intelectuais e ativistas negros que tem trabalhado a cultura negra como uma “cultura de resistência”. Num esforço de definir a identidade negra, Jacques d’Adesky, lança mão à identidade coletiva dos grupos étnicos ou à identidade étnica, tendo por recurso metodológico a análise crítica dos materiais culturais, isto é, elementos identificadores como raça, etnia, língua, religião, história e território.

A noção de um grupo étnico não se deixa captar com facilidade. Não é possível reter, como elementos exclusivos da definição, a existência de um único idioma, de uma única raça, de uma única religião, nem mesmo a existência de um território comum. A realidade é muito mais complexa e reveste-se de forma variadas. Porém, de forma geral, pode-se identificar a raça, a religião e a língua como fatores fundamentais, a história como epicentro de uma herança cultural comum, o espaço como área territorial e categoria de permanência, a consciência de pertencimento e a vontade de viver em conjunto como expressões de uma certa comunidade cultural. (D’ADESKY, 2001, p. 39).

A “consciência de pertencimento”, a “vontade de viver em conjunto”, são noções fundamentais para se entender as mobilizações coletivas, as manifestações de novas formas de etnicidades nas sociedades globalizadas (HALL, 2004; BAUMAN, 2005, 2006). A apropriação dos elementos culturais torna a identidade um elemento político: uma trincheira na guerra da política de identidade e redistribuição (BAUMAN, 2006).

Os ativistas do movimento negro e os intelectuais comprometidos para com a

construção de uma identidade negra afirmativa vêm trabalhando nessa perspectiva de D'Adesky. O material didático publicado por Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006), num contexto de consolidação do debate sobre ações afirmativas, “traduzem” o envolvimento desses atores sociais na construção de uma identidade de resistência projeto negra no século XXI.

3.1. Raça como recurso identitário

Organizarei, conforme o meu pensamento, a ordem sugerida por D'Adesky (2001): 1. Raça como conceito ambíguo (p. 44); 2. Língua (p. 49); 3. Religião (p. 51); 4. Espaço e território (p. 53); 5. História (p. 55) e 6. Imprecisão da noção de Etnia (p. 56) para a análise da identidade negra. Como se pode ver no sumário acima, o primeiro capítulo do livro de Munanga e Gomes, vem com o título: “O Brasil, o que é afinal?”. Seus subtítulos são esses: 1) Brasil: país do encontro de culturas e civilizações; 2) Africanos no Brasil: origem e contribuições; e 3) Tráfico e escravidão na África. Quando comparados, o objetivo desse capítulo com a análise de D'Adesky, trata-se de explicar o que a raça e a etnia têm a ver com a definição da identidade negra. Ao tratarem o subtítulo 1, Munanga e Gomes (2006, p. 11) começam a se perguntar: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?

Raça, para esses autores, nunca é usada como categoria biológica, senão, política. Ao contrário, foi a colonialidade política e científica que transformaram as “pessoas negras” e suas culturas em representações simbólicas inferiores, negativas. Ditas em outras palavras, foi a identidade, legitimadora brasileira, que se encarregou de elaborar um discurso unificador da cultura nacional; para isso, exclui outras identidades competidoras: a negra e a indígena, e outras. Na realidade, a identidade legítima brasileira é eurocêntrica e monocultural, e não mestiça como pretende os opositores da definição de uma identidade pluralista brasileira.

Os que afirmam uma identidade nacional multiétnica, reconhecem que o “Brasil é um país de encontro de culturas e civilizações”; deve-se acrescentar, de “raças”, entendidas como “povos”. Estes são identificados pelo IBGE, após longos debates políticos e intelectuais, em cinco categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. É preciso acrescentar mais; que os ativistas e intelectuais do movimento negro usam “negro” para se reportarem aos pardos e pretos que são agrupados na categoria de negros pelas instituições governamentais como IBGE e IPEA. Além disso, a identidade negra também é marcada pela diversidade racial, graus diferentes de pigmentação, regionais, geracionais, religiosos, sexuais.

3.2. Língua e linguagem da cultura negra

Quanto à importância da língua e da linguagem como recursos meta-narrativos, no contexto dos estudos culturais, trabalharemos, em conjunto, estes dois elementos culturais. É nesse sentido que, buscando uma definição certa para a identidade negra, D'Adesky traz a questão da língua. “A língua é outro elemento possível de identidade. Embora sendo um elemento da cultura entre outros, a língua transcende os outros elementos na medida em que tem poder de os nomear, de os exprimir e de os veicular” (D'ADESKY, 2001, p. 49).

Ao levantar a questão da língua, para a apreensão da identidade negra dentro da identidade nacional brasileira, D'Adesky (2001) não almejava somente tratá-la como meio de comunicação, mas, explorar, também, outros aspectos do seu poder de invenção das tradições diaspóricas.

Meio de comunicação, a língua representa também a memória das comunidades em que a palavra se sobrepõe à língua escrita. É assim no Brasil, onde a oralidade predomina na transmissão das últimas notícias e na preservação da história coletiva das comunidades negras. A oralidade exprime-se também na música. O sucesso do samba, do pagode e do samba-reggae atesta a importância da oralidade como meio de comunicação nas festas e atividades lúdicas das comunidades. (D'ADESKY, 2001, p. 50).

Para não confundir as coisas, os estudos culturais trabalham com o termo linguagem. Dito de outras formas, o termo linguagem da cultura negra, entendida como modos de expressividades culturais negras, é mais ampla do que o termo língua. Ocupa o campo chamado da estética negra (HALL, 2003; TREECE, 2003). Os elementos como música, dança, arte, religião, história, território, que D'Adesky (2001) e outros estudiosos culturais têm investigado para apreender a “essência” da cultura negra, ultrapassam o campo da língua como objeto da linguística. São formas de linguagens que muito têm a ver com o campo da oralidade. Noção vista como uma forma de expressão cultural das culturas africanas e de suas diásporas. Seus descendentes que foram privados do acesso a “língua escrita”, vista como a cultura erudita, reinventaram, na diáspora, a “cultura popular negra”, que tem a oralidade como o elemento principal (HALL, 2003).

Davi Treece (2003, p. 2003, p. 53), chama a atenção para que não se reduza toda a produção musical da diáspora negra a esse aspecto, correndo o risco de reforçar o paradigma dominante que identifica a musicalidade negra, exclusivamente, com o corpo, o gesto, o ritmo, o tambor; “compensando e contrapondo-se, assim, a uma suposta deficiência intelectual e linguística atribuída, implícita, ou explicitamente, ao “afrodescendente”. Contra esse paradigma, pelo menos no contexto da música popular brasileira (MPB), ele identifica a

existência de uma “poética da palavra cantada” produzida pelos negros da diáspora brasileira. Contrariando o paradigma bipolar da MPB, segundo o qual, de um lado, está a dimensão letrada, melódico-harmônica, cerebral, é de origem européia; e, de outro lado, está a dimensão corporal, percussiva e rítmica, é de raiz africana. O autor defende a tese de que essas duas dimensões encontram-se, conjuntamente, fundidas no seio das tradições estéticas afro-brasileiras ou negras. Ou seja, há uma mestiçagem da escrita e da oralidade.

Se nos restringirmos a considerar a “cultura popular negra” somente como produção cultural e artística, então, o capítulo 5, “A produção cultural e artística dos negros no Brasil”, do livro de Munanga e Gomes (2006), é que ressalta seus elementos: religiosidade negra: resistência político-cultural; o corpo como expressão de luta, arte e resistência: a capoeira; estilos musicais da juventude negra: o rap e o *funk*. Não temos dúvidas de que todos os setes capítulos contêm os elementos para uma discussão sobre a política cultural negra no Brasil.

3.3. Movimentos sociais negros como reprodutores da identidade negra

Certamente, entre os elementos sugeridos por D’Adesky (2001), no primeiro capítulo (p. 39-56), para estudar a identidade étnica, o movimento negro não está mencionado. Este aparece no sétimo capítulo, “O Anti-racismo diferencialista do movimento negro” (p. 151). Todavia, no livro de Munanga e Gomes, o Movimento Negro é abordado de uma maneira ampla, cobrindo o maior número dos capítulos do livro, e apresentando uma grande quantidade de informações que, hoje, quase é consenso no meio dos intelectuais negros.

No capítulo 3, Munanga e Gomes traçam a resistência do movimento social negro a partir do regime escravocrata, discutindo a questão de quilombos, em geral e, em particulares, o quilombo de Palmares, cujo Zumbi é um dos seus líderes mais conhecidos; a revolta dos Malês e a resistência dos movimentos negros em diferentes regiões. No Capítulo 4, eles retomam a questão da resistência negra, demarcando a sua passagem de revolta ao movimento negro contemporâneo; são lembrados alguns acontecimentos históricos, tais como a revolta da Chibata, a Frente Negra Brasileira, a presença do negro durante a ditadura e a redemocratização tendo o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o movimento de mulheres negras como focos. No Capítulo 5, eles trazem para discussão os movimentos negros envolvidos com a produção cultural, artística e religiosa tratados como elementos de resistência político-cultural. No capítulo 7, “Homens e Mulheres negros: notas de vida e de sucesso”, Munanga e Gomes (2006), analisam, brevemente, as biografias de homens negros e mulheres negras que, de uma ou de outra forma, construíram o movimento negro

contemporâneo; ou ainda, quem o constrói, na atualidade, pode usar seus discursos e ações como elementos políticos na construção de política de identidade no Brasil de hoje. Assim citam: Abdias Nascimento; Adhemar Ferreira da Silva; Alzira Rufino; André Rebouças; Benedita da Silva; Carolina Jesus; Cartola; Castro Alves; Chica da Silva; Clementina de Jesus; Domingas Maria do Nascimento; Dom Silvério Gomes Pimenta; Elisa Luncinda; Emanuel Araújo; Fátima de Oliveira; Francisca; Geni Guimarães; Gilberto Gil; Grande Otelo; João Cruz e Sousa; Joel Rufino dos Santos; Jorge dos Anjos; José do Patrocínio; Lea Garcia; Lélia Gonzáles; Lima Barreto; Luis Gama; Luísa Mahim; Machado de Assis; Mãe Stella; Manuel Querino; Mestre Didi; Milton Gonçalves; Milton Santos; Paulo Paim; Pinxiguiinha; Raquel Trindade; Ruth de Sousa; Teodoro Sampaio; Toni Tornado; Zezé Mota.

Essa organização do saber negro não é feita aleatoriamente. É uma construção política. Tanto quanto Guerreiro Ramos (1995) reivindicava a sua fundamentação teórica nas ações e discursos de ativistas e intelectuais negros e brancos simpatizantes pela causa negra, citando, na ocasião, o africano Chico Rei e os abolicionistas Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Leopoldo Sédar Senghor, pela sua obra; Kabengele e Gomes (2006) compartilham essa cumplicidade política e intelectual e militante. Eles falam a partir de um lugar, que Ramos (1995), chamava de “negro desde dentro”. De Guerreiro Ramos aos escritos de Munanga, Munanga e Gomes, estamos à frente de discursos anti-racistas, diferencialistas, feitos pelos negros e seus simpatizantes.

No sétimo capítulo do seu livro, D’Adesky (2001, p. 151), debruça-se na análise do discurso diferencialista do movimento negro contemporâneo para perceber de que forma seus agentes definem a identidade negra, cujos elementos estão em outras seções desse capítulo. O anti-racismo diferencialista é um discurso assumido pelos movimentos negros dos anos de 1960 e 1970 para enfrentar o racismo. Discurso, aqui, deve ser entendido como uma linguagem. O contexto histórico que vai condicionar a emergência desse discurso é classificado por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2006) de “o multiculturalismo na América Brasileira”. “Uma das suas estratégias políticas foi a desestabilização da “imagem de paraíso racial, com a qual a sociedade brasileira se acostumou a representar-se desde o final do século passado” (GONÇALVES; SILVA, , 2006, p. 67).

Ao trazer o movimento negro para dentro dos elementos formadores da identidade negra brasileira, quero chamar a atenção para o fato de que estamos tratando de um sujeito da linguagem, da estética, da cultura negra. Nos anos de 1960-1970 serão influenciadas pelas teorias do multiculturalismo.

Admitindo-se, provisoriamente, a tese do multiculturalismo crítico, que versa sobre o papel da linguagem na produção das experiências, pode-se dizer que é a língua que tem oferecido aos negros, índios e mestiços, no Brasil, a estrutura de inteligibilidade, para que eles possam compreender a própria experiência, está atravessada por este jogo de inclusão e exclusão. Em outros termos, os signos que a compõem “são parte de uma luta ideológica, que cria um regime particular de representação, que serve para legitimar certa realidade cultural.” (GONÇALVES; SILVA, 2006, P. 68).

Apesar da sua complexidade, existem elementos identificadores do discurso desse movimento. Um discurso anti-racista, independentemente de ser universalista, assimilacionista, comunitarista ou diferencialista. Em todo caso, o movimento negro dominante dos anos de 1960 e 1970, aos dias de hoje, é aquele que assumiu o discurso diferencialista. É desse movimento negro que D’Adesky se preocupa, e nós também. Com D’Adesky, pode-se perguntar: Qual é o conteúdo do discurso diferencialista do movimento negro contemporâneo? É a luta contra o racismo, as desigualdades socioeconômicas que separam brancos e negros. Ainda mais:

Desse conjunto da cidadania e pelo adequado reconhecimento da identidade de grupo que caracteriza o Movimento Negro. O que constitui, não um racismo às avessas ou invertido, mas sim um anti-racismo diferencialista à procura de uma reidentificação do negro em termos étnico-culturais. (D’ADESKY, 2001, p. 151).

D’Adesky entende que o Movimento Negro contemporâneo, que surge nos anos de 1970, é um movimento plural, mas com um objetivo comum: “[...] vai estruturar-se sobre premissas diferentes. Seu objetivo é subverter, de alto a baixo, a ideologia do branqueamento, desmascarando o mito da democracia racial e seu uso em proveito da classe dominante” (D’ADESKY, 2001, p. 153).

O Movimento Negro contemporâneo é um conjunto de movimentos populares, associações e organizações sociais, predominantemente, estruturado em volta das Organizações Não Governamentais (ONGs). Na sua classificação D’Adesky (2001, p. 157), encontra três correntes ou três formas de expressão coletiva do Movimento negro: a primeira de natureza cultural; a segunda, religiosa; e a terceira de natureza política; e, deixa bem claro que essa divisão é, evidentemente, de ordem ideal-típico, pois, na realidade, o corte não é absoluto entre os militantes. Isto é, o hibridismo é uma das características de sua identidade. É esse Movimento Negro, hoje, que é o autor das políticas públicas diferencialistas, as políticas de ações afirmativas no Brasil.

Outro fato a ser mencionado é a diversidade do Movimento Negro do ponto de vista da ocupação territorial. Há, praticamente, duas classificações nesse sentido: os movimentos negros urbanos e os rurais. Geralmente, este último, é representado pelas comunidades

quilombolas. As lutas sociais desses movimentos têm mostrado uma das suas características que é a construção de uma identidade de resistência-projeto.

3.4. História como elemento identitário

O movimento negro, como ator social, é um agente de tradução da história negra, do Brasil, numa perspectiva libertadora. É nesse sentido que D'Adesky interpreta a categoria de história como elemento analítico da identidade negra.

A dimensão temporal da história encontra-se no cerne do conceito de etnia. É parte integrante dessa noção, uma vez que a história se refere ao conjunto de recursos do passado para interpretar o presente e antever o futuro. A história é também o epicentro em torno do qual se constroem a coesão e a solidariedade de grupo. Para a população negra brasileira, a história revela a sua marginalização, seus personagens míticos, suas rebeliões, a luta contra o racismo, os momentos fortes de seu passado. (D'ADESKY, 2001, p. 55).

A noção de “história” equivale à noção de “tempo”, sugerida por Hall (2004), apropriando-se da sociologia do tempo-espço de Giddens (2001), para se analisar as identidades “pós-modernas”. É o mundo da narração e construção do mundo simbólico real ou imaginário.

Tanto na África, como nas diásporas negras, a apropriação da história como ciência, quanto como “mitologia”, tem servido na construção da identidade negra como estratégias de resistência-projeto. Os agentes dos movimentos negros tentam redefinir a história oficial do mundo e do Brasil. Munanga e Gomes (2006) se interrogam: o Brasil, o quê é afinal?. Com isso, refazem a história da formação das culturas e civilizações dos povos que o compõem; interrogam-se sobre as origens e contribuições de seus antepassados e contemporâneos; enfim, indagam de uma forma crítica sobre o tráfico e escravidão na África.

A história da escravidão, do sofrimento, do racismo e da exclusão social são elementos que têm contribuído na formação de uma identidade negra afirmativa ou negativa. Os intelectuais do movimento negro têm trabalhado no sentido de construir uma identidade afirmativa. Assim, recorre à África como reservatório real ou mítico, para costurar suas narrativas das histórias reais ou imaginadas, contando uma história real para as novas gerações brasileiras. Os sete capítulos do livro de Munanga e Gomes (2006) são construídos com objetivos científicos-pedagógicos e políticos de afirmação de uma identidade negra no Brasil e no mundo.

Munanga e Gomes (2006), no capítulo 2 do seu livro, “África: Berço de diversas civilizações: Antigas civilizações; Estados da África Negra entre os séculos X e XVI”; e

“Alguns Estados da África Central e Austral”, em diálogo com as pesquisas e políticas culturais negras internacionais, rejeitam a imagem ocidental da África como “Barbárie”. O Capítulo 3, “A resistência negra no regime escravocrata”, o capítulo 4, “A resistência Negra: Das revoltas ao movimento negro contemporâneo” e o capítulo 5, “A produção cultural e artística dos negros no Brasil”, contam a história brasileira tendo o negro como sujeito, e não como agente passivo. O capítulo 7, “Homens e Mulheres negros: notas de vida e de sucesso”, confirma o que acabamos de dizer. A construção de uma identidade individual e coletiva precisa de referência dentro da sua comunidade. O capítulo 6, “Racismo, Discriminação racial e ações afirmativas”, mostra quanto a política de identidade implica questões epistemológicas. Aliás, o último subtítulo é esse: “Ações afirmativas: definições e legislações em vigor”. Isto mostra quanto os discursos e ações dos atores do campo científico, político-jurídico e da sociedade civil determinam o debate público em torno da identidade negra e a política da identidade em geral.

3.5. Espaço e território e a identidade negra

O espaço e o território são dois outros elementos manipulados, simbolicamente, pelos agentes sociais, com a finalidade de construção de identidade. No caso da identidade étnica, D’Adesky (2001, p. 53) escreve o seguinte:

O sentimento de pertencimento étnico, se não procede, necessariamente, de uma referência territorial física claramente, definida e delimitada, supõe, entretanto, que tal grupo pode definir-se por um elo material, ou por representações coletivas que tomam formas em um espaço, que não é somente um espaço físico, mas também, em um, onde estão em jogo interesses econômicos; ou, ainda, atividades sociais, culturais e políticas (D’ADESKY, 2001, p. 53).

Explicitando suas afirmações, D’Adesky prossegue:

Na realidade, o espaço não se define unicamente pela materialidade territorial, mas também por sua construção, sua organização, sua disposição e suas inscrições. Portanto, o espaço não é somente um lugar geográfico. É também, e sobretudo, uma rede relacional com representações coletivas que permitem aos membros de uma coletividade dar às características de seu espaço significados reconhecidos de maneira geral.

Essa concepção do espaço e território, como elementos definidores de identidades coletivas, condiz com a proposta dos estudos culturais desenvolvidos por Gilroy e Hall. O conceito-chave, escolhido por Gilroy, para a análise da política de identidade da diáspora negra, é o Atlântico negro. A diáspora significa, para ele, “uma forma de dispersão catastrófica mais simples, que possui um momento original identificável e reversível – a sede do trauma –

em algo bem mais complexo e frutífero” (GILROY, 2001, p. 19-20). O Atlântico negro é, primeiramente, uma imagem que evoca o movimento do navio: “Decidi-me pela imagem de navios em movimentos como símbolo organizador central para este empreendimento e como ponto de partida [teórica]” (GILROY, 2001, p. 38). A escolha do autor, por essa metáfora, tem por base as razões teóricas e históricas. Ao ler as passagens sobre essa noção, não fica dúvida que torna-se uma noção para apreender as formas de ocupação do espaço e território e tempos pelos negros da diáspora.

A imagem do navio – um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento – é particularmente importante por razões históricas e teóricas que espero se tornem mais claras a seguir. Os navios imediatamente concentram a atenção na Middle Passage [passagem do meio], nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de idéias e ativistas, bem como no movimento de artefatos culturais e políticos chave: panfletos, livros, registros fonográficos e coros. (GILROY, 2001, p. 38).

Tanto a noção da diáspora, como a do Atlântico negro, são produções culturais; por isso se tornam o objeto do interesse dos estudos culturais. Como conceitos teóricos, na perspectiva de Gilroy, são mobilizados para “a teorização sobre criouliização, *méstissage*, *mestizaje* e hibridez” (GILROY, 2001, p. 35). Como tais reagem, criticamente, contra o poder coercitivo e autoritário da unidade racial e de todos os tipos de essencialismos biológicos e culturais. “Minhas preocupações nesta etapa são basicamente conceituais: tentei abordar o constante engodo dos absolutismos étnicos na crítica cultural produzida tanto pelos negros como pelos brancos” (GILROY, 2001, p. 37). Tendo no foco de sua análise, a diáspora negra britânica, Gilroy observa que a cultura negra “produz um padrão sincrético no qual os estilos e as formas do Caribe, dos Estados Unidos e da África foram reelaborados e inscritos no contexto moderno do próprio conjunto desordenado de conflitos regionais e classistas do Reino Unido moderno” (GILROY, 2001, p. 36). O conceito do Atlântico negro retrata a forma como os negros transportados para o Ocidente se apropriaram do tempo e espaço da modernidade ocidental para contar suas bibliografias e realizar suas lutas políticas.

Desde então, a história do Atlântico negro, constantemente zigzagado pelos movimentos de povos negros – não só como mercadorias mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania – propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento [location], identidade e memória histórica. (GILROY, 2001, p. 59).

Ou ainda:

A especificidade da formação política e cultural moderna que pretendo chamar Atlântico negro pode ser definida, em um nível, por este desejo de transcender tanto as estruturas do estado-nação como os limites da etnia e da particularidade nacional. Estes desejos são pertinentes ao entendimento da organização política e cultural. Eles sempre se sentiram pouco à vontade com

as escolhas estratégicas impostas aos movimentos negros e com indivíduos imbricados em culturas políticas nacionais e estados-nações na América, no Caribe e na Europa. (GILROY, 2001, p. 65).

O Atlântico negro traduz a forma pela qual a ocupação do espaço-território e a interpretação do tempo-história, pelos movimentos negros, desafiam suas formas tradicionais, ou modernas, caracterizadas pelo absolutismo étnico, à imposição de uma identidade nacional. No Brasil, por exemplo, o Atlântico negro protestou contra uma identidade mestiça imposta, até levá-la a sua agonia, que passa pela redefinição da identidade nacional e da identidade negra. Ambas são vistas como plurais. No primeiro caso, as cinco categorias do IBGE estão lá para testemunhar essas mudanças. No segundo, a africanização das identidades negras urbanas e quilombolas, têm contribuído para mostrar a sua pluralidade do ponto de vista, tanto morfológica como histórica e geográfica.

De sua parte, Hall (2004, p. 71) recupera as noções do tempo e espaço de Antony Giddens para explicar as identidades pós-modernas, cujas identidades diaspóricas fazem parte. O espaço representa o lugar fixo, concreto, onde se desenvolvem as práticas sociais que moldam nossas identidades. É o território físico, geográfico. O tempo é o mundo das representações simbólicas, é a geografia imaginada. É o mundo da simbolização, das representações.

Com uma análise profunda, D'Adesky (2001) retoma a questão da reinvenção do tempo e espaço, da história e do território. No quinto capítulo, "A mídia como reflexo da exclusão e de depreciação", e sexto capítulo, "O acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público", o autor mostra quanto os sistemas simbólicos da sociedade brasileira desempenham um papel negativo na construção da identidade étnica negra, mas, ao mesmo tempo, aponta caminhos alternativos que essa população vem trilhando na realidade brasileira.

O foco de sua análise é a mídia. A televisão, por exemplo, em relação aos negros, cria uma imagem de extroversão e de invisibilidade. No cinema desaprova o negro. A imprensa brasileira se desinteressa por ele. Em relação à música negra, o autor observa que a sua apropriação pela indústria cultural, em vez de melhorar a situação do negro, tende a prejudicá-lo. A marginalização do negro se reflete, também, na publicidade. "A publicidade traduz também o estado de exclusão e de quase invisibilidade a que estão sujeitas as populações negras e pobres" (D'ADESKY, 2001, p. 103).

O sexto capítulo de D'Adesky discute a questão da exclusão dos negros do espaço público brasileiro. "No Brasil, o modo de organização espacial dominante é marcado pela influência européia. Ele tomou forma durante o período colonial, subjugando uma eventual

expansão das formas de construção africana e indígenas” (D’ADESKY, 2001, p. 124). A distribuição da maior população negra, urbana nas favelas, e urbanas nos quilombos; na perspectiva, do autor reflete: “[...] as relações antagônicas da sociedade, bem como traduz as hierarquizações que atravessam as classes sociais e os grupos étnicos” (D’ ADESKY, 2001, p. 124).

Contra essas formas desiguais de distribuir os espaços e de interpretar a história, que acabam por contribuir no processo da negação da identidade negra, D’Adesky (2001) reconhece, também, outros esforços alternativos para superar esse quadro. Além disso, deve-se dizer que a mídia televisiva, pelos menos, vem mudando, aos poucos, o seu tratamento em relação ao negro. O campo onde o movimento negro organizado tem demonstrado a sua criatividade cultural é o da imprensa, chamada de “imprensa negra” (PIRES, 2006). Tem-se também o campo da música e das organizações sociais. Para nós, essas ações elaboradas pelos movimentos negros, ao longo da história do Brasil, para afirmar a sua identidade de resistência-projeto, compõem o conjunto de políticas de ações afirmativas. É dessa forma e igualmente, que Darien J. Davis (2000), percebe as ações dos afro-brasileiros, sendo tratada como uma contribuição de uma cultura particular à cultura nacional brasileira, para a inclusão dos excluídos. Não é por coincidência que o autor começa com a análise das religiões brasileiras e línguas africanas.

3.6. Identidade religiosa negra

“Sob vários aspectos, a religião é um ângulo cultural e, também, político, importante da sociedade brasileira”, escreve Ianni sobre “Religiões populares” (IANNI, 2005, p. 214). Compartilhando essa visão, D’Adesky (2001), a investiga para definir a identidade étnica negra no Brasil. A verdadeira pergunta, a nosso ver, que deve se dirigir a esse campo para nos revelar a sua verdadeira identidade, deve se inspirar dessa pergunta de Hall (2003): “Que ‘negro’ é essa na cultura negra?”, e outra feita pelos teólogos negros do Centro Atabaque – cultura negra e teologia: *Existe um pensar negro?* (SILVA, 1998). Se a resposta fosse afirmativa, a tarefa a ser executada seria a de achar o seu repertório identitário.

Para nós, a resposta sobre a existência de campo religioso afro-brasileiro, deve ser respondida afirmativamente, sem complexo nenhum. Para tanto, traremos algumas precisões conceituais, com base no que Roger Bastide (1989) chama de “religiões africanas no Brasil”. O autor fala de “religiões afro-brasileiras” para se referir ao Candomblé e à Umbanda. Estes, como o cristianismo negro com suas duas vertentes: o catolicismo negro e o protestantismo

negro, e o Islão negro, no Brasil, compõem o que se pode chamar de “religiões negras”. Elas se diferenciam da categoria de “religião do negro”, dentro do qual, o autor coloca o protestantismo e o catolicismo do negro, pelo fato da autonomia de produção religiosa que os negros têm. Ainda tratava-se de religiões tipicamente étnicas e, nelas, os negros compunham, majoritariamente, o corpo de sacerdotes, ou liderança religiosa, e o dos fiéis. Não se tratava de uma autonomia absoluta, pois o sincretismo, ali presente, testemunha a face de suas limitações características das manifestações culturais da diáspora negra no Atlântico. O protestantismo e o catolicismo do negro, traduzem a nova situação do negro no cristianismo branco, ou ocidental, no Brasil, após as reformas internas de controle de suas liturgias, doutrinas e teologias. No caso do catolicismo, a sua demarcação histórica dá-se a partir do período da romanização, no século XIX. Isto não significou a morte do catolicismo popular onde a cultura negra tem uma grande influência, mas, a retomada do seu controle pela autoridade eclesiástica. Nessa perspectiva, tanto as irmandades negras, os Agentes de Pastoral Negros e a Pastoral Afro-Brasileira, fazem parte do catolicismo do negro, que eu chamo de catolicismo afro-brasileiro (MALOMALO, 2005).

As religiões afro-brasileiras, sobretudo o candomblé, apesar das mudanças que sofreram no contexto da modernidade globalizada, passando, conforme Reginaldo Prandi (2004), de uma religião étnica para uma religião universal, não perderam a sua dimensão de religiões negras. A lógica de produção de seus bens religiosos, suas liturgias, estéticas, a partir de “casa”, até um certo ponto, não retira a autonomia de seus agentes religiosos, nem dos sacerdotes, das sacerdotisas, nem dos adeptos negros e brancos; o quê não significa negar a concorrência interna.

Tabela 10: Religiões em número, por raça ou cor – Censo IBGE – 2000

RELIGIÃO/TOTAL	Total	Branca	%	Preta	%	Amarela	%
		169872856	91298042	53,74	10554336	6,21	761583
Católica apostólica romana	124980132	68159978	54,54	1301811	1,04	486651	0,39
Católica apostólica brasileira	500582	203523	40,66	45461	9,08	1634	0,33
Igreja Deus é amor	774830	336791	43,47	69545	8,975517	1100	0,141967
Umbanda	397431	216738	54,53	66398	16,71	780	0,20
Candomblé	127582	47763	37,44	29123	22,83	336	0,26

RELIGIÃO/TOTAL	Parda	%	Indígena	%	Sem declaração	%
	65318092	38,45	734127	0,43	1206675	0,71
Católica apostólica romana	47781294	38,23	432172	0,35	818225	0,65
Católica apostólica brasileira	242827	48,51	4356	0,87	2781	0,56
Umbanda	108656	27,34	2668	0,67	2190	0,55
Candomblé	47989	37,61	1340	1,05	1031	0,81
Igreja Deus é amor	355633	45,8982	6019	0,776816	5743	0,741195

Depois dessas ressalvas, começaremos o fundamento da nossa resposta, partindo dos agentes religiosos do campo das religiões negras, no Brasil, iniciando pelos números fornecidos pelo censo de IBGE 2000.

O primeiro dado é que, o pluralismo, que caracteriza o campo das religiões negras, reflete a diversidade cultural e racial do país. O primeiro hibridismo existente nesse campo religioso é de ordem racial, isto é, todas as raças ou cores estão presentes em todas as instituições religiosas, apesar das distribuições desiguais em algumas delas. Dentro da Igreja católica, que é a maior denominação cristã em número, a demografia religiosa reflete a da população brasileira: os brancos somam a casa de 54,54%, contra 44,57% de negros, isto é, 6,21% de pretos e, 38,54% de pardos. Nesse universo cristão, os negros são maioria nas igrejas pentecostais, a tal ponto que Marco Davi Oliveira qualificou esse campo de *A religião mais negra do Brasil* e, se interrogando nesses termos: “Porque mais de oito milhões de negros são pentecostais?”. Ficando, ainda, na questão de número, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, é a denominação com maior número de negros (54,87%), ou seja, 8,97% de pretos e, 45,89% de pardos, contra 43,47% de brancos. É importante, também, contemplar o universo religioso de matrizes africanas, composto de Candomblé e Umbanda, pois são os velhos territórios de reconstrução da identidade étnica negra (BASTIDE, 1989; D’ADESKY, 2001). Do ponto de vista da “demografia negra”, o Candomblé ganha da Umbanda. Ele é frequentado por 60,44% de negros, isto é, 22,83% de pretos e, 37,61% de pardos, contra 37,44% de brancos. Quando se olha para a Umbanda, observa-se um movimento demográfico contrário, também. Esse seguimento religioso, afro-brasileiro, é frequentado por 54,53% de brancos, contra 44,05% de negros; isto é, 16,71% de pretos e, 27,34% de pardos.

O pluralismo que caracteriza a identidade religiosa negra desafia qualquer tendência do absolutismo racial no contexto da modernidade globalizada. Ser negro não significa, necessariamente, pertencer ao Candomblé ou à Umbanda. “Segundo o recenseamento de

2000, apenas 0,3% da população brasileira adulta declaram-se pertencentes” (PRANDI, 2004, p. 224-225). Além disso, ser negro urbano ou quilombola, não equivale pertencer às religiões afro-brasileiras. As pessoas são obrigadas, ou forçadas, a fazer suas escolhas religiosas. Focalizando, somente, os afroquilombolas, essa declaração de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, é instrutiva:

Talvez seja na prática religiosa que mais claramente se percebam as dificuldades ainda existentes para a afirmação cultural dos quilombos. Os cultos e as manifestações de origem africana estão se encolhendo, tolhidos pelo avanço dos movimentos neopentecostais. (ANJOS, 2006, p. 89).

Entre as manifestações religiosas africanas identificadas nos quilombos, podem-se citar as festas ligadas aos santos negros como São Benedito, Nossa Senhora Aparecida, congadas, práticas de rezas e curas. Os neopentecostais estão atacando, tanto na cidade como nos quilombos, os negros candomblecistas, umbandistas, católicos e protestantes, manipulando, ideologicamente, a dimensão da pobreza com a identidade negra ou a cultura negra que eles têm diabolizado (ANJOS, 2006, p. 89).

Defender a tese do pluralismo religioso brasileiro é, certamente, se posicionar contra a teoria da mestiçagem freyriana, sustentadora do mito da democracia racial. Isto significa trilhar outro caminho, ao invés do uso das estáticas e da retórica voluntarista, investigando o campo religioso numa perspectiva histórico-estrutural. Desse ponto de observação, o que se nota é que, o campo religioso brasileiro, é um campo de disputa pelo poder. O negro foi introduzido, nesse campo de disputa, pela teologia da escravidão católica e protestante (BEOZZO, 2006, p. 23), desde cedo suas práticas culturais e religiosas foram demonizadas, e domesticadas na modernidade pelo discurso raciológico nascente. Mesmo após a abolição, o racismo, a discriminação e o preconceito, as práticas religiosas negras, enfrentam, por parte das instituições religiosas cristãs, sobretudo, pentecostais, para além de encontrar suas justificativas na ideologia racista, presente nas doutrinas e no corpo de seus sacerdotes, fundamenta-se, nas razões do mercado religioso de disputa de fiéis (PRANDI, 2004).

Além do enfrentamento externo, o campo religioso afro-brasileiro, em geral, afrocristão e candomblecista, e ainda umbandista, têm se caracterizado por uma disputa interna. No universo cristão, os negros têm ocupado sempre uma posição subalterna em relação aos brancos. Tanto nas igrejas históricas como nas pentecostais, as produções teológicas negras são colocadas à margem, sendo substituída por uma teologia eurocêntrica. Nas igrejas pentecostais são quase inexistentes, mas ganham das igrejas históricas pelos números significativos de lideranças religiosas negras (pastores negros). Ao mesmo tempo, existe uma contradição no meio dessa liderança pentecostal negra. Ela é treinada para atacar

as práticas religiosas do Candomblé e da Umbanda, considerando-se uma visão eurocêntrica e até racista. O número expressivo dos negros, no meio pentecostal e em outros segmentos religiosos, não corresponde com o nível elevado de sua conscientização sobre a negritude, sobre a sua identidade negra. Marco Davi de Oliveira (2004, p. 88), vê os negros pentecostais como uma massa de manobra política e, pode-se acrescentar mais, ideológica.

Mas, às vezes, a religião é usada pelos agentes sociais como recursos simbólicos para a recomposição da identidade negada, para a libertação das camadas oprimidas (HERVIEU-LEGIER, 1987). Não seria difícil de mostrar que os espaços religiosos negros têm se erigido em lugares de produção de ações afirmativas bem anteriores aos movimentos de direitos civis. Nos Estados Unidos, por exemplo, as igrejas afro-cristãs, num contexto de segregação racial, não tardaram a construir escolas, universidades, hospitais para suas comunidades. Com isso, queremos afirmar que as propostas de ações afirmativas dos anos de 1960-1970 foram influenciadas pelas visões religiosas das lideranças negras, tal como do pastor batista Martin Luther King Júnior.

O Candomblé teve um processo emancipatório étnico, cedo, na história brasileira. Durante toda a história do negro no Brasil, ele foi reinventado como identidade de resistência-projeto. A Umbanda trilha no mesmo caminho. No campo do cristianismo negro colonial, as irmandades negras se ocuparam de uma e de outra forma pela integração do negro. Mais recentemente, nos anos de 1970, ao lado das organizações sociais que denominamos de movimento negro civil, existiu e existe, um movimento negro eclesial (MALOMALO, 2005) que tem apoiado a luta de libertação do negro brasileiro. Não são somente essas, as organizações sociais mais conhecidas atualmente, tais como Educafro, o CENACORA, Grupo Identidade, Atabaque, que têm desenvolvido as ações afirmativas através de seus cursos vestibulares, cursos de formações sobre a consciência negra, pesquisas acadêmicas para a valorização do negro; mas, identificamos em São Paulo, já nos anos de 1983, os Agentes de Pastoral Negros (APNs), e o Instituto do Negro Padre Batista, em 1988, desenvolviam tais ações. Este último já contava com um programa de bolsas de estudos para alunos negros de universidades particulares (MALOMALO, 2005, 2007).

A realização dessas ações transformadoras implica uma certa disputa de poder exógena e endógena. Concentremos-nos, somente, no interior do campo religioso afro-brasileiro. O processo de africanização de Candomblé, conforme Prandi (2004), que se iniciou entre os anos de 1960 e 1970, cuja grande marca foi a reinvenção das tradições africanas no Brasil pela aprendizagem de línguas, dos ritos e mitos que foram deturpados e perdidos na adversidade da Diáspora, trouxe duas consequências internas: a entrada de uma classe média

branca e escolarizada e a concorrência dela contra “os negros pobres, que evidentemente, pela sua situação de afro-brasileiros, se sentem, com frequência, os legitimados donos das tradições dos orixás. Disputam cargos, regalias e posições de mando e de prestígio no intrincado jogo de poder dos terreiros”. Assim:

Levam consigo valores, costumes e aspirações próprios de sua condição social. O hábito de leitura, o gosto pelo estudo, o prazer do consumo descortinam um mundo de novidades a serem buscadas nos livros, nas revistas, na internet, nas atividades universitárias, no mercado de artigos religiosos. (PRANDI, 2004, p. 236).

Esse fenômeno explica, hoje, a universalização de Candomblé com todas as consequências sobre a sua identidade.

Voltando as duas perguntas feitas acima: *Que “negro” é essa na cultura negra? E, Existe um pensar negro?* Respondemos, começando pela primeira. Sim, existe um universo religioso negro no Brasil. Ele é um universo plural. Ele não é uma essência. É um produto cultural com um repertório formado em torno de divindades africanas, orixás, deuses, santos, Deus, Jesus, entidades sobrenaturais interpretadas pelos especialistas, teólogos, sacerdotes e pais e mães de santo, que não são, necessariamente, negros. O discurso teológico, ou religioso produzido, a partir de cada microcampo religioso afro, é feito a partir da realidade social dos negros e da cultura negra. O elemento “negro”, “afro”, como produto da diáspora, é o seu eixo interpretativo-identitário. As teologias e as liturgias negras, sendo elas candomblecistas, umbandistas ou afro-cristãs, quando construídas com objetivos libertários, chegam a cumprir uma função emancipatória, como outros campos da vida social. É o que a história do Candomblé, do cristianismo afro-cristão tanto popular (congadas, moçambique, etc), e institucional, como as irmandades negras e a Pastoral Afro-Brasileira têm feito: recompor as identidades étnicas e sociais. O pluralismo, olhando-se pela ótica demográfica dessas religiosidades, não nos autoriza afirmar que essa redenção identitária se limita somente aos negros; pelo contrário, há brancos, também, que se alimentam dos bens religiosos afro-brasileiros e, por eles são salvos, atestando, assim, a tese do hibridismo desse campo (SOARES, 2003; MALOMALO, 2005).

4. Considerações finais

Acabamos de mostrar que a cultura é um conceito mais amplo do que a identidade. O primeiro serve de suporte simbólico para a construção de subjetividades históricas, portanto, de identidades sociais. Vimos que a identidade nacional brasileira é plural, com isso rejeitamos

a tese da cultura mestiça dos defensores do paradigma da democracia racial. A identidade cultural negra é uma das identidades particulares brasileiras. A sua construção histórica nos autoriza a qualificá-la de identidade de resistência-projeto. Para definirmos essa identidade apoiamos-nos nas teorias culturais. Com estas analisamos alguns elementos que compõem a identidade étnica negra, tais como raça, língua e linguagem, movimentos sociais negros, história, tempo, espaço, território, religião. A análise desses elementos mostrou que a identidade negra é aberta, híbrida e fluida. É crítica em relação ao absolutismo racial e étnico. Nesta pesquisa, são considerados negros, os pretos e os pardos, autodeclarados; porém, a abertura da cultura negra faz com que os não-negros se tornem seus agentes, produtores e consumidores, clientes. No campo religioso, eles podem tornar-se sacerdotes e clientes, ao mesmo tempo. O que não significa que logo terão “direito” a identificar-se como “negros” sem a censura da sociedade. Partindo dessas ambiguidades, é que a política da identidade, no Brasil, contamina ainda mais, o debate sobre as políticas de ações afirmativas.

CAPÍTULO III: RACISMO, DESIGUALDADE E SUBDESENVOLVIMENTO

Introdução

Discutir o tema de racismo, desigualdade e subdesenvolvimento não é tarefa fácil. Cada um desses conceitos está encourado por uma teoria que o sustenta. O nosso objetivo, nesse capítulo, não é analisar cada uma dessas teorias. Ele é bem modesto. Pretende-se analisar, somente, os conceitos básicos que elas trazem, tais como racismo, preconceito, discriminação racial, subdesenvolvimento, exclusão social, desigualdades sociais e desigualdades raciais.

Ao fazer isso estaremos consolidando a construção do nosso quadro referencial, ou seja, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural que viemos abordando desde as seções anteriores.

A estratégia metodológica montada, baseia-se na combinação de uma literatura básica, retirada do contexto internacional e nacional, e de abordagens diferentes. Persegue-se com isso, o princípio da epistemologia da complexidade. Tal propósito não é um mero modismo, como veremos, constitui-se num instrumento crítico para o campo que ora se pretende estudar e para o próprio investigado.

1. Racismo, preconceito e discriminação racial

A definição que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural propõe para “racismo” é aquela aceita pelos estudiosos, tais como Pierre-André Taguieff, Kabengele Munanga, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Carlos Moore. Como se pode ver, se o diálogo com o primeiro nos ajuda a defini-lo, partindo-se de um contexto francês, essa mesma tarefa, com os três últimos autores, nos possibilita situar a definição do racismo no contexto latino-americano e brasileiro. Em todo caso, não se pode negar que todos escrevem em conexão com o contexto internacional.

Todos concordam que há duas formas de definir o racismo: uma é a forma extensa ou ampla e, a outra, estrita. Na forma extensa de se entender o racismo, podemos identificar três tendências. A primeira é a opinião do senso comum que confunde o racismo com qualquer comportamento reprovável socialmente; por exemplo, um insulto. As duas outras opiniões

são oriundas do senso douto. A primeira aceita a existência do racismo, contudo, a relaciona com qualquer tipo de dominação. São, geralmente, autores marxistas, ou não marxistas, que encontram dificuldades em estabelecer uma distinção entre a categoria classe e raça ou, etnia. Assim, Bourdieu (2001) entende que a dominação masculina, ou sexismo, a homofobia, a dominação linguística, o imperialismo, o colonialismo são todas formas de manifestação de racismo. No contexto do senso douto, existe outra proposta teórica bem diferente dessa que acabamos de mencionar; ela nega a existência da “raça” do ponto de vista biológico, o que a leva a concluir que, também, pela inexistência do racismo.

Os autores mencionados acima trabalham o racismo no sentido estrito. Nesse plano, geralmente, a precisão do uso e do sentido estrito do racismo devem levar em conta a sua situação histórico-cultural. Para Munanga, a emergência do racismo está relacionada com a história da cultura e da civilização ocidental, que ele situa a partir do século XVIII e o início do século XIX.

Visto como ideologia, o racismo não é um fenômeno universal, pois tem uma história conhecida e situada na civilização ocidental. Esta ideologia utiliza, necessariamente, argumentos emprestados a uma biologia falsificada. É preciso distinguir a ideologia racista intelectual estruturada, do racismo corrente e ordinário, dos simples utilizadores que podem ignorar a biologia, da mesma maneira que qualquer um pode falar corretamente uma língua, embora ignore a gramática. Não é preciso estudar e conhecer a biologia para ser racista. (MUNANGA, 1998, p. 46).

Carlos Moore (2007, p. 10-11), numa obra recente, defende que a datação do racismo a partir do Século XVI, e a ideia de que ele teve um único berço e seu período de gestação, não parecem consistentes com a realidade histórica. Assim, ele situa a sua compreensão nas relações históricas entre os negros-africanos, com os não negros-africanos, europeus e árabes. Já a ideia de que nega a existência da raça é tida, por ele, de absurda, “ao qual se pode chegar através de uma postura ahistórica”. Qual é a saída proposta por ele? “Assim, é preciso executar uma espécie de reorientação epistemológica, a qual nos levaria a examinar a problemática do racismo muito além do horizonte estreito dos últimos 500 anos de hegemonia europeia sobre o mundo” (MOORE, 2007, p. 11). Nada custa lembrar que a reorientação epistemológica dos anti-racistas é uma luta política.

Na luta anti-racista, no contexto franco-europeu, Taguieff (1991, p. 15) tem chamado a atenção em relação às mudanças históricas que têm acompanhado as práticas racistas: a ruptura que houve nas representações e argumentos racistas estruturados, que é o deslocamento da desigualdade biológica para a absolutização das diferenças culturais, em

outras palavras, a passagem do racismo biológico para o racismo cultural no contexto europeu.

Taguieff (1991), no seu livro *Face au racisme*, distingue três sentidos do racismo: racismo-ideologia, racismo-preconceito e racismo-comportamento. Autores, tais como Munanga (1998), Guimarães (2004 [1998]) e Jacques D'Adesky (2001), no Brasil, têm se servido dessa classificação.

Numa perspectiva histórica mais ampla, Carlos Moore traz essas precisões em relação ao racismo:

Com efeito, desde seu início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e cultural pautado na biologia. O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão; é ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social. É o fenótipo que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações raciais. (MOORE, 2007, p. 11).

Na perspectiva de Moore, todo indica que não se deve falar do racismo como construção ideológica, senão, deve ser tratado como construção histórica:

Todos fomos socializados na noção, bem familiar, de que o racismo fora uma construção ideológica, ou seja, uma elaboração intelectual com fins políticos e econômicos e, conseqüentemente, permeável à lógica (educação, demonstração científica, pregação ético-moral). No entanto, as fortes evidências históricas apontam para o sentido de que o racismo teria se constituído historicamente, e não ideologicamente. (MOORE, 2007, p. 2009).

Portanto, o autor está fundamentando, seus argumentos, num materialismo histórico crítico que não se confunde com o materialismo histórico do marxismo ortodoxo que nega a questão racial e de gênero contra a filosofia intelectualista. Autores como Bourdieu (2001), Taylor (1995), Jessé Sousa (2001) assumem essa abordagem crítica.

Assim, estabelecendo uma diferença entre racismo e preconceito, Moore leciona:

O racismo não é, em si, um preconceito, mas ele gera os piores e mais violentos preconceitos, dentre eles, a idéia da inferioridade e superioridade entre os seres humanos, noção que legitima a hierarquização da humanidade segundo as características fenotípicas. É essa fenotipização das diferenças culturais entre seres humanos que conduz originariamente à nascença do fenômeno do racismo como forma de consciência historicamente construída e determinada. (MOORE, 2007, p. 209).

Da mesma forma, falando do racismo como doutrina, Guimarães (2004, p. 17) pondera:

[...] Racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, quer prega a existência de raças humanas, com

diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais.

O autor reconhece que existem duas outras posições entre os que aceitam esta acepção de racismo *qua* doutrina. Por um lado, há os que defendem que a simples crença em raças humanas já constitui racismo; e, de outro lado, há aqueles para quem tal crença é tida, apenas, como “racialismo”, isto é, Guimarães, citando Kwame Antony Appiah, a doutrina segundo a qual

[...] há características hereditárias, partilhadas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-la num pequeno número de raças, de tal modo que todos os membros de uma raça partilhem entre si certos traços e tendências que não são partilhados pelos membros de nenhuma outra raça. (GUIMARÃES, 2004, 27-28).

As características hereditárias apontadas são vistas como elementos formadores da “essência racial”. A crítica de Guimarães, em relação à Appiah, é essa:

Devo observar, entretanto, que Appiah parece acreditar que essa “essência racial” tem características absolutas que, para ele, coincidem com a definição norte-americana de “raça”. Para mim, ao contrário, essa “essência” é definida pela cultura, utilizando diferentes regras para traçar filiação e pertença grupal, a depender do contexto histórico, demográfico e social. (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Sendo assim, para quem discursa sobre o racialismo, prossegue Guimarães, pode-se se falar do racismo, tão somente, em relação às doutrinas que pregam a superioridade ou inferioridade das raças. Devo insistir dizendo que é, exatamente, no contexto das relações de poder estabelecidas na esfera sócio-histórico-cultural que o racismo é apreendido pela teoria do desenvolvimento econômico multicultural.

Seguindo a tipologia de Taguieff, há duas outras manifestações de racismo: preconceito e discriminação. Observando-se pela ótica do contexto brasileiro, Guimarães traz precisões sobre o “preconceito de cor ou preconceito racial”.

Além de doutrina, o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela idéia de raça e de superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual. Assim, por exemplo, as pessoas que consideram os negros feios, ou menos inteligentes, ou menos trabalhadores, ou fisicamente mais fortes são comumente referidas como racistas. Popularmente no Brasil, se diz que tais pessoas têm preconceito de cor. Tais atitudes não derivam de uma doutrina. Podem formar, e geralmente formam, um simples difuso de predisposições, de crenças e de expectativas de ação que estão formalizadas ou expressas logicamente. (GUIMARÃES, 2004, p. 17).

Para esse sociólogo brasileiro, preconceito racial tem a ver com as atitudes, quais propósitos e disposições interiores. Mesmo que, como atitudes, podem se espelhar em

comportamentos é possível o autocontrole e as normas de conduta para impedir sua manifestação pública.

A “discriminação”, na opinião de Guimarães, já diz respeito aos comportamentos e ações: “Por isso, diz-se que a discriminação racial consiste no tratamento diferencial de pessoa baseado na idéia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdade raciais” (GUIMARÃES, 2004, p. 18).

2. Subdesenvolvimento, exclusão social e desigualdade

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende que o racismo, o preconceito, a discriminação, são responsáveis pela situação de desigualdades sociorraciais. Tal situação é entendida como situação do “subdesenvolvimento” da população negra.

No seu texto, “A problemática do subdesenvolvimento”, Charles Bettelheim (1973), criticando a visão “etapista” ou “gradualista” do pensamento dominante sobre o desenvolvimento e o seu uso ideológico, sugere outra abordagem fundamentada na visão compartilhada pelos pensadores do CEPAL dos anos setenta: “De um ponto de vista científico, é necessário, a meu ver, substituir a expressão ‘países subdesenvolvidos’ pela expressão mais exata de “países explorados, dominados e de economia deformada” (BETTELHEIM, 1973, p. 52). As teorias do subdesenvolvimento (FLORESTAN, 1968; FURTADO, 1992), da dependência (CARDOSO; FALLETTO, 1970), do colonialismo e outras, cada uma de sua maneira, compartilham essa posição. A nossa crítica é que ficaram, no seu tempo, presos na análise macroeconômica, esquecendo-se das populações, coletividades, que são os agentes principais do desenvolvimento. Daí a crítica de que a maioria dessas teorias era de tendência economicista. O CEPAL, por exemplo, no seu auge, não tratava as questões raciais e de gênero como assuntos prioritários. Foi preciso esperar a emergência das teorias do desenvolvimento alternativo surgir, nos anos de 1980-1990, para que as coletividades com seus problemas de raças, gêneros, gerações, meio ambiente, entrassem na agenda das teorias do desenvolvimento. Amartya Sen é um desses teóricos que revolucionaram os estudos do desenvolvimento.

Até aqui já estamos calibrados para sugerir a nossa definição do subdesenvolvimento. Se o desenvolvimento é tido, por Amartya Sen, como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam, entendemos o “subdesenvolvimento” como o processo de sua ausência, sua negação; processo de privação de liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos (SEN, 2000, p. 18).

Sen não usa o termo subdesenvolvimento que faz parte das teorias de tendências marxistas, mas lança mão aos termos de pobreza e desigualdades. Todavia, não há dúvida de que a teoria do desenvolvimento de Sen pertence à corrente alternativa. Ele usa a teoria econômica das desigualdades, no sentido heterodoxo, ampliando o cânone tradicional economicista. A “pobreza” é vista, por ele, como privação de capacidades, fonte de privações de liberdades. Em suas análises, o uso do termo “desigualdades”, ao lado de pobreza, é inserido com o propósito de ampliar o quadro informacional sobre o que vem a ser a privação de capacidades e liberdades substantivas. O que se pode afirmar é que a pobreza é analisada, por ele, como parte da teoria econômica sobre as desigualdades. Estas são vistas como abismos, diferenças profundas que dividem raças, sexos e classes captadas pelas análises científicas, geralmente pelas estatísticas (SEN, 2000, p. 131-134). Esta é a dialética que encontramos entre os dois conceitos.

O Réseau Québécois de Développement Économique Communautaire (RDÉC) trabalha com o conceito de “inclusão social” para destacar o tema tratado, por nós, em termos de “pobreza” e “exclusão social”.

O conceito de “inclusão social” apareceu relativamente recentemente nos meios das ciências sociais e das políticas sociais como uma nova maneira de definir os fatores e sistemas complexos que sustentam as desvantagens e a marginalização. Este conceito está fundamentado, notadamente, sobre os conhecimentos atuais em matérias de pobreza e de exclusão social, e é complementar às teorias relativas ao capital social e aos determinantes da saúde. Todavia, o conceito da inclusão social se distingue dos outros sendo normativo que descritivo. Em outros termos, o princípio de inclusão social é baseada sobre uma estratégia de mudança e sobre perspectivas concretas em relação ao melhoramento das condições de vida dos cidadãos. Não se trata somente de uma maneira de compreender o problema em particular. Nesse sentido, o conceito é semelhante aquele de desenvolvimento econômico comunitário. (RDÉC, 2004, p. 7-8; tradução nossa)

Essa identificação do termo de inclusão social com o desenvolvimento econômico comunitário é fundamental para a nossa pesquisa; dele se inspira a teoria do desenvolvimento econômico multicultural. O que mais importa, para o RDÉC, é que as estratégias de inclusão social emergem da análise do conceito de inclusão social, que em si é uma extensão da noção de pobreza. “É, portanto, importante examinar com atenção essas duas noções fluidas que são a pobreza e a exclusão, de onde o conceito de inclusão social tira a sua fonte” (RDÉC, 2004, p. 8; tradução nossa).

O quê o RDÉC entende por pobreza e exclusão social? Começo pelo primeiro conceito. Situamo-nos, primeiro, sobre o uso do termo pobreza no plano internacional e canadense. O pensamento tradicional, nesses contextos, associa a pobreza à falta de recursos financeiros. Esse pensamento distingue a pobreza “absoluta” da pobreza “relativa”. O primeiro tipo, citando Bourgignon, se refere à ausência de um nível de renda suficiente para a obtenção de bens necessários para sobrevivência. A teoria da pobreza relativa leva em conta as desigualdades globais no meio de uma sociedade. Conforme essa teoria, uma pessoa é pobre se a sua renda é inferior a uma certa porcentagem de renda média, ou mediana, de uma determinada população (RDÉC, 2004, p. 8). Cada país, ou os agentes, que analisa a pobreza se serve desses dois modelos.

O RDÉC, certamente, não compartilha essa visão reducionista da pobreza; lança mão para a concepção sociológica da pobreza, ou empobrecimento, de Gareau e Ninacs, que a descrevem como um fenômeno multidimensional e dinâmico. “Essa concepção da pobreza como sendo um processo leva a examinar o impacto dessa e os fatores ligados a ela, da mesma forma que as possíveis intervenções” (RDÉC, 2004, p. 9; tradução nossa).

O RDÉC, baseando-se em Kunz, observa que a concepção sociológica, que considera a pobreza como um processo multidimensional e complexo, levou muitos pesquisadores a examinar, conjuntamente, a pobreza com a exclusão social. Em contato com a literatura de Fréchet e Lanctôt, o RDÉC ressalta que as últimas publicações têm estabelecido a distinção entre a pobre e a exclusão social; definem a pobreza como um dos múltiplos fatores da vulnerabilidade social, sujeitos a acrescentar os riscos de exclusão (RDÉC, 2004).

Para o RDÉC, a compreensão da pobreza avançou graças aos trabalhos de Amartya Sen, Townsend, Kunz. É destes que elabora a sua definição de “pobreza”. Como o conceito de inclusão, para ele, identifica-se com o do desenvolvimento econômico comunitário, o RDÉC finaliza a sua análise do conceito pobreza recorrendo ao índice de pobreza humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (que faz parte do Relatório sobre Desenvolvimento Humano que Sen tanto ajudou na elaboração). Para o RDÉC (2004), o PNUD ampliou a noção de pobreza, estabelecendo um laço com a exclusão social. Como se verá, o Glossário da Pobreza e do Desenvolvimento traz duas precisões. A primeira diz respeito à definição da “pobreza humana” vista como:

[n]egação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade. A pobreza humana é: multidimensional, ao invés de unidimensional; centrada nas pessoas,

privilegiando a qualidade da vida humana, e não as posses materiais¹⁹.

A segunda precisão é sobre o índice de pobreza humana:

O índice de pobreza humana (IPH) mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH. As variáveis utilizadas para indicar essas dimensões são: o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos; o percentual de adultos analfabetos; e o estabelecimento de condições econômicas essenciais para um padrão de vida adequado, medidas pelo percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e pelo percentual de crianças menores de 5 anos com insuficiência de peso²⁰.

O RDH do PNUD, Brasil de 2005, tendo por tema *Racismo, pobreza e violência*, contando com a presença massiva de ativistas e intelectuais do movimento negro, reinterpretando o conceito da pobreza, a partir da realidade histórica brasileira, traz três elementos importantes.

O primeiro elemento foi encontrado no Glossário do Relatório. É o entendimento desse coletivo, ou melhor, desse “intelectual coletivo”, no sentido bourdieusiano, sobre a pobreza política e suas relações com o Relatório de PNUD de 1997.

Pobreza política: É a pobreza vista em sua complexidade não-linear. Tal conceito compreende que a realidade social não se restringe à sua face mensurável. Ela inclui outras dimensões metodologicamente mais difíceis de reconstruir, mas nem por isso menos relevantes para a vida das sociedades e pessoas. A pobreza inclui, não apenas a esfera do “não ter”, mas, principalmente, a do “não ser”; não ser, por exemplo, capaz de construir as próprias oportunidades. Desde o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1997 o PNUD usa o conceito de pobreza humana para indicar que, ao lado da pobreza material, existem outras dimensões importantes. O contrário de pobreza política é “qualidade política”, designando em especial a dinâmica da cidadania individual e, sobretudo, coletiva. (PNDUD, 2005, p. 147).

Como se vê o referido intelectual coletivo contrapõe à visão economicista da pobreza com uma visão mais ampla, que leva em conta a dimensão subjetiva cultural: a pobreza não é apenas a esfera do “não ter”, mas, principalmente, a do “não ser”. Trata-se, para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural, da questão da afirmação ou negação de identidades debatida no capítulo anterior. Além disso, a pobreza política é indicador da negação da cidadania.

Os dois últimos elementos estão presentes em “A dimensão política da pobreza” que forma o segundo capítulo do Relatório PNUD Brasil de 2005. O segundo elemento, para nós, fundamenta-se numa abordagem sociológica crítica da pobreza.

¹⁹ PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 1997. Glossário da pobreza e do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acessado em 15 jun 2008.

²⁰ IBIDEM.

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que não se restringe aos aspectos socioeconômicos com os quais é com frequência identificada. Em geral, os pobres são vistos como uma categoria privada de bens econômicos e sociais facilmente mensuráveis. Por essa razão, as medidas voltadas ao enfrentamento da situação não ultrapassam o campo dos programas e das políticas sociais, quase sempre traçados sem a participação dos maiores interessados. Poucos estudiosos enfocam a dimensão política da pobreza abordando os processos históricos de destituição de poder da população submetida a essa condição, assim como a falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do Estado, entidade eleita como fundamental nessa análise. É nesse âmbito que residem os aspectos primordiais para entender tanto a pobreza socioeconômica dos brasileiros de origem africana quanto à persistência dessa situação no tempo. (PNUD, 2005, p. 44).

A abordagem sociológica, embutida nesse texto, tem muito a ver com a abordagem histórico-estrutural que incide sobre as relações de poder e que, ao longo da história, têm levado as populações mais vulneráveis a se encontrarem na situação de pobreza e, muitas vezes, a serem excluídas de programas políticos que definem seu destino como povo. No nosso pensamento, estamos fazendo uso das abordagens metodológicas e conceituais de autores brasileiros como Ianni no *Pensamento social Brasileiro* (2004), Hasenbalg na *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2005), Marcelo Paixão no *Manifesto anti-racista* e no seu artigo “Querelas do Brasil: contextos, contendas e conteúdos dos dez anos de Observatório da Cidadania” (2007).

O terceiro elemento relaciona a questão da pobreza política com a de desigualdades enfrentadas pelos negros brasileiros.

A carência material é uma dimensão crucial, que não pode ser relegada a plano secundário. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe a esse campo. Cada vez mais se aceita que a pobreza tem, subjacente, o problema da desigualdade social. No caso brasileiro, acrescenta-se a desigualdade racial. O centro da questão estaria no confronto entre minorias que comandam e majorias que sustentam os privilégios daquelas. Em sociedade, não se disputam apenas bens materiais escassos. Carência material, em si, não implica necessariamente desigualdade, se for a mesma para todos. A desigualdade aflora entre agentes históricos que disputam poder e dimensões correlatas, como prestígio, oportunidades, vantagens, liderança. (PNUD, 2005, p. 44).

Aqui, também, o foco está nas populações, nos agentes sociais. O intelectual coletivo do Relatório PNUD, Brasil de 2005 têm nas mãos, os instrumentos da sociologia do *status* e das relações raciais, na sua análise das relações entre pobreza política e desigualdades raciais. Além disso, a citação acima corrobora as denúncias feitas pela velha guarda dos ativistas e intelectuais negros. Estamos pensando na sociologia de Ramos (1995) e do Sen, como coletivo. Não vamos esquecer de que esse grupo reivindicava a sua afiliação teórica do

africano Chico Rei e dos abolicionistas. Mas, antes desses, não nos esqueçamos que houve a presença de Zumbi e dos quilombos. Eles sabiam que o povo negro era a maioria oprimida, e isso era motivo suficiente para lutar pela liberdade.

Voltemos ao RDÉC. Para esse grupo de intelectuais canadenses, vai ser o conceito de “exclusão social” a ampliar o entendimento da dimensão pobreza, ou usando a expressão de PNUD, da “política da pobreza”. O RDÉC percebe que, baseado em Gaultier, se a exclusão social é considerada como sinônimo da palavra “pobreza”, é, hoje, objeto de várias análises relacionais de forças de exclusão nas estruturas sociais e de poder (RDÉC, 2004, p. 10). A partir das conclusões de estudos feitos por de Gareau e Ninacs, o RDÉC entende que a exclusão social é, ao mesmo tempo, um “estado” e um “processo”; explicando melhor, trata-se de um fato social que pode ser apanhado pela análise matemático-estatística, mas, só isso não basta. Portanto, é preciso, também, analisar o processo histórico. As análises sincrônicas e diacrônicas se complementam aqui.

Do diálogo que o RDÉC estabelece com vários especialistas no assunto de exclusão social, o que podemos guardar é essa ideia: a exclusão social é um fenômeno social complexo, não tem só uma característica individual, mas é o resultado de mudanças sociais e de políticas governamentais; afeta pessoas e grupos de pessoas, coletividades.

Por consequência, tomado no sentido largo, o conceito pode levar a uma discussão sobre desigualdades de poder e sobre os processos que levam à marginalização de indivíduos e de coletividades. Conforme Saloojee (2001: 2), o “conceito de exclusão social é altamente convincente porque se aproxima de o da opressão e permite aos grupos marginalizados e vitimizados de tomar a palavra e de expressar de sua maneira de conceber as forças mobilizadoras da nossa sociedade”. (RDÉC, 2004, p. 11, tradução nossa)

Para o RDÉC, a exclusão social tem, frequentemente, origens históricas que são produzidas pelas estruturas tradicionais, ou às novas nas sociedades contemporâneas. Baseando-se no estudo de Salooje, cita essa gama de fontes de exclusão:

Fontes estruturais/econômicas (condições econômicas injustas, fracos salários, mercado de trabalho ambivalente e segregado, etc);
 Opressão histórica (colonialismo);
 Discriminação;
 Ausência de reconhecimento jurídico/político;
 Recusa de aceitar as estruturas institucionais/cívicas;
 Autoexclusão. (RDÉC, 2004, p. 11; tradução nossa).

Em relação aos determinantes da exclusão social, o RDÉC recorre à classificação de Kunz que se estrutura acima de quatro categorias de “capital”.

Tabela 11: Categorias de capital de Kunz

Capital Financeiro	Capital Humano	Capital Social	Capital Físico
Recebimentos	Educação	Famílias e amigos	Moradia
Riqueza	Competências	Vida comunitária	Infra-estruturas
Divisão de rendas	Títulos de competências	Poder político	Localização geográfica

Fonte: RDÉC, 2004, p. 12

“A quantidade de capital que uma pessoa possui determina em que medida ela é apta em participar na sociedade” (RDÉC, 2004, 11; tradução nossa). Esse modelo de indicadores nos interessa porque condiz com os de PNUD e de Bourdieu que sustentam a teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Ademais, tais modelos são importantes porque auxiliam a realização de políticas públicas voltadas para grupos excluídos da sociedade. Só que tais modelos não devem ser tomados como “dogmas” metodológicos e conceituais. É preciso criticá-los, interpretá-los, a partir de uma abordagem inter e multidisciplinar, e contextualizá-los a partir da realidade histórica de cada população. Como tem mostrado a teoria de “Petites sociétés et minorités nationales” (BOUCHER; THÉRIAULT, 2005) e quase todas ligadas ao desenvolvimento alternativo (FAVREAU, 2006), muitas vezes, a precariedade tem-se constituído em fonte de mobilização e criatividade da parte dos grupos excluídos.

As abordagens ampliadas e críticas do subdesenvolvimento, da pobreza e das desigualdade, da exclusão e inclusão social possibilitam-nos ampliar os conceitos economicistas que tivemos e temos no mundo, na América Latina e no Brasil, em relação ao temas de desenvolvimento-subdesenvolvimento e desigualdades sociais. Com Fernandes (1968), com Cardoso e Faletto (1970), entendemos que a situação de subdesenvolvimento da população negra corresponde-se com a sua situação de não integração socioeconômica e sociocultural, com a situação de dependência, isto é, retomando Sen (2000), da falta de liberdade. Para nós, o racismo, a discriminação e o preconceito racial, como elementos causadores de privações entre negros, não são interpretados como heranças “eternas” do passado escravista, mas sim fazendo parte delas e se configurando nas novas estruturas do Brasil moderno e globalizado.

3. Desigualdades sociais e desigualdades raciais

A amplitude do debate teórico e político sobre o tema de desigualdade levou-nos a colocar a análise do conceito de “desigualdades de oportunidades” e “desigualdades raciais” feita por Guimarães (2004, p. 18) nessa seção. Tanto as investigações desse autor, como as de Paixão (2007), Carlos Hasenbalg (2005), Jossé Sousa (2005) revelam a necessidade de se aproximar as teorias de classes sociais e *status* social para se entender a questão racial brasileira.

Nesse sentido, acredito que o tema de desigualdade só adquire compreensibilidade se vinculado ao tema da especificidade de nosso processo de modernização. Isso significa dizer que a determinação do peso específico da variável racial no tema maior da desigualdade social como um todo exige um quadro de referência teórico amplo, inclusivo e totalizador. (SOUSA, 2005, p. 45).

Concordamos com a proposta de ampliação teórica do autor, mas divergimos do ponto de vista da periodização das desigualdades que afetam os negros brasileiros. Para nós, suas raízes devem ser buscadas na história colonial e moderna. Trata-se de uma combinação da história do negro no Brasil, de longo alcance e de médio e curto alcance. É como se fosse combinar Florestan-Ianni-Cardoso com Moura-Hansenbalg-Paixão e outros, como Guimarães. Teórica e politicamente, nos identificamos com esses “outros”. Pois, Jessé Sousa, apesar de sua grande contribuição crítica, implicitamente, acredita que as desigualdades no Brasil são de caráter social e não racial; é um problema de classe. A variável racial, na teoria dele, ocupa um lugar secundário. Para nós, tanto o variável social e racial (raça e racismo), numa perspectiva da epistemologia conjuntiva, são primários. E, dessa forma, nos baseando em Paixão (2007) e no PNUD Brasil (2005), falaremos de desigualdades sociorraciais.

Voltemos à definição de Guimarães sobre as desigualdades raciais que, de certo modo, amplia a compreensão do racismo.

Chama-se, ainda, de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia etc.(GUIMARÃES, 2004, p. 18).

E, afirma que o “sistema de desigualdades raciais” não pode ser confundido, seja com a doutrina (racismo-ideologia), seja com o sistema de atitudes (racismo-preconceito), seja com os comportamentos individuais concretos (racismo-comportamento). Isso porque, conforme Guimarães, não depende do(s) indivíduo(s) da raça ou cor que, historicamente, usufrua(m) de menos oportunidades de vida, não necessita, para se encontrar numa posição de

inferioridade social, ser discriminado, sofrer preconceitos ou ser inferiorizada doutrinariamente. “O próprio sistema de desigualdades raciais se encarrega de reproduzir sua inferioridade social de fato, bastando para tanto ela nascesse e se socializasse em uma família típica de sua situação racial” (GUIMARÃES, 2004, p. 18-19).

Num contexto diferente, defendendo as políticas de ações afirmativas a favor de negros, pode-se apreender a proposta teórica das desigualdades raciais de Guimarães:

As premissas dos argumentos em favor de ações afirmativas, e, em relação aos negros, são, para ser acariano: (i) as desigualdades sociais no Brasil têm um fundamento racial, ou seja, a cor explica parte importante da variação encontrada nos níveis de renda, educação, saúde, habitação, etc. dos brasileiros; (ii) a relação entre cor e esses níveis não pode ser explicada pela biologia (pela inferioridade racial, por exemplo), mas por causas históricas e sociais; (iii) esta constelação de condições históricas e sociais não pode ser revertida apenas pelas leis do mercado e por políticas de cunho universalista. (1999, p. 185).

Além disso, é preciso repetir, já, o que foi mencionado, diferente de Jessé Sousa, que situa, historicamente, a causa da naturalização do racismo (a causa) e, das desigualdades raciais (resultado), no período da modernização do Brasil, ou seja, nos anos de 1930. Com Fernandes (1965; 1978), Ianni (1988, 2004), Cardoso (1962), entendemos que é preciso situá-las a partir do escravismo racial do tempo colonial. Todavia, sem ficarmos presos na tese do legado do escravismo, com Hasenbalg (2005), entendemos que, no contexto do capitalismo moderno, o racismo, à brasileira, tomou novas configurações, mas suas consequências continuam sendo as mesmas: negação da cidadania à maioria dos afro-brasileiros (PAIXÃO, 2007).

Colocando de lado a sua concepção equivocada pela visão dominante da mestiçagem, da cultura brasileira, Bernardo Sorj (2000, p. 21-24), resume bem os elementos definidores das desigualdades brasileiras: (I) o acesso diferenciado a bens de consumo coletivo é um elemento central na composição da desigualdade social no Brasil (p. 21); (II) a desigualdade social tem um forte componente espacial; (III) a desigualdade social no Brasil tem um forte componente racial e de gênero e (IV) o eixo central de estratificação social é o acesso desigual aos bens de consumo coletivo administrado pelo Estado. A nossa crítica se localiza nesse último ponto: a estratificação social se expressa no acesso desigual de negros e brancos em relação aos bens de consumo e serviço produzidos, não só pelo Estado, mas também, pelo mercado e pela sociedade civil.

4. Considerações finais

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende que: o racismo, o preconceito de cor, a discriminação racial são, sem negligenciar outros elementos não raciais, o que os oponentes identificam como “causas sociais” ou “econômicas”, responsáveis pela situação que as teorias do desenvolvimento chamam de subdesenvolvimento, de desigualdade, de pobreza, de exclusão social dos afro-brasileiros.

Para chegarmos a essa conclusão, a estratégia adotada foi de evitar as falsas dicotomias teóricas para estabelecer um diálogo construtivo. O nosso ponto de vista, sociológico, é que o “subdesenvolvimento” da população negra brasileira, no momento atual, traduz a situação de dominação histórica ao qual esse povo está sujeito há séculos.

Com toda modéstia, diríamos que as definições propostas dos conceitos analisados, nos permitirão entender melhor o processo de “subdesenvolvimento” e de desigualdade da população negra brasileira, e os esforços que essa vem fazendo através de sua mobilização intelectual e política para mudar esse quadro dos eternos “condenados da terra”. Esse duplo aspecto será abordado em outros capítulos desse trabalho.

CAPÍTULO IV: ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

Introdução

As ciências sociais desenvolvidas pelos clássicos operavam a partir da transdisciplinaridade como princípio metodológico e buscavam analisar a realidade social ou antropológica na sua totalidade. O fenômeno da especialização, marca da meada do século XX, tem sido encarado como uma fragmentação da ciência moderna. É nesse contexto que se explicam os esforços da integração das ciências, ou seja, uma aventura pela abordagem da complexidade que opta pela multi e transdisciplinariedade como princípio metodológico (MORIN, 1999a; 1999b).

A nova sociologia econômica tem incorporado essa preocupação. É assim que investiga o seu objeto, a economia, na sua totalidade, como um fato social, buscando revelar suas relações com outros fatores, ou até, as ações de outros atores sociais, tidas, geralmente, pelas abordagens mais ortodoxas como não econômicas. É nessa perspectiva que estuda a sociedade a partir da trilogia: Estado - Mercado - Sociedade Civil. Na mesma perspectiva, Antony Giddens, entende que para interpretar a modernidade, é preciso levar em conta quatro de suas dimensões institucionais básicas e suas inter-relações, são elas: Capitalismo / Vigilância / Poder militar / Industrialismo.

Começando da esquerda do círculo, o capitalismo envolve a insulação do econômico em relação ao político contra a tela de fundo do trabalho e mercado de produtos competitivos. A vigilância, por sua vez, é fundamental a todos os tipos de organização associados à ascensão da modernidade, em particular o estado-nação, que entrelaça historicamente com o capitalismo em seu desenvolvimento mútuo. Da mesma forma, há vínculos substantivos íntimos entre as operações de vigilância dos estados-nação e a natureza alterada do poder militar no período moderno. [...].

Avançando em torno do círculo, há relações diretas entre poder militar e industrialismo, uma expressão importante disto é a industrialização da guerra [...]. (GIDDENS, 1991 p. 64-65).

Na mesma perspectiva, tendo em conta as transformações da modernidade, Giddens sugere o esquema analítico das dimensões da globalização - esta vista como ampliação da modernidade -, ressaltando as suas quatro dimensões sistêmicas: Economia capitalista / Sistema de estados-nação / Ordem militar / dimensão internacional do trabalho. (GIDDENS, 1991 p. 64-65). Além disso, reconhece a importância dos movimentos sociais como atores que

forneem pautas para potenciais transformações futuras da modernidade globalizada. (GIDDENS, 1991 p. 158).

O desenvolvimento econômico multicultural compartilha e assume, criticamente, os pressupostos teóricos tanto da nova sociologia econômica, como da sociologia da modernização ou da globalização. Parte das análises clássicas de Marx Weber e Karl Marx, mas as complementa com outras abordagens que apresentaremos a seguir.

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende que, para compreender a relação do Estado com a diáspora negra, é preciso situá-la no contexto da história da modernidade (GILROY, 2001). No contexto do Atlântico negro brasileiro, a busca de tal relacionamento deve ser feita levando-se em conta a história política brasileira nas suas três fases: colonial, monárquica e republicana (IANNI, 2005, p. 41-65).

O objetivo desse capítulo será mostrar as relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil, tidos como agentes do desenvolvimento econômico multicultural.

1. Estado, governo e política

Marx Weber e Karl Marx são os dois teóricos que têm influenciado as teorias sobre o Estado. Começamos pelo primeiro. Em “A política como vocação”, Weber (2004c) pergunta-se o seguinte: como definir sociologicamente o Estado? A resposta encontrada por esse autor foi: o Estado não se deixa definir sociologicamente por seus fins. Ele se deixa definir ‘a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, da forma como é, peculiar a todo outro agrupamento político, a saber, o uso da coação física. Fiel à sua metodologia sociológica, que se caracteriza pelo rigor da análise conceitual, combinando interpretação e comparação dos registros textuais e históricos, Weber (2004b, p. 529), em “Economia e sociedade”, define o Estado da seguinte maneira:

Para nossa consideração, cabe, portanto, constatar o puramente conceitual: que o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de um determinado território pretendeu, com êxito, monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e, reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunha, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos.

É esse Estado moderno que interessa à teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Ele é, para Weber, o agente principal da gestão política. Isso se ilustra na resposta que ele mesmo dá a essa pergunta: “Que entendemos por política?” Em “A política como vocação”, escreve: “Por política entendemos, tão somente, a direção do agrupamento

político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que exerce nesse sentido” (Weber, 2004c, p. 59). Portanto o Estado é um agente importante para se entender a política de uma determinada sociedade no contexto da modernidade.

O texto de Weber mencionado acima fala do Estado moderno, conhecido, também, como Estado-nação ou Estado nacional. Este autor projeta a sua opinião à sociologia, em termos de uma teoria social da compreensão da ação social. Por isso, é vista como a sociologia compreensiva ou a sociologia da ação. Sem negligenciar os aspectos históricos e culturais em suas análises, Weber define o seu método como “típico-ideal”, ou seja, para ele, a “Sociologia constrói [...] conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos. Nisso contrapõe-se à História, que busca a análise e imputação causal de ações, formações e personalidades individuais culturalmente importantes” (WEBER, 2004a, p. 12).

A ressalva dessas dimensões é essencial pelo fato de se estabelecer em vigilância epistemológica. Ajuda-nos a analisar a teoria weberiana, sem preconceito ou estabelecimento de rótulos, que impede um proveito de seus aportes teóricos. É o que autores, como Giddens, vêm fazendo. Com ele, o primeiro elemento que se possa extrair dessa definição de Weber é a dimensão institucional do Estado moderno. Ela nos ajuda a apreciar outras definições sobre o governo, a política e o poder trazidas por Giddens:

Assim como outros tantos aspectos das sociedades contemporâneas, o domínio do governo e da política também vem passando por grandes mudanças. O governo refere-se à representação regular de políticas, decisões e assuntos de Estado por parte dos servidores que compõem um mecanismo político. A política diz respeito aos meios pelos quais o poder é utilizado para influenciar o alcance e o conteúdo das atividades governamentais. A esfera política pode ultrapassar em muito os limites do campo das próprias instituições do Estado. (GIDDENS, 2005, p. 342-343; grifos do autor).

Voltando a Weber (2004c, p. 61), a política é vista como um jogo de poder em direção a uma finalidade. Os agentes da política em seu trabalho visam o poder: “Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considera como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseja o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere”. Weber entende que, como todos os agrupamentos políticos, o Estado é um agrupamento estruturado nas relações de dominação do homem pelo homem com base no instrumento da violência legítima. Em outros termos, pode-se dizer que o Estado existe como campo de poder porque há, nele, dominantes e dominados: “Por conseguinte, o Estado pode existir somente sob a condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”. (WEBER, 2004c, p. 61).

Como é que Weber explica a questão da legitimidade da dominação ou do poder? É através dos três tipos-ideias de poder: o poder tradicional, carismático e legal. Tratando-se do Estado moderno, portanto, nos interessa o último tipo de poder. Weber o define da forma seguinte:

Em suma, existe a autoridade que se impõe pela “legalidade”, pela crença na validade de um estatuto legal e de uma “competência” positiva, estruturada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outras palavras, a autoridade fincada na obediência, que reconhece obrigações concernentes ao estatuto estabelecido. Assim é o poder, tal qual o exerce o “servidor do Estado” atualmente e como o exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam sob este aspecto. (WEBER, 2004c, p. 61)

Portanto, na perspectiva de Weber, o Estado moderno fundamenta a sua autoridade numa base jurídico-racional. É através das leis que ele exerce a sua dominação. Como veremos, no caso brasileiro, a dominação dos negros durante quatro séculos se deu via “direito tradicional”, fundamentado na legitimidade religiosa e imperial e, mais tarde, no direito moderno; e a luta, através da sua libertação e emancipação tem se baseado, e baseia-se, ainda, no direito moderno burguês. Basta olhar pela luta do movimento abolicionista do século XIX como a do movimento negro contemporâneo que justifica a legitimidade da política de ações afirmativas a partir da Constituição Federal de 1988 (SILVA JUNIOR, 2002; GOMES, 2003).

1.1. Racionalidade estatal e capitalista

O conceito “racionalidade” é uma das mais polêmicas na sociologia de Weber. Conforme seus críticos, além da visão eurocêntrica que carrega, é visto também como um conceito ideológico para o ocultamento da dominação social exercida pelas classes dominantes sobre as dominadas (MÉSZÁROS, 2004). Concordamos, somente, com a primeira crítica. A segunda, que é uma crítica marxista até um certo ponto não se justifica. O eurocentrismo de Weber aparece em frases como esta: “O Estado, no sentido racional, somente se deu no Ocidente” (WEBER, 2004b, p. 517). Ele afirma a mesma coisa em relação ao capitalismo ocidental, apesar de não compartilhar a visão biologizante das teorias racistas e raciológicas da sua época; não escapa em apontar a superioridade do Ocidente em relação às outras regiões. Tudo se passa como se a “Razão” fosse o monopólio da civilização ocidental, e que outras regiões estariam no estágio da “tradição”, que as teorias da modernização interpretariam como o “estágio do atraso” (COSTA, 1997).

Não compartilhamos a crítica marxista que acusa Weber de omitir o aspecto da dominação da classe dominante. Em muitos lugares, ele reconhece esse aspecto. Por exemplo,

ao tratar do Estado racional estipula esse título: “O Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima”, e explicita:

“Todo Estado fundamenta-se na coação, disse em seu tempo Trotski, em Brest-Lotovsk”. Isto é de fato correto. Se não existissem apenas complexos sociais que desconhecem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de “Estado”; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de “anarquia”, nesse sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou único do Estado – não se cogita isso -, mas é seu meio específico. (WEBER, 2004b, p. 517).

É verdade que Weber optou por uma teoria social que valoriza os tipos-ideias, e Karl Marx pelo materialismo histórico. Mas isso não significa, necessariamente, que o primeiro não tinha consciência da luta de classe.

A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada Estado particular tinha de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso. Da aliança forçada entre o Estado nacional e o capital nasceu a classe burguesa nacional – a burguesia no sentido moderno da palavra. É, portanto, o Estado nacional fechado que garante ao capitalismo as possibilidades de um império e, enquanto não cede lugar a um império universal, subsistirá também o capitalismo. (WEBER, 2004b, p. 517).

Aliás, é nesse ponto que as análises de Weber e Marx equiparam: a existência de relações recíprocas entre o Estado moderno e o capitalismo na modernidade ocidental, onde os interesses das elites burguesas, intelectuais, políticos e capitalistas coincidem a partir das alianças estabelecidas entre os agentes de cada Estado nacional e do capitalismo ocidentais, as classes burguesas. Em outros termos, há uma aliança entre o poder político e econômico, desde a gênese do Estado e do capitalismo ocidentais: “A situação é diferente no Estado racional, o único em que pode florescer o capitalismo moderno. Este descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional” (WEBER, 2004b, p. 518).

Além das alianças estabelecidas entre as duas instituições de poder, o Estado e o capitalismo ocidental, há também a terceira, que se junta àquelas: a instituição do direito racional do Estado ocidental moderno, formalista e previsível, manipulado pelo funcionalismo especializado (WEBER, 2004b, p. 519). A criação de um direito deste tipo conseguido, ao aliar-se o Estado moderno aos juristas, para impor suas pretensões de poder que, no contexto da colonização da África, começou no Século XV. Para funcionar, esse direito contou com os funcionários formados na base deste mesmo direito, os técnicos administrativos (WEBER, 2004b, p. 520). Portanto, as universidades, as escolas, como instituições da produção do saber, da cultura, do capital cultural (BOURDIEU, 1977), se aliaram ao poder do Estado e do capitalismo desde esse período histórico. E, Weber conclui: “Do ponto de vista da história

econômica, este fato tornou-se importante porque a aliança entre o Estado e a jurisprudência formal favorecia indiretamente o capitalismo” (WEBER, 2004b, p. 520).

1.2. Estado burguês e o capital como forças de dominação

Em todo caso, cabe salientar que a teoria social de Marx foi mais contundente em ressaltar a dominação do Estado burguês e dos capitalistas em relação à classe dos trabalhadores do que a de Weber, devido ao seu posicionamento ideológico diferenciado. O primeiro foi um protagonista do movimento socialista e o segundo um intelectual liberal.

As teorias posteriores a esses dois grandes mestres, Marx e Weber, ora tendem a interpretar as obras desses clássicos, ou a integrá-las. Stuart Hall (2003), um dos expoentes dos estudos culturais, em seu artigo, “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade”, recupera os elementos teóricos que esse autor retira da teoria de Marx e situa suas análises sobre o Estado, a economia e à sociedade civil no campo da cultura. Para Stuart Hall, Gramsci ampliou a visão marxista desses conceitos. Ficando, somente, no Estado, que é o que nos interessa, no momento: o Estado não é mais concebido simplesmente como um aparato coercivo, mas também como agente educativo e formador.

Portanto, argumenta ele:

[...] cada estado “é ético na medida em que uma das suas funções principais é elevar a grande massa da população a um nível (ou tipo) cultural e moral que atenda às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, daí, aos interesses da classe dominante (CP, p. 258). Observa-se como aqui Gramsci prevê novas dimensões de poder e política, novas áreas de antagonismo e luta – a ética, a cultura, a moral.” (HALL, 2003, p. 138-139).

Ou seja, para Hall:

No interior desse quadro que Gramsci elabora sua nova concepção de Estado. O Estado moderno exercita a liderança moral e educativa – ele “planeja, estimula, incita, solicita e pune”. É o local onde os blocos de forças sociais que o dominam não apenas justificam e mantêm seu domínio, mas conquistam pela liderança e autoridade o consentimento ativo daqueles sobre os quais ele governa. Assim, o Estado exerce uma função central na construção da hegemonia. Nessa leitura, ele se torna não apenas uma coisa a ser apoderada, derrubada ou “esmagada” de um único golpe, mas uma formação complexa nas sociedades modernas, que deve se tornar o foco de uma variedade de estratégias e lutas, pois é uma arena de distintas constelações. (HALL, 2003, p. 138-139).

Essa concepção é fundamental para se entender o papel do Estado moderno na defesa dos direitos constitucionais, direitos humanos, nas políticas sociais, econômicas, como nas políticas de ações afirmativas.

Para isso, precisamos esclarecer alguns pontos da nossa discussão. Primeiro, o conceito mercantilismo de Weber, nos ajuda a perceber a implicação dos Estados coloniais (séculos XV-XVIII) no desenvolvimento da economia internacional, na produção de riquezas de suas nações, especificamente, no uso dos negros africanos como meios de produção durante o período da escravidão, e o autoritarismo e repressão do Estado em relação à sociedade civil. Segundo, os Estados-nações que emergiram no século XVIII, e só mudaram suas práticas exploradoras em relação aos africanos e seus descendentes em meados do século XX.

Dito em outras palavras, de um lado, o processo de abolição da escravatura negra, em nível mundial, coincide com a ascensão do capitalismo industrial e a necessidade da colonização do continente africano. De outro lado, as lutas libertárias dos africanos e seus descendentes das Américas, especificamente nos Estados Unidos, isto é, as independências africanas e os movimentos dos direitos civis, que levariam à implementação das políticas das ações afirmativas nos Estados Unidos, se concretizam a partir dos anos de 1960-1970. Este mesmo período de 70, especificamente 1978, é considerado como período de ouro do Movimento Negro Brasileiro, por Ivair Augusto Alves dos Santos (2006). Este movimento radicaliza a sua luta pela defesa dos direitos dos afro-brasileiros. Este período pode ser considerado de amadurecimento da democracia mundialmente.

O terceiro ponto é que, do século XV até os anos de 1990, o modelo do desenvolvimento econômico e social baseava-se no par Estado - Mercado. A sociedade civil não era valorizada. Falando do desenvolvimento regional antes da globalização, entre os anos de 1960-1975, Lévesque (2001, p. 11), salienta:

A sociedade civil tinha uma conotação tradicional porque reportava à Igreja como à elite tradicional e as brigas de sino [...] As iniciativas do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social eram inspiradas pela abordagem keynesiana na economia e pela a de Beveridge no social. Num caso como no outro, o modelo de desenvolvimento provinha de uma abordagem hierarquizada e centralista. (grifos do autor; tradução nossa).

Isto também se deu nos países socialistas. Nos anos de 1970-1990, o par Estado-Mercado, continuou prevalecendo. Com a queda do “socialismo realmente existente” da URSS, e o monopólio do neoliberalismo, o binômio continuou, porém com uma ressalva: o comando estava na mão do mercado. Isto não significou a morte das ideologias alternativas. Paradoxalmente, a luta de seus agentes se consolidou no período de 1990-2001, marcando, conforme Lévesque (2001, p. 15), a abertura das fronteiras e descentralização, e apontando para novos elementos de um outro modelo de desenvolvimento que transforma o par, Estado-

Mercado, na trilogia: Estado-Mercado-Sociedade civil. Essa nova configuração marca a terceira fase do desenvolvimento social e econômico em emergência desde os anos de 1985.

O desenvolvimento regional [ou desenvolvimento social e econômico] tal como o entendemos, hoje, tem mais pouco a ver com aquele dos anos de 1960-1980. Participa de uma outra abordagem, uma abordagem que não se assenta mais sobre o par Estado-Mercado, mas sobre um lar à três Estado-Mercado-Sociedade civil, uma abordagem que não almeja mais a hierarquia e a centralização, mas a parceria, a descentralização, as redes. Nesse ângulo, o local e o regional e o mundial se inscrevem numa configuração de desenvolvimento, de outras relações entre o econômico e o social, de outros modos de regulamentação e de governança. (LÉVESQUE, 2001, p. 15; tradução nossa).

O Estado, nessa perspectiva da nova sociologia econômica, é visto como regulador e parceiro de outros agentes sociais; isto é: o mercado e a sociedade civil. Roberto Ribeiro Bazilli e Ludmila da Silva Bazilli Montenegro afirmam que, diferente de um Estado intervencionista, marcado pelo gigantismo, trata-se de um Estado subsidiário, que alguns denominam de Estado participativo construído no seio da doutrina da Igreja Católica.

Essa nova concepção implica que o Estado seja repensado com definição clara de seu papel, ou seja, de suas tarefas e das que a sociedade civil deve assumir. O estado restringe a sua atuação àquelas tarefas que a iniciativa particular não tem condições de realizar a contento, elege um núcleo de serviços públicos essenciais e nele concentra os seus esforços para bem servir a comunidade. Com relação às demais, atua como regulador, fomentador, controlador e coordenador da iniciativa privada. (BAZILLI; MONTENEGRO, 2003, p. 16).

Sabemos que se trata de uma nova concepção de Estado, que agrega um complexo de agentes sociais ligados ao pensamento alternativo do desenvolvimento.

2. Uma economia plural: a economia capitalista *versus* a economia social-solidária

A economia neoclássica absolutiza o mercado e faz abstração das condições sociais da economia. Contra essa visão, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural compartilha a visão da nova sociologia econômica. Este é um campo complexo. No seu artigo, “Pour penser l'économie en vue d'un développement durable, un aperçu de la nouvelle sociologie économique”, Benoit Lévesque (2002a) analisa as diversas correntes desse ramo da disciplina da sociologia. As hipóteses evocadas por ele, dizem respeito aos propósitos desse estudo.

A primeira hipótese é que a nova sociologia econômica se distancia da sociologia econômica dos anos de 1920-1970, ou seja, o paradigma parsoniano: “economia e sociedade”, ou ainda, o paradigma de várias especializações que são: a sociologia do trabalho, a sociologia

industrial, a sociologia das empresas, a sociologia do desenvolvimento, etc. Estas, para Lévesque (2002a, p. 3), teriam deixado nas mãos dos economistas o que consideravam o núcleo duro da economia, tais como, por exemplo, o mercado ou ainda a moeda. Agindo assim, criou um dualismo, voltando-se a tratar somente as condições do desenvolvimento econômico, ou somente, ainda, suas consequências sociais. A nova sociologia econômica distancia-se, também, da sociologia marxista, especialmente estruturo-funcionalista, questionando a insistência sobre a reprodução em detrimento de uma análise de crises, de riscos e de mutações, à determinação econômica da sociedade em detrimento de um preceito social da economia. Paradoxalmente, afirma Lévesque (2002 a): a nova sociologia econômica relaciona-se com outros clássicos (Weber, Durkheim, Simmel, Polany); entre outras coisas, a partir de suas tentativas de discutir a economia na sua totalidade social.

A segunda hipótese, conforme Lévesque (2002a, p. 3-4), sugere que a nova sociologia econômica emergiu num contexto comparável àquele dos clássicos, ou seja, num contexto de “grandes transformações”, retomando a expressão de Polany. São as transformações que ocorreram nos finais dos séculos XIX e XX, marcadas pelo dogma de *laisser-faire* do liberalismo, as relações internacionais calcadas no imperialismo, descrédito das propostas sociais dadas pelo marxismo, keynesianismo, e o domínio do neoliberalismo. Paradoxalmente, são nessas circunstâncias que emergiram, também, os movimentos de resistências e reivindicações ou, nas palavras de Lévesque (2002a), os vetores das transformações.

O primeiro é a crítica que remonta dos anos de 1960, seja a crítica social encabeçada, principalmente, pelos sindicatos que pretendiam ser uma corretiva do capitalismo industrial e que exigia a presença de um Estado de redistribuição, cuja radicalização seria prolongada pela crítica ecológica.

O segundo vetor da crítica é aquela ligada à temática da mundialização. Ela questiona o crescimento das desigualdades sociais, no contexto de crescimento econômico entre o Norte e o Sul, ou entre as populações do mesmo Estado-nação. De outro lado, Lévesque (2002 a, p. 5) faz observar que as novas interdependências em ocorrência, entre o local e o mundial, constituem realidades profundamente interligadas, abrindo, assim, um espaço comum aos militantes antimundialistas e aos promotores de uma outra mundialização. Isto é feito através, dentre outras coisas, do encontro de experiências oriundas de uma economia social e solidária enraizada na proximidade das demandas por uma nova regulamentação da economia mundial que responde às exigências de uma transparência e da democracia. Nessa mesma perspectiva, o terceiro vetor da crítica é sobre a financiarização, que é vista como a vanguarda da mundialização neoliberal, ou globalização hegemônica. A globalização contra-hegemônica

apela para questões de fundos éticos, e mais amplamente, para um debate sobre investimentos responsáveis, através de fundos públicos.

O quarto vetor da crítica diz respeito à nova economia e tecnologias de informação e de comunicação, cujos elementos são, cada vez mais, da ordem do conhecimento, do saber e da informação; fatores estes que implicam nas interdependências entre as questões do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, ou desenvolvimento econômico comunitário, que exigem um tratamento recíproco entre o econômico e as questões sociais e de identidades.

A terceira hipótese, levantada por Lévesque (2002 a, p. 6), é que a nova sociologia econômica participa de um novo paradigma, especificamente, no que diz respeito ao lugar dos atores na mudança; nas fronteiras entre ciências e valores, nas relações, entre o quê se designam, geralmente, como economia e o social e as regulamentações correspondentes. As implicações teóricas desse novo paradigma seriam essas:

Diferente da sociologia econômica de predominância marxista dos anos de 1960-1970, a nova sociologia econômica desenvolve a cena aos atores, atores sociais e também aos indivíduos socialmente situados, valorizando seus discursos, suas práticas coletivas e competências. A diversidade das práticas sociais e dos saberes é valorizada.

As relações entre o econômico e o social, não somente são reconfiguradas, mas também, seus conteúdos são redefinidos. A economia não é mais reduzida ao comercial (marchand) para incluir o 'não comercial' e o 'não monetário' na perspectiva teórica de Polany, de onde surgiu o termo de economia plural, escrito por Laville. Da mesma forma, o social não é mais reduzido à distribuição e às despesas de consumos para representar um "capital social", na perspectiva teórica de Putnam, visto como um espaço de "investimento social". Basta se orientar rumo à prevenção e à preparação do futuro. É nesse contexto que se justifica a importância das políticas sociais voltadas para as crianças, a educação, a segurança, a qualificação para a superação da exclusão social.

Enfim, se o par Estado-Mercado teria relegado a sociedade civil num segundo plano, ao benefício da solidariedade abstrata da redistribuição estatal, as novas regulamentações, associadas a elas, orientam-se, doravante, para a sociedade civil, para o engajamento do cidadão e das partes envolvidas; para além da valorização do poder de compras, do Estado e da técnica, emergem novos valores referentes à qualidade de vida, à democracia (o poder *tout court* e não somente o poder de compra) e o respeito ao meio ambiente e à natureza.

A última e quarta hipótese de Lévesque (2002a, p. 7) é que a maioria das abordagens da nova economia sociológica, apesar da sua diversidade, não somente eram legítimas, mas também pertinentes para compreender a economia e a repensá-la como objeto. O artigo de Lévesque analisa as contribuições da literatura francesa e inglesa sobre a nova economia e sociologia, buscando ressaltar os pontos convergentes. Na conclusão, ele se pergunta: uma economia socialmente enraizada se inscreve na temática do desenvolvimento sustentável? A sua resposta, a seguir, ao mesmo tempo, define o que a nova sociologia entende por economia.

O que concluir desse apanhado sobre a nova sociologia econômica, senão, que suas diversas construções de objeto economia mostram que a economia faz plenamente parte do social. Dito em outras palavras, a economia é social devido a seus elementos internos (inputs) que provêm também do não comercial e não monetário, ora se trate de subsídios, de bens coletivos e públicos ou ainda do sistema social de inovações (exemplo, pesquisa, educação, cultura, clima de cooperação), do engajamento social dos empregados manifestando-se através de tempos não pago ou intervenções não previstas pelo contrato de trabalho, ora se trate das comunidades locais onde se encontra a cooperação e o capital social, sem esquecer das capacidades naturais, institucionais e culturais dos territórios. Ela é também [social] devido a seus elementos externos (outputs) que não são somente os bens e serviços produzidos, mas também pelo o que os economicistas chamam de externalidades [externalités] positivas e negativas, ou seja, os empregos, o desenvolvimento de coletividades, o relacionamento com meio ambiente, a qualidade de vida. (LÉVESQUE, 2002a, p.27; tradução nossa).

A economia é, também, social, através de suas relações de regulamentações institucionais e não institucionais. Isto é, a Nova Sociologia Econômica entende que a economia é social não somente pelo que entra (en amont) e o que sai (en aval), mas que ela plenamente social igualmente pelas suas instâncias de regulamentação assentadas nos arranjos institucionais e que o é ainda em suas modalidades de coordenação das atividades, inclusive aquelas que o são pelo mercado. Assim, tanto a coordenação das atividades econômicas como a circulação de bens tornam-se possíveis somente pelo mercado e a hierarquia cuja demanda de engajamento permanece fraco, mas, também, pelas governanças baseadas sobre um nível elevado de engajamento social como é o caso nas associações, nas redes, nas alianças, nas comunidades e coletividades mais diversas (LÉVESQUE, 2002a, p.27-28).

2.1. Mercado e setor privado

Acabamos de ver que há uma relação entre o nascimento do capitalismo e o Estado moderno. Vimos, ainda, que o conceito de racionalidade, muitas vezes, esconde a realidade de dominação que a classe dominante exerce sobre a classe dominada pela mediação do Estado e

do capitalismo burgues. A nossa intenção, nessa seção, é a de trazer algumas definições em relação à economia, mercado e setor privado.

Começemos pela economia. Vista numa perspectiva dos clássicos, a economia é tratada como um fato social. Nessa perspectiva, tanto a abordagem marxiana e weberiana coincidem.

Weber (2004a, p. 50-51):

§ 8. Denominamos situação de mercado de um objeto de troca a totalidade das possibilidades de troca do mesmo por dinheiro, que podem ser reconhecidas pelos interessados na troca, no momento de sua orientação na luta de preços e de concorrência;

mercabilidade, o grau de regularidade com que um objeto costuma tornar-se objeto de troca no mercado;

liberdade de mercado, o grau de autonomia de cada interessado na troca, dentro da luta de preços e de concorrência;

Regulação do mercado, ao contrário, a situação em que estão materialmente limitadas, por determinadas ordens, a mercabilidade de possíveis objetos de trocas e a liberdade de mercado para possíveis interessados na troca [...].

A regulação do mercado, para Weber (2004a), pode ser feita de modo tradicional, convencional, jurídico e voluntário. Os principais atores conhecidos pelas teorias clássicas da política e sociologia econômica são o Estado e o empresário. Mas, como já apontamos acima, a nova sociologia econômica e a economia social vêm mostrando que nos últimos tempos, a sociedade civil é um ator não desprezível para se entender a situação da transformação do mercado nos séculos XX e XXI.

Antes de nos debruçar sobre a sociedade civil cabe ressaltar que o Mercado é visto como espaço de transações de bens econômicos e simbólicos, portanto, é um espaço de poder. A reconfiguração do que se entende por economia, levou à redefinição de atores do Mercado. A nova sociologia econômica vê a economia como uma construção social; como espaço de produção, e nele se produz os bens econômicos e simbólicos e sociais. Assim, para além, dos empresários capitalistas, há outros atores identificados como empresários e empreendedores sociais (LÉVESQUE, 2002a; BOUDIEU, 2002b).

O mercado é chamado, também, de setor privado. A esfera privada, conforme Jürgen Habermas (2003), nasce com o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo no Ocidente. É um dos setores que forma o espaço público ou, usando o conceito habermasiano, a esfera pública, ao lado de outros dois setores do Estado e da sociedade civil. Nesse trabalho, ele é identificado com os agentes do capitalismo, os empreendedores capitalistas, os empresários e seus valores investigados por autores como Marx (2005), Weber (1997, 2004a).

Há outros que são os atores da economia social e solidária, os empreendedores sociais (LÉVESQUE, 2004).

3. Sociedade civil como agente do desenvolvimento

Não existe uma definição pronta e acabada da sociedade civil. Para começo da conversa, sugerimos a definição do Programa Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

Em linhas gerais, o conceito de Sociedade Civil remete às organizações e instituições formadas por cidadãos e cidadãs, constituídas de relativa ou plena autonomia perante as estruturas do Estado e do mercado, que atuam com o objetivo de pressionar essas instâncias em nome da garantia e da promoção da cidadania em contextos específicos e/ou ampliados. Logo, a Sociedade Civil lida diretamente com as demandas dos vários segmentos populacionais e envolve sujeitos e atores diferentes a partir de formas institucionais também diversificadas.²¹

Esse marco referencial é compartilhado pelos agentes implementadores do PCRI no Brasil, quais sejam: os intelectuais e ativistas do movimento social negro, representantes do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e do Programa do Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

Em busca de uma fundamentação teórica sobre a cidadania, Vieira (2001, p. 33), nos oferece pistas para encontramos um referencial teórico para o conceito de sociedade civil. Ele afirma que na última década do século XX, assistiu-se, em todo mundo, a uma multiplicação dos estudos sobre a cidadania, fazendo-se um grande esforço para enriquecer a abordagem conceitual da noção de cidadania. Recorrendo a um trabalho de Thomas Janoski, mostra que existem três vertentes teóricas que se ocupam de fenômenos relacionados à cidadania: a teoria de Marshall, acerca de direitos de cidadania; a abordagem de Tocqueville/Durkheim, a respeito da cultura cívica e a teoria marxista/gramsciana acerca da sociedade civil.

O que é interessante nesse trabalho de Vieira (2001, p. 33-34), é a sua concepção de sociedade civil. Das teorias de inspiração de cidadania de Marshall, passando pela a do conflito de Turner, a marca que fica, lendo Vieira, é que os movimentos sociais são forças dinâmicas necessárias ao desenvolvimento de direitos de cidadania: direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Das teorias durkheimianas, o que se pode guardar, fundamentando-se em Vieira (2001), é que a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica,

²¹ Programa de Combate ao Racismo Institucional. *Sociedade Civil*. Disponível em: <http://www.combateaoracismoinstitucional.com/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=115>. Acessado em 04 de março de 2008.

outro aspecto capital. Para ele, esta concepção abre espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem, assim, a chamada sociedade civil. Não compartilhamos dessa concepção.

A terceira abordagem que Vieira (2001) analisa, é um conjunto de propostas marxistas. Para Vieira, ela enfatiza a reconstituição da sociedade civil partindo da ideia, primeiramente, ventilada por Hegel, retomada por Marx e, significativamente, revisada por Gramsci em 1920.

Na realidade, pode-se afirmar que Gramsci opera uma mudança paradigmática com sua visão tripartite Estado-mercado-sociedade civil, uma vez que, para Marx e Hegel, a noção de sociedade civil abrange todas as organizações e atividades fora do Estado, inclusive as atividades econômicas das empresas.

A atual referencia à sociedade civil traz o viés gramsciano de produção contra os abusos estatais e do mercado. Esta terceira vertente teórica pode ser compreendida como uma intermediação entre o enfoque estatal adotado por Marshal e o enfoque da virtude cívica centrada na sociedade, característico das teorias durkheimianas.(VIEIRA, 2001, p. 34).

O conceito da sociedade civil, usado nesse trabalho, está em sintonia com a abordagem gramsciana. Entende-se que ela é um agente social diferente do Estado e do mercado. Retomando a teoria da nova sociologia econômica (LÉVESQUE, 2002a, 2002b) e dos campos (BOURDIEU, 2000b, 2002a), a sua identidade se firma pela finalidade de suas ações. A especificidade do interesse do Estado, como vimos, é a conquista do poder; o mercado tem por finalidade a racionalização do lucro; enquanto, o interesse principal da sociedade civil é a não conquista do “poder político partidário”, a não lucratividade capitalística. Por isso, suas organizações são chamadas, muitas vezes, de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou de Terceiro Setor. A sociedade civil visa exercer a sua hegemonia no sentido de efetivação da cidadania.

Ao recuperar a teoria de Gramsci (2000) do Estado com Stuart Hall (2003), vimos que não se trata só de uma entidade repressora, pelo contrário, é, também educativa, no sentido de que suas ações são preventivas e valorizativas. Portanto, a virtude cívica durkhemina deve ser reconhecida pelo Estado moderno. Assim, torna-se um Estado-ético. Para a nova sociologia econômica (LÉSVESQUE, 2002a; 2002b), o Estado, o mercado e a sociedade civil são agentes éticos; o que não significa que são infalíveis.

Joana Coutinha (2005, p. 60) percebe, por exemplo, que existe “uma relação embolada” entre as ONGs neoliberais e as empresas globais financiadoras de suas ações;

Sérgio Bianchin, em seu filme “Quanto Vale Ou É por kilo?”²² denunciou a exploração cometida, contra as populações, pelas organizações e associações chamadas de organizações não governamentais (ONGs). As narrativas desses dois críticos revelam a cumplicidade ou a sujeição dos homens políticos nesses abusos. Para nós, as ações antiéticas desses agentes sociais estão alinhadas, usando o termo de Mészáros (2003), com a lógica do capital, ou parafraseando Weber (2004b, p. 196-198), com a dominação.

Nesse texto, Weber (2004b) só se explica os fundamentos da validade da dominação por meio da “organização”, mas não aprofunda a reflexão. Bourdieu (2000), ao reconciliar o uso do termo de dominação de Weber e de Marx, percebe as ações sociais como portadoras de poder simbólico. Ficar só nisso, não ajuda em muito. Pois, para além da “neutralidade científica weberiana”, é preciso mostrar que existe um poder simbólico “da” e “para dominação”, oposto ao poder “da” e “para” a emancipação. Assim, reveindicamos a diferença entre o termo poder simbólico hegemônico e o poder simbólico libertador (MALOMALO, 2005). As “verdadeiras”, eticamente falando, organizações da sociedade civil, isto é, aquelas comprometidas com a ética, situam-se nesse segundo campo onde lutam para a construção de uma sociedade democrática, igualitária, justa e solidária.

Nesse ponto, podemos compreender o que a definição de PCRI denominou como “relativa ou plena autonomia” da sociedade civil. Não diz só respeito ao Estado, mas também às empresas capitalistas. A autonomia relativa, como interdependência no campo social, não significa só cumplicidade na realização de crimes, mas quer mostrar mais; quer mostrar a possibilidade de realização de trabalhos em conjunto entre o Estado, o mercado e a sociedade civil no sentido de expansão das liberdades políticas, econômicas, sociais e culturais. Por outro lado, a autonomia plena significa que cada um desses agentes pode tomar algumas decisões, fazer escolhas sem, necessariamente, depender dos outros. Trata-se aí de alguns princípios básicos de uma teoria de campo (BOURDIEU, 2002a).

Chegando nesse ponto há, ainda, outro problema teórico a resolver. Como classificar as universidades públicas executoras de políticas de ações afirmativas e cotas? Fazem parte do Estado ou da sociedade civil? A resposta que encontramos é que devem ser tratadas como agentes sociais híbridos, isto é, oficialmente falando, seus funcionários são agentes do Estado

²² Filme de Sérgio Bianchin. Sinopse: Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. No século XVII um capitão-do-mato captura uma escrava fugitiva, que está grávida. Após entregá-la ao seu dono e receber sua recompensa, a escrava aborta o filho que espera. Nos dias atuais uma ONG implanta o projeto Informática na Periferia em uma comunidade carente. Arminda, que trabalha no projeto, descobre que os computadores comprados foram superfaturados e, por causa disto, precisa agora ser eliminada. Candinho, um jovem desempregado cuja esposa está grávida, torna-se matador de aluguel para conseguir dinheiro para sobreviver. Disponível em: <<http://www.quantovaleoueporquilo.com.br>>. Acessado em 4 jul. 2009.

brasileiro; são funcionários públicos. Porém, gozam de uma autonomia plena, e esta é assegurada pelo direito constitucional. Desse ponto de vista, é que, mesmo sendo parte do Estado, espera-se que os funcionários das universidades (o corpo docente) exerçam o seu papel de intelectual orgânico (GRAMSCI, 2000) ou intelectual coletivo (BOURDIEU, 2001b): formadores de consciências críticas e éticas que almejam a efetivação dos direitos dos excluídos; questionadores das estruturas opressoras do Estado, do mercado e mesmo da sociedade civil. Desta forma, no capítulo em que referimo-nos às políticas públicas de ações afirmativas nas universidades, essas ações são tratadas como políticas estatais, sem perder de vista a realidade ambígua dos formuladores dessas ações.

Na definição do PCRI, a sociedade civil, além de outros enfoques, é vista como conjunto de organizações. Pôde-se aproveitar disso para estabelecer uma diferença desse conceito com o das instituições no sentido de encontrar outros elementos explicativos. Colocando de lado o individualismo teórico de Douglass North (1990), sugerimos as diferenças que este autor estabelece entre esses dois conceitos: os papéis que cada um desempenha no jogo social. Para ele, as “organizações” são os atores que definem as regras de jogo.

Organizações incluem corpos políticos (partidos políticos, Senado, conselheiros, agências regulatórias, corpos econômicos Organizations include political bodies (firmas, associações de comércio, famílias de fazendeiros, cooperativas), corpos sociais (igrejas, clubes, associações esportivas) e corpos educativos (escolas, universidades, centros de treinamentos vocacionais). São grupos individuais compostos por um projeto comum de realizar seus objetivos to achieve objectives. (NORTH, 1990, p. 5; tradução nossa).

Para North (1990), o ponto comum entre as organizações e instituições é que ambas criam estruturas para a interação humana. O específico papel das “instituições”, numa sociedade, é o de reduzir a incerteza estabelecendo (não necessariamente eficiente) uma estrutura para a interação humana (North, 1990, p. 6). As instituições exercem um papel de controle, de viabilização, de imposição, interiorização de normas, leis, regras e papéis sociais. (BERGER; LUCKMANN, 2004; NORTH, 1990; BOURDIEU, 1978).

Então, as organizações da sociedade civil desempenham, entre outras coisas, um papel de reprodução dos direitos e da virtude cívica. Concordamos com Sturat Hall (2003), quando alerta que a releitura da teoria de Gramsci torna-se interessante para se entender a construção da etnicidade e as lutas dos grupos étnicos pelo seu acesso aos bens culturais e econômicos, historicamente negados. Com Bernard Enjolras (2005), que é um dos autores da nova sociologia econômica, entendemos que o discurso normativo sobre a sociedade civil coloca o

acento sobre o papel das associações civis, que não pertencem nem à esfera do Estado, nem a do mercado, como atores do processo político. Este reconhece que a polissemia do conceito sociedade civil no pensamento político cobre diferentes dimensões, em diferentes autores, como Ferguson, Kant, Hegel, Tocqueville. Salienta que é possível apontar três dimensões desse conceito a partir desses autores: a sociedade civil como esfera da moralidade, como elemento constitutivo da esfera pública e como fundamento da comunidade cívica. Bernard Enjolras (2005) observa que o discurso normativo da sociedade civil se renovou nos últimos vinte anos sob o impulso das mudanças sociais e de um novo surto do pensamento político e, na perspectiva da nova sociologia econômica, essa renovação deu-se no período dos anos de 1990-2000 (LÉVESQUE 2002a, 2002b). Isto fez com que, para Bernard Enjolras (2005), nas últimas décadas, se desenvolvessem os novos movimentos sociais, reivindicações e comportamentos culturais que visam à promoção de uma identidade de gênero (mulheres, homossexuais); ou colocando na frente da luta, a defesa de uma identidade étnica no momento em que as modalidades de imigração se transformavam, consideravelmente, da acumulação das mudanças econômicas estruturais e das políticas públicas.

3.1. Movimentos sociais, terceiro setor e organizações não governamentais

Queremos, ainda, discutir três outros conceitos para a ampliação do que entendemos por sociedade civil. Trataremos do terceiro setor, dos movimentos sociais e das Organizações não-governamentais. No seu livro, “Teorias dos movimentos sociais”, Maria da Glória Gonh (2002) faz uma revisão dos paradigmas clássicos e contemporâneos sobre esse tema, levando em conta o contexto internacional e o brasileiro. Sugere esse conceito de movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de período de médio e longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser

tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atualização construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2002, p. 251).

A teoria marxista tem concentrado a sua energia na análise dos movimentos operários, oferecendo, assim, os instrumentos teóricos e estratégia da aniquilação do Estado burguês. Portanto, o seu foco era a classe dos trabalhadores (Marx, 2006a, 2006b). As teorias pós-marxistas têm buscado ampliar o conceito de classe trabalhadora, trazendo novos elementos do mundo da cultura. Malomalo (2005) mostrou que os movimentos sociais, como qualquer outro objeto da sociologia, poderiam ser tratados como “campos”, isto é, como um sistema, de poder simbólico, conforme menciona a sociologia de Bourdieu (2002a, 2001a). Pode ser analisado, também, como campo de etnicidade, isto é, conforme a teoria da etnicidade de Barth (1998), é visto como forma de organização social constituída em torno de critérios culturais, étnicos. Os estudos culturais oferecem um suporte para tratar os movimentos sociais como campo da “cultura”. É nessa perspectiva que Stuart Hall, (2003) considera os estudos de gênero, de raça e de discurso como seus novos subcampos teóricos, em que o gênero, a raça e o discurso passam a ser abordados analiticamente como fatos sociais que implicam relações de poder (HALL, 2003). Considera-se, nesse quadro, o movimento feminista e o Movimento Negro como atores sociais importantes na constituição desses novos campos teóricos e políticos. De fato, as teorias dos movimentos sociais (GOHN, 2002), reivindicam esse campo político-social como um objeto autônomo da sua investigação. Sabemos que há muita arbitrariedade nessa divisão da teoria social em subteorias. Em todo caso, o que se nota é que cada uma denomina o fato social que quer investigar com um “nome próprio”. Essa nomenclatura funciona como um “direito de propriedade” sobre uma determinada realidade social a ser investigada. Tudo isso é uma ficção científica, como escreveu Bourdieu (2001b). Todavia, funciona como um poder simbólico eficiente na divisão do trabalho científico.

Continuamos propondo um enfoque plural para o entendimento dos movimentos sociais. Isto significa que eles fazem parte do campo do desenvolvimento econômico multicultural: há elementos da economia capitalista e da economia simbólica (político, social, psicológico, cultural) presentes neles que é preciso levar em conta para não se perder a sua complexidade. O movimento social negro, pelo fato de ser o principal ator que tem discutido uma agenda para a emancipação das populações negras brasileiras, é o foco desse trabalho.

Como parte da sociedade civil brasileira que pertence aos Novos Movimentos Sociais, (NMS) (Gohn, 2002), que surgiram no período dos anos de 1960-1970, são, teoricamente falando, uma ampliação das análises marxistas centrados nos movimentos operários. Alegando para os NMS a dimensão internacional, no período dos anos de 1990, Bourdieu (2001a), os vê como espaços de organização das “solidariedades” destruídas pelas forças econômicas neoliberais. Para ele, essas “novas solidariedades”, baseadas na “utopia racional”, teriam por função construir um poder simbólico alternativo contra o poder simbólico hegemônico neoliberal. Na perspectiva de Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), os NMS são tidos como “comunidades intermediárias”, porque têm por função dar sentido às ações sociais e transformar a sociedade. Autores como, Boaventura de Souza (2003) e Tourain (1995), veem nos movimentos sociais uma vontade coletiva de lutar pelo reconhecimento e redistribuição. Usamos os termos de desenvolvimento socioeconômico e sociocultural para ressaltar essas duas dimensões de sua luta.

Os movimentos negros, ao longo da história do Brasil, têm orientado suas ações levando em conta as dimensões socioeconômicas e socioculturais. A justiça social e a igualdade racial sempre conduziram o sonho pela liberdade, desde as lutas de Quilombo de Palmares, passando pelos movimentos negros dos anos de 1915-1945 (Pires, 2006), e os contemporâneos (ALBERTI; PERREIRA, 2007). Mas, interessam-nos mais as ações dos movimentos negros de 1995-2006, que se dirigiram para a implementação de políticas públicas de ações afirmativas.

D’Adesky (2001) elabora três tipos ideais ou expressões coletivas para classificar as ações do movimento negro contemporâneo que surge nos anos de 1970: a primeira de natureza cultural; a segunda religiosa; e a terceira de natureza política. Essa classificação esquece a sua natureza econômica. Aliás, como sugerido na minha dissertação de mestrado, existem outras organizações negras, como o INPB, que não se encaixariam em nenhum desses tipos. Portanto, é preciso levar em conta as formas híbridas. Metodologicamente, eles só podem ser classificados depois de terem sido submetidos a uma análise do tipo da “economia dos bens simbólicos” para apreender o jogo duplo da sua verdade social. Essa análise baseia-se numa aproximação dupla: histórica e estrutural, buscando apreender as ambiguidades das estruturas sociais (BOURDIEU, 1994), o hibridismo que caracterizam as práticas culturais negras (HALL, 2004). Dito em outras palavras, as ações das organizações negras no campo sociocultural têm, também, condicionamentos econômicos; emprestando a terminologia da nova sociologia econômica, pode-se dizer que há do “econômico” no “social” dos movimentos negros e *vice versa*.

Historicamente, os movimentos negros, como a maior parte das organizações sociais brasileiras, se transformaram passando de movimentos populares para novos tipos, os novos movimentos sociais com predominância de ONGs. Para apreender essa realidade é preciso entender o processo dito “onguização” dos anos 90 (GONH, 2002; BURITY, 2003), em que passaram os movimentos populares brasileiros a ser objeto. Esse processo, no Brasil, se deu com as reformas do Estado. É nesse contexto que se deve entender essa declaração do CRI:

Na esteira de entidades forjadas sob uma perspectiva nacional, os últimos anos assistiram à atuação marcante das Organizações Não Governamentais (ONGs), com destaque para as organizações de mulheres negras. Seja em ações gerais ou direcionadas, boa parte desses organismos tem ampliado sua atuação perante o Estado no exercício do controle social – monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas de governo. Trata-se, pois, de um trabalho de longo prazo, no qual imperam os desafios para o aprimoramento de ferramentas que permitam a atuação cada vez mais incisiva dos organismos da sociedade civil no combate ao racismo institucional e à discriminação racial contra negros no contexto brasileiro²³.

No contexto da sociedade civil brasileira, para Gohn (2002, p. 303), as ONGs são novas atoras sociais em emergência nos anos de 1990. São entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania. As novas organizações sociais negras, que nascem nesse período histórico, são designadas por Franklin Ferreira (2001) de “Negrongs”, as ONGs negras que têm orientado suas estratégias de luta para reivindicar o bem estar da população negra, exigindo, do Estado e do mercado, a adoção das políticas públicas para o desenvolvimento desta. Retomando a fala do CRI, citamos:

No que diz respeito ao combate do racismo no Brasil, há pelo menos três décadas, o protagonismo de primeira instância é atribuído ao Movimento Social Negro e seus diferentes organismos. Com o apoio de organizações internacionais e por meio de parcerias com outros movimentos sociais e instituições governamentais, o Movimento têm desenvolvido inúmeras ações anti-racistas e implementado outra série de estratégias em diversas áreas, tais como educação, saúde, gênero, meio ambiente, trabalho e emprego, distribuição de renda, direitos humanos e acesso à justiça, etc.²⁴

É nesse período de 1990 que o discurso do multiculturalismo, baseado na preconização de uma política de reparações e ações afirmativas, começara a se desenvolver nos meios urbanos, rurais, acadêmicos e políticos de negros e não-negros. Tais políticas, conforme Sérgio Costa (2001), contribuíram para a “etnicização” dos grupos culturais no Brasil, tanto

²³ Programa de Combate ao Racismo Institucional. Sociedade Civil. Disponível em: <http://www.combateaoracismoinstitucional.com/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=115>. Acessado em 04 de março de 2008.

²⁴ Programa de Combate ao Racismo Institucional. Sociedade Civil. Disponível em: <http://www.combateaoracismoinstitucional.com/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=115>. Acessado em 04 de março de 2008.

nas áreas urbanas como rurais e, notadamente, nas comunidades quilombolas. Mas voltamos a insistir na epistemologia conjuntiva dessa luta: trata-se do uso político-econômico da etnia/da raça. Os marcos culturais e fisiológicos africanos, objetos de discriminação e racismo, são usados como armas simbólicas na luta anti-racista para alcançar os benefícios econômicos, políticos e simbólicos, isto é, o reconhecimento.

Como se pode observar, a divisão geográfica das populações negras, no Brasil, exige do pesquisador levar em conta, na sua análise, os discursos e as ações articulados pelo Movimento Negro nas áreas urbana e rural. Em relação a esse último espaço geográfico, as comunidades remanescentes de quilombos são àquelas que são maioria, e vêm beneficiando-se das políticas públicas da parte do Estado (ARRUTI, 2009). Entre tantas outras definições para caracterização desses grupos sociais negros rurais, destacamos essa duas:

A primeira é essa da da Fundação Cultural Palmares (FCP):

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.²⁵

Apesar dessa definição não atrelar a identidade quilombola à ruralidade, é sabido que a maioria dessas comunidades habita as zonas rurais do país. O que têm levado alguns pesquisadores a tratá-las como “comunidades negras rurais.” (PIRES; OLIVEIRA, 2006) ou como parte do campesinato brasileiro (ANJOS, 2006, p. 52).

A segunda definição é a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.²⁶

A definição de INCRA reconhece que as comunidades quilombolas podem pertencer aos territórios rurais ou urbanos. Com isto está se destacando a sua complexidade. Mas, mesmo assim, voltamos a insistir com Rafael Sanzio Araújo dos Anjos: “Hoje os quilombos estão localizados em quase todo território nacional, principalmente nas áreas rurais [...]” (2006, p. 52).

²⁵ Programa de Combate ao Racismo Institucional. Sociedade Civil. Disponível em: <http://www.combateaoracismoinstitucional.com/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=115>. Acessado em 04 de março de 2008.

²⁶ Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>>. Acessado em 03 de fev. 2010.

Fundamentado numa pesquisa de campo sobre as tradições e territorialidades das comunidades quilombolas, o geógrafo, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, nos oferece essa definição dos quilombos contemporâneos:

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a idéia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. Não podemos perder de vista que nem todos os territórios quilombolas existentes no Brasil, que se enquadram nesse conceito ampliado, são remanescentes dos antigos quilombos e os que porventura são, muitas vezes, não têm como provar sua historicidade. (ANJOS, 2006, p. 52).

O pesquisador deve ficar atento sobre a complexidade da definição dos quilombos contemporâneos para não virar refém de mitos e ideologias que rodeiam essa realidade social.

Os estudos das relações raciais que têm abordado as questões dos negros urbanos e rurais, ou do negro *tout court*, têm evoluído bastante, nos últimos tempos, no Brasil. A “integração” do negro, discutida pelos intelectuais da escola paulista de sociologia (FERNANDES, 1979; IANNI, 1971), a partir dos anos 50, tomou novos rumos. Deve-se dizer que, se nos anos 80, as teorias do multiculturalismo de cunho pan-africanista (NASCIMENTO, 2003; NASCIMENTO, 2002) deram suportes teóricos e políticos ao movimento negro para inserir suas reivindicações na Constituição Federal (1988). A partir dos anos de 1990, essas teorias vão auxiliar no debate sobre a política de ações afirmativas e cotas.

Em outras palavras, pode-se argumentar que, no contexto da modernidade globalizada, a questão da integração do negro na “sociedade de classe” é discutida em termos de “políticas de ações afirmativas” (GUIMARÃES, 1999; SILVA, 2001; SILVÉRIO, 2003) numa sociedade multicultural, pluriétnico-racial. Para Boaventura de Sousa Santos (2003a; SANTOS; NUNES, 2003), no quadro da teoria do multiculturalismo, trata-se da “racialização” da política e da economia a partir dos movimentos emancipatórios, os movimentos de “baixo”. No sentido de Foucault (2000), diríamos que esses movimentos representam formas de saber e poder “locais” que militam para o reconhecimento de seus direitos de igualdade e diferença em termos de políticas focalizadas. (D`Adesky, 2001). Portanto, as ações afirmativas não são outra coisa senão “políticas públicas” contra as desigualdades raciais e visam à promoção da igualdade racial no Brasil (SANTOS; LOBATO, 2003).

A implementação das ações afirmativas no Brasil, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), (SILVA, 2003), e de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2009), só é compreendida se levar-se em conta o ativismo do Movimento Negro: sua interação com o resto da sociedade, isto é, a capacidade desse movimento social em negociar com o Estado, o mercado e com outras organizações da sociedade civil. Isto posto, é preciso não só levar em conta o seu ativismo em nível nacional, mas também, conforme Costa (2006), as suas redes transnacionais. Assim, pode-se entender, por exemplo, o impacto da Conferência de Durban, em 2001, sobre o arranjo da nova agenda nacional em torno das políticas públicas de ações afirmativas para negros. Isto nos ajuda a entender as grandes transformações culturais, políticas e econômicas que as “etnicidades” brasileiras vêm trazendo nas últimas duas décadas.

A sociedade civil é definida igualmente como Terceiro setor, entre outras coisas, conforme a cartilha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), “Capacitação de recursos para o Terceiro Setor: Aspectos jurídicos”:

A expressão Terceiro Setor tem origem no termo inglês Third Sector. São empregadas também outras denominações como, Voluntary, Independent ou Non-profit Sector e Public Charities.

O conceito de Terceiro Setor tem gerado muita controvérsia dentro e fora do mundo acadêmico, não existindo unanimidade entre os diversos autores, inclusive no tocante a sua abrangência.

De qualquer maneira, podemos dizer que, no Brasil, a denominação Terceiro Setor é utilizada para identificar as atividades da sociedade civil que não se enquadram na categoria das atividades estatais (Primeiro Setor, representado por entes da Administração Pública) ou das atividades de mercado (Segundo Setor, representado pelas empresas com finalidade lucrativa)”.²⁷

Em linhas gerais, o Terceiro Setor é o espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas, visando contribuir com a sociedade na solução de problemas sociais e em prol do bem comum²⁷.

O controle do Estado brasileiro sobre as mobilizações sociais dos anos de 1990 o levou a exigir das organizações sociais (OS) interessadas em receber seus recursos a se organizar em associações reconhecidas juridicamente com pessoas jurídicas. Conforme a cartilha de OAB: “Questão relevante, sob o aspecto da captação de recursos, é a definição de associação, presente no artigo 53 do Código Civil (Lei nº 10.406/02): ‘Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos’ ”.²⁸

Em outros termos, conforme a mesma cartilha:

Assim, para a realização das atividades de mobilização de recursos recomenda-se que as associações observem os seguintes requisitos:

²⁷ Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/terceiro_setor/cartilhas/captacaoderecursos.pdf>. Acessado em 10 abril 2009.

²⁸ IBIDEM.

- a) não partilhar os resultados decorrentes das atividades de captação de recursos entre diretores, conselheiros, associados e demais colaboradores;
- b) definir rigorosamente no estatuto da entidade, em local específico e separado das finalidades da entidade, quais serão as fontes utilizadas como meio para a realização dos projetos, programas e sustentação operacional da organização;
- c) destinar integralmente os resultados das atividades de captação de recursos à consecução do objetivo social da entidade²⁹.

É dessa forma que as comunidades quilombolas estão se transformando em “associações” jurídicas sem fins lucrativos, organizadas nos moldes do Estado moderno brasileiro. Por outro lado, as novas organizações negras urbanas tendem a se estabelecer em termos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Na cartilha intitulada, “Os e OSCIP”, a OAB, através da sua Comissão do Direito do Terceiro Setor, baseada num jogo de perguntas e respostas, traz esses detalhes:

1. O que quer dizer OSCIP?
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
2. O que é OSCIP?
É uma qualificação que pode ser outorgada pelo Poder Executivo às pessoas jurídicas sem fins lucrativos que a pleitearem e cumprirem os requisitos legais para obtê-la.
3. Qual a natureza jurídica da OSCIP?
As pessoas jurídicas que desejarem obter esta qualificação deverão estar prévia, formal e juridicamente constituídas sob a forma de associação ou fundação sem fins lucrativos, conforme regras definidas pelo Código Civil.
4. A qualificação de OSCIP altera a natureza da pessoa jurídica que a recebe?
Não. A pessoa jurídica que recebe tal qualificação continua sendo associação civil ou fundação de direito privado.
Ela é considerada não-estatal justamente por ser privada e, conseqüentemente, não fazer parte da Administração Pública.
5. Quando nasceu a qualificação de OSCIP?
Com a edição da lei federal 9.790/99, que foi regulamentada pelo decreto 3.100/99, e parcialmente alterada pelas leis federais 10.539/02 e 10.637/02.³⁰

O que importa na discussão é a não fixação nos “ismos”, nem do sociologismo como do juridicismo na análise da sociedade civil. Como realidade social é um fenômeno histórico e cultural bem datado. Apesar de dialogarmos com a literatura internacional canadense, é importante que se leve em conta o contexto brasileiro. É o que fizemos ao trazer as noções do direito civil brasileiro a respeito da sociedade civil.

Como já foi mencionado, na perspectiva da nova sociologia econômica, há uma complementaridade entre o desenvolvimento econômico e o social. A virtude heurística do

²⁹ Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/terceiro_setor/cartilhas/captacaoderecursos.pdf>. Acessado em 10 abril 2009.

³⁰ Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/terceiro_setor/cartilhas/os.pdf>. Acessado em 10 abril 2009.

conceito de desenvolvimento social é a sua capacidade de nos levar a investigar as políticas de ações afirmativas, de promoção de diversidade racial elaboradas para atender as necessidades das populações negras no campo da educação, da saúde, da moradia, dos direitos sociais. Jennifer L. Moher, (1999), observa que, desde os anos 1990, desenvolvimento social está na primeira escala das prioridades mundiais; tudo isso porque é, hoje, difícil falar de desenvolvimento econômico sem falar do desenvolvimento social, de investimento nas políticas sociais. Nesse sentido, reconhecemos, com a mesma autora, que as ONGs se colocaram como “armas miraculosas” de luta contra a pobreza, o analfabetismo, a falta de acesso aos direitos.

Como se pode ver, esta pesquisa incorpora uma visão integracionista do desenvolvimento (SCHNURR; HOLTZ, 1999). A nova sociologia econômica, tendo por objeto a economia social, dá-nos condições de analisar as relações entre as ações afirmativas e o campo social e econômico. Visto, desde o ponto de vista deste nosso quadro teórico-conceitual, pode-se dizer que o desenvolvimento social e o econômico são conceitos dinâmicos e integrados. Isto significa que o desenvolvimento da população negra deve ser concebido como um objeto em que, para além das estratégias elaboradas pelos ativistas das organizações sociais negras em seus diálogos com o Estado, o setor privado e a sociedade civil brasileira, o Movimento Negro, como representante das comunidades locais participa, ativamente, como agente da sociedade civil na busca da efetivação dos programas de ações afirmativas. Portanto, as organizações sociais negras tornam-se, indiretamente, sujeitos-objetos indispensáveis para se pensar um programa de desenvolvimento local e sustentável em seu benefício; isto é, uma política do desenvolvimento baseada na convergência das políticas sociais, ambientais e econômicas (SCHNURR; HOLTZ, 1999), em favor da população negra das regiões urbanas e rurais.

4. Considerações finais

Esse capítulo tinha por objetivo definir esses três conceitos: o Estado, o mercado e a sociedade civil. O argumento construído foi fundamentado numa perspectiva multidisciplinar cujo alcance foi possível pelo diálogo estabelecido com a nova sociologia econômica e a teoria dos campos.

Nessa perspectiva, buscou-se mostrar que o Estado, o mercado e a sociedade civil, são agentes promotores do desenvolvimento das sociedades. Esse processo se dá através das ambiguidades que caracterizam as ações de cada agente social, permeadas de tensão, entre a

dominação e a emancipação. Dessa forma, o julgamento científico que se deve fazer sobre essas práticas tem que ser feito, posteriormente, após a observação dos fatos e não antecipadamente para não se cometer equívocos.

Outra ambiguidade identificada foi a dificuldade de classificação das ações dos funcionários das universidades públicas. Apesar de gozar de uma autonomia plena em relação ao Estado brasileiro, optou-se classificar as políticas de ações afirmativas que vêm implementando como políticas públicas do Estado, como se verá num dos capítulos dedicado a esse assunto.

PARTE III: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DO MULTICULTURALISMO



Fonte: IROHIN. Brasília, ano X, no 13, out./nov. 2005 - Edição especial - capa.

CAPÍTULO I: GÊNESE E USOS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Introdução

Desenvolvimento, como o multiculturalismo, são conceitos polissêmicos e polêmicos. São palavras disputadas pelos políticos, cientistas de direita e de esquerda, conservadores, liberais, socialistas, progressistas, radicais e moderados; colonizadores e colonizados, dominadores e dominados. É nessa circunstância que, no auge do debate sobre o desenvolvimento do continente africano, o filósofo congolês Shamalenga Ntumba (1984), alertava que o conceito de desenvolvimento é enfeitado; e que é preciso exorcizá-lo antes de qualquer uso que se possa fazer.

O exorcismo desse conceito, no entendimento desse trabalho, passa pela sua investigação, que implica no conhecimento de sua gênese e nas diversas formas de seu uso na atualidade. É o que nos propomos a fazer nesse capítulo. Investigaremos o uso de “desenvolvimento” em ciências sociais; discutiremos a sua passagem da biologia para as ciências sociais; mostraremos o seu uso implícito nas teorias de ação de Weber e na teoria social marxiana e marxista, referentes ao capitalismo e ao capital; indagaremos sobre o surgimento dos estudos do desenvolvimento no pós-guerra; mostraremos que entre as duas abordagens existentes, hoje, a primeira que reduz o desenvolvimento ao crescimento e a outra que o concebe como promoção da qualidade de vida econômica e social da população, o desenvolvimento econômico multicultural, faz parte da última corrente alternativa.

1. Gênese do conceito desenvolvimento nas ciências sociais

O desenvolvimento é um conceito polissêmico e polêmico. Polissêmico porque aparece em muitas disciplinas das ciências humanas, biológicas, exatas. Ele é polêmico, sobretudo, dentro das ciências sociais pelo fato de ter nascido no contexto ambíguo da coexistência da colonização e do neo-colonialismo nos países do Sul. É dessa forma que alguns autores concebem-no como um conceito ligado às teorias que sustentam a dominação europeia sobre os não europeus. Dessa forma, acham que seria preciso rejeitá-lo (MÉSZÁROS, 2004; SANTOS; MENEZES; NUNES, 2004). Outros autores acreditam na possibilidade de usá-lo no sentido diferente. Para tanto, seria preciso exorcizá-lo (NTUMBA, 1984). Empregá-lo de

uma forma crítica. Os estudos do desenvolvimento (FORSTER, 2007; MALDAGUE, 2004) nos quais se fundamenta essa pesquisa se encontram nessa segunda linha.

Antes de migrar para as ciências sociais, o desenvolvimento era um conceito das ciências biológicas que era usado para explicar o fenômeno de crescimento dos organismos vivos. O biologismo será responsável pela manutenção da concepção evolucionista presente nas ciências sociais na sua fase inicial.

Buscando esclarecer seus leitores sobre as raízes históricas do termo de desenvolvimento, no seu livro *Educação e desenvolvimento social*, Luiz Antonio Cunha (1978, p. 15) escreve:

Acreditamos que o conceito de desenvolvimento teve sua origem na linguagem biológica. Seu sentido é, aproximadamente, o seguinte. Tomemos um ser vivo qualquer. Planta ou animal, homem já nascido ou embrião. Durante sua vida, todo organismo passa por diversas fases, conhecidas pelas suas características típicas. As transformações incessantes e irreversíveis que os organismos sofrem são contínuas. Mas essa continuidade pode ser reduzida a um certo número de 'estados' que configuram fases típicas e necessárias. Dá-se, então, o nome de desenvolvimento às transformações que um organismo sofre, fazendo-o passar de uma fase à outra. Cada espécie tem suas próprias fases, por isso, as transformações são previsíveis.

Desenvolvimento é visto, nessa perspectiva da biologia, como transformação de espécies. Na gênese da sua formação, “as ciências sociais” (evolucionismo, organicismo, positivismo), afirma Cunha (1978), usaram o conceito de desenvolvimento para observar com constância as “normalidades” e “patologias” sofridas por qualquer organismo na sociedade. Houve muitos abusos nesse sentido.

Para não recair nos erros do passado, é preciso sair de uma concepção biologizante do mundo para estabelecer uma reflexão a partir das ciências sociais já na sua fase “madura”, isto é, crítica e autocrítica. Esse cuidado tem por finalidade amenizar os riscos no uso do conceito de “desenvolvimento”. O primeiro grande risco, para Cunha (1978), é a suposição de que as sociedades sejam todas, como os organismos, diferenciadas internamente, segundo o princípio da unidade funcional, onde a contradição, se existe, é um acidente conjuntural superável pelos próprios órgãos. O segundo grande risco é a visão linear que a concepção biologizante pode acarretar e já acarretou na história sobre o desenvolvimento: “a postulação de fases ‘naturais’ pelas quais as sociedades têm, necessariamente, de passar, eliminando-se a força das relações sociais como travadora dos caminhos a serem percorridos” (CUNHA, 1978, p. 15).

Enfim, para Cunha, o terceiro grande risco, que decorre do segundo, é a suposição de que é possível separar sociedades ou, pelo menos, padrões “normais” e “patológicos”. É a crítica contra a visão dualista do desenvolvimento.

O que estamos querendo afirmar se resume nessas palavras de Costa:

Os principais cientistas sociais positivistas, combinando as concepções organicistas e evolucionistas inspiradas na perspectiva de Darwin, entendiam que as sociedades tradicionais encontradas na África, na Ásia, na América e na Oceania não eram senão “fósseis vivos”, exemplares de estágios anteriores, “primitivos, do passado da humanidade. Assim, as sociedades mais simples e de tecnologia menos avançada deveriam evoluir em direção a níveis de maior complexidade e progresso na escala da evolução social, até atingir o “topo”: a sociedade industrial europeia. Porém essa explicação aparentemente “científica” para justificar a intervenção europeia nesses continentes era, por sua vez, incapaz de explicar o que ocorria na própria Europa. Lá, os frutos do progresso não eram igualmente distribuídos, nem todos participavam igualmente das conquistas da civilização. Como o positivismo explicava essa distorção?. (COSTA, 1997, p. 49).

Pode se pensar que os preconceitos e reducionismos dessas teorias sociais ficaram só nos tempos medievais. A colonialidade do saber e do poder fazem, também, parte dos tempos contemporâneos. Santos, Meneses e Nunes (2004) fazem observar, ainda, que o reducionismo tem se manifestado pela ortodoxia conceitual, e tem sido responsável pela subordinação e pela própria invisibilidade do Sul. Para eles, a negação da diversidade é inerente ao colonialismo político e intelectual. A dominação, a hierarquização, a inferiorização, através de um arcabouço conceitual de aparência científica, são as marcas da “razão indolente”, o pensamento dominante ocidental (SANTOS et al., 2004). Outro elemento, que as teorias pós-colonialistas e marxistas praticados pelos intelectuais africanos e africanistas vão denunciar, é o racismo embutido nele (FANON, 1979; SANTOS et al., 2004; MOORE, 2008).

Nem no período anterior da formação das ciências sociais, nem nos escritos dos clássicos da antropologia, economia, sociologia, encontramos o emprego do conceito “desenvolvimento” como se faz hoje. Mas, como já mostrado, falava-se dele; usava-se outros termos para se referir à evolução, transformação, progresso da vida, do homem e da sociedade no seu aspecto material e imaterial. Com a renovação das ciências sociais nos século XIX e XX pelos clássicos, novos conceitos aparecem para se referir às mudanças sociais. Isso não significa que estes tinham se livrado, totalmente, de seus preconceitos em relação aos não europeus. Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim apesar de suas contribuições na renovação de ciências sociais até um certo ponto não conseguiam se livrar de seus eurocentrismos que os levavam a ver as sociedades não europeias como pertencentes ao estágio primitivo.

Evocaremos, somente, as contribuições de Max Weber e Karl Marx para mostrar a relação entre suas teorias e a temática do desenvolvimento que se traduz na sua análise sobre o capitalismo. O ponto comum entre a teoria da ação de Weber e a teoria social de Marx é a interpretação da sociedade capitalista ocidental emergente no século XVIII. Só que Marx desenhou o materialismo histórico antes de Weber, em meados século XIX, enquanto este último constrói a sua sociologia no final do século XIX e início do século XX.

Marx, que escreveu uma geração antes de Weber, acreditava que o capitalismo poderia ser e seria superado por uma nova forma de sociedade. Weber escreveu com a percepção de ter testemunhado a formação do capitalismo industrial na Alemanha em circunstâncias muito diferentes das da Inglaterra ou da França. O reconhecimento desse fato por Weber foi um elemento, no interior de seu pensamento, que lhe permitiu, apesar de recorrer a Marx, escapar da camisa-de-força que os seguidores de Marx do Partido Social-Democrático buscaram impor à história, em nome do materialismo histórico. (GIDDENS, 1998, p. 94).

Este texto de Antony Giddens faz parte do capítulo “Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo”. A tese principal do autor é que há muitos pontos comuns entre Marx e Weber; um deles seria a interpretação do desenvolvimento do capitalismo; só que para entender seus pontos comuns e as suas diferenças é preciso levar em conta os contextos históricos de cada um; e Giddens (1998) acha que o recurso tradicional de querer opor ambos não leva a lugar nenhum, só traz prejuízo à sociologia.

Nem todos os intérpretes de Marx concordam com essas observações de Giddens. Para Isteván Mészáros (2004), por exemplo, há uma diferença radical de posturas política e teórico-metodológica entre Marx e Weber. O pensamento do primeiro seria responsável pelo socialismo e o do segundo pelo liberalismo, os dois vistos como práticas científicas, políticas e econômicas. Para Mészáros (2004, p. 210), Weber é “um homem para todas as estações” e o seu pensamento foi renascido no Pós-Guerra.

Weber tornou-se “o homem de todas as estações” do capitalismo do século XX porque traçou linhas de demarcação engenhosas, que se harmonizavam com as necessidades intelectuais da época, à medida que elas surgiam de acordo com as novas circunstâncias [...] Weber tentou produzir um novo modelo de reconciliações, em uma situação de antagonismos sociais incomparavelmente mais agudos e contradições inegáveis. (MÉSZÁROS, 2004, p.211).

Para Mészáros (2004), Weber tentou alcançar a sua teoria de “conciliação do inconciliável”, a partir de duas estratégias intelectuais complementares.

A primeira consistia em uma extrema relativização dos valores, acompanhada da glorificação da subjetividade arbitrária e de suas acomodações dúbias à “exigência da época – com um ceticismo que tendia para o cinismo – das “muitas pessoas que hoje em dia esperam novos

profetas e salvadores”, Weber explicou seu credo em termos inequivocamente relativistas e subjetivistas: “Vamos agir de modo diferente, vamos ao nosso trabalho e satisfaçamos à ‘exigência da época’ – tanto no plano humano como no profissional. Essa exigência, no entanto, é clara e simples se cada um de nós encontrar e obedecer ao demônio que segura os fios de suas vidas.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 211-212).

Desse ponto de vista, para Mészáros (2004), a teoria weberiana está a serviço do capitalismo burguês científico e político.

Traçando deste modo as linhas de demarcação, Weber produziu uma solução que parecia satisfazer as exigências de “exatidão científica” no domínio dos insuperáveis “cálculo” e “racionalidade” capitalistas, sem interferir com o anseio do indivíduo isolado pela autodeterminação subjetiva e soberania na esfera dos valores. Como a estrutura kantiana, a “nova universalidade” da solução de Weber oferecia aos intelectuais muitos pontos de acesso e de replica, com uma “versatilidade” adequada à evolução da realidade capitalista, que continuou se renovando a despeito de suas contradições. (MÉSZÁROS, 2004, p. 213).

Brum (2000, p. 30) afirma que o capitalismo é a “expressão econômica do liberalismo”. O liberalismo, para ele, “[...] prega o afastamento do Estado da economia. Defende o Estado enquanto favoreça a livre produção e circulação de mercadorias, preserve a paz e proteja a propriedade. Da livre e desembaraçada ação do capital e dos indivíduos resultaria o bem geral da sociedade” (BRUM, 2000, p. 27).

O discurso de Weber é aquele que ilustra melhor o discurso da classe burguesa, a ideologia liberal sobre o capitalismo. Em *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 1997), pode-se ver com facilidade as relações das alianças dos agentes das instituições importantes do mundo moderno ocidental, o Estado, a ciência, a religião e a economia, no nascimento do capitalismo ocidental. A preocupação de Weber, nesse trabalho, era de demonstrar a influência da ética puritana na formação do capitalismo, mas ao mesmo tempo reconhece que a religião como elemento cultural não foi a única que contribuiu na emergência desse capitalismo, outros elementos materiais organizacionais, como parte da racionalidade ocidental, tiveram também a sua participação.

Também historicamente o “progresso” em direção ao Estado burocrático, que sentencia e administra na base de um direito racionalmente estatuído e de regulamentos racionalmente concebidos, encontra-se em conexão muito íntimo com o desenvolvimento do capitalismo. (WEBER, 2004b, p. 530).

Como Weber define o capitalismo? Diferenciando-o do “impulso para o ganho”, da “ânsia do lucro monetário”, do “lucro monetário mais alto possível” orientado pela irracionalidade do “aventureiro”; Weber situa o capitalismo no campo da ação racional. “Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalística, uma empresa

individual que não se orientasse por esse princípio, estaria condenada a desaparecer” (WEBER, 1997, p. 4).

Definimos agora os nossos termos de uma maneira mais precisa do que geralmente ocorre. Chamaremos de ação econômica “capitalista” aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém colocá-la na mesma categoria da ação orientada para a possibilidade de benefício na troca. Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termos de capital. Isto significa que ela se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio econômico de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da empresa em termos monetários (ou, no caso de uma empresa permanente, a estimação periódica dos bens financeiramente alienáveis) exceda o capital (cada vez mais, no caso da empresa permanente), isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca. (IBIDEM).

Há outros “elementos problemáticos” do ponto de vista da crítica marxista, pelo menos, os que Weber coloca na sua definição do capitalismo: os elementos considerados “específicos” do racionalismo ocidental. O primeiro deles é a introdução do “trabalho livre”. “O Ocidente, todavia, ao lado desse, veio a conhecer, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalística racional assentada no trabalho livre (formalmente, pelo menos). Disso apenas encontramos sugestões alhures” (WEBER, 1997, p. 7).

O segundo elemento é a organização industrial racional orientada para um mercado real que consegue se desenvolver. O seu sucesso, para Weber, deu-se por causa de dois fatores: a separação, de um lado, da moderna organização racional da empresa capitalista da empresa da economia doméstica, valorizando a contabilidade racional; e, de outro lado, a separação jurídica dos bens da empresa dos indivíduos. Em tudo: “Seu significado atual, entretanto, só foi alcançado pelo capitalismo ocidental, com a sua associação à organização capitalista do trabalho. O cálculo exato, que é a força da empresa capitalista, “só é possível no plano do trabalho livre” (WEBER, 1997, p. 7).

A dimensão problemática das análises de Weber, para os marxistas, consiste na mistificação da racionalidade capitalista. Dessa forma, a racionalidade, a burocracia, a divisão de trabalho, ou seja, o modo de produção capitalista, para ele, não acarreta nenhuma violência, exploração dos trabalhadores, das populações nacionais e mundiais onde foi implementado o capitalismo ocidental. Realidade que a abordagem marxista denuncia. Como dito, trata-se de uma postura ideológica burguesa liberal. Por isso o desprezo de Weber em

relação aos outros modos de produções não ocidentais ou mesmo ocidentais, mas rivais, tal como o socialismo. “E, assim como o mundo não conheceu uma organização racional do trabalho fora do moderno Ocidente, ou justamente por isso, não existiu antes nenhum socialismo racional” (WEBER, 1997, p. 8).

Caberia aqui a crítica de Santos, Menese e Nunes (2004), contra o etnocentrismo científico ocidental:

A constituição do “sistema-mundo moderno/colonial” [...] a partir do século XV, assentou em múltiplas “destruições criadoras” que, mesmo quando realizadas em nome de projetos ‘civilizadores’, libertadores ou emancipatórios, visam a reduzir a compreensão do mundo ocidental do mundo. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004, p. 6).

Antes de analisarmos a proposta política e científica de Karl Marx, impõe-se fazer uma observação. Muitas das “teorias liberais do desenvolvimento” se inspiram dessa concepção weberiana do desenvolvimento capitalismo. Entre as mais conhecidas podemos citar as teorias desenvolvimentistas ou teorias da modernização (Rostow), teorias dualistas; (Elias Gannagé) (COSTA, 1997, p. 148-168), opondo-se às abordagens marxistas, às teorias do subdesenvolvimento (FERNANDES, 1968; PRADO JÚNIOR, 1999; FURTADO, 1992) e as teorias da dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1970). Além disso, Mészáros (2004) vê o renascimento do seu pensamento, no pós-guerra, nas figuras dos intelectuais conhecidos como Raymond Aron, F. W. Taylor, Habermas; ou as teorias da modernização, da pós-modernidade, da globalização.

Voltemos ao Marx. O pensamento de Giddens (1998) de que um dos pontos comuns entre Marx e Weber é aquele sobre a análise do “desenvolvimento do capitalismo”, corre-se o risco de encobrir as diferenças políticas e metodológicas apontadas pelos intérpretes radicais de Marx como Mészáros. Em relação à terminologia empregada, para Mészáros, Marx não usou o termo capitalismo na sua grande obra *O Capital*, mas o capital, e isso, para ele faz diferença. “Trata-se de um problema importante, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, como vários aspectos claramente distintos” (MÉZÁROS, 2002, p. 1064). Frequentemente são usadas as expressões como “civilização”, “sociedade civilizada”, “modo de produção capitalista” para se falar da “revolução burguesa” no campo da política e economia nos escritos de Marx e Engels. Esclarecendo o significado do título do seu livro *Para além do capital*, que é uma atualização da obra de Marx, István Mészáros traz esses detalhes:

Marx chamou seu trabalho “CAPITAL”, e não “CAPITALISMO”, na verdade por uma boa razão, como veremos no instante. Similarmente, ele definiu o objeto do seu volume primeiro como “der Produktionsprozess des kapitals”, isto é, “O processo de produção do capital”, e não como processo da

“Capitalist Production” (da “produção capitalista”) – como foi erroneamente traduzido para o inglês, sob a supervisão de Engels -, que é um assunto radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1064; grifo do autor).

O segundo ponto que ele cita para esclarecer o significado do “Para além do capital” traz esclarecimentos sobre o capital e o capitalismo.

“Capital” é uma categoria dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital “monetário”, “mercantil” etc. – vários séculos antes de a formação social do CAPITALISMO enquanto tal emergir e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até que finalmente o CAPITALISMO INDUSTRIAL se torne a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente defina a fase clássica da formação capitalista. (IBIDEM; grifo do autor).

O que Mészáros acaba de mencionar é verdade, até porque nos estudos posteriores, como em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2004, p. 80) usa o termo capital e capitalismo. “O capital é então o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalismo tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como proprietário do capital. O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor” (MARX, 2004, p. 80).

Ou ainda nessa frase: “Vejamos depois de que forma o capitalista, por meio do capital, desempenha o poder de domínio sobre o trabalho e, em seguida, como o próprio capital domina o capitalista” (MARX, 2004, p. 80). E se pergunta: Mas o que é o capital?. Citando Jean-Baptiste Say e Adam Smith responde que o capital é trabalho acumulado. “Recursos, “stock”, é toda a acumulação de produtos da terra ou de manufatura. O “stock” só se chama capital quando traz ao proprietário rendimento ou lucro” (IBIDEM, 2004, p. 80).

Para Marx, a lógica do capital é exploradora e contraditória. Mészáros muito se aprofundou nesse assunto. Antes da análise desse tema, cabe apontar para o terceiro ponto que traduz o significado do “Para além do capital”.

O mesmo é verdadeiro para “produção de mercadorias”, que não pode ser identificada com a produção capitalista de mercadorias. A primeira precede a última, novamente de muitos séculos, requerendo, assim, uma definição precisa das especificidades históricas do modo capitalista de produção de mercadorias, porque, como insiste Marx, “a produção de mercadorias, necessariamente, transforma-se em produção capitalista de mercadorias, num momento dado.” (Marx, “Marginal Notes on Wagner”, p. 228, de *Value Studies by Marx*, London, New Park Publications, 1976) (MÉZÁROS, 20002, p. 1064).

No “Primeiro Manuscrito” que trata do “Salário do trabalhador”, do “Lucro do capital”, de “O domínio do capital sobre o trabalho e os motivos do capitalista”, de “Acúmulos de capitais e concorrência entre capitalistas”, de “Renda de terra”, do “Trabalho alienado”; Marx

desafia as análises da economia política clássica mostrando a exploração do trabalhador pelo capitalista no modo capitalista de produção.

Nós partiremos de um fato econômico contemporâneo.

O trabalhador torna-se tanto pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser estranho, como um poder independente do produtor [...]

A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação. (MARX, p. 111-112, 2004).

Fredrich Engels corrobora a ideia marxiana da escravidão do trabalhador na sociedade civilizada, tema que Weber descarta por considerar que, com a introdução do trabalho assalariado, logo o capitalismo se racionalizou e se humanizou. Retomando Friedrich Engels ([1884], p. 187):

Vimos acima como, logo numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força de trabalho do homem se torna capaz de produzir consideravelmente mais do que seria necessário para a subsistência dos produtores e como essa fase de desenvolvimento é, quanto ao principal, a mesma em que surgiram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Não se demorou muito tempo para descobrir a grande “verdade” de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força do homem podia chegar a ser objeto de troca e de utilização, desde que o homem se transformasse em escravos. Mal os homens haviam começado a trocar, acabaram eles próprios sendo logo a seguir trocados. O ativo se transformava em passivo, quer os homens quisessem, quer não.

Para Engels, a divisão do trabalho na sociedade capitalista é uma forma de escravidão. “Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento na civilização, instaurou-se a primeira grande cisão da sociedade, numa classe exploradora e numa classe explorada. Essa cisão manteve-se durante todo período civilizado” (ENGELS, [1884], p. 187). A escravidão é, para ele, a primeira forma de exploração do homem pelo homem. Estava presente no mundo antigo, na Idade Média e se manifesta nos “tempos recentes” no trabalho assalariado. “São essas as três formas de escravidão, características das três épocas da civilização, mantendo-se sempre a existência paralela da escravidão, primeiro abertamente e, agora, de forma velada” (IBIDEM). Antes de continuar, deve-se dizer que, para evitar confusões, os africanistas têm falado da escravidão racial de plantação que afetou, exclusivamente, a população negra.

A escravidão-racial de plantação, surgida pela primeira vez no Oriente Médio a partir do século IX, no período abássida, e praticada a partir do século XV até o final do século XIX em todo o Continente Americano, é muito parecida com a escravidão econômica generalizada. A diferença notável e substancial desta última categoria reside no fato de que o estatuto escravo é reservado exclusivamente a uma raça-alvo: a chamada raça negra. (MOORE, 2008, p. 224).

Voltemos a István Mészáros. Para este intérprete de Marx, o capital ou o sistema do capital é uma “contradição viva”.

Na raiz de todas elas [contradições] encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e o trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-las. (MÉSZÁROS, 2006, p. 19).

Entre as principais contradições, István Mészáros cita essas:

Produção e controle;
 Produção e consumo;
 Produção e circulação;
 Competição e monopólio;
 Desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país);
 Expansão das sementes de uma contração destinada a produzir crises;
 Produção e destruição (está última geralmente glorificada como “produtiva” ou “destruição criativa”);
 Dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo;
 Produção de tempo livre (sobretalho) e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário;
 Forma absolutamente autoritária da tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação “consensual”;
 Expansão do emprego e geração de desemprego;
 Impulso de economizar recursos materiais e humanos combinado ao absurdo desperdício deles;
 Crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental;
 Tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais;
 Controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de planejamento em todas as formas concebíveis do sistema do capital); e,
 Concentração entre a regulação econômica e política de extração de sobre trabalho. (MÉSZÁROS, 2006, p. 19-20).

Tanto em *Para além do capital* (2004) como em *O século XXI: socialismo ou barbárie?* (2006), István Mészáros, revisando a teoria marxiana, ataca o pensamento dominante, o liberalismo e o neoliberalismo. Com isso, a sua intenção é mostrar a viabilidade do projeto socialista hoje.

É absolutamente inconcebível superar qualquer uma dessas contradições, muito menos esta rede inextricavelmente combinada, sem instituir uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital.

Uma alternativa baseada na igualdade substantiva, cuja ausência total é o denominador comum e o núcleo vicioso de todas as relações sociais sob o sistema existente. (MÉSZÁROS, 2006, p. 20-21).

Deve-se dizer que o marxismo é uma escola complexa. Nela convivem os marxistas radicais, pseudo e os progressistas. Se a posição de Mészáros (2004), a nosso ver, inclina-se a se localizar na primeira tendência, a de um estudioso como Octávio Ianni, inclina-se a ser para a última tendência. Uma das razões de sua distinção pode ser a agregação de outras abordagens teóricas no seu ofício de cientista social. É dessa forma que não se poderia concluir com a definição marxista do capitalismo sem evocar algumas passagens da obra de Ianni: *Capitalismo, violência e terrorismo* (2004), que condiz com a preocupação de uma teoria da complexidade que busca apreender o real em todos seus ângulos, evitando-se o dogmatismo teórico.

Já são muitos os que reconhecem que o capitalismo pode ser visto como uma imensa e complexa fábrica, influenciando direta e indiretamente as condições de vida e as perspectivas de indivíduos e coletividades, povos e nações, em todo mundo. Como toda fábrica, literal e metaforicamente, gerenciada por poucos, em benefícios de alguns e em prejuízo de muitos. Suas realizações revelam-se notáveis, às vezes edificantes, muitas vezes terríficas. Em geral, o capitalismo tem sido visto também como o emblema da do progresso, evolução e modernização, bem como o emblema da democracia e cidadania. Mas tem sido visto também como o emblema da decadência, pauperismo e intolerância, bem como da tirania e barbárie. Parece uma fábrica enlouquecida, com a qual se reproduzem coisas e ilusões, tanto quanto guerras e destruições. (IANNI, 2004, p. 9).

E prossegue:

Refletir sobre alguns aspectos do capitalismo, tendo em conta o que parece evidente e o que se revela estridente, pode contribuir para o esclarecimento de sua condição histórica, de sua historicidade; de tal modo que se revela uma configuração social imensa e complexa, germinando continuamente também as tensões, desigualdades e contradições com as quais se planta a sua superação. (IANNI, 2004, p. 9).

Se na primeira passagem Ianni leva em conta, também, outros aspectos positivos do capitalismo, progresso, evolução, modernização, democracia e cidadania, nessa última assume a sua postura marxista, que é de desmascarar o capitalismo como ideologia liberal e neoliberal criadoras de tensões, desigualdades e contradições. Como Marx, Ianni (2004), também acredita no projeto socialista, que ele qualifica do “neo-socialismo”. Nessa perspectiva, as categorias de raça e gênero entram na cena epistemológica, evitando-se os reducionismos. Como projeto político e científico visa a superação dos erros do capitalismo industrial e do “socialismo realmente existente”, retomando a expressão de Mészáros (2004).

Para além da teoria da ação de Weber e da teoria do conflito que tem informado os pensamentos do século XX e XXI sobre o desenvolvimento capitalista, a abordagem

estrutural-funcional também tem trazido a sua contribuição. Para Florestan Fernandes (1968, p. 166), esta define o desenvolvimento como “diferenciação das formas da integração da ordem social e pode ser representada, conceitualmente, como multiplicação das formas de integração numa determinada sociedade”. Pensar o desenvolvimento da população negra nesse sentido significa refletir sobre as condições de sua integração na sociedade de classes (FERNANDES, 1965, 1968, 1978) e raças (IANNI, 2004d). Como Florestan dialogava também com a análise histórico-sociológica é preciso salientar que a mobilização do Movimento Negro como ator político era e é imprescindível para a sua emancipação ou desenvolvimento. Para nós, emancipação, integração sócio-cultural e sócio-econômico são usados como sinônimos do desenvolvimento alternativo.

Diferente de Mészáros (2004) que considera o conceito de desenvolvimento, modernização, modernidade, globalização, pós-modernidade como conceitos vagos, alinhados com o pensamento dominante capitalista, uma boa parte de autores contemporâneos do Norte e do Sul têm buscado usar desenvolvimento e subdesenvolvimentos como recursos teóricos dos seus pensamentos, questionando os modelos impostos pelo Norte (FORSTER, 2007; WEBSTER, 1990). Não em poucos casos, estes estudiosos tendem a reconciliar as contribuições weberianas, marxianas e durkhemiana. Os estudos do desenvolvimento alternativo enquadram-se nessa perspectiva reconciliadora e crítica. Esse novo pensamento busca interpretar, geralmente, a história das sociedades não européias sem preconceitos e sem uma visão evolucionista-gradualista, senão enfatiza a dimensão dialética e da complexidade.

2. Desenvolvimento como campo recente

No seu artigo “Revisitando o desenvolvimento”, Eduardo Kugelmas (2007) fala do “desenvolvimento como um problema recente”, que data após a Segunda Guerra Mundial. Vale lembrar que a expressão “desenvolvimento econômico”, que hoje parece tão comum, tão presente na bibliografia, na mídia, onde quer que seja, é, na realidade, recente. É possível datar, do segundo pós-guerra, o surgimento do desenvolvimento econômico como tema. Por que isso? Evidentemente, já temos, em 1945, no mínimo, duzentos anos de pensamento econômico. Porém, os clássicos da teoria econômica não usavam, ou usavam muito raramente a expressão “desenvolvimento econômico”: em Adam Smith aparece a ideia de *material progress*; Stuart Mill aborda o problema, mas não usa a expressão propriamente dita; somente com Schumpeter surge certa ênfase nessa temática, quando acentua a importância do círculo de inovação tecnológica. Mas, na realidade, é em torno da segunda metade da década de 1940,

que o uso do termo se consolida e ocorre a constituição de certo corpo teórico ou corpo doutrinário (KULGEMAS, 2007).

Como problema social-humano, o desenvolvimento sempre existiu. Assim, pode-se dizer que, nesse aspecto, cedo se tem colocado como problema político um desafio para as coletividades humanas no sentido de resolver seus problemas. Como objeto da ciência, conforme acabamos de ver, sempre foi estudado por várias disciplinas com seus matizes ideológicos, empregando termos e categorias da sua época, mas, o que lhes eram comum, era a ideia evolucionista do mundo.

O desenvolvimento torna-se objeto de disputas científicas e políticas, recentemente, após a Primeira Guerra Mundial; mais precisamente, durante a emergência da grande crise do capitalismo, a Grande Depressão (1929). O “New Deal”, a política de reajuste econômico anunciado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, entre 1933-1937, é visto por Mészáros (2006, p. 33-79), como a grande estratégia política da implementação da “fase potencialmente fatal do imperialismo” americano. Nesse período, são as ciências econômicas, sobretudo o keynesianismo, que vão ser as forças do pensamento político e econômico. “O pensamento keynesiano depositava na idéia de que não era possível acreditar que os automatismos de mercado pudessem conduzir a uma solução necessariamente favorável do ponto de vista social” (KUGELMAS, 2007, p. 8). Assim era preciso a existência de um Estado com capacidade de planejamento.

Desenvolvimento como campo de estudos multidisciplinar só se erigiu nos anos de 1960, período da descolonização dos países africanos (FORSTER, 2007; WEBSTER, 1990). O discurso do presidente Harry S. Truma feito em 1949 e é reconhecido como aquele que explicitou, para a comunidade internacional, o interesse político e econômico da questão do desenvolvimento, que logo dará nascimento ao campo dos Estudos do desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vão impondo a sua hegemonia política e econômica, conforme Mészáros (2006), usando do “desenvolvimento”, da “democracia”, dos “direitos humanos”, como retóricas para impor a “modernização” ocidental no “Terceiro Mundo”. Sendo que, na perspectiva desse autor, tal discurso esconde as raízes históricas das desigualdades sociais que a maioria dessas nações enfrentam como resultado da expansão descontrolada do capital global.

Num artigo, pertinente, intitulado “Pertinence des études Du développement à l’ère de La mondialization”, Jacques Forster (2007) mostra que o campo dos estudos do desenvolvimento se consolidaram, radicalmente, desde 1977. A sua reflexão reporta-se às

transformações importantes que ocorriam, simultaneamente, nos “países em via de desenvolvimento” e no resto do mundo, e também sobre a própria evolução do conceito. O que gostaríamos de aproveitar da sua reflexão, no que cabe à argumentação feita aqui, é a apreensão, de um lado, das contribuições desse campo de estudo, e dos seus temas de outro lado. No que cabe ao primeiro ponto, Jacques Forster escreve:

Os estudos do desenvolvimento nasceram após a Segunda Guerra Mundial, num contexto histórico que Gunnar Myrdal bem caracterizou: o da guerra fria, da descolonização e da aspiração dos países em desenvolvimento a ocupar um melhor lugar na ordem política e econômica mundial e condições de vida mais dignas para todas suas populações. (FORSTER, 2007, p. 15; tradução nossa)

Independentemente das manipulações ideológicas que os cientistas e políticos do pensamento dominante liberal vinha a fazer do uso desse conceito, realidade que Mészáros (2003; 2006) tanto denunciou em seus escritos, com Florester (2006, p. 16), diríamos que, de um lado, as razões históricas que levaram à emergência dessa disciplina permanecem, são elas: a dominação, as desigualdades, a pobreza, o racismo, que continuam sendo seus problemas éticos e científicos. Além disso, os problemas globais que afetam tanto as populações do Norte como do Sul exigem que as pesquisas e políticas produzidas, nas regiões diferentes, sejam confrontadas.

Em relação ao “campo de investigação”, os temas dos estudos do desenvolvimento, Forster (2007) identifica dois: o campo tradicional e os novos campos. No primeiro campo: o Sul era objeto de estudos dos pesquisadores do Norte. Assim, podemos entender; apesar da hegemonia das ciências econômicas nessa arena à rejeição da ligação da problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento com a questão da escravidão e o racismo. Já com as mudanças de descolonização política e epistemológica que houve a partir dos anos de 1960-1970, com a entrada dos pesquisadores do Sul, na cena, foi possível entender a emergência de novas abordagens multidisciplinares e novos temas. Essas mudanças são devidas a três fatores. Primeiro, a maioria dos problemas globais (ecologia, poluição, migração, segurança, etc.) dizem respeito tanto aos países do Norte como aos do Sul. Segundo, a dimensão multi e interdisciplinar do campo exige, cada vez mais, cooperação e colaboração entre pesquisadores. “A diversidade paradigmática que dele carrega encoraja o pluralismo metodológico e ideológico” (FLORESTER, 2007, p. 17; tradução nossa). Terceiro, os estudos de desenvolvimento são essencialmente orientados para soluções concretas de problemas específicos; a sua preocupação é de formular recomendações aos tomadores de decisões em nível local e global. Além dessa orientação, eles tendem a ter a sensibilidade para com as especificidades de cada sociedade. É o aspecto de política de intervenção econômico-social,

ou seja, de política pública, que estamos reivindicando dentro do conceito do desenvolvimento.

Em relação aos novos temas dos estudos do desenvolvimento, Florester afirma que os velhos temas têm aparecido aqui em termos novos: a problemática da distribuição de riquezas e de poder nas sociedades do Norte como nas do Sul, levando-se em conta as particularidades de suas comunidades urbanas e rurais (FLORESTER, 2007, p. 17-18), ricos e pobres, homens e mulheres, jovens e idosos. Enfim, é a problemática do mundo multicultural em andamento. “A experiência das relações interculturais, ela também inseparável do objeto inicial dos estudos do desenvolvimento, parece indispensável num mundo”, conforme Florester (2007, p. 18-19; tradução nossa), que conhece tanto global como localmente, as tensões entre os movimentos de integração da sociedade mundial e a resistência contra essa integração; onde as identidades culturais são evocadas, ora invocadas para explicar/justificar as tensões resultantes de projetos políticos antagonistas; e onde cada país, na Europa e na América do Norte, notadamente, é condenado, à vontade ou contra vontade, a construir uma sociedade multicultural.

Contrariamente ao pensamento dominante do desenvolvimento, esta pesquisa se fundamenta no novo paradigma do desenvolvimento alternativo, que tem ganhado força a partir de 1990 (PAIVA, 1993; ARBIX et al. 2001; FAVREAU, 2004; PNUD, 2005). Apesar de ser um referencial teórico construído a partir da disciplina da sociologia, reconhecemos que a teoria do desenvolvimento multicultural, sugerido neste trabalho, é parte integrante dos estudos do desenvolvimento, e não só parte de uma simples sociologia do desenvolvimento. O Campo de desenvolvimento representa as teorias que têm por objeto de análise o desenvolvimento.

3. Teorias do desenvolvimento numa perspectiva histórica

Pensando sobre as teorias e estratégias de desenvolvimento no Sul, tendo como ponto de partida o itinerário dos anos 1960 até nossos dias, o sociólogo do “desenvolvimento das coletividades”, Louis Favreau (2004), distingue dois momentos histórico do desenvolvimento: o momento de crise de grandes modelos (1960-1990 e de 1990 até hoje) e o momento de renovação do desenvolvimento (1970-1990 e de 1990 até hoje). A periodização indicada não significa que os momentos sejam lineares, pelo contrário, os modelos que os caracterizam, geralmente, coabitam; o que muda é a dominação de um modelo sobre os outros.

3.1. Crise dos grandes modelos

O primeiro momento é “a crise de grandes modelos depois de quatro décadas de desenvolvimento”. Para Favreau (2004, p. 3), dos quarenta anos de história ligada ao desenvolvimento dos países do Sul (1960-2000), passamos da descolonização com as esperanças que suscitava a uma mundialização neoliberal, aos três modelos de pensamentos de desenvolvimento que dominaram o cenário mundial. Os dois primeiros modelos reinaram entre os anos de 1960 a 1980. O terceiro modelo surgiu da crise dos dois a partir dos anos de 1980 até 2000, quando encontra a oposição forte do novo pensamento do desenvolvimento alternativo.

3.1.1. Desenvolvimento como crescimento econômico

O primeiro modelo do pensamento do desenvolvimento é de matriz ideológica liberal. Foi protagonizado por Rostow. Descrevia o desenvolvimento econômico como um processo composto de uma sucessão de etapas que devem ser seguidas por todos os países, com base na experiência dos países do Norte. Tratava-se de uma visão economicista do desenvolvimento, no sentido de que entende o desenvolvimento, simplesmente, como maximização do crescimento. Os autores que têm trabalhado nessa linha concentram e definem o desenvolvimento a partir de três motores: urbanização, industrialização e economia do mercado; três motores que seriam na origem do desenvolvimento das sociedades do Norte entre 1830-1975 (FAVREAU, 2004, p. 3-5).

3.1.2. Teoria da dependência

O segundo modelo do pensamento é a teoria “dependentista” de desenvolvimento dos países do Sul. Para Favreau (2004, p. 5-6), trata-se de uma análise marxista do desenvolvimento que pensa que os países do Sul estão numa situação de bloqueio por causa da intervenção dos países do Norte no tempo da colonização e, em seguida, pela sua presença tecnológica e econômica determinante através das empresas multinacionais. Assim, a troca torna-se desigual entre as nações do Norte e do Sul. Amin e Wallerstein, representando a África, Cardoso e Faletto, representando a América Latina, defendem a teoria da dependência dos países da periferia (Sul) em relação aos países do centro (Norte), contra a dependência, ao mesmo tempo comercial, tecnológica e financeira. O subdesenvolvimento é identificado, nesse quadro teórico, como o resultado de um ambiente internacional, sistematicamente

desfavorável, ligado a uma dominação do Norte sobre a economia mundial, mas, segundo uma divisão internacional em que o Sul é sempre perdedor. Como se vê o referencial marxiano tem influenciado esse pensamento.

O terceiro modelo é dos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) (1980-2000), que surgiu na crise do modelo “desenvolvimentista” nos anos 70. Os PAE são oriundos do consenso de Washington, e tornaram-se, durante 20 anos, a mão de ferro de um “desenvolvimento” neoliberal. Favreau (2004) resume as políticas de PAE do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em três pontos: 1) maximizar a inserção dos países do Sul no mercado mundial, isto é, uma abertura das economias ao exterior; 2) privatizar as empresas de caráter público e liberalizar os preços; 3) reduzir as despesas sociais (educação, saúde, moradia, etc).

Como se sabe, afirma este autor canadense, os PAE são desconsiderados, hoje, tanto pelos seus insucessos, tanto quanto pelo seu descuido do social. Isto se verifica pelo aprofundamento da situação social da maioria dos países do Sul onde eles foram aplicados. O grande dano que essa ideologia neoliberal causou, conforme Favreau (2004, p. 8-9), foi o de retirar o tema do desenvolvimento da agenda da comunidade internacional e de suas instituições. Os conceitos de crescimento e de competitividade venceram o do desenvolvimento, que se refugiou no PNUD. Isto significa que, se para os teóricos do PAE, desenvolvimento significa crescimento econômico, para os agentes do PNUD, ele não se reduz a si próprio. Desenvolvimento é mais amplo, significa qualidade de vida e os direitos humanos (PNUD, 2005).

O segundo momento histórico é o da renovação do desenvolvimento (1970-1990 e de 1990 até nossos dias). Do ponto de vista do marco ideológico aproxima-se do modelo marxista, da teoria da dependência, e coloca-se como uma crítica em relação ao modelo liberal: o modelo etapista e dos PAE. Seus atores são representantes das classes dominadas, grupos subalternos do Sul e do Norte (SANTOS, 2001, 2003a; SANTOS; NUNES, 2003). Favreau (2004, p. 10-11) situa a emergência desse marco teórico no contexto de precariedade que prevalece no Sul, após a aplicação dos PAE. Este autor vê, nele, um tempo de estabelecimento de solidariedade e renovação do pensamento sobre o desenvolvimento. Duas fases históricas caracterizam o pensamento da renovação do desenvolvimento.

3.1.3. Desenvolvimento como humanismo

A primeira fase foi trilhada pelos cientistas sociais, sobretudo economicistas dos anos de 1970-1980. Com o subtítulo: “Aqueles que abriram o caminho: os economistas dos anos de 70-80”, Favreau (2004, p. 12-13) defende que foram eles os primeiros a desafiar o pensamento liberal dominante. François Perroux, Louis Joseph Lebret, Hirschmann e Myrdal, salienta esse autor, indagavam, partindo das experiências mais significativas no Sul, sobre um desenvolvimento econômico mais humano. De onde se introduz no debate a distinção fundamental entre crescimento, aumento de produção, e desenvolvimento, que é a organização de produtos, rendas e despesas em função da melhoria das condições de vida do conjunto da população. Nesse pensamento dos economistas heterodoxos, pondera o mesmo autor:

Se a industrialização é sem dúvida uma necessidade que nem uns nem os outros contestam hoje, o desenvolvimento é outra coisa, é mais que a industrialização e o mercado, porque supõe educação das famílias, a formação da mão de obra, uma intervenção forte do Estado na economia, a tomada em conta do meio ambiente [...]. (FAVREAU, 2004, p. 13; tradução nossa).

Na mesma perspectiva, conforme Favreau (2004, p. 12), os cientistas sociais, tais como Henri Desroche, Albert Meister, Paulo Freire e Ivan Illich, nos anos 60-70, tinham-se interrogado sobre o papel das associações e cooperativas para o desenvolvimento e sobre os aspectos culturais, incluindo a alfabetização e, de modo geral, a escolarização e a formação. De outro lado, no que toca à disciplina do desenvolvimento e populações, estudiosos, tais como René Dumont e Josué de Castro, refletiam sobre os aspectos sociodemográficos (população, alimentação e agricultura), sobre a questão da participação das mulheres no desenvolvimento da educação e da família, sobre as relações de equilíbrio e desequilíbrio entre o campo e a cidade.

3.1.4. Pensamento alternativo do desenvolvimento

O pensamento heterodoxo dos anos de 1970-1980 prepararia o terreno para a elaboração do novo paradigma do desenvolvimento nos anos de 1990 até os dias atuais. É visto como o pensamento alternativo em relação ao pensamento dominante neoliberal. No plano de luta ideológica e política, entre modelos de desenvolvimento, visto a partir das instituições internacionais, Favreau (2004, p. 10-11) nota que o reducionismo do conceito de desenvolvimento ao crescimento e a impotência dos PAE levariam outros atores sociais a

introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito, para ele, foi construído por muitas ONGs internacionais dentro das instituições internacionais de caráter cultural (UNESCO) ou social (Relatório Brundtland em 1987, Encontro do Rio, 1992), e, rapidamente, se difundiu entre vários Estados, governos locais, nas comunidades científicas e nos movimentos sociais nacionais, internacionais e altermundialistas (Fórum social mundial de Porto Alegre em 2001, 2002, 2003). Tudo isso significa que não é uma construção social só dos movimentos ecologistas. O uso dos recursos naturais, segundo o princípio da precaução, “o trabalho da comunidade, pela comunidade”, o comércio equitativo, a solidariedade, a cooperação, a qualidade de vida das populações são, doravante, temas inseridos nas pautas nacionais e internacionais que discutem o desenvolvimento.

Em outras palavras, para Favreau (2004), a situação das populações do Sul dos anos de 1990 não deve somente ser analisada a partir do tema do desenvolvimento sustentável dos ecologistas; ela implica, também, um diálogo com as teorias da economia social e solidária ou economia popular, como ele prefere chamá-la, a partir da realidade do Sul. Desta forma, exige a investigação à luz da economia popular e da criação de riquezas no contexto de precariedade: o agudo crescimento da economia, dita informal nos países do Sul, acabou por interpelar vários movimentos sociais, sindicatos, associações, institutos de pesquisas e a tomada de consciência da nítida insuficiência de políticas macroeconômicas acabaram por questionar a comunidade científica e os *experts*.

São nessas circunstâncias que vêm se consolidando, desde 2000, as teorias da nova economia, a nova economia sociológica (NSE), tendo por objetivo pensar conceitos como economia popular, economia social e solidária e a teoria do desenvolvimento local e regional, do desenvolvimento comunitário, do desenvolvimento territorial, o desenvolvimento social e econômico e nas suas interações com os governos locais e regionais. (NEAMTAN, 2000; LÉVESQUE, 2001; FAVREAU, 2002; GENDRON; 2004). Deve-se dizer que se trata de um esforço teórico de se pensar o desenvolvimento na perspectiva dos “saberes locais”, de se fazer ou organizar a economia, a política, a cultura, a sociedade e as comunidades a partir da participação popular.

Assim, Louis Favreau (2004) se interroga, no seu texto, ironicamente, se não teria existido, desde 1990, um novo paradigma do desenvolvimento. Pois muitos autores, tais como Paiva (1993), Oth (1997), Lévesque (2004), incluindo Favreau (2004), têm pensado nesse sentido. O mesmo autor reconhece que a introdução dessa nova visão do desenvolvimento veio dos esforços teóricos e políticos dos economistas do Sul que, impondo-se nos anos de 1990, vão introduzir o índice do desenvolvimento humano (IDH) que, há dez anos (a partir de

1990), alimenta a base do cálculo do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, que publica o Programa do Desenvolvimento das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). O IDH das populações é analisado a partir de três elementos: esperança de vida ao nascer, o nível de instrução e o nível de renda e trabalho. Há quem introduza outros elementos para a sua avaliação, como o acesso aos direitos (ORTH, 1997; SEN, 2000; PNUD, 2005). Com isso, queremos salientar com Favreau (2004), que essa nova visão do desenvolvimento faz valer, ao mesmo tempo, os indicadores econômicos e sociais. Daí a insistência em minha pesquisa em trabalhar o tema desenvolvimento social e econômico da população negra no Brasil.

Essa nova visão é, em si mesma, uma verdadeira revolução teórica e prática, isto é, na maneira de se pensar, fazer e avaliar as políticas públicas que visam ao desenvolvimento das nações ou das populações, pensadas e executadas pelas organizações internacionais, pelos centros de pesquisas e pelos governos. Aqui, crescimento e desenvolvimento, devem ser pensados em conjunto. O IDH, no entendimento de Favreau (2004), introduziu uma visão multidimensional do desenvolvimento, abrindo portas para uma abordagem para além das necessidades, ditas básicas. Abriu portas rumo aos outros critérios do desenvolvimento que não são mais estritamente econômicos, tais como educação, o acesso à água, um meio ambiente não poluído, o capital social e cultural.

Esta abordagem do conceito desenvolvimento é uma daquelas em que se fundamenta este projeto de pesquisa. Valère Oth (1997), na sua análise sobre o conceito de “desenvolvimento local”, avisa-nos que o quê, realmente, muda na definição dessa palavra são os adjetivos. Dessa forma, o desenvolvimento, no quadro do Novo Paradigma do Desenvolvimento (NPD), pode ser classificado como “desenvolvimento local”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento autocentrado”, “desenvolvimento integral”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento de capacidades”.

Essa pesquisa baseia-se nessas definições renovadas do desenvolvimento. Favreau (2004, p. 15) resume o pensamento atual sobre o NPD nos elementos seguintes: 1) o social deve ocupar o lugar de comando; 2) a economia deve ser considerada pelo o que ela é, um instrumento do desenvolvimento, não um fim; 3) o meio ambiente deve constituir uma condição nova nas escolhas econômicas que se operam; 4) a busca de algumas prioridades se impõem, simultaneamente, notadamente o emprego, a construção de instituições democráticas e a partilha das riquezas.

Os Relatórios de PNUD têm pensado o desenvolvimento nessa perspectiva. Este trabalho se inspirou, desde o início, nesses estudos. O Relatório de PNUD, Brasil de 2005, nos mostrou até que ponto o IDH dos afro-brasileiros é subdesenvolvido. Sendo esta pesquisa um

estudo sobre as condições de possibilidade do desenvolvimento da população negra; opto pela definição de Carlos Lopes, que vê o “desenvolvimento como a transformação de capacidades” em três níveis: individual, institucional e social: Isto significa fomentar processos domésticos, valendo-se da riqueza do conhecimento e das capacidades locais e expandindo-os para atingir os objetivos que o país definir (LOPES, 2005). O conceito do desenvolvimento desse autor se enquadra no “paradigma do desenvolvimento humano” da PNUD (2005), que implica uma nova ordem baseada na garantia dos indissociáveis direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; tem como fundamento ético a expansão das liberdades entendidas como possibilidades de os indivíduos e as coletividades realizarem plenamente suas potencialidades, capacidades, habilidades.

4. Desenvolvimento econômico multicultural como desenvolvimento alternativo

O desenvolvimento é um campo investigado por várias disciplinas das ciências sociais, entre outras a antropologia, a sociologia, a história e a economia. A ciência política também tem feito do desenvolvimento seu objeto de estudo. As ciências do desenvolvimento tendem a ser o campo de estudo interdisciplinar.

Existem duas tendências na análise do campo do desenvolvimento. O pensamento dominante que investiga a questão do desenvolvimento na sua ligação com o crescimento econômico e o pensamento alternativo que estuda o desenvolvimento ampliando a sua compreensão re-inserindo a economia no social. Portanto, tende a estudar o econômico na sua relação com o social. É o que faremos nessa parte da análise. Mas, há uma diferença essencial quanto aos pontos de partida: ao colocar o desenvolvimento no centro da análise, optamos pelo econômico como o foco da análise da sociedade multicultural, e não como um elemento isolado desse. Quando estudarmos o “multicultural”, faremos o caminho inverso.

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural se inspira desse segundo paradigma. Incorporando os pressupostos teórico-metodológicos das ciências do desenvolvimento, isto é, a abordagem multidisciplinar, se fundamenta nas teorias alternativas do desenvolvimento, o chamado também novo paradigma do desenvolvimento. As abordagens que lhe dão o suporte são essas: a nova sociologia econômica, economia social e solidária, a nova economia do desenvolvimento (SEN, 2000; THOMAS et al., 2001), o desenvolvimento humano, o desenvolvimento econômico comunitário, desenvolvimento local.

Todas essas teorias compartilham alguns pressupostos comuns. Sendo assim, recorreremos aos elementos substanciais de cada uma para costurar o nosso ponto de vista. Um

dado consensual, aqui, é que o desenvolvimento visto como campo é uma construção social e histórica. A respeito, o titular da Cadeira Pesquisa Canadá em Desenvolvimento das Coletividades, Louis Favreau, escreve o seguinte:

O desenvolvimento é, portanto, hoje mais concebido como mobilização econômica, social e cultural de todas as potencialidades de um país (ou de uma região, ou de uma comunidade local) em torno de certo número dos objetivos de melhoramento das condições e de qualidade de vida das populações. E como qualquer mobilização, há sucessos e insucessos, pontos fortes e fraquezas, conflitos e cooperações não suspeitadas. (FAVREAU, 2004; nossa tradução).

Essa mobilização envolve novos atores do desenvolvimento que lhe conferem um novo sentido. As teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento econômico comunitário colocam o peso na teorização e na prática do desenvolvimento nas comunidades locais, identificados, por nós, como populações negras ocupantes dos territórios urbanos e rurais, os agentes dos movimentos negros urbanos e rurais quilombolas.

As contribuições da nova sociologia econômica inovam, nesse sentido, quanto à identificação e redefinição do conceito desenvolvimento. Num esforço de estabelecer um diálogo entre as disciplinas e subdisciplinas das ciências sociais, que têm a economia por objeto de investigação, a nova sociologia econômica identifica os agentes seguintes como construtores do campo da economia: o Estado, o mercado e a sociedade civil.

A nova sociologia econômica e a economia social e solidária têm se desempenhado em demonstrar que a economia, objeto de disputa entre os agentes do pensamento dominante e do pensamento alternativo do desenvolvimento, é, na sua totalidade, um sistema social.

Só para limitarmos na abordagem bourdieusiana da nova sociologia econômica, na introdução do seu livro, *Les structures sociales de l'économie*, Bourdieu leciona:

A ciência que chamamos de «economia» fundamenta-se sobre uma abstração original, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas ou uma dimensão dimensão de toda prática, da ordem social na qual toda prática humana está imergida. Essa imersão cujos alguns aspectos ou efeitos são encontrados quando se fala, depois de Karl Polany, d' « embeddeness », obriga-nos, mesmo quando, por necessidade de conhecimento, se é obrigado de tratar de outra forma, de pensar toda prática, começando por àquela que se manifesta de maneira mais evidente e a mais estrita como «econômica», como «fato social total», no sentido de Marcel Mauss. (BOURDIEU, 2000, p. II; tradução nossa).

São esses clássicos da sociologia e da antropologia econômica citados por Bourdieu, Karl Polany, Marcel Mauss e outros como Karl Marx e Marx Weber, que têm servido de modelos para a teorização da nova sociologia econômica. Nessa perspectiva, a economia é tratada como “fato inteiramente social”.

Cabe dizer que o desenvolvimento é um conceito mais amplo do que a economia. Para assimilar essa sua complexidade, os estudiosos têm trabalhado com os conceitos dos desenvolvimentos local, humano, econômico comunitário e do desenvolvimento sustentável. O ponto comum entre as definições que essas teorias veiculam é a ideia de transformação, ou mudança, que o conceito desenvolvimento carrega. Outro ponto, como já mencionado, é a ideia, segundo a qual, o desenvolvimento não se esgota na produção, no crescimento econômico; ele implica outros fatores extra-econômicos, isto é, sociais (educação, saúde, direitos, cultura, lazer, etc.). A seguir analisaremos esses elementos através de algumas teorias do pensamento alternativo do desenvolvimento.

4.1. Teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento econômico comunitário

Reconhecendo os limites do conceito de desenvolvimento local, considerando-o como conceito “fluido”, fonte de incertezas práticas e teóricas, e fazendo uma opção pelo pensamento alternativo, chamado de “paradigma aproximativo”, Valère Orth vê o desenvolvimento local como uma prática social que nasce da vontade coletiva para se criar condições de qualidade de vida.

Mas, em todo caso, o paradigma do desenvolvimento local é o seguinte: os atores locais, unidos por uma vontade solidária, encarregam-se conjuntamente do destino de seu território em função das necessidades e dos recursos locais. Seu projeto, cultural e global, ultrapassa as considerações unicamente econômicas e deve criar novas relações sociais que se situam no nível da qualidade de vida. (ORTH, 1997, p. 87).

Como avaliar as ações locais a favor do desenvolvimento? Orth (1997) introduz os indicadores seguintes: antes de mais nada, o desenvolvimento local é uma questão de tempo; perceber que entre o econômico e o cultural o que existe é uma fronteira artificial; entre os fatores culturais do desenvolvimento local, emergem quatro grandes preocupações: a identidade, a qualidade de vida, a integração territorial ou comunitária e o emprego. As preocupações do desenvolvimento local são, também, levadas em conta pelos agentes da “teoria do desenvolvimento econômico comunitário” (DEC). Quem são os agentes do *Reseau canadien du développement économique communautaire* (RDÉC) que inspira essa abordagem? Auto-definem-se como membros de um organismo canadense da democracia popular, registrados, oficialmente, como um organismo de beneficência sem finalidade lucrativa. São oriundos de vários organicismos do DEC, e são membros e lideranças de todas as regiões do Canadá. A sua missão é a de promover e apoiar o DEC para a melhoria social, econômica e ambiental das comunidades canadenses.

O que vem a ser o DEC para eles?

O desenvolvimento econômico comunitário (DEC) define-se como uma medida tomada na escala local para criar as oportunidades econômicas e melhorar as condições sociais das coletividades fundamentadas numa base sustentável e integral; uma atenção particular sendo direcionada às pessoas mais desfavorecidas.

Processo comunitário dirigido por e para os membros, o DEC se baseia sobre uma abordagem integrada do desenvolvimento social e econômico, e favorece o bem-estar econômico, social, ecológico e cultural das coletividades.

O DEC constitui uma solução para as abordagens convencionais do desenvolvimento econômico: os problemas enfrentados pelas coletividades, especificamente o desemprego, a pobreza, a perda do emprego, a degradação do meio ambiente e a delinquência, devem ser abordados de uma forma integral e participativa.³¹

Um dado importante a ser mencionado é que o campo do desenvolvimento não constitui somente um campo teórico, mas é, da mesma forma, um campo da prática do desenvolvimento, que implica numa política de implementação e de avaliação das ações do desenvolvimento. No caso, o DEC valoriza uma abordagem integrativa e participativa.

4.2. Teoria do desenvolvimento humano

A “teoria do desenvolvimento humano”, elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), opera no mesmo sentido. É um campo teórico-prático do desenvolvimento.

O desenvolvimento humano implica a construção de uma ordem de valores na qual as dimensões econômicas e políticas se transformem de fato em instrumentos de superação das privações materiais e culturais dos seres humanos – ou seja, uma nova ordem baseada na garantia dos indissociáveis direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

O paradigma do desenvolvimento humano tem como fundamento ético a expansão das liberdades, aqui entendidas como possibilidades de os indivíduos e as coletividades realizarem plenamente suas potencialidades. Isto requer não só ausência de obstáculos institucionais à tomada de decisões e ações (instituições democráticas, direitos humanos), mas também reais chances materiais, físicas e simbólicas para tomar decisões e executar ações (acesso à ocupação produtiva, ao rendimento, aos estudos e a uma vida saudável). (PNUD, 2005, p. 54).

A concepção do PNUD, sobre desenvolvimento, deve muito ao economista indiano Amartya Sen. Através desses dois pontos de vista, o desenvolvimento deve ser tratado na sua dimensão mais ampla, mais humana. Para Amartya Sen (2000, p. 17-18): “o desenvolvimento é

³¹ RÉSEAU CANADIEN du Développement Économique Communautaire (RCDÉC): Disponível em: < <http://www.ccednet-rdec.ca/fr/pages/join.asp> >. Acessado em 10 jun. 2007.

um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Sen coloca o enfoque nas liberdades humanas para contrariar as interpretações mais restritas de desenvolvimento, como aquelas que identificam desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), do aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Ao mesmo tempo, reconhece que o crescimento do PNB, ou das rendas individuais, obviamente, pode ser muito importante como “meio” de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas, as liberdades dependem, todavia, de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma análoga, conclui esse autor, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social, podem contribuir, substancialmente, para expandir a liberdade humana, mas ela depende, também, de outras influências. Para ele, se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas, prossegue, ele, dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo.

Nesse sentido, o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos. Observado do ponto de vista do Atlântico Negro brasileiro, as desigualdades raciais e a pobreza que afetam os afro-brasileiros traduzem uma situação de “subdesenvolvimento” dessa população, isto é, a privação de suas liberdades. O racismo, a discriminação, o preconceito racial são suas fontes estruturais.

Para Amartya Sen (2000, p. 18), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões interligadas: 1) a razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se, primordialmente, se houve aumento das liberdades das pessoas; 2) a razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

4.3. Teoria do desenvolvimento sustentável

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural se fundamenta, igualmente, nas abordagens do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem se torna indispensável no momento em que as noções como responsabilidade social e a sustentabilidade se tornaram fundamentais quando se discute a problemática da implementação de políticas de ações afirmativas, de promoção de diversidade ou de promoção de igualdade racial que visam ao desenvolvimento das populações negras ocupantes dos territórios urbanos e rurais.

Louis Grenier (1998), preocupado com o estabelecimento de critérios para se desenvolver uma avaliação, tendo os conhecimentos dos povos nativos (indígenas) como referência, define o desenvolvimento sustentável a partir da visão da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED).

O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que responde às necessidades atuais sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de responder as suas próprias necessidades (CMED, 1987). O desenvolvimento sustentável da agricultura e dos recursos naturais representa a utilização, a gestão e a conservação dos recursos naturais e também a orientação das mudanças tecnológicas para assegurar a satisfação das necessidades humanas, especificamente em alimentação, em água, em moradia, em vestimento e em combustível para as gerações atuais e futuras [...] (GRENIER, 1998, p. 9).

Conforme a CMED³², o desenvolvimento sustentável comporta nove objetivos que são: 1) alavanca do crescimento; 2) mudança da qualidade de crescimento; 3) satisfação das necessidades essenciais em matérias de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; 4) manutenção com um nível de população viável; 5) preservação e cuidado com a base dos recursos; 6) a reorientação da tecnologia e a gestão dos riscos; 7) a fusão das questões ambientais e econômicas na tomada de decisões; 8) reorientação das relações econômicas internacionais; 9) um desenvolvimento cada vez mais cooperativo.

Dialogando com a CMED e Matowanyika, Louis Grenier (1998) mostra que o desenvolvimento sustentável que leva em conta as realidades locais e nacionais faz-se a partir da integração desses cinco variáveis: recursos biofísicos e socioeconômicos; os fatores externos, tais como as tecnologias disponíveis e ideologias em matéria de desenvolvimento; os fatores internos, incluindo os sistemas de crenças socio-culturais e as bases locais de produção e tecnologia; os fatores demográficos e os fatores políticos e econômicos. A abordagem do desenvolvimento de Grenier faz parte do que Michel Maldague (2004) chama

³² Disponível em: < <http://www.agora21.org/dd.html>>. Acessado em 29 jul. 2008.

de abordagem sistêmica que tem feito uma revolução nas estratégias habituais do desenvolvimento. Trata-se de um paradigma da complexidade que exige e nos permite abordar as situações reais dos povos na sua complexidade. Se esse procedimento fosse seguido, afirma Maldague teria-se evitado perder muito tempo e cometer erros no campo do desenvolvimento nos quais o pensamento tradicional (setorial) nos teria colocado há décadas. Este autor entende que os elementos que compõem o campo de desenvolvimento devem ser abordados como sistemas.

Mas é mais fácil (situação de alta antropia mental) de reter só alguns aspectos de um conjunto, em vez de abordar a questão na sua globalidade e sua complexidade. No plano dos resultados, bem entendido, a primeira abordagem é errada, porque o mundo rural, e também o mundo urbano, são organicismos vivos – sistemas – e não acumulações de elementos sem interação. (MALDAGUE, 2004, p.34; tradução nossa).

Para Louis Grenier (1998), uma estratégia do desenvolvimento sustentável deve levar em conta a diversidade de suas variáveis que aponta para a sua complexidade, bem como incluir as práticas de aprendizagem e as experiências em comum nos níveis local, regional, nacional e internacional. O referido livro desse autor, que é um guia de pesquisa, tem por objetivo ressaltar, particularmente, a esfera local e o papel que podem ter os saberes dos povos nativos nas estratégias do desenvolvimento sustentável nessa esfera, considerando a situação, o potencial, a sabedoria e as experiências de vida locais. Essa visão teórico-metodológica se aproxima àquela defendida por Boaventura de Sousa Santos (2003), de Valère Orth (1997), que valorizam as práticas e os saberes populares. Isto é fundamental para quem estuda as populações negras dos territórios urbanos e rurais. Petronilha da Silva Gonçalves e Silva (2005) tem mostrado que as “africanidades brasileiras” são as formas de conhecimentos que os descendentes dos africanos vêm elaborando há séculos nessa parte do Atlântico. As ONGs negras e as comunidades quilombolas são agentes produtores das práticas alternativas que visam ao desenvolvimento de suas comunidades.

Para se apreender a complexidade dessas práticas subalternas, precisa-se recorrer às teorias da nova economia e da economia social, num tempo em que todas as práticas da economia são reduzidas pelo pensamento hegemônico à produção e ao crescimento. Portanto, essas duas teorias do pensamento alternativo têm por missão ampliar a compreensão do conceito economia.

4.4. Nova sociologia econômica e o desenvolvimento local e regional

A nova sociologia econômica é um campo teórico complexo. Há autores que incluem a economia social, a economia popular, como é conhecida na literatura canadense e francesa, ou a economia social e solidária, como é chamada na literatura latino-americana, como subcampo da primeira. E é nesse sentido que estas teorias estão sendo tratadas aqui.

A revolução teórica que a NSE e o NPD trouxeram é a superação da velha dicotomia entre o “econômico” e o “social”. A nova ideia é essa: a economia é social, portanto, toda atividade social tem algo do econômico. Por isso, o surgimento do conceito da “economia social”. Isto significa que, além da economia capitalista, há economias locais feitas através das iniciativas sociais e culturais. Este postulado modifica, com efeito, a imagem da ação econômica local que não aparece mais como uma atividade residual e, portanto, que não pode ser deixado de lado, mas encarado como uma das alavancas do desenvolvimento nacional (OTH, 1997).

É por uma questão heurística que o conceito de desenvolvimento foi qualificado com dois adjetivos: econômico e social. O ponto comum é que, seja no campo social, seja no econômico, o Estado, o setor privado e a sociedade civil são os agentes da política do desenvolvimento. Vista a partir da NSE, a economia é entendida no seu duplo sentido, englobando, primeiro, as iniciativas do setor da economia capitalista: as atividades produtivas e as de serviços que operam a partir da ética capitalista do lucro. Myers (2003) observa este fenômeno ao escrever que o debate público sobre a questão da diversidade, levou algumas empresas nacionais e internacionais, no Brasil, a implementar a política de ações afirmativas em termos de políticas de inclusão social e de responsabilidade social. E, abordando ainda a economia a partir do novo paradigma do desenvolvimento, deve-se dizer que, tanto a economia capitalista como a economia social, ao desenvolverem os programas de ações afirmativas visam melhorar o índice de trabalho e renda, a qualidade de vida das populações negras beneficiadas.

Em segundo lugar, a economia é debatida na sua dimensão não capitalista, chamada de “economia social”. A nova sociologia econômica, nesse contexto, introduz o termo de economia plural, pelo fato de essa prática social, além de envolver uma pluralidade de atores sociais (Estado, mercado e sociedade civil), engloba também uma variedade de atividades econômicas, começando pela nova economia como a da informática ou Tecnologia da Indústria de Comunicação (TIC), passando pelos setores mais tradicionais, tais como: as atividades manufatureiras para chegar à indústria cultural, ao turismo e ao meio ambiente

(LÉSVEQUE, 2004b). Esse tipo de economia é misto, híbrido, porque mistura os setores tradicionais da economia com os novos; aproxima os saberes da economia capitalista e da economia social, os agentes da economia, os políticos, os empreendedores capitalistas e os empreendedores sociais; mas, o seu princípio crucial é colocar a economia a serviço da sociedade, da comunidade. É o conjunto de seus valores e suas regras na maneira de se pensar e fazer a economia que a distingue da economia monopolística capitalista. Nos valeremos da definição de seus produtores, o *Chantier de l'économie sociale et solidaire*:

O conceito de economia social combina dois termos que são, às vezes, colocados em oposição: “economia” remete à produção concreta de bens ou serviços tendo a empresa como a forma de organização e contribuindo para um aumento nítido da riqueza coletiva; “social” refere-se à rentabilidade, e não puramente econômico dessas atividades. Essa rentabilidade se avalia pela contribuição ao desenvolvimento democrático, pelo reforço de uma cidadania ativa, pela promoção de valores e de iniciativas de responsabilidade individual e coletiva. A rentabilidade social contribui, portanto, na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, especificamente pela oferta de um grande número de serviços. Tanto quanto para o setor pública e o setor privado tradicional, essa rentabilidade social pode também ser avaliada em função do número de empregos criados. (tradução nossa).³³

Tomado no seu conjunto, o campo da economia social e solidária agrupa uma gama de atividades e de organismos oriundos do empreendedorismo coletivo, que se ordenam em torno dos princípios e regras de funcionamentos seguintes:

- * a empresa da economia social tem por finalidade servir os membros ou a comunidade, mais do que simplesmente dar lucros e visar o rendimento financeiro;
- * tem uma autonomia de gestão em relação ao Estado;
- * ela integra nos seus estatutos e suas maneiras de fazer um processo de decisão democrática implicando usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores;
- *ela defende em primeiro lugar as pessoas e o trabalho sobre o capital na partilha de mais-valias e rendas;
- * ela fundamenta suas atividades sobre os princípios de participação, de apoio mútuo e da responsabilidade individual e coletiva. (tradução nossa).³⁴

De outro lado, Corinne Gendron (2004), estudioso que tem trabalhado a temática da economia social na sua interface com o desenvolvimento sustentável, vê a economia social como um projeto de desenvolvimento alternativo. Este supõe um desenvolvimento que deve ser tratado não mais somente pelos suportes tradicionais do Estado e do Mercado, ou seja, a imagem do sistema capitalista e do pensamento dominante da ideologia neoliberal, mas,

³³ Definição proposta pelo Chantier de l'économie sociale que foi consenso na Cimeira sobre a economia social e em prego em outubro de 1996. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca>>. Acessado em 10 jun. 2007.

³⁴ IBIDEM.

também, por aquele da Sociedade civil, e como uma rearticulação dos polos de governança. Para ele, é em função dessa perspectiva que a economia social pode ser qualificada de revolucionária.

Conforme Jean-Marc Fontan e Nancy Neamtan,

[a] economia social não se coloca não somente sobre uma economia plural (formas capitalistas, não capitalistas e monetárias), mas visa igualmente um alargamento da nossa compreensão sobre a economia e por consequência uma renovação das nossas práticas sociais e nossas intervenções no campo do desenvolvimento econômico e social. Enfim, em razão da interface que a economia tem com o setor privado e o setor público, o interesse das questões tratadas nos cadernos [da economia social] ultrapassa o único setor da economia para atingir o conjunto da sociedade civil. (tradução nossa)³⁵

Como se pode ver, entre os teóricos canadenses da nova sociologia econômica e da economia social e solidária existe um diálogo implícito ou explícito com as teorias do desenvolvimento alternativo. O consenso entre essas teorias é a idéia, segundo a qual, há certa complementaridade entre o desenvolvimento econômico e o social. Para nós, a virtude heurística do conceito ‘desenvolvimento social’ é a sua capacidade de nos levar a investigar as políticas de ações afirmativas, de promoção da diversidade racial, da igualdade racial, elaboradas pelas instituições governamentais, setor privado e pela sociedade civil; tudo com intuito de atender às necessidades das populações negras nos campos da educação, da saúde, da moradia, do mercado de trabalho e dos direitos.

Jennifer L. Moher (1999), estudando o desenvolvimento e as políticas sociais, observa que, desde os anos 1990, desenvolvimento social está na primeira escala das prioridades mundiais, tudo isso porque é, hoje, difícil falar de desenvolvimento econômico sem se falar do desenvolvimento social, de investimento nas políticas sociais. Nesse sentido, reconhecemos, com essa autora, que as ONGs se colocaram como “armas miraculosas” da luta contra a pobreza, o analfabetismo, a falta de acesso aos direitos da parte das populações mais carentes.

No Brasil, há várias iniciativas dos Estados, federal, estadual, municipais, do setor privado e da sociedade civil, classificadas de economia popular, economia solidária, do etnodesenvolvimento, que se enquadram nas noções desenvolvidas pelas teorias da nova sociologia econômica, da economia social e solidária e do desenvolvimento alternativo. O que se observa é que essa renovação teórica é nova nos meios acadêmicos e políticos. Falando da economia solidária no Brasil, Valmor Schiochet faz observar:

A economia solidária é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. No caso brasileiro estamos falando de um conceito que passa a ser apropriado na disputa de identidades sociais

³⁵ Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca>>. Acessado em 10 jun. 2007; tradução nossa

e na esfera pública por um número cada vez maior e diverso de atores nos últimos anos. (SCHIOCHET, 2006, P. 7).

Nesse país, os escritos de Paul Singer são pioneiros. Aparecem, em fins dos anos de 1990, de maneira quase concomitante ao trabalho fundador do francês Jean-Louis Laville (FRANÇA FILHO et al., 2006, p. 11). Em todo caso, o nosso grande desafio, no Brasil, é encontrar a interface entre as teorias da economia solidária e as do desenvolvimento. O estudo encomendado pelo SEBRAE e coordenado pelo professor, Ignacy Sachs (2003), “Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte”, é um daqueles que procuram sanar essa lacuna teórica. Pela variedade dos agentes e estudiosos envolvidos, este estudo oferece um subsídio rico que contempla o pensamento alternativo do desenvolvimento nas suas várias frentes: incorporando os aportes teóricos e as iniciativas da economia solidária, da nova economia, do desenvolvimento local, integrado e sustentável.

4.5. Teorias de desigualdades raciais e desenvolvimento

O grande desafio para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural é como conseguir “enegrecer” as teorias que acabamos de apresentar; como aproveitar seus aportes teóricos do ponto de vista da raça-etnia, isto é, a experiência dos sobreviventes do Atlântico Negro Brasileiro. Usá-las no sentido de trilhar um caminho teórico-político para o desenvolvimento emancipatório das populações negras. A estratégia desenvolvida, aqui, é de colocá-las em diálogo com o pensamento do Atlântico Negro produzido pelos estudiosos, militantes negros e brancos e suas comunidades que têm por foco a população negra.

As ciências sociais produzidas no Brasil, nas suas versões hegemônicas, em relação à teorização das relações entre desenvolvimento e raça, tendenciosamente, ora têm optado pelo silêncio, ora nas ocasiões em que se têm manifestado, defendem a ordem social dominante vigente.

Mas, por outro lado, sempre existiu um pensamento crítico diferente, no presente, do ponto de vista ideológico e teórico-metodológico. Os sociólogos, Florestan Fernandes (1965; 1978), Clovis Moura (1978) e Guerreiro Ramos (1995), e somente para citá-los, formularam as duas críticas mencionadas acima, cada um a partir da sua experiência. O último ainda foi radical ao apontar o caráter “consular” da sociologia brasileira, isto é, a transposições de teorias e métodos das sociologias dos países dominantes da Europa e dos Estados Unidos, acriticamente. Tal atitude é chamada, por Ramos (1995) de sociologia “enlatada”; visto que é uma sociologia produzida a partir do escritório, sem interação com a realidade das

populações nacionais. Esse primeiro modelo diferencia-se do segundo que é o que Ramos designa como “sociologia dinâmica” ou a sociologia feita “em Mangas e Camisa”. Ela é como um instrumento de autodeterminação, de autoconhecimento; uma sociologia crítica e autocrítica que nasce a partir das realidades nacionais, regionais e comunitárias. Enfim, é uma sociologia autêntica e vital.

A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social. Por isso, inspira-se numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva, a sociologia é um [a] atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf. Quem diz vida, diz problema. A essência da vida é a sua problematidade incessante. Daí, à medida que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina, é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento como a sua circunstância nacional e regional. (RAMOS, 1995, p. 107).

A sociologia dinâmica preocupa-se em entender a realidade “desde dentro”. Essa sociologia visa à emancipação, a integração das populações marginalizadas; leva em conta as questões étnicas e raciais:

[...] no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o [s] sociólogos deve aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos. (RAMOS, 1995, p. 106).

Nesse sentido, pode-se dizer que a questão da integração das teorias do desenvolvimento, a partir das populações, dos grupos étnico-raciais, e a valorização do “local”, já estavam presentes no pensamento de Guerreiro Ramos (1995), nos anos de 1950, antes da sua consolidação nos anos de 1990, com o surgimento das teorias do desenvolvimento local e o desenvolvimento humano do PNUD.

Para Guerreiro Ramos, as atividades políticas e científicas da CEPAL mostravam que nem tudo era perdido; havia a possibilidade de curar as ciências sociais latino-americanas e brasileiras da sua patologia infantil: “Sob os auspícios de um organismo como a CEPAL, realiza-se a descolonização do economista latino-americano, e a contribuição de brasileiros para esta mudança é das mais ilustres” (RAMOS, 1995, p. 109). Essa admiração de Ramos pela CEPAL precisa ser datada. Trata-se da CEPAL cinquentona. Além disso, o autor não cita os ilustres brasileiros que disseminavam um pensamento dinâmico nesse organicismo que tanto auxiliou na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e social para América Latina pós-guerra.

Já Clóvis Moura (1978), que era, igualmente, um sociólogo afro-brasileiro e militante socialista, negro como Ramos, tinha um ponto de vista diferente em relação ao pensamento

desse organismo que ele classificou na lista do “pensamento desenvolvimentista”. A crítica de Moura deve ser situada dentro de um marxismo radical. Para ele, o desenvolvimentismo, como corrente de opinião, teve como centro mais importante no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), “entidade que congregava – desde marxistas até adeptos de correntes filosóficas irracionais, como a fenomenologia” (p. 76). Em nota de rodapé, o autor cita seus expoentes: N. W. Sodré, Mendes de Almeida, Vieira Pinto, R. Corbisier, M. Derun, e finaliza dizendo: “além de inúmeros outros, inclui-se parte da obra do sociólogo Guerreiro Ramos” (MOURA, 1978, p. 76, nota de rodapé 7). Para ele, o economista brasileiro, Celso Furtado, também fazia parte dessa corrente desenvolvimentista.

Num país em que grande parte da população ainda vive em regime pré-capitalista e reside no campo ou em cidades rústicas, os ideólogos da burguesia tinham de criar teorias como a do desenvolvimento dual da nossa sociedade, apresentada por Celso Furtado, num plano de análise econômica, mas com implicações sociológicas visíveis e relevantes. Furtado acha que existe uma dualidade básica na estrutura econômico-social brasileira. (MOURA, 1978, p. 81-82).

Nesse sentido, conforme Moura, o desenvolvimentismo instrumentalizava as ciências sociais, sobretudo a sociologia, colocando-as a serviço do capitalismo e da elite burguesa nas periferias, propondo a modernização como solução. “Dessa forma, tematizavam os problemas mais importantes (aqueles que estavam a exigir solução mais radical) e apresentavam soluções reformistas, tecnicistas e gradualistas para os menos” (MOURA, 1978, p. 77); retardava a revolução (marxista-leninista) no Brasil.

Assim, a visão dualista apresentada por Celso Furtado da realidade social brasileira conduz a que os elementos e estruturas de poder no Brasil encontrem esquemas conciliatórios capazes de evitar as mudanças radicais que as populações exploradas do setor “fechado” poderiam imprimir ao processo em curso. O problema agrário seria assim resolvido através de técnicas de análise e soluções governamentais para que houvesse um nivelamento entre o setor “fechado” e o “setor aberto” Com isso teríamos saído da família dos países subdesenvolvidos e entraríamos na senda dos países capitalistas avançados. (MOURA, 1978, p. 77).

Tanto Florestan Fernandes, Clóvis Moura, como Guerreiro Ramos, têm seus pontos fortes e fracos em relação à construção de seus pensamentos. O ponto comum entre os três, apesar das críticas dirigidas às suas reflexões, é que prepararam um terreno fértil para um pensamento do Atlântico afro-brasileiro consolidado no terreno das relações raciais. Um dos legados de Fernandes (1965) é de ter mostrado a instrumentalização da ideologia da democracia racial para a dominação do negro pela elite branca. A crítica de Ramos (1995) contra a branquidade, de Abdias do Nascimento (2002) contra a mestiçagem, tida como etnocídio, caminham no mesmo sentido.

Faço uma distinção entre os estudos em que as relações entre a questão racial e do desenvolvimento da população negra são “explícitas”, e em outros onde aparecem de forma “implícita”.

Em Guerreiro Ramos, essas relações são imbricadas, pois não há uma reflexão sistemática nesse sentido, mas estão presentes em suas publicações sobre a sociologia do negro ou homem de cor, como em outras que tratam da temática do desenvolvimento (Cf. RAMOS, 1960; 1995; 1996). Suas reflexões teóricas em relação à antropologia valem, também, para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural:

Os nossos grandes problemas “antropológicos” – o do índio e o do negro – são aspectos particulares do problema nacional eminentemente econômico e políticos. [...]

Rigorosamente, é lícito afirmar que, em país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre sentido dispersivo se não se articular com o processo de desenvolvimento econômico. [...]. (RAMOS, 1995, p. 1967).

O que se vê é a preocupação de Ramos em se articular os estudos culturais com os estudos do desenvolvimento econômico. As gerações posteriores, a partir dos anos de 1970-1980, vão mostrar o peso da raça e do racismo no processo da persistência das desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil. Os Estudos de Nelson Valle e Carlos Hasenbalg são pioneiros nesse sentido. Todavia, será Marcelo Paixão (2003) e Wania Sant´Anna, a começar a desagregar os IDH do ponto de vista de raça/cor e gênero; é que aparece uma reflexão explícita entre os estudos das relações raciais e o desenvolvimento socioeconômico das populações negras.

Antes de focar esses estudos, analisaremos as publicações que trazem a questão de relações entre raça-etnia e desenvolvimento em termos implícitos. O nosso argumento é que, na atualidade, há trabalhos que tentam recuperar esta perspectiva dialética: Helio Santos (2001) em *A Busca de um caminho para o Brasil*, Sérgio Costa (2006) em *Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo* (2006); cada um com um enfoque disciplinar diferente. O primeiro baseando-se na teoria do capital humano da disciplina de administração; o segundo na sociologia das relações raciais e política; entretanto, acabam ambos abordando, “indiretamente”, o problema do negro na perspectiva do desenvolvimento. Sérgio Costa (2006), aliás, acha oportuno no debate atual sobre ações afirmativas, recuperar o sentido do conceito “integração”. Buscando estabelecer uma distinção entre a política de “integração social” e “integração cultural” com intuito de esclarecer a luta anti-racista no Brasil.

Se o pensamento dominante brasileiro ainda é temeroso em relacionar a temática das desigualdades sociais “e” raciais, (essa epistemologia conjuntiva é muito importante para

mim) com o desenvolvimento da nação, uma boa parte dos intelectuais do Atlântico brasileiro vem trabalhando nesse sentido. Entre as obras que retratam a questão pré-citada de forma explícita, encontram-se o artigo de José Álvaro Moisés (2002) “Diversidade e Desenvolvimento nas Américas” e a publicação do PNUD Brasil (2005). Na mesma perspectiva, em algumas agências onde trabalham os intelectuais e ativistas negros essas relações são postas de forma dialética. O jornal Irohin é um exemplo. Basta ler os artigos escritos por Mário Theodoro. Essa sua entrevista que mais chama atenção: “Para se ter desenvolvimento com igualdade, é preciso enfrentar a questão racial” (IROHIN, n. 21, 2008, p. 10-12). As publicações de Marcelo Paixão (2003, 2005, 2006, 2007) inscrevem-se no mesmo quadro. O pensamento de Paixão (2005b) traduz-se nesses termos:

- 1) Só o crescimento econômico não reverte o cenário de extrema desigualdade social e racial no Brasil.
- 2) As políticas de distribuição devem ocorrer concomitantemente ao crescimento da renda nacional no seu conjunto.
- 3) A modernização do Brasil, por si mesma, não logrou a realização de uma utopia, tão antiga quanto o sonho do Brasil *grande*, que foi a justiça social.
- 4) A radical democracia deve na paisagem social brasileira ser o cerne da economia política no século XXI.
- 5) A angústia principal para o Brasil, nos dias de hoje, é: “como associar, de modo virtuoso, o crescimento da economia com a distribuição de renda e a melhora das condições de vida da população”.
- 6) No interior de toda essa questão, é iniludível, para ele, que as relações raciais são parte intrínseca de todo o debate sobre o novo projeto do desenvolvimento da nação brasileira.

“Por esse motivo, o debate sobre o futuro das políticas sociais [...] não poderia ser realizado sem que fossem tecidas algumas considerações sobre o próprio significado das ações afirmativas hoje no Brasil” (PAIXÃO, 2005b, p. 318), que ele considere como uma política que se baseia na lógica da justiça social e que tem por estratégia a valorização da diversidade. São políticas focais que precisam andar juntas com as políticas universais, sem confundir ambas.

Enfim, ao se perguntar se as políticas de ações afirmativas têm tudo ver com a questão do desenvolvimento econômico e social, a resposta de Paixão é positiva. Trata-se de ampliação da agenda democrática no país.

De resto, nosso ponto de vista entende que o combate às desigualdades raciais faz parte da família – uma dos principais – temas que perfazem o conjunto do programa democrático-popular. Assim, dialeticamente, o aprofundamento da democracia, no Brasil, passa pela promoção das condições de vida da população afrodescendente, do mesmo modo que o incremento da qualidade de vida dos negros e negras requer a realização de uma série de medidas que tragam o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda, terra e acesso à mídia, o controle-cidadão do aparato judiciário e repressivo e a soberania do país em relação aos organismos financeiros multilaterais. Por esse motivo, as ações afirmativas voltadas à promoção da qualidade de vida dos afrodescendentes entram pela porta da frente, com direito a tapete vermelho, na história do Brasil, correspondendo a um mui justo reclamo das antigas e das futuras gerações desta nação. (PAIXÃO, 2005b, p. 321-322).

Em *Manifesto Anti-racista: Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*, Marcelo Paixão (2006, p. 11) descreve esse clamor em termos de liberdade: “Uma grande esperança ronda o Brasil: o sonho da liberdade”. Trata-se de um sonho justo que implica num justo combate. Com Paixão não há dúvida de que “desenvolvimento”, sob o prisma do Atlântico afro-brasileiro, significa promoção de igualdade racial, ou seja, de liberdade, como tanto alegou Amartya Sen (2000).

4.6. Desenvolvimento econômico multicultural como prática teórico-ético-política

A teoria do desenvolvimento econômico multicultural é um referencial teórico-metodológico híbrido e alternativo. O seu hibridismo, a aproxima dos estudos das ciências sociais que pretendem pensar a realidade social na sua totalidade, complexidade; aqui o campo do econômico e do multiculturalismo são pensados dialeticamente. Já a dimensão alternativa a situa no campo dos estudos críticos aos modelos dominantes de direita e de esquerda. Recusa os “totalismos” epistemológicos que caracterizam as abordagens liberais e marxistas; busca pensar o seu objeto a partir das periferias negras, o Atlântico negro brasileiro.

É nesse contexto que se deve entender o desenvolvimento econômico multicultural como uma prática teórico-metodológica pertencente ao pensamento do Atlântico Negro Brasileiro. Apontamos alguns de seus elementos nos capítulos que trabalharam sobre a epistemologia. Contudo, não custa repetir, afirmando que esse pensamento é denominado por Silva (2006) de “Africanidades Brasileiras”. Da mesma forma, Henrique Cunha Junior (2008), no seu artigo “Metodologia Afro-descendente de pesquisa”, bem destacou suas características. Mas, ficaremos com esse trecho do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores

(as) Negros(as) - COPENE (29/7 a 01/08/2008) para melhor expressar o que entendo por uma prática teórico-metodológica afro-brasileira:

O tema do V COPENE “Pensamento negro e anti-racismo: diferenciação e percursos” indica a necessidade de contínua reflexão acerca da produção de intelectuais negros/as em grande parte “invisíveis” na ciência brasileira e nas sociedades científicas ainda que tenhamos indivíduos de renome internacional. Além disso, o pensamento negro em foco tem um horizonte transnacional e comporta variações e divergências dentro de uma unidade de construção, de uma representação negra plural, no Brasil e no mundo, principalmente, no tocante ao combate contra o racismo; fenômeno multifacetado que, por sua vez, exige uma multiplicidade de interpretações e intervenções visando sua eliminação. (COPENE, 2008, p. 2; apresentação).

Quanto aos sujeitos e temas históricos que compõem o pensamento negro, o V COPENE leciona:

Nas diferenciações do pensamento negro destacamos sujeitos e temáticas: o pensamento feminista negro, a juventude, os grupos LGBTQ+, a intelectualidade negra não acadêmica. Dentro dos percursos podemos retomar, desde a antiguidade das sociedades africanas como a voz e o texto de pensadores/as negros de meados do século XIX e do século XX, compreendendo os períodos escravistas nas Américas, e colonial na África. (COPENE, 2008, p. 2; apresentação)

Portanto, o pluralismo é uma das características do pensamento negro. É o que Santos, Meneses e Nunes (2003) chamam de “democracia epistemológica” e “democracia política”. O desenvolvimento econômico multicultural entende que há uma dialética entre a ciência, a política e a ética. Esta representa o conjunto de valores que devem orientar as escolhas que se fazem nos campos da ciência e da política. Os principais seriam estes: a luta contra o racismo, contra todas as formas de discriminação e desigualdades; uma opção preferencial pelos mais fracos; vulneráveis; a busca de estabelecimento de um Estado de direito, democrático, de uma sociedade que se fundamenta no respeito às diferenças. A construção de um projeto de desenvolvimento nacional que leva em conta, também, o princípio da igualdade racial.

5. Considerações finais

Mostramos, nas linhas que precederam esta conclusão, que o conceito desenvolvimento encontra a sua gênese nas ciências biológicas. Ao ser transportado para as ciências sociais, continuou ser usado para traduzir as formas de ações e mudanças sociais.

Demonstramos, ainda, que o emprego do desenvolvimento nas teorias, que compõem os estudos do desenvolvimento, obedece a duas matrizes teóricas. Uma, weberiana, é de tendência liberal; a outra, marxista, de tendência socialista. Entre as duas, existe uma terceira abordagem reconciliadora, conhecida como paradigma alternativa do desenvolvimento.

É dentro dessa última que se situa a proposta teórico-metodológica desta tese, denominada “desenvolvimento econômico multicultural”. Esta, além de ser uma forma de pensar o mundo, é também uma prática político-ética. O seu objetivo principal é refletir sobre as condições de possibilidade da emancipação da população negra no Brasil.

CAPÍTULO II: TEORIAS E CONCEITOS DO MULTICULTURALISMO

Introdução

O que entendemos por multiculturalismo? Uma das formas de compreender o sentido e a originalidade de uma problemática consiste em colocá-la no contexto histórico que condicionou o seu desenvolvimento; ampliar o seu cânone semântico fazendo uso de um método apropriado, no caso deste trabalho, utilizamos o método genético-estrutural.

Cabe salientar, desde o início, que a análise histórica pode ser feita a partir de duas abordagens: uma de longo alcance, e outra de curto alcance. As teorias do multiculturalismo, de autores como Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes (2003), Stuart Hall (2003), Octavio Ianni (2004), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003, 2006) optaram pela mistura das duas abordagens; do lado oposto, está a posição de outros autores, como Zygmunt Bauman (2003), Milena Doytcheva (2005), que a situam em meados do século XX. Essa periodização histórica é o que nos interessa nesse primeiro momento da conceituação do multiculturalismo.

1. Gênese do conceito de multiculturalismo

Debruçando-se sobre “questões semânticas” do multiculturalismo, Milena Doytcheva (2005, p. 8-9) leciona que “multicultural” e “multiculturalismo” são termos recentes. O adjetivo foi catalogado na língua inglesa em 1941, para designar uma sociedade cosmopolita, composta de indivíduos sem preconceitos nem apegos aos nacionalismos, de antemão, para quem não tinham menor sentido.

De outro lado, Doytcheva faz observar que o substantivo fez a sua aparição no início da década de 70, na Austrália e no Canadá, para qualificar as políticas públicas, cujo objetivo é valorizar a diversidade cultural que caracterizam suas sociedades. Todas as obras, cujos títulos continham os títulos da palavra “multiculturalismo”, entre os anos 1970-1980, eram ora canadenses, ora australianos. Somente em 1989 que o termo foi introduzido no *Oxford English Dictionary*. Desde então, há alguns anos, é que esse termo se beneficiou de uma popularidade crescente no debate público, na vida política e, além disso, na sociedade civil e nas comunidades científicas. Hoje em dias, os problemas que ele suscita, em termos conceituais, desbordaram o continente americano para serem exportados a outros lugares do mundo. Dito

em outros termos, a abordagem de Doytcheva é de ordem conceitual: busca identificar o espaço geográfico onde este conceito foi usado pela primeira vez. Mas, de fato, o que sabemos, é que a prática do multiculturalismo antecede a sua teorização.

No caso do Brasil, os problemas multiculturais não datam do século XX. Como veremos, neste contexto histórico, os problemas do multiculturalismo chegaram desde a colonização portuguesa no século XVI. Refletindo sobre o significado do multiculturalismo brasileiro, e é o que nos interessa nesse primeiro momento, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, escrevem:

Falar do multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem.

Isso significa dizer que é muito difícil, se não impossível, compreender as regras desse jogo sem explicitar os contextos sócio-históricos nos quais os sujeitos agem, no sentido de interferir na política de significados em torno da qual dão inteligibilidade a suas próprias experiências, construindo-se enquanto atores. (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 9).

A abordagem desses dois autores, de ordem sociológica, preocupa-se com as práticas do multiculturalismo. As experiências que analisamos são aquelas vivenciadas pelas populações negras brasileiras, descendentes dos africanos escravizados no século XVI.

A busca de definição do multiculturalismo nos coloca outro problema: saber se tratar-se de uma teoria, de uma filosofia, de uma doutrina social, de um movimento social, de um programa, de um projeto, de uma iniciativa, de uma pedagogia, de uma política pública. A verdade é que ele tende a significar tudo isso. Por uma questão de precisão, é preciso levar em conta a disciplina que o aborda, isto é, os pressupostos teórico-metodológicos que o sustenta, o contexto e a finalidade da sua abordagem. Pois, é um dos conceitos mais contestado, polêmico e polissêmico; como bem observou Stuart Hall:

O termo “multiculturalismo” é hoje utilizado universalmente. Contudo, sua proliferação não contribuiu para estabilizar ou esclarecer seu significado. Assim como outros termos relacionados – por exemplo, “raça”, etnicidade, identidade, diáspora – o multiculturalismo se encontra tão discursivamente enredado que só pode ser utilizado “sob rasura” (Hall, 1996a). Contudo, na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo. (HALL, 2003, p. 51).

O sociólogo afro-caribenho-jamaicano, um dos pais dos estudos culturais no mundo anglo-saxônico, Stuart Hall, identifica dois sentidos para esses termos, estabelecendo uma distinção entre o “multicultural” e o “multiculturalismo”.

Pode ser útil fazer aqui uma distinção entre o “multicultural” e o “multiculturalismo”. Multicultural é um termo qualitativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. “Multicultural”, entretanto, é, por definição, plural. (HALL, 2003, p. 52).

O multicultural incorpora um sentido plural, prossegue Hall (2003, p. 52), porque existem muitos tipos de sociedade multicultural, como por exemplo, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Malásia, o Sri Lanka, a Nova Zelândia, a Indonésia, a África do Sul e a Nigéria. Estas sociedades são, de forma bastante distinta, “multiculturais”. Entretanto, todas possuem uma característica em comum: são, por definição, culturalmente heterogêneos, plurais. Essa característica diferencia essas sociedades, afirma Hall “do Estado-nação ‘moderno’, constitucional liberal, do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individualistas liberais” (HALL, 2003, p. 15).

Essa primeira maneira de identificar o multiculturalismo condiz com a identificação feita por Boaventura de Sousa Santos e João Arriscado Nunes (2003) e Milena Doytcheva (2005). Para essa última autora, socióloga francesa, o multiculturalismo designa uma característica *de fato* das sociedades contemporâneas, compostas de indivíduos do meio social, de convicções religiosas, de origem étnica ou nacional, diferentes. Trata-se do uso descritivo do conceito multicultural, chamado também de “demográfico”, em que ele é sinônimo de “diversidade cultural”. Ora a diversidade não é a própria da época contemporânea que testemunhou da emergência da problemática multicultural e que, para alguns, seria marcada, de fato, fortemente, citando Barber, por uma uniformização cultural americana. As sociedades humanas, reconhece Doytcheva (2005, p. 9), de fato, foram de todos os tempos culturalmente diversificados, seja essa diferença venha a ser apreendida em termos de etnia, de “raça”, de cultura ou de etnicidade.

Santos e Nunes, na tentativa de ampliar o cânone do multiculturalismo, identificam primeiro o seu sentido descritivo.

A expressão multiculturalismo designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades “modernas”. Rapidamente, contudo, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais em que um contexto transnacional e global. Existem diferentes noções de multiculturalismo, nem todas de

sentido emancipatório. O termo apresenta as mesmas dificuldades e os mesmos potenciais do conceito de “cultura”, um conceito central das humanidades e das ciências sociais e que, nas últimas décadas, se tornou um terreno explícito de lutas políticas. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 26).

O objetivo desses autores é o de recuperar a dimensão política do termo multiculturalismo, a partir das lutas políticas dos movimentos sociais que têm a “cultura” como campo de atuação. Assim, não hesitam em escrever que “ o multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos, cidadanias plurais são, hoje, termos que procuram jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de distribuição que permita a realização da igualdade” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 25). No seu entendimento, a resignificação do multiculturalismo passa pela redefinição do conceito da cultura. Pois, quando se fala do “multiculturalismo”, refere-se, implícita ou explicitamente, à problemática da “diversidade cultural”.

Apesar de ter sido um dos temas da antropologia, hoje, a “cultura”, diz respeito a todas as disciplinas das humanidades e das ciências sociais. A teoria pós-colonial de Santos e Nunes rejeita dois modos hegemônicos se de definir a cultura. Começamos pela primeira concepção que ela repudia.

A idéia da cultura, em um dos seus mais comuns, está associada a um dos campos do saber institucionalizados no Ocidente, as humanidades. Definida como repertório do que de melhor foi pensado e produzido pela humanidade, a cultura, neste sentido, é baseada em critérios de valor, estéticos, morais ou cognitivos que, definindo-se a si próprios como universais, elidem a diferença cultural ou a especificidade histórica dos objetivos que classificam. O cânone é expressão por excelência desta concepção de cultura, estabelecendo os critérios de seleção e as listas de objetos especialmente valorizados como patrimônio cultural universal, em áreas como literatura, as artes, a música, a filosofia, a religião ou as ciências. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 27).

Descrevo, a seguir, a segunda concepção da cultura que a teoria pós-colonial de Santos e Nunes rejeita.

Uma outra concepção, que coexiste com a anterior, reconhece a pluralidade de culturas, definindo-as como totalidades complexas que se confundem com as sociedades, permitindo modos de vidas baseados em condições materiais e simbólicas. Esta definição leva a estabelecer distinções entre culturas que podem ser consideradas seja como diferentes e incomensuráveis, e avaliadas segundo padrões relativistas, seja como exemplares de estágios em uma escala evolutiva que conduz do “elementar” ou “simples” ao “complexo” e do “primitivo” ao “civilizado”. A antropologia, como disciplina, adotou até meados do século XX diferentes variantes desta concepção. A sua expressão, por excelência, é a coleção – seja sob a forma de etnografia, seja sob a forma do espólio musicológico – que permitiu reunir, classificar e “nomear” uma cultura, garantindo uma autenticidade de que as instituições culturais ocidentais ou instituições organizadas segundo as concepções eurocêntricas nos países do Sul ou do Oriente seriam os

guardiães. (Clifford, 1988). (SANTOS; NUNES, 2003, p. 27).

Contra essas duas concepções eurocêntricas, reducionistas e excludentes, a teoria pós-colonial do multiculturalismo de Santos e Nunes fundamenta-se em uma terceira concepção. Essa nasceu, na década de 80, no processo de convergência, sobretudo, das abordagens das ciências humanas e sociais, que levariam ao estabelecimento de um campo transdisciplinar dos estudos culturais para pensar a cultura como um fenômeno associado aos repertórios de sentido ou de significado partilhados pelos membros de uma determinada sociedade; mas, também, associado à diferenciação e à hierarquização, no quadro de sociedades nacionais, de contextos locais ou espaços transnacionais.

A cultura tornou-se, assim, um conceito estratégico central para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, um recurso (citando Spivak), para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e de contradições. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 28).

Dessa forma, enquanto descrição, o multiculturalismo é identificado por Santos e Nunes, a partir desses três elementos: a) a existência de uma multiplicidade de culturas no mundo; b) a co-existência de culturas diversas no espaço de um mesmo Estado-nação; c) a existência de culturas que inter-influenciam, tanto dentro como além do Estado-nação. A nossa análise foca o período histórico brasileiro de 1995-2009. O Estado-moderno que emerge, nesse período, é resultado do processo da redemocratização do país, que se deu em 1988, com a promulgação da nova constituição. Analisar a questão multicultural, nesse espaço histórico, não quer dizer que se deva negligenciar os períodos que o precederam.

A concepção descritiva do multiculturalismo, que a remete ao campo da cultura, torna-se compreensível quando se introduz o que Milena Doytcheva (2005, p. 9) identifica como o segundo nível de análise do multiculturalismo: a consideração dos processos de “organização social das diferenças culturais”. Nesse sentido, traduz-se a ideia, segundo a qual, a diversidade não é um fenômeno individual, mas, se encarna nas instituições sociais propensas a interagir – e, por consequência, a evoluir, desaparecer e reproduzir-se – nas situações de “contato cultural”. Essa realidade, afirma Doytcheva, é, também, um aspecto das sociedades humanas de longa data conhecida, explorada pelos antropólogos sob os temas da aculturação, da mestiçagem, do intercultural. Nas sociedades ocidentais, esse “multiculturalismo social”, encontrou uma expressão privilegiada nas associações da sociedade civil, mobilizada pela celebração, pela transmissão e pela divisão de “culturas” particulares. Esse “multiculturalismo social” foi, tradicionalmente, apreendido em termos de

“pluralismo”, ideologia propriamente democrática que valoriza a diversidade, incluso cultural, mas que não se preocupou em colocá-lo, necessariamente, na ordem política.

Nesse aspecto, gostaríamos de ressaltar os agentes produtores e reprodutores do multiculturalismo, que se interessam por este nosso estudo. Do ponto de vista da teoria das etnicidades e dos estudos das relações raciais, são os agentes étnicos, a população negra na sua interação com os não negros e os brancos. As teorias dos movimentos sociais, os representam em termos de sociedade civil, movimentos sociais, movimentos negros, ou movimento social negro brasileiro. A teoria pós-colonial os estuda em termos de a diáspora negra ou o do Atlântico negro brasileiro (GILROY, 2001). A nova sociologia econômica os classifica, a partir dessa trilogia: Estado, setor privado e sociedade civil. Dito em outros termos, o segundo nível da análise de Doytcheva, ao valorizar as relações sociais, introduz a questão sociológica do multiculturalismo; é o que Gonçalves e Silva (2006) chamaram de jogos de diferenças que se elaboram no campo cultural. (SANTOS; NUNES, 2003).

Há ainda um terceiro nível de análise do termo multiculturalismo para Milena Doytcheva (2005, p. 9-11), onde ele torna-se, precisamente, um programa político que, não só reconhece a existência e admite o valor dos pertencimentos particulares, mas propõe-se a inscrevê-los nas instituições e nas normas políticas. De um pluralismo ideológico ou social, torna-se, assim, “normativo” e “estrutural”. Doytcheva insiste afirmando que não se trata, de fato, de um fenômeno inédito, pois, os impérios multinacionais (ottoman, tsarista, des Habsbour), as sociedades coloniais qualificadas pela antropologia de “plurais”, os regimes de *apartheid* foram todos formas de integração políticas fundamentadas no reconhecimento institucional de seus componentes religiosos, étnicos ou raciais. É a partir desse ponto, finaliza a autora, que se pode perceber a especificidade do multiculturalismo que é um conceito de mudança institucional, próprio, na sua gênese, pelo menos, da sociedade democrática dos anos de 1970. E essa é a sua tese de que o conceito do multiculturalismo, tal como usamos hoje, é fruto do processo da modernização e democratização das sociedades ocidentais. O multiculturalismo, nesse sentido, é visto como um movimento social que luta pela radicalização da democracia. Aqui, o multiculturalismo, torna-se um projeto de identidade (CASTELLS, 1999) com possibilidade de se tornar uma política pública, um programa político de integração das “minorias” (HALL, 2003).

Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, estudando o multiculturalismo contemporâneo do Atlântico afro-brasileiro, lecionam que, embora o multiculturalismo tenha se transformando com apoio da mídia e das redes de informacionais, em um fenômeno globalizado, ele teve início em países nos quais a diversidade cultural era

vista como um problema para a construção da unidade nacional. Para esses autores, a unidade nacional, nessas nações pós-coloniais, tem sido efetuada por intermédio de processos autoritários, pela imposição de uma cultura, dita superior, a todos os membros da sociedade (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 17).

E, concluem:

Em suma, o multiculturalismo, desde sua origem, aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservarem suas características culturais. Esta é, portanto, uma das condições que favoreceu a emergência de movimentos multiculturalistas. No início, esses expressavam, exclusivamente, a reivindicação de grupos étnicos. A partir da segunda metade de nosso século abarcaram um universo cultural mais amplo. Contam com a aliança de outras minorias ou outros grupos culturalmente dominados e, juntos, reagem por meio de suas organizações políticas, para serem reconhecidos e respeitados quanto aos seus direitos civis. (GONÇALVES; SILVA, 2006, P. 17).

Stuart Hall (2003), que identificou somente duas dimensões do multiculturalismo, como doutrina filosófica e estratégias-políticas de administração dos problemas de diversidade e multiplicidades geradas pelas sociedades multiculturais, reconhece que “ambos os termos, [o multicultural e o multiculturalismo], são, hoje, interdependentes, de tal forma que é praticamente impossível separá-los. Contudo, o ‘multiculturalismo’ apresenta algumas dificuldades específicas. Denomina ‘uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais’ (HALL, 2003, p. 52).

Para superar essas “dificuldades específicas”, precisamos voltar à definição do multiculturalismo de Hall, fazendo a sua exegese. Analisamos a sua primeira parte: “[Em contrapartida], o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 52). Essa descrição do multiculturalismo encaixa na segunda definição de Santos e Nunes e na terceira dimensão de Milena Dytcheva, onde é visto como projeto ou programa político.

À segunda parte da definição do multiculturalismo, Hall acrescenta o seguinte: “é usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. ‘Multicultural’, entretanto, é, por definição, plural” (HALL, 2003, p. 52).

O não dito é o pressuposto teórico dos estudos culturais de Hall que sustenta tal descrição: o multiculturalismo é visto, para ele, como uma prática social ou cultural. Tem a ver com a terceira concepção da cultura da teoria pós-colonial de Santos e Nunes (2003, p.

28) referida acima: “a cultura tornou-se, assim, um conceito estratégico central para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e de contradições”. Ou ainda, na letra de Hall (2003, p. 52): “Denomina ‘uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais”. Portanto, o multiculturalismo é, nesse sentido, uma meta-narrativa, uma ideia, um discurso com finalidades práticas, políticas, dos agentes que o constroem: os cientistas, os políticos, os ativistas, os agentes culturais, os conservadores, os liberais, os progressistas, os negros e brancos, urbanos, rurais, quilombolas, ou seja, os agentes do Estado, do setor privado e da sociedade civil que se dedicam em pensar e implementar estratégias e políticas para a administração dos problemas próprios às sociedades multiculturais.

Trata-se de uma filosofia e política cultural emancipatória (HALL, 2003). Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, essa sua dupla dimensão nos leva a considerá-lo como instrumento de tradução.

O trabalho de tradução é complementar da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. Se estas últimas aumentam enormemente o número e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade. A tradução não se reduz aos componentes técnicos que obviamente tem, uma vez que estes componentes e o modo como são aplicados ao longo do processo de tradução têm de ser objecto de deliberação democrática. A tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. É também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática. Por estas razões, é claro que as ciências sociais convencionais são de pouca utilidade para o trabalho de tradução. Para além disso, o fechamento disciplinar significou o fechamento da inteligibilidade da realidade investigada e esse fechamento foi responsável pela redução da realidade às realidades hegemônicas ou canônicas. (SANTOS, 2003, p. 37).

Os capítulos que trataram das questões epistemológicas desse trabalho, já revelaram a forma como a sociologia das ausências e a sociologia das emergências faz parte do nosso referencial teórico-metodológico. Dito em outros termos, para nós, o multiculturalismo como instrumento de “tradução”, é, simultaneamente, um trabalho intelectual (um quadro teórico-metodológico), um trabalho político (intervenção social) e um trabalho emocional (militância).

2. Controvérsias em torno do multiculturalismo

É nesse quadro de interação entre as teorias, as idéias, as políticas e projetos do multiculturalismo, que surgem controvérsias, como observou Stuart Hall: “O ‘multiculturalismo’ apresenta algumas dificuldades específicas [porque] [...] denomina ‘uma variedade de articulações, ideias e práticas sociais’” (2003, p. 52) ou, ainda, nas palavras de Santos e Nunes (2003, p. 28):

É o grau em que o multiculturalismo como descrição das diferenças culturais e dos modos de sua inter-relação se sobrepõe ao multiculturalismo como projeto político de celebração ou reconhecimento dessas diferenças que tem suscitado críticas e controvérsias, vindas tanto de setores conservadores quanto de diferentes correntes progressistas e de esquerda.

Do ponto de vista da teoria dos campos, é preciso identificar os acontecimentos históricos e os agentes envolvidos nesse “jogo das diferenças”, de contestação do multiculturalismo, para apreender suas ideias, ideologias, teorias, discursos, argumentos, a favor ou contra os projetos multiculturais.

As críticas conservadoras têm encontrado expressão e eco, sobretudo, nos Estados Unidos da América, como resposta às transformações na composição étnica da população americana; à presença crescente de imigrantes, sobretudo, de um forte contingente de imigrantes ilegais com origem na América Latina; aos programas sociais de discriminação positiva dirigidos a grupos excluídos ou marginalizados, como os afro-americanos ou os hispânicos; ao desenvolvimento, no meio acadêmico, de programas de estudos culturais e de estudos sobre mulheres, e às transformações no curriculum de áreas tradicionais como a literatura, destinadas a conferir visibilidade e voz às mulheres e às minorias; há algumas políticas públicas de apoio à criação cultural de minorias e, finalmente, ao surgimento, no espaço público, de movimentos defendendo políticas de identidades baseadas no reconhecimento da sua diferença. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 28).

Santos e Nunes (2003, p. 29) resumem as críticas dos contestadores, nestes quatro pontos: 1) o multiculturalismo seria antieuropeu, procurando substituir os valores e realizações da civilização ocidental por uma promoção sem critério de realizações “inferiores”; 2) o multiculturalismo promoveria a desunião e a divisão, fragmentando a sociedade e ameaçando a coesão e unidade de objetivos da nação; 3) o multiculturalismo seria uma “terapia para minorias”, destinada a promover a auto-estima destas faces de sua manifesta incapacidade de desempenho adequado no sistema educativo e na sociedade; 4) o multiculturalismo seria um “novo puritanismo”, apoiado em um policiamento da linguagem e na imposição totalitária de uma linguagem “politicamente correta”.

Cabe dizer que essas críticas são oriundas das “teorias dominantes”, universalistas e totalitárias. Contra essa concepção dominante do multiculturalismo, Santos e Nunes sugerem

o conceito de “multiculturalismos emancipatórios”: “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 33). Para eles, essas versões são intimamente ligadas aos saberes locais produzidos pelos grupos minoritários de mulheres, negros, e de cientistas comprometidos com a transformação da sociedade contemporânea, contra qualquer tipo de dominação. Esse é o ponto de vista, também, de Carlos Alberto Torres (2001), que defende a teoria da cidadania democrática multicultural que nasce das lutas intelectuais e políticas dos grupos ligados às temáticas de classe, raça-etnia, gênero, opção sexual.

No Brasil, o debate sobre o multiculturalismo tende a se desenvolver em termos de luta social e étnico-racial, como veremos. Não temos dúvida que, numa perspectiva da teoria dos campos, ele envolve uma luta pelo monopólio do poder simbólico: o direito de discursar e elaborar estratégias sobre os problemas do multiculturalismo da sociedade brasileira e sobre aqueles, especificamente, enfrentados pelos afro-brasileiros. Essa luta, pode-se dizer, *en passant*, iniciou-se desde a leva dos primeiros africanos nas terras brasileiras. Hoje, seus descendentes lutam pelo reconhecimento de seus direitos sociais, culturais, políticos e econômicos. A identidade negra é usada, como uma arma simbólica dessa luta para a redefinição da identidade nacional e da política de redistribuição, tendo a “raça” como um dos critérios, ao lado dos outros, como classe, gênero, geração.

Nessa luta simbólica em torno do multiculturalismo, Hall (2003, p. 53) salienta, citando Caws, que o problema é que o *ismo* tende a converter o “multiculturalismo” em uma doutrina política reduzida a uma singularidade formal e fixada numa condição petrificada. Assim, converte e reduz a heterogeneidade característica das condições multiculturais numa doutrina fácil e prosaica. Na verdade, prossegue Hall, o multiculturalismo não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. “Descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabadas. Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim, também, há ‘multiculturalismos’ bastantes diversos” (HALL, 2003, p. 53). Essa precisão é importante, pois, evita condenações apresadas e equivocadas, como a de Bourdieu e Wacquant (2000; 2002) e as dos opositores brasileiros de cotas raciais, como Magnoli (2009) sobre o multiculturalismo.

No seu texto, Stuart Hall (2003, p. 53) descreve vários tipos de multiculturalismo. Citando Goldberg, argumenta que o “multiculturalismo conservador” segue Hume ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria, o grupo dominante. O

“multiculturalismo liberal”, para Hall, busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universalista, tolerando certas práticas culturais particularistas, apenas, no domínio privado. O “multiculturalismo pluralista”, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O “multiculturalismo comercial” pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então, os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O “multiculturalismo corporativo” (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O “multiculturalismo crítico” ou “revolucionário”, citando McLaren, enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência. Procura ser, se apoiando em Goldberg, insurgente, polivocal, heteroglossa e anti-fundamencional. Essa última forma do multiculturalismo aproxima-se, ideologicamente, das propostas do multiculturalismo emancipatório de Santos e Nunes (2003) e da cidadania democrática de Torres (2001), que lutam pelo acesso aos direitos humanos por parte dos grupos étnicos, de mulheres, homossexuais, dos trabalhadores excluídos pela sociedade dominante.

Longe de ser uma doutrina estabelecida, citando May, Stuart Hall (2003, p. 53-54), reconhece que o multiculturalismo é uma ideia profundamente questionada. É contestada pela direita conservadora, prossegue o sociólogo jamaicano, em prol de uma pureza e integridade cultural da nação. Ele é contestado pelos liberais, que alegam que o “culto da etnicidade” e a busca da diferença ameaçam o universalismo e a neutralidade do Estado liberal, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade formal. Alguns liberais ressaltam o autor, afirmam que o multiculturalismo, ao legitimar a ideia dos “direitos de grupo”, subverte o sonho de uma nação e cidadania construídas a partir das culturas de povos diversos – e *pluribus unum*. Além disso, o multiculturalismo é, também, contestado por modernizadores de distintas convicções políticas. Para estes, o triunfo do universalismo da civilização ocidental sobre o particularismo de raiz étnica e racial, estabelecido no Iluminismo, marcou uma transição decisiva e irreversível do Tradicionalismo para a Modernidade. Essa mudança não deve ser revertida. Há, ainda, outras versões pós-modernas do “cosmopolitismo”, conforme Hall (2003), que tratam o “sujeito” como algo inteiramente contingente e desimpedido, se opõem, radicalmente, ao multiculturalismo em que os sujeitos se encontram mais localizados. Essa última concepção está presente na teoria do

multiculturalismo de Boaventura de Sousa Santos (2001) que valoriza a razão cosmopolita, isto é, uma epistemologia e política que privilegiam o diálogo intercultural entre sujeitos local e globalmente situados.

Como se não bastasse, o pai dos estudos culturais enumera, por sua vez, os desafios do multiculturalismo presentes em várias posições de esquerda (HALL, 2003, p. 54). Os “anti-racistas” dessa corrente ideológica argumentam que, erroneamente, o multiculturalismo privilegia a cultura e a identidade, em detrimento das questões econômicas e materiais. Os “radicais”, do seu lado, creem que ele divide em termos étnicos e racialmente particularistas, uma frente racial e de classe unida contra a injustiça e a exploração. Outros apontam, prossegue Hall (2003), as várias versões do multiculturalismo de *boutique*, comercializado e consumista, que celebram a diferença sem fazer diferença. Há, enfim, se referindo às análises de Sarat Maharaj, o que se pode denominar de “gerencialismo multicultural”, o qual apresenta “uma assombrosa semelhança com a lógica do Apartheid”.

As interrogações de Stuart Hall (2003) sobre a análise do conceito multiculturalismo merecem serem recuperadas: Pode um conceito que significa tantas coisas diferentes e que tão efetivamente acirra os ânimos de inimigos tão diversos e contraditórios realmente ter algo a dizer? Por outro lado, pergunta ele: “sua condição contestada não constitui precisamente seu valor?” (HALL, 2003, p. 54). Para ele, essas tensões e controvérsias é que dão ao multiculturalismo o seu valor analítico. “Por bem ou por mal, estamos, inevitavelmente, implicados em suas práticas, que caracterizam e definem as ‘sociedades da modernidade tardia’” (IBIDEM, p. 54)..

As análises que Stuart Hall (2003) faz sobre o multiculturalismo, na Inglaterra, tendo a “raça” e a “etnia” negra como objeto de análise, e a citação do texto de Michele Wallace que ele traz para ilustrar a sua argumentação, aponta, claramente, o universo de inserção de sua teoria do multiculturalismo.

[Todos] sabem [...] que o multiculturalismo não é terra prometida... [entretanto] mesmo em sua forma mais cínica e pragmática, há algo no multiculturalismo que vale a pena continuar buscando (...) precisamos encontrar formas de manifestar publicamente a importância da diversidade cultural, [e] de integrar as contribuições das pessoas de cor ao tecido da sociedade. (HALL, 2003, p. 54).

Não temos dúvida que a teoria do multiculturalismo de Stuart Hall faz parte da sua corrente crítica, dos estudos pós-coloniais, que ele denomina de Estudos culturais (COSTA, 2006; HALL, 2003). Como dito, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural dialoga

com esses estudos culturais e com as teorias do multiculturalismo crítico de Peter McLaren, emancipatório de Santos e Nunes (2003).

3. Em defesa do multiculturalismo emancipatório

O termo “multiculturalismo”, hoje, se generalizou como modo de designar as diferenças culturais em contexto local, nacional e global. Isso não significa que tenham sido superadas as contradições e tensões internas apontadas pelos críticos. Uma das formas, para evitar os desentendimentos, como vimos, é enunciar de que multiculturalismo está se falando. Essa pesquisa optou pela noção do “multiculturalismo emancipatório”. Para Santos e Nunes (2003, p. 33), esse multiculturalismo pode ser associado aos conteúdos e projetos emancipatórios e contra-hegemônicos ou modos de regulação das diferenças no quadro do exercício da hegemonia nos Estados-nação ou em escala global. É importante, por isso, especificar as condições em que o multiculturalismo como projeto pode assumir um conteúdo e uma direção emancipatória (SANTOS; NUNES, 2003).

Santos e Nunes fazem observar: “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 33). Ambos argumentam que estas concepções de multiculturalismo, geralmente, estão ligadas a “espaços sobrepostos”, “histórias entrelaçadas”, de “subalternidade”, de “colonialidade”; o “nível mais baixo: o gueto” (BAUMAN, 2004), produtos das dinâmicas imperialistas, coloniais e pós-coloniais que puseram em contato metrópoles e territórios dominados e que criaram as condições históricas de diásporas e outras formas de mobilidade. Falando do ponto de vista da diáspora negra brasileira, diríamos que o escravismo e a abolição sem políticas públicas e o neoliberalismo, são instituições responsáveis pela situação de desigualdade sociorracial, do subdesenvolvimento dessa população e, ao mesmo tempo, de sua mobilização política.

A ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência de configurações culturais baseadas em contribuições de experiências e de histórias distintas, ponderam Santos e Nunes (2003, p. 33), tem levado a explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo, alimentando os debates e iniciativas sobre novas definições de direitos, de identidades, de justiça e de cidadania.

Uma das dificuldades enfrentadas pelas versões emancipatórias do multiculturalismo é a de articular, reciprocamente, a questão de luta pelo “reconhecimento / política de

diferença cultural” e de luta pela “redistribuição” na era da globalização. Para superar esses abismos é preciso redefinir a cultura. Na perspectiva do multiculturalismo emancipatório de Santos e Nunes (2003), como vimos, a cultura não é encarada como uma esfera num conjunto de esferas e práticas diferenciadas, mas como um terreno em que a política, a cultura, e o econômico formam uma dinâmica inseparável. Além disso, é preciso levar em conta seus agentes históricos. No caso, são os movimentos emancipatórios que estabelecem um projeto alternativo contra a dominação capitalista. Estes estão presentes nas esferas do Estado, do setor privado e da sociedade civil.

Os estudos de Santos e Nunes, sobre o multiculturalismo emancipatório, estão fundamentados em estudos empíricos. A sua análise crítico-histórica os levou a formular essas cinco teses sobre os multiculturalismos emancipatórios e escalas de luta contra a dominação:

Tese 1: Diferentes coletivos humanos produzem formas diversas de ver e de dividir o mundo, que não obedecem necessariamente às diferenciações eurocêntricas como, por exemplo, a que divide as práticas sociais entre a economia, a sociedade, o Estado e a cultura, ou a que separa drasticamente a natureza da sociedade. Está em curso uma reavaliação das relações entre essas diferentes concepções do mundo e as suas repercussões no direito e na justiça. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 60)

Tese 2: Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistência, de mobilização, de subjetividade e de identidade coletivas também distintas, que invocam noções de justiça diferentes. Nessas resistências e em suas articulações locais/globais reside o impulso da globalização contra-hegemônica. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 61)

Tese 3: A incompletude das culturas e das concepções da dignidade humana, do direito e da justiça exige o desenvolvimento de formas de diálogo (a hermenêutica diatópica) que promovam a ampliação dos círculos de reciprocidade. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 62)

Tese 4: As políticas emancipatórias e a invenção de novas cidadanias jogam-se no terreno da tensão entre igualdade e diferença, entre a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição. (2003, p. 63)

Tese 5: O sucesso das lutas emancipatórias depende das alianças que os seus protagonistas são capazes de forjar. No início do século XXI, essas alianças têm de percorrer uma multiplicidade de escalas locais, nacionais e globais e têm de abranger movimentos e lutas contra diferentes formas de opressão. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 64).

O multiculturalismo é tratado, nesse trabalho, como um conceito analítico, um trabalho intelectual de tradução das práticas sociais, isto é, dos discursos e projetos dos intelectuais, dos políticos e ativistas sobre as questões ligadas a esse campo. O erro epistemológico cometido por vários teóricos é a supervalorização da “cultura” esquecendo-se de outros elementos, mas, como observam Santos e Nunes, suas políticas implicam questões de cultura (identidade), política (direitos e cidadania) e de economia (redistribuição). Por isso, a segunda dimensão da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, o campo do

desenvolvimento, fazendo uso da sociologia das ausências procura trazer à luz, novos elementos que as teorias ligadas ao culturalismo subestimam. Sendo assim, falar de políticas multiculturais é falar de políticas de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico.

Há ainda outra ideia do multiculturalismo esquecida e que alguns agentes sociais, como aqueles ligados às teorias do desenvolvimento econômico comunitário, das minorias canadenses, brasileiras, vêm nos lembrando: a “comunidade”. Esses agentes tentam elaborar uma teoria de “*vivre ensemble*”, “viver junto” com qualidade e harmonia num mundo plural e que hoje, mais do que nunca, está ameaçado. Zygmunt Bauman (2004) é um dos porta-vozes desse pensamento. No seu livro *Comunidade: a busca por uma segurança no mundo atual*, no posfácio, escreve:

Somos todos interdependentes nesse nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distâncias dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas, torna a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida – mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido coletivamente.

Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá se (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e, igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. (BAUMAN, 2004, p. 133-134).

A fala de Baumann (2004) ilustra que o multiculturalismo, como teoria e política, implicam questões éticas: a ética da solidariedade e da responsabilidade em defesa dos direitos. Do ponto de vista do Atlântico negro, trata-se dos direitos dos mais fracos que vivem na precariedade, na situação de subdesenvolvimento. É nesse ponto que se encontra o cruzamento entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento multicultural que transformamos em teoria de desenvolvimento econômico multicultural.

É a realidade das populações que compõem o Atlântico afro-brasileiro que vai guiar nossas análises sobre a exigência de construção de uma “comunidade verdadeiramente brasileira”. Esse ponto de partida local é que determina as interrogações da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Um dos desafios que teremos que enfrentar é o de conciliar as demandas do particularismo com as do universalismo, a questão do reconhecimento com a de redistribuição, as interfaces entre raça-etnia e classe. Usaremos da análise genético-estrutural para a compreensão do multiculturalismo no contexto brasileiro,

que é a finalidade desse estudo. Para tanto, servimo-nos da análise histórica e sociológica salientando o contexto global e local da emergência do multiculturalismo, das teorias, idéias, práticas e políticas que envolvem o seu debate.

4. Considerações finais

Acabamos esta análise nas linhas que precederam a gênese e o uso do multiculturalismo assumido pela teoria do desenvolvimento econômico multicultural.

As práticas multiculturais são anteriores as suas teorias. Visto do ponto de vista das sociedades pós-coloniais que emergem do escravismo e colonialismo europeu do século XV-XVI, o conceito multiculturalismo, emergiu nos anos de 1970 para traduzir as políticas públicas em torno da temática da diversidade.

Devido à polissemia e polêmica que esse conceito tem suscitado, mostramos que esse trabalho assume o conceito do multiculturalismo emancipatório de Santos e Nunes (2003). Este, além de ser uma filosofia, é uma prática política que visa à emancipação dos povos oprimidos.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MULTICULTURAL

Introdução

As políticas públicas são objetos cobiçados pelas disciplinas de ciências sociais, ciências políticas, econômicas, direito, sociologia. Nessa disputa, predominam duas tendências de pensamento. A primeira, fazendo parte do pensamento dominante, acha que elas são meras ações promovidas pelo Estado (SOUSA, 2003). A segunda, correspondente a um pensamento heterodoxo, entende que são ações sociais de vários atores: o Estado, o mercado e a sociedade civil (VIEIRA, 2001; VIVARTA, 2003). A teoria do desenvolvimento se enquadra nessa última abordagem.

Esse capítulo pretende analisar os conceitos que sustentam a visão da teoria do desenvolvimento econômico multicultural sobre políticas públicas, denominadas, por nós, de “políticas públicas do desenvolvimento econômico multicultural”. Divide-se em seis seções. A primeira analisa a noção de políticas públicas; a segunda estuda a questão de integração social e cultural do negro, em termos de políticas de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico; a terceira focaliza a questão de políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição trazendo para o debate os termos, geralmente empregados, como políticas distributivas, políticas redistributivas, políticas regulatórias, políticas constitutivas, política de reconhecimento; a quarta e a quinta analisam as políticas de cotas, políticas de ações afirmativas e as políticas de promoção de igualdade racial, no contexto brasileiro, de uma forma breve; e, a última seção, ressalta outra dimensão de políticas públicas que é a sua consideração como instrumento de avaliação e o exercício da democracia.

1. O termo de políticas públicas

Jürgen Habermas (2003), no seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, esboça uma análise sócio-histórica, profunda, do conceito de políticas públicas no contexto europeu. Do seu lado, Celina Sousa (2003), levando em conta o cenário brasileiro e internacional, faz um estudo sobre políticas públicas enquanto teorias e conceitos a serem usados para o desenvolvimento da pesquisa e da intervenção social. Preocupo-me, pelo contrário, só com o sentido desse conceito. Assim, para início de conversa, sugerimos essa definição:

POLÍTICAS PÚBLICAS. Políticas formuladas e implementadas pelo Poder Público, Setor Privado ou Terceiro Setor, cujos beneficiários são cidadãos em geral ou grupos específicos no que diz respeito a gênero, raça, etnia, condições sócio-econômicas, faixas etárias etc. (VIVARTA, 2003, p. 176).

Trata-se de uma definição que faz parte do pensamento alternativo. As políticas públicas são entendidas como ações do Poder Público, do Setor privado ou do Terceiro Setor ou Sociedade Civil, que a nova sociologia econômica interpreta em termos de trilogia: Estado/Mercado/Sociedade civil (LEVESQUE, 2004).

O risco que se ocorre ao assumir uma determinada definição é o de omitir a complexidade que carrega cada conceito. Em outras palavras, o conceito de políticas públicas torna-se mais desafiante quando relacionado a outros termos, tais como multiculturalismo e desenvolvimento, cujos significados, no contexto brasileiro, passa pela análise de termos como raça e desigualdades raciais (SANTOS, 2003; PAIXÃO, 2006a) e outros que já analisamos nos capítulos anteriores.

Para não cair no reducionismo, propomos analisar esse conceito a partir de dois focos, traduzindo o que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende por “política” e “público”. Começando pelo termo política. Conforeme Max Weber: “Política’ significa, para nós, a tentativa de participar do poder, ou de influenciar a distribuição dele, seja entre vários Estados, ou dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que o abrange” (2004b, p. 526).
Explicitando:

Quando se diz de uma questão é política, de um ministro e funcionário que é um funcionário “político”, de uma decisão que é “politicamente condicionada”, sempre se tem em mente que interesses de distribuição, conservação ou deslocamento de poder são decisivos para a solução daquela questão, condicionam aquela decisão ou determinam a esfera da ação daquele funcionário. Quem pratica política reclama poder: poder como meio ao serviço de outros fins – ideais ou egoístas, - ou poder “pelo próprio poder”, para deleitar-se com a sensação de prestígio que proporciona. (WEBER, 2004b, p. 526).

Apesar de estar presa na busca de uma explicação sociológica do Estado moderno, a definição de Weber tem o seu valor analítico quando colocada no quadro da sua “teoria da ação social”. “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado para o futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas para enfrentar ataques futuros)” (WEBER, 2004 a, p. 13).

Quem são esses “outros” para Weber? “Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas, completamente, desconhecidas” (IBIDEM). O exemplo que ele dá, sobre o dinheiro, como bem destinado à troca, é significativo:

[...] o “dinheiro”, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em números indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte num ato de troca futuro. (WEBER, 2004a, p. 14).

É significativo quando visto do ponto de vista da teoria dos campos, o campo tratado por Bourdieu (2000a, 2002a) como “mercado”; espaço de trocas simbólicas, determina o poder simbólico de “nós” sobre os “outros”. “A ação social, para Weber (2004a, p. 14), não é idêntica: a) nem a uma ação homogênea de várias pessoas; b) nem a qualquer ação influenciada pelo comportamento dos outros”. A ação social, para ele, como toda ação, pode ser determinada de quatro modos: racional, referente a fins; de modo racional, referentes a valores e de modo afetivo, especialmente emocional; e, por fim, de modo tradicional, por costume arraigado (Weber, 2004a, p. 15). Como se sabe, Weber valorizava mais a primeira ação: a racionalidade, ou seja, a ação referente aos fins.

Por que chamar a “ação social” de “relacional”? Porque há um sentido que emana dessa interação. Nas palavras do próprio Weber (2004a, p. 16):

Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade.

A ação social, como ação intersubjetiva, portanto, cria a identidade, um referencial de sentido. O reconhecimento da probabilidade, conforme Bourdieu (1997), não salva Weber do seu juridicismo, quando interpreta a ação dos agentes modernos (homens, Estado, o capitalismo) a partir do conceito da racionalidade. Contra isso, Bourdieu (1994, 1997) entende que a ação social, a “razão”, é uma prática social condicionada histórica e culturalmente. Assim, ele fala do *habitus*, como a “razão prática”, uma razão complexa, que é marcada pela imprevisibilidade, fluidez, probabilidade, pelos motivos inconscientes e conscientes que determinam nossas ações.

Dito em outros termos, as práticas sociais são carregadas de poder; o que Bourdieu chama de poder simbólico. Este se manifesta a partir de duas lógicas, uma de conservação e a outra de transformação. Chamei isto de poder simbólico hegemônico (dominação) e de poder simbólico libertário (emancipatório), na minha dissertação de mestrado (MALOMALO, 2005). A teoria de ação de Weber, geralmente, é criticada por omitir o aspecto da dominação que carrega o conceito de racionalidade (MÉSZÁROS, 2004). É na concepção da teoria da ação social de Bourdieu (2002a), que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural

desenha a sua visão de políticas públicas. Nessa perspectiva, cada ação social é determinada pelas regras, interesses particulares e gerais dos campos sociais.

A seguir, analisamos o termo “público” que tem a ver, na concepção bourdieusiana, com o “espaço social”. Do ponto de vista da “razão indolente” (SANTOS, 2003), encourada no dualismo, o público tem sido, geralmente, separado do “privado”. Dessa forma, as ações ou atividades públicas têm tido mais a ver com as ações do Estado-Mercado. Assim, os problemas do mundo da família, da sexualidade, intimidade, da religião, das relações raciais, são vistos como objetos não valiosos/legítimos para merecer uma “avaliação pública” do discurso nem da ciência dominante, nem do Estado, e nem da economia (BOURDIEU, 2001b; LESVESQUE, 2002a; 2002b; FONTAN; LACHANCE, 2005). São tidos como temas a confinar no privado.

As teorias da complexidade (MORIN, 2005; BOURDIEU, 2004; SANTOS, 2003), nos quais se fundamenta a teoria do desenvolvimento econômico multicultural, têm lutado para a superação desse dualismo epistemológico, buscando interpretar a realidade social a partir de suas relações complexas, interdependentes. As análises de Liszt Vieira (2001, p. 51), sobre “Modelos de Espaço Público”, são essenciais para a ampliação da nossa concepção do “espaço público”. Esse autor fundamenta a sua análise na teoria política, inspirando-se de Seyla Berhabid. É a partir desse autor que investiga os três modelos dominantes sobre o espaço público. O primeiro é de tradição republicana, representado pela visão agonística de espaço público desenvolvida pela filósofa alemã, Hannah Arendt. O segundo modelo é de tradição liberal, de matriz kantiana, que se preocupa com a questão de uma ordem justa e estável, fornecendo um modelo chamado de legalista. Vieira concentra-se na análise do pensamento de Bruce Ackerman e o seu conceito de diálogo público. O terceiro modelo é a proposta teórica do espaço público discursivo, desenvolvido por Jürgen Habermas.

Entre as três propostas teóricas, Vieira (2001) simpatiza mais com a de Habermas por sua capacidade analítica em relação às questões complexas da sociedade moderna. Para este autor, o modelo habermasiano amplia o âmbito da atividade política, fertilizando-a com os influxos comunicativos provenientes da sociedade civil. A concepção da esfera pública de Habermas, tal como descrita por Vieira, condiz com a da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Primeiro, na perspectiva da interação social e histórica de seus agentes, a trilogia Estado-Mercado-Sociedade civil.

O conflito entre Estado e mercado, de um lado, e as estruturas interativas do mundo da vida, de outro lado, leva este último a se organizar em movimentos sociais fundadores da democracia que, para Habermas, é a

institucionalização no sistema político das sociedades modernas dos princípios normativos da racionalidade comunicativa. (VIEIRA, 2001, p. 63).

Em segundo lugar, compartilha a mesma visão do ponto de vista teórico-conceitual das políticas públicas. Vieira percebe e define a esfera pública, habermasiana, como:

[...] o local de disputa entre princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à reificação e burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçada pela racionalização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade. (VIEIRA, 2001, p. 63).

O conceito de esfera pública ocupa posição central na teoria habermasiana como arena de formação da vontade coletiva. Trata-se de um espaço público autônomo apresentando uma dupla dimensão: de um lado, desenvolve processos de formação democrática de opinião pública e de vontade política coletiva; de outro lado, vincula-se a um projeto de práxis democrática radical, em que a sociedade civil se torna uma instância deliberativa e legitimadora do poder político, em que os cidadãos são capazes de exercer seus direitos subjetivos públicos. (VIEIRA, 2001, p. 63-64).

A concepção habermasiana de políticas públicas é de cunho ético-emancipatório. Haja vista que nenhuma concepção é neutra, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende que a ciência, no Brasil, tem a missão de transformar os problemas sociais tidos como “privados” em “problemas públicos”; isto é, “legítimos para toda sociedade”. Isto significa que deve analisá-los seriamente e propô-los como temas, não somente das organizações sociais e grupos acadêmicos de negros, mas, todavia, como assuntos que dizem respeito a todos os brasileiros, todos os dirigentes do Estado, do mercado e da sociedade civil.

O Estado, o mercado e a sociedade civil são três conceitos analíticos que nos possibilitam analisar as políticas públicas do desenvolvimento econômico multicultural no Brasil. Observado pela ótica da teoria dos campos, significa que a interação desses três agentes forma o “espaço público”, ou seja, um espaço histórico e culturalmente construído. Para entender este espaço, é preciso fazer a sua breve história social e a sua análise sociológica, salientando a interação de seus agentes envolvidos e identificar a forma como estes interagem com as estruturas sociais que determinam suas ações individuais e coletivas.

Essa visão das políticas públicas se opõe à visão dominante que reduz as políticas públicas às ações do Estado ou as do mercado. Na perspectiva do Atlântico negro brasileiro, analisar o “espaço público brasileiro”, com observância na teoria do desenvolvimento econômico multicultural, é estudar a formulação e as respostas dadas pelos agentes do Estado, do mercado e da sociedade civil, às demandas das populações negras ao longo da história. São demandas de sobrevivências econômicas, sociais, políticas e culturais; são as

questões vitais e históricas, que nunca foram resolvidas ou o foram insuficientes, e que persistem de geração em geração: a questão da identidade, do desenvolvimento, da segurança física, da educação, da moradia, da saúde etc. São as “questões vitais” do desenvolvimento social e econômico (BAJOR, 2000).

O texto de Alexandre do Nascimento (2007), “Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa”, abre um caminho para uma reflexão entre políticas públicas e políticas de ações afirmativas no Brasil.

Embora o debate intelectual sobre o tema do racismo e suas conseqüências e impacto nas condições subalternas da maioria da população negra date do início do século XX, através da chamada imprensa negra e de organizações como a Frente Negra Brasileira; embora o jornal “Quilombo”, do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1948, já apresentasse como proposta que “enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros como pensionistas do Estado”¹; Embora a luta anti-racista tenha ressurgido nos anos 70 com uma perspectiva diferencialista e, portanto, com discursos e práticas, não apenas de denúncia do racismo, mas de defesa e valorização da “identidade” e da “cultura” negras e de exigência de processos de inclusão social não subordinada de negros e negras, na sociedade brasileira, através de diversas organizações e grupos militantes; embora o Movimento Negro Unificado tenha surgido em 1978, instituições e leis tenham sido implementadas na década de 80 – como a Fundação Palmares no Ministério da Cultura, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro e a Lei Caó - a chamada “questão racial” só entrou de fato na agenda de debates das políticas públicas na metade dos anos de 1990.

De uma forma geral, foi na década de 1990 que a sociedade, o governo da União, as escolas e universidades, a mídia e outros entes estatais e privados passaram a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial e políticas contra esses problemas. Esse fato é resultado da luta histórica do Movimento Social Negro (NASCIMENTO, 2007, p. 1-2).

A primeira reflexão que se pode fazer é com foco na datação histórica. Será que as ações afirmativas para negros só nasceram nos anos de 1990? Quem analisa a história da população negra, numa perspectiva mais ampla, sabe que não. Desde o século XVI, contra a vontade do Estado colonial, os negros têm se organizado social, cultural, econômica e politicamente. Com o surgimento do Estado moderno brasileiro, responsável pela construção de uma nação moderna, com início nos anos de 1930, as populações negras, ex-escravizadas, re-articulam também suas lutas de libertação (PAIXÃO, 2006).

O que nos leva a segunda reflexão? O processo histórico descrito por Alexandre do Nascimento (2007), quando interpretado numa perspectiva mais ampla da história brasileira, como o têm feitos autores como Fernandes (1965), Ianni (2007), D’Adesky (2001), Paixão (2006) indicam que as “práticas de ações afirmativas”, no meio negro, precederam o conceito

de políticas públicas e de ações afirmativas tidos como ações do Estado. Conseqüentemente, consideramos as ações afirmativas como uma das modalidades das políticas públicas que têm acompanhado as mudanças históricas ocorridas na sociedade brasileira.

O panorama da implementação de políticas públicas mudou muito nas últimas duas décadas no Brasil. Com o processo de redemocratização do país durante os anos 1980 e a redefinição das concepções mundiais do papel do Estado, na década de 1990, identificar carências nas mais diversas áreas da sociedade, planejar ações, executá-las e fiscalizá-las deixou de ser atribuição exclusiva de governos. Empresas privadas, organizações do Terceiro Setor e organismos multilaterais vêm adquirindo um papel cada vez mais relevante nas iniciativas de combate à pobreza e de estímulo ao desenvolvimento. Apesar dessas transformações, a mídia brasileira ainda manifesta a tendência de restringir apenas ao Estado, sobretudo ao Poder Executivo, o debate sobre os problemas sociais e a responsabilidade pelas soluções. (VIVARTA, 2003, p. 84).

É contra a visão reducionista das políticas públicas que nos opomos. Entendemos que elas são um conjunto de ações diversificadas, programas, projetos desenvolvidos pelos agentes sociais, no caso o Estado, o Setor privado e a Sociedade civil, para o desenvolvimento social e econômico das populações. Políticas públicas do desenvolvimento econômico multicultural inspiram-se das políticas sociais e econômicas concebidas pelos agentes ligados ao pensamento do desenvolvimento alternativo, do desenvolvimento econômico comunitário, desenvolvimento local, desenvolvimento humano, da nova sociologia econômica, do multiculturalismo emancipatório, como vimos. Dependendo dos contextos históricos, geográficos nacionais e internacionais, bem como dos referenciais disciplinares, as intervenções que nascem desses meios têm diversos nomes. Compartilho a visão dos redatores de *Série Mídia e Mobilização Social – vol. 4*, onde as políticas públicas são tratadas numa perspectiva mais ampla.

A expressão “público” deve ser sempre empregada no sentido de representar algo que é de todos. Ou seja, trata-se de benefícios e serviços oferecidos para a coletividade. De acordo com essa concepção, mesmo instituições essencialmente privadas que ajam para reduzir problemas sociais localizados estão, no fim das contas, executando uma política pública. Cabe à mídia, portanto, exercer com vigor a missão de dar transparência às ações governamentais. No entanto, é também fundamental que passe a consultar e a acompanhar com mais intensidade e espírito crítico iniciativas de outros atores, como organizações multilaterais, do Terceiro Setor e da área privada. (VIVARTA, 2003, p. 85).

O meu objetivo, a seguir, é identificar as políticas que poderiam servir de suporte teórico nos debates em torno das políticas do desenvolvimento econômico multicultural, que são divididos em dois blocos: políticas de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico.

2. Políticas de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico

Se, para a teoria do desenvolvimento dominante, há uma separação radical entre as políticas do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social, o econômico, para ela, remete ao crescimento macroeconômico; a teoria do desenvolvimento econômico multicultural entende o contrário. Para esta última, tal separação é uma ficção científica, uma vez que oculta as bases sociais da sua produção, torna-se um prejuízo para as ciências e políticas públicas que pretendem transformar a sociedade (BOURDIEU, 2000b). Assim, entendemos que a autonomia do campo do social não deve mascarar as reciprocidades que esse estabelece, do ponto de vista sociológico, com o econômico, e vice-versa. A economia, nesse sentido, é vista plenamente na sua dimensão social (LÉSVESQUE, 2002b). Da mesma forma, as políticas ditas sociais ou culturais podem levar a uma transformação econômica, apesar dessa não ser a sua única meta.

Por uma razão analítica, as políticas públicas que investigamos, levando-se em conta as propostas teóricas da nova economia sociológica, da economia social e solidária (ALLAIRE et al., 2007) e do PNUD (2005), são agrupadas em duas categorias. A primeira é chamada de “políticas do desenvolvimento sociocultural”, conhecidas, geralmente, em termos de “políticas sociais” e “culturais”. Agrupam as intervenções, os projetos e programas do poder público, do setor privado e da sociedade civil que visam à melhoria de um ou de demais indicadores desses campos da vida social: educação, saúde, seguridade social, moradia, saneamento básico, mídia, cultura, arte, direitos.

A segunda categoria é designada pelo termo de políticas do “desenvolvimento socioeconômico”, conhecidas, também, como políticas econômicas. Contemplam as intervenções que almejam as melhorias dos beneficiários num ou em mais desses campos da vida social: mercado de trabalho, produtividades dos bens e serviços com finalidade comercial ou não comercial. As atividades investigadas, aqui, são guiadas por duas finalidades: uma de finalidade capitalista e corresponde à economia capitalista; a outra, é a lógica não capitalista da economia social e solidária (LÉSVESQUE, 2002a; 2002b; ALLAIRE et al., 2007). Como dito, do ponto de vista da nova sociologia econômica, há uma interface entre o social e o econômico, ou seja, entre o desenvolvimento sociocultural e o desenvolvimento socioeconômico, na prática, não existe uma reparação nítida.

As teorias culturais, que têm o multiculturalismo como objeto de análise, ligadas as suas tradições nacionais e disciplinares (DOYTCHEVA, 2005), usam os termos de “políticas de multiculturalismo”, “políticas de reconhecimento”, “políticas de identidade”, “políticas de

redistribuição”, “políticas de promoção de igualdade racial”, “políticas de ações afirmativas”, “políticas de cotas”, “políticas para minorias”, “políticas de integração social e integração cultural” para se referirem às políticas públicas de gestão da diversidade (ALLAIRE et al., 2007) que, muitas vezes, nascem das reivindicações sociais, culturais, econômicas e políticas dos grupos tidos por “minorias”. O nosso foco está nas “minorias étnicas negras brasileiras”.

Mas, é com cuidado teórico e político, que se deve usar esse termo. Como bem observa Zygmunt Bauman, em outros contextos:

“Minoria étnica” é uma rubrica sob a qual se esconde ou são escondidas entidades sociais de tipos diferentes, e o que as faz diferentes raramente é explicado. As diferenças não derivam dos atributos da minoria em questão, e ainda menos de qualquer estratégia que os membros da minoria possam assumir. As diferenças derivam do contexto social em que se constituíram como tais: da natureza daquela atribuição forçada que levou à imposição de limites. A natureza da “sociedade maior” deixa sua marca indelével em cada uma de suas partes. (BAUMAN, 2003, p. 83).

Sem este cuidado epistemológico e político, no Brasil, corre-se o risco de não perceber que a população negra é maioria e não minoria, como alega a literatura sociológica dominante. Além disso, corre-se o risco de não se entender a verdadeira explicação do processo histórico de exclusão étnico-racial e a urgência de implementação de políticas públicas voltadas para essa parcela da população brasileira. Tais políticas para o seu sucesso devem operar a partir da lógica da epistemologia da complexidade conjuntiva.

3. Multiplicidade de abordagens de políticas públicas

Nessa seção, analisamos os conceitos fundamentais apontados, acima, que fazem parte desse debate sobre as políticas públicas voltadas para os grupos excluídos por motivos que ultrapassam a questão social: as “minorias étnicas”.

3.1. Políticas de reconhecimento e políticas de redistribuição

As lutas das “minorias” (TAYLOR, 1998; SANTOS, 2003; FRASER, 2007), na metade do século XX, tinham por meta trazer, à esfera pública, suas demandas consideradas, até então, como coisas da esfera privada. É nesse contexto que dois conceitos, o das políticas de reconhecimento e o das políticas de (re) distribuição têm aparecido para esclarecer essa luta social. Na verdade, eles trazem essas questões: as políticas públicas para as “minorias” só devem contemplar o campo da cultura ou só o campo da economia? Elas devem visar ao desenvolvimento sociocultural e/ou ao desenvolvimento socioeconômico?

As respostas que se podem dar as essas questões dependem muito das posturas teórico-políticas de cada estudioso. Cabe-nos trazer o nosso posicionamento e, ao fazê-lo, estaremos ampliando o quadro teórico do desenvolvimento econômico multicultural. Servimo-nos do texto dos autores do livro *Que País é este?* (VIVARTA, 2003) e de Klaus Frey (2000) para a nossa reflexão sobre as políticas públicas multiculturais (HALL, 2003). O primeiro capítulo intitulado “Uma Ampla Esfera de Ação” parte do pressuposto das ciências do desenvolvimento alternativo de que as políticas públicas não se limitam às ações do Estado. O segundo texto é uma análise teórico-conceitual referente às políticas públicas. O ponto comum é que ambos situam a sua reflexão no contexto brasileiro.

Enquanto o pensamento de Klaus Frey (2000) insiste na resolução de conflitos políticos através das políticas públicas, o dos os autores do livro *Que País é este?* (VIVARTA, 2003) ressaltam a questão de superação da pobreza, as desigualdades e o desenvolvimento humano das populações, sem perder de vista da população negra brasileira.

Os autores do livro *Que País é este?* (VIVARTA, 2003) dividem, do ponto de vista da natureza, as principais políticas públicas implementadas no Brasil em três categorias: compensatória, assistencialista e estruturalistas. Já Klaus Frey (2000), encourado na teoria da “policy arena”, que valoriza os conflitos, distingue quatro categoria de políticas públicas: políticas distributivas, redistributiva, regulatória e constitutiva.

A concepção da “policy arena” foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi (1972). Ela parte do pressuposto de que as relações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo “da policy arena” refere-se portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de políticas, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo. (FREY, 2000, p. 223).

Concordamos plenamente com o autor nesse ponto. Política como campo de poder está marcada por conflitos, pois é no campo que cada agente busca impor seus interesses, a sua visão do mundo, a sua agenda do desenvolvimento da nação e do seu grupo étnico-racial de pertencimento, por exemplo. Nesse contexto, as decisões tomadas pelos formuladores de políticas públicas dependem das relações de forças entre os agentes em disputa. Assim, podemos entender, por exemplo, a ambigüidade do governo Lula quanto à implementação de uma lei federal sobre cotas nas universidades públicas.

A primeira categoria dentro da “policy arena” que Klaus Frey descreve é a das “políticas distributivas”:

[...] são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos – pelo menos diretamente percebíveis – para outros grupos. Essas “policy arena” são caracterizadas por “consenso e indiferença amigável” [Windhoff-Héritier, 1987, p. 48]. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios. (FREY, 2000, p. 223-224).

Essas políticas tendem a ser universalistas. Um modelo dessa política seria o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

Essa noção de política não é a mesma de Vivarta (2003). Para este a política distributiva pertence à categoria de políticas compensatórias e o modelo que cita é de políticas de cotas. Para Frey, estas políticas pertencem à segunda categoria: “políticas redistributivas”, que ele define nesses termos:

2. Políticas redistributivas são orientadas para o conflito. O objetivo é “o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade” [Windhoff-Héritier, 1987, p. 49]. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser politizado e repleto de conflitos. (FREY, 2000, p. 224).

O texto de Vivarta (2003) não insiste na dimensão de conflitos, nesse sentido Frey (2000) está com toda razão. Confirmamos a questão levantada por este último autor, tanto pela minha experiência de vida como ativista social do Movimento Negro, como pesquisador. As políticas de ações afirmativas e cotas para negros têm suscitado um debate público, a nosso ver, igual ao da abolição da escravidão; tem sido o mais polêmico. Há cientistas sociais que têm classificado as políticas de ações afirmativas no campo de políticas redistributivas que visam redistribuição de bens econômicos, políticos e culturais (SANTOS, 2003a; TAYLOR, 1998; FRASER, 2007). Existe também um consenso mínimo que entram na lógica de políticas compensatórias (PAIXÃO, 2006; SAILLANT, 2009).

A terceira categoria de policy arena é das “políticas regulatórias”:

[...] trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas. (FREY, 2000, p. 224).

Conforme Klaus Frey (2000), a quarta categoria das políticas públicas são chamadas, por Lowi, de “políticas constitutivas” (“*constituent policy*”) ou “políticas estruturadoras”, por Beck de “políticas modificadoras de regras”. Sem entrar em detalhes sobre cada uma delas,

limitamo-nos a pontuar que, para Frey, o ponto comum entre estas políticas é que “determinam as regras do jogo; e, com isso, a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias” (FRY, 2000, p. 224).

Os textos de Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), de IPEA (2007) e de Jaccoud et al. (2009) abordam as políticas regulatórias de igualdade racial no Brasil desde o governo FHC até o de Lula (1995-2009). No site da SEPPIR também existe um link “legislação” com decretos, leis e medidas provisórias sobre a política de igualdade racial do governo Lula no período de 2003 a 2009.³⁶ Reportando-nos a esses textos queremos destacar duas coisas em relação à política regulatória. Primeiro, os avanços são lentos nesse campo, mas os instrumentos legais adotados, nesse sentido, têm ocasionado um grande impacto na sociedade. Nesse sentido, IPEA (2007), para nos limitarmos somente nesse texto, citamos a contribuição da Constituição Federal 1988 (art. 215 e 216) no reconhecimento das comunidades quilombolas como bem cultural nacional e prevê a proteção de suas terras. Nesse período, cria-se também a Fundação Cultural Palmares. Em 1989, foi votada a lei Cão que tipifica o racismo como crime e prevê penas. Em 1996, é lançado o I Programa Nacional de Direitos Humanos, que, reconhecendo a relevância do tema da igualdade racial, propõe o objetivo da igualdade de oportunidade ou outras formas de tolerâncias. Em 2001, é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), na época, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2003, é criada a SEPPIR (Medida Provisória nº 111, de 23.03.2003 e depois com a Lei nº 10.678); foi lançado o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (Decreto 4.885); é promulgada a Lei 10.639/03 que institui o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas do país. Enfim, em 2009, o Decreto n. 6.872 aprovou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e instituiu o seu Comitê de Articulação e Monitoramento; no mesmo ano foi aprovado, pela Câmara dos Deputados, o Estatuto de igualdade racial (PL n. 6264/2005) que foi proposto pelo deputado, hoje, senador Paulo Paim, desde 2000; este documento foi encaminhado ao Senado.

O segundo ponto que gostaríamos de abordar tem a ver com a política de ações afirmativas e cotas no ensino superior. Nas universidades públicas, elas começaram a ser implementadas em 2001; entre 2005 e 2008 houve a sua expansão. O interessante é que essas políticas públicas vêm sendo adotadas através de resoluções dos conselhos universitários, leis municipais e estaduais. Até o momento não há uma lei federal que regule esse assunto. O que

³⁶ Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/legislacao/>. Acessado em 30 de jan. 2010.

os pesquisadores têm apontado é a ambiguidade do governo a respeito (PAIXÃO; CARVANO, 2009). Esse comportamento tem a ver com a política de arena, onde cada um busca preservar seus interesses. Sendo as cotas polêmicas, em 2004, o ministro Tarso Genro, lançou o programa Universidade Para Todos (ProUni). Pela polêmica que provocou, na época foi, primeiro, criado, por meio da Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado com a promulgação da lei nº 11.096, de 11 de janeiro de 2005.

Voltemos a Frey (2000). Para ele, a “política estruturadora” diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes. Tem por finalidade a criação e modelação de novas instituições, a modificação dos sistemas de governos ou sistemas eleitoral, a determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e consulta entre os atores políticos.

A concepção das “políticas estruturais” de Frey é diferente da de Vivarta (2003, p. 88), para quem elas viabilizam o acesso a serviços básicos como educação, saúde e habitação. Nesse grupo, citando a professora Sandra Chaves, da Universidade Federal da Bahia, inclui, também, reformas como Previdência, a Tributária e a Agrária – capazes de impactar o desenvolvimento do País. A definição de Vivarta (2003) tem muito a ver com o que Frey (2000) chama de “política socio regulatória”.

A diferença que Frey (2000, p. 224) encontra entre “política estruturadora” e “socio regulatória” torna-se interessante em relação aos efeitos nos processos de conflito e de consenso, os quais são de peculiar interesse para o campo de sua análise, que é o campo da “policy analysis” no qual ele interpreta a “policy arena”.

Enquanto políticas sócio-regulatórias versam sobre questões morais e vêm sendo discutidas de forma bastante controversa dentro da sociedade, as políticas estruturadoras ou constitutivas costumam provocar muito menos impacto na esfera pública. Embora essas políticas possam implicar conseqüências poderosas para o processo político, em geral costuma-se discutir e decidir sobre modificações do sistema político apenas dentro do próprio sistema político-administrativo. Raramente essas discussões se tornam fatos políticos envolvendo setores mais amplos da sociedade. O interesse da opinião pública é sempre mais dirigido aos conteúdos da política e bem menos aos aspectos processuais e estruturais. (FREY, 2000, p. 225).

A nossa crítica contra Frey é que qualquer política pública como ação social coloca questões éticas, as ações afirmativas não escapam dessa regra (HABERMAS, 1994, 2002).

Outro conceito que Frey (2000) introduz, é o de “políticas mantenedoras de sistema”, emprestado de Schubert. Parece-lhe mais conveniente o uso do conceito de “políticas estruturadoras de sistema”, pelo fato de esse termo expressar claramente essa ideia; esse tipo

de política não visa à mera manutenção ou conservação do sistema existente, mas, que as políticas orientadas pela estrutura podem, também, ter por objetivo, citando Kooiman, “maintainance and design and renewwal of social-political institutions”, ou seja, a modificação ou transformação do sistema político atual (FREY, 2000, p. 225).

Em resumo, a ideia básica de Klauss Frey (2000), apoiando-se na abordagem da “policy arena”, é que “existe uma inter-relação entre a percepção de uma ‘policy’ por parte das pessoas afetadas e a estrutura da arena política”. Esse fato, prossegue o autor citando Windhoff-Héritier, por sua vez, se baseia no pressuposto de que as pessoas afetadas associam custos ou benefícios às respectivas medidas (FREY, 2000, p. 226).

Com isso, o autor não negligencia as críticas feitas contra essa abordagem pelo neo-institucionalismo ou pela análise de estilos políticos. Para estas abordagens rivais, nem sempre os atores políticos dispõem de preferências e interesses claramente definidos. Dessa forma, deveriam ser levados em consideração outros fatores que exercem influência no comportamento decisório.

Na perspectiva da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, o conceito de *habitus* é crucial, nesse contexto, para o estabelecimento de uma análise crítica que leva em conta os elementos históricos e estruturais, subjetivos e objetivos do racismo e preconceito racial no processo de produção e reprodução de políticas públicas, destinadas às “minorias étnicas”, especificamente, às populações negras no Brasil. O racismo institucional tem sido apontado como um elemento que dificulta o acesso da população negra às políticas públicas universais existentes no país, como tem levado muitos formadores de opiniões no país se oporem contra a criação de políticas focais para negros (JACCOUD, 2009; THEODORO, 2008).

Após a descrição das categorias de políticas públicas propostas por Fry (2000), voltamos ao texto dos autores do livro *Que País é este?* (VIVARTA, 2003). Como dito, distingue três categorias: políticas assistencialistas, políticas estruturais e políticas compensatórias. O que nos faltou é comentar sobre o que entendem por políticas assistencialistas. Para eles, as “políticas assistencialistas” consistem na distribuição de bens de consumo imediato, como alimentos ou dinheiro, mas não exige uma contrapartida de quem recebe o benefício. Assim, elas não são capazes de mudar o *status quo* da população beneficiada. “A política que não é assistencialista visa à promoção da cidadania”, concordam esses autores com Ricardo Caldas, professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília e coordenador do Instituto de Política e Relações Internacionais da referida universidade (VIVARTA, 2003,

p. 87). Tais políticas não têm nada a ver com as políticas de ações afirmativas, como vimos. Pelo contrário, fazem parte das políticas ditas redistributivas na concepção de Frey (2000) e de outros cientistas sociais que trabalham a temática do multiculturalismo (TAYLOR, 1998; SANTOS, 2003; FRASER, 2007).

3.2. Política do desenvolvimento econômico multicultural

Há vários conceitos para designar as políticas multiculturais: políticas de reconhecimento, políticas de identidade, políticas de integração cultural. O ponto comum entre todas é que os grupos responsáveis por tais políticas compartilham situações históricas similares: a situação de dominação. O multiculturalismo seria o projeto político-cultural de mobilização para a superação dessa situação, portanto, da emancipação desses grupos. Esse movimento tem a sua marca histórica no período dos anos de 1960 e 1970. No Brasil, é na passagem dos anos de 1980, de 1990 e de 2000 (JACCOUD 2009; GONÇALVES; SILVA, 2006) que ele penetra o debate nacional transformando, apesar das resistências, as representações da comunidade política e econômica. O uso do termo ‘políticas do desenvolvimento econômico multicultural’, para nós, é estratégico, pois nos facilita apreender os aspectos socioculturais e socioeconômicos contidos nesses termos, sem cair nos reducionismos.

“Política de reconhecimento” é o termo usado em *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento* por Charles Taylor (1994) para se referir às exigências formuladas pelos grupos minoritários ou “subalternos” no campo da política designada por “multiculturalismo”. Trata-se da exigência de reconhecimento de suas identidades. A tese de Taylor é que nossas identidades são, parcialmente, formadas pelo reconhecimento ou pela sua ausência. A ausência do reconhecimento causa danos; constitui uma opressão. O reconhecimento, ao contrário, para ele, não é só um respeito que se deve a uma pessoa ou um grupo de pessoa, mas é uma “necessidade humana” (TAYLOR, 1994, p. 42). Como tal, nas sociedades modernas democráticas, leva à dignidade de um cidadão ou de um grupo de cidadãos.

Em *multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento* é fácil perceber que, o diálogo que os comentaristas Antony Appiah, Jürgen Habermas, Steven Rockefeller, Michael Walzer e Susan Wolf estabelecem com Taylor (1994), gira em torno do Estado na materialização da política de reconhecimento das diferenças nas sociedades multiculturais. Mas, pretendemos abordar essa questão a partir do texto de Raphaël Canet (2000). No item, “*En quoi La montée*

Du multiculturalisme *est-elle susceptible de transformer les représentations de La communauté politique et les institutions démocratiques?*”, Canet é bem explícito a esse respeito quando trata da evolução histórica da democracia no Ocidente. Esse autor apresenta três modelos de democracia. O primeiro a emergir é a “democracia política”, que expandiu na esfera pública os direitos-liberdades conhecidos como direitos civis e políticos; as formas de instituições democráticas que surgiram nesse período são de tipo legislativo: Assembleias de representantes conscientes do interesse geral; o modelo do Estado desse período é de tipo liberal.

A seguir, para Canet (2000), veio a emergir a “democracia social” tendo por agente principal o Estado de providência; a comunidade política é vista, aqui, como uma Nação solidária de exercício de cidadania social; os direitos em emergência nesse período são designados, por ele, de direitos-credenciados universalistas (direitos sociais); as instituições democráticas, desse período, são de tipo legislativo, formadas pelas Assembleias de representantes defensores dos interesses de classes e, os partidos políticos são os agentes principais para o cumprimento de tais tarefas.

Enfim, a terceira forma histórica da democracia, conforme Canet (2000), é a “democracia cultural”; o Estado que emerge, agora, é de tipo neoliberal; a comunidade política é tratada como uma Nação multicultural onde se privilegia o exercício da cidadania particularista; as instituições democráticas presentes nesse período histórico são de caráter legislativo que operam em duas direções. Primeiro, existem as Assembleias de representantes sensibilizados com as reivindicações identitárias. Por outro lado, existem textos com valor constitucional, que reconhecem os direitos culturais aos quais os representantes políticos recorrem; os direitos em emergência, aqui, são os direitos-credenciados particularistas (direitos culturais).

As análises de Canet (2000) mostram que os direitos culturais são resultado da leva do movimento do multiculturalismo e que transformaram as representações da comunidade política e as instituições democráticas nas sociedades multiculturais, como o caso de Canadá.

Vistos no ângulo da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, os “direitos culturais” apontados por Canet (2000), que em muitos países, eram “protestos de ruas” (GONÇALVES; SILVA, 2003), só se tornaram políticas públicas graças à mobilização política da sociedade civil e a sua capacidade de negociação com os agentes do Estado e do mercado.

Além disso, a teoria do desenvolvimento econômico multicultural insiste sobre o fato de que alguns dos direitos reivindicados e conquistados pelos movimentos do multiculturalismo não são, apenas, de caráter cultural; alguns são de caráter econômico e até

de condicionamento econômico (WEBER, 2004a). Na sua “quarta tese”, Santos e Nunes afirmam: “As políticas emancipatórias e a invenção de novas cidadanias jogam-se no terreno da tensão *entre igualdade e diferença, entre a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição*” (2003, p. 63; grifo nosso). Na perspectiva desses autores, as exigências de reconhecimento são ideias e ações que se desenvolvem no campo sociocultural e as da redistribuição no campo socioeconômico. Insistindo sobre a dialética que deve existir entre a luta pelo direito de reconhecimento e o direito de redistribuição, Zygmunt Bauman recorre a Nancy Fraser e pondera: “[...] estava, portanto, certa ao protestar contra ‘a indiscriminada separação da política cultural da diferença em relação à política social da igualdade e ao insistir em que a ‘justiça social hoje requer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento’” (BAUMAN, 2003, p. 71). Redistribuição, nesse contexto, implica ampliação de oportunidades de acesso a bens econômicos.

Se as políticas de reconhecimento exigem a valorização das identidades, o reconhecimento do direito de ser diferente, a redistribuição, tanto para Baumann (2003) como para Santos e Nunes (2003), implica a distribuição equitativa das oportunidades socioeconômicas. Todos esses autores colocam essas lutas no terreno de conquista de direitos humanos. Assim, na perspectiva de Santos e Nunes (2003), o multiculturalismo não só luta pelos direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, mas até pelos direitos ambientais. Para esses autores, as reivindicações e conquistas dos agentes do multiculturalismo são complexas devido às complexidades de seus problemas e à pluralidade de seus atores (SANTOS; NUNES, 2003; SANTOS; MENESES, NUNES, 2004).

Para estabelecer uma distinção entre a questão cultural e econômica nas lutas multiculturais, alguns outros autores têm usado termos como “integração social” e “integração cultural”. Assim, buscando estabelecer uma distinção entre a política de integração social e integração cultural, com intuito de esclarecer a luta anti-racista no Brasil, Sérgio Costa, apoiando-se em Joas, define a “integração cultural” como a ação que “[...] diz respeito às formas de decodificação social das estruturas e ao universo no qual se formam os valores” (2006, p. 217). Para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural, relaciona-se com as políticas do desenvolvimento sociocultural, de reconhecimento ou de identidade, por exemplo, políticas de ações afirmativas e cotas no ensino superior. Já a “integração social” remete às políticas do desenvolvimento socioeconômico, de política de redistribuição; exemplificando, às políticas de diversidade ou de ações afirmativas no mercado de trabalho: “Seguindo a esclarecedora formulação de Joas (1997), tem-se que o nível da integração social representa a esfera na qual se dão os conflitos de interesses e as lutas distributivas. É também

nesse plano que as normas ganham validade” (COSTA, 2006, p. 217). Enfim, para Sérgio Costa, há uma interação entre o campo social e o da cultura.

A dinâmica social é sempre resultado da combinação dos processos de integração que se dão nesses dois níveis, não se reduz a um nível nem ao outro. Nesse sentido, o desafio consiste precisamente em desvendar, frente a cada contexto de ação particular, a forma como interagem os processos de integração cultural e integração social definindo as configurações sociais particulares. (COSTA, 2006, p. 217).

Florestan Fernandes (1965; 1978), estudioso da formação da sociedade e do capitalismo brasileiros, ao escrever sobre a integração do negro, o fez a partir dessas duas dimensões da dinâmica social. Nessa linha se enquadram os estudos da escola paulista. Guerreiro Ramos (1960; 1995), nos anos de 1940, um dos sociólogos e ativista do movimento negro, Teatro Experimental do Negro, entendia que o problema do negro era um problema social, cultural, político e econômico. A nova geração de intelectuais e ativistas negros dos anos de 1970 e 1980, e de nossos dias, continuam com esse mesmo entendimento. Por isso, entendem que a questão do negro brasileiro, num contexto de debate de políticas de ações afirmativas, é uma questão de injustiça simbólica e econômica (SILVÉRIO; SILVA, 2003). Quer dizer, tudo implica num debate nacional para se pensar os caminhos de implementação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento social e econômico das populações negras. O que significa que a questão da integração social e cultural do negro, não se reduz às cotas, e que estas, assim como as políticas de ações afirmativas que se vem sendo adotadas, são meios para a realização desse ideal.

3.3. Políticas de cotas e políticas de ações afirmativas

No cerne do debate sobre o multiculturalismo, o desenvolvimento sociocultural e socioeconômico dos grupos, historicamente, excluídos, há dois conceitos principais usados e que não se reduzem um ao outro: a política de cotas e política de ações afirmativas. A sua definição possibilita situar a teoria do desenvolvimento econômico multicultural tanto no debate internacional quanto no nacional brasileiro.

3.3.1. Contexto Histórico

As políticas de cotas caracterizam-se pela “reserva de vagas” nos “espaços públicos” e “privados”, cuja presença de grupos que têm sofrido a exclusão, ao longo da história nacional, por motivos de racismo e discriminação racial, sexual, cultural ou de deficiência física; as

políticas chamadas de ações afirmativas não se reduzem a este aspecto. É consenso entre os autores situar o surgimento de tais políticas na Índia (DOYTCHEVA, 2005; MOORE, 2005). Vamos nos deter mais ao texto “Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa: Gênese das políticas de ações afirmativas e questões afins” de Carlos Moore (2005), para analisar o contexto histórico desses dois conceitos: cotas e ações afirmativas.

O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956), jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” Mahar propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores.

A vida política e a obra teórica de B.R. Ambedkar sempre estiveram voltadas para a luta pelo fim do regime de castas (Omvedt, 1974; Rodrigues, 2002; Agarwal, 1991; Mowli, 1990; Chavan, 2001). Para ele, quebrar os privilégios historicamente acumulados pelas “castas superiores”, significava instituir políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade para todos os segmentos sociais. (MOORE, 2005, p. 314).

Para nós, e esse é o ponto defendido por Moore também, as políticas de ações afirmativas são políticas diferenciadas a favor da igualdade. Até aqui não dá como diferenciar as políticas de ações afirmativas das de cotas, pois é difícil falar de uma sem falar da outra. Ao recorrer ao seu contexto histórico e colocar em evidência a história social do inventor de tais políticas na Índia, logo saltam as primeiras diferenças.

Visando a romper esse sistema milenar, B.R. Ambedkar apresentou ao Southborough Committee on Franchise, órgão colonial britânico, a “Demanda pela representação eleitoral diferenciada em favor das classes oprimidas” (Plea for separate electorate for the depressed classes), documento fundador das políticas públicas de ação afirmativa (Rodrigues, 2002). Este ato, inclusive, torna-se um dos principais motivos dos profundos embates ideológicos que eclodiram entre os nacionalistas indianos (Chavan, 2001, cap. IX; Rodrigues, 2002, cap. XXI; Agarwal, 1991) gerando uma exacerbada polêmica na Índia que permanece até hoje. (MOORE, 2005, p. 315)

Carlos Moore (2005) mostra, ainda, que Ghandi foi um daqueles políticos que se opuseram de maneira contumaz à noção de ação afirmativa (naquele momento denominado de “reservas”) e que insistiam na reflexão de que qualquer tentativa de mudar o *status quo* entre as castas, mediante mecanismos de ação voluntaristas, dividiria o país; levaria à guerra civil entre as castas superiores e as inferiores e causaria o massacre destas últimas. Esses políticos, inclusive Gandhi, sustentavam que só uma “mudança no coração” das castas superiores e o amor ao próximo fundado no Hinduísmo, transformariam, gradativamente, o sistema de castas. Conseqüentemente, eles subordinavam a libertação das “castas inferiores” à própria

independência da Índia. Gandhi ameaçava suicidar-se em público caso a Grã-Bretanha adotasse o mecanismo de ações afirmativas em favor dos “intocáveis”.

Contra o grupo de Gandhi, escreve Moore (2005, p. 316):

Ambedkar argumentou que seria impossível dismantelar o sistema de castas pigmentocrático sem a adoção de medidas específicas que favorecessem a ascensão e mobilidade social dos três segmentos sociais oprimidos, constituídos por dravídios (Omvedt, 1974; Rodrigues, 2002: capítulos VI, XX, XXI, XXV e XXVI). Representando cerca de 60% da população, estes estavam concentrados nas castas “inferior” e dos “intocáveis” e nas chamadas “tribos estigmatizadas” (scheduled tribes).

As políticas de cotas e ações afirmativas nasceram na Índia entre 1947 e 1950, conforme Moore (2005, p. 316):

Os dirigentes nacionalistas, reunidos no Partido do Congresso, precisavam do apoio da totalidade dos indianos para alcançar a independência da nação, o que viria a ocorrer em 1947. Assim, viram-se obrigados a ceder a várias exigências de Ambedkar, que reivindicava a inclusão de instrumentos de ação afirmativa na constituição da Índia independente.

Os nacionalistas foram então compelidos a delegar ao próprio dirigente dalit a tarefa de redigir a parte da constituição (1950) referente a estas questões. Os artigos 16 e 17 da nova Carta indiana proibiam a discriminação com base na “raça, casta e descendência”; aboliam a “intocabilidade”; e instituíam um sistema de ações afirmativas, chamado de “Reservas” ou “Representação Seletiva”, nas assembleias legislativas, na administração pública e na rede de ensino. Tais políticas, fortemente combatidas pelas “castas superiores”, apesar de modestas, foram capazes de afetar cerca de 60% da população da Índia, congregados em um total de 3.743 castas.

Portanto, nos mostra Moore, que as políticas de ações afirmativas nasceram num contexto de mobilização política de grupos subalternos indianos, e uma de suas primeiras formas foram as leis anti-racistas, com garantia constitucional, a reserva de vaga, ou representação seletiva, nas esferas públicas do Estado.

Apesar de reconhecer os avanços, tanto simbólico como material, que as políticas de cotas e ações afirmativas trouxeram para as classes dominadas indianas, Moore alerta pelos perigos que a sua sabotagem podem trazer.

Mais de cinquenta anos após a independência da Índia, e apesar das disposições constitucionais, a obstrução ativa das “castas superiores” continua a frear os avanços dos segmentos oprimidos. Essa contra-reação faz com que os 650 milhões de dravídios continuem vegetando numa marginalização milenar e sistêmica. O drama dos shudras, dalits, adivasis e das “tribos estigmatizadas” é uma das mais afrontosas situações de opressão sócio-racial no mundo inteiro, por serem considerados praticamente como seres sub-humanos, com o aval da religião Hinduísta, e submetidos às mais hediondas práticas de discriminação racista. Conseqüentemente, as lutas da casta “inferior”, das castas “intocáveis” e das “tribos estigmatizadas” têm se acirrado nos últimos anos, constituindo-se atualmente em um verdadeiro movimento nacional de libertação popular. Hoje, é impossível conceber a

emancipação dos dravídicos na Índia sem a reforma, ampliação e aprofundamento das políticas de ação afirmativa. (MOORE, 2005, p. 316-317).

Dito em outras palavras, quando mal implementadas, por razões de falta da articulação política por parte dos grupos dominados e da resistência das classes dominantes, as políticas de cotas e ações afirmativas podem levar a efeitos contrários: o subdesenvolvimento das populações beneficiárias.

Ao ler o texto de Carlos Morre (2005), o que se percebe é que cotas e políticas de ações afirmativas andam juntas. As cotas, a princípio, são vistas como uma das modalidades das políticas públicas de ações afirmativas. Assim, Moore fala de “Reserve” ou “Representação Seletiva” no caso da Índia, como fala de “Políticas de Ações Afirmativas Étnicas” e de “Indigenização”.

As políticas de ação afirmativa se integraram à consciência mundial a partir das lutas pela descolonização, após a Segunda Grande Guerra, quando foram aplicadas sob o rótulo de “indigenização” ou “nativização”. Com efeito, a partir da independência da Índia e do Paquistão (1947), e da Indonésia (1949), os outros países africanos e asiáticos tiveram que se defrontar com o urgente problema de substituir, em tempo relativamente curto, os europeus que, sob o regime colonial, monopolizavam todos os postos de comando da sociedade, inclusive na rede de ensino. (MOORE, 2005, p. 317).

No período pós-colonial essas ações afirmativas eram elaboradas pelos próprios ex-colonizados com objetivo de sua própria emancipação, integração sociocultural e socioeconômica; a superação das desigualdades internas geradas pelo colonialismo europeu.

As análises de Moore concentram-se, também, num outro contexto geográfico-histórico diferente, mas que tem sempre alimentado os estudos do multiculturalismo e das relações raciais no Brasil: os Estados Unidos. Para Moore, as políticas de cotas e ações afirmativas não surgiram nos Estados Unidos, como muitos pensam, mas esse país aprendeu com as experiências do mundo afro-asiático.

Os Estados Unidos se converteram no primeiro país do “Primeiro Mundo” a incorporar à sua legislação e prática social mecanismos surgidos do contexto geral de descolonização do mundo afro-asiático, no intuito de emancipar um segmento subalternizado. Em consequência da luta pelos direitos civis, desencadeada nos anos 50, pela comunidade afro-norte-americana, o Estado Federal incorporou o conceito de políticas públicas de Ações Afirmativas nos anos 60. (MOORE, 2005, p. 318).

Moore argumenta que a contextualização da elaboração das políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos revela a mobilização do movimento anti-racista para o seu surgimento e implementação. Revela a importância das negociações entre a sociedade civil e o

Estado. Ao situá-las nos anos de 1960, logo se pode dizer que precederam o Estado neoliberal dos anos de 1990.

A luta dos negros norte-americanos pelos Direitos Civis teve como pano de fundo a Guerra Fria entre os dois blocos ideológicos mundiais – a então União Soviética e os Estados Unidos – e revelou ao mundo as terríveis desigualdades e o racismo que corroíam a democracia. Essa complexa interação, entre o contexto internacional e a luta orgânica desencadeada pelos afro-norte-americanos, fez com que o Estado se mostrasse menos omisso em relação à mais flagrante das contradições que afligiam e fragilizavam o sistema democrático estadunidense – a questão racial. A oficialização das políticas de ação afirmativa aprofundou a democracia norte-americana, que desde a Segunda Guerra Mundial se erigira em modelo universal. Por outro lado, representou a retomada da tradição do estado de bem-estar social, implantado sob a administração de Theodore Roosevelt, nos anos 30 e 40, com as políticas do New Deal. (MOORE, 2005, p. 318).

Essa passagem corrobora a nossa tese de que as propostas de movimentos multiculturais vão para além de “direitos culturais”. No argumento de Moore, as políticas públicas de ação afirmativa agregaram à sociedade norte-americana benefícios sociais e políticos das mais diversas ordens. Entretanto, reconhece, ele, que menos conhecido é o fato de que, graças a elas, se abriram espaços inéditos para a obtenção de direitos, constitucionalmente protegidos, em favor de todos os outros setores que se encontravam alijados de uma participação efetiva no processo democrático naquela nação.

Além disso, Moore (2005) afirma que da luta acirrada, iniciada pelos afro-norte-americanos, pela efetivação dos direitos civis, surgiram novas ideias e propostas que permitiram o auge das reivindicações de todos os segmentos discriminados dentro do país: os nativos norte-americanos (chamados de índios); as mulheres; os idosos; os deficientes físicos; os homossexuais e transexuais; os imigrantes do “Terceiro Mundo” (principalmente latino-americanos e asiáticos).

Com esse autor, fica claro que a experiência afro-norte-americana reforçou ao longo da história, tanto nos Estados Unidos como no resto do “Primeiro Mundo”, a luta das mulheres pela igualdade em todas as esferas da vida pública e privada. Por sua vez, Moore (2005) continua afirmando que a luta específica das mulheres contra as desigualdades e a opressão de gênero teve como consequência a mundialização do conceito das políticas públicas de ação afirmativa e, particularmente, do mecanismo de cotas como um dos seus principais instrumentos. É dessa forma, com Moore (2005), que se pode dizer que, a partir dos anos 70, o conceito de “cotas corretivas” incorporou-se ao arsenal de luta feminista na Europa, com implicações para o resto do mundo.

Outras modalidades de políticas de ações afirmativas, que Carlos Moore identifica, são as “políticas de ações afirmativas de gênero” ou “política de paridade” no contexto mundial, cuja luta cultural iniciou nos anos de 1960 e começou a ter resultados nos anos de 1990.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), auspiciada pelas Nações Unidas, propugnou pela primeira vez a adoção de cotas para mulheres em escala mundial para todos os cargos eletivos e funções na sociedade. Esse fórum internacional determinou que os países reservassem para as mulheres um mínimo de 30% dos cargos do governo, com prazo de cumprimento até 2003, a fim de atingir a paridade entre homens e mulheres até 2005.

Como consequência dos compromissos assumidos em Beijing, os governos do mundo iniciaram políticas de cotas em favor das mulheres tanto nos partidos como no parlamento: Índia (20-30%); Namíbia (30%); Coréia do Norte (20%); Bangladesh (10%); Uganda (14%); Tanzânia (13%); Taiwan (10%); Burkina Fasso (6%); Nepal (5%) etc. ((MOORE, 2005, p. 319-320).

Na mesma perspectiva, Moore (2005) fala de cotas de gênero na América Latina: “Como consequência de longos anos de luta das organizações feministas da região, também na América Latina se registram avanços no que diz respeito às ações afirmativas de gênero, na forma de cotas em favor da participação das mulheres na vida política nacional” (p. 321).

3.3.2. Definindo políticas de ações afirmativas

As políticas de ações afirmativas não se confundem com as políticas de cotas, pois estas são uma de suas modalidades históricas. Mas, o que realmente representam? A maioria dos estudiosos desse assunto concorda que são, em primeiro lugar, políticas públicas. Para Helio Santos, escrevendo no contexto brasileiro:

A ação afirmativa é uma iniciativa pública cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos [...] cuida de reparar prejuízos acumulados ao longo do tempo. Isso se dá mediante o estabelecimento de uma efetiva igualdade de oportunidades; o que já sabemos ser possível somente pela adoção da equidade, sob pena de operarmos com um sofismo. (SANTOS, 2001, p. 336).

Para Helio Santos, essa definição comporta três partes de uma ação afirmativa: (1) Esse tipo de medida não cuida só dos efeitos da discriminação racial. Ela pode contemplar as mais diferentes categorias: mulheres, idosos, etc. Ditas em outras palavras:

As políticas de ações afirmativas são medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem medidas temporais e por serem focalizadas nos afro-brasileiros, ou seja, por dispensarem um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro

histórico de discriminação e exclusão. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

(2) A ação afirmativa não é “políticas de cotas”, como ficou conhecida no Brasil. Pois, para o autor, a expressão “cotas” sinaliza um percentual – 10%, 20%, etc. – e passa uma ideia de obrigação, espécie de “reservas de mercado” (HELIO, 2001, p. 337). Deslocadas de seu contexto histórico, marcado pela sua ligação com ações afirmativas, de seus princípios éticos e de suas finalidades que é o desenvolvimento das populações beneficiadas; cotas tornam-se “meras metas numéricas” (D`ADESKY, 2001, p. 12).

(3) As políticas de ações afirmativas não são eternas. A reparação que se busca fazer deve cumprir um tempo suficiente para que as oportunidades passem a ter um curso de efetiva igualdade (HELIO, 2001, p. 336-337). Todavia, no entendimento de Jaccoud e Beghin (2002, p. 56), quando aplicadas como “ações valorizativas”, elas não têm um caráter nem temporário, nem focal.

Nesse sentido as políticas e as ações valorizativas possuem caráter permanente e não focalizado. Seu objetivo é atingir não somente a população racialmente discriminada – contribuindo para que ela possa reconhecer-se na história e na nação –, mas toda população, permitindo-lhe identificar-se em sua diversidade étnica e cultural. As políticas de informação também serão aqui identificadas como ações valorizativas. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 56).

Aproveito desse espaço para introduzir a classificação de Jaccoud e Beghin (2002), feita após um estudo pioneiro referente às políticas de ações afirmativas governamentais, cobrindo o período de 1995 e 2005. As autoras distinguem três categorias: políticas repressivas, políticas de ações afirmativas e políticas de ações valorizativas, que descrevo nas linhas a seguir.

Políticas e ações repressivas:

As ações afirmativas e as políticas repressivas são entendidas aqui como aquelas que se orientam contra comportamentos e condutas. As políticas repressivas visam combater o ato discriminatório – a discriminação direta – usando a legislação criminal existente. Note-se que as ações afirmativas procuram combater a discriminação indireta, ou seja, aquela discriminação que não se manifesta explicitamente por atos discriminatórios, mas sim por meio de formas veladas de comportamento cujo resultado provoca a exclusão de caráter racial. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 55; grifo nosso).

Políticas e ações afirmativas:

As ações afirmativas têm como objetivo, assim, não o combate ao ato discriminatório – no caso da discriminação indireta dificilmente passível de punição pelos instrumentos legais existentes e as exigências de prova que lhe são inerentes –, mas sim o combate ao resultado da discriminação, ou seja, o combate ao processo de alijamento de grupos raciais dos espaços

valorizados da vida social. As políticas de ações afirmativas são medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem medidas temporárias e por serem focalizadas nos afro-brasileiros, ou seja, por dispensarem um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.55-56).

Políticas e ações valorizativas:

As ações valorizativas, por sua vez, são aqui entendidas como aquelas que têm por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto seu papel histórico como sua contribuição contemporânea à construção nacional. Nesse sentido, as políticas e as ações valorizativas possuem caráter permanente e não focalizado. Seu objetivo é atingir não somente a população racialmente discriminada – contribuindo para que ela possa reconhecer-se na história e na nação –, mas toda a população, permitindo-lhe identificar-se em sua diversidade étnica e cultural. As políticas de informação também serão aqui identificadas como ações valorizativas. (JACCOUD & BEGHIN, 2002, p. 56).

Vistas a partir das ciências jurídicas, Joaquim Barbosa Gomes define as políticas de ações afirmativas com essas palavras:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um motivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2003, p. 23).

Na literatura brasileira, quando se fala de ações afirmativas como políticas públicas, o “público” tende a reduzi-las à ação do Estado. Joaquim Barbosa Gomes, ao colocar “e privadas” entre parênteses, subentende que a “esfera pública” da realização das ações afirmativas não é só do apanágio do Estado. Posteriormente, na republicação do mesmo artigo, ele se desfez dos parênteses, reconhecendo que são “políticas públicas e privadas” (GOMES, 2005), isto é, ações da responsabilidade do Estado, da sociedade civil e do setor privado.

Outra característica das ações afirmativas é tratá-las como políticas públicas focadas ou particularistas contra as desigualdades raciais, voltadas para a promoção da igualdade racial no Brasil (SANTOS; LOBATO, 2003), ou melhor, étnico-racial. Tais políticas, para promover o desenvolvimento sustentável das populações beneficiadas, precisam ser

combinadas com as universais, pois nenhuma das modalidades é absoluta; cada uma comporta as suas limitações (PAIXÃO, 2005; D'ADESKY, 2001).

Ademais, faço minhas as ideias de Marcelo Paixão (2006) em relação às “Políticas sociais e à superação das desigualdades raciais no Brasil”, mas quero alertar que as políticas de ações afirmativas não se limitam somente às políticas sociais; cobrem também as de cunho econômico: o mercado de trabalho, as ações das empresas (ETHOS, 2006; JACCOUD; BEGHIN, 2002).

As políticas de ação afirmativa estão fundamentadas em um princípio ético que, buscando a superação das desigualdades (sociais, raciais, étnicos, de gênero, de outras minorias), defende a hipótese da concessão de tratamento desigual a pessoas socialmente desigual. (PAIXÃO, 2006, p. 132).

Os dois princípios éticos mais conhecidos, que orientam o debate sobre as ações afirmativas, são o reconhecimento da igualdade e o da equidade. De modo geral, a igualdade tende a ser um conceito disciplinar das ciências políticas e jurídicas (BOBBIO, 1997; SILVA JÚNIOR, 2002; GOMES, 2003, 2005). Assim, referindo-se à “igualdade material” ou “de resultados”, Joaquim Barbosa Gomes escreve: “Vê-se, portanto, que a Constituição Brasileira de 1988 não se limita a proibir a discriminação, afirmando a igualdade, mas permite, também, a utilização de medidas que efetivamente implementam a igualdade material” (GOMES, 2003, p. 40).

Esse é o entendimento, também, do jurista Hédio Santos Júnior. Na sua perspectiva, a igualdade passa a ter o sentido da justiça distributiva.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o fato de que, ao consignar o princípio da promoção da igualdade, o sistema constitucional brasileiro resgata e positiva o princípio aristotélico de justiça distributiva segundo o qual, justiça implica necessariamente tratar desigualmente os desiguais, ressalvando que tratamento diferenciado não se presta a garantir privilégios, mas sim possibilitar a igualização na fruição de direitos. (HEDIO JÚNIOR, 2002, p. 124).

A teoria marxista seria responsável pela crítica em relação à visão dogmático-legalista da igualdade propostas pelas teorias liberais do direito e da política. A noção da igualdade material ou “igualdade substantiva” bebe daquela teoria. Apesar de reconhecer o mérito da visão marxiana em introduzir a categoria de igualdade material ou substantiva contra as desigualdades sociais, os estudiosos das relações raciais reconhecem, ao mesmo tempo, suas limitações em dialogar com a categoria raça. Para superar essas lacunas, os autores pós-marxistas têm trabalhado com o binômio “raça e classe”, ou trinômio “raça, classe e gênero”. Parafrazeando Marcelo Paixão (2003, p. 143-144), diríamos que, para se entender a discriminação sofrida pelos negros e mulheres no mercado de trabalho, seria necessário

recorrer a outros fatores extra-econômicos, tal como a questão de identidade social e racial. É nesse sentido que os estudos das relações raciais e do multiculturalismo se tornam úteis para a análise da igualdade material, numa lógica focal, no contexto da dinâmica das relações interraciais.

Vista a partir do quadro teórico das ações dos movimentos anti-racistas do pensamento tradição-comunitarista e particularista, estudado por André-Pierre Taguieff, – que se opõe ao pensamento indivíduo-universalista liberal –, pode se afirmar com Jacques D’Adesky (2001) que a igualdade material tratada em termos de equidade remete à concepção de uma justiça social baseada no princípio da “igualdade de oportunidade”, ou seja, “[a]ceita-se o tratamento diferencial a membros de certas coletividades, pois se considera que este não produz forçosamente a desigualdade, enquanto o tratamento idêntico para todos pode provocar graves disparidades entre indivíduos” (D’ADESKY, 2001, p. 231). A equidade, para D’Adesky (2001, p. 232-233), supõe critérios de igualdade mais exigentes: “Ela é algo mais que a igualdade, na medida em que tem por conseqüência tornar mais concreta a igualdade de oportunidade entre indivíduos e pelo fato de atenuar a má percepção que as pessoas ou a sociedade têm de determinado grupo cultural ou comunidade étnica” (D’ADESKY, 2001, p. 232-233). Usando-se outras expressões:

A equidade, compreendida como valor que orienta a política pública, corresponde à necessidade de favorecer condições de oportunidades iguais e não de fomentar situações que reproduzam ou reforcem as desigualdades. A partir daí, a equidade torna-se uma forma de gestão que exige tomar em conta não apenas o contexto social e histórico, mas também as necessidades particulares de certos grupos. (D’ADESKY, 2001, p. 233).

Outro princípio ético que norteia o debate sobre as ações afirmativas é o de responsabilidade social. A concepção da ética da responsabilidade social dos intelectuais envolvidos numa publicação do Serviço Brasileiro de Apoio às Mico e Pequenas Empresas (SEBRAE), coordenada por Ignacy Sachs, traduz a visão compartilhada entre os pensadores do desenvolvimento alternativos: “A responsabilidade social leva a assumir claramente a *opção pelos fracos*, os sem poder e sem voz, na sua imensa maioria também pobres” (SACHS, 2003, p. 67-68; grifo nosso). Nós sabemos que a maioria de pobres brasileiros é negra. Os intelectuais negros que renovaram a teologia da libertação têm afirmado que os negros na América Latina são os “pobres entre os mais pobres” (SILVA, 1997).

Voltando no texto de Ignacy Sachs, devo dizer que o quê é admirável nele é a sua concepção de promoção do desenvolvimento, visto a partir das populações brasileiras fracas e pobres.

O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles [os fracos e pobres] possam aceder à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis e cívicos, mas também econômicos, sociais e culturais - entre estes o direito ao trabalho digno -, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância. (SACHS, 2003, p. 68).

Para os intelectuais ligados ao SEBRAE e Ignacy Sachs, a responsabilidade social, como uma postura ética na prática do desenvolvimento, é a busca do equilíbrio entre os seus três eixos: o social, o econômico e o ambiental. É essa ética do cuidado, para Leonardo Boff (1999), que levaria para um desenvolvimento sustentável.

Situado no contexto dos estudos das relações raciais, Paixão avisa:

É importante salientar que as medidas de promoção da cidadania da população afro-descendente somente poderão ser eficazes em um cenário de superação do atual modelo econômico, que, excessivamente atrelado às exigências da estabilidade monetária, acaba freando o ritmo de crescimento da economia e encolhendo os gastos sociais. (PAIXÃO, 2005, p. 133).

A pesar das limitações de suas políticas macro-econômicas em relação à questão racial, deve se reconhecer que os governos FHC (FARIA, 2001) e Lula têm buscado reconciliar a questão de desenvolvimento econômico e social no âmbito nacional. É no período desses dois governos que as políticas multiculturais começaram a tomar corpo. No governo Lula, com a criação da SEPPIR, são conhecidas como políticas de promoção de igualdade racial (JACCOUD, 2009). Isso marca uma nova era dentro do fazer das políticas públicas.

3.3.3. Políticas de promoção de igualdade racial e de diversidade

Há dois outros conceitos usados no debate sobre ações afirmativas: políticas de promoção de igualdade racial e políticas de diversidade. Geralmente, o primeiro, é usado pelos órgãos do governo, como a SEPPIR (2004, 2007, 2009); e o segundo faz parte da produção literária do mundo empresarial (HÉLIO, 2001; PAIXÃO, 2005; ETHOS, 2006). O ponto comum é que esses dois conceitos são atrelados ao debate do multiculturalismo e das ações afirmativas, que fazem parte da tendência que concebe as políticas de ações afirmativas como resultado das ações não só do Estado, mas também, da sociedade civil e do setor privado.

Para Marcelo Paixão,

[a]s ações afirmativas se associa a uma outra concepção de valor universal, qual seja, a da defesa da diversidade e do multiculturalismo. As políticas de ação afirmativa partem da compreensão de que a humanidade tem como um de seus principais patrimônios a ampla variedade de tipos físicos e culturais que a formam. Por esse motivo, a permanente interação, convívio e diálogo entre diferentes tipos de pessoas, em todos os espaços da vida social, é um valor, em si, mesmo correspondendo aos melhores e mais justos anseios por

uma sociedade democráticas e fraterna. (PAIXÃO, 2006a, p. 132).

Helio Santos (2001; Ethos, 2006), ativista do movimento negro, doutor em Administração, professor de Finanças e diretor-presidente do Instituto Brasileiro da Diversidade (IBD) é outro intelectual que tem mostrado em seus trabalhos a ligação entre diversidade e ações afirmativas.

Um dos princípios norteadores da AA [ação afirmativa] é a noção de diversidade. Apesar de os dois conceitos estarem sendo vistos separadamente, veremos que as políticas de ação afirmativa incluem a diversidade. Tal idéia tem como característica básica reunir no mesmo espaço de atuação amostras humanas de variados tipos. Assim, as políticas de AA, ao tentarem compensar determinados grupos que sofreram danos passados, não devem peder de vista a responsabilidade democrática de não omitir ninguém: mulheres, homens, idosos, jovens e os diversos grupos étnico-racis. Todavia, diversidade, apesar de parecer, não é algo que se possa confundir com salada de frutas. (HÉLIO, 2001, p. 340).

No seu artigo, “A Valorização da Diversidade nas empresas”, Reinaldo Bulgarelli (2006, p. 15) traz essa reflexão:

Quando entendemos o valor da diversidade, as ações afirmativas deixam de ser uma imposição, seja qual for sua origem, voluntária ou por meio de uma lei. Processos permanentes de educação, sensibilização, mobilização e comunicação, passando pelo caminho de novos funcionários e pela formação de lideranças, são fundamentais para que as ações afirmativas sejam expressão da diversidade valorizada pela organização. Deixam de ser um problema para ser uma solução, uma forma pela qual a organização tem acesso a um segmento que está fazendo falta para melhorar a qualidade da relação com todos os seus públicos estratégicos.

No parágrafo abaixo, vê-se, nitidamente, a ligação entre a diversidade e políticas de ações afirmativas, na fala do diretor de *Txa*, Consultoria em sustentabilidade e responsabilidade social, e professor da FGV-SP no curso de Princípios e Práticas de Responsabilidade Social Empresarial, Reinaldo Bulgarelli (2006, p. 15-16):

Por isso, não há a valorização da diversidade sem ações afirmativas, porque há muito que fazer para mudar a demografia interna das organizações brasileiras, sejam elas empresariais ou não. Sem uma demografia interna diversa, em vários sentidos, estamos sufocando nosso potencial e comprometendo a qualidade da relação com nossos públicos, ou seja, comprometendo a sustentabilidade de nosso negocio e de nossa sociedade. As experiências aqui apresentadas são exemplo de que é possível caminhar noutra direção.

Políticas de “promoção de igualdade racial”, como dito, é o termo usado pelos órgãos governamentais, como a SEPPIR, que alguns agentes do setor privado (ETHOS, 2006) e da sociedade civil, vêm empregando, também, para se referir às políticas públicas direcionadas às “minorias” no Brasil. A SEPPIR estabelece, da mesma forma que nós, as diferenças existentes entre políticas de cotas e ações afirmativas. Além disso, relaciona essas últimas ao objetivo

maior que é o desenvolvimento social e econômico e sustentável das populações negras urbanas e rurais e quilombolas. Ao ler os documentos da SEPPPIR, percebe-se que a sua definição das políticas públicas brotam do seu diálogo com as propostas teóricas do multiculturalismo e dos estudos das relações raciais críticos aos modelos de pensamento encourados no mito da democracia racial.

As ações afirmativas são um caminho para o fortalecimento institucional da promoção da igualdade étnico-racial e envolve vários órgãos de governo e instituições públicas e privadas. Considerando-se a construção da cidadania, outros tipos de discriminação perpassam, essas políticas – o machismo, o adultocentrismo e a homofobia – os quais colocam grupos sociais específicos em situação de maior vulnerabilidade, pobreza e violência, como as mulheres, as crianças, os adolescentes e jovens. (SEPPPIR, 2007, p. 74).

Na SEPPPIR aparece, de maneira explícita, a ligação entre políticas de ações afirmativas e o desenvolvimento como promoção dos direitos humanos. “Os temas prioritários para o desenvolvimento das ações afirmativas [têm sido] foram: Educação e cidadania; Desenvolvimento, trabalho e geração de renda; Saúde e qualidade de vida; e Cultura, Organização e Diversidade” (SEPPPIR, 2007, p. 74).

4. Desenvolvimento econômico multicultural como avaliação crítica e democrática

Outras informações que a teoria do desenvolvimento econômico multicultural traz para a discussão pública, é que tanto o desenvolvimento como o multiculturalismo, para além de serem conceitos, são, também, instrumentos de avaliação da realidade social. Como conceitos fazem parte de teorias que nos possibilitam pensar o mundo, refletir sobre os problemas de nossas coletividades; como instrumentos de avaliação estão ligados às práticas de desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (FREY, 2000). Essa nossa concepção é partilhada por autores, como Amartya Sen (2000), que depois de ter definido o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam, deixa explícito o que vimos afirmando.

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2000, p. 18).

“A razão avaliatória”, para ele, deve ser orientada pelo princípio do aumento das liberdades reais. Como? É através, não somente de indicadores econômicos: o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço

tecnológico ou modernização social; mas deve, também, levar em conta outros determinantes como disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17). Portanto, nos encontramos com os Índices do Desenvolvimento Humano que ele mesmo ajudou a construir: escolaridade, longevidade, renda e direitos.

“A razão de eficácia”, levantada por Sen, insiste sobre a importância da participação das populações na elaboração de políticas públicas; trata-se de uma participação democrática.

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2000, p. 19).

Compreendidas como políticas nascidas dentro do “guetho”, ou através dos protestos das classes subalternas negras, das mobilizações políticas e coletivas, as avaliações de políticas públicas de ações afirmativas prol ao desenvolvimento social e econômico do negro devem ser avaliadas a partir da “livre condição de agente das pessoas” negras das respectivas sociedades. Mesmo as avaliações, que introduzem o elemento ético como critério de avaliação das políticas públicas, devem também levar em conta a situação de liberdade dos sujeitos.

Uma outra questão importante, mas que não aparece na literatura que lemos para a elaboração dos conceitos, é a do “orçamento”. Quem fala em políticas públicas, além da questão do poder, deve sempre ter em mente a outra: a econômica que dinamiza suas disputas. Como bem nos lembra a socióloga afro-brasileira, Vera Benedita, que vários anos morou nos Estados Unidos trabalhando no projeto da Diáspora, durante o exame da minha qualificação (13 de outubro de 2008), o erro da intelectualidade brasileira é de ter reduzido a questão de ações afirmativas às de cotas. Para ela, isso tem dificultado a luta social, pois a realização e o sucesso de ações afirmativas dependem do investimento que elas recebem. Há um setor da população negra que percebeu essa dimensão esquecida, e está buscando discutir nessa ótica de investimento de recursos públicos para a execução de políticas de promoção da diversidade (PAIXÃO; CARVANO, 2008; THEODORO, 2008).

Os defensores do Estatuto de Igualdade Racial e os intelectuais ligados ao Jornal *Írohin* vêm disseminando a ideia de um Fundo Nacional de Promoção de Igualdade Racial. No seu

artigo “Orçamento: O dinheiro e a necessária da política de igualdade racial o economista afro-brasileiro Mário Theodoro escreve:

Temos batido insistentemente na tecla de que os recursos são fundamentais para a consecução das políticas públicas. Sem dinheiro, não há a mobilização da máquina pública. Sem dinheiro, não se montam estruturas administrativas, nem se efetivam ações necessárias ao estabelecimento das grandes políticas e programas. (THEODORO, Irohin, n. 10, [2006?], folha 1).

Mas o autor reconhece, ao mesmo tempo, que só o dinheiro não basta; é preciso, portanto, desenhar políticas eficazes e eficientes que promovam a cidadania em todas suas dimensões.

5. Considerações finais

Políticas públicas, nesse trabalho, são usadas no sentido de traduzir as ações desenvolvidas pela trilogia da nova sociologia econômica: o Estado, o setor privado e a sociedade civil. Do ponto de vista da teoria de campos de Bourdieu, a ação de cada um desses corresponde, primeiramente, ao interesse específico da sua estrutura. Sendo assim, entende-se que as ações do Estado têm por finalidade a manutenção do “poder político-partidária”; as do mercado, tem por finalidade, a racionalização da produção para o aumento de lucros, enquanto as da sociedade civil é a gestão de um “poder não partidário” e de uma “economia sem fins lucrativos”. Predomina, aqui, a lógica da doação, da benevolência.

O ponto comum entre suas ações é que, dependendo da sua orientação, podem se tornar um poder simbólico excludente ou um poder simbólico libertador. A primeira tendência nos leva a falar de ações do Estado, do setor privado e da sociedade civil que podem orientar-se para a dominação e conservação da ordem estabelecida. De outro lado, as ações do segundo poder têm, por tendência, o questionamento da dominação, a transformação da sociedade e a emancipação dos grupos excluídos. As políticas públicas consideradas éticas localizam-se nessa segunda tendência.

Buscou-se, também, estabelecer uma discussão sobre a classificação das políticas públicas multiculturais. Levando-se em conta a imbricação entre o econômico e o social, optou-se falar de políticas do desenvolvimento socioeconômico e políticas do desenvolvimento sociocultural. As primeiras políticas agrupam as atividades da economia capitalista e da economia social. As segundas políticas incluem as atividades do campo do desenvolvimento social e cultural.

Chamou-se a atenção sobre o fenômeno do hibridismo existente entre as ações das políticas públicas, como em qualquer fenômeno humano. Como se verá nos capítulos que hão de vir, a indefinição faz parte do ofício do cientista social, mas ele é obrigado a se definir e definir algumas questões para não deixar a sociedade em dúvida. Nesta pesquisa, classifico, por exemplo, o Programa de Capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú no campo da economia capitalista, mas poderia, também, se encaixar na economia social, uma vez que opera a partir da lógica da responsabilidade social empresarial. Além disso, é um programa de capacitação educacional, mas, com consequências no mercado de trabalho: contratação de negros nesse banco.

O hibridismo que acompanha essas ações aparece, por exemplo, na classificação das políticas públicas de ações afirmativas no ensino superior público. Como resultado das decisões dos conselhos universitários, e levando-se em conta a autonomia desses, deve-se classificá-las como políticas públicas do governo ou da sociedade civil. A decisão final foi de considerá-las como pertencentes à esfera governamental por falta de uma legislação estatal em vigor.

Na mesma ordem de dúvidas relativas às classificações, entre a consideração de políticas públicas de ações afirmativas como políticas distributivas ou redistributivas, optou-se pela segunda categoria devido a sua popularidade na literatura que tivemos acesso e a sua plausibilidade nessa investigação.

CAPÍTULO V: POLÍTICAS PÚBLICAS MULTICULTURAIS E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Introdução

O campo do desenvolvimento econômico multicultural é um campo de disputa pelo “poder da ideologia” (MÉSZÁROS, 2004), pelo “poder simbólico” (BOURDIEU, 2002). Em termos claros, é um campo de comunicação e imposição de ideias e representações do mundo, no qual, na maioria das vezes, prevalece a ideologia das classes dominantes.

Pretende-se, nesse capítulo, focalizar essa discussão teórica, no contexto brasileiro, onde as classes dominadas ligadas ao movimento social negro acham que a luta, nesse campo, é um “combate justo” ético, político e econômico (PAIXÃO, 2006b).

Almeja-se refletir, nesse capítulo, sobre os agentes e suas armas simbólicas usadas nesse combate. Estas, na situação atual, envolvem o debate entre desenvolvimento e ações afirmativas; reporta-se às questões de teorias, desenvolvimento nacional e identidade nacional na sua relação com o desenvolvimento e identidade das populações negras.

1. Agentes sociais do debate

Levando-se em conta a proposta metodológica de Bourdieu (2001b, 2002a), a questão da identificação dos agentes envolvidos no debate sobre o desenvolvimento econômico multicultural, para sermos específicos, políticas públicas para negros, faz parte de achamento de solução para esse quebra-cabeça.

Deve-se dizer que as soluções propostas são condicionadas pelos pontos de vista dos agentes que emitem o discurso sobre o processo da sua identificação. Com isso, entende-se que a identificação dos agentes em si é um problema de duas ordens: de um lado existe a tendência da invisibilidade de alguns atores sociais; do outro lado, a sua mistificação. Busca-se, aqui, escapar a essas duas alternativas; quer dizer, aplicar-se-á mais a “sociologia de emergências” contra a “das ausências” (SANTOS, 2003).

A partir da literatura e da investigação dos programas de ações afirmativas empregadas nessa pesquisa, pode-se dizer que o campo do desenvolvimento multicultural envolve muitos agentes sociais. São indivíduos, coletividades, organizações e instituições. Do

ponto de vista da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, significa que estão presentes no Estado, no setor privado e na sociedade civil. São negros e brancos, homens e mulheres, jovens e adultos, cientistas, homens políticos, mulheres políticas, empresários e empresárias, adeptos do cristianismo de esquerda e direita, das religiões não-cristãs, umbandistas, candomblecistas.

Os documentos “Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade” (2006), “Manifesto Anticotas: cidadãos anti-racistas contra as leis raciais” (2008), “Manifesto pró-cotas (2008), manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” (2008), não só trazem o retrato dos agentes do desenvolvimento econômico multicultural brasileiro através das assinaturas, mas traduz, também, os elementos da guerra simbólica ali presente.

Ao ler as publicações como *Raça e retórica: a construção da diferença* organizada por Yvonne Maggie e Claudia Barcellos Resende (2002); *Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor* do jornalista da Globo Ali Kamel (2006), prefaciado por Yvonne Maggie; *A revolução quilombola: Guerra racial, confisco agrário e urbano, coletivismo* do jornalista, ruralista, Nelson Ramos Barretto, (2007); *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*, organizado por Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos (2007); e o último, *Uma gota de sangue: História do pensamento racial no Brasil*, do sociólogo Demétrio Magnoli (2009), lançado, intencionalmente, para obstruir a aprovação do Estatuto de Igualdade Racial³⁷, logo se dá conta que estes documentos retratam as correntes ideológicas dominantes no campo intelectual e político no Brasil.

Os defensores das cotas também fazem parte de uma corrente ideológica. Entre os organizadores do “Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas: 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil” (2008), encontram-se os nomes de Alexandre do Nascimento – PVNC-RJ / FATEC-RJ, Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes – Juíza de Direito, Escola da Magistratura - DF, Carlos Alberto Medeiros – Jornalista, Carlos Henrique Romão de Siqueira – CEPPAC – UnB, Frei Davi Raimundo dos Santos – EDUCAFRO-SP, João Jorge Rodrigues – Bloco Afro Olodum-BA, José Jorge de Carvalho – UnB, Marcelo Ferreira – PPCOR/LPP/UERJ-RJ, Marcelo Tragtenberg – UFSC, Renato Ferreira - PPCOR/LPP/UERJ-RJ e Valter Roberto Silvério – ABPN/UFSCAR. Eles acusam os opositores das cotas, os 113 Anticotistas, de não deter nenhuma legitimidade da sociedade civil.

³⁷ Projeto Lei n. 6.264/2005 foi aprovado no dia 09 de setembro de 2009 pela Comissão da Câmara dos Deputados e foi encaminhado para análise no Senado. A sua aprovação foi resultado entre a oposição e o governo.

Apesar de se apresentarem como “intelectuais” da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, eles são basicamente acadêmicos: 80 são professores universitários e pesquisadores; desses 80, apenas um é negro. Representam, portanto, uma pequena parte da elite acadêmica branca centrada no eixo Rio de Janeiro - São Paulo que solicitam o retorno ao estado de exclusão do racismo institucional que imperava indiscriminadamente nas universidades brasileiras, e a manutenção dos índices de presença da população negra que existia há 10 anos atrás. (MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA, 2008, p. 14).

Os poucos “negros”, que fazem parte dessa corrente ideológica, majoritariamente branca, elitista e academicista, compartilham a mesma ideologia da democracia racial, visto como um dos valores da sociedade republicana brasileira. Como tal, apesar das desigualdades existentes, não deve ser questionado, mas mantido. Nesse movimento anticotista, dois movimentos sociais, que se dizem representar os interesses da população “negra”, se destacam nos debates públicos no início do século XXI. O primeiro é o Movimento Negro Socialista (MNS), coordenado por José Carlos Miranda que, no seu portal respondendo à pergunta: *Quem somos?*. Identifica-se nesses termos:

Constituído em 13 de maio de 2006 em São Paulo, o comitê por um Movimento Negro Socialista (MNS) é fruto da discussão entre antigos militantes socialistas e negros preocupados com o rumo da discussão sobre o combate ao racismo, a relação com a luta de classes e a luta pela libertação de todo povo oprimido no Brasil e no mundo.³⁸

O segundo é o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro - Nação Mestiça, fundado em 2001.

O QUE É O NAÇÃO MESTIÇA?

É uma ONG (organização não governamental) dedicada, entre outras, à valorização do processo de miscigenação (mistura) entre os diversos grupos étnicos que deram origem à nacionalidade brasileira, à promoção e defesa da identidade pardo-mestiça e ao reconhecimento dos pardos-mestiços como herdeiros culturais e territoriais dos povos dos quais descendam.³⁹

Levando-se em conta o conceito bourdieusiano de posicionamento dos agentes no campo, os agentes do desenvolvimento econômico multicultural podem ser divididos em duas categorias: a classe dominante e a classe dominada. No Brasil, essas “classes-raças” carregam memórias e histórias de vitórias e dominações. Há brasileiros que são descendentes de senhores dos escravizados e outros que são descendentes dos livres. Fazer parte desse último grupo é carregar as tristes memórias da escravidão, do racismo, da opressão e exclusão do passado e do presente. Ou seja, no Brasil, a situação social (classe), étnico-racial (etnia-raça), de homem e mulher (gênero), de opção sexual, de geração, de espaço geográfico (rural vs

³⁸ Disponível em: <<http://www.mns.org.br/index2.php?programa=movimento.php>>. Acessado em 30 jul. 2009.

³⁹ Disponível em: <<http://www.nacaomestica.org/>>. Acessado em 30 jul. 2009.

urbano; asfalto vs favela), são categorias que devem ser levadas em conta para se entender a realidade de agentes sociais como sujeitos históricos e não metafísicos.

Na realidade, o debate sobre políticas públicas de ações afirmativas se divide a partir de dois pontos de vista ou discursos. De um lado, tem-se o daqueles que acham ser uma questão de classe *tout court* e, do outro lado, o dos que acham que implica esta questão é a raça-etnia. Mas não só isso. Acrescentam-se outros aspectos como os de gênero, gerações, regionais (PAIXÃO, 1997).

Os agentes da primeira ideologia são conhecidos como o “grupo anticotas”. Na verdade não se sabe muito bem se são opositores de cotas e/ou das ações afirmativas. O que se percebe é que eles se manifestam contrários a qualquer política pública de caráter focal para o benefício da população negra, até porque, em relação àquelas voltadas para outras categorias como mulheres, indígenas, deficientes físicos (MYERS, 2003), não fazem reivindicações contrárias. Esse grupo tende a representar o pensamento da classe dominante brasileira, não só pelos apoios explícitos e implícitos que tem recebido da parte das instituições e sujeitos hegemônicos da sociedade brasileira, mas, sobretudo, pela sua filiação ideológica da interpretação da história do Brasil baseada na ideia freyriana da democracia racial (IANNI, 2005).

O segundo grupo é formado pelos agentes que defendem as políticas de cotas e ações afirmativas para negros e outros segmentos marginalizados, historicamente, na sociedade brasileira, o caso dos indígenas e das mulheres. A princípio, formulam suas reivindicações a partir da realidade da raça negra, mas estão abertos para a expansão de tais políticas para outros grupos excluídos da sociedade. Um exemplo é a extensão das políticas de cotas para negros, para indígenas e brancos pobres. Concordam com a existência de políticas de cotas sociais e raciais, quando as primeiras não comprometem as essas últimas. A maioria desses agentes faz parte do grupo de intelectuais negros, acadêmicos e ativistas sociais do movimento social negro. Pode-se dizer que este é o principal ator social dessa corrente ideológica.

2. Usos e abusos da ciência e do poder

Para se entender o debate atual sobre políticas públicas para negro e o desenvolvimento é preciso recorrer, no sentido de Mészáros (2004), às “ideologias” que o perpassam. Nesse contexto, as teorias científicas têm servido de bases ideológicas para justificar a necessidade de se implementar tais políticas ou não. A ciência tem servido os

interesses dos grupos envolvidos no campo do desenvolvimento econômico multicultural brasileiro. Encontram-se, aqui, duas vertentes da ciência brasileira em disputa; uma ligada ao grupo dos anticotistas, e a outra produzida pelo grupo de defensores de cotas e ações afirmativas. Tem também a outra categoria, que não é de nosso interesse, a “dos que ficam acima do muro”.

A ciência produzida pelo primeiro grupo é vista, nesse trabalho, como o pensamento dominante brasileiro. Os discursos predominantes são dos cientistas sociais, isto é, antropólogos e sociólogos, especialistas em relações raciais. Existe nesse grupo, ainda, algumas vozes de economicistas, cientistas políticos e geneticistas. Para Marcelo Paixão (2005a), os cientistas sociais desse grupo são culturalistas. Na situação atual do debate, muitos se inspiram nos escritos de Freyre. Por isso, a sua corrente de pensamento é designada de neo-freyrianismo, ou conforme Paixão (2005a), do culturalismo encourado na idéia de uma modernidade encantada.

Do ponto de vista cultural, defende o mito da democracia racial, a mestiçagem. Do ponto de vista político, são contra cotas e as ações afirmativas focais, porque acreditam que o problema do Brasil é de ordem social, de classe, e não racial. Conforme o Nação Mestiça:

A MISCIGENAÇÃO UNE A NAÇÃO.

Uma enorme concentração de renda é um abismo que separa o povo brasileiro e que enfraquece a unidade nacional. Ela tem sido usada para incentivar a divisão do território brasileiro e do seu povo. Contra isso é necessário defender a identidade mestiça e fechar esse abismo econômico que ameaça a unidade, inclusive territorial, do Brasil.⁴⁰

Ou ainda como pensa José Carlos Miranda, líder do Movimento Negro Socialista, numa entrevista dada à Folha de São Paulo em 29 de março de 2009, contra a Ministra Matilde Ribeiro que estava sendo acusada de incentivar os negros a odiar os brancos:

O racismo que existe no Brasil é fruto dos abismos econômicos que separam classes sociais. Não é produto da opressão de “brancos” contra “negros”, mas do princípio da desigualdade social que dissolve as esperanças dos trabalhadores de todos os tons de pele. O Movimento Negro Socialista (MNS), do qual faço parte, luta pela igualdade verdadeira, pela extensão dos direitos e dos serviços públicos. Essa é a única via eficaz para combater o racismo.

A afirmação da ministra Matilde Ribeiro, justificando o racismo por parte de negros contra brancos, é a conclusão prática das chamadas “ações afirmativas” - na verdade, das leis que pretendem dividir os brasileiros segundo a “raça”.

O conceito de raça, fundamento das declarações da ministra, traça uma fronteira nas escolas, nas periferias, nos sindicatos. Divide os cidadãos e os

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.nacaomestica.org/>>. Acessado em 30 jul. 2009.

trabalhadores. No limite, propaga um ódio estéril que só serve aos que tudo têm. Os interesses dos trabalhadores negros são os mesmos dos trabalhadores brancos, são os interesses de todos oprimidos!⁴¹

Em relação ao projeto de desenvolvimento, os intelectuais e ativistas anticotistas são “desenvolvimentistas”, no sentido da crítica de Moura (1978), isto é, defendem a modernização do Brasil sem levar em conta que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que se faz *a partir de, com e para* suas populações. A crítica de Paixão (2005) é que se trata da defesa de uma “modernidade encantada”, pois não consegue diferenciar seus mitos da realidade brasileira marcada pelas profundas desigualdades sociais “e” raciais.

Os cientistas, que defendem as ações afirmativas e cotas são, em grande número, cientistas sociais que se reconhecem herdeiros da tradição sociológica de Fernandes e de Guerreiro Ramos (BARBOSA et al., 2003). Nesse terreno, o pensamento crítico tem se estendido quase em todos os ramos do conhecimento como antropologia, sociologia, economia, direito, saúde pública e outros campos de saberes (COPENE, 2008).

No campo do multiculturalismo, questionam a teoria da mestiçagem freyriana e a sua ideia da democracia racial, que consideram como mitos de dominação da elite brasileira; defendem as cotas e ações afirmativas para negros e indígenas; reconhecem que as desigualdades, no Brasil, são sociais e raciais. Dentro desse grupo, uma minoria trabalha no plano da teoria, explicitamente, a relação entre os estudos das relações raciais e o desenvolvimento da população negra.

O quê se critica aqui, é que a maioria desses autores e ativistas tem centrado a discussão no campo da cultura, de modo específico, a discussão de cotas e ações afirmativas no campo da educação. São poucos os que têm relacionado isto à questão da integração do negro com um debate maior, à questão do desenvolvimento, isto é, da cidadania, dos direitos sociais, culturais e econômicos. Ou seja, esta questão está posta de forma “implícita” pelo primeiro grupo pró-cotas e ações afirmativas. Neste entendimento, autores como Florestan Fernandes (1965, 1968, 1978), Octavio Ianni (1988), Guerreiro Ramos (1995) e Abdias Nascimento (2002) tinham colocado essa questão em termos “explícitos” ligados à concepção do desenvolvimento da sua época. Quer dizer, uma concepção diferente a dos defensores da teoria desenvolvimentista, mas que, ao mesmo tempo, não chegava a interpretar com “profundidade” as relações entre desenvolvimento e o multiculturalismo como é discutido hoje. Isto é normal. Cada autor é produto do seu tempo.

⁴¹ Disponível em: <Instituto Humanitas Unisinos. http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=6142.> Acessado em 10 de abril 2009.

Nesse sentido, o que se pode dizer, olhando para o passado, é que os intelectuais negros e seus pares do Teatro Experimental do Negro trilharam caminhos do debate atual.

A primeira apresentação formal de uma proposta por ações afirmativas, escrevem os organizadores do Manifesto em 13 de maio de 2008, surgiu justamente na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em 1945 e 1946, no Rio de Janeiro. Um dos resultados desse evento foi o documento “Manifesto à Nação Brasileira”. As reivindicações ali apresentadas foram publicadas no primeiro número do jornal Quilombo, dirigido pelo extraordinário intelectual, artista e político brasileiro Abdias do Nascimento, juntamente com o também grande intelectual e acadêmico Guerreiro Ramos. Um dos tópicos do “Manifesto” determinava como parte do programa definido pela Convenção “trabalhar pela valorização (sic) e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico”. Para atingir esses objetivos, os editores do jornal Quilombo fizeram cinco proposições [...]. (MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA, 2008, p. 2).

Hoje, com o aprofundamento da temática multicultural e do desenvolvimento nas publicações internacionais, e as obras de autores como Marcelo Paixão (2003, 2005a, 2005b, 2007), a relação entre esses dois campos tornou-se mais explícita. O que temos verificado no campo é que há um aumento quantitativo desses temas nos Congressos dos Pesquisadores Negros. A nova geração que defende cotas e ações afirmativas se inscreve nessa tradição da geração dos intelectuais negros dos anos de 1940. Suas ideias são suas releituras no contexto atual.

O que o “Manifesto à Nação Brasileira” propunha era uma ação afirmativa que se fundamentava na reparação dos danos causados pelo racismo da república brasileira, a qual havia decretado a igualdade formal sem oferecer nenhuma política pública concreta que ajudasse a superar a desigualdade fundante sofrida pelos negros como cidadãos livres após 1888, que reconhecesse as terras dos quilombos e todas as formas de organização e produção (inclusive cultural e religiosa) que os escravizados constituíram em suas práticas de resistência e lutas por libertação. Pelo contrário a linha de cor foi logo mobilizada diante dos fluxos de imigrantes europeus na ilusão – racista – de resolver o enigma – deixado em herança pela escravidão – da construção do “povo brasileiro” pelo branqueamento. (MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA, 2008, p. 2-3).

É essa a nova concepção que tem influenciado as políticas públicas voltadas para o povo negro brasileiro nas esferas do Estado, setor privado e a sociedade civil. Os saberes acadêmicos e as experiências da sociedade civil negra tradicional e moderna se cruzam nessa luta político-cognitiva. O livro coordenado por Marilene de Paula e Rosana Heringer *Caminhos convergentes: Estado e sociedade civil na superação das desigualdades raciais no Brasil*, publicado no fim de 2009, confirma as intuições iniciais desta pesquisa. O desenvolvimento econômico multicultural, como teoria emancipatória, é parte dessa segunda corrente dos que defende as políticas de cotas e ações afirmativas para negros na sua correlação com o desenvolvimento

sustentável, isto é, que implica a expansão de todas as suas liberdades, não só econômica.

3. Os temas do debate do desenvolvimento econômico multicultural

O tema, como mostrado na parte da metodologia, nos remete a um campo de luta social. Para se discutir os temas do debate do desenvolvimento econômico multicultural brasileiro, se deve começar com a seguinte observação: as análises comparativas feitas por vários estudiosos descartam o mito, segundo o qual, as políticas públicas de cotas e ações afirmativas no Brasil são cópias das experiências norte-americanas; ou como alegaram Bourdieu e Wacquant (2002), desconhecendo a realidade brasileira, que a política racial brasileira seria resultado do imperialismo americano. A realidade mostra que os intercâmbios culturais entre o Brasil e outros países em relação a essas questões não se reduzem num mimetismo, nem num determinismo mecânico. Os brasileiros têm identificado, apesar da denegação do discurso dominante, seus problemas sociais e raciais e busca dar-lhes respostas adequadas a partir da sua situação histórica (SANTOS, 2002; HANCHARD, 2002).

Ao escrever sobre desenvolvimento e relações raciais, Marcelo Paixão (2003) tem tentado dar pistas nesse sentido para se sair da esquizofrenia teórica reinante no meio acadêmico e político brasileiro. Isto é, o não cruzamento das discussões feitas pelos cientistas sociais e da economia. A teoria do desenvolvimento econômico multicultural segue essa agenda de pesquisa de Marcelo Paixão (2005a).

Para tanto, a identificação dos temas, como foi feito em relação ao dos agentes históricos, torna-se indispensável. Pois, estes operam como armas discursivas para a emancipação ou dominação do outro. Para mim, os temas evocados na discussão sobre ações afirmativas implicam questões epistemológicas, políticas e éticas do modelo de um desenvolvimento econômico multicultural no Brasil que deve levar em conta a realidade das populações negras. Discutiremos, aqui, essa questão mostrando o problema do negro como “um problema nacional”, não só do negro; é um problema de identidade nacional que implica rediscutir a questão da escravidão, da abolição, das desigualdades sociais e raciais causadas pela escravidão e pelo racismo; sugere a construção de um modelo do desenvolvimento econômico multicultural emancipatório para o Brasil contemporâneo, e não um modelo assimilacionista colonizador que se esconde atrás de um discurso de mestiçagem sem sujeitos históricos. É o que chamo de mestiçagem colonialista.

3.1. O problema do negro como problema nacional

Para o pensamento dominante, o negro é um “problema”. Mas não qualquer problema, um problema a parte; um “problema privado” fora do grande “problema nacional”. Ao postular isso, esse grupo tem feito uma opção teórico-político-ética de invisibilidade do negro. Fernandes (1965) percebeu isso ao falar do silêncio e da vingança do branco após abolição. Guerreiro Ramos (1995), como descendente de ex-escravizados, percebeu esse problema e o traduziu em termos de patologia do branco brasileiro. Uma patologia que se traduzia pelo mimetismo das ciências produzidas na Europa e nos Estados Unidos e pela celebração da brancura. O branco brasileiro, cientista, ou homem político, cometia, assim, um epistemogenocídio pela negação da cidadania a uma grande parcela da população brasileira. No campo da psicologia social, estudos como o de Maria Aparecida Silva Bento (2002) tem atualizado esse debate identificando a branquitude como o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro; um pacto narcísico que atua através de atitudes racistas e preconceituosas no sentido de destruir a identidade do negro visto como indivíduo e coletividade.

A atitude de “tornar o negro ausente”, de silenciá-lo, se manifesta também na elaboração de arcabouços conceituais racistas, isto é, hierarquizante e inferiorizante do negro. Portanto, não é o negro, como bem observou Ramos (1995), mas a ciência e a política brasileiras que tinham um problema: a sua cegueira intencional em relação ao negro. Essa estratégia é que retardou os efeitos emancipatórios da primeira abolição, por isso as políticas públicas para negros, hoje, são vistas como o cumprimento da “segunda abolição” reivindicada pelos movimentos sociais negros dos anos de 1930 (MANIFESTO A DEFESA DA JUSTIÇA, 2008).

A tendência do grupo dominante brasileiro sempre foi a de abafar o debate público-cidadão sobre as verdadeiras causas da situação de desigualdades, pobreza e “subdesenvolvimento” da população negra. Isto abortou a emancipação negra pós-abolição, pois os movimentos abolicionistas tinham propostas de reformas sociais para a integração do negro. A ideia da concessão de terras para o cultivo, acesso à educação e ao mercado de trabalho assalariado para negros faziam parte do projeto político dos abolicionistas, como Joaquim Nabuco (2000). A publicação da Carta da princesa Isabel ao visconde de Santa Vitória veio tornar público esse projeto político: “Com os fundos doados pelo snr. teremos oportunidade de collocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas proprias trabalhando na agricultura e na pecuária e dellas tirando proveito [...]” (LEAL, 2006, p. 71) Mas, como é

sabido, acabou vencendo o projeto liberal dos republicanos e fazendeiros da época que eram contra essas reformas sociais.

Entendemos que a questão de ações afirmativas diz respeito ao novo projeto de desenvolvimento da nação brasileira. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pelo Estado, o setor privado e a sociedade civil, de forma especial, os movimentos sociais negros na atualidade.

Enfim, [...] a próxima fronteira do movimento negro deverá ser – além da ampliação do seu arco de aliados e aliadas no interior da sociedade civil brasileira – o questionamento do modelo econômico e social implementado no Brasil desde a Independência. Portanto, o desafio é produzir constantes exercícios de ações estratégicas, em termos econômicos e políticos, de modo a gabaritar os (as) afrodescendentes brasileiros (as) a serem atores de fundamental relevância nos debates sobre os futuros projetos de nação. (PAIXÃO, 2006b, p. 69).

O Movimento Negro, através de seus intelectuais e ativistas, entende que o debate sobre o desenvolvimento nacional que pretende incluir a população negra em termos de atores pensantes, atuantes e beneficiários, deve incorporar, na sua agenda, algumas questões específicas e vitais dessa grande parcela da população, que mostramos, do ponto de vista do referencial teórico desse estudo em termos de desenvolvimento econômico multicultural. Este passa pela discussão sobre o desenvolvimento da população negra, sem a exclusão das questões de identidade, de escravidão, de abolição, do racismo, das desigualdades étnico-raciais, do “subdesenvolvimento” do negro e da nação brasileira, de propostas de políticas de desenvolvimento, de políticas de ações afirmativas, de reparações, de igualdade racial. Trata-se de um debate alicerçado na base de uma epistemologia de inclusão que leva em conta a complexidade das relações entre os atores envolvidos, entre política, ciência e ética, entre o multicultural e o econômico.

3.2. Identidade nacional e identidade negra

Identidade, nessa pesquisa, como vista, é abordada como um repertório cultural que permite a um indivíduo ou a uma coletividade desenvolver a sua subjetividade, de desenhar o seu destino como povo. Sendo uma construção social, a identidade negra no Brasil só é entendida se levarmos em conta a sua construção história.

Mas, o que discutiremos com maior ênfase, é como as representações sobre a identidade afro-brasileira, na sua relação com a identidade nacional, vem sendo interpretada pelos defensores de políticas públicas de ações afirmativas e seus opositores. Para nós, esse debate público deve passar por uma reflexão em torno das questões vitais que definem a

identidade negra no século XXI: a escravidão, abolição, raça, racismo, preconceito, discriminação e desigualdades étnico-raciais como já citado nos capítulos anteriores.

3.2.1. Escravidão, segunda abolição e reparações

Diferente da forma como se tem colocado a questão da escravidão, se ela foi branda ou dura no Brasil ou nos Estados Unidos, compartilhamos a opinião segundo a qual, independente da sua intensidade, a escravidão implica uma experiência de dominação de um grupo humano pelo outro, por isso é moralmente condenável (MOORE, 2007). Além disso, o que se discute, hoje, são os efeitos que ela tem deixado nos corpos dos descendentes de dominadores e dominados: seus danos psicológico-somáticos, sociais e econômicos que são não só moralmente, mas também, juridicamente repugnados pelos termos internacionais e pelas leis constitucionais da maioria dos Estados modernos. O Brasil, hoje, se situa nas duas realidades.

A identidade negra passa pela memória da escravidão moderna que levou os negros africanos e seus descendentes a contribuir econômica e culturalmente na formação do Brasil. Mesmo ocupando posições subalternas têm contribuído na formação da nacionalidade e cidadania brasileira através da sua participação forçada ou voluntária nas guerras que levaram o Brasil a reivindicar a sua soberania. O problema é que essa contribuição nunca lhe foi reconhecida. As ações afirmativas, portanto, têm também a função de contar, de uma forma positiva, as contribuições históricas dos negros na história nacional (MUNANGA; GOMES, 2006).

Os opositores de políticas de ações afirmativas para negros, para desacreditar a sua implementação, recorrem, geralmente, a um raciocínio falacioso de que “os africanos também se escravizavam entre eles”; “foram parceiros da escravidão”. Se existe uma parcela de verdade nessa acusação, não se deve, portanto, deixar-se enganar pela visão histórica falaciosa e ideologicamente alinhada contra a justiça social desse segmento da elite brasileira.

Como bem sabemos, a escravidão que deve ir ao banco dos réus é a “escravidão racial de plantação” praticada pelos Estados-nações europeus nos séculos XVI e XIX nas Américas. Sem desconsiderar a participação de uma parcela da elite africana gananciosa; o infame comércio que ela proporcionou foi mais proveitoso para aqueles Estados-nações, a seus povos e descendentes, do que para os povos africanos e seus descendentes que compõem a diáspora das Américas (MOORE, 2007).

Expomos uma outra lição moral que Moore (2007, p. 239) traz sobre a memória da

escravidão: significou a “morte social” para os africanos e seus descendentes.

Orlando Peterson (1985) assinala pertinetemente que a escravidão implica uma “morte social”. Trata-se, efetivamente, do homicídio social de uma pessoa na medida em que esta cessa de existir como ser humano aos olhos da sociedade dominante, e se vê compelida por uma força brutal maior, a comportar-se como um animal não-humano qualquer. (MOORE, 2008, p. 239-240).

A morte social significa o projeto de destruição de identidade de um povo. No período da pós-abolição, Abdias Nascimento (2002) chamou, não metaforicamente, esse fenômeno de “etnogenocídio”; o genocídio praticado pela elite brasileira em nome da celebração da europeidade e da branquidão contra o povo negro e a negritude. Trata-se da violência simbólica e física que as estatísticas comprovam hoje.

Onde e porque deve se falar da abolição quando se discute sobre de políticas de desenvolvimento econômico multicultural da população negra? Os opositores de ações afirmativas agem como se nada tivesse acontecido antes e pós-abolição. Optam pelo silêncio como arma de dominação. Já os defensores de ações afirmativas entendem que a abolição no Brasil foi uma ação política incompleta. A vitória dos republicanos liberais é colocada hoje em cheque. Esse grupo, ao analisar a situação socioeconômica e as relações raciais, nota a existência de desigualdades de oportunidade e de tratamento. Faz a releitura do projeto dos abolicionistas no contexto do século XX e XXI em termos da reconciliação entre os direitos formais e direitos substantivos.

É desse ponto de vista, para além da legitimidade jurídica, que os defensores de políticas de ações afirmativas encaram-nas como um problema ético que deve ser discutida na perspectiva de políticas de reparações contra as injustiças históricas e de promoção de igualdade racial (THEODORO, 2008).

3.2.2. A raça negra: os pretos e pardos do IBGE

A “raça” é o outro conceito que divide as opiniões sobre a implementação de políticas públicas de ações afirmativas e cotas. Os opositores afirmam que ela não existe, e estabelecer políticas públicas desse ponto de vista “dividiria a nação”; “traria o ódio racial”. Não só isso. O que eles rotulam como “política de racialização” “fere a identidade nacional” cuja mestiçagem é a índole. Para eles, defender cotas equivaleria em dividir de uma forma bipolar: negros vs brancos. É isso é visto de uma forma perigosa. Chamo esse grupo de “profetas do ódio racial”, pois este termo é corrente na sua literatura. Edson Lopes Cardoso os identifica como “profetas do terror”. É afirma que uma das características do seu discurso intelectual e

político é a distoção da história e das relações raciais (CARDOSO, 2007).

Há duas opiniões sobre a raça. Uma diz que ela não existe. “É uma simples retórica”. A outra afirma que ela existe no plano das representações. Compartilhamos esse segundo ponto de vista. Como já descrito no outro capítulo, os defensores das políticas de ações afirmativas reconhecem a existência de “raça”, não em termos biológicos, mas como uma categoria sociocultural com efeitos práticos na vida real. A raça, portanto, é uma representação social com efeitos políticos cuja finalidade pode ser a dominação ou a emancipação. Os sinônimos viáveis a esse conceito são esses: povo e população para falar das coletividades negras do país.

Além disso, entendemos que a mestiçagem apresentada pelos opositores é uma mestiçagem colonialista, porque nega o direito de ser diferente; se comporta às vezes, em termos racistas quando continua encarando o não-branco como inferior biológica e culturalmente.

A raça como representação é vista, aqui, como um elemento de recomposição de identidade afro-brasileira positiva. A racialização, que ora é defendida, está posta em termos de classificar-se e autodeclarar-se como um sujeito que pertence a uma coletividade. Ela tem a finalidade de reconhecimento, de identificação cidadã. Além disso, esse grupo prega a pluralidade da classificação brasileira e não a sua bipolarização. A junção de pretos com pardos, além da razão heurística, é também política. Portanto, para nós, além da sua utilidade científica, raça desempenha um papel político. O ato de autodefinição, para nós, é um ato de poder individual e coletivo. Os programas de ações afirmativas, ao respeitar esse princípio, estão colaborando com o processo da ampliação da democracia política e social que suas ações detêm.

A raça só leva a “divisões perigosas”, como alegam os opositores, se fosse usada para tais finalidades, como o fizeram os defensores do racismo científico do século XIX e do nazismo no século XX. Uma armadilha que os “profetas do ódio racial” elaboram é a de querer impor a sua vontade de transformar as vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação racial em “réus”. A sua intenção continua sendo a mesma: silenciar; distrair; enganar a população negra que busca se construir como um sujeito histórico de fato e de direito.

O uso do termo “raça negra”, ou melhor, o negro, a população negra, é sempre feito no sentido científico e político pelos defensores de ações afirmativas. No primeiro caso, serve como recurso de classificação de grupos sociais, de interpretação da realidade social enfrentada pelos indivíduos que nas pesquisas demográficas oficiais declaram ter a cor ou raça preta e cor ou raça parda (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 16). No segundo caso, serve como recurso de mobilização política da racialidade e da etnicidade, isto é, envolve a

manipulação da raça/cor/etnia em termos de políticas culturais e econômicas libertárias. As políticas de cor, de igualdade racial, de ações afirmativas, de diversidade em andamento nas agências estatais, empresariais e sociais no país inscrevem-se nessa linha emancipatória.

3.2.3. Subdesenvolvimento do negro e da nação

Não se pode falar de desenvolvimento sem abordar a questão de subdesenvolvimento. Pois, o primeiro supõe a superação do segundo, isto é, a criação de condições de vida digna e de qualidade. Nessa seção, o meu foco é sobre essas duas questões que fazem parte dos problemas nacionais brasileiros.

É comum usar-se o termo desenvolvimento ou subdesenvolvimento para se referir às realidades que dizem respeito às nações. Quando se trata de populações, geralmente, recorre-se aos termos de igualdade ou desigualdade. No outro capítulo, mostrei que a situação de desigualdades nas quais se encontra a maioria da população negra no Brasil, autoriza-nos de afirmar que ela passa por uma situação de subdesenvolvimento. Dito em outros termos, o seu IDH é comparativamente inferior à da população branca (PNUD, 2005; PAIXÃO, 2003; PAIXÃO; CARVANO, 2008). Há um desperdício de talentos negros no Brasil para se falar em termos do capital humano, como diria Hélio Santos (2005). Há uma ausência de política pública que auxiliem na expansão das liberdades no meio dos afrodescendentes (SEN, 2000).

Se todo mundo concorda com essas premissas, o problema que se coloca é sobre os remédios a serem aplicados. É nesse ponto que o entendimento das raízes das desigualdades que afetam uma grande parcela da população brasileira torna-se um espaço de conflito de interpretações. Dessa forma, entendo que os posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis em relação à política de ações afirmativas dependem da compreensão que se tem do processo histórico de formação das desigualdades no Brasil. Além disso, o desenvolvimento da população negra depende também da forma como se pensa o desenvolvimento nacional na sua relação com o desenvolvimento das populações mais pobres, no caso desse estudo, das excluídas historicamente por motivos de raça e etnia. Essa última hipótese será desenvolvida na seção intitulada: desenvolvimento do negro e da nação.

Para não ficarmos preso num debate improdutivo de que as desigualdades, no Brasil, são de ordem social como opinam os opositores de ações afirmativas; nem conseguirmos convencer a opinião pública batendo na tecla de que elas são de ordem racial ou étnico-racial como pensam os seus defensores, compartilho a opinião dos que acham que se deve trabalhar com as duas frentes (PAIXÃO, 2003; PAIXÃO; CARVANO, 2008; THEODORO, 2008;

JACCOUD, 2009). Ao trabalhar com uma epistemologia conjuntiva do social com o étnico-racial sem perder de vista outros fatores sociais, as políticas públicas do desenvolvimento econômico multicultural terão uma grande probabilidade de alcançar o seu público-alvo.

Com isso, estou querendo afirmar que a situação de subdesenvolvimento, de desigualdade que continua afetando a população negra tem uma história que remota do período do escravismo do século XVI-XIX, do racismo do Brasil colonial que se transfigurou no Brasil republicano capitalista do século XX e XXI; o preconceito e discriminação racial são outros nomes desse tratamento desigual e desumano.

Ademais, concordo com os defensores de políticas de ações afirmativas de que as “desigualdades raciais” não se confundem com as “desigualdades sociais” ou de classe. Pois, cada uma obedece às particularidades históricas. Diferentes dos brancos pobres, os negros são pobres por ser descendentes dos libertos que não receberam nenhuma indenização pelos quatrocentos anos de escravidão e sempre foram vítimas do racismo à brasileira. Mas ao mesmo tempo reconheço que teoricamente é possível trabalhar com as duas questões sem excluir a outra.

Desta forma, a missão da análise do desenvolvimento econômico multicultural é dupla: praticar uma vigilância epistemológica e política. Ela está lá para lembrar a situação nacional de “subdesenvolvimento” em que a população negra vive numa das melhores economias do mundo, o Brasil. Questiona o que o pensamento de desenvolvimento dominante camufla por razões ideológicas (MÉSZÁROS, 2004). Além disso, reconhecendo a gravidade da situação, a análise de desenvolvimento econômico multicultural que defendo, permite repensar os instrumentos do desenvolvimento científico e político em conformidade com a situação real da população afro-brasileira. Apesar das negações dos opositores, a situação do negro no Brasil continua sendo uma situação de “subdesenvolvimento”, marcada pela exclusão social e étnico-racial, e pela lógica da dominação branca contra os negros em todos os sectores da sociedade. Esta situação desumana só pode ser compreendida se levar-se em conta a história das relações políticas, econômicas e cultural da nação brasileira. Quando colocados na frente dos dados empíricos, os opositores de cotas e ações afirmativas encontram-se logo desmistificados.

Em 2005, o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD “Racismo, pobreza e violência no Brasil” (2005), baseado numa análise bibliográfica especializada, dialogando com a história e os indicadores do desenvolvimento humano (IDH), foi um dos principais documentos que muito alimentou o debate sobre desigualdades sócio-raciais existentes no país. Naquela altura, por exemplo, este relatório alertava, referindo-se aos dados de 2000, que

a população branca do Brasil apresentava um IDH-M 0,814, enquanto o IDH médio da população negra era de 0,703.

Caso formassem uma nação à parte, os brancos, com um nível de desenvolvimento humano alto (acima de 08,00), ocupariam a 44^a posição no ranking do IDH das nações, entre Costa Rica Kuwait, segundo o RDH global de 2002. A população negra, com um nível de desenvolvimento humano médio (entre 0,500 e 0,799), teria IDH compatível a 105^a posição – entre El Salvador e Moldávia. A distância entre brancos e negros seriam enormes: a 61^a posição no ranking do IDH do mundo (PNUD, 2005, p. 58).

Todos os indicadores, longevidade, educação e renda, daquele período, indicavam que existia uma situação do “subdesenvolvimento” que afetava a população negra no país que prega o mito da democracia racial.

No final de 2009, assistimos a publicação do ranking do IDH feito pelo PNUD. Nesse levantamento final o Brasil ficou com um IDH elevado (0,813), ocupando a 75^a posição entre 182 nações⁴². Até o fechamento dessa pesquisa não tivemos acesso a um estudo baseado na sua desagregação por cor/raça. Porém tivemos acesso a outros estudos que mediram as desigualdades sócio-raciais. Estes são usados como referências na atualidade: *Retrato das desigualdades* (IPEA, 2008); *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008* (PAIXÃO; CARVANO, 2008); *A construção de uma política de Promoção da Igualdade Racial: Uma análise dos últimos 20 anos* (JACCOUD, 2009); “Tempo em Curso” (2010)⁴³. Todos estes estudos são unânimes de que existem mudanças no sentido de superação de desigualdades raciais, porém elas ainda persistem. A saída nesse sentido seria um enfrentamento efetivo dessa realidade. Nas linhas a seguir, hei de focar somente alguns indicadores para sustentar essa tese.

O indicador de esperança de vida mostra que os brancos no Brasil vivem mais do que os negros. Em 1995, a média de longevidade era de 68,2 anos: 71,5 para brancos, contra 65,9 anos para negros. Em 2005, esse indicador subiu para os ambos grupos: 74,9 anos para brancos e 72,5 para negros dentro da média nacional de 72,5 anos.

No campo da educação, evocarei somente a questão do analfabetismo e de média de anos de estudo. Outras questões serão abordadas quando trabalharmos as políticas de ações afirmativas no ensino superior. Paixão e Carvano (2008, p. 183), referindo-se ao analfabetismo, afirmam que em todo Brasil, em 2006, havia 14,4 milhões de analfabetos, com 15 anos de idade ou mais. Desse total, prosseguem afirmando, 4,6 milhões eram brancos (32%)

⁴² Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/>>. Acessado em 03 fev. 2010.

⁴³ Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Ano II; Vol. 2; no 1, Janeiro, 2010 : Disponível em:< <http://www.laeser.ie.ufrj.br/>>. Acessado em 03 fev. 2010.

e 9,7 milhões pretos e pardos (67,4%). Além disso, mostram que de 1995 a 2006, descontando-se o contingente que residia nas áreas rurais da região Norte, ocorreu uma queda de 24,7% no número de analfabetos em todo país. A redução proporcional entre os brancos foi de 22,8% e, entre os pretos e pardos, de 24,8%.

Medindo a média de anos de estudos, IPEA (2008, p. 19), considerando-se simultaneamente as clivagens de gênero e raça, percebe que a melhoria universal verificada neste indicador não só não foi capaz de reduzir as desigualdades, como produziu uma situação em que negros apresentavam, em 2007, média de anos de estudo inferior à verificada para brancos em 1993. Para IPEA, assim, enquanto a média de anos de estudo era de 7,1 para brancos e 4,7 para negros naquele período, no início de 2007, estes valores subiram para, 8,8 e 6,8, respectivamente. Quer dizer, houve uma redução apenas de 0,4 anos na desigualdade em um período acumulado de quinze anos.

Em relação aos indicadores de renda e mercado de trabalho começo a minha reflexão com essa tabela que é uma tradução dos gráficos de Jaccoud (2009, p. 83-88).

Tabela 12: Desigualdades de rendimento entre brancos e negros no mercado de trabalho, por faixa de estudo – Brasil 1995-2007

Estudos	1995			2007		
	Branco	Negro	Diferença	Branco	Negro	Diferença
Menos de 2 anos	246 R\$	158 R\$	88 R\$	546 R\$	395 R\$	151 R\$
De 4 a 7 anos	344 R\$	244 R\$	100 R\$	1.045 R\$	512 R\$	533 R\$
De 8 a 10 anos	451 R\$	326 R\$	125 R\$	792 R\$	586 R\$	206 R\$
Com 11 anos	679 R\$	462 R\$	217 R\$	1.061 R\$	782 R\$	279 R\$
Mais de 11 anos	1.463 R\$	1.010 R\$	453 R\$	2.518 R\$	1.724 R\$	794 R\$

A reflexão que o IPEA (2008) e seus pesquisadores (JACCOUD, 2009) fazem acerca desses dados, e que nós compartilhamos, é que o trabalho e uma renda decentes são fatores importantes para o bem-estar de uma pessoa ou uma população. Dito em outros termos, contribuem também para o seu desenvolvimento.

O que a tabela 12 revela é que as empresas brasileiras tratam de forma discriminatórias pessoas negras. Os dados expostos retratam negros e brancos brasileiros com os mesmos

níveis educacionais, só que uma vez contratados recebem salários diferentes. Em 1995, por exemplo, um branco com menos anos de estudos recebia 88 reais a mais do que o seu colega negro; em 2007, apesar de aumento de salário mínimo, a diferença salarial permaneceu dentro dessa categoria em torno de 151 reais. Entre os brasileiros de cor/raça diferente da categoria com mais de 11 anos de estudo ficou em torno de 453 reais em 1995, e de 794 reais a favor do branco.

A medição de Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal da PEA feito pelo Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações raciais (LAESER), coordenado pelo sociólogo e economista Marcelo Paixão (Tempos em Curso, 2010)⁴⁴, revelou ainda a persistência das desigualdades salariais em novembro de 2009 nas seis maiores Regiões Metropolitanas. Para esta instituição nesse período, o Rendimento Habitual Médio do Trabalho Principal dos trabalhadores brancos foi de 1.723,75 reais e os trabalhadores pretos e pardos foi de 888,34 reais. Portanto, a diferença foi de 835,41 reais (94%). Em 2008, as desigualdades de cor/raça foram de 100,7%. Dessa forma, em novembro de 2009, ocorreu uma redução nas assimetrias de cor/raça em 6,7 pontos percentuais.

IPEA (2008, p. 33) nos oferece outro indicador que comprova as desigualdades existentes entre a população negra e branca: o indicador de linha de pobreza. Em 2007, 31% de homens e mulheres brasileiros eram considerados pobres. Da mesma forma, algo em torno de 12% destes dois grupos estavam na indigência. Quando visto de ponto de vista racial, observa-se que 20% de brancos encontravam-se na linha da pobreza e 47,7% de negros situavam-se na linha da pobreza.

Pelo fato de entendermos que o desenvolvimento e subdesenvolvimento não se reduzem só aos fatores econômicos, e que este último conceito nos remete, como vimos, a considerar todos tipos de carências e privações, os indicadores de longevidade, de educação e mercado de trabalho analisados revelam que a população afro-brasileira encontra-se numa situação de “subdesenvolvimento” quando comparada com a branca. Essa situação manifesta-se pelos tratamentos discriminatórios que recebem. Pois, subdesenvolvimento significa também encontrar-se em situação de negação de seus direitos básicos.

3.2.4. Desenvolvimento do negro e da nação

Como superar as desigualdades que afetam as populações negras? Como estabelecer

⁴⁴ Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Ano II; Vol. 2; no 1, Janeiro, 2010 : Disponível em: < <http://www.laeser.ie.ufrj.br/>>. Acessado em 03 fev. 2010.

políticas públicas que levariam os negros a sair da sua situação de subdesenvolvimento? Como desenvolver a população negra no final do século XX e no início do século XXI? São perguntas específicas, no meu entendimento, que as coletividades negras, os movimentos negros e os intelectuais anti-racistas ao longo da história têm colocado à nação brasileira.

Elas receberam várias respostas ao longo da história brasileira antes de se chegar às propostas de reparações, ações afirmativas. Entre os agentes sociais que tentaram e tentam de responder a elas encontra-se duas tendências: aqueles que se recusam e aqueles que aceitam de viabilizar soluções específicas. Dentro desses dois blocos, encontram-se os conservadores, reformistas e os radicais.

Proponho três modelos de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, baseando-me na divisão de três fases ou ciclos da história do Brasil sugerido por Octavio Ianni (2004e) no seu artigo, "Multiculturalismo e multietnicidade no Brasil", para entender as concepções de políticas do desenvolvimento econômico multicultural que houve e há no Brasil. Esse autor a divide em Brasil colônia (1500-1822), Brasil Monárquico (1822-1889) e Brasil República (1889-2009). Importa, para mim, as formas de ações que a sociedade desenvolveu nesse período para resolver as questões que afetavam e têm afetado as vidas de negros. Privilegio as ações do Estado e da sociedade civil negra, deixando de lado as das empresas, mas as trato no último período que é o principal elemento da argumentação dessa seção.

3.2.4.1. Política colonial do desenvolvimento econômico multicultural

Nomeamos o primeiro período da história do desenvolvimento do Brasil como "política colonial do desenvolvimento econômico multicultural". Como modelo de desenvolvimento político, que abrange desde 1500, o período da "descoberta", ou melhor, da invasão de territórios indígenas, até 1822, quando se instala o Império Português no Brasil. Argemiro Brum (2000), considera esse período, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como modelo econômico primário-exportador cobrindo o período de 1500 até 1930. Ele também enfatiza suas políticas e elementos culturais: o projeto de dominação do império português na América Latina, o preconceito de inferioridade dos colonizados, das classes populares brancas e dos escravos negros e indígenas, em comparação aos portugueses. O Brasil e seu povo, para esse autor, viviam uma situação de dependência econômica e cultural que perduraram entre os anos de 1922 e 1930.

Portanto, para ele, a mudança da situação política em 1822 não teve impactos

substanciais nas estruturas sociais e mentais da época. A elite agrícola continuou comandando o campo da política e da economia. Como colônia, o Brasil continuou a servir aos interesses da metrópole. Na sua análise dos ciclos econômicos brasileiros, Chiavenato (1987), fornece alguns elementos para refletir sobre a situação ambiental. Seus escritos denunciavam a destruição da ecologia no Brasil desde os primórdios da história colonial do seu desenvolvimento.

Os escritos dos intelectuais “progressistas”, como o historiador, Chiavenato, os antropólogos Darcy Ribeiro, Kabengele Munanga, o geógrafo Milton Santos, e os sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Marcelo Paixão, fazem-nos refletir sobre a relação entre política, economia, cultura, ecologia e territórios das populações dominadas, brancos pobres, índios e negros. Neste contexto, a história da colonização é tomada como texto e contexto, o ponto de partida da análise sobre o desenvolvimento econômico e multicultural.

Nesta perspectiva, o modelo brasileiro de desenvolvimento desse período é um modelo autoritário e desumano. O Estado, como o principal agente do mercantilismo, da economia colonial, também foi um instrumento, juntamente com a Igreja Católica, da violência física e simbólica contra os corpos de negros e índios. Após a liberação do último grupo do jugo da escravidão, devido ao extermínio do bom número de seu povo pela elite capitalista, e também devido ao interesse do jesuíta Anchieta para a sua catequização; ou seja, ocidentalização, o mesmo destino será reservado às populações negras para se tornarem elementos principais da produção de riqueza e da construção da nação brasileira. *Grosso modo*, a política colonial do desenvolvimento econômico multicultural no Brasil foi caracterizada pela destruição do meio ambiente e da negação da identidade dos povos não brancos, índios e negros, que foram tratados pelos códigos legais da época como coisas e não como pessoas (CHIAVENATO 1987; PNUD, 2005).

Mas, o conceito do desenvolvimento econômico multicultural, à luz do pensamento crítico do novo paradigma de desenvolvimento, exige que a história seja discutida em toda a sua complexidade. Ou seja, não apenas a partir da cosmovisão dos dominantes, mas também da história dos dominados. Nesse sentido, o intelectual e ativista afro-brasileiro, o sociólogo Guerreiro Ramos (1995) exigia que os negros fossem estudados “desde dentro” da sua realidade histórica, isto é, tratados como sujeitos, e não como meros objetos da história e da sociologia. Na mesma perspectiva, o sociólogo afro-brasileiro, Clóvis Moura (1994), recomendava, em seus escritos que a história dos afro-brasileiros fosse vista como uma “cultura da resistência” contra a dominação colonial e colonialista. É nesse sentido que os

escritos sobre a política de ação afirmativa, a promoção da igualdade racial dos intelectuais e ativistas do Movimento Negro consideram como ponto de partida a experiência histórica da escravidão dos seus antepassados, traduzida por eles, em memórias de sofrimento e de sonho de liberdade. Assim, torna-se importante mencionar as lutas de heróis e heroínas (Ganga Zumba, Dandara, Zumbi de Palmares) de suas comunidades e suas organizações sociais como formas de traduções de “velhas formas de etnicidades”, em novas formas no contexto de sua luta por uma sociedade econômica e multiculturalmente emancipatória (HALL, 2003, 2004).

3.2.4.2. Política imperialista do desenvolvimento econômico multicultural

O segundo modelo de desenvolvimento brasileiro é a “política imperial de desenvolvimento econômico e multicultural” (1822-1889). A última data, 1889, marca o início da primeira República do Brasil. Este modelo de desenvolvimento não significou a salvação da política cultural e econômica do Estado brasileiro do seu autoritarismo e da sua lógica etnocêntrica assimilacionista e exclusivista. Ditos em outros termos, a destruição do meio ambiente, da opressão do homem branco contra os não-brancos, negros e índios, o monopólio da cultura ocidental sobre outras culturas permaneceram.

Os registros históricos de que dispomos, hoje, nos permitem interpretar o modelo de desenvolvimento econômico multicultural sugerido, aqui, a partir de duas dinâmicas recíprocas, como já alegamos: a história dos dominantes e a história dos dominados; e, portanto, das resistências. O nosso argumento é que a primeira história é marcada pelo autoritarismo do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo. O projeto de política econômica e cultural, que os dois modelos vistos até aqui implementaram, foram elaborados por uma visão de construção de sociedade feita “de cima para baixo” (IANNI, 2004a, 2004e).

Em lado oposto, apesar das suas contradições históricas, a data de 1888, que marca o fim da escravidão negra no Brasil, é um fato social, uma realidade histórica, que inclui elementos susceptíveis de uma análise do desenvolvimento econômico multicultural que defendemos. Como resultado de um movimento histórico, “1888” pode ser interpretado a partir dos três itens relacionados com os interesses de seus idealizadores e realizadores: os ingleses e os abolicionistas brasileiros brancos e negros. Nesse ponto de vista, acreditamos que uma análise crítica deve levar em conta, para além dos interesses econômicos, os elementos simbólicos, a identidade, a situação de ser branco e preto em uma sociedade escravocrata de castas (FERNANDES, 1965). Além disso, deve-se valorizar a posição destes elementos na construção das instituições na mesma sociedade brasileira (MOURA, 1995).

Para os ingleses, uma das finalidades da abolição da escravidão no Brasil foi a ampliação do número de consumidores no mercado capitalista (CHIAVENATO, 1987). Ademais, a diferença entre brancos e negros abolicionistas nessa luta é que os primeiros usavam de um mandado para falar em nome dos escravos como seus representantes na política e economia, enquanto os negros abolicionistas eram os próprios agentes históricos lutando pela sua causa (PAIXÃO, 2006a). Daí a diferença de visão: estes entendiam que a população negra deveria ter controle do seu próprio destino, sendo protagonista do seu projeto de liberdade.

Um dos pontos comuns entre esses dois tipos de abolicionismo era esse: todas as suas lideranças estavam lutando para o fim da escravidão, a emancipação da população negra almejando o acesso à terra, à educação, ao mercado de trabalho livre e assalariado. Apesar de seus esforços, os movimentos abolicionistas não almejavam a revolução da estrutura econômica da sociedade capitalista imperialista ocidental. Este fato explicaria, em parte, as contradições internas desse movimento social do Brasil pós-abolição. Neste contexto, o capitalismo e a democracia liberal foram montados e manuseados como sistemas políticos ao serviço da elite política e do capital. Em outras palavras, a classe burguesa brasileira optou para a reprodução de um sistema político e econômico cuja lógica colocava-se a serviço de seus próprios interesses econômicos e na defesa de suas próprias honras (FERANANDES, 1978).

3.2.4.3. Política republicana do desenvolvimento econômico multicultural

O terceiro modelo de desenvolvimento brasileiro é designado de “política republicana do desenvolvimento econômico multicultural”. O período histórico das análises feitas, aqui, cobre de 1889 até 2009. Este se divide em três sub-períodos: o primeiro de “1889” que marca o início da Primeira República brasileira, que passa pelo segundo (1930-1985), e o Terceiro (1988-2009).

Apesar das mudanças políticas que aconteceram em 1889, a elite agrícola continuava a decidir sobre o modelo político, econômico e cultural. Até 1988, a nação brasileira foi governada a partir de um modelo civilizatório monolítico e autoritário. As autoridades pensavam a nação a partir do seu único objetivo: “a vocação agrícola”, que correspondia à sua própria vocação: a de serem proprietários de terras e de “gente”. Nesse período, a civilização ocidental era considerada superior a outras civilizações. As ideias biologizantes veiculadas pelas teorias racistas de Gobineau, de Lapoge influenciavam os escritos de cientistas sociais

brasileiros (RAMOS, 1995). Era o tempo do desenvolvimento da ideologia da “brancura” ou “branquitude”, ideologia da superioridade da raça branca. O Estado, a economia, cultura, eram orientados pela lógica do homem branco considerado como o único civilizado. Por isso, considera-se, neste trabalho, o projeto multicultural brasileiro, desse período, também, como um multiculturalismo colonial. A diferença é que se trata de um colonialismo interno (IANNI, 1989).

Além disso, 1930 é considerado como o período do Estado Novo, ao contrário do anterior regime republicano. Mas, o novo nome, não significou a redenção de boa parte da elite brasileira da sua barbárie quanto à gestão da república, da economia, da política nacional, da cultura e dos diversos povos brasileiros. A “contra-revolução” e seus abusos autoritários continuaram a reforçar a lógica de organização social do passado colonial (FERNANDES, 1968).

Apesar destas contradições, temos que reconhecer alguns avanços que o Brasil teve em nível político neste período. O nacionalismo brasileiro dos anos de trinta e quarenta é entendido por muitos pesquisadores como um dos vetores importantes da revolução política, cultural e econômica que o sucederam. Argelino Brum (2000) situa as novas mudanças no contexto da crise de 1920: a transição do Brasil rural para a urbanização, especialmente na metrópole de São Paulo. A presença dos imigrantes europeus era outro fator que justificava essa mudança. A experiência dos imigrantes nos movimentos políticos e sindicais na Europa, fez com que novas demandas sociais, como os interesses dos trabalhadores e dos empresários, fossem tematizados no Brasil. Os interesses desta nova classe urbana emergente andavam a contra corrente aos da elite política e rural tradicionais. Assim, Brum (2000) interpreta a revolução estética brasileira, a “Semana de Arte Moderna”, e a renovação espiritual e cultural como versões culturais que explicariam o surgimento do nacionalismo brasileiro.

1930-1956 é definido por Brum (2000) como o período do “modelo de desenvolvimento nacionalista e autônomo”, que se caracterizou pela decolagem do processo de industrialização, a continuidade da dependência externa; mas, ao mesmo tempo, continua sendo a segunda e a terceira fase da política de substituição de importação. Octavio Ianni (2004a), baseado em uma leitura da economia política, data o período de “modelo de desenvolvimento nacionalista” entre 1930-1945. Como revolução, a data de 1930 estabeleceu-se, para este sociólogo paulista, como o espaço histórico da criação do Estado moderno no Brasil. Como agente social, é nesse período que ele começou a desenvolver políticas públicas: política trabalhista que beneficiaria a classe trabalhadora. Ianni (2004a) situa as origens da ideologia e da prática de planejamento, do nacionalismo econômico e do capitalismo nacional

brasileiros nesse período.

1946-1950 é tratado por Ianni (2004a), como a era da política econômica liberal: houve a re-democratização do país; o poder público começou a colaborar cada vez mais com o setor privado e a desenvolver uma política salarial. Por outro lado, sem hesitações, Ianni (2004a), descreve o período de 1951-1954 como o “desenvolvimento do capitalismo nacional” do Brasil. Para ele, este período histórico se distingue pela sua política de emancipação econômica de criação de condições de um desenvolvimento nacional por parte da autoridade pública. O autor reconhece, ao mesmo tempo, que havia limites para a política econômica nacional: a separação entre a esfera pública e privada em relação à sociedade. Em outros termos, o Estado brasileiro, nesse período, investia mais na economia do que no social; estava mais próximo dos empresários do que da sociedade civil.

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento estabelecido pelo Governo Jucelino (1956-1961), marcava os passos rumo ao que Brum (2000) chamou de “modelo de desenvolvimento associado dependente”, classificado por Ianni (2004a) como o “capitalismo dependente”. Para Brum (2000), o modelo de desenvolvimento juceliniano deve ser mantido na memória pela sua abertura ao capital estrangeiro, à concentração da economia no setor industrial e à manifestação de contradições do desenvolvimentismo: a concentração da riqueza nas mãos de uma elite minoritária branca e o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais (PAIXÃO, 2003; POCHMANN et al., 2004).

De 1964 a 1985, a nação brasileira passa por uma das crises de democracia. Isto se refletiu na política e na economia. A revolução burguesa estabelecida pela elite brasileira é vista pelos seus críticos como a “contra-revolução”. Na década de 1960 e 1980 predomina a teoria da modernização como o modelo de pensamento e de política de desenvolvimento. Brum (2000) identifica o “modelo associado de dependente desenvolvimento” a partir desses elementos: é um desenvolvimento capitalista, periférico, associado, dependente, exportador, centralizador e excludente. O regime que o reproduz é visto como um regime “autoritário burocrático”. Importa, igualmente, mencionar que é justamente esse modelo que subordina o social ao econômico. Por isso, deve ser visto como um modelo de desenvolvimento falso e maqueado.

Além disso, na década de 1980, a brisa da democracia começou a bater na porta do Brasil. Em 1988, o país recebe uma nova Constituição denominada “Constituição Cidadã”. Em termos de luta social, será uma arma política nascida das reivindicações dos movimentos sociais. O que parece contraditório é que a elite brasileira vai continuar a manter o rumo da economia e do Estado a partir do pensamento liberal e neoliberal. Assim, podemos entender

porque as teorias neoliberais impuseram a sua hegemonia, de 1990 a 2006, no desenvolvimento da política macroeconômica no Brasil pós-constituente.

Para Pochman e colaboradores de pesquisa (2004), 1990 é o momento da adoção da política neoliberal e do abandono definitivo do projeto nacional de desenvolvimento iniciado nos anos trinta. Estes autores citam governos Collor (1990), Itamar Franco (1992) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) em seu duplo mandato (1994-1998 e 1998-2002) como os atores principais da realização desse processo. Há outros autores que classificam a política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula, 2002-2009), no mesmo quadro neoliberal. Para nós, as políticas sociais e ações afirmativas desse governo exigem que possamos avaliar a sua política de desenvolvimento para além de uma simples classificação eclética. Pois, independentemente de ser liberal ou não, foi no primeiro mandato, e é no segundo governo Lula, que a política da igualdade racial tomou novos rumos. O que não quer dizer a perfeição, pois tem suas limitações como veremos na avaliação de alguns programas.

Se as ações do Estado brasileiro no período republicano privilegiaram mais o desenvolvimento econômico, é preciso buscar a questão do multiculturalismo nos movimentos sociais. No meio negro, nos anos 30, 40, 50, 60 até 70 do século XX, existiram vários movimentos negros que debateram a questão da integração do negro na sociedade brasileira (FERNANDES, 1965, 1978). Em termos de construção de uma identidade afro-brasileira emancipatória, o Teatro Experimental do Negro teve um papel importante nos anos que precederam a ditadura de 1964. Após este período, o Movimento Negro Unificado e outros vão atuar no mesmo sentido. Já dos anos 1990 até hoje, são as novas organizações negras que vão atuar a partir da bandeira do multiculturalismo (NASCIMENTO, 2000; DAVI, 2000). Não temos dúvida que os movimentos negros dos anos 1940, do pós-guerra, passando pelos dos anos 1960, têm trabalhado suas ações numa perspectiva de direitos humanos.

Uma abertura do Estado brasileiro à questão racial começou, paulatinamente, a se desenhar a partir do período da abertura política (1979-1985) e se consolida no pós-constituente. Para Francine Saillant (2009, p. 211), os governos brasileiros que se formaram no período pós-ditadura, instauraram uma série de ações que revelaram que a participação na Conferência de Durban ocorreu em um contexto que se preparava, pelo menos há 15 anos. Em 1984 é criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da População Negra do Governo de São Paulo na era Montoro Franco (SANTOS, 2006). Ivair Augusto Alves dos Santos, que foi um dos primeiros integrantes importantes desse órgão governamental, confessou para Francine Saillant (2009, p. 211), que é no âmbito desse Conselho que emergiu a intenção de criar um órgão de promoção de igualdade racial na era Lula. Em 1987, o governo Sarney inseriu

no projeto da nova Constituição disposições provisórias no intuito de preservar a cultura afro-brasileira (art. 215 e 216). Esse gesto, para a autora, era já uma primeira resposta às reivindicações históricas do Movimento Negro. A nova Constituição de 1988 introduziu medidas favoráveis à população negra em termos de combate ao racismo, de direitos a terra e à proteção cultural dos quilombos. Já em 1988, cria-se a Fundação Cultural Palmares, a fim de valorizar e apoiar o patrimônio afro-brasileiro. Ações que serão mantidas nos governos FHC e Lula. Em 1995, com pressão do Movimento Negro, através da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, o governo FHC reconhece, publicamente, a existência do racismo no Brasil. Como resposta, cria o Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra. Em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos traça um verdadeiro programa de “ações afirmativas”, ou “discriminação positiva”, ou “políticas compensatórias”, conforme Jorge Silva (2001, p. 37). Em 2001, o governo FHC, para mostrar que está fazendo a sua lição de casa apóia as reuniões preparatórias da Conferência de Durban. Não só isso, como participa, intensamente, no apoio do envio dos delegados do governo e da sociedade civil. A agenda do pós-Durban coincidiria com as eleições de 2002. Com a eleição de Lula, em 2003, cria-se a SEPPIR.⁴⁵

No período dos dois mandatos de Lula, pode-se dizer que se começou a desenhar políticas do Estado de igualdade racial. No setor privado e na sociedade civil a mesma dinâmica de implementação de políticas públicas de ações afirmativas está em curso. Em 2009, houve a Revisão da Conferência de Durban em Genebra. Mantiveram-se os principais pontos em relação às políticas públicas voltadas para a superação do racismo e discriminação racial da Conferência de 2001.

Como dito, as ações do governo Lula têm suas limitações. O que faz com que haja uma crítica da parte de um setor do Movimento Negro. Ilustramos essa argumentação com a fala do professor Henrique Cunha Junior:

Eu tenho muito interesse nesta avaliação. Eu estava no processo, por discordar das posições do governo brasileiro fiquei fora do processo. A nossa abordagem de racismo tem pouco efeito econômico. Precisamos pensar em coisa como os territórios urbanos de maioria afrodescendente e o racismo nestas políticas públicas de empobrecimento destas comunidades. Penso que falta consistência no Plano econômico das ações brasileiras. O nosso governo não nos incluiu nos planos econômicos do governo e nem ampliou a nossa ação nos conselhos de estado. Seria necessário hoje termos o destaque específico da população negra em 10 % dos recursos de investimento do PIB, isto esta a menos de 1%. Precisamos de estar em 1/3 de representação em todos os conselhos de estado. Assim teríamos um caminho seguro para concretizar as propostas de Durban.

⁴⁵Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 25 jan. 2010.

Henrique Cunha Junior.⁴⁶

Essa fala é um posicionamento crítico em relação às limitações de ações do governo Lula. É interessante apoiar-se em uma fala de *blog* porque, geralmente, o agente comunicador fica à vontade, sem medo da “censura”. A verdade é que, mesmo a literatura científica que tivemos acesso, aponta-nos pontos fracos do governo Lula. A primeira crítica nesse sentido é que o orçamento para políticas públicas de promoção de igualdade racial é residual. Mario Theodoro (2008) denuncia este aspecto no orçamento da SEPPIR de 2005 que foi de 20 milhões. Dagoberto José Fonseca (2009) mostra que no orçamento governamental de 2007, foram destinados para a SEPPIR e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) poucos recursos: 9,67 milhões para a primeira secretaria da presidência da República e 697 mil para a segunda.

Mesmo não tendo recebido um tratamento sistemático, os documentos analisados (THEODORO, 2005, 2006, 2008; FONSECA, 2009; SEPPIR, 2009) permitem-nos observar um movimento contraditório que caracteriza os recursos orçamentários destinados à SEPPIR. De um lado, anota-se um certo aumento de verbas: 20 milhões (2005); 82 milhões (2006) 967 milhões (2007) e 37.489.860 (2008). De outro lado, averiguamos o contingenciamento e os recortes dos mesmos. Theodoro (2005/2006) identificou que nos recortes que o governo Lula fez, em 2005, sobre as políticas sociais o maior incidiu sobre o único programa finalístico direcionado à comunidade negra, o “Brasil Quilombola”. Enquanto a média do total de recursos empenhados em relação ao que havia sido autorizado manteve-se em torno de 97,3%, no caso do Brasil Quilombola esse índice foi de 34,4%. Ou seja, apenas 1/3 dos recursos previstos foram efetivamente disponibilizados para o programa. Para ele, nenhum outro programa governamental sofreu contingenciamento de tal monta. O penúltimo lugar em corte tinha sobrado par o Programa de Drenagem Urbana Sustentável (41,5%) seguido do Programa Nacional de Acessibilidade (43,8%) e do Programa de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em conflito com a Lei (44,3%).

Esse comportamento ambíguo do governo Lula tem levado seus críticos a interpretar suas ações em relação à população negra como parte do marketing político. Além disso, há quem vê nisso uma falta de prioridade e de falta de estratégia integrada relativa à política de igualdade racial que envolveria todas as secretarias e ministérios. Imperam ainda divergências e dificuldades quanto à sua concepção e a sua prática (THEODORO, 2008; JACCOUD,

⁴⁶ Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro da diretoria do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência – IPAD. Posta pelo autor no dia “30/01/2009 at 9:05 pm” num blog de difusão da Conferência de Durban de 2009 que teve lugar em Ginebra: Disponível em: < <http://avaliacaodurban2009.wordpress.com/apresentacao/>>. Acessado em 25 jan. 2009.

2009).

4. Em defesa de um novo projeto de nação

Do ponto de vista da construção de uma identidade nacional e do desenvolvimento econômico, os defensores de ações afirmativas apelam para um novo projeto emancipatório do Brasil. Um novo projeto que se baseia na construção de uma identidade nacional e de uma economia plurais.

Evocamos as narrativas do Projeto Cor da Cultura⁴⁷ sobre os “Heróis de Todo Mundo” para explicar o seu pluralismo cultural. Para educar a sociedade brasileira sobre a diversidade cultural, e o povo negro brasileiro na luta da construção de uma identidade positiva, esse projeto montou um programa sobre algumas personalidades brasileiras, os heróis negros e as heroínas negras de várias idades da história brasileira. Citemos em ordem alfabética: Adhemar Ferreira da Silva (1927- 2001), Aleijadinho (1730-1814), André Rebouças (1838-1898), Antonieta de Barros (1901-1952), Auta de Souza (1876-1901), Benjamin de Oliveira (1870-1954), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Chiquinha Gonzaga (1847-1935), Cruz e Souza (1861-1898), Dragão do Mar/ Francisco José do Nascimento (1839-1914), Elizeth Cardoso (1920-1990), Jackson do Pandeiro (1919-1982), João Cândido (1880-1969) José (Benedito), Correia Leite (1900-1989), José do Patrocínio (1853-1905), Juliano Moreira (1873-1933), Lélia Gonzalez (1935-1994), Leônidas (1913-2004), Lima Barreto (1881-1922), Luiz Gama (1830-1882), Machado de Assis (1839-1908), Mãe Aninha (1869-1938), Mãe Menininha do Gantois (1894-1986), Mário de Andrade (1893-1945), Milton Santos (1926-2001), Paulo da Portela (1901-1949), Pixinguinha (1897-1973), Teodoro Sampaio (1855-1937), Tia Ciata - Hilária Batista de Almeida (1854-1924), Zumbi dos Palmares (1655?-1695).

Cada narrativa, organizada em termo de episódio, é feita por uma personalidade negra da atualidade, moradoras das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia: Alexandre Moreno, Antônio Carlos, Chica Xavier, Dr. Deusdeth, Emanuel Araújo, Flávio Bauraqui, Haroldo Costa, Ilea Ferraz, Jards Macalé, Joaquim Barbosa, Joel Rufino, Jorge Coutinho, Kabengele, Leci Brandão, Mãe Carmem, Maria Helena, Martinho da Vila, Maurício Gonçalves, Maurício Tizumba, Milton Gonçalves, Muniz Sodré, Neguinho da Beija-flor, Nei Lopes, Paulo Lins, Robson Caetano, Ruth de Souza, Sueli Carneiro, Taís Araújo, Toni Garrido, Zezé Motta.

A seguir apresentamos as narrativas, a partir da lógica do “caos”, da emoção ao lê-las.

⁴⁷ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

Chamamos a atenção para as últimas frases das últimas cenas: “E eu digo, eu sou fulano/a.”; “Sou um cidadão negro” ou “Sou uma cidadã brasileira”. Trata-se da afirmação da particularidade da identidade negra dentro do pluralismo nacional.

A primeira narrativa traz o tema da religiosidade na composição da identidade negra.

Mãe Menininha

Cena 1

Menininha

Se tem uma coisa que menininha gosta é brincar de boneca. Passei a minha infância fazendo isso. Só que as minhas bonecas não tinham nome de gente; eram pequenos orixás que eu fazia de folhas de bananeira e sementes. Passava os dias nessa brincadeira e as noites sonhando que catava búzios na praia. Mesmo que eu tenha morrido com 92 anos, meu destino foi ser para sempre essa menininha. [...]

Cena 3

Ângela Ferreira

Deus? O mesmo Deus da Igreja é o do Candomblé. A África conhece o nosso Deus tanto quanto nós, com o nome de Olorum. A morada dele é lá em cima e a nossa, cá embaixo”, disse Mãe Menininha. E eu digo: sou Ângela Ferreira. Sou uma cidadã negra brasileira⁴⁸.

A segunda traduz a vida cotidiana do povo brasileiro onde a cultura negra incide de uma forma inegavelmente positiva: o esporte.

Adhemar Ferreira Da Silva

Cena 1

Foto do estádio do Canindé, em São Paulo. ADEMAR está sentado à beira do campo, trocando as chuteiras por sapatilhas de atletismo. [...]

Cena 3

Robson Caetano

“Numa festa, os olhares se convergiam para mim como uma interrogação, até descobrirem que ali estava o tão falado campeão. Então, tudo mudava”, disse Adhemar. Sou ROBSON CAETANO. Sou um cidadão negro brasileiro⁴⁹.

A terceira narrativa traz outro elemento que marca a presença da cultura africana dentro da cultura nacional: o samba.

Tia Ciata

Cena 1

Isso aqui era a Praça Onze. Era a capital de um reino chamado Pequena África. Um reino imaginário, que reunia boa parte dos negros que viviam no Rio de Janeiro nos anos logo depois da Abolição. Um reino que seguia a religião, a arte e a culinária da mãe África. Um reino do qual eu fui rainha.]

Cena 3

Leci Brandão

“Nisso, orixás e gente são iguais: adoram uma boa festa”, disse Tia Ciata. E

⁴⁸ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

⁴⁹ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

eu digo: sou LECI BRANDÃO. Sou uma cidadã negra brasileira⁵⁰.

A quarta e a quinta tratam das resistências negras no plano político e jurídico. Da mesma forma que a efetivação da abolição exigia a presença de agentes negros e simpatizantes especialistas em direito e política, a luta pela efetivação de políticas de ações afirmativas trilha o mesmo caminho no século XX e XXI.

Luiz Gama

Cena 1

São muitas as histórias de negros que nasceram escravos e se tornaram livres antes da Abolição. Pois agora vou contar uma completamente diferente. Trata-se de um negro que nasceu livre, foi feito escravo e se tornou livre novamente para lutar pela liberdade de todos. É a minha história. [...]

Joaquim Barbosa

“Só rendo obediência à virtude, à inteligência”, disse Luiz Gama. E eu digo: sou JOAQUIM BARBOSA. Sou um cidadão negro brasileiro⁵¹.

Fecho essa reflexão com a figura de Zumbi dos Palmares.

Zumbi

Cena 1

ZUMBI paira por sobre uma foto da Serra da Barriga, em Alagoas, num céu carregado de chuvas e trovoadas.

Zumbi

Eu vivi no tempo da escravidão, mas conheci a liberdade no quilombo. Eu vi o caos da cidade grande e o poder de organização do meu povo. [...]

Cena 3

Martinho da Vila

Ninguém sabe qual era o rosto de Zumbi, mas todos sabem que sua capacidade de resistência atravessou os séculos. (o ator se vira até ficar de frente para a câmera)

“É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial”, disse Zumbi. E eu digo: sou MARTINHO DA VILA. Sou um cidadão negro brasileiro.⁵²

Os bens culturais como literatura, lendas, contos, história, são fontes poderosas de informações. A partir desses pode-se apreender o pensamento de um povo. Os defensores de ações afirmativas, ao trazer a memória de Zumbi, estão lembrando as lutas travadas pelos negros e negras escravizados no Brasil e lutas de seus descendentes. Zumbi representa a liberdade sonhada pelos negros, e que se encontra em processo de gestação no Brasil. Liberdade, como já lembrado, é vista aqui, como caminho para o desenvolvimento sustentável das populações negras do campo e das cidades.

Trata-se, retomando a metáfora de Moore (2008), de “parir a nação brasileira”, isto é,

⁵⁰Disponível em:< <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

⁵¹ IBIDEM.

⁵² IBIDEM.

uma nação cidadã. A cidadania reivindicada pelos movimentos sociais negros baseia-se na noção de um nacionalismo plural, por isso, a identidade nacional que reivindica também é plural. Reconhece a mestiçagem, mas uma mestiçagem que valorize as semelhanças e as diferenças. É o que chamamos de “mestiçagem emancipatória”, diferente de uma “mestiçagem colonialista” que é assimilacionista, exclusivista, racista.

Quanto ao desenvolvimento econômico, os defensores de ações afirmativas propõem a inclusão das questões de raça, gênero e outras na mesa da discussão (PAIXÃO, 2008). Desse ponto de vista, não existe desenvolvimento sem se levar em consideração, as identidades e os problemas reais das populações que compõem uma nação multicultural como o Brasil.

Nesse sentido, introduzimos a reflexão, ainda num outro bem cultural produzido pelos intelectuais negros. Tomamos, aqui, a entrevista concedida à imprensa afro-brasileira, Irohin, pelo economista afro-brasileiro, Mário Theodoro, quando assumiu a Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. A entrevista intitulava-se: “Para se ter desenvolvimento com igualdade, é preciso enfrentar a questão racial.”⁵³

Na pergunta de saber sobre a sua diretoria, Mário Theodoro aponta o seu entendimento sobre o desenvolvimento.

O que é desenvolvimento, do ponto de vista da economia? Sabemos que não é crescimento. Se desenvolvimento fosse crescimento, o Brasil seria o primeiro país desenvolvido, porque foi o país que mais cresceu durante o século XX, nenhum país cresceu mais do que o Brasil e, no entanto, a gente não chegou ao desenvolvimento. Então, o que é isso, quais os problemas que estão embutidos?⁵⁴

No seu pensamento, a relação entre desenvolvimento e a questão racial é central.

Irohin - O Ibase, no Rio de Janeiro, está realizando um evento com o tema “raça e desenvolvimento”. Onde a questão racial entra na problemática do desenvolvimento no Brasil?

Mário - Em minha opinião, a questão racial é central. Porque o desenvolvimento no Brasil não aconteceu em função de uma ancoragem que se tem sempre numa visão de progresso. Ao mesmo tempo, coloca-se em segundo plano a questão da igualdade. Quando você pensa um projeto de nação que contempla a igualdade, você tem um projeto virtuoso do ponto de vista do desenvolvimento. Quando você pensa uma nação que tem projeto de progresso sem projeto de igualdade, essa nação pode crescer, cresce muito, mas gerando mais desigualdade. Foi o caso brasileiro e de algumas outras nações. O projeto da naturalização da desigualdade, ou do não combate à igualdade, é um projeto que tem por trás de si, com muita força, a questão racial. A questão racial, o racismo embutido na sociedade brasileira, vem naturalizar a desigualdade e fazer com que a questão da igualdade não seja tão importante. Deste ponto de vista, para tratar de desenvolvimento do

⁵³ Disponível em: <Irohin, n. 21: <http://www.irohin.org.br/>> Acessado em 30 jul. 2008.

⁵⁴ IBIDEM.

Brasil é fundamental tratar a questão racial. Ela está no núcleo, no centro, se não for tratada, a gente vai continuar crescendo com desigualdade⁵⁵.

Concordamos com Mário Theodoro. Porém, lembramos que a estratégia de ampliação de aliados apontada por Paixão (2006a) permanece incontornável. Dito em outros termos, pode-se falar de desigualdades raciais conjuntamente com as sociais e as de gênero. Não se trata de abrir mão de sua agenda, mas de colocá-la com o apoio de outros setores e atores da sociedade. Trata-se de uma luta política.

Outra pergunta complementar à precedente foi sobre o compromisso do Mário Theodoro em relação à questão racial na sua diretoria.

Irohìn - Com seu perfil e suas preocupações, a gente pode ficar tranquilo que a temática do desenvolvimento vai priorizar a superação das desigualdades raciais.

Mário - Sem dúvida, a minha idéia é incorporar isso à perspectiva de discussão de desenvolvimento que nós vamos começar a fazer a partir de agora e tentar colocar de fato a questão racial não como um subproduto da política social, não como uma etapa subsidiária da política social, não é isso. Enquanto não predominar o entendimento de que o racismo no Brasil é estruturante da sociedade que temos, é estruturante do status quo, estruturante dessa naturalização, a gente não vai conseguir dar passos maiores. A minha idéia é introduzir sim essa discussão dentro do IPEA, e tenho feito isso com o maior rigor possível.⁵⁶

A questão racial faz parte da sua luta do presente e do futuro que vislumbra um Brasil melhor.

Irohìn - Onde você está, é possível enxergar algum futuro?

Mário - Acho que a questão social brasileira, a questão econômica brasileira, a questão do debate do desenvolvimento, que é o que nós queremos, vai ter que passar pela questão racial. Esse é o grande nó – querendo ou não. Isso eu coloco como uma coisa que nós vamos ter que trabalhar muito do ponto de vista teórico. Estou trabalhando isso do ponto de vista teórico. Estou trabalhando no seguinte sentido: você quer desenvolvimento? Trabalha a questão da igualdade no Brasil. Você quer trabalhar a questão da igualdade no Brasil? Trabalha a questão racial. Ou seja, se você quer trabalhar a questão do desenvolvimento econômico no Brasil, você tem que trabalhar a questão racial.

Irohìn - O que você acabou de expressar é um eixo da sua diretoria no IPEA?

Mário - Sim, sem dúvida. Esse é um eixo de minha diretoria, um eixo que eu quero implantar, e estou muito animado para que isso aconteça⁵⁷.

A marca de Mário Theodoro, em suas publicações no Irohìn, é de ter trazido uma reflexão que mostra as relações entre desenvolvimento com a questão racial, com as políticas públicas e com o orçamento. Marcelo Paixão é outro intelectual afro-brasileiro que trabalha na mesma perspectiva. As reflexões desses dois intelectuais tiveram impactos diretos no que

⁵⁵ Disponível em: <Irohìn, n. 21: <http://www.irohìn.org.br/>> Acessado em 30 jul. 2008.

⁵⁶ IBIDEM.

⁵⁷ Disponível em: <Irohìn, n. 21: <http://www.irohìn.org.br/>> Acessado em 30 jul. 2008.

chamo de desenvolvimento econômico multicultural à brasileira.

5. Considerações finais

Este capítulo tinha por objetivo trazer a discussão teórica sobre o desenvolvimento econômico multicultural a partir do contexto Brasil. Assim foram identificados alguns de seus elementos principais. Os agentes sociais envolvidos na discussão de políticas de ações afirmativas se dividem em dois grupos ideológicos. Os opositores das políticas de ações afirmativas e cotas, que denominamos de “profetas de ódio racial”, e os defensores dessas políticas públicas.

Pontuamos que a ciência é um instrumento de poder que pode ter duas finalidades: abuso de poder, portanto a dominação, ou o uso de poder para a libertação dos excluídos. O pensamento negro no qual se localiza a nossa proposta teórica encaixa-se nessa segunda perspectiva.

Os agentes sociais disputam o poder de imposição de suas ideias em torno dos temas do desenvolvimento econômico multicultural nacional. A questão do negro é tida, por nós, como uma questão prioritária, não só pela sua representação majoritária, mas pela urgência moral e política que os problemas vitais que essa população tem enfrentado ao longo da história do Brasil.

Diferente de nossos opositores, defendemos que o problema do negro é um “problema nacional” que exige repensarmos as consequências do escravismo, do racismo e discriminação social e racial sobre a construção da sua identidade. Defendemos que a situação na qual se encontrava a população negra no período de 1995, 2005 e 2009 representava uma situação de “subdesenvolvimento”.

A razão principal da manutenção dessa situação, que se traduz em desigualdades sociais e étnico-raciais, seriam as políticas de desenvolvimento adotadas ao longo da história político-econômica do país. Identificamos três fases dessas políticas: política colonial do desenvolvimento econômico multicultural, política imperialista do desenvolvimento econômico multicultural e política republicana do desenvolvimento econômico multicultural. É nessa última que se situa o debate atual.

Para que não passemos outros séculos perdidos, do ponto de vista da população negra, seria preciso construir um novo projeto de nação; e este deve pensar as políticas públicas do desenvolvimento numa perspectiva conjuntiva onde a questão econômica e racial dialoguem em harmonia. Essa concepção, no nosso entendimento, está sendo praticada em algumas ações afirmativas em andamento no país. É o que analisaremos na próxima parte do trabalho.

PARTE IV: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MULTICULTURAL COMO AVALIAÇÃO



Estagiários da Unipalmarens em instituições financeiras



Projeto Guri - Pólo Unipalmarens:

Em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo oferece a 150 crianças e jovens carentes, conhecimentos musicais e culturais, através dos cursos de orquestra e coral.

Portal: Trabalha a Educação através da informação. Com notícias informações sobre o negro, artigos e entrevistas de autoridades e personalidades sobre qualquer tema contemporâneo ou que envolva o negro, história do movimento no Brasil, debates, agência de notícias, colunistas de renome, *clipping* com o que saiu na imprensa do Brasil e do mundo sobre o movimento, educação, mercado de trabalho etc. ■

CAPÍTULO I: PROJETO COR DA CULTURA COMO APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

Introdução

Avaliar do ponto de vista da teoria do desenvolvimento econômico multicultural, como vimos, significa emitir um julgamento sobre algo; opinar cientificamente sobre um projeto; compreender uma realidade social. Para tanto, entendemos que tal julgamento poderia ser feito sobre um tema ou vários temas que compõem um projeto ou um programa social.

A realização do exercício de compreensão de um projeto depende de fatores que nem sempre estão ao alcance do pesquisador. No caso do projeto que havemos de analisar, apesar de não termos encontrado materiais suficientes desde o início da execução dessa pesquisa, cabe avisar que, somente na sua fase final, conseguimos um bom número de materiais residuais que nos proporcionaram a sua análise a partir de mais de um item, quando comparado com outros projetos analisados por nós.

Em nome da economia da pesquisa, não abordaremos todos os temas que julgamos importantes. Afirmamos, todavia, que o foco desse capítulo é a análise do Projeto A Cor da Cultura que consideramos como uma ação de implementação da Lei 10.639/03. Trata-se de uma ação que implicou o concurso de vários atores do Estado, setor privado e da sociedade civil. Portanto, não se deve confundir-la com as ações do Estado/MEC sobre a referida lei que a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2009), num recente artigo, analisou com toda competência, mesmo se nossas diferenças consistem nos objetivos e nas abordagens perseguidos.

Dividimos este capítulo em duas seções. A primeira busca identificar alguns elementos essenciais para a compreensão do projeto: o seu nome e setor da atuação; o seu público-alvo; a duração do projeto; os seus princípios e a sua metodologia; suas atividades desenvolvidas; seus parceiros e financiadores.

Na segunda seção, discutimos a relação do Projeto A Cor da Cultura e a do desenvolvimento econômico multicultural, focando nas instituições parceiras, nos impactos do projeto na vida dos beneficiados e gestores; e, fazemos algumas considerações finais e recomendações, sobre A Cor da Cultura no contexto da implementação da Lei 10.639/03.

1. Identificação do projeto

Descrevemos, nessa seção, alguns elementos essenciais para se situar o Projeto A Cor da Cultura: o seu nome e setor da atuação; o seu público-alvo; a sua duração; os seus princípios e a sua metodologia; suas atividades desenvolvidas; seus parceiros e financiadores.

1.1. Nome e setor da atuação

Nos documentos oficiais e no seu site, “A Cor da Cultura” é identificado como projeto, enquanto o Relatório Kappel (2008) e Silvério (2009) classificam-no como programa. De fato, condiz com a primeira realidade pelo fato de aglomerar vários outros programas no campo educativo-cultural, tais como “Heróis de Todo Mundo”; “Livros Animados”; “Ação”; “Nota 10”; “Mojubá”.

A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.⁵⁸

A partir desse trecho percebe-se que o Projeto A Cor da Cultura tem por campo de intervenção a cultura e a educação. Como política pública é resultado da parceria entre o governo (SEPPIR), as organizações empresariais (TV Globo e Petrobras) e das organizações da sociedade civil (Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, CIDAN).

O foco inicial do Projeto Cor da Cultura girava em torno de dois grandes componentes; a produção áudio-visual e a formação de professores (SANT’ANNA, 2005, p. 7). Ao ler os documentos, o que se percebe é que as duas metas foram cumpridas e outras acrescentadas. Houve, também, a sensibilização e formação de outros públicos não previstos no projeto: telespectadores das televisões parceiras e frequentadores de movimentos sociais.

1.2. Público-alvo e gestores

No texto de apresentação do Projeto A Cor da Cultura, Wania Sant’Anna nos situa sobre a questão do público visado na construção do projeto. Referente a este aspecto, ela se

⁵⁸ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/> >. Acessado em 04 março 2009.

pergunta: Para quê público os programas e kit se destinam? (temas/enfoques/abordagens e fontes).

Considerando a audiência do Canal Futura, TVE e do Programa Ação – veiculada pela TV Globo – os programas que integram o projeto “A Cor da Cultura” estão destinados a um público amplo e perfil bastante diverso. No entanto, para além dessa diversidade, é possível apontar uma característica comum a esse público: *o reduzido e fragmentado conhecimento sobre a história dos afro-descendentes na construção do país e, também, o desconhecimento sobre a história e cultura africana.* (SANT’ANNA, 2005, p. 8-9; grifo da autora).

O público-alvo, no desenho do projeto, era a população brasileira em geral, que desconhece a história e cultura africana e afro-brasileira. Portanto, o projeto era uma forma de concretizar a lei 10.639/03.

Além da pergunta anterior, é comum na “avaliação da quinta geração” (PFISTER, 2001), fazer essa outra pergunta: Quais são, realmente, as pessoas que se beneficiaram do programa? Baseando-nos nas informações oferecidas pela SEPPIR, pôde-se identificar este público a partir das ações realizadas, a seguir:

- Distribuição pelo MEC/ TV Escola de 75 mil caixas de DVDs para escolas públicas com programas A Cor da Cultura;
- Distribuição pelo MEC/ SECAD de 1 mil kits A Cor da Cultura para escolas-pólo;
- Capacitação customizada para educadores de Educação Infantil (segmento não previsto no projeto) nas prefeituras de São Luis, Campinas, Santo André e Porto Alegre;
- Capacitação de 80 educadores do Movimento dos Sem Terra (MST) para atender 2.300 escolas públicas;
- Inclusão de educadores de cursos de extensão e de formação de professores na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- Capacitação específica para a Rede Educafro que gere 80 cursos pré-vestibulares comunitários na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ);
- Distribuição pela TV Globo de 2 mil kits para escolas do projeto Amigos da Escola;
- Capacitação de educadores de todas as 40 escolas da Fundação Bradesco e de 16 escolas SESI e SENAI no Rio de Janeiro.⁵⁹

A avaliação da SEPPIR é um retrato do público que foi atendido: brasileiros que são telespectadores dos canais parceiros (TVE, TV escola, Canal Futura, TV Globo); professores das escolas públicas dos estados que foram selecionados, dos cursos de extensão da USP e UFRGS, das escolas da Fundação Bradesco, SESI e SENAI; atores de movimentos sociais.

⁵⁹ Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.

Como se pode ver, o material produzido foi usado, também, para atender a outros públicos não previstos no projeto. Usamos e conhecemos colegas pesquisadores e educadores que trabalham as africanidades, utilizando-se desse material nos cursos de capacitação e formação de professores, atores de movimentos sociais e populares, frequentadores de igrejas. Temos outras informações sobre o público-alvo que foi realmente atendido, que nos vem da avaliação da Kappel (2008).

A tabela 13, abaixo, retrata o perfil dos gestores (%), por unidade de federação, sobre a participação sistemática das equipes na realização do Projeto em nível estadual/municipal no ano de 2007.

Tabela 13: Gestores por unidade da federação

Gestores (%), por unidade da federação, segundo a participação sistemática das equipes na realização do projeto em nível estadual/municipal - 2007								
Gestores (%)								
PARTICIPAÇÃO SISTEMÁTICA DAS EQUIPES	TOTAL	BA	MA	MS	PA	RJ	RS	SP
Total dos Gestores	420	23	18	52	10	80	111	126
Equipes da Secretaria Estadual de Educação	15,7	0	33,3	25	50	16,7	2,7	19,1
Equipes da Secretaria Estadual de Educação	52,7	22,2	85,7	25	75	64,5	58,1	51
Representantes de ONG (s)	17,2	0	14,3	10	25	16,1	16,3	24,5
Professores e Alunos de Universidades e Faculdades	17,2	11,1	28,6	20	0	22,6	14	16,3
Representantes de Entidades educativas e culturais públicas e privadas do Estado/Município	19,3	11,1	42,8	35	0	19,4	16,3	14,9
Representantes de movimentos sociais e comunitários	23,9	11,1	28,6	35	0	22,6	25,6	22,4

Fonte: Kappel, 2008, p. 20.

Essa tabela nos fornece duas informações importantes. Primeiro: tudo indica que houve uma descentralização do projeto. Os formuladores do projeto contaram, na sua execução, com a participação de representantes e profissionais ligados aos espaços onde ele foi implementado. Estes representantes e profissionais são oriundos das escolas, secretarias municipais e estaduais, de universidades e da sociedade civil.

Segunda informação: a tabela nos permite responder a essa pergunta: Em quê território foi desenvolvido o projeto? A partir da avaliação de Kappel (2008) percebe-se que o projeto foi aplicado nas unidades, da Federação, seguintes: Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, no Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

1.3. Duração do projeto

O projeto iniciou em 2004. A previsão do patrocínio da Petrobras era até 2009. A SEPPIR previa a capacitação de professores através desse projeto até 2010. O que se percebe, na sua avaliação, é que houve uma primeira fase (2004-2008), e a segunda começou em 2008.

Fase 2

Desde o encerramento da fase de implementação do projeto, as entidades parceiras de sua realização vêm recebendo demandas de prefeituras, universidades, ONGs, educadores e pesquisadores interessados no material desenvolvido e na sua metodologia de utilização pedagógica. Por isso, agora, no final de 2008, o projeto entra em sua segunda fase com o objetivo de ampliar a articulação de redes educacionais em grande escala, possibilitando o acesso a conteúdos teóricos e práticos para atingir um grande contingente de educadores, articuladores sociais e gestores públicos⁶⁰.

Na mesma ordem de raciocínio, a SEPPIR conclui:

Novos conteúdos relacionados à História da África serão adicionados aos kits, e a articulação institucional será ampliada, especialmente junto ao Ministério da Educação, ao Ministério da Cultura e à Fundação Cultural Palmares. As ações serão expandidas para mais 30 cidades-pólo, com a capacitação básica das equipes técnicas das secretarias escolares. A meta, até 2010, é capacitar mais 3 mil multiplicadores nas redes de ensino, nas ONGs e Pontos de Cultura locais⁶¹.

A previsão é que este projeto se finalize em 2010, como observado no trecho acima. Além disso, há informações novas nele, que não conseguimos capturar em outras fontes: o projeto opera a partir da pedagogia de capacitação de multiplicadores e usa do “savoir-faire”, “saberes-fazer” de cada parceiro envolvido.

⁶⁰ Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.

⁶¹ IBIDEM.

1.4. Princípios e metodologia do projeto

O *Caderno de metodologia - Saber e fazeres: Modo de Sentir* (BRANDÃO, 2006b), apresenta os conceitos e princípios que são a base do projeto.

Esse é o primeiro e fundamental desejo que define e anuncia a nossa metodologia de trabalho: axé. Como muitos de nós sabemos, axé quer dizer energia positiva, força de vida, e é uma expressão que anuncia e pede o Bem. É usada tanto para saudar alguém como para se despedir e pretende transmitir as melhores vibrações. Incorporada a partir dos vocabulários de origem africana, mesmo sem constar dos dicionários brasileiros, hoje pode ser palavra nossa, em todos os sentidos. (BRANDÃO, 2006b, p. 11).

Como se pode observar, a filosofia da “afrocentralidade” (NASCIMENTO, 2008), que toma os saberes e fazeres africanos e da diáspora negra, como ponto de partida epistemológico, é o eixo metodológico do Projeto A Cor da Cultura. Trata-se de uma prática pedagógica do (re) conhecimento das “africanidades brasileiras”; isto é, conforme Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005), a valorização do patrimônio e da memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil.

A abordagem dos programas, como poderá ser observado, não pretende uma neutralidade diante de temas tão controversos. O nome do projeto A Cor da Cultura evidencia que a cultura que será focalizada, valorizada e homenageada tem cor, e que os gestos da metodologia que ora se apresenta têm uma intenção explícita. Os temas propostos revelam uma compreensão da situação em que vivemos e uma perspectiva de mudança: o preconceito contra negros existe no Brasil, traz sofrimento para a vida de muitas pessoas e sérios prejuízos à nossa vida em sociedade, mas ele pode e deve ser combatido. E a Educação, associada à mídia, é um poderoso meio nesse processo.

Entendemos tais fundamentos como a base a partir da qual todo o trabalho se construirá – são um conjunto de *princípios, conceitos e valores* articulados a *atitudes concretas*. (BRANDÃO, 2006b, p. 12-13; grifo do autor).

Os princípios que articulam o Projeto A Cor da Cultura, para Ana Paula Brandão (2006b, p. 13-15), são: lutar pela equidade, valorizando as diferenças; reconhecer o racismo, opondo-se a ele; estabelecer o diálogo, ouvindo os que foram calados; afirmar a esperança, investindo na mudança.

Entre as atitudes que A Cor da Cultura deseja desenvolver e incentivar, pode-se citar essas: valorizar o múltiplo, o plural, a mistura de muitas diferenças; caminhar para além do senso comum; exercitar a escuta; aprofundar os próprios conhecimentos; permitir que os estudos nos transformem internamente e socializar as informações (BRANDÃO, 2006b, p. 15-16).

O discurso é de que a estrutura do Projeto A Cor da Cultura é progressista, pois recusa a “neutralidade científica” pregado pelo pensamento do desenvolvimento liberal. As alianças que fazem com as empresas capitalistas, como a TV Globo, operam no sentido de dar mais visibilidade as suas ações. Não se trata de oportunismo, pois os atores envolvidos nesse projeto fundamentam a sua ação política a partir da ética dos saberes afro-brasileiros: o enfrentamento do racismo como caminho de estabelecimento do “mundo do axé”, isto é, do bem-estar e da harmonia cósmica e humana.

O objetivo do projeto foi a produção de materiais áudios-visuais e pedagógicos sobre a Lei 10639, e usar os mesmos para a informação e a formação dos professores, dos alunos de escolas municipais e estaduais, dos espectadores dos canais de televisões parceiros, frequentadores de organizações da sociedade civil. Como já dito, os formuladores do projeto, para atingir esses objetivos, contaram com os saberes e fazeres dos profissionais envolvidos e dos beneficiados. Pois, nessa perspectiva o saber é visto como um exercício de aprendizagem coletiva.

1.5. Descrição das atividades desenvolvidas

Apresentamos nessa seção, as atividades desenvolvidas no projeto. Seguiremos a ordem apresentada no site de A Cor da Cultura⁶². Neste site, encontramos cinco “macroprogramas” com seus “subprogramas” ou “microprogramas”. Manteremos o termo programas, como aparece nos documentos do projeto em análise. Estes produtos poderiam, também, servir de elementos para se analisar a relação entre o tema do desenvolvimento e as ações afirmativas, contudo, não insistiremos nesse aspecto. Limitaremo-nos, somente, na sua descrição.

O primeiro programa a ser apresentado é o “Programa Heróis de Todo o Mundo”.

Não, não é uma série sobre o Super-homem ou o Batman. Heróis de todo mundo é uma série de interprogramas que quer mostrar ao público comum que aqui mesmo, no Brasil, existem Heróis. Heróis porque quebraram barreiras, que venceram apesar dos enormes obstáculos enfrentados, que lutaram por uma vida melhor para todos. Ah! E são negros.

Chiquinha Gonzaga era negra? O André Rebouças é o do túnel? Diamante Negro não é um chocolate? Sim, para todas as alternativas anteriores.⁶³

É um programa composto de 30 documentos, de dois minutos de duração cada um. Retrata aspectos da biografia de cidadãos e cidadãs afro-brasileiros, atuantes na nossa

⁶² Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

⁶³ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

história nos campos da cultura, da ciência e da vida política. A trajetória desses heróis é apresentada por outros ilustres negros brasileiros, que reproduzem suas falas e, no final, dizem seu nome e área de atuação, qualificando-se, orgulhosamente, como “cidadão (cidadã) negro (as) brasileiro (a)” (SANT’ANNA, 2005, p. 8; BRANDÃO, 2006b, 47).

O objetivo desse programa é o resgatar os afro-brasileiros que marcaram a criação do Brasil com uma postura afirmativa de valorização, para criar um impacto positivo no imaginário dos afro-brasileiros e dos brasileiros em geral.

O segundo programa é o “Programa Livros Animados”, composto de orientações sobre jogos, livros animados *on-line* e na TV Canal Futura, “papéis de parede”, desenhos para professores.

Se você quiser ouvir histórias como a do Menino Nito, da Menina Bonita do Laço de Fita, dos Bichos da África e de Lili - a Rainha das Escolhas é só ligar a TV no Canal Futura e assistir ao programa Livros Animados - Especial A Cor da Cultura!⁶⁴.

A série desse programa traz histórias e contos africanos e afro-brasileiros em obras de autores e ilustradores nacionais. A animação das ilustrações dos livros é acompanhada pela narrativa das histórias. Cada uma delas motiva diversas atividades, desenvolvidas com um grupo de crianças em início de escolarização, sob a liderança da apresentadora, que propõe as brincadeiras, participa delas e as coordena, e que também conta as histórias. Os cenários montados têm cores, motivos e texturas que lembram a estética africana, com panos, enfeites e objetivos variados. A disposição dos participantes se faz sempre em roda, ou embaixo de uma árvore, para remeter à prática e usos das terras africanas. As atividades são projetadas como ponto de partida para boas ideias de trabalho, sobretudo com a Educação Infantil e Ensino Fundamental (BRANDÃO, 2006b, p. 40).

Este programa tem por finalidade incentivar a leitura junto ao público infantil. Suas edições destacam escritores, temáticas afro-brasileiras e africanas; buscam dar visibilidade a artistas negros em várias áreas: da interpretação à produção literária, por exemplo. (SANT’ANNA, 2005, p. 8).

O terceiro é o “Programa Ação”.

Em quatro episódios que foram ao ar em março de 2005, o programa Ação/ A Cor da Cultura mostra a iniciativa de pessoas, a maioria anônima, que arregaçam as mangas pelo bem do próximo. É gente que empresta sua experiência e doa seu tempo na certeza de que esta pode ser a única oportunidade na vida de milhares de brasileiros. Arte, cidadania, educação, geração de renda, voluntariado... Caminhos como estes que só podem levar a

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/> >. Acessado em 04 março 2009.

um futuro melhor⁶⁵.

O objetivo desse programa, para seus idealizadores, é retratar iniciativas sociais afirmativas desenvolvidas por organizações não-governamentais, em todo país, que tem a população afro-brasileira como público-alvo prioritário (SANT'ANNA, 2005, p. 8). Os programas foram veiculados na TV Globo e Canal Futura onde já existe um programa com a mesma finalidade, mas, de caráter universalista.

O quarto programa chama-se “Programa Nota 10”.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” Paulo Freire

A principal função da educação é seu caráter libertador. Educar não é repassar informações, mas criar um patrimônio pessoal. Assim, é dever da escola respeitar os saberes dos alunos e encarar os educandos não como massa a ser informada, mas sim como sujeitos, capazes de construir a si próprios e de desenvolver seu pleno potencial.

Pensando nisso o programa Nota 10 – Especial A Cor da Cultura – traz cinco episódios com experiências, bem sucedidas, em que a palavra de ordem é DIFERENÇA⁶⁶.

Cinco subprogramas articulam o “Programa Nota 10”.

Programa 1: África no currículo escolar.

Programa 2: Material didático.

Programa 3: Igualdade de Tratamento e Oportunidade.

Programa 4: Corpo.

Programa 5: Religiosidade e Cultura⁶⁷.

Este programa apresenta as práticas pedagógicas e projetos em torno da Lei 10.639/03, já em desenvolvimento nas escolas da rede pública, organizações populares, como os pré-vestibulares comunitários para negros e carentes. Traz depoimentos dos envolvidos para incentivar outros educadores na realização das mesmas iniciativas.

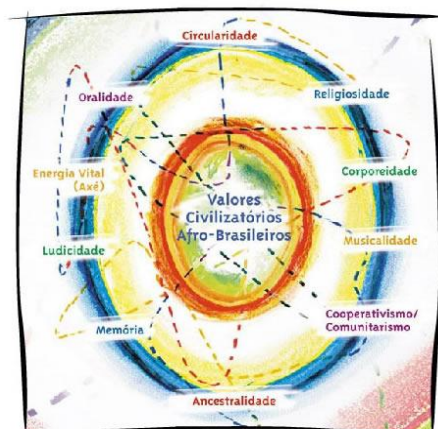
O quinto programa é intitulado “Programa Mojubá”. De inspiração da cultura afro-religiosa, é tratado a partir de nove microprogramas que são, na verdade, temas: “origens”, “fé”, “meio ambiente” e “saúde”, “literatura” e “oralidade”, “quilombos” e “comunidades” e “festas”. Por mediação desses é que os organizadores pretendem veicular os valores civilizatórios afro-brasileiros (figura 4) e discutir a temática da diversidade nas escolas.

⁶⁵ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009..

⁶⁶ IBIDEM.

⁶⁷ IBIDEM.

Figura 1: Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros⁶⁸



Os idealizadores, desse programa, sabem da importância da religião em geral, e das religiões afro-brasileiras no combate ao racismo e na transmissão dos valores humanos. Por isso, um dos seus objetivos é o combate ao preconceito, destacando não só o conteúdo ético e de valores humanitários dessas religiões, mas mostrando que suas bases vivem dentro de nós e à nossa volta (BRANDÃO, 2006b, p. 49).

Enfim; no mesmo site de A Cor da Cultura existe o *link* “Para Saber mais” que traz um conjunto de informações para a formação de professores. Articula-se em torno de três ações: “valores civilizatórios afro-brasileiros”; “Cadernos de professor” e “Sala de Música”. Em *Caderno de metodologia – Saber e Fazer: Modos de Sentir* (BRANDÃO, 2006b, p. 52) é chamado de “Outros Produtos do Kit”.

A primeira ação é sobre os “valores civilizatórios afro-brasileiros” (figura 1). No Caderno 3, *Caderno de atividades – Saberes e Fazer: Modos de Interagir* (BRANDÃO, 2006c, 17), os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros: memória, ancestralidade, cooperativismo/comunitarismo, musicalidade, corporeidade, religiosidade, circularidade, oralidade, energia vital/axé e lucidade, são trabalhados e sugeridos como referências metodológicas e teóricas para práticas de ensino e aprendizagem sobre a temática da diversidade. A segunda ação, executada pelo programa e disponibilizada no site, é “Cadernos de professor”.

Há um trecho da canção 'Livros', de Caetano Veloso, que diz: "Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso (e, sem dúvida, sobretudo, o verso) é o que pode lançar mundos no mundo". É esse o nosso objetivo: ser uma possibilidade para os afro-descendentes envergarem a sua voz, cor e identidade.

Naturalmente, existem várias maneiras de observar e dizer algo. A Cor da Cultura lhe apresenta agora, nestes capítulos, alguns dos Modos de Ver,

⁶⁸ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

Sentir e Interagir com a cultura afro-brasileira⁶⁹.

A sua imagem encontra-se abaixo. A roda, a circularidade como a valorização do diálogo entre o professor e os alunos fundamenta-se na filosofia educativa afro-brasileira e africana.

Figura 2: Circularidade como valor afro-brasileiro ⁷⁰



São três cadernos: o “Caderno 1: Modo de Ver” traz um conjunto de textos teóricos e metodológicos sobre os temas abordados; o “Caderno 2: Modo de Sentir” apresenta a metodologia e fala sobre os programas e kit de materiais produzidos; o “Caderno 3: Modo de Interagir” é uma sugestão de atividades.

A terceira ação, que aparece no portal, é designada de “Sala de Música”.

A música sempre foi a herança mais visível que os negros escravizados trouxeram da África para o Brasil. Diversa, bonita e rítmica, a tradição africana se misturou e se transformou aqui no país e é sobre isso que pulsa a trilha 'Gonguê', assinada por Fernando Moura e Carlos Negreiros. O nome 'Gonguê' foi inspirado num instrumento musical semelhante ao agogô e que produz há séculos, no Continente Negro, um som seco e surdo⁷¹.

Esta atividade desenvolvida tem por objetivo oferecer, ao educador, um subsídio sobre origem dos instrumentos, ritmos e batidas musicais que tiveram origem e influência africana e que, hoje, estão presentes na musicalidade e cultura brasileira. (BRANDÃO, 2006b, 52).

Em *Caderno de metodologia – Saber e Fazeres: Modos de Sentir* (BRANDÃO, 2006b, p. 53), encontra-se, entre outros, um “Jogo pedagógico herói de todo Mundo” e “Memória das Palavras”. O primeiro é um jogo educativo, elaborado com base na temática afro-brasileira; tem como ponto de partida a história dos 30 *Heróis de Todo Mundo*. Sugere um aprender no brincar, estimulando seis áreas de conhecimentos: esporte, ciência e tecnologia, história,

⁶⁹ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.

⁷⁰ IBIDEM.

⁷¹ IBIDEM.

religião, artes e literatura. O segundo documento, “Memória das Palavras”, é um livro ilustrado que traz verbetes de palavras de origem africana como batuque, cocada, moleque, capoeira etc. O objetivo é trabalhar a contribuição africana no plano das linguagens e da língua portuguesa falada no Brasil.

Todas as atividades desenvolvidas pertencem ao campo do desenvolvimento sociocultural. A lei 10639/03 foi responsável pela criação das condições políticas para a formulação desse projeto. A cultura e a educação de qualidade são denotadas, aqui, como direitos sociais que passam pelo reconhecimento do direito à diferença (GOMES, 2009).

1.6. Parcerias e financiamento

É mais fácil identificar os parceiros do que os idealizadores/ formuladores, os executores e financiadores. No *Marco conceitual do Projeto A Cor da Cultura*, que é o documento principal da sua formulação, elaborado pela historiadora, ativista feminista negra e consultora desse projeto, Wânia Sant’Anna (2005), estes últimos elementos não aparecem. Aliás, em todos os documentos que analisei. Baseando-me nas informações disponíveis, retrato os parceiros de A Cor da Cultura de forma a seguir:

Quadro 4: Parceiros e financiadores do Projeto A Cor da Cultura

SOCIEDADE CIVIL		ESTADO/GOVERNO
CIDAN FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO/CANAL FUTURA	PETROBRAS	SEPPIR MinC/Fundação Cultural palmares -MEC
SETOR PRIVADO TV Globo		

Fonte: Síntese do autor

Essa tabela é construída a partir da concepção da esfera pública do desenvolvimento econômico multicultural. O Projeto A Cor da Cultura nasceu da parceria entre atores da sociedade civil, do Estado/Governo Federal e do setor privado.

Foi a Petrobras que financiou o projeto: a previsão orçamentária até 2008 era de R\$ 14.404.199,00. As verbas foram repassadas à Fundação Roberto Marinho. Acreditamos ser ela a executora do projeto, com a colaboração dos profissionais do CIDAN e outras organizações

sociais negras que foram contratadas, uma vez que todos os direitos autorais pertencem à Fundação Roberto Marinho (BRANDÃO, 2006a, 2006b, 2006c – ficha técnica dos livros).

Não está muito claro de onde surgiu a iniciativa desse projeto. O que se pode dizer é que o seu formulador é um agente sensível às demandas sociais da população negra, conhecedor da lei 10.639/03 e teve acesso ao mesmo no edital da Petrobras, ou influenciou a sua publicação. As circunstâncias políticas da emergência dessa lei, como uma das primeiras assinada pelo Presidente Lula no seu primeiro mandato deve ter influenciado a emergência do projeto (MEC/SEPPPIR, 2009). Essas hipóteses podem ser verificadas a partir do histórico de cada parceiro.

2. Projeto a cor da cultura e o do desenvolvimento econômico multicultural

Como referenciado em um dos capítulos desse trabalho, o desenvolvimento econômico multicultural é, igualmente, um instrumento de avaliação. Para tanto, a nossa proposta é de eleger um ou mais temas que compõem os projetos analisados para verificar as relações entre este/estes com o tema do desenvolvimento.

A nossa hipótese aqui é essa: existe a possibilidade de apreender a relação entre o Projeto A Cor da Cultura e o desenvolvimento econômico multicultural analisando os discursos e práticas das instituições parceiras.

Essa relação é capturada através das análises das avaliações feitas sobre este projeto. Fundamentamo-nos nas avaliações feitas por Kappel (2009) e Silvério (2008) para discutir os impactos do projeto na vida dos envolvidos e formular recomendações no contexto político atual em que todos nós estamos esperando pela efetivação plena da Lei 10639/03 com o lançamento do Plano Nacional em 13 de maio de 2010.

2.1. Instituições parceiras e a temática do desenvolvimento

As instituições parceiras, que serão objetos de estudo da verificação da relação entre A Cor da Cultura e a temática do desenvolvimento econômico multicultural, são estas: CIDAN, Fundações Globo (Fundação Roberto Marinho e Canal Futura), SEPPPIR e Petrobras.

2.1.1. CIDAN: A Cor da Cultura como desenvolvimento com equidade racial

O Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN - é o principal parceiro da sociedade civil do Projeto Cor da Cultura, ligado ao Movimento Negro, que aparece nos documentos consultados. Quem é de fato?

Conforme as informações contidas no site oficial:

[...] é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1984, pela atriz Zezé Motta, com a missão de promover a inserção do artista negro no mercado de trabalho. Para isso, realiza periodicamente cursos preparatórios para aqueles que desejam iniciar uma carreira profissional na área técnica ou artística, ou ainda atualizar-se, no intuito de atender as exigências de um mercado de trabalho competitivo e em franca expansão. [...]

Destaque-se que o CIDAN inclui os alunos, por ele preparados, nas suas diversas produções, além de encaminhá-los para as produtoras parceiras.

O CIDAN se mantém através da realização de projetos, cujas verbas provêm da iniciativa pública e privada ⁷².

O CIDAN é uma organização social do Movimento Negro que busca a inclusão dos artistas negros no mercado de trabalho. Como mencionado em outros lugares desse trabalho, as organizações negras já vêm realizando as políticas públicas de ações afirmativas antes da sua implementação pelo Estado brasileiro e as empresas privadas do país. As ações do CIDAN, pela liderança da atriz afrodescendente, Zezé Motta, datam de 1984. Está atriz, como é sabido, é uma ativista do Movimento Negro.

Chamar o CIDAN para a parceria no Projeto A Cor da Cultura, além de ser um reconhecimento ao trabalho que vem desenvolvendo, é também uma forma de efetivação das políticas de ações afirmativas para os próprios destinatários negros. Este fato, de um lado, confirma a nossa hipótese de que existe uma relação entre os programas de ações afirmativas e os princípios do desenvolvimento econômico multicultural, ou seja, o desenvolvimento alternativo; e, por outro lado, modifica a hipótese que temos, segundo o qual o diálogo entre a teoria do desenvolvimento alternativo e o Projeto A cor da Cultura seria “implícito”.

Explico-me. Remetendo-se às perguntas: “Como serão compostas as equipes de produção do projeto A Cor da Cultura? Há alguma preferência por profissionais negros? Participação de todas as etnias? Por quê?” A consultora do projeto e ativista negra, Wania Sant’Anna (2005, p. 44), responde que seria extremamente desejável que as equipes de produção do projeto “A Cor da Cultura” pudesse fazer valer o princípio da diversidade étnico/racial em sua composição, promovendo, de forma deliberada, oportunidade de atuação

⁷² Disponível em: < <http://www.cidan.org.br/site/> >. Acessado em 11 fev. 2010.

profissional aos profissionais afro-brasileiros. Para ela, uma atitude como essa faria valer o princípio das ações afirmativas; também, constituiria uma oportunidade de responder às críticas elaboradas por artistas, produtores e organizações do movimento negro sobre a invisibilidade da população afro-brasileira nos meios de comunicação, representação, produção, acesso aos meios de produção cênica e áudio-visual, por exemplo.

Wania Sant'Anna é uma das intelectuais afro-brasileiras que tem estabelecido o diálogo entre os estudos das relações raciais e o desenvolvimento humano. Ela com Marcelo Paixão (2003) são os pioneiros na introdução do recorte étnico-racial na desagregação do IDH-afrodescendente. No documento *Marco conceitual do Projeto A Cor da Cultura*, Wania Sant'Anna (2005), para justificar a preferência na contratação de profissionais que deveriam fazer parte da equipe do projeto, fundamenta a sua argumentação nos textos que discutem a temática da responsabilidade social. Baseando-se em Miriam Leitão mostra que este tema tem se ampliado partindo da concepção dos anos de 1990 que ressaltava os princípios de proteção ambiental e cumprimento de ações internacionais contra a ocupação de mão-de-obra infantil, passando, hoje, a incluir as questões de transparência na administração, preocupação com os funcionários, respeito à diversidade étnica e de gênero (SANT'ANNA, 2005). Das pesquisas do Instituto Ethos, Wania Sant'Anna, para sustentar a sua argumentação, mostra que, além dos avanços que houve, as empresas brasileiras ainda devem muito ao quesito de diversidade dos funcionários. Pois, uma das pesquisas dessa instituição, conforme identificado por ela, apenas 6% dos funcionários são não brancos. As pesquisas posteriores à publicação do artigo da Sant'Anna, as do Instituto Ethos confirmaram a persistência das desigualdades étnico-raciais nas 500 maiores empresas brasileiras (2006a, 2006b).

O posicionamento favorável da Wania Sant'Anna, na inclusão de profissionais negros na execução do projeto, tem muito a ver com a sua militância no Movimento Negro e na academia.

De fato, o debate sobre responsabilidade social das empresas e elevação do status social e político das práticas do voluntariado precisam, digamos, marcar um encontro com a luta política das organizações do movimento negro contra o racismo e a discriminação racial, precisam, igualmente, marcar um encontro com os instrumentos nacionais e internacionais de proteção e promoção dos direitos. Isso para assentar as suas práticas para além do entendimento às necessidades das pessoas em situação de privação – ou em condição de fragilidade social – envolvendo-as em uma perspectiva que afirma os direitos dessas pessoas usufruir dos bens produzidos pela sociedade – crescimento das empresas inclusivas.

Neste sentido, seria de grande valor pedagógico que, no âmbito do projeto “A Cor da Cultura”, fosse relacionada a composição étnico/racial em todos os componentes do projeto – produção áudio-visual, produção do Kit e

mobilizadores encarregados das ações de capacitação dos professores (SANT'ANNA, 2005, p. 44).

Wania Sant'Anna tinha que justificar de forma teórica e política a parceria com o CIDAN, uma organização negra. Esta justificativa tem sentido num país onde há uma disputa entre a concepção universalista e focada em políticas públicas. No Brasil, como vimos, os formuladores da primeira concepção não se preocupam em levar em conta as diferenças étnico-raciais e de gênero que seriam componentes importantes para a implementação de uma política pública de desenvolvimento. A segunda perspectiva, geralmente, valoriza estes aspectos e busca valorizar a presença dos destinatários na formulação, execução e avaliação de projetos. O conceito da responsabilidade social em que Wania Sant'Anna recorre, como veremos em outros capítulos, funciona, hoje, como a palavra de ordem que possibilita a realização de políticas de ações afirmativas para negros nas empresas capitalistas.

2.1.2. Fundações Globo: A Cor da Cultura como responsabilidade social

A Fundação Roberto Matinho e o Canal Futura são as duas outras organizações da sociedade civil que participaram como parceiras do projeto. A sua junção é devida pela razão da sua afinidade histórica.

Em 1997, a Fundação Roberto Marinho criou o Canal Futura, um projeto social de comunicação de interesse público, mantido integralmente pela iniciativa privada. O Canal transmite valores e informações úteis ao cotidiano da população, 24 horas por dia, todos os dias, e é o resultado do acúmulo de experiência da Fundação em educação.⁷³

Por ser o Canal Futura uma criação da Fundação Roberto Marinho não encontramos a necessidade de separar as duas instituições.

Por que da parceria com a Fundação Roberto Matinho e Canal Futura? A nossa resposta é que as afinidades entre os objetivos, a experiência profissional, os princípios éticos de cada instituição e o capital social e político em muito pesaram na sua escolha.

Em relação à missão e objetivos, a Fundação do Roberto Marinho pretende “mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes sociais e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira”⁷⁴. Coloca, ainda, no seu site a sua visão: “Acreditamos no Brasil, nos brasileiros e em sua cultura como tradução de um modo de ser, pensar e agir. Trabalhamos por um mundo onde pessoas e comunidades se relacionem, valorizem suas identidades e sejam capazes de

⁷³ Disponível em: < <http://www.frm.org.br/>>. Acessado em 10 fev. 2010.

⁷⁴ IBIDEM.

transformar suas próprias vidas”.⁷⁵ Já a missão do Canal Futura é de “contribuir para a formação educacional da população, desenvolvendo as capacidades básicas da criança, do jovem, do trabalhador e de toda a sua família”.⁷⁶ Os princípios éticos ou valores que regem a Fundação Roberto Marinho são esses:

Paixão e otimismo

Somos apaixonados pelo que fazemos. Acreditamos que, com entusiasmo e determinação, podemos transformar a realidade para melhor.

Criatividade

Confiamos na capacidade humana de inventar, imaginar e transformar sonhos em realidade.

Cooperação

Cultivamos o diálogo e a parceria para reunir pessoas, organizações e comunidades que, juntas, são capazes de gerar resultados mais duradouros e enriquecedores para todos.

Respeito às diferenças

Valorizamos a pluralidade e a diversidade como base da convivência ética e solidária, elementos essenciais de nossa identidade.

Integridade

Somos comprometidos com relações transparentes e coerentes com os nossos valores e os propósitos assumidos.

Afetividade

Acreditamos que a afetividade das nossas relações também promove a efetividade das nossas ações.⁷⁷

O Canal Futura orienta suas ações a partir desses quatro princípios:

- Espírito Comunitário: incentivar a solidariedade, a participação das pessoas na construção da sociedade e o compromisso com o bem comum.
- Ética: resgatar o respeito aos valores éticos, aos direitos e às responsabilidades presentes no dia-a-dia de indivíduos, grupos e instituições.
- Espírito Empreendedor: valorizar a iniciativa, o risco, a criatividade e a tomada de decisão, incentivando a responsabilidade de cada um no seu próprio crescimento e no desenvolvimento de seu país.
- Pluralismo: dar visibilidade à diversidade cultural brasileira, valorizar os modos de viver, pensar e se expressar de nosso povo.⁷⁸

Na prática, a Fundação Roberto Marinho trabalha “com a ajuda de parceiros da iniciativa pública e privada. A Fundação mantém projetos nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Patrimônio e Televisão, com o Canal Futura. Todos baseados em uma única

⁷⁵ Disponível em: < <http://www.frm.org.br/>>. Acessado em 10 fev. 2010.

⁷⁶ IBIDEM.

⁷⁷ Disponível em: < <http://www.frm.org.br/>>. Acessado em 10 fev. 2010; grifo do autor.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.futura.org.br/main.asp>>. Acessado em 11 fev. 2010.

premissa: educação é tudo”.⁷⁹ O profissionalismo de Roberto Marinho foi trazido nessas suas duas organizações sociais, a Fundação Roberto Marinho e Canal Futura, usando das tecnologias de comunicação como meios de disseminação da educação da sociedade brasileira.

Quando o jornalista Roberto Marinho criou a Fundação Roberto Marinho, em 1977, havia poucas ações de responsabilidade social empresarial no Brasil. Ao reunir um grupo de parceiros em torno de uma causa social – levar educação de qualidade a milhões de brasileiros – a Fundação tornou-se um dos embriões do investimento social privado no país.

A instituição nasceu com a convicção de que o papel da televisão deve ir além de entreter e informar: pode melhorar a educação e contribuir para o desenvolvimento social. Para tal, a Fundação funciona como uma casa de parcerias, que busca o apoio de governos, empresas e organizações da sociedade civil que se identifiquem com os seus propósitos e valores. É uma instituição sem fins lucrativos que promove uma articulação em rede para disseminar as metodologias e as experiências já vivenciadas pela Fundação Roberto Marinho, ao longo de todos esses anos.⁸⁰

Acredito que os formuladores do Projeto A Cor da Cultura buscaram a parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Canal Futura pelos trabalhos que vêm desenvolvendo no campo da cultura e da educação e o seu “savoir-faire” no uso dos meios da tecnologia de comunicação referente às finalidades do projeto. É nesse meio que se encontra a questão política: realizar um projeto educativo para negros, num contexto em que predomina o debate de políticas de ações afirmativas e de promoção de igualdade racial, foi uma forma encontrada pelas organizações da Globo para mostrar que trabalham com a responsabilidade social, e são pioneiras. Além disso, do lado dos outros parceiros e financiadores, há um ganho político trabalhar com as “Globomarcas” porque dão visibilidade.

Na apresentação do Projeto Cor da Cultura, referente aos objetivos e parceiros, Wania Sant’Anna escreve o que segue:

Criar materiais audiovisuais sobre história e cultura afro-brasileiras; valorizar iniciativas de inclusão, dando visibilidade a ações afirmativas já promovidas pela sociedade; contribuir para a criação de práticas pedagógicas inclusivas são os objetivos maiores que compõem o projeto “A cor da Cultura”. O projeto “A cor da Cultura” é uma parceria entre Canal Futura, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a TV Globo, a TV Educativa e Petrobras, visando unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. (SANT’ANNA, 2005, p. 7).

Wania Sant’Anna, consultora do Projeto Cor da Cultura, é também consultora da Petrobras e ativista do Movimento Negro. Acredito que o seu capital cultural e social pesou

⁷⁹ Disponível em < <http://www.frm.org.br/>>. Acessado em 10 fev. 2010; grifo nosso.

⁸⁰ IBIDEM.

no desenho do Projeto A Cor da Cultura, na busca dos parceiros e na sua execução. Se o desenho do projeto não foi a sua iniciativa, o que nos resta afirmar, é que os atores que o projetaram, compartilham da mesma visão que ela. Ao formular esse projeto, o que ela/eles pretendiam, era dar visibilidade às ações afirmativas existentes no meio da população negra e a cultura afro-brasileira.

Permanecendo ainda no campo da parceria Fundação Roberto Marinho e Canal Futura, é preciso ressaltar que, somente no site desse último, é que aparece como um dos projetos especiais.

Projetos Especiais

Além de estar disponível para milhões de brasileiros via TV e de ser utilizado por várias instituições sociais em todo país, o Futura desenvolve e implementa projetos sociais alinhados com causas e demandas. Listamos abaixo alguns de nossos projetos:

A Cor da Cultura

É um projeto de valorização da história e cultura afro-brasileira, que dá visibilidade a ações afirmativas já promovidas pela sociedade. Contempla o desenvolvimento e a produção de 56 programas, livros pedagógicos, glossário, CD e jogo sobre o tema, distribuídos, na forma de um kit educativo, para 3.000 escolas e instituições sociais. 31 Secretarias Municipais de Educação, em sete estados foram parceiras de implementação do projeto, que capacitou 4.000 educadores⁸¹.

A Cor da Cultura aparece como o primeiro a ser citado entre os seis mencionados; o segundo é “Amigos do Futuro”, o terceiro “Cuidando do Futuro”, quarto “Educação nos trilhos”, o quinto “Geração futura” e o sexto “TVs Universitárias parceiras do Futuro”.

O que queremos afirmar é a ambiguidade de identidade do Projeto A Cor da Cultura que encontramos: pertence ao Canal Futura ou a Fundação Roberto Marinho? Na análise dos três cadernos (BRANDÃO, 2006a; 2006b; 2006c – ficha técnicas dos livros) e do site de A Cor da Cultura, o que se denota é que os direitos autorais de todos os materiais produzidos são propriedade da Fundação Roberto Marinho. O site de A Cor da Cultura fica alojado no portal do Canal Futura, só que abaixo está escrito: “copyright 2008 – Fundação Roberto Marinho – Todos os direitos reservados”.

A TV Globo é citada nos documentos também como parceira. Porém, o papel dela limitou-se na exibição de programas. O Canal Futura e a Fundação Roberto Marinho, além de ter desempenhado esse papel, auxiliaram na produção de materiais audiovisuais, na construção dos materiais pedagógicos e na coordenação do projeto. É dessa forma que as Organizações Globo contribuíram na realização desse projeto do desenvolvimento

⁸¹ Disponível em: < <http://www.frm.org.br/> >. Acessado em 10 fev. 2010.

sociocultural que elas tratam com o respaldo do tema de responsabilidade social. Para tanto, receberam um financiamento da Petrobras.

2.1.3. SEPPIR: A Cor da Cultura como efetivação da Lei 10.639/03

Durante a análise dos documentos, identificamos três instituições do governo sendo citados como parceiros do Projeto Cor da Cultura: SEPPIR, MEC, Ministério da Cultura (MinC)/Fundação Palmares. No site oficial de A Cor da Cultura cita-se somente o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan, a TV Globo e a SEPPIR como parceiros.⁸² Não se menciona nem o MEC nem o MinC. Porém, em *Marcos conceitual do Projeto A cor da Cultura* (SANT'ANNA, 2005, p. 7), o documento oficial da sua concepção, também menciona a TV Educativa (TVE)⁸³.

O projeto "A cor da Cultura" é uma parceria entre Canal Futura, o CIDAN – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a TV Globo, a TV Educativa e Petrobras, visando unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. (SANTA'ANNA, 2005, p. 7).

Como formuladora do projeto, a Wania Sant'Anna insiste muito na estratégia de uso dos canais de televisão; menciona a TV Globo e a TV Educativa do MEC. No mesmo documento, Sant'Anna (2005, p. 8) menciona a TVE como outra parceira na exibição dos documentos.

No seu site, a SEPPIR faz questão de colocar na primeira lista os nomes do MEC e Fundação Cultural Palmares entre os parceiros, e não menciona nem a TV Globo, nem a TVE.

Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira por meio de programas audiovisuais, fruto de uma parceria entre o MEC, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura, Petrobras e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN). Iniciado em 2004, o projeto está apoiado na Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história da África e dos negros nas escolas brasileiras⁸⁴.

A nosso ver, haveria duas hipóteses para explicar essas omissões e realces. A primeira é que nem todos os parceiros tinham conhecimento das estratégias de divulgação do projeto, a exceção da sua formuladora, Sant'Anna. A segunda razão é que cada instituição envolvida busca dar visibilidade as instituições que lhes são mais próximas.

A primeira hipótese não se sustenta, pelo fato de que, no mesmo documento da SEPPIR, percebe-se que se menciona, na parte de avaliação do projeto, a TV Globo; não como

⁸² Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 200.

⁸³ Chamada também TVE Brasil foi extinta em 2007 para dar lugar a TV Brasil.

⁸⁴ Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.

parceira, mas, como uma das instituições que trabalhou na divulgação do projeto e na distribuição de kits: Distribuição pela TV Globo de 2 mil kits para escolas do projeto Amigos da Escola⁸⁵.

A segunda hipótese é sustentável. Pois, é possível averiguar, em cada documento analisado, que cada instituição parceira envolvida começa, em primeiro lugar, a citar àquelas que pertencem a seu grupo: o Canal Futura cita a TV Globo; a SEPPIR faz questão de mencionar o MEC e a Fundação Palmares/Ministério da Cultura. Trata-se de estratégia de realce: dar visibilidade às instituições do mesmo grupo.

O comportamento da SEPPIR se justifica nesse contexto, pois com essas alianças intragovernamentais e extragovernamentais reforça e multiplica suas alianças no sentido de implementação da Lei 10639/03.

Dentro do governo, a missão da SEPPIR sempre foi de provocar um diálogo intersetorial em prol da promoção de políticas públicas da igualdade racial.

O marco institucional da SEPPIR, no Relatório de 2003, confirma este fato:

A Seppir tem por missão acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade racial e ao combate ao racismo. (BRASIL, 2003, p. 8).

No marco institucional da SEPPIR no Relatório de 2004, lê-se: “A Seppir é um órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade e a proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra” (BRASIL, 2003, p. 10).

Pelo fato do Projeto A Cor da Cultura transitar entre o mundo da cultura e da educação, a presença dessas duas instituições governamentais, o MEC e a MinC, são fundamentais. No seu site a SEPPIR não define claramente a função de cada um nessa parceria. Do MEC, encontramos somente algumas notificações. Além de afirmar que foi parceiro, escreve o seguinte na parte consagrada à avaliação desse projeto: “Distribuição pelo MEC/ TV Escola de 75 mil caixas de DVDs para escolas públicas com programas A Cor da Cultura”⁸⁶.

Realmente, este foi o papel do MEC: divulgar e distribuir os kits de materiais produzidos. Além da TV Educativa e TV Escola, o MEC usou dos espaços do Programa

⁸⁵ Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.

⁸⁶ IBIDEM.

Diversidade na Universidade para realizar essa tarefa. Gomes (2009, p. 54) nos informa que, como forma de difusão e formação de professores, foi distribuído, principalmente, para as instituições executoras dos Programas de Inovação de Cursos (programa de apoio aos cursos pré-vestibulares para ingressos de jovens nas universidades) e para os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), o kit didático-pedagógico do Projeto A Cor da Cultura. Este kit foi distribuído, no ano de 2006, para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará.

A análise de outros documentos da SEPPIR possibilita-nos capturar o vínculo “explícito” existente entre políticas de igualdade racial, ações afirmativas e o tema do desenvolvimento econômico multicultural. A primeira vez que comecei a perceber essa relação foi quando iniciei a análise daquele projeto no horizonte da lógica das ações da SEPPIR. Em 2007, Malomalo (2007, p. 58), alertava que as ações da SEPPIR formariam um laboratório para se estudar as relações entre as políticas de ações afirmativas e o desenvolvimento da população negra no horizonte da teoria do desenvolvimento econômico multicultural e tomou-as naquele período como “material antropológico”, objeto de análise, focando no Relatório das Atividades da SEPPIR de 2005.

Transversalidade

O princípio da transversalidade refere-se à perspectiva de incorporação da equidade étnico-racial às diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo. Com esse exercício, pretende-se garantir a melhoria das condições de vida e o exercício da cidadania. Dessa forma, foram definidas as seguintes prioridades:

- (1) Política para remanescentes de quilombos
- (2) Desenvolvimento, trabalho e geração de renda
- (3) Educação e cidadania
- (4) Diversidade cultural e combate à intolerância religiosa
- (5) Saúde e qualidade de vida
- (6) Segurança alimentar e nutricional
- (7) Segurança pública e ordenamento jurídico
- (8) Políticas de relações internacionais

A partir dessas prioridades, são desenvolvidos programas e projetos para a construção da transversalidade nas ações da administração pública. (SEPPIR, 2005, p. 8-9).

Recorrendo-se à história da SEPPIR, pode-se averiguar com a então ministra, Matilde Ribeiro que, em 2003, a SEPPIR se desempenhou no sentido de uma estruturação interna; em 2004, foi o ano do estabelecimento das prioridades (SEPPIR, 2005, p. 8), ou seja, eixos

programáticos que se encontram na citação do Relatório de Atividades de 2005 que acabamos de evocar. Estes temas, como todas as ações da SEPPIR, tomaram corpo nos anos seguintes e são elas que estruturam a administração pública sobre a temática da igualdade racial.

Em 04 de junho de 2009, foi aprovado o projeto nº 6.872/2009, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), que foi idealizado em 2005, com base nas propostas apresentadas na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O PLANAPIR indica, ao Estado, as metas para superar as desigualdades raciais existentes, por meio da adoção de ações afirmativas associadas às políticas universais. Na prática, espera-se que o Plano garantisse o recorte étnico-racial no conjunto das políticas públicas executadas pelo governo, seguindo os princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática. Define, ainda, a alocação de recursos no orçamento da União, por meio do Plano Plurianual.

O seu Comitê de Articulação e Monitoramento é integrado por 15 representantes de ministérios e três da sociedade civil, indicados pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) que têm, entre outras, as seguintes atribuições: propor ações, metas e prioridades, estabelecer metodologia de monitoramento, acompanhar e avaliar as atividades de implementação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades entre os grupos étnicos, por meio de políticas de ações afirmativas, combinadas com políticas universais. São contempladas as demandas dos segmentos socialmente excluídos, como povos indígenas, de etnia cigana, além de negros, abrangendo quilombolas e praticantes de religião de matriz africana.

O PLANAPIR articula-se em torno de doze eixos: 1) Trabalho e Desenvolvimento e Econômico; 2) Educação; 3) Saúde; 4) Diversidade Cultural; 5) Direitos Humanos e Segurança Pública; 6) Comunidades Remanescentes de Quilombos; 7) Povos Indígenas; 8) Comunidades Tradicionais de Terreiro; 9) Política Internacional; 10) Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar; 11) Infra-estrutura e 12) Juventude.

O termo do desenvolvimento, no PLANAPIR, aparece de forma “explícita” no item (1) Trabalho e Desenvolvimento Econômico, e no item (10) Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar. Como já falamos, o “não” uso do termo não significa a “ausência” em termos de conteúdos em outros itens. Tomemos como exemplo dois eixos temáticos. O primeiro é o da “Educação”. Citaremos só três de seus artigos:

I – estimular o acesso, permanência e a melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, quilombolas, indígenas e demais grupos discriminados, em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior, considerando as modalidades de educação de

juvencs e adultos e a tecnol3gica;

II – promover a formaç3o de professores e profissionais da educaç3o nas 3reas tem3ticas definidas nas curriculares nacionais para a educaç3o das relaç3es etnicorraciais e para o ensino de hist3ria e cultura afro-brasileira, africana e ind3gena; [...]

IX – estimular a adoç3o do sistema de reserva de vagas para negros e ind3genas no ingresso 3s universidades p3blicas. (BRASIL, 2009, p. 1-2).

Como se pode observar, o “eixo educaç3o” n3o 3 acompanhado do termo “desenvolvimento”; por3m, quando lemos seus conte3dos do artigo II, como dos outros eixos, percebe-se que o desenvolvimento est3 traduzido nos verbos usados, como “promover”, “combater”, “elaborar”, “capacitar”, “apoiar”, “estimular”, e, sobretudo, nas finalidades das aç3es previstas. O seu artigo II tem por finalidade a capacitaç3o de professores na tem3tica de hist3ria e cultura afro-brasileira, africana e ind3gena com intuito do estabelecimento de uma educaç3o de qualidade que fortaleça a identidade dos alunos desses grupos 3tnico-raciais. O seu artigo IX traz o tema de inclus3o de negros e ind3genas nas universidades p3blicas pela adoç3o de pol3ticas de cotas. Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento econ3mico multicultural, essas aç3es t3m muito a ver com a tem3tica do desenvolvimento.

O segundo eixo tem3tico que levantaremos para ilustrar esta argumentaç3o, 3 o do “Trabalho e Desenvolvimento Econ3mico”.

I – promover a inclus3o e a igualdade de oportunidades e de remuneraç3o das populaç3es negra, ind3gena, quilombola e cigana no mercado de trabalho, com destaque para a juventude e as trabalhadoras domesticas; [...]

III – combater o racismo nas instituiç3es p3blicas e privadas, fortalecendo os mecanismos de fiscalizaç3o quanto 3 pr3tica de discriminaç3o racial no mercado de trabalho (BRASIL, 2009, p. 1-3).

Aqui o desenvolvimento significa inclus3o dos pobres entre os mais pobres: “negros e ind3genas”; efetivaç3o da igualdade de oportunidade; remuneraç3o justa e igualdade. Significa, tamb3m, a responsabilidade do Estado perante as desigualdades raciais existentes no mercado. O nosso foco, nesse trabalho, 3 o desenvolvimento socioecon3mico.

O v3nculo expl3cito dos programas e aç3es da SEPPIR 3 notado quando se analisa os Planos Plurianuais do Governo Lula (PPA 2004-2007 e 2008-2011). Esses documentos s3o constru3dos pelos especialistas de v3rios campos, assessores do governo, sobretudo, aqueles que entendem de desenvolvimento e planejamento. Al3m disso, a SEPPIR tem tido um papel pol3tico a desempenhar no que tem a ver com a pol3tica de promoç3o de igualdade racial.

Outro aspecto in3dito da aç3o governamental na esfera social 3 o Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007, que incorporou a reduç3o das desigualdades raciais como diretriz, com vistas a a aprimoramentos na vers3o de 2008 a 2011, em fase de elaboraç3o. (SEPPIR, 2006).

Do ponto de vista teórico-político, os PPA 2004-2007 e 2008-2011 do Governo Lula atendem em muito aos princípios do novo paradigma do desenvolvimento alternativo. A sua metodologia é do tipo participativo ou democrático: a sua construção, além de ser de responsabilidade do governo, envolve a participação de outros atores não governamentais, da sociedade civil através de fóruns estaduais. O PPA 2004-2007 chamou esse processo de “planejamento participativo” (BRASIL, 2003, p. 30-34); já o PPA 2008-2011 o denominou de “participação social na elaboração, monitoramento e revisão do PPA” (BRASIL, 2007a, p. 44).

A concepção dos Planos Plurianuais do Governo Lula condiz, com o paradigma alternativo do desenvolvimento. Este concebe o Estado como indutor do desenvolvimento; o desenvolvimento é visto como resultado de um trabalho em conjunto entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil.

Nós acreditamos que qualquer estratégia de desenvolvimento soberano no século XXI só sairá do papel se contar com a participação da vontade nacional.

O setor público pode e vai induzir a retomada do crescimento econômico. Mas a iniciativa privada tem um papel insubstituível.

A força-motriz desse processo deve ser a dinâmica das parcerias Estado-Sociedade, público-privado, governamental e não governamental.

Esse é o caminho que está fazendo brotar o Brasil pulsa dentro de nós.

A participação democrática é essencial para que nós mesmos sejamos capazes de construir o presente e o futuro da nossa Nação. (BRASIL, 2007a, p. 2 - Mensagem do Presidente).

A metodologia cooperativa e democrática se fez presente no PPA 2008-2011. “Para o alcance dos resultados do Plano, o Governo irá aprofundar o trabalho cooperativo, cruzando as fronteiras ministeriais e estabelecendo parcerias com o setor privado e os Governos Estaduais e Municipais” (BRASIL, 2007a – Mensagem do Presidente, p. 2). Ou, para convencer o Senado, o Presidente da República reitera na sua mensagem:

A construção deste Plano contou com a participação de segmentos representativos da sociedade efetivada, em cerca de 40 Conferências, sobre diversas políticas públicas, inúmeros fóruns e Conselhos. Essa participação ativa, que será fortalecida na avaliação das políticas a serem implementadas, aprofundará o controle social das ações de governo. (BRASIL, 2007a – Mensagem do Presidente, p. 2).

Outro princípio do desenvolvimento alternativo é pensar de forma dialética o desenvolvimento econômico e social. Reproduzimos, neste trabalho, alguns trechos do discurso de Lula na ocasião da apresentação do PPA 2004-2007 (BRASIL, 2003):

Fizemos sacrifícios, mas estou certo de que eles nos garantiram um chão firme para construir a retomada do crescimento, com a geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social; A essência deste Plano Plurianual é

fazer da justiça social a nova alavanca do desenvolvimento. (BRASIL, 2007a, p. 1).

O trecho abaixo, extraído do Megaobjetivo I (Dimensão Social) “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais” (BRASIL, 2003, p. 59), traduz melhor a concepção do desenvolvimento do Governo Lula:

No que se refere à concepção, a grande diferença reside na integração entre a política social e a política econômica, derivada do modelo de desenvolvimento adotado. O modelo realiza a integração entre, por um lado, a inclusão social e a redistribuição da renda e, por outro lado, os investimentos e o crescimento da renda e do emprego. A universalização dos direitos sociais básicos e a transmissão dos ganhos e de produtividade aos salários estabelecem a sinergia entre as políticas sociais e de investimento, promovendo o crescimento por meio de expansão do mercado de consumo popular. (BRASIL, 2003, p. 61).

O PPA 2008-2011 emerge no contexto de euforia, após o governo Lula ter sido passado no teste do primeiro mandato. Saído fortalecido, o presidente Lula afirmava na sua mensagem:

Os fundamentos da economia estão sólidos e a confiança da sociedade tem propiciado ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos, com redução da taxa de juros e controle da inflação. As reservas internacionais alcançaram patamar histórico, consolidando a estabilidade econômica. (BRASIL, 2007 a, p. 1 – Mensagem do Presidente).

Dessa forma, o governo Lula não tinha necessidade de trocar a sua política econômica do desenvolvimento, senão dar-lhe novas roupagens.

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira responde ao desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais (p. 1)[...]

4. O PPA 2008-2011 organiza as ações do Governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O Plano estabelece as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que são referenciais ao setor privado. (BRASIL 2007a, p. 1 – Mensagem do Presidente).

No PPA 2008-2011 o Governo continua se propondo a ser indutor do desenvolvimento, contando com a participação do setor privado e da sociedade civil. Ele não abandona os dois eixos do desenvolvimento alternativo: crescimento econômico e desenvolvimento social que passam pela inclusão social e a redução das desigualdades regionais. Em termos de número, o Governo pretendia gastar 66,7% no que chamo de desenvolvimento sociocultural, isto é, 56,3% na inclusão social e redução das desigualdades sociais e 10,4% na promoção e expansão da cidadania, contra 33,3% no desenvolvimento socioeconômico; o que ele denomina de “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda” (PPA 2008-2011, 2007, p. 41). Fica claro o peso do investimento social nesse PPA 2008-2011. Referindo-se ao governo anterior,

em 2003, o PPA 2004-2008 afirma: “No modelo do desenvolvimento do passado, as políticas sociais ocuparam espaço marginal na agenda nacional” (BRASIL, 2003, p. 59). Portanto, o governo de Lula veio para pagar essa dívida social.

A metodologia e a concepção do desenvolvimento nos oferecem condições para averiguar o outro princípio do desenvolvimento alternativo: o desenvolvimento como meio de melhoria de vida das populações. A ética política que conduz suas práticas exige que se tenha um olhar especial pelas populações mais pobres. Nesse sentido, os PPA 2004-2008 e 2008-2011 do Governo Lula não decepcionaram.

A Agenda Social, além das mencionadas medidas na área da Educação, compreende um conjunto de iniciativas prioritárias mirando a parcela da sociedade mais vulnerável, tem ênfase nas transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares, no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos, na cultura e na segurança pública. (BRASIL, 2007a, p. 2 – Mensagem do Presidente, p. 2).

No Megaobjetivo, Agenda Social, percebe-se que o Governo Lula dá uma prioridade para a inclusão produtiva das populações pobres; busca ampliar a sua cidadania e acesso a direitos sociais, culturais, políticos e econômicos (BRASIL, 2003, p. 15-16).

As práticas do desenvolvimento da SEPPIR nascem desse trabalho coletivo governamental. Nos dois PPAs a sua marca encontra-se registrada, isto é, cumprimento da sua missão de assessorar o governo sobre a temática racial. No PPA 2004-2007 (BRASIL, 2003, p. 56), esta questão estava presente na “Megaobjetivo I – Inclusão Social e redução das desigualdades sociais”. “Promover a redução das desigualdades raciais” apareceu como o oitavo desafio do Governo Lula, numa lista de dez prioridades. O governo reconheceu, nesse documento, que as desigualdades raciais vividas pela população negra comprometem a evolução do país e a construção de uma sociedade mais justa (BRASIL, 2003, p. 90).

No primeiro objetivo do Governo, “Promover a inclusão social e a redução das desigualdades”, do PPA 2008-2011 (BRASIL, 2007a, p. 84-85), as desigualdades raciais aparecem como um subitem dois, após o de gênero. A meta do governo nesse megaobjetivo é “fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.” O governo tem todo diagnóstico sobre a questão racial e cita as ações que estão realizando no campo da educação: Programas Educação para Diversidade e ProUni. No que diz respeito aos quilombos, cita o Programa Brasil Quilombola.

Entretanto, essa questão não parece encontrar eco no terceiro subitem do PPA 2008-2011, que se dedica à temática da educação. A meta do governo, aqui, é proporcionar o acesso

da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade (BRASIL, 2007a). Como dito, a temática racial não fica demonstrada de forma direta. O governo só cita os programas de cunho universalistas que vêm desenvolvendo. A marginalização da temática racial surge, também, no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007b). Outros pesquisadores, antes de nós, também observaram a mesma realidade (JACCOUD, 2009; GOMES, 2009).

Tudo indica que o governo Lula e o MEC têm dificuldades em tocar de forma aberta nas “políticas étnico-raciais focais para negros”. No Plano de Desenvolvimento da Educação (2007b) não se fala de cotas nas universidades públicas como mecanismo de inclusão; a Lei 10.639/03 não foi mencionada; quando se fala de programa de seleção de livros didáticos e capacitação de professores, esquece-se que, como questões que visam à qualidade e democratização do ensino, devem dialogar com as questões raciais e de gênero, isto é, com os sujeitos históricos. Todavia o ProUni e o Fies são mencionados. Acreditamos que essa menção ao ProUni é devida a sua visibilidade como programa governamental universalista. É dessa forma que a sua dimensão focal, isto é, a sua recorte étnico-racial (afro-brasileira e indígena) passa despercebida. O que é policamente confortável pelo governo, pois mais esse aspecto não aparecer, menos polêmica há de ter na sociedade.

Desse ponto de vista concordamos com a crítica que os estudiosos das políticas públicas de ações afirmativas do Estado vêm fazendo:

De forma geral, pode-se inferir, com a base na análise das trajetórias dos programas, que o campo da promoção da igualdade racial continua carecendo de uma ação coordenadora e da consolidação de uma política que integre e fortaleça as ações iniciadas ou em curso, a partir do estabelecimento de objetivos e metas pactuados. (JACCOUD, 2009, p. 232).

Se de um lado a ação do governo se caracteriza pela ambiguidade, a SEPPIR tem buscado construir o pacto referido na citação no meio do governo, do setor privado e da sociedade civil. No meio negro é preciso uma mobilização maior para se sair da “pobreza política” (PNUD, 2005), no sentido de impor a agenda racial nas políticas públicas governamentais.

Com o lançamento do II PLANAPIR em julho de 2009, pôde-se perceber que a SEPPIR está buscando consolidar a agenda racial, sobretudo, no que diz respeito aos mecanismos de inclusão do negro no ensino básico e superior. Além disso, é nesses dois planos de ensino que a temática do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira tem vislumbrado como uma das suas prioridades; pois, no entendimento de seus gestores, não se pode falar de democratização e de qualidade do ensino sem tocar nesse tema.

2.1.4. Petrobras: A Cor da Cultura como promoção de desenvolvimento e cidadania

Como se pode ver no quadro 04, a Petrobras ficou isolada, acima de outras organizações do Estado, do setor privado e da sociedade civil. A ideia básica que se quer passar é a da sua identidade de uma empresa mista.

A Petrobras é movida pelo desafio de prover a energia capaz de impulsionar o desenvolvimento e garantir o futuro da sociedade com competência, ética, cordialidade e respeito à diversidade.

Somos uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, e atuamos como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia.

Líder do setor petrolífero brasileiro, expandimos nossas operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo até 2020 e estamos presentes em 28 países. O Plano de Negócios 2009-2013 prevê investimentos de US\$174,4 bilhões.⁸⁷

Esse é o perfil da Petrobras, retirado do seu site. A primeira parte retrata a sua missão e seus valores: promover o desenvolvimento da sociedade brasileira baseando-se nos valores de competência, compromisso com a ética, cordialidade e respeito à diversidade.

A segunda mostra que é uma sociedade mista, com a predominância do capital do Estado brasileiro. Além disso, identifica o campo da sua atuação que é a exploração, produção e comercialização da energia. Isto significa que os atores da sociedade civil e do setor privado podem se tornar seus acionistas.

A terceira parte chama mais atenção pelo volume do investimento que tem, tornando-a uma das empresas mais competitivas do mundo. Esse item é, também, importante para se entender o volume do investimento que disponibilizou até 2008 para a realização do Projeto A Cor da Cultura.

Só conseguimos a informação de investimento sobre A Cor da Cultura após um longo tempo de pesquisa. Além disso, deve-se mencionar que é a única instituição, entre todas que investigamos que colocou à disposição do público, as suas contas. É uma questão de transparência; e para os pesquisadores isso pode contribuir no seu trabalho de tradução ou interpretação da realidade social.

⁸⁷ Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>. Acessado em 11 fev. 2010.

Tabela 14: Patrocínios da Petrobrás para Fundação Roberto Marinho

Patrocínios da Petrobras para a Fundação Roberto Marinho – Projeto A Cor da Cultura	Período	Valores
Produção de kit educativo para alunos e professores	2004-2006	R\$ 3.791.521,00
Ação de comunicação	2005-2006	R\$ 1.667.978,00
Projetos de continuidade para 540 mil alunos e 15 mil professores (em negociação)*	2008	R\$ 4.472.350,00
	2009	R\$ 4.472.350,00
Total		R\$ 14.404.199,00

* No valor está embutida a veiculação do programa no Canal Futura - Fonte: Petrobras⁸⁸

A tabela 14 revela que as verbas dos patrocínios foram administradas pela Fundação Roberto Marinho no que diz respeito à produção de kits para professores e alunos, à ação de comunicação e projetos de continuidade, isto é, atendimentos aos professores e alunos.

Por que a Petrobras financiou o Projeto? Acreditamos que tenha sido pelo momento político que o país estava vivendo naquele momento: o compromisso do novo governo Lula, eleito em 2003, em promover a inclusão de negros através das políticas de ações afirmativas, no caso a Lei 10.639/03. Outra razão que julgamos ter contribuído, é que o projeto tem a ver com seus princípios: valorização da diversidade e desenvolvimento humano. Estes aspectos estão inseridos num *link* de um blog da Petrobras que fala sobre a sua parceria no Projeto A Cor da Cultura. O *link* leva até a página “Responsabilidade Social e Ambiental” e no sublink “Desenvolvimento e Cidadania Petrobras”. Encontramos as informações que precisamos para fundamentar a nossa argumentação, segundo a qual existe uma relação direta entre a temática do desenvolvimento e as ações afirmativas na visão da Petrobras.

Esse primeiro trecho remete ao objetivo principal dessa pesquisa: encontrar a relação entre o tema de desenvolvimento e os programas de ações afirmativas.

O programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras é resultado de um conjunto de esforços. Elaborado com a participação de membros das diferentes áreas da Petrobras, representantes da sociedade civil e do governo, seu conteúdo reflete o compromisso da empresa em contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, gerando a inserção social, digna

⁸⁸ PETROBRAS. Blog. Disponível em: < <http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados/?p=3847>>. Acessado em 9 fev. 2010.

e produtiva, de pessoas e grupos que vivem em risco social no Brasil.

Serão investidos recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhões, no período de 2007 a 2012, em projetos que promovam desenvolvimento com igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais.⁸⁹

O que importa, nesse contexto, é dizer que uma das razões de a escolha de A Cor da Cultura, foi por causa dessa ligação que o mesmo tem com a temática do desenvolvimento e cidadania. Até o momento encontra-se no site da Petrobras, no sublink “Educação para a qualificação profissional”, pelo motivo de ter como objetivo a capacitação dos professores e a formação dos alunos da temática da cultura e história afro-brasileira instituída pela Lei 10.639/03. O segundo trecho, que é a continuação do anterior, ressalta alguns aspectos políticos do Programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras.

O programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras prevê a continuidade das ações bem sucedidas no Programa Petrobras Fome Zero, com um horizonte de atuação ampliado e um processo de gestão dos investimentos sociais aprimorado pela empresa. São temas transversais: gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, pescadores e outros povos e comunidades tradicionais. O programa tem como meta atender 4 milhões de pessoas diretamente e outros 14 milhões indiretamente em todo o território nacional, e pretende alcançar ainda, com ações de comunicação e difusão da cidadania, outros 27 milhões de pessoas.

Formulado em alinhamento ao Plano Estratégico 2012 e considerando o mesmo horizonte de tempo do Plano de Negócios da Companhia, esse programa confirma a determinação da Petrobras em aliar seu crescimento ao desenvolvimento sustentável.⁹⁰


Quem não lembra da bandeira política do governo Lula no primeiro mandato (2003-2006): Fome Zero? 2003, além de ser um ano de propaganda política em torno da temática racial, foi, também, o início da sua efetivação com a criação da SEPPIR e da instituição da Lei 10639/03. O Projeto A Cor da Cultura nasce nessas circunstâncias.

⁸⁹ Disponível em: <

<http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/index.asp&lang=pt&area=rsa>.
Acessado em 11 fev. 2010.

⁹⁰ IBIDEM.

Quadro 5: Desenvolvimento e Cidadania Petrobras

Desenvolvimento e Cidadania Petrobras	
	<p>A Cor da Cultura</p> <p>Projeto que tem como objetivo colaborar para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e para a ampliação e educação das relações étnico-raciais de crianças, jovens e educadores, disseminando conteúdos teóricos e práticos sobre o tema, através de programas televisivos a serem exibidos em todo o país e do uso sistemático dessa programação em ações educativas, com distribuição de kits pedagógicos e capacitação de educadores de escolas públicas.</p> <p>O projeto é uma parceria da Petrobras, da Fundação Roberto Marinho, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Centro Brasileiro de Identidade e Documentação do Artista Negro (CIDAN). Possui dois grandes programas que valorizam a cultura negra: O Mojobá e o Heróis de Todo Mundo.</p> <p>O Programa Mojobá mostra a riqueza do patrimônio dos afro-descendentes, relacionando-o aos movimentos de resgate da cultura local e hábitos atuais do povo brasileiro. As manifestações populares que fazem parte de uma herança cultural intangível que veio da África e moldou a identidade brasileira, integrando o cotidiano das comunidades - transmitidas oralmente, através de ritos, festas ou tradições.</p> <p>O Programa Heróis de Todo o Mundo traça um paralelo sobre os diversos papéis que africanos e afro-descendentes assumiram na história do Brasil, trazendo-os como protagonistas dos acontecimentos, faz homenagens a 15 personalidades inéditas reconhecendo a presença dos negros na construção de nossa História.</p>

Fonte: Petrobras (Adaptação do autor)⁹¹.

Desenvolvimento significa, na perspectiva de Petrobras (quadro 5), preservação do patrimônio cultural da nação brasileira, baseando-se no princípio do respeito à diversidade étnico-racial. Significa mais; a promoção de uma educação de qualidade; promoção da cidadania; mas, não só isto. Ter os nomes de grandes parceiros governamentais e da sociedade civil, para ele, também é um bom negócio político e econômico: reprodução de uma boa imagem da empresa e da nação brasileira representada pelo governo em exercício.

2.2. Impactos do projeto: a avaliação de Kappel

Pretendemos, nessa seção levantar alguns dados a partir da avaliação da empresa “Innova: Assessoria e pesquisa”, coordenada por Maria Dolores Bombardelli Kappel, no Rio de

⁹¹ Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>. Acessado em 11 fev. 2010.

Janeiro, em março de 2008, para o entendimento dos impactos do Projeto Cor da Cultura. A Avaliação Kappel (2008) teve por objetivo: “Conhecer, de maneira abrangente, formas de desenvolvimento do Programa [A Cor da Cultura] nas diferentes realidades, bem como suas potencialidades, limites e avanços na proposição e no desenvolvimento articulado de políticas e ações locais, com a finalidade de valorizar o patrimônio” (KAPPEL, 2008, p.1).

A coleta dos dados foi feita entre 26 de novembro e 7 de dezembro de 2007. Focalizou-se no universo de professores e gestores municipais capacitados que atuam ou atuaram nas ações do Programa. Empregou a pesquisa quantitativa, através de questionários – gestor e professor - com perguntas fechadas (em sua maioria), elaborados pela equipe da empresa “Inova Pesquisa e Assessoria”. A técnica de coleta usada foi a de entrevistas por contato telefônico (*Internáutica Call Center*). Quanto à coleta dos dados, para o preenchimento dos questionários no momento da entrevista, foi utilizado um aplicativo em ASP e o armazenamento das informações em SQL-SERVER. A amostra e os fatores de ponderação foram feitas a partir de um Plano Amostral, realizado pela empresa OVERVIEW (KAPPEL, 2008).

A avaliação de Kappel (2008) tende a ser uma abordagem quantitativa. Além da introdução e conclusão, o documento contém três partes. O interessante desse documento é que ele nos fornece dados para avaliar a participação dos beneficiados. Até certo ponto, podemos afirmar que é o único documento que nos permite avaliar o pacto do projeto no meio do público-alvo.

Na sua introdução, o documento de Kappel (2008) discute o espaço investigado. O seu primeiro quadro traça o perfil de gestores pesquisados, segundo as unidades da Federação. Foram no total, 420 entrevistados (100%), sendo 23 (5,5%) na Bahia; 18 (4,5%) em Maranhão; 52 (12,4%) em Mato Grosso do Sul; 10 (2,4%) no Pará; 80 (19 %) no Rio de Janeiro; 111 (26,4) no Rio Grande do Sul, e 126 (30%) em São Paulo.

O sexto quadro retrata o perfil dos professores pesquisados, segundo as unidades da Federação. Foram no total, 2.068 entrevistados (100%), sendo 254 (12,3) na Bahia; 169 (8,2%) em Maranhão; 5140 (6,8%) em Mato Grosso do Sul; 120 (5,8%) no Pará; 475 (23 %) no Rio de Janeiro; 394 (19,1) no Rio Grande do Sul, e 515 (24,9%) em São Paulo.

O método de avaliação que se pretende aplicar fundamenta-se na análise das opiniões dos professores e gestores entrevistados pela Kappel (2008), levando-se em conta esses critérios: escolha de um ou mais ponto(s) positivo(s) ou negativo(s) dentro de seus discursos traduzidos nos quadros ou tabelas e a sua interpretação a partir do referencial teórico-

metodológico e objetivos desta pesquisa. Esse público é, além dos alunos, peça-chave para a efetivação das políticas públicas de ações afirmativas em educação no país.

A primeira parte da avaliação de Kappel (2008) descreve as informações fornecidas pelos professores entrevistados. Em relação ao seu perfil destacam-se esses dados:

Quadro 6: Perfil dos professores

PERFIL DOS PROFESSORES	
1)	Participantes da pesquisa – 2.068 professores (88,4% mulheres);
2)	92,6% possuem ensino superior (5,4% com mestrado e 0,5% com doutorado);
3)	51,3% se declararam negros ou pardos (BA 94,9%);
4)	A maior parte tem mais de 34 anos (79,3%);
5)	70,3% são de religião Cristã (católicos 57,5% e evangélicos 12,8%);
6)	Muitos trabalham mais de 30 horas por semana, numa única escola, em mais de um turno, especialmente pela manhã e à tarde;
7)	Muitos ganham mais de 4 salários mínimos por mês (62,6%);
8)	88% alegaram ter computador em casa (77% com acesso à Internet).

Fonte: Kappel (2008, p. 18) (Adaptação do autor)

O quadro 6 retrata a identidade dos professores avaliados, e esta questão é fundamental para a teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Do ponto de vista da identidade de gênero e religiosa, há desigualdades absolutas: participaram 88,4% de mulheres contra 11,6% de homens; há mais cristãos 70,3% (católicos 57,5% e evangélicos 12,8%). Porém, do ponto de vista da identidade racial, tende haver uma desigualdade “não acentuada”, comparativamente às duas anteriores: 51,3% de professores participantes declararam-se negros, com ressalva que na Bahia há uma hegemonia negra (94,9%).

Kappel (2008) não nos explica sobre os critérios estabelecidos para a participação de cada professor. Não sabemos se foi uma convocação; ou se foi uma capacitação para todos os professores na hora de trabalho; ou se o critério foi a identidade. Esse último critério, mesmo sendo juridicamente condenável, às vezes, é aplicado: os responsáveis, geralmente, encaminham professores que se identificam à temática ou tenham desenvolvido trabalho nessa linha. Impera, aqui, geralmente, a identidade étnica: identificação com a cultura afro-brasileira; às vezes, esta se mistura com a identidade racial: encaminha-se um(a) professor(a) por ser negro(a).

Quando interpretados à luz de outro quadro, chamado por Kappel (2008, p. 9) de “desdobramentos e contribuição do programa segundo os professores”, mais novas

informações aparecem relativas à compreensão dos impactos de A Cor da Cultura e do quadro 6.

Entre os pontos positivos presentes na avaliação (KAPPEL, 2008, p. 9), observa-se que o projeto alcançou seus objetivos, conforme a opinião dos professores. A visibilidade da cultura afro-brasileira: Os professores consideram, de forma praticamente unânime, que o A Cor da Cultura contribuiu para dar mais visibilidade às culturas africana e afro-brasileira (96%). Houve interesse dos alunos: O tempo decorrido desde a implementação do Programa nas escolas não fez diminuir o interesse dos alunos. Este interesse varia conforme a identidade geracional e racial: 1/3 dos entrevistados considera que os alunos mais velhos e os alunos afro-descendentes demonstram mais interesse do que os demais. Transmissão dos valores civilizatórios afro-brasileiros: A maioria dos professores passou a exercitar mais a escuta e o diálogo com seus alunos, relatam 79,7% dos pesquisados (% menor no PA e MA). Sensibilizar e capacitar para práticas educativas afirmativas que passe pelo uso de materiais didáticos que favorecem a construção de identidades positivas: “A maioria dos professores passou a considerar os princípios defendidos pelo Programa na escolha dos livros didáticos do MEC, conforme opinam 60% dos entrevistados”.

Na mesma página 9, a avaliação detectou que “40% dos entrevistados dizem que os alunos Cristãos têm menos interesse pelo Programa e por seus materiais do que os demais (BA 69,2%)” (KAPPEL, 2008, p. 9). Esse dado aponta para o fenômeno da resistência da parte de uma parcela da população em relação à cultura afro-brasileira. O que a literatura aponta é que a identidade religiosa dos sujeitos envolvidos num projeto que pode ser um fator facilitador, assim como dificultoso. No caso da cultura afro-brasileira, o preconceito que se tem a elas tem impedido a realização de um diálogo intercultural digno.

O relatório Kappel (2008) avalia de forma positiva a questão do acesso e a aceitação dos materiais, levando-se em conta a opinião dos professores:

O site do Programa é conhecido pela maioria dos professores, segundo metade do total de entrevistados.

Os programas veiculados pela TV também foram vistos, pelo menos uma vez, por uma parcela significativa de professores (54%).

Cerca da metade dos entrevistados afirma que os professores têm recorrido às leituras complementares sugeridas nos diferentes materiais.

A grande maioria dos professores das escolas envolvidas já usou algum dos materiais do Kit, relatam os pesquisados (78,3%).

Independentemente do turno em que leciona, a grande maioria avalia que os materiais do Kit estão preservados e disponíveis quando procurados (94,6).

47,1% consideram que a variedade de materiais do Kit é suficiente; Houve reprodução de materiais para atender a um maior número de interessados (26,5%).

A proporção de professores, segundo a indicação de acesso aos materiais pelos sujeitos foi essa: entre alunos, houve 71% de acesso, contra 4,3%, de não acesso; entre professores, 82,2% contra 1,1%; entre funcionários, 43,3% contra 25,5%; entre pais e familiares, 46% contra 14,3%; na comunidade externa 52,3% contra 11,7%. (KAPPEL, 2008, p. 10).

A questão do acesso ao material produzido nos remete ao item da participação social dos beneficiados de um programa. Baseando-se nesse item, o que se pode concluir, é que A Cor da Cultura respeitou um dos princípios de desenvolvimento alternativo, que é a democratização do projeto que passa pela participação dos agentes envolvidos e dos bens produzidos: saberes afro-brasileiros.

A segunda parte da avaliação de Kappel (2008) traz as opiniões de gestores, cujos perfis encontram-se abaixo. Está se referindo aos gestores de modo geral, não só àqueles que trabalham no âmbito escolar.

Quadro 7: Perfil dos gestores

BREVE PERFIL DOS GESTORES
1) Participantes da pesquisa: 420 (89,6% mulheres);
2) 90,8% possuem ensino superior (6,7% com mestrado e 0,6% com doutorado);
3) 60,7% não costumam acessar o site do A Cor da Cultura na Internet;
4) 30,7% acessam o site e avaliam que “é um apoio importante para os professores”;
5) 47,8% não assistem aos programas veiculados pela TV;
6) Dos que assistem, a maior parte (36,2%) vê a programação pelo canal Futura.

Fonte: Kappel, 2008, p. 18 (Adaptação do autor)

Observa-se que a maioria de gestores municipais desconhece os conteúdos trabalhados no projeto: 60,7% não acessaram o site de A Cor da Cultura; 47,8% não assistiram aos programas veiculados pelos canais de televisão parceiros. Além disso, é sabido que o argumento de “falta de tempo” tem levado muitos gestores a não participar, ativamente, dos projetos.

Dessa forma, as opiniões positivas por parte de gestores municipais, devem ser interpretadas, num primeiro momento, como opiniões dos que conhecem os materiais produzidos. É nesse quadro que entendemos esse dado revelado por Kappel:

Ampla aceitação do Programa: 100% de gestores da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro e 97,6% do Rio Grande do Sul e de São Paulo, respectivamente, afirmaram que o Programa contribuiu para aumentar a visibilidade da cultura africana e afro-brasileira. Relacionar-se-ia ao ponto 4: 30,7% acessam o site e avaliam que “é um apoio importante para os professores. (KAPPEL, 2008, p. 17).

Outra explicação poderia vir dos quadros a seguir: o quadro 8 que retrata as mudanças percebidas após a implementação do Programa pelos gestores escolares e o quadro 9 que traduz os desdobramentos e contribuições do projeto segundo gestores. Apesar de não ficar muito claro no documento avaliado, pelo foco dado, acreditamos estar se referindo aos gestores ligados às escolas e secretarias de educação municipais e estaduais.

Quadro 8: Mudanças percebidas pelos gestores

MUDANÇAS PERCEBIDAS PELOS GESTORES
<p>1) Alunos (79%) e professores (85,3%) estão mais sensíveis quanto à necessidade de eliminação de práticas discriminatórias;</p> <p>2) A maioria dos professores das escolas prioriza a discussão dos temas (75,6%) e tem facilidade para articulá-los aos conteúdos de suas áreas e disciplinas (59,5%).</p>

Fonte: Kappel, 2008, p. 22 (Adaptação do autor)

A segunda explicação seria a de que, os gestores, conhecendo ou não programas/os conteúdos do projeto, começaram a perceber as mudanças que este trouxe na vida dos alunos e professores; conscientizaram-se sobre a temática étnico-racial e sensibilizaram-se no sentido de enfrentamento das práticas discriminatórias. É dessa forma que uma boa parte dos professores busca estabelecer um diálogo interdisciplinar a partir das africanidades.

Quadro 9: Desdobramentos e contribuições do Projeto

DESDOBRAMENTO E CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO, SEGUNDO GESTORES
<p>1) O Programa atende, expressivamente, ao Ensino Fundamental (cerca de 70%)</p> <p>2) O Programa foi expandido para outras escolas (segundo 1/3 dos gestores), por iniciativa da Secretaria, especialmente no RS e na BA;</p> <p>3) A Secretaria definiu políticas ou novos projetos/ações, a partir do A Cor da Cultura, segundo 54,3% dos gestores.</p>

Fonte: Kappel, 2008, p. 21

A terceira explicação seria essa: conhecendo ou não os conteúdos do Projeto A Cor da Cultura, os gestores escolares perceberam os desdobramentos e contribuições que ele trouxe no âmbito escolar: a sua aplicação ampla no ensino médio; a sua ampliação em outras escolas e iniciativas de Secretaria da Educação. A avaliação aborda, também, a questão do planejamento do A Cor da Cultura na perspectiva dos gestores em geral. Discutiremos as informações fornecidas por Kappel (2008, p. 19) destacando os pontos relativos com a construção do multiculturalismo no campo da educação no país.

“Confirmada por 43,5% dos gestores a existência anterior de políticas e ações culturais e educativas voltadas para a valorização das culturas africana e afro-brasileira, seja no âmbito da Secretaria, seja em articulação com outras secretarias” (KAPPEL, 2008, p. 19). Primeiramente, o número indicado nem chega à metade. Isto aponta para a invisibilidade do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras nas escolas investigadas. Segundo, os gestores não nos informam sobre as metodologias e conteúdos usados nessas iniciativas feitas antes da implementação do Projeto A Cor da Cultura. O que sabemos, na prática, é que antes da publicação da lei 10.639/03 e, até hoje, poucos educadores tiveram uma formação sobre a educação das relações raciais, a história e cultura africana e afro-brasileira e sobre as novas propostas da pedagogia da diversidade como a proposta do Projeto Cor da Cultura. Será que essas iniciativas se resumiam numa simples comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro? Ou foram construídas a partir das propostas emancipatórias?

“Equipes da Secretaria Municipal de Educação participam, de forma sistemática e expressiva, do planejamento das atividades do Programa” (KAPPEL, 2008, p. 19). A pergunta que se deve fazer é essa: como um agente educador pode participar numa reunião de planejamento das atividades de um projeto, se não conhecem seus conteúdos, como já foi apontado em algum lugar nesse trabalho. Qual foi a sua contribuição? Será que delegaram professores da rede que participaram do projeto para representá-los?

Os três pontos, a seguir, levantados na avaliação, só mostram o quadro grave da falta de responsabilidades dos gestores municipais no projeto: “Foi baixo o investimento das Secretarias Municipais na execução do Programa nas escolas (formação continuada). Acompanhamento às escolas: inexistente, segundo 40,5% dos gestores (MA 42,8% - uma visita a cada 2 meses)” (KAPPEL, 2008, p. 19). Essa última informação mostra a falta de práticas de transparência e de democracia por parte da execução do projeto na mão dos gestores municipais: “*Participação restrita de parceiros externos* (universidades, ONGs, movimentos sociais etc.) no planejamento do Programa, em nível local” (KAPPEL, 2008, p. 19).

Na terceira parte, os avaliadores colocaram alguns destaques em termos de conclusões sobre o projeto:

Quadro 10: Destaque do projeto

DESTAQUES DO PROJETO SEGUNDO A AVALIAÇÃO – 2008
<p>1) O Programa configura-se, hoje, como a iniciativa mais estruturada e sistemática em torno da valorização da cultura africana e afro-brasileira, ajudando a reduzir o “fenômeno da invisibilidade” nas escolas participantes;</p> <p>2) Houve aumento da sensibilidade de professores e alunos contra práticas discriminatórias;</p> <p>3) O Programa começou a criar raízes em boa parte das escolas (mediante a revisão de propostas curriculares, a discussão do projeto político-pedagógico ou criação de grupos de estudo em torno dos temas);</p> <p>4) Limites e desafios: o baixo investimento financeiro das SME; a fluidez ou inexistência de acompanhamento pelos órgãos municipais; a participação restrita de outros atores no planejamento das ações (universidades, ONGs e outros grupos culturais e religiosos etc.).</p>

Fonte: Kappel, 2008, p. 23 (Adaptação do autor)

Queremos fazer dois comentários fundamentando-nos na bioepistemologia. Primeiro, a nossa experiência como educador e como ativista negro, tem revelado o potencial que o Projeto Cor da Cultura traz no sentido de construção de um espaço democrático de processo de ensino e aprendizagem sobre a temática da diversidade e das africanidades. Não vamos negar que não temos encontrado resistências; como não daria também para dizer que tenho encontrado muitos de meus alunos, universitários, ensino básico, professores e atores de movimentos populares que se encantam com esse tema e quer usá-lo como forma de superar preconceitos, de enfrentamento das práticas discriminatórias existentes na sociedade.

Segundo: queremos levantar algumas questões que a literatura vem apontando: o baixo investimento financeiro, por parte dos órgãos públicos sobre essa temática, é uma questão política. A crença na democracia racial (JACCOUD, 2009), na ideia segundo a qual a temática racial não traz votos, a falta de uma pressão política do Movimento Negro e da sociedade civil brasileira sobre esse assunto e, enfim, a falta de uma representatividade política negra nas instituições políticas do país (PAIXÃO; CARVANO, 2008) são lá algumas razões que explicariam o quadro grave e triste da ausência das Secretarias Municipais nessa causa.

2.3. Considerações finais e recomendações

Estabeleço, nesta seção, um diálogo com as recomendações feitas pelos avaliadores do Projeto A Cor da Cultura: Kappel e Valter Roberto Silvério (2008). As recomendações de Kappel devem ser interpretadas como um diálogo com o financiador e os parceiros envolvidos, o que não quer dizer que não tenha uma importância para a sociedade como um

tudo. Essa avaliação, como já escrito por nós, é de modelo quantitativo. As recomendações de Kappel (2008) encontram-se na terceira parte do seu documento e são estas:

Quadro 11: Recomendações

RECOMENDAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1) A importância de investimentos na formação dos professores, para que possam desenvolver o Programa com maior segurança; 2) A necessidade de interação com outras escolas, para que possam discutir em profundidade as complexas temáticas abordadas, como as questões religiosas, por exemplo; 3) A relevância de um acompanhamento mais sistemático do canal Futura junto às escolas; 4) A importância de priorizar, sobretudo nos processos formativos, a discussão dos resultados da pesquisa. 5) Considerando a diversidade regional, para aprofundar o conhecimento/compreensão dos limites e avanços do Programa, recomenda-se a realização de grupos focais, em cada uma das Unidades da Federação pesquisadas.

Fonte: Kappel, 2008, p. 28 (Adaptação do autor)

A avaliação de Kappel é diferente da proposta efetuada pelo sociólogo e ativista do Movimento Negro, Valter Roberto Silvério, sobre A Cor da Cultura. Esta é uma reflexão sociológica que aborda as políticas de ações afirmativas no campo da educação em curso no país, especialmente, àquelas ligadas à lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Fundamentamo-nos nessa última para discutir alguns pontos levantados por Kappel (2008). Os pontos levantados por esta avaliadora foram encarados, por Valter Roberto Silvério (2008, p. 13), como desafios a serem enfrentados pelos formuladores do Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03. Uma das inovações da avaliação de Silvério é que aponta os limites dos produtos do Projeto Cor da Cultura diante dos desafios propostos pela lei 10.639/2003. O sociólogo retoma as três críticas feitas pelos especialistas e ativistas que participaram do *workshop* realizado pela UNESCO e MEC/Secad entre os dias 06 e 07 de novembro de 2007:

O primeiro se refere às precárias condições institucionais da SECAD para que o Ministério da Educação assumira um papel ativo na relação com os diversos atores envolvidos na implementação da Lei. O segundo se refere à baixa frequência e ou ausência de inter-relações entre os diferentes entes federativos, sendo este um problema estrutural da gestão de políticas educacionais, que dificulta imensamente o atendimento às demandas de institucionalização da Lei, principalmente considerando a inexistência de

dotação orçamentária específica. E o terceiro, envolve a complexidade de intervir, simultaneamente, na formação inicial e continuada de professores e gestores, sem contar com programas de produção e distribuição de materiais didáticos, e sem uma orientação objetiva no interior do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da importância de incorporar em seus conteúdos a temática das Relações Raciais, de acordo com a Resolução CNE/CP 1/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes para esse fim. (SILVÉRIO, 2009, p. 5).

O primeiro ponto, que diz respeito à SECAD, tem muito a ver com a concepção de “secretaria de promoção de igualdade racial” no nosso país. Ela é truncada, pois, geralmente nasce com uma concepção das relações da democracia racial fundamentada na ideologia da democracia racial. É essa visão, truncada, que se desdobra em outros dois pontos levantados pela citação acima: baixos investimentos financeiros e políticos para essas secretarias; falta de um diálogo construtivo entre os diferentes entes federativos, estaduais e municipais, sobre a educação étnico-racial; ausência de uma visão de políticas públicas de formação de professores baseada numa perspectiva da complexidade. Além de uma visão truncada das relações raciais, achamos que falta ainda um compromisso político com a população negra. Como já expusemos em outro lugar, neste texto, a “pobreza política” da população negra seria uma das razões desse comportamento dos gestores públicos. Pois, muitos não se intimidam e continuam agindo de forma indiferente no que diz respeito à realização de seus direitos.

O quadro político problemático, que dificulta a implementação de políticas de ações afirmativas em educação referente à Lei 10639/03, pode ser ilustrado com um exemplo retirado do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 que comporta as ações da SEPPIR (2009). Os dados presentes nesse relatório chamaram a nossa atenção em relação aos três pontos. Primeiro, o orçamento previsto, para o ano de 2008, era de 37.489.860 R\$. Porém foram liberados somente 24.524.761 R\$. O segundo remete-nos ao orçamento previsto para o Programa Brasil Quilombola (programa finalístico do governo) e os programas que fazem parte das ações não finalísticas chamadas de Promoção de Políticas Afirmativas para Igualdade Racial. Foram previstos 53.403.042 R\$ para o primeiro programa, mas só foram realizados 12.370.840 R\$ (23,17%). Para o segundo programa, esperava-se 18.817.423 R\$, mas só foram liberados R\$ 11.003.762,00 (58,48%). O Projeto A Cor da Cultura, financiado pela Petrobras, recebeu um investimento maior do que algumas ações afirmativas do governo: 14.404.199 R\$. Enfim, no que diz respeito às ações de apoio à implementação da Lei nº 10.639/03, foram previstas 400 ações no âmbito da SEPPIR em 2008, porém nenhuma foi realizada.

Os gestores da SEPPIR e do Governo são cientes dessa situação, pois o relatório é avaliado como atividade governamental que faz parte do Plano Plurianual 2008-2011

(BRASIL, 2007 a). A conclusão tirada, relativa aos principais resultados obtidos do programa de ações afirmativas executada pela SEPPIR em 2008, foi essa: “abaixo do esperado”. A justificativa que se deu a respeito foi essa:

Identifica-se como elementos restritivos, a considerar a insuficiência de mecanismos continuados, a falta de conhecimento da questão racial como base para a baixa compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas pelos gestores e diferentes níveis da administração, a insuficiência de recursos materiais, infra-estruturais e humanos e ainda restrições orçamentárias e financeiras. (SEPPIR, 2008, p. 21).

O que se pode dizer é que é lamentável a situação marginal que enfrentam as políticas de promoção da igualdade racial em educação. O trecho acima aponta a disputa política na qual ela está inserida. Ela ocupa um lugar ainda marginal.

No plano da política educacional, no período em que se discutia a elaboração de um Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a seu respeito, Silvério anotou esses desafios que há de enfrentar:

O desafio de construir o referido Plano Nacional foi estruturado em torno de seis eixos temáticos: fortalecimento do marco legal, política de formação para gestores e profissionais da educação, política de material didático e para-didático, gestão democrática e mecanismos de participação social, condições institucionais, avaliação e monitoramento. (SILVÉRIO, 2009, p. 14).

Na mesma ocasião, Silvério (2008, p. 14) ressaltou que o MEC/SECAD e a UNESCO, dando prosseguimento ao planejamento e à realização dos Diálogos Regionais, participaram, juntamente com outros parceiros que compõem o Grupo de Trabalho (ABPN, Ação Educativa, ANPEd, SEDH, CADARA, CEERT, CMIR, CNE, CONSED, SEPPIR, UNDIME, UNICEF)⁹². Para ele, estas oportunidades de compartilhar a percepção da realidade, que precisamos mudar e de traçar metas e estratégias por meio de oficinas sobre cada eixo temático ampliando, progressivamente, o número de atores estratégicos comprometidos com a realização do Plano Nacional, contribuí para o alcance dos objetivos do plano:

- 1) Garantir a institucionalização da Lei 10.639-2003 no âmbito de todo o Ministério da Educação e nas gestões municipais e estaduais de educação, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento, como política de Estado.

⁹² Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Comissão Técnica Nacional de Diversidade de Assuntos relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA); Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT); Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial (COMIR); Conselho Nacional da Educação (CEN); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

- 2) Fortalecer o papel promotor e indutor do MEC, com relação à efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, em todo o país;
- 3) Acelerar o ritmo de implementação da Lei 9394/96 (LDB), alterada pela Lei 10.639/03, em todo o território nacional, de forma a cumprir o previsto na Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação.

Em 13 de maio de 2009 foi lançado o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, dentro deste, os desafios evocados por Silvério foram incorporados (BRASIL, 2009b, P. 28).

A finalidade principal do Plano é essa:

O Plano tem como finalidade intrínseca a institucionalização da implementação da Educação das Relações Etnicorraciais, maximizando a atualização dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis 10639/2003 e 11645/08, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004. O Plano não acrescenta nenhuma imposição às orientações contidas na legislação citada, antes busca sistematizar essas orientações, focalizando competências e responsabilidades dos sistemas de ensino, instituições educacionais, níveis e modalidades.

O texto do Plano Nacional foi construído como um documento pedagógico que possa orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais na implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008. (BRASIL, 2009b, p. 16).

É importante salientar o processo pedagógico e o momento político do lançamento desse Plano. Ele é resultado dos diálogos anteriores entre os representantes do MEC/SECAD, da UNESCO, da SEPPIR, dos movimentos sociais e negros, de grupos de trabalhos. Chama atenção a apresentação do documento feito, juntamente, entre os ministros da educação e da SEPPIR, Fernando Haddad e Edson Santos:

O Plano que apresentamos resulta de mobilização e esforços de muitas instituições, como a UNESCO, o CONSED, a UNDIME, de nossos Ministérios e também da contribuição de intelectuais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nesta oportunidade registramos nossos agradecimentos pelo empenho de todos, cientes de que a mobilização, o empenho e os esforços devem se manterem ativos pois não há qualidade social da educação sem a efetiva participação das famílias e das comunidades.

Que este documento seja passo decisivo para a construção de uma educação com qualidade social e de uma sociedade mais justa e equânime são nossos votos e nosso compromisso. (BRASIL, 2009b, p. 5).

Teoricamente falando, a aproximação da SEPPIR e do MEC assinalado nesse documento, aponta uma nova era da institucionalização da Lei 10.639/03, através do lançamento desse Plano. Os dois ministros sabem, muito bem, que dele depende um projeto do desenvolvimento econômico multicultural digno da nação brasileira e do povo negro brasileiro.

Finalizamos afirmando que, para além do papel de indutor que o Estado deve desempenhar nesse processo, a realização de A Cor da Cultura nos interpela no sentido de contarmos, inclusive, com a responsabilidade social, inteligência científica e política, e meios financeiros das organizações do setor privado e da sociedade civil. Destacaria, aqui, o papel que as redes do ensino superior particular terão de desempenhar por causa da sua situação hegemônica no campo educacional. Além disso, apesar das críticas contra a má qualidade de ensino que algumas de suas instituições oferecem, é preciso contar com essa rede. O sucesso da política de inclusão do ProUni tem mostrado que a sua participação no processo da cidadania nacional pode se tornar efetiva à condição de existir um monitoramento da parte do Estado e da sociedade civil.

CAPÍTULO II: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NO ENSINO SUPERIOR

Introdução

Desde o início da minha investigação quis evitar o tema de cotas, pois achava que era o tema mais discutido e, além disso, não permitia avançarmos com as novas discussões. Mas, durante a redação da última parte desse trabalho ligada à avaliação de programas, me convenci da possibilidade e necessidade de abordá-lo com o enfoque novo que venho sugerindo. A minha suspeita é que as políticas de cotas também se constituem em termos de projeto de desenvolvimento da população negra nos espaços marcados pela sua ausência. O ensino superior é, e deve ser, o lugar de expansão das potencialidades da sua juventude.

Assim, resolvi correr atrás das fontes para verificar essa minha hipótese. Correr atrás de fontes significa, do ponto de vista da “teoria de avaliação da quinta geração”, identificar os informantes: sujeitos ou documentos. Entre tantas outras publicações em relação às políticas de ações afirmativas e cotas no ensino superior, decidi ficar com essas que hei de apresentar. A sua escolha é devida pela sua correspondência com os objetivos da minha investigação e, sobretudo, pela economia da pesquisa. Todas são avaliações sobre o tema a ser analisado.

A primeira avaliação, “Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes” de José Luís Petruccelli (junho de 2006), está vinculada ao Laboratório de Políticas Públicas e Projeto Política da Cor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A segunda avaliação, “Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder” (outubro de 2006), foi coordenada por Delcele Marscarenhas Queiroz, professora do departamento de educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e por Jocélio Teles dos Santos, professor do departamento de antropologia que, na época, era diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A terceira avaliação intitula-se “A produção da desigualdade ao ensino superior brasileiro: Um estudo de caso”. Trata-se de apresentação da pesquisa da professora Vera Lúcia Benedito no seminário “Políticas públicas, desenvolvimento econômico e relações raciais no século XXI” em 13 de outubro de 2008, na Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara. Esta última pesquisa fez parte de um levantamento nacional cujo objetivo principal consistia em avaliar “o estado da arte” da adoção das políticas afirmativas

no ensino superior. “Mais de vinte pesquisadores foram recrutados para a condução das pesquisas de campo, e a mim coube avaliar o impacto dessas políticas públicas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, localizada na cidade de Dourados, no centro-oeste brasileiro” (BENEDITO, 2008, p. 2). A pesquisa da Vera Lúcia Benedito realizada em 2006, foi patrocinada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Unesco.

A quarta fonte é o quinto item: “Acesso ao Ensino Superior”, do quarto capítulo, “Desigualdades de Cor ou Raça no Acesso ao Sistema do Ensino” do “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008”, organizado por Marcelo Paixão e Luiz M. Carvano em 2008.

Alguns meses antes do fechamento desse capítulo, durante o I Fórum de Ensino Superior sobre os Desafios de Ensino da História e Cultura Africana e Indígena (organizado pela Coodenadoria do Negro (CONE) da Prefeitura Municipal de São Paulo, entre 29 e 30 de outubro de 2009), tive a oportunidade de ouvir a palestra da Rosana Heringer “Desigualdades étnico-raciais no ensino brasileiro”; a autora disponibilizou também os *slides* para os pesquisadores interessados. Foi na mesma ocasião que tive conhecimento do texto de Rosana Heringer e Renato Ferreira (2009), “Análise das principais políticas públicas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008”. São textos que trouxeram muitas informações novas para essa pesquisa.

Rosana Heringer e Renato Ferreira (2009) identificaram cinco políticas de ação afirmativa no ensino superior que visam à inclusão da população negra no Brasil do início do século XXI: 1) sistema de cotas nas instituições públicas; 2) programa universidade para todos (ProUni); 3) fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (Fies); 4) expansão de universidades federais e estaduais; 5) a atuação dos pré-vestibulares comunitários.

As quatro primeiras ações são desenvolvidas pelas instituições públicas. A última é resultado da sociedade civil, das organizações sociais do Movimento Negro brasileiro. Concentra-se esta análise na ação do poder público, deixando para outro momento a atuação do setor privado e da sociedade civil. Além disso, focar-se-á mais o ProUni e as políticas de cotas nas universidades públicas que, por economia do tempo, este enfoque nos permitirá constatar os impactos das políticas de ações afirmativas não só no âmbito governamental, mas também do setor empresarial.

1. Sociedade civil e políticas de ações afirmativas e cotas

Somente apontaremos as ações das organizações negras para o melhor entendimento de adesão de algumas instituições públicas e privadas do ensino às políticas de ações afirmativas em educação. A adoção de políticas de inclusão de negros nesses espaços, geralmente, é resultado de um longo processo de reivindicações, pressões e negociações de movimentos negros locais com outros atores da sociedade.

Contra o que protesta, o Movimento Negro, no campo do ensino superior? Protesta contra a exclusão de jovens negros. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, p. 75), interpreta isto em termos da “pequena absorção de jovens negros nas universidades brasileiras”. Para ele, todos os dados disponíveis mostram que a população de jovens que se definem como “pardos” e pretos nas universidades brasileiras, principalmente naquelas que são públicas e gratuitas, está muito abaixo da população desses grupos de cor residente nos Estados e cidades onde estão localizadas essas universidades.

Para comprovar a sua afirmação, Guimarães (2003, p. 76), traz esses dados afirmando que na Universidade de São Paulo (USP), em 2001, havia 8,3% de negros (dentre eles 7% “pardos” e 1,3% de “pretos”) para uma população de 20,9% de pardos e 4,4% de “pretos” no Estado de São Paulo. Faz-se lembrar que a USP, no ano de 2001, era a única universidade pública na cidade de São Paulo, excetuando-se a Universidade Federal Paulista de Medicina (UNIFESP). Não para, só em São Paulo, há outra tabela que registra a mesma desigualdade de acesso em outras universidades públicas do país como UFRJ, UFPR, UFBA, UFMA e UnB.

Tabela 15: Distribuição dos estudantes segundo a cor UFRJ, UFPR, UFMA e UnB

Cor do estudante	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UnB
Branca	76,8	86,5	47,0	50,8	63,7
Parda	17,1	7,7	32,4	34,6	29,8
Preta	3,2	0,9	10,4	8,0	2,5
Amarela	1,6	4,1	5,9	3,0	2,9
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% pop. Negra (preta + parda) do Estado	44,3%	23%	78,7%	79,1%	52,4%

Fonte: Pesquisa direta. Programa A cor da Bahia/ UFBA, citado por Guimarães (2003, p. 76)

Quanto às causas dessas desigualdades no acesso ao ensino superior, Guimarães (2003, p. 76-78), cita dois fatores principais que se acompanham com outras variáveis que têm a ver com a realidade histórica brasileira. O primeiro fator é a dimensão socioeconômica: quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor o seu desempenho, maiores as chances para o sucesso. A primeira variável, desse, é a dedicação exclusiva; a segunda variável está ligada ao turno em que se cursa a escola secundária: alunos que estudam em turno diurno têm mais sucesso; a terceira é a natureza do estabelecimento de primeiro e segundo graus: aqueles que cursam escolas públicas estaduais e municipais têm menos possibilidades de sucesso.

O segundo fator é, conforme Guimarães (2003, p. 77), a evidência, incontestável, de elementos de racismo introjetado, ou seja, o desempenho inferior dos grupos “pardo” e “preto” em todas as classes socioeconômicas (exceto os “pardos” de classe A), que sugerem haver, também, elementos subjetivos; talvez um sentimento de baixa autoconfiança, que interfere no desempenho dos negros em situação de grande competição, tal como ocorre também com as mulheres.

A retórica dos fatores causadores da explicação da exclusão de Guimarães (2003, p. 78), baseia-se numa lógica de complexidade; leva-se em conta os elementos estruturais da discriminação socioeconômica e étnico-racial. Dito em outros termos, a sua pequena absorção tem a ver com: (a) pobreza; (b) a qualidade da escola pública; (c) preparação insuficiente; (d) pouca persistência (pouco apoio familiar e comunitário); (e) com a forma de seleção (o exame de vestibular não deixa espaço para outras qualidades e potencialidades dos alunos sejam avaliadas). Uma das consequências disso é que, em 2000, das pessoas com curso superior completo no Brasil, 82,8% eram brancos.⁹³

Para superar essas desigualdades, o ativismo do movimento negro de São Paulo opera em duas direções que não são excludentes entre si. A primeira trata da criação de espaços educativos para negros e carentes pelas organizações negras. Tem-se nesse primeiro caso, por exemplo, a elaboração de cursos pré-vestibulares por parte da Educafro e do Afro-Bras nos anos de 1990. Em 2001, essa última organização, criou a UniPalmares, uma universidade para afro-brasileiro que incorpora o critério de igualdade na distribuição de vagas entre os candidatos negros e não-negros.

⁹³ Palestra de Rosana Heringer. Desigualdades étnico-raciais na educação no Brasil. I Fórum do Ensino Superior sobre Desafios para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena. Coordenadoria do Negro (CONE)/Prefeitura Municipal de São Paulo, 29 e 30 de outubro de 2009, São Paulo. A autora disponibilizou também os slides para nós.

Essas duas instituições têm trabalhado, também, com a política de permanência de seus alunos oferecendo bolsas de estudos e procurando a sua inserção no mercado de trabalho.

Portanto, o segundo movimento dessas organizações dá-se na base de negociações com intuito de invenção de políticas de inclusão de negros, através das instituições privadas e públicas. Levando-se em conta o ativismo da Educafro, identificam-se duas formas de negociações com as instituições privadas. Estas nos levam a identificar dois tipos de instituições privadas que têm cooperado com a Educafro.

O primeiro grupo é formado de instituições privadas que mantêm um acordo explícito com a Educafro no sentido de reserva de vagas para seus candidatos e, ou a concessão de bolsas de estudos:⁹⁴

No portal da Educafro, identificamos 10 nomes: Universidade São Francisco (USF); Faculdades Atibaia (FAAT); Instituto Sumaré de Ensino Superior (Faculdades Sumaré); Faculdade Associada Brasil (FAB); Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM); Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Centro Universitário Sant´ana (Unisant´ana); Universidade Santa Cecília (Unisanta); Universidade Católica de Santos (Unisantos); Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC).

O segundo grupo, conforme o mesmo portal institucional, é formado pelas instituições privadas que “[...] já tiveram um acordo com a Educafro e que, atualmente, oferecem outros programas de bolsas ou optaram pela ProUni”. São dezoito no total: Centro Universitário São Camilo; Faculdade São Luís; Universidade Anhembi Morumbi; Pontifícia Universidade Católica (PUC); Faculdade Renascença de São Paulo (UNIESP); Centro Universitário Assunção (UNIFAI); Centro Universitário Radial (Uniradial); Universidade Santo Amaro (UNISA); Centro Universitário Salesiano de São Paulo; Faculdade de Tecnologia Interamérica (CEINTER); Faculdade de Educação e Cultura Montessori (FAMEC); Faculdades Integradas Teresa D’Ávila (FATEA); Fundação Santo André (FSA); Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Faculdade de São Bento, Universidade Paulista (UNIP); Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).

O posicionamento favorável das instituições públicas e privadas do ensino não se fundamenta só numa questão político-ideológica de luta contra as desigualdades sócio-raciais, mas pauta-se também em motivações econômicas. Ao optar pelas políticas de ações afirmativas, cotas, ou ProUni, a maioria tem conseguindo ter acesso aos recursos

⁹⁴Disponível em: <http://www.educafro.org.br/ind_009_par.asp>. Acessado em 21 set. 2009.

disponibilizados pelo Estado. Pode-se dizer que o político e o econômico caminham juntos na efetivação das políticas de diversidade e de inclusão de negros no país. Esta interface entre a integração sociocultural e socioeconômica é que traduz o conceito do desenvolvimento econômico multicultural nas políticas de ações afirmativas em análise.

2. Instituições públicas como agentes promotores de ações afirmativas

As instituições públicas de ensino superior lideram a política de implementação de ações de inclusão de negros na educação superior. O “Mapa das Ações Afirmativas no Ensino Superior Público” (HERINGER; FERREIRA, 2009). Na atualidade se apresentam da seguinte forma:

- ⇒ 79 Instituições adotaram Ações Afirmativas no Brasil;
- ⇒ 41 são Estaduais, 33 são Federais e 5 são Municipais;
- ⇒ 54 adotaram Ações Afirmativas Étnico-raciais;
- ⇒ 35 Instituições adotaram Ações Afirmativas para negros: 32 adotaram sistema de cotas e 03 adotaram o sistema de pontuação adicional para negros;
- ⇒ 35 Instituições têm suas vagas destinadas à etnia indígena;
- ⇒ 19 Instituições têm suas vagas destinadas somente a indígenas;
- ⇒ 12 Instituições têm vagas para portadores de necessidades especiais; 2 delas destinam 5% de vagas, exclusivamente, para eles (CEFET; UVA);
- ⇒ 8 Instituições têm sistema de bonificação;
- ⇒ 01 tem um percentual destinado a mulheres negras (UFAL);
- ⇒ 1 instituição tem reserva de vagas, também, para pós-graduação (UNEB);
- ⇒ 6 instituições incluem vagas específicas para quilombolas, além da reserva para estudantes negros em geral.

Em dois Estados, e em duas instituições municipais, as vagas destinadas a alunos de escola pública são apenas para estudantes daquelas localidades. A autodeclaração, como forma de identificação dos candidatos ao sistema, é utilizada pela maioria das instituições.

Historicamente, como isso se processou? A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Norte Fluminense (UENF) foram as primeiras a implementar o sistema de cotas no ano de 2001; no ano seguinte, 2002, foi adotado pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb), com percentual de 40% de suas vagas para estudantes negros, e pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que aprovou cotas de 20% para

negros e 10% para indígenas. Em 2003, a Universidade de Brasília (UNB) adotou o sistema de cotas, destacando-se como a primeira instituição federal a instituir uma política dessa natureza, com percentual de 20% para estudantes negros. No mesmo período, a Universidade de Alagoas (UFAL) incorpora a prática de cotas, reservando 20% de vagas para a população negra oriundo da escola pública. Este percentual é distribuído da forma seguinte: 60% para mulheres negras e 40% para homens negros. Em 2004, adotaram cotas, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com 45% de reservas de vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes. No mesmo ano, a Universidade Federal do Paraná implementa a mesma política de cotas com 20% de vagas para estudantes afrodescendentes, 20% para os alunos da rede pública e 10% para alunos indígenas. A maioria das universidades públicas implementou tais políticas no período de 2005 e 2008.

2.1. Diversidade de metodologia e de beneficiados

A metodologia é um elemento importante na avaliação de um programa. De fato, nos revela as estratégias montadas pelos sujeitos históricos no campo da luta pelo desenvolvimento econômico multicultural e, ao mesmo tempo, nos instrui sobre os verdadeiros beneficiários. Com a evolução de políticas de ações afirmativas na educação superior pública e privada, pode se afirmar que a metodologia de inclusão de negros nesse espaço, na atualidade, opera a partir de três modalidades: 1) sistema de bonificação ou percentual; 2) o sistema de reserva de vaga ou cotas; 3) outros sistemas de inclusão social.

Entende-se que a classificação cima é uma simplificação dos modelos propostos por Jaccoud. (2009) e Heringer e Ferreira (2009). A primeira autora sugere esses modelos: 1) cotas raciais e sociais sobrepostas; 2) cotas raciais e sociais independentes; 3) cotas exclusivamente sociais ou cotas sociais simples; 4) cotas exclusivamente raciais ou cotas raciais simples; 5) bonificação.

Já a classificação de Heringer e Ferreira (2009), em relação ao sistema de cotas, não entra em detalhes como a de Jaccoud, porém, para analisar as políticas de inclusão de negros no ensino superior, divide a sua reflexão em: 1) o processo de inclusão nas universidades públicas; 2) o ProUni e a inclusão racial nas universidades privadas; 3) outras formas de promoção da inclusão no ensino superior, quais sejam: o Fies; a expansão das universidades federais e estaduais; a atuação de pré-vestibulares comunitários.

Como se pode observar, as duas primeiras modalidades da classificação da página anterior, o sistema de bonificação ou percentual e o sistema de reserva de vaga ou cotas, inspiram-se nas propostas de Jaccoud (2009). O fato de condensar as quatro modalidades de cotas numa única, somente, não deve esconder a sua diversidade.

Já a terceira modalidade da página citada, outros sistemas de inclusão social, são reflexos da proposta de Heringer e Ferreira (2008). Cabe mencionar nesse bloco todas as ações governamentais e não-governamentais citadas por eles; essas ações querem dizer: o ProUni e a inclusão racial nas universidades privadas, e outras formas de promoção da inclusão no ensino superior: o Fies; a expansão das universidades federais e estaduais. Tecnicamente, o o Fies caberia nesse bloco, mas falo dele de forma sucinta nesse capítulo; e, de maneira ampla das ações pré-vestibulares comunitários no capítulo que trata da Universidade da Cidadania Zumbi de Palmares.

Aproveitando a discussão de Paixão e Carvano (2008), sobre políticas de acesso de estudantes afro-brasileiros no ensino superior público e privado, para incluir, nesse terceiro bloco, outras ações governamentais que têm acompanhado esse debate e que faz referência ao Programa Integrado de Ações Afirmativas e ao Programa Diversidade na Universidade.

Enfim, nesse mesmo bloco caberiam, também, outras modalidades de cotas deixadas de lado por todos estes autores, mas estão descritas no anexo “Mapa de ações afirmativas no ensino superior público” no trabalho de Heringer e Ferreira (2009). Os pesquisadores deixam de lado essas modalidades pelo seu número reduzido e por serem ínfimas. Tratam-se das modalidades que pontuo nas linhas a seguir.

Cotas de categorias profissionais: esta modalidade está em vigência nas universidades estaduais do Rio de Janeiro; destina-se 5% de cotas para filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos em razão do serviço (Lei n. 4151/03).

Cota de gênero: esta modalidade é implementada por uma única Universidade, a UFAL, que reserva 20% de vagas para a população negra, oriunda da escola pública. Deste percentual 60% ficam para mulheres negras e 40% para homens negros.⁹⁵

Cotas para portadores de necessidades especiais: o CEFET (SE), por exemplo, tem uma cota exclusiva para este público; outras instituições como FACEF, UNIMONTES, reservam 5% de suas vagas para eles.

⁹⁵ Ofício/NEAB n. 79/2003.

Cotas para quilombolas: a UESB reserva 50% de vagas para estudantes de escolas públicas, 70% destinadas para os que se declararem negros, e 30% para os que são oriundos de cursos supletivos ou similares; destina, ainda, uma vaga de cada curso para os indiodescendentes, quilombolas e portadores de necessidades especiais.⁹⁶

Cotas para residentes do Estado: aplicadas na Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Reserva 80% de vagas para moradores residentes no município de Palhoça e que tenham cursado a terceira série do ensino médio em escola pública.⁹⁷ Para Rosana Heringer há também cotas para assentados de reforma agrária⁹⁸.

A forma de adoção de vaga se dá por leis estaduais e municipais, incluindo uma distrital de Brasília – DEF. Em muitos casos também é feita via resoluções dos conselhos universitários ou outros mecanismos internos.

Existe, também, diferença entre as instituições do ponto de vista da duração dos programas. Há instituições que optaram pela distribuição de vagas de forma imediata e outras de forma intercaladas por dois, três ou mais vestibulares até atingirem o total destinado ao programa.

Como já dito, não serão analisadas, aqui, todas essas ações de inclusão; mas, o que importa é apontar que existe uma afinidade histórica entre elas. O principal interesse deste trabalho está voltado para as ações afirmativas nas universidades públicas e no ProUni, que é uma porta de entrada para o entendimento da aproximação das universidades privadas, nessa discussão, que sempre procuraram evitá-las.

As políticas de ações afirmativas nas universidades públicas já têm beneficiado em torno de 40 mil alunos, sendo a UERJ a campeã, com mais de 6.488 mil beneficiados (PPCor, 27 jan. 2008). Nos cálculos de Jaccoud (2009, p. 188), até 2008, sendo todas as vagas preenchidas, teríamos 51 mil beneficiados. Ao confrontar os dois números, vê-se que faltam ainda 11 mil vagas. Além disso, fica difícil dizer quantos negros beneficiaram-se das políticas de cotas.

⁹⁶ Resolução n. 36/2008.

⁹⁷ Lei Municipal n. 2.386, de junho de 2006.

⁹⁸ Palestra de Rosana Heringer. Desigualdades étnico-raciais na educação no Brasil. I Fórum do Ensino Superior sobre Desafios para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena. Coordenadoria do Negro (CONE)/Prefeitura Municipal de São Paulo, 29 e 30 de outubro de 2009, São Paulo. A autora disponibilizou também os slides para nós.

2.2. Sistema de bonificação e cotas

A maioria das universidades optou pelo sistema de cotas (adotado por 54 instituições). Como já mencionado, este sistema é complexo. O modelo mais difundido é o sistema de “cotas raciais e sociais sobrepostos”. (adotado, no meu cálculo, por pelo menos 27 instituições)⁹⁹. Este modelo, que opera com dois critérios complementares deve ser observado, simultaneamente, para o preenchimento das vagas destinadas a candidatos negros. Os candidatos que optam por este sistema devem se autodeclararem negros (pretos e pardos, conforme a classificação do IBGE) e, ao mesmo tempo, serem egressos de escolas públicas. Algumas instituições, nesse grupo, instituíram a renda familiar *per capita* como critério para conceder o benefício ao programa e, nesse caso, os candidatos devem apresentar, também, declaração de renda familiar que comprove a carência social (JACCOUD, 2009, p. 186). A experiência de ações afirmativas da UFBA corresponde com esse modelo.

Dentro do sistema de cotas, há também outra modalidade que vem em segundo plano. São as que representam as “cotas sociais” (adotado pelo menos por 46 instituições). O vestibulando que pretende concorrer a uma vaga na instituição pelo sistema de cotas deve, necessariamente, ser oriundo do sistema público de ensino, ou seja, proveniente de escolas municipais, estaduais ou federais, ou dos cursos supletivos presenciais de educação de jovens e adultos. Nesse sistema é difícil aferir os resultados da inclusão da juventude negra no ensino superior, uma vez que essa não é uma variável considerada na implementação (JACCOUD, 2009, p. 186). Por exemplo, a UERN adotou 50% de reserva das vagas para candidatos oriundos da rede pública.¹⁰⁰

Na mesma perspectiva, existem “cotas, exclusivamente, raciais”, para que o estudante concorra pelo sistema de reserva de vagas; para isto basta que ele se declare negro (adotado, pelo menos, por 35 instituições), ou indígena (adotado, pelo menos, por 35 instituições) e que, nos termos definidos nos editais de seleção, apresente documentação específica ou se submeta ao processo de avaliação de sua autodeclaração. O estudante não necessita ser oriundo do sistema público de ensino ou apresentar declaração que comprove carência econômica (JACCOUD, 2009, p. 187). A UFT, por exemplo, destina 5% de suas vagas só para indígenas. A UNEMAT reserva 25% de cotas para candidatos que se autodeclararem negros.

⁹⁹ Esse meu cálculo foi feito a partir de Ferreira (2006) e Heringer e Ferreira (2009). O advérbio “pelo menos” é o reconhecimento de que ele não é absolutamente perfeito, mas não deixa de ser uma aproximação interessante para a avaliação numérica.

¹⁰⁰ Lei Estadual n. 8.258, de 27 de dezembro de 2002.

As instituições que adotaram o “sistema de cotas raciais e sociais, independente”, são o terceiro grupo mais numeroso. Utilizam, separadamente, como critérios, ser egresso de escola pública (adotado, pelo menos, por 46 instituições) e ser negro, configurando-se um sistema em que dois grupos distintos de reserva de vagas o correm em um mesmo processo seletivo. O vestibulando pode escolher uma das duas modalidades: ou concorrer pelo critério de cotas para alunos de escola pública, independentemente de serem negros ou brancos, ou por cotas raciais para negros ou indígenas, não importando se egressos de escolas públicas ou do sistema privado. A UFPR é um exemplo.

O modelo por “bonificação”, (adotado por 8 instituições), não define um percentual de vagas reservadas para alunos negros ou oriundos do sistema público de ensino; mas, cria um sistema em que os alunos recebem, com base em seu histórico escolar ou autodeclaração racial, uma quantidade de pontos que serão somados ao resultado de seu exame de seleção. Existem, no Brasil, duas modalidades de sistemas de bonificação: uma em que se aferem pontos para alunos oriundos de escolas públicas e outra que o faz, para alunos de escola pública e alunos negros, podendo ou não ser cumulativo (JACCOUD, 2009, p. 185). As universidades que implementaram esses sistemas são: UFF, UNICAMP, FAMER, USP, FATEC, UFPE, UFRPE e UFRN.

Há também “cotas para portadores de necessidades especiais”. São 12 as instituições que optaram por essa modalidade, sendo que, dentro desse número, duas operam com um sistema exclusivo para este público. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e a Universidade Estadual Vale do Acaraú destinaram um total de 5% das vagas, de cada curso oferecidos por eles.

Até aqui pode se perceber as novas estratégias que os atores de políticas da diversidade no Brasil vêm inventando. Não se reduz a uma cópia das políticas norte-americanas. Além disso, o que mais chama atenção para uma teoria do desenvolvimento econômico multicultural é compreender como o ativismo do movimento negro tem tido um impacto no nível da sociedade: a inclusão efetiva e a construção de uma “identidade negra autodeclarada”. Os atores envolvidos têm buscado caminhos para a invenção de um multiculturalismo verdadeiramente brasileiro. Tal multiculturalismo fundamenta-se nas regras da luta social.

2.3. Limites na política de ações afirmativas e cotas no ensino superior

Estão descritos abaixo os limites desse multiculturalismo brasileiro, com base na questão das estratégias que seus atores vêm inventando no campo da educação. Começando com a observação de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2008, p. 83), de que vale salientar que esse conjunto de medidas, as ações afirmativas na educação superior, corresponde, antes, a ações políticas dos conselhos colegiados das próprias universidades do que, propriamente, a uma iniciativa governamental. Portanto, uma política efetiva de Estado nesse sentido ainda deixa a desejar.

Infelizmente, as universidades e demais instituições públicas de ensino superior, que adotaram tais políticas, não possuem mecanismos que favoreçam a permanência dos beneficiados na instituição. Segundo documento publicado pelo próprio Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), em 2006, 'são poucas as universidades que têm bolsas para ofertar, e as bolsas são, em geral, em pequeno número. Apenas a Universidade Federal de São Paulo oferece, no curso de medicina, bolsa a todos os alunos cotistas [...]. Na mesma publicação, também é mencionado que os alunos cotistas tendem a se inscrever em cursos menos concorridos e prestigiados. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

Deve se dizer que os colegiados, em grande parte, só chegam a optar por tais políticas pela pressão dos movimentos negros locais. Quando conseguem desenhar e implementar os programas de ações afirmativas, uma das dificuldades que enfrentam é a falta de recursos para a sua sustentabilidade, que seria um instrumento da garantia da permanência dos beneficiados nas instituições acadêmicas.

Vera Lúcia Benedito, na sua pesquisa avaliativa de ações afirmativas na UEMS detectou, também, em dois de seus limites, o que a literatura atual vem confirmando referente às outras universidades. O primeiro limite é a subutilização do sistema de reserva de vagas desde a adoção do mesmo sistema em 2004 até 2006 nessa instituição.

Desde a adoção das políticas afirmativas na UEMS, no começo de 2004 até final de 2006, mais de mil estudantes negros(as) aprovados nos vestibulares não está frequentando a universidade. Não há relatório ou quaisquer investigações em curso, atualmente, que dê conta de tamanho desperdício de experiência humana e social. Os mapas, os dados estatísticos coletados anualmente pelo Departamento Acadêmico, não deixam dúvida quanto a este fenômeno [...]. (BENEDITO, 2006, p. 17).

Portanto, mostrado está acima que, a partir do estudo do IPEA, através da pluma de Jaccoud et. al. (2009), que havia um desperdício de 11 mil vagas na totalidade de vagas projetadas até 2008.

A conclusão que a Vera Lúcia Benedito deduz da sua pesquisa é essa:

Quando se considera que essas perdas são transformadas em ganhos para alunos aprovados pelo sistema universal, esta simples constatação desmascara a afirmação corrente entre alunos não negros e também alguns professores de que o sistema de reserva expropria oportunidades de realização acadêmica daqueles que concorrem à universidade pública pelo sistema universal (BENEDITO, 2006, p. 19).

Além disso, como se viu acima, pela diversidade de suas metodologias e de seu público-alvo, cotas no Brasil não beneficiam só a negros.

O segundo limite da política de ações afirmativas que a Vera Lucia identifica é a ausência de instrumento de avaliação internos à própria instituição:

A contar pelas perdas constantes de estudantes negros(as) a partir dos processos de aprovação, convocação e matrícula, é necessário o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação internos à própria instituição que explicitem as causas da não efetivação dessas matrículas. Uma hipótese que talvez pudesse esclarecer este fenômeno residiria na exiguidade de recursos oferecidos pelas atuais bolsas de estudos. Todavia, sem um levantamento concreto e permanente esta simples hipótese não tem uma base verdadeira de identificação. Tais instrumentos de avaliação deveriam ser requisitados do ministério da educação para com todas as universidades públicas, estaduais ou federais. (BENEDITO, 2006, p. 19).

O Estado brasileiro tem descumprido com a sua responsabilidade na efetivação de uma política de ações afirmativas no ensino superior. Nas palavras de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano:

[a] principal iniciativa do atual governo, para a ampliação do ingresso de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior, foi o Projeto de Lei 3.627/04, apensando ao projeto de Lei no 73/99, que propôs a instituição, nas universidades e instituições públicas de ensino superior, de todo país, do sistema de reserva de 50% das vagas para alunos provenientes de escolas públicas, adotando um percentual para negros e indígenas, conforme os dados do IBGE para cada Unidade da Federação. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

Só que o governo Lula se comportou de forma ambígua nesse ponto. A justificativa é que recebeu pressões da parte dos opositores de políticas de ações afirmativas e cotas, que representam em grande parte a elite do país.

Contudo, por pressão dos segmentos que se opõem às ações afirmativas nas universidades, este projeto encontra-se parado no Congresso Nacional à espera de votação. Mais recentemente, o governo federal apresentou o Projeto de Lei no 7.200/2006, que trata de reforma nas Instituições Federais de Ensino Superior – com regras semelhantes ao Projeto de Lei 3.627/04), esta [reserva de vagas ou cotas] foi retirada em sua versão posterior e, apenas, mencionada dentro dos princípios e diretrizes do projeto [...] (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

Essa retirada de termo “cotas” indica a ambiguidade do governo Lula perante o tema. Aponta, também, a deslocação para a “esfera privada” que o tema de “cotas raciais” vem

recebendo em benefício de “cotas sociais” que têm recebido o apoio da esquerda conservadora. Uma das grandes brigas entre os defensores de cotas e seus opositores na votação do Estatuto da Igualdade Racial foi nesse ponto. O acordo só saiu depois de uma concessão da parte dos defensores moderados representantes do governo Lula e do movimento negro em formular essa questão em termos gerais e não em porcentagens de 50% de vagas para negros como foi proposto desde o projeto inicial. Está escrito, na “Subseção I, Do Sistema de Cotas na Educação”, o seguinte:

Art. 17. O poder público adotará programas de ações afirmativas destinados a assegurar o preenchimento de vagas, pela população negra, nos cursos oferecidos pelas instituições públicas federais de educação superior e nas instituições públicas federais de ensino técnico de nível médio.

Art. 18. O Poder Executivo Federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial e de educação acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Subseção.

Dentro do movimento negro, as opiniões estão divididas. Para os radicais, houve traição do projeto inicial nos itens relativos ao campo da educação e do mercado de trabalho. Para esses, era preciso estipular o percentual de cotas; para os ativistas e políticos moderados, não se trata de uma traição, senão de um avanço histórico, porque a questão de cotas está contida no estatuto. Além disso, para este grupo, há um projeto específico no Senado sobre o assunto: o PLC 180/08.

Sem acordo a respeito da manutenção das cotas raciais (para negros, índios e pardos), além das cotas sociais (para estudantes oriundos da escola pública) e econômicas (para as famílias de baixa renda), integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram adiar a votação do projeto de lei da Câmara (PLC 180/08), que estava prevista para esta quarta-feira.

Além da falta de entendimento a respeito dos percentuais a serem garantidos para cada uma destas divisões, mais um projeto com cotas, desta vez de 10% para portadores de deficiência, deve ser contemplado no texto. Este projeto (PL 1883/03) foi votado em decisão terminativa na CCJ da Câmara dos Deputados no último dia 29 e aguarda o prazo regimental para concluir sua tramitação e ser enviado ao Senado.

A decisão de adiar a análise da matéria foi tomada em reunião ocorrida nesta terça-feira (5) no gabinete do presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO). A relatora da proposição, Serys Slhessarenko (PT-MT), declarou não abrir mão das cotas por etnia, apesar de discutir uma eventual redução no percentual das cotas sociais, uma forma de resgatar "uma dívida para com os negros do país. (AGÊNCIA SENADO, 06 maio 2009).

Se a política de ações afirmativas goza da constitucionalidade no entendimento de alguns juristas como Joaquim Barbosa Gomes, Hédio Silva Jr, Humberto Adami, o sistema de cotas precisa de um instrumento jurídico federal para a regulamentação das ações.

No portal oficial do STF, na página das notícias da terça-feira, 22 de Setembro de 2009, com o título, “Recursos sobre sistema de cotas, restituição do ICMS e contribuições têm repercussão geral conhecida”, lê-se o seguinte:

Já o RE 597285 versa sobre a constitucionalidade do sistema de cotas que consiste em reserva de vagas como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade. Também responsável pela relatoria desse processo, o ministro Ricardo Lewandowski, observou que tramita na Corte questão semelhante, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, a ser julgada futuramente pelo STF. Ficou vencido o ministro Eros Grau.¹⁰¹

Certamente, preocupa mais o julgamento que o STF dará ao ADPF 186-2 encaminhado por Gilmar Mendes em 31 de julho de 2009. Pois, este documento deixa muitas interpretações, apesar de dar sinais do reconhecimento da constitucionalidade das políticas de ações afirmativas. Deixam dúvidas sobre as políticas de cotas raciais. O seu embasamento teórico tende a ser mais de cunho da democracia racial; tende a ter simpatia com cotas por renda, ou seja, cotas sociais.

De outro lado, enquanto a Câmara demora em votar o PL 1883/03, os atores da sociedade civil em interação com suas bases políticas continuam elaborando suas armas para a defesa de políticas de cotas raciais e/ou social, ou para derrubá-las. De ambas as partes não faltam argumentos. Enquanto isso, as universidades públicas continuam executando suas políticas de ações afirmativas ou de inclusão seguindo os princípios de autonomia e as modalidades em vigor no país.

2.4. Outros sistemas de inclusão social

O termo aqui exposto ‘outros sistemas de inclusão social no ensino superior’, refere-se às seguintes ações do Estado brasileiro: Programa Integrado de Ações Afirmativas, Programa Diversidade na Universidade, Expansão das universidades federais e estaduais, Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O ponto comum entre elas é tratar-se da vontade dos governos que as criaram para atender as demandas sociais ocorridas em manifestações nos anos de 1990 e 2000.

Analisando essas ações governamentais, na perspectiva de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2008) que, ao avaliar o comportamento do governo federal, destacam-se duas atitudes: a primeira é baseada em ações localizadas de seus ministérios ou organismos; e, a outra está voltada para ações efetivas. O Programa Integrado de Ações Afirmativas e

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=113534>>. Acessado em 22 set. 2009.

Programa Diversidade na Universidade corresponderiam à primeira tendência, enquanto o ProUni atuaria na segunda perspectiva. Ao tocar nessas duas atitudes pretende-se analisar, aqui, o grau da responsabilidade do Estado brasileiro através de suas instituições.

2.4.1. Programa integrado de ações afirmativas para negros e programa diversidade na universidade

Para Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2008, p. 83), até os dias atuais, as principais ações desenvolvidas pelo governo federal, para os estudantes universitários negros, cotistas ou não cotistas, de instituições públicas do ensino, acontece por meio de ações localizadas, como, por exemplo, o Programa Integrado de Ações Afirmativas Para Negros, resultante de uma parceria entre o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis / Síndrome da Imuno deficiência Adquirida (DST/Aids), do Ministério da Saúde, e dez universidades públicas (com apoio do MEC e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; SEPPIR). O programa oferece 500 bolsas de estudo para alunos cotistas de todo país.

Outra política, que atuou no mesmo sentido, para os mesmos atores, foi a criação do Programa Diversidade na Universidade, em 2002, e o seu desdobramento institucional, em 2003, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade (SECAD), vinculada à Secretaria de Educação Superior (SESU), do MEC. Entre as principais iniciativas do SECAD, está o Programa de Ações Afirmativas Para População Negra nas Instituições Públicas de Ensino superior (Uniafro) – realizado em parceria com a SESU, visando o apoio aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) localizados dentro das universidades, o que inclui o LAESE-UFRJ. Até o começo de 2008, o Uniafro havia tido somente duas versões: uma no ano 2005 e outra no ano de 2006.

Os estudos de Jaccoud (2009) e Nilma Lino Gomes (2009), compartilhando os pontos levantados, por Paixão e Carvano, oferecem mais em detalhes sobre essas ações e outras. A intenção é mostrar, com isso, que um dos limites que os programas de ações afirmativas enfrentam na atualidade é a falta de uma política coordenada e permanente do Estado (THEODORO, 2008).

2.4.2. Instituições privadas, Prouni e Fies

Quanto às medidas efetivas do governo federal, destacam-se o ProUni e Fies. Estes dois programas governamentais, na visão de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2008), criaram condições de efetivação de ações afirmativas em termos de ingresso maciço de alunos negros nas universidades públicas e privadas. Além disso, são acompanhadas por avaliações permanentes.

A busca do entendimento da história social desses dois programas, como o fizeram Heringer e Ferreira (2009), é um bom recurso para se entender o seu funcionamento na atualidade. O ProUni é um programa que resultou do debate provocado pelo Movimento Negro na sociedade brasileira sobre a adoção de políticas de cotas, como forma de superação das desigualdades raciais e de reparações de injustiças sofridas pela população negra no Brasil. No final do governo Fernando Henrique Cardoso cabe mencionar duas coisas: a primeira é que de um lado assistiu-se à aparição das primeiras iniciativas de adoção de políticas de cotas pelas universidades públicas; a segunda é que, de outro lado, existia o clima da não relevância dessa temática no âmbito do Ministério da Educação.

A única medida concreta adotada em relação à ampliação de estudantes negros foi a criação do programa Diversidade na Universidade, lançando no ano de 2002. Com o objetivo de melhorar as condições de ingresso no ensino superior de grupos socialmente desfavorecidos, o programa era centrado no repasse de recursos para organizações públicas ou privadas que ofereciam a estes grupos cursos preparatórios que facilitem a aprovação de candidatos no vestibular, principalmente, em universidades públicas. Por esta razão sofreu críticas, já que reduziu a atuação do governo naquele momento apenas ao financiamento de cursos pré-vestibulares, sem incluir outras medidas. (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 144).

A atitude contraditória entre a sociedade civil, o Movimento Negro, as universidades que adotaram cotas nesse período em relação ao governo FHC, é que este não era favorável às políticas de cotas. Tinha uma inclinação para as políticas universalistas.

Já o governo Lula mostra-se favorável à adoção de políticas de cotas. Por isso desde o seu primeiro mandato, de um lado assiste a ampliação do debate, e do outro lado, a adoção de ações efetivas, como nas universidades públicas, apesar, ainda, da existência de algumas atitudes ambíguas por parte do Ministério da Educação.

Essas ambiguidades, do nosso ponto de vista, refletem os arranjos políticos que a questão de cotas implica. Relendo a história política nacional, Heringer e Ferreira (2009, p. 144), observam que com a criação da SEPPIR, o governo Lula teria avançado no debate sobre a ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior. Dois fatos chamam atenção nesse período. De um lado, anotam que em julho de 2003 foi anunciada a criação de um grupo de

trabalho para discutir a questão, e nessa ocasião, a ministra Matilde Ribeiro afirmou que o governo apoiava as cotas desde a campanha, mas era necessário intensificar a discussão. De outro lado, ponderam, na mesma cerimônia, o então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, afirmava que a proposta de criação do grupo de trabalho não tinha como objetivo impor cotas (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 144).

No início de 2004, após ter recebido o resultado de Trabalho do Grupo Interministerial, o MEC entregou à Casa Civil uma proposta de Medida Provisória que autorizava as universidades públicas à adoção de cotas. Nesse ponto, também, pode-se perceber a ambiguidade do governo: “Após alguns dias de indefinição, foi divulgado no fim de janeiro de 2004 que o Presidente Lula havia decidido encaminhar a proposta ao Congresso, na forma de projeto de lei, a fim de promover maior debate sobre o assunto” (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 144).

Essa ambiguidade, que politicamente se justifica, se mostrara presente também nas ações do Ministro da Educação, Tarso Genro, quando assumiu a pasta em 2004.

Manifestando-se, inicialmente, contrário às cotas, alegando que as mesmas eram insuficientes para garantir o acesso dos grupos excluídos à educação superior, algumas semanas após assumir a pasta, o ministro apresenta uma proposta nova para discussão: o aproveitamento de cerca de 100 mil vagas ociosas nas universidades privadas a serem ocupadas por estudantes negros, indígenas, portadores de deficientes e ex-presidiários, já a partir de 2004. Este número representaria 25% das vagas disponíveis nas universidades privadas, que estariam com 37,5% de vagas ociosas. A contrapartida do governo seria um plano de renúncia fiscal que beneficiaria as universidades privadas que adotassem o sistema (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 145).

Como se vê, mesmo no seio do governo Lula, a política de cotas nem sempre encontrou consenso. Tarso Genro deve ser lembrado na história política de cotas, como aquele político-administrador que, em nome do governo, deu novos rumos ao debate. De um lado, diluindo ou não a perspectiva focada dessa política assumida por um setor do Movimento Negro, acabou; de outro lado, ampliando o universo dos beneficiados, e o das instituições promotoras das ações afirmativas. “Embora a proposta continuasse cercada de polêmicas, o governo decidiu criar o ProUni – Programa Universidade para Todos, através da medida provisória n. 213, de 10/09/2004 e institucionalizado posteriormente através da Lei 11.096, de 13/01/2005” (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 146).

Assim nasceria um programa híbrido, uma política focada e universal: o ProUni.

Programa Universidade Para Todos – Prouni. Criado em 2004 e,

efetivamente, institucionalizado em 2005, fornece bolsas parciais (para alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos) e integrais (para alunos com a renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio) aos estudantes de renda baixa, provenientes das escolas públicas. Necessariamente, parte das mesmas deverá ser concedida a alunos negros e indígenas, de forma proporcional à participação destes contingentes nos respectivos Estados. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

No que diz respeito ao número dos beneficiados, baseando-se nos estudos do Ipea, Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano observam: “[e]ntre os anos de 2005 e 2006, cerca de 204 mil estudantes foram beneficiados por este programa, sendo que, destes, 63,2 mil (31% do total) eram negros” (2008, p. 83).

Volto ao texto de Heringer e Ferreira (2009), não só para a atualização desses dados, mas pela sua abordagem histórica esclarecedora. Para eles, o ProUni desde o seu lançamento, em 2005, recebeu a adesão de centenas de instituições de ensino superior privadas em todo país, ao mesmo tempo em que beneficiou, já na sua primeira seleção, cerca de 112.275 mil estudantes.

Baseando-se no texto de Alfredo Macedo Gomes escrito em 2008, Heringer e Ferreira (209, p. 146), ressaltam que o programa teria atingindo a sua meta de alcançar 400 mil estudantes nas edições seguintes, isto é, 2006 e 2007. O número absoluto de bolsas distribuídas foi 414.797.

Os dados do período de 2008 e 2009, recolhidos diretamente do site do ProUni, revelam a expansão extraordinária desse programa. Em 2009, levando-se em conta as bolsas integrais e parciais, chegou a atender 247.643 alunos. Quando se somam todas as bolsas parciais e integrais distribuídas de 2005 até segundo semestre de 2009, o seu número chega a 887.445.

Tabela 16: ProUni – Bolsas ofertadas, por ano de 2005 a 2009¹⁰²

Ano	Tipo de bolsa		
	Integral	Parcial	Total
2009	153.126	94.517	247.643
2008	99.495	125.510	225.005
2007	97.631	66.223	163.854
2006	98.698	39.970	138.668
2005	71.905	40.370	112.275
Totais	268.234	143.563	887.445

¹⁰² adaptado pelo autor. Fonte: SISPROUNI 08/07/2009. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acessado em 4 de janeiro de 2010.

Tabela 17: Distribuição de bolsas do ProUni por raça no período de 2006-2007

ANO	PERÍODO		
	1º semestre – 2006	2º semestre - 2007	1º semestre – 2008
Amarelas	1,6%	2,3%	1,9%
Branco	46,7%	45,8%	51,4%
Negros	51,3%	51,9%	46,6%

Fonte: HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 146

A tabela 18 mostra a evolução na distribuição de bolsas por raça, entre o período de 2006, 2007 e 2008. Percebe-se uma queda de procura de 4,7% entre negros, que foi aproveitado pelos candidatos brancos. Não foi encontrado em nenhum relatório, no site do ProUni, algo que pudesse explicar essa diferença. Uma hipótese é que, talvez, seja a ausência de fiscalização da parte do MEC, como das organizações da sociedade civil representantes dos beneficiados lesados; ou ainda falta de informação ou desestímulo da parte dos candidatos negros.

A tabela 19 foi formulada a partir dos dados recolhidos do site do ProUni, disponibilizado em 13 de outubro de 2009. Retrata, por raça / cor, a soma de bolsas oferecidas pelo programa de 2005 até o segundo semestre de 2009.

Tabela 18: A soma de bolsas - distribuição por raça de 2005 a 2009¹⁰³

RAÇA	NÚMERO	EM PERCENTUAL
Branca	283.298	47,56 %
Parda	201.511	33,83 %
Preta	75.204	12,62 %
Negra	276.715	46,45%
Amarela	11.556	1,94 %
Indígena	1.144	0,19 %
Não informada	23.003	3,86 %
Totais	872.431	100%

¹⁰³ adaptado pelo autor. Fonte: SISPROUNI 08/07/2009. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acessado em 4 de janeiro de 2010.

Na soma total das bolsas distribuídas, em 2009, vê-se a redução das diferenças na distribuição de bolsas entre brancos (47,56%), e negros (46,45%). A diferença de 4,7% ficou de 1,11%. É preciso lembrar que houve uma mobilização grande por parte das organizações do Movimento Negro quando se observou a queda de acesso ao ProUni de estudantes negros no segundo semestre de 2008. Pelo menos nas associações que frequentamos, buscou-se sensibilizar os jovens para procurar seus direitos que, no entendimento de suas lideranças, representam uma conquista histórica.

O outro programa, do governo federal, que tem garantido o acesso de negros para universidades privadas, é o Fies. Criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo (PCECeduc). Tratava-se de uma política pública universalista. Seus benefícios conseguiam atingir, na sua primeira fase, somente os estudantes da classe média devido às exigências colocadas pela Caixa Econômica Federal na concessão de crédito: cobrança de juros de mercado para fomentar a permanência do estudante da classe média na educação superior; e, “[...] no caso dos alunos pobres a discriminação era ainda mais séria. Esses alunos não acessavam o crédito, pois não conseguiam apresentar um fiador para servir de garantidor da dívida com o banco” (HERENGER; FERREIRA, 2009, p. 148).

Essa situação de exclusão, relatam Heringer e Ferreira (2009), mudaria em 2002, quando a Educafro entrou com uma representação no Ministério Público Federal arguindo a inconstitucionalidade do Fies, pois ao exigir fiança, acabava por excluir o estudante pobre do acesso do fundo. “O MP acolheu o pedido e obteve êxito na ação civil pública que moveu, conseguindo proibir, por um bom tempo, que a Caixa exigisse fiador de estudantes pobres até a decisão final do processo” (HERENGER; FERREIRA, 2009, p. 148).

Esse acontecimento potencializou a procura em grande número dos estudantes pobres dos recursos do Fies. O que possibilitou as novas mudanças desse programa no governo FHC, e se ampliaram com o governo Lula, foi a sua segunda fase que tende a ser includente. “Atualmente o Fies possibilita, ao bolsista parcial do ProUni, financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. Além disso, a articulação com ProUni transformou o Fies em uma importante política pública integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE” (HERENGER; FERREIRA, 2009, p. 148).

As reivindicações do Movimento Negro levaram o Fies a operar a partir de uma lógica conjuntiva: universalista e focada, de classe e raça/cor.

Instituído em 1999, estabelece uma linha de financiamento para estudantes de nível superior que sejam pobres (mensurado por diversos indicadores pessoais e familiares), financiando, atualmente, até 50% do valor das mensalidades. Ao contrário das bolsas do Prouni, esta modalidade exige,

após a formatura, a restituição financeira aos cofres públicos, além das salvaguardas, ao tomador do empréstimo, como fiador e renda mínima. A partir de 2004, os candidatos negros ao Fies passaram a receber um bônus de 20% no índice de classificação. Com isso, entre 2004 e 2006, cerca de 36 mil estudantes afro-descendentes obtiveram acesso ao Fundo [...].(PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

ProUni e Fies são dois programas que tiveram um grande impacto na inclusão numérica de alunos afrodescendentes no ensino superior no país. Como já mostrado, até o segundo semestre de 2009, o ProUni beneficiou 276.715 (46,45%), contra aqueles que estão entre os 40 mil dentro dos programas de ações afirmativas nas universidades públicas.

2.4.3. O ProUni: luta entre o capital e a igualdade racial

Um dos objetivos desse trabalho é refletir sobre os impactos das ações afirmativas na vida dos beneficiados e executores das ações afirmativas. É oportuno trazer à tona a reflexão de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano (2008) sobre o ProUni, que para nós, aponta um conflito existente entre o capital e a igualdade racial. Estes autores nos fazem pensar sobre três pontos em relação aos programas de inclusão de negros no ensino superior.

A primeira reflexão diz respeito ao futuro mercado de trabalho:

Por outro lado, parece evidente o caráter ainda tímido destas ações. Posto que, na maioria dos casos, o acesso dos jovens afro-descendentes a instituições de ensino de menor prestígio acadêmico, o que, certamente, dará a este contingente uma menor capacidade de alocação futura no mercado de trabalho. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

Todos os autores concordam nesse ponto: que as instituições privadas de ensino oferecem uma educação de má qualidade e isso terá um impacto negativo na vida profissional desses alunos beneficiados do ProUni.

Há, ainda, outro ponto, que é um questionamento sobre “[...] as isenções fiscais dadas àquelas instituições, que, na verdade, já vinham operando com razoável capacidade ociosa [...]” (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83). Aqui podemos entender a sua adesão maciça. Citando Nilma Lino Gomes, Heringer e Ferreira (2009, p. 145), escrevem:

O ProUni, como visto, produz grande impacto inclusivo por conta de cerca de 75% das vagas do ensino superior pertencer à rede privada no Brasil. De 1995 a 2004, antes desse Programa, a média do crescimento de matrículas nesse setor era de 6,9% ao ano. Após o ProUni essa média aumentou para 8,4 (já em 2005) e continuou a crescer nos anos seguintes. Isso denota que o Programa, embora tenha caráter inclusivo, tende a fortalecer a presença do setor privado no ensino superior.

O que atraiu o setor privado do ensino não é nem tanto a política inclusiva de ações afirmativas, mas o capital. Do outro lado, as exigências do Governo e da sociedade civil têm

feito de sorte que haja uma inclusão efetiva. Sem o papel do Governo brasileiro como indutor de políticas públicas, não teríamos a entrada elevada de jovens negros e pobres nas instituições privadas no ensino como vem ocorrendo nesses últimos tempos. Sem o papel político do Movimento Negro brasileiro não chegaremos, também, nesse nível.

O terceiro ponto da reflexão é esse:

Finalmente, não deixa de ser curiosa a constatação de que, ao contrário do que ocorre nas universidades públicas, praticamente não se registram controvérsias a respeito da adoção das ações afirmativas para afro-descendentes nas universidades privadas, ficando a dúvida se isso não estaria ocorrendo pelo fato destas serem menos concorridas. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 83).

São menos concorridas pelo fato de, algumas delas, terem menos exigências no processo seletivo; além disso, oferece um ensino de má qualidade pela principal razão de tratar a educação como mercadoria.

3. Política de ações afirmativas na mira do desenvolvimento econômico multicultural

O principal problema que a política de ações afirmativas e cotas para negros têm levantado é a democratização do acesso no ensino superior para estes grupos. Só que, como já vimos, essa questão envolve outros sujeitos históricos excluídos. Além disso, o acesso ao ensino superior implica outras questões como a da permanência e do futuro mercado de trabalho. Dito em outros termos, leva a sociedade brasileira a discutir sobre a cidadania dentro e fora dos espaços escolares.

O desenvolvimento econômico multicultural não avalia só os dados quantitativos, mas qualitativos também. Apoiando-se nesse instrumento, reflete-se a relação entre políticas de ações afirmativas e cotas nas universidades, a partir de algumas questões que os opositores dessas políticas têm colocado para a sociedade brasileira.

Após acompanhamento das primeiras avaliações no país, o Programa Políticas da Cor (PPCor) do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, através do texto escrito por Pablo Gentili e Renato Ferreira (2006) “Os 10 mitos sobre cotas”, coloca em xeque os argumentos corriqueiros do campo da oposição. Partimos desse texto para uma reflexão sobre os impactos das políticas de cotas e ações afirmativas na sociedade brasileira, isto é, nas universidades e na vida dos beneficiados. A argumentação do texto de Pablo Gentili e Renato Ferreira estrutura-se em duas partes: a primeira é a colocação do problema; e, a segunda, formando o argumento *ad hoc*, constitui-se em sua resposta. A intenção, ao demonstrar isso, é trazer uma nova reflexão a partir de dados disponíveis na atualidade. Isto nos possibilitará apreciar como é

que o desenvolvimento econômico multicultural está sendo debatido e praticado nas universidades brasileiras.

Para tanto, organizo a minha reflexão em torno de três questões: 1) Ações afirmativas como espaço da aprendizagem coletiva; 2) Diálogo entre o direito e a ética; 3) Democratização do ensino superior e igualdade de oportunidade.

Seria repetição dizer que essas reflexões serão feitas a partir dos pressupostos do desenvolvimento econômico multicultural. Pois, nessa perspectiva, avaliar e refletir, significam a mesma coisa. Só que não se trata de uma especulação abstrata, mas baseada em dados empíricos que já foram analisados na primeira parte e que, será incorporado neste trabalho para a consolidação da argumentação nas próximas linhas.

3.1. Ações afirmativas como espaço da aprendizagem coletiva

Abordaremos o primeiro item: “Ações afirmativas como espaço da aprendizagem coletiva”, a partir de três questões: aceitação de cotas pela sociedade; cotas como estratégias de luta contra o racismo e desigualdades; e a miscigenação colonialista e miscigenação emancipatória.

3.1.1. Aceitação de cotas pela sociedade

Primeira questão: “*A sociedade brasileira é contra as cotas*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 2; grifo dos autores).

Diversas pesquisas de opinião mostram que houve um progressivo e contundente reconhecimento da importância das cotas na sociedade brasileira. Mais da metade dos reitores e reitoras das universidades federais, segundo ANDIFES, já é favorável às cotas. Pesquisas realizadas pelo Programa Políticas da Cor, na ANPED e na ANPOCS, duas das mais importantes associações científicas do Brasil, bem como em diversas universidades públicas, mostram o apoio da comunidade acadêmica às cotas, inclusive entre os professores dos cursos denominados “mais competitivos” (medicina, direito, engenharia etc). Alguns meios de comunicação e alguns jornalistas têm fustigado as políticas afirmativas e, particularmente, as cotas. Mas isso não significa, obviamente, que a sociedade brasileira as rejeita. (IBIDEM).

Dizer que “a sociedade brasileira é contra cotas” é uma generalização abusiva. A verdade é que uma parcela da população brasileira é contra as cotas raciais. Como já vimos, essa parcela fundamenta o seu pensamento na ideologia da democracia racial e na mestiçagem colonialista. É representada pela elite burguesa brasileira presente no funcionalismo público,

nos partidos políticos de direita, centro e esquerda (FONSECA, 2009), nas universidades e na mídia.

Outra parcela da população brasileira favorável às políticas de cotas é representada pelos movimentos sociais populares, uma elite política e intelectual ligada à esquerda. É o grupo crítico à democracia racial, que considera como mito, e que concebe o Brasil como uma nação multicultural. A concepção da sua mestiçagem é pluralista e democrática.

Este último grupo representa a maioria. Antes das eleições de 2006, a Datafolha executou uma pesquisa que foi publicada na Folha de S. Paulo (23 de julho de 2006), com esse título: “*Maioria é a favor da adoção de cota racial*” (grifo do autor). Este foi acompanhado, buscando diluir a notícia, com esse subtítulo: “Pesquisa Datafolha mostra que aprovação à proposta diminui à medida que crescem a escolaridade e a renda”. Sem querer aprofundar a crítica sobre a manipulação das informações por parte desse veículo da comunicação e do Jornal Nacional, aspecto que foi discutido com profundidade por Wania Sant’Anna no seu artigo “Para além da primeira página – O que o Jornal Nacional e a Folha de S. Paulo omitiram e o que o Instituto Datafolha investigou” (Irohìn, Brasília: ano XI, n. 17, p. 3-6, jun-jul. 2006), limito-me a apresentar os dados da Datafolha para sabermos se “a sociedade brasileira é contra cotas”. Em relação à pergunta: “Você é a favor ou contra a reserva de vagas para negros nas universidades?”: 65% de brasileiros são a favor, contra 25% que são contra; 5% “Não sabe”, e 4% “Indiferente”.

O que sabemos é que a luta pelo “poder simbólico das cotas” se faz de uma forma desigual, em desvantagem ao grupo apoiador de cotas e ações afirmativas. A Votação demorada do Projeto Lei nº 6.264/2005, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado no dia 09 de setembro de 2009 pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, indica que será preciso, da parte das organizações sociais favoráveis às cotas, uma alta capacidade de mobilização e negociação políticas. Sem isso seria difícil votar uma lei que contemple suas demandas.

Independente da indefinição do governo e de uma lei federal que regule a política de cotas, 79 universidades públicas vêm adotando o sistema de vagas com diversas modalidades, conjugando os critérios raciais e/ou sociais. Além dessas experiências bem-sucedidas, a declaração da constitucionalidade dos sistemas de cotas das universidades estatais do Rio de Janeiro pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 18 de novembro de 2009¹⁰⁴; o indeferimento do liminar dos Democratas (Arguição de Descumprimentos de Preceito

¹⁰⁴ Lei de cotas para as universidades é declarada constitucional.. Disponível em: < <http://www.acoes.ufscar.br/>>. Acessado em 04 jan. 2010.

Fundamental 186) pela Procuradoria-Geral da União e pela Advogado-Geral da União em julho de 2009¹⁰⁵ vêm dando esperança aos defensores das políticas de cotas para a sua aprovação na Suprema Justiça Federal.

3.1.2. Cotas como estratégias de luta contra as desigualdades étnico-raciais

Segunda questão: “*As cotas vão fazer da nossa [sociedade], uma sociedade racista*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 3; grifo dos autores).

O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os/as negros/as têm menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil está imbricado nas instituições públicas e privadas. E age de forma silenciosa. As cotas não criam o racismo. Ele já existe. As cotas ajudam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma efetiva medida anti-racista. (IBIDEM).

Uma das estratégias do discurso burguês é confundir os espíritos não advertidos pela retórica. Dizer que “as cotas vão fazer da nossa sociedade, uma sociedade racista” é dizer que é o remédio que está na base dos males da nossa sociedade. Dito em outras palavras, é afirmar que dar oportunidades aos negros criaria o racismo. Além disso, é esquecer que as cotas adotadas no Brasil fazem parte das políticas de ações afirmativas que têm por finalidades a correções das desigualdades históricas e o enfrentamento do racismo (SAILLANT, 2009). Trata-se de uma luta pela reivindicação dos direitos humanos.

3.1.3. Miscigenação colonialista e miscigenação emancipatória

Terceira questão: “*As cotas não podem incluir critérios raciais ou étnicos devido ao alto grau de miscigenação da sociedade brasileira, que impossibilita distinguir quem é negro ou branco no país*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 2; grifo dos autores).

Somos, sem dúvida nenhuma, uma sociedade mestiça, mas o valor dessa mestiçagem é meramente retórico no Brasil. Na cotidianidade, as pessoas são discriminadas pela sua cor, sua etnia, sua origem, seu sotaque, seu sexo e sua opção sexual. Quando se trata de fazer uma política pública de afirmação de direitos, nossa cor magicamente se desmancha. Mas, quando pretendemos obter um emprego, uma vaga na universidade ou, simplesmente, não ser constrangidos por arbitrariedades de todo tipo, nossa cor torna-se um fator crucial para a vantagem de alguns e desvantagens de outros. A população negra é discriminada porque grande parte dela é pobre, mas também pela cor

¹⁰⁵ Parecer da Procuradoria-Geral da União e da Advogacia-Geral da União. Disponível em: < <http://www.acoes.ufscar.br/>>. Acessado em 04 jan. 2010.

da sua pele. No Brasil, quase a metade da população é negra. E grande parte dela é pobre, discriminada e excluída. Isto não é uma mera coincidência. (IBIDEM).

A resposta de Pablo Gentili e Renato Ferreira (2006) nos ajuda a entender as armadilhas do discurso da “mestiçagem colonialista” que usa da retórica para dominar. A mestiçagem colonialista no Brasil sempre funcionou como celebração da “brancura” (RAMOS, 1995; BENTO, 2002) em detrimento da negritude, uma identidade afro-brasileira. Os “profetas do ódio racial”, os opositores de cotas e ações afirmativas, têm medo que os pretos e pardos assumam a sua identidade. Pois, querendo manter os privilégios que a identidade branca ou euro-brasileira tem proporcionado, militam para a destruição do projeto da identidade afro-brasileira pós-colonial.

Afirmar que a miscigenação “impossibilita distinguir quem é negro ou branco no país”, é de fato absurdo. Os brasileiros, como qualquer povo, carregam identidades atribuídas ou auto-atribuídas. Os ativistas do Movimento Negro têm defendido a inserção de critérios raciais nos registros públicos por razões pedagógicas e políticas visando à ampliação da cidadania.

No seu artigo “A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007”, buscando entender o fenômeno do aumento da população negra em processo nos períodos de 1996 e 2001, Sergei Soares (2009) escreve que nesse período a população negra tem uma nova percepção sobre a sua identidade racial.

Passam a ter menos vergonha de dizer que são negras; passam a não precisar se branquear para se legitimar socialmente. Essa mudança é um processo surpreendentemente linear, surpreendentemente claro e, ao que tudo indica, ainda não terminou.[...]

Pode-se dizer que o que está ocorrendo não é que o Brasil esteja tornando-se uma nação de negros, mas, sim, que está se assumindo como tal. (SOARES, 2009, p. 120).

“Assumir-se” como pessoa e como coletividade é um direito humano. Um ato de exercício da cidadania multicultural.

Quais são os fatores que contribuem para essa mudança? Paixão e Carvano (2008) acham que deve se levar em conta tanto os fatores demográficos como os políticos e antropológicos ocorridos entre 1995 e 2006 quando se trata da população negra em geral. À exceção da população negra, da faixa etária acima de 20 e abaixo de 49 anos, onde o fator de autopercepção seria mais determinante.

Entretanto, as alterações verificadas em termos da composição de cor ou raça nos grupos etários acima de 20 anos e abaixo de 49 anos, só podem ser entendidas como mudanças nas formas de autopercepção. Afinal, no mesmo

período, houve aumentos significativos de presença de pretos & pardos de 5,5 pontos percentuais na faixa etária entre os 20 e 24 anos; de 6,4 na faixa etária entre 25 e 29 anos; de 7,4 entre 30 a 34 anos; e, de 6,8 na entre 35 a 39 anos. De que outro modo as mudanças poderiam ser entendidas?

Assim, probabilidade de sobrevivência, em 1995, à parte, o fato é que naquele ano o contingente de pretos & pardos de 10 a 29 anos correspondia a 47,8% de todo este grupo etário. Em 2006, naquele mesmo contingente (desta vez com 20 a 39 anos de idade), o peso de pretos & pardos subiu para 50,4%. Portanto, é razoável supor que a alteração esteve associada às mudanças de forma de percepção de sua própria cor ou raça por parte de alguns contingentes que, desse modo, passaram a se reconhecer como não brancos. (PAIXÃO, CARVANO, 2008. p. 30).

Sabemos que são essas faixas etárias da população negra que se veem tocadas pelas políticas de cotas nas universidades públicas e privadas. Dentro desse grupo é que se encontra a “juventude negra” que tem sido um dos focos principal da SEPPIR em relação à questão da educação.

O acesso e a permanência da juventude negra no ensino superior referem-se a uma população que termina o ensino médio com aproximadamente 18 anos e que, muitas vezes, leva até cinco anos para ingressar no ensino superior. Nesse sentido, o debate sobre essa questão tem como foco um grupo heterogêneo, composto, na sua maioria, por estudantes que se encontram fora da faixa etária, que o Ministério da Educação considera ideal para cursarem o ensino superior, ou seja, a faixa de 18 a 24 anos. (JACCOUD, 2009, p. 182).

Não vem acaso, sem desconsiderar os fatores demográficos apontados por Paixão e Carvano (2009), o aumento do número de pessoas que se identificam como negros (que têm acima de 20 anos e abaixo de 49 anos), cuja faixa etária coincide com a população negra beneficiada pelas cotas no ensino superior; (conforme o MEC a sua idade ideal seria de 18 a 24). Além de sabermos que, muitas vezes, a juventude negra (18 a 24 anos) leva até cinco anos para ingressar no ensino superior, é preciso dizer: o grupo negro abaixo de 49 anos também, apesar de não ter encontrado dados empíricos no site do ProUni, está sendo beneficiado pelas políticas públicas no campo da educação.

Para nós, não deve ser uma hipótese, mas uma tese. O Movimento Negro é o agente principal da educação da sociedade brasileira sobre a questão da sua identidade. Reinterpretando Sergei Soares (2009), constata-se que é o Movimento Negro que levou o debate da identidade racial na esfera pública, na mídia, nas páginas de jornais, e o transformou num tema legítimo para a construção da cidadania nacional; nas telenovelas e livros didáticos vem impondo uma nova representação da imagem positiva do negro; vem exigindo a sua presença nos cargos de poder, como no Supremo Tribunal Federal; vem ensinando as instituições de ensino superior a se familiarizar com categorias classificatórias de “negros”, “afro-brasileiros”, para se referir aos alunos autodeclarados no IBGE como

“pretos” e “pardos”. Nesse processo, os beneficiados e os gestores das ações afirmativas se viram obrigados a se posicionar perante a identidade nacional. Ao classificar seus beneficiados, conforme a linguagem do Movimento Negro, as instituições do ensino superior estão colaborando, à vontade ou contra vontade, para o fortalecimento da identidade pluriétnica brasileira emancipatória.

3.2. Diálogo entre o direito e a ética

Nessa seção pretende-se refletir sobre três questões: a da constitucionalidade das cotas, do favorecimento dos negros via cotas e do prejuízo que trariam cotas na vida dos beneficiados.

Estas questões se tornam interessantes quando abordados em termos de novos desafios que são: as políticas de cotas no ensino superior para a nossa sociedade, ou seja, o desafio da ampliação da noção da justiça - justiça social e justiça histórica; de considerar as ações afirmativas e cotas sociais e cotas raciais como princípio de igualdade solidária e como direitos conquistados.

3.2.1. Ampliação da noção da justiça: justiça social e justiça histórica

Quarta questão é essa: *“As cotas ferem o princípio da igualdade, tal como definido no artigo 5º da Constituição, pelo qual ‘todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza’. São, portanto, inconstitucionais”* (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 1; grifos dos autores).

Na visão, entre outros juristas, dos ministros do STF, Marco Aurélio de Mello, Antonio Bandeira de Mello e Joaquim Barbosa Gomes, o princípio constitucional da igualdade, contido no art. 5º, refere-se à igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. A igualdade de fato é tão somente um alvo a ser atingido, devendo ser promovida, garantindo a igualdade de oportunidades como manda o art. 3º da mesma Constituição Federal. As políticas públicas de afirmação de direitos são, portanto, constitucionais e absolutamente necessárias. (IBIDEM).

Detemo-nos sobre dois julgamentos que aconteceram no STF para discutir a questão da inconstitucionalidade de cotas e do ProUni. O primeiro julgamento diz respeito às ações diretas de inconstitucionalidade referente à Lei n. 11.096/2005, que instituiu o ProUni.

O relator, ministro Carlos Ayres Brito, não catou nenhuma das alegações da Adin em seu parecer, julgando-as improcedentes. Afirma, em seu relatório, que o ProUni não fere nenhum dos princípios constitucionais, mas que, ao contrário, serve de instrumento para o efetivo cumprimento da Carta Magna, principalmente do Art. 5º da Constituição. O ministro justifica seu parecer com argumentos fundamentados nos princípios de justiça social e

lembra que o ProUni é um programa implementado por adesão e, desta forma, não feria o princípio da autonomia das universidades. Contudo, até o fim daquele ano, o julgamento não havia sido concluído. (JACCOUD, 2009, p. 60).

O segundo julgamento é o Parecer da Advocacia Geral da União, de julho de 2009, em resposta à arguição de descumprimento de preceito fundamental, número 186, movida pelos Democratas (DEM) contra UNB¹⁰⁶. Ao denegá-la, reafirma o posicionamento, até então em voga no STF, e consolida moral e juridicamente as ações afirmativas adotadas pelas universidades públicas no Brasil até que o Congresso Nacional se pronuncia sobre o projeto Lei 73/99.

O texto de Boaventura de Sousa Santos, “Justiça social e justiça histórica” (31 de ago. 2009), escrito após a publicação do ADPF 186-2 encaminhado por Gilmar Mendes em 31 de julho de 2009, traz algumas reflexões que nos ajuda a avançar no debate. Um dos pontos interessante desse artigo é que os defensores de cotas devem ficar atentos para não cair nas armadilhas da oposição. A crítica e a autocrítica são armas a serem usadas para a ampliação e o fortalecimento do debate. Santos denunciou a admiração de Gilmar Mendes em relação ao paradigma da democracia racial.

[Gilmar Mendes] perguntou se estaria abrindo mão da ideia de um país miscigenado e adotando o conceito de nação bicolor, que opõe "negros" a "não negros", e se não haveria forma mais adequada de realizar “justiça social” - por exemplo, cotas pelo critério da renda. (SANTOS, 2009, s.n.).

Mas não parou só na crítica, reconheceu, também, que situar o juízo da constitucionalidade no horizonte da “fraternidade” é uma importante inovação no discurso do Supremo, mas é preciso interpretá-la a partir da “história”.

Mas, assim como o debate sobre a adoção de ações afirmativas baseadas na cor da pele não pode ser dissociado do modo como a sociedade brasileira se organizou racialmente; o debate sobre a concretização da Constituição não pode desprezar as circunstâncias históricas nas quais ela se insere. (SANTOS, 2009, s.n.).

O pensamento de Santos vai ao encontro do pensamento do Movimento negro que busca inserir a questão de políticas de cotas na ótica das políticas das reparações contra as injustiças sofridas pelo povo negro no escravismo, na pós-abolição e na pós-constituente.

Como já escrevi nesta seção, o ideário da fraternidade nas revoluções européias caminhou de par com a negação da fraternidade fora da Europa

¹⁰⁶ Nos dias 03 a 04 de maio de 2010, o STF realizou uma audiência pública, preparando seus integrantes para o julgamento sobre a constitucionalidade das cotas no ensino superior. Foi um debate republicano de aprendizagem coletiva sobre a democracia. O material produzido deve ser explorado para próximas pesquisas - Disponível em : <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudenciaPublicaAcaoAfirmativa>>. Acessado em 10 de maio 2010.

("As dores do pós-colonialismo", 21/8/06). No "novo mundo", a prosperidade foi construída à base da usurpação violenta de territórios originários dos povos indígenas e da sobre-exploração dos escravos para aqui trazidos. Por essa razão, no Brasil, a injustiça social tem forte componente de injustiça histórica e, em última instância, de racismo anti-índio e antinegro. ("Bifurcação na Justiça", 10/6/08). (SANTOS, 2009, s.n.).

É preciso sair das armadilhas da ideologia da miscigenação colonial. Isto é, sair da retórica para ações efetivas de enfrentamento de desigualdades sociais e raciais.

Em contraste com outros países (EUA), o Brasil apresenta um grau bem maior de miscigenação. A questão é saber se esse maior grau de miscigenação foi suficiente para evitar a persistência de desigualdades estruturais associadas à cor da pele e à identidade étnica, ou seja, se o fim do colonialismo político acarretou o fim do colonialismo social. Os indicadores sociais dizem que essas desigualdades persistem. [...]. (SANTOS, 2009, s.n.).

Em outros termos evitar a confusão entre democracia racial como "dado" e democracia racial como "projeto". Como dado ela não existe, como projeto é o projeto do desenvolvimento econômico multicultural a ser construído.

Falar em fraternidade no Brasil significa enfrentar o peso desse legado, grande desafio para um país em que muitos tomam a ideia de democracia racial como dado, não como projeto. Mas, se o desafio for enfrentado pelas instituições sem que se busque diluir o problema em categorias fluidas como a de "pobres", o país caminhará não só para a consolidação de uma nova ordem constitucional, no plano jurídico, como também para a construção de uma ordem verdadeiramente pós-colonial, no plano sociopolítico. (SANTOS, 2009, s.n.).

O posicionamento favorável do STF às ações de inclusão das universidades públicas e privadas está lá para assegurar a ordem pós-abolição no plano sociopolítico de expansão de direitos dos negros. É aqui que nasce a miscigenação emancipatória, uma identidade pós-colonial construída a partir do pluralismo étnico-racial, político e ético, de uma fraternidade real e realista, não fundamentada na hipocrisia burguesa. O Movimento Negro deve pressionar o Poder Judiciário para transformar as ações afirmativas em curso em leis. Pois, "[...] não é possível pensar na consolidação das ações afirmativas no país se este poder não estiver em posição de apoio a tais políticas de promoção de justiça social" (JACCOUD, 2009, p. 60) e "justiça histórica" (SANTOS, 2009, s.n.). Isso significa que numa nação multiétnica como o Brasil, é impossível falar-se em promoção dos direitos humanos, da cidadania como caminho de desenvolvimento de suas populações sem levar-se em conta a história das relações étnico-raciais.

3.2.2. Cotas sociais e cotas raciais como princípio de igualdade solidária

Quinta questão: *“As cotas vão favorecer aos negros e discriminar ainda mais aos brancos pobres”* (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 3; grifo dos autores).

Esta é, quiçá, uma das mais perversas falácias contra as cotas. O projeto atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, PL 73/99, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, favorece os alunos e alunas oriundos das escolas públicas, colocando como requisito uma representatividade racial e étnica equivalente à existente na região onde está situada cada universidade. Trata-se de uma criativa proposta onde se combinam os critérios sociais, raciais e étnicos. É curioso que setores que nunca defenderam o interesse dos setores populares ataquem as cotas porque agora, segundo dizem, os pobres perderão oportunidades que nunca lhes foram oferecidas. O projeto de Lei 73/99 é um avanço fundamental na construção da justiça social no país e na luta contra a discriminação social, racial e étnica. (IBIDEM).

Políticas de cotas, na literatura especializada, como modalidade de políticas de ações afirmativas, fazem parte das ações conhecidas também como “políticas de discriminação positiva”. Essas operam a partir do princípio ético-jurídico, segundo o qual é preciso tratar de forma diferente os desiguais para dar oportunidades aos grupos menos favorecidos historicamente.

No debate atual, no Brasil, o que existe de fato, são as diferenças de concepção de políticas públicas entre os defensores da democracia racial e do paradigma da igualdade racial. A partir da avaliação das ações afirmativas em curso nas universidades públicas e privadas, o que fica obvio é que as cotas não têm só favorecido à população negra, mais também, a outros excluídos da sociedade. Entre os beneficiados, elas contemplam: negros, indígenas, brancos pobres, alunos oriundos de ensino público e portadores de necessidades especiais. O princípio de fraternidade apontado por Santos (2009, s.n.) é interpretado, aqui, em termos de “justiça solidária” dos negros para com outras camadas de excluídos da sociedade brasileira.

Seus benefícios se têm estendido, também, para os agentes executores. Para as universidades privadas, o ProUni, por exemplo, tornou-se um bom negócio (PAIXÃO; CARVANO, 2008). As instituições públicas e privadas têm trazido a questão da diversidade como um campo de construção de uma democracia plural, isto é, que implica a presença e o reconhecimento de novos atores no processo da construção da nação.

Na sua luta política para a transformação de políticas de cotas em leis, o Movimento Negro deve se servir dessas alianças para impor o novo pacto social onde cotas sociais e cotas raciais se combinam para a inclusão de negros e brancos pobres.

3.2.3. Cotas e ações afirmativas como direitos conquistados

Sexta questão: “*As cotas são prejudiciais para os próprios negros, já que os estigmatizam como sendo incompetentes e não merecedores do lugar que ocupam nas universidades*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 3; grifo dos autores).

Argumentações deste tipo não são frequentes entre a população negra e, menos ainda, entre os alunos e alunas cotistas. As cotas são consideradas por eles, como uma vitória democrática, não como uma derrota na sua auto-estima, ser cotista é hoje um orgulho para estes alunos e alunas. Porque, nessa condição, há um passado de lutas, de sofrimento, de derrotas e, também, de conquistas. Há um compromisso assumido. Há um direito realizado. Hoje, como no passado, os grupos excluídos e discriminados se sentem mais e não menos reconhecidos socialmente quando seus direitos são afirmados, quando a lei cria condições efetivas para lutar contra as diversas formas de segregação. A multiplicação, nas nossas universidades, de alunos e alunas pobres, de jovens negros e negras, de filhos e filhas das mais diversas comunidades indígenas é um orgulho para todos eles. (IBIDEM).

Um dos aspectos justificativos do poder simbólico das ações afirmativas e cotas é o fato de que, no debate que o Movimento Negro tem travado na esfera pública, tem colocado esse tema no plano de “direitos”: direitos humanos, direitos constitucionais, direitos econômicos, sociais, culturais e políticos. Portanto, a sua emergência não é fruto de passividade, mas de longas lutas históricas para ampliação da sua cidadania. Por isso, são vistas como conquistas históricas.

No campo da educação, por exemplo, as ações afirmativas se transformam em oportunidades de entendimentos dos rótulos burgueses e racistas que os têm tratado como “incompetentes”. A educação é um caminho de entendimento da baixa auto-estima racial como mecanismo de alienação e dominação.

Do ponto de vista pesquisa de campo, em meus contatos pessoais, com alunos cotistas da ProUni e das universidades públicas, não cheguei a encontrar jovens negros com auto-estima abalada, pelo contrário; através de encontros de formação, as instituições promotoras de ações afirmativas têm procurado trabalhar essa questão da identidade. Nas universidades públicas, os NEAB's atuam como espaços de conscientização sobre seus direitos e identidade racial (BENEDITO, 2006). Cotas são vistas como direitos históricos e direitos à diferença.

3.3. Democratização do ensino superior e igualdade de oportunidade

A seção “Democratização do ensino superior e igualdade de oportunidade” pretende refletir sobre quatro questões, a saber: o mérito e igualdade de oportunidade; o desempenho

dos cotistas visto como cumprimento de profecia de esperança para seus defensores; a qualidade do ensino público e inclusão étnico-racial; e a política de manutenção, tratada como desafio da permanência e cidadania. Nesse último ponto levantar-se-á, também, as questões seguintes: o suporte financeiro e pedagógico e o ambiente escolar afirmativo que os cotistas necessitam para a realização do seu projeto profissional.

3.3.1. Mérito e igualdade de oportunidades

Sétima questão: *“As cotas subvertem o princípio do mérito acadêmico, único requisito que deve ser contemplado para o acesso à universidade”* (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 1; grifo dos autores).

Vivemos numa das sociedades mais injustas do planeta, onde o “mérito acadêmico” é apresentado como o resultado de avaliações objetivas e não contaminadas pela profunda desigualdade social existente. O vestibular está longe de ser uma prova equânime que classifica os alunos segundo sua inteligência. As oportunidades sociais ampliam e multiplicam as oportunidades educacionais. (IBIDEM).

Bourdieu (1975) e Guimarães (1999), cada um num espaço geográfico diferente, têm debatido a questão do mérito na educação. Ambos têm denunciado os mecanismos de reprodução da ideologia burguesa presente no espaço escolar. Tal ideologia opera no sentido da manutenção dos privilégios das elites tanto na França, no caso de Bourdieu, como no Brasil, no caso de Guimarães. Refletindo a respeito, fundamento-me nos programas de ações afirmativas em curso no país.

A introdução feita pelas universidades públicas e pelo idealizador do ProUni, o MEC, nos critérios de seleção alternativos para o acesso de jovens negros, indígenas, brancos pobres, de ensino médio e portadores de necessidades especiais, traz um confronto ao modelo tradicional: o vestibular. Esse confronto é uma crítica contra os mecanismos sociais de reprodução das injustiças sociais, étnico-raciais e sexuais, que usam do mérito como ideologia justificadora da ordem dominante.

Ditos em outros termos, a elite brasileira usa do princípio de mérito para manter a ordem burguesa estabelecida. Acontece que a crença nos privilégios trazidos por este princípio leva essa elite a camuflar suas bases sociais, históricas e culturais. Ao optar pelo sistema de cotas raciais e de bônus para negros, as universidades públicas reconheceram as denúncias do Movimento Negro e das pesquisas das Ciências Sociais de que o escravismo, o racismo, o preconceito produzem as desigualdades étnico-raciais. Não só isso. Ao estender as políticas de cotas para os alunos pobres oriundos de ensino médio público, reconhecem,

também, que existe uma desigualdade social que afeta negros e brancos pobres. Parece-me que essa é a epistemologia conjuntiva encontrada pelo povo brasileiro.

O sucesso de sistemas de cotas, no momento atual, nos leva a afirmar que, além do uso político do princípio meritocrático já falado, o vestibular, contém falhas. Como invenção humana é imperfeita. A sua correção, levando em conta a história brasileira, passa via de regra pela introdução de novos modelos ou a sua combinação com outros sistemas, como cotas sociais e raciais e o ENEM.

3.3.2. Desempenho dos cotistas como profecia da esperança

Oitava questão: “*As cotas baixam o nível acadêmico das nossas universidades*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 2; grifo dos autores).

Diversos estudos mostram que, nas universidades onde as cotas foram implementadas, não houve perda da qualidade do ensino. Universidades que adotaram cotas (como a Uneb, Unb, UFBA e UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é o mesmo, não havendo diferenças consideráveis. Por outro lado, como também evidenciam numerosas pesquisas, o estímulo e a motivação são fundamentais para o bom desempenho acadêmico (IBIDEM).

Não se trata de uma simples retórica. As afirmações dos autores se fundamentam em pesquisas empíricas. Vou trazer alguns casos. Todavia, pode se dizer que a literatura sobre o assunto nos assegura a sua generalização. (JACCOUD, 2009; HERINGER; FERREIRA, 2009; PAIXÃO; CARVANO, 2008).

José Luis Petruceli em “Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes” faz observar:

Com metade dos docentes entrevistados já tendo ministrado cursos para cotistas (251), a tabela a seguir mostra a distribuição dos mesmos segundo a avaliação do desempenho destes alunos. Pode-se constatar como uma ampla maioria de quase 74% dos professores considera o desempenho dos cotistas bom ou muito bom, variando este percentual entre mais de 50% na UFAL, 65% na UERJ e até mais de 75% na UNEB e na UnB. Entretanto, um 19% avalia seu desempenho como regular e apenas 6% o avalia como ruim. (PETRUCCELLI, 2006, p. 14).

No mesmo ano de 2006, Delcele Mascarenhas Queiroz e Jocélio Teles dos Santos avaliam o desempenho de cotistas e não cotistas levando em conta a média desses grupos na UFBA. Analisaram o desempenho desses alunos no ingresso pelo vestibular como a sua *performance* durante o curso em 2005 nessa universidade. Com foco nesse último aspecto e pela simples razão, parafraseando Delcele Mascarenhas Queiroz e Jocélio Teles dos Santos, pode-se afirmar que a adoção do sistema de cotas por universidades públicas, nos últimos nove

anos, já nos permite analisar dados sobre o impacto do novo sistema de ingresso à universidade. Este fato é significativo, já que somente tínhamos dados sobre o ingresso e o desempenho no vestibular.

Nas palavras dos autores: “Na UFBA, em onze dos dezoito cursos de maior concorrência, ou seja, 61% deles, os cotistas obtiveram coeficientes de rendimento iguais ou melhores que os não-cotistas, como mostra a tabela a seguir” (QUEIROZ; SANTOS, 2006, p. 773).

Tabela 19: Distribuição percentual dos alunos cotistas e não-cotistas com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0 nos cursos de maior concorrência nos dois semestres do ano de 2005.

CURSO	COTISTAS	NÃO COTISTAS
Administração	83,3	95,4
Arquitetura	85,6	81,3
Ciências da Computação	66,6	53,7
Comunicação – Jornalismo	100,0	87,5
Comunicação – Produção Cultural	100,0	88,9
Direito	95,2	88,9
Enfermagem	87,5	64,2
Engenharia Elétrica	55,5	75,0
Engenharia Mecânica	75,0	100,0
Engenharia Civil	94,1	80,0
Farmácia	92,3	82,3
Fonoaudiologia	100,0	88,9
Medicina	93,3	84,6
Medicina Veterinária	77,0	81,0
Nutrição	87,5	92,3
Oceanografia	27,2	40,0
Odontologia	100,0	100,0
Psicologia	77,8	100,0

Fonte: QUEIROZ; SANTOS, 2006, p. 734.

Não estamos mais no plano de discursos ideológicos. As avaliações feitas, como a da UFBA, levam-nos a arriscar dizer que o desempenho positivo dos cotistas se manifestaram, para os defensores de cotas, como o cumprimento da profecia da esperança.

Outra avaliação que poderia nos servir de suporte de reflexão sobre o processamento do multiculturalismo nas universidades públicas é da UNIFESP.

Na Unifesp, cotistas têm desempenho igual ao dos demais.

Os resultados do primeiro ano do sistema de cotas na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostram que quase não há diferença entre o desempenho de cotistas e não cotistas. Os gráficos indicam que a maior parte dos estudantes dos dois grupos tirou notas entre 8 e 8,5 em provas e trabalhos. A quantidade de notas mais baixas ou mais altas também é semelhante. A Unifesp é a primeira e única instituição de São Paulo a adotar as cotas.

O estudo mostra que o desempenho dos alunos durante o curso acompanha o do vestibular. Ou seja, estudantes que se saíram bem no exame de seleção também continuam bem na universidade.

O sistema da Unifesp oferece, desde o ano passado, 10% das vagas para negros ou índios que tenham estudado em escolas públicas. Hoje, há 27 cotistas nos cursos de Medicina, Fonoaudiologia, Enfermagem, Ciências Biomédicas e Tecnologia Oftálmica.¹⁰⁷

Só que o pró-reitor dessa instituição revelou a sua visão elitista: “Pelo nosso processo, conseguimos selecionar candidatos bem preparados. Se fossem mais de 10% provavelmente não teríamos o mesmo resultado; diz o pró-reitor de Graduação da Unifesp, Luiz Eugenio Mello¹⁰⁸; e o jornal retoma a sua interpretação: “As notas no vestibular mostraram que as médias de cotistas e não cotistas eram semelhantes. Os negros, no entanto, vinham de famílias mais pobres e tinham menos acesso à informática ou bibliotecas”¹⁰⁹. É, sobretudo, esse trecho que revela a visão burguesa do pró-reitor da UNIFESP: “Para Mello, sistemas de cotas que exigem percentuais acima de 10% podem acabar baixando o nível dos estudantes da universidade. ‘Podemos ter de começar a ensinar a ler e a escrever, o que seria desperdício de recursos’...”¹¹⁰.

Essa afirmação não se comprova. Nem na UFBA que têm uma reserva de 40%, como já mostrado acima, nem na Universidade de Londrina que detém uma cota de 40% para estudantes oriundos de escolas públicas, e dentro desse número 20% se destina a candidatos negros. O Seminário de Políticas de Ações Afirmativas para a Inclusão Racial no Ensino Superior, realizado entre 21 e 22 de agosto de 2006, na UnB, corrobora essa afirmação.

Provavelmente, a mais importante conclusão de seminário, avaliada por levantamentos realizados em várias universidades, refere-se ao fato de que não há um problema de mérito relacionado aos alunos cotistas. Como relatou a maioria das universidades presentes, no fim do primeiro ano os alunos cotistas não se distinguem dos demais em todos os cursos. Em alguns casos, o desempenho dos cotistas está mesmo acima da média, como foi observado pela Universidade Estadual de Londrina. (IPEA, 200, p. 303).]

O referido seminário destacou, também, os baixos índices de evasão dos cotistas e os baixos índices de estudantes aprovados no vestibular que não efetivam a matrícula. Para os expositores, essa trajetória é explicada pela alta motivação desses estudantes e pelo fato de as cotas permitirem o acesso de bons alunos (alunos que se destacavam em suas escolas de origem) às universidades. Além disso, os apresentadores enfatizaram o efeito positivo das

¹⁰⁷ O Estado de S. Paulo, 21/12/2005. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/vukucrishi.mmp>>. Acessado em 07 de jan. 2010.

¹⁰⁸ O Estado de S. Paulo, 21/12/2005. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/vukucrishi.mmp>>. Acessado em 07 de jan. 2010.

¹⁰⁹ IBIDEM.

¹¹⁰ IBIDEM.

cotas nos cursos mais concorridos (como por exemplo, medicina e direito), mostrando que elas atuam no sentido de quebrar a hegemonia racial anteriormente existente e alterar, significativamente, a cor dos alunos e, no futuro, a cor dessas categorias profissionais. Na UnB, por exemplo, a presença negra no corpo discente, que era de 2% em 2004, passou a 12,5% em 2006.

A intenção do pró-reitor da UNIFESP e do jornal era atacar as ações e o projeto lei em andamento no Congresso que preveem um percentual acima de 10% e que buscam estabelecer uma hegemonia negra, no sentido gramsciano do termo, nos espaços de poder que proporciona a universidade. Já o trecho seguinte nos mostra que é preciso encarar as ações afirmativas como coisas humanas, isto é, cujos atores são repletos de limitações e superações. Como tal podem trazer benefícios para a sociedade e para a própria comunidade universitária, como a superação dos preconceitos, por exemplo.

‘Eles tiveram uma dificuldade inicial, mas venceram’, diz o professor de psiquiatria da Unifesp e coordenador do sistema de cotas na instituição, Marcos Ferraz. Segundo ele, os números do desempenho dos alunos no primeiro ano de curso conseguiram acabar com os preconceitos em relação ao sistema, que existiam dentro da própria Unifesp. Para Ferraz, as notas dos cotistas tendem a aumentar no próximo ano e se igualar plenamente as do restante.¹¹¹

A afirmação desse professor da UNIFESP mostra como quando acompanhadas, as ações afirmativas podem ter um efeito positivo no processo da construção da identidade nacional, convivência entre os racialmente diferentes.

“Estamos muito integrados, ninguém mais percebe quem é cotista e quem não é”, diz Luciano José dos Santos, que tem 63 anos e ingressou em Medicina pelo sistema de cotas. Ele conta que só faltou às aulas quando foi ‘absolutamente necessário’ e que o mesmo ocorreu com todos os colegas cotistas. “São alunos exemplares.”¹¹²

O desempenho de jovens negros e pobres, que tiveram acesso ao ensino superior pelas políticas focais ou universalistas, nos interpela no sentido de repensar as chances de oportunidades de acesso a essas estruturas burguesas. Democratizar o ensino superior significa encontramos instrumentos alternativos de acesso a esses espaços de saber, implementar políticas de permanência que passa pela reforma do espaço escolar, o corpo administrativo, docente, discente e o currículo. Significar reconciliar a universidade com a sua primeira missão: educar para a cidadania multicultural (MORIN, 1995).

¹¹¹ O Estado de S. Paulo, 21/12/2005. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/vukucrishi.mmp>> Acessado em 07 de jan. 2010.

¹¹² IBIDEM; grifo do autor.

3.3.3. Qualidade do ensino público e inclusão étnico-racial

Nona questão: “As cotas constituem uma medida inócua, porque o verdadeiro problema é a péssima qualidade do ensino público no país” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 2; grifo dos autores).

É um grande erro pensar que, no campo das políticas públicas democráticas, os avanços se produzem por etapas sequenciais: primeiro melhora a educação básica e depois se democratiza a universidade. Ambos os desafios são urgentes e precisam ser assumidos enfaticamente de forma simultânea. (IBIDEM).

Os dados sobre programas de ações afirmativas em educação pública e privada nos autorizam afirmar que as cotas são medidas eficientes para o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no campo da educação. Permitem-nos também colocar em xeque a visão etapista e universalista dos opositores das ações afirmativas, como bem colocaram os autores de “10 Mitos sobre Cotas”.

Do ponto de vista da quantidade, as políticas de ações afirmativas implementadas nas universidades públicas contemplaram, até 2007, em torno de 40 mil alunos, sendo a UERJ campeã, com mais de 6.488 mil beneficiados ¹¹³.

Para Jaccoud (2009, p. 188), a maior parte das vagas de sistemas de cotas foram abertas entre os anos de 2005 e 2008, quando 23 instituições públicas passaram a implementar tais programas. Outro fato que chama atenção, e que coloca em xeque o argumento dos opositores, é que em média, durante esse período, cerca de 7.850 estudantes negros poderiam ser matriculados, a cada ano, nas instituições públicas do ensino devido às cotas.

Porém, pelo fato das universidades públicas brasileiras realizarem, anualmente, 331 mil matrículas, conforme os dados do Censo Educacional de 2005, do MEC, pode se concluir que existe uma restrita relevância numérica das novas vagas abertas pelos sistemas de cotas raciais. Essas vagas, nos cálculos de Jaccoud et ali, correspondem, na atualidade aproximadamente a 2,37% do total das matrículas anuais. Se a totalidade das vagas potenciais fosse preenchida, de 2001 a 2008, pouco mais de 51 mil indivíduos teriam sido beneficiados; número que os autores julgam pouco expressivo face a 1,2 milhão de alunos matriculados, em 2006, na rede pública de ensino superior.

Do ponto de vista inclusão quantitativa no ensino superior o ProUni é que tem o melhor desempenho. Pois, até o segundo semestre de 2009, beneficiou 887.445 mil alunos de

¹¹³ Estadão de hoje, 27 jan. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080127/not_imp115693,0.php>. Acessado em 07 jan. 2010.

todas as raças, sendo 283.298 brancos (47,56%) e 276.715 negros (46,45%). Até 2011, estima-se que ofereça 1 milhão de bolsas para alunos de todas as raças. Dentro desse número, poderá alcançar 350 mil alunos negros (JACCOUD, 2009, p. 2001).

Dois desafios nos são apresentados pelos programas de ações afirmativas nas universidades públicas e privadas:

Primeiro: A reconciliação entre a questão de qualidade e de inclusão étnico-racial. Como incluir sem oferecer uma educação de má qualidade? Como incluir sem ferir a cidadania dos incluídos? É nesse nível que se encontra o debate. A vigilância da sociedade civil, do Movimento Negro é fundamental nesse sentido. Quero trazer a reflexão do ponto de vista da teoria do desenvolvimento econômico multicultural. Acredito que as reflexões teóricas combinadas com as vivências do pesquisador, o que chamo de “bioepistemologia”, são instrumentos interessantes nesse ponto.

Segundo: quando os “profetas do ódio racial” alegam que “o verdadeiro problema é a péssima qualidade do ensino público no país”, o que pretendem apontar é a má qualidade da educação básica. Esquecem-se de que esse problema, afeta, também, o ensino superior, tanto o privado como o público, uma vez que ambos têm deixado de lado, por interesses políticos, econômicos e ideológicos, as questões vitais da maioria da população brasileira: o desenvolvimento da população negra no nosso país. A exceção de uma minoria da elite intelectual negra e branca solidária que têm se comprometido nesse sentido. Enfim, os opositores de cotas raciais, além de mal enxergar os males da nossa sociedade, alegam também soluções erradas: políticas públicas universalistas.

O desenvolvimento econômico multicultural como bioepistemologia, concorda que há problemas na educação básica. Só que esses problemas afetam, de forma diferenciada, os grupos étnico-raciais que compõem a nação brasileira. Quanto à origem desses problemas, entende-se que são de ordem socioeconômica e sociorracial.

Apesar dos dados positivos ao longo da última década, o Brasil não universalizou o acesso ao ensino fundamental, se tomarmos como referência o número de concluintes da oitava série em relação aos que se matriculam nas primeiras séries. Situação ainda mais crítica ocorre no ensino médio, onde encontramos 37,3% dos matriculados com mais de 18 anos, evidenciando uma grande defasagem entre idade e série (IBGE, 2005). Desnecessário dizer que este dado guarda perversa correspondência com a cor dos estudantes (33,1% entre estudantes brancos e 46,6% entre estudantes pretos e pardos. (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 156).

Essas desigualdades persistem quando se analisa outros indicadores como apontam os estudos de Paixão e Carvano (2008) e IPEA (2007). Por isso, as ações a ser desenvolvidas

devem se basear numa epistemologia e política conjuntivas, isto é, nas políticas públicas de cunho focal e universalista.

O enfrentamento da desigualdade e da discriminação no ensino deve agir em diferentes frentes, entre as quais na educação básica. [Conforme tem sido demonstrado [...], em diversos aspectos os negros encontram-se em situação desfavorável em relação aos brancos: na inserção na escola, especialmente no ensino médio; na defasagem escolar – inadequação entre idade e série; na repetência, entre outros. Faz-se necessário empreender políticas com vistas a sanar esses hiatos. Além disto, é preciso combater a discriminação e os alicerces do preconceito por meio de políticas valorativas. Nesse sentido, professores, materiais didáticos, ambientes escolar devem propagar valores de equidade e não perpetuar atitudes, idéias e valores favoráveis à discriminação. (IPEA, 2007, p. 304).

Muitos dos problemas educacionais que encontramos na educação básica estão presentes, também, no ensino superior privado e público. Focando, somente, numa dupla questão: a inclusão e exclusão dos alunos negros. Os dados disponíveis nos mostram que as instituições privadas são aquelas que mais incorporam alunos negros. O paradoxo que fica é que são as mesmas que oferecem uma educação de baixa qualidade. O problema que se coloca é de sabermos quais profissionais negros queremos para nossas comunidades e para o nosso país?

Jaccoud (2009) afirma que no lado oposto, as universidades públicas sempre foram excludentes referentes aos alunos negros no que diz respeito a sua presença quantitativa, mesmo nesse último período de implementação de políticas de cotas o seu número continua sendo modesto. Quando se fala de qualidade do ensino superior público brasileiro, é preciso se perguntar em relação a quem e ao quê? A primeira pergunta nos remete ao público que ele atende. Nesse ponto não há dúvida de que ele é excludente em relação ao alunado negro e branco pobre. A segunda pergunta nos leva à questão de conteúdo e metodologia. O pensamento dominante brasileiro sempre trabalhou a partir de uma epistemologia universalista que muito se distancia dos verdadeiros problemas da sua população pluriétnica. É o que identificamos com Guerreiro Ramos (1995), como “ciência consular”. Discutir uma educação de qualidade nas universidades públicas e privadas, do ponto de vista do desenvolvimento econômico multicultural, é usar da ciência para pensar os problemas relativos aos grupos étnico-raciais que compõem a nação brasileira.

O que vem sendo feito no Brasil para superar essa situação de desigualdade étnico-racial? Respondendo a essa pergunta, restrinjo-me na educação básica. Deixarei a minha reflexão em relação ao ensino superior quando for responder sobre o tema da permanência dos cotistas, mesmo sabendo que tem a ver, também, com os alunos negros que antecedem essa fase escolar.

Recorrendo a um instrumento, que pode ser interessante no procedimento metodológico do desenvolvimento econômico multicultural, tem-se a história social do objeto em análise. Como já dito, tal instrumento é de procedimento bourdieusiano. Uma breve história das ações afirmativas nos levaria a constatar que antes de se tornar práticas do Estado e outros setores da sociedade, as organizações negras já vinham tomando em mão o seu próprio destino de desenvolvimento. Na educação não foi diferente. Numa história de longo alcance tal auto-sustentabilidade remontaria nas resistências negras desde o século XVI. A educação é entendida aqui no seu sentido difuso como aprendizagem coletiva para a liberdade (PAIXÃO, 2007; SILVA, 2006).

Nilma Lino Gomes (2009, p. 44) acha que a não ser contemplada pelas políticas públicas diante da necessidade e da demanda pelo saber, a população negra do século XIX, no período do Império e na primeira metade do século XX, realizou um esforço específico rumo à sua própria escolarização. No que diz respeito à atuação das organizações negras na educação básica desse último período citado por Nilma Lino Gomes, pode-se citar os casos da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola dos Ferroviários de Santa Maria (RS), a Escola da Frente Negra Brasileira, em São Paulo, que chegou a promover cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório. Para Jaccoud (2009, p. 183), tratava-se de escolas comunitárias para crianças negras em suas sedes, em algumas regiões do Brasil.

Para Nilma Lino Gomes (2009), as organizações negras brasileiras nos anos 1960 e 1970 demandaram respostas do Estado para as questões de ordem nacional e educacional. Não mais escolas mantidas pela própria comunidade negra e nem o processo de inserção subalterno devido à omissão do próprio Estado, mas sim a sua garantia do direito da população negra à escola pública.

Ressaltamos, aqui, duas questões no ativismo do Movimento negro dos anos de 1980. A primeira é de ordem interna e a segunda externa. Nos anos de 1980, “surgiu no Brasil o movimento de cursinhos pré-vestibulares ligados ao Movimento Negro e voltados para a juventude negra e carente” (JACCOUD, 2009, p. 184). Aqui também temos um elemento da epistemologia conjuntiva. No estado do Rio de Janeiro foi criado, em 1986, o Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASSUFRJ), atual Sindicato dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal de Rio de Janeiro (SINTUFRJ). Outra iniciativa, para estes autores, foi o curso Mangueira Vestibulares, destinado aos estudantes da comunidade do Morro da Mangueira, criado em 1992. Em São Paulo, os cursos pré-vestibulares iniciaram sua história em 1989, por iniciativa

da Pastoral da Igreja Católica. Na Bahia, para finalizar, uma das primeiras iniciativas foi a experiência da Cooperativa Steve Biko que, em 1992, criou um curso pré-vestibular, objetivando apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na universidade. O ponto comum entre essas iniciativas é que carregam práticas pedagógicas anti-racistas.

Heringer e Ferreira (2009, p. 149) trazem também dois exemplos de cursos pré-vestibulares comunitários que surgiram nos anos 1990 e que continuam atuando até hoje. A Educafro, criada em 1992, em São João de Meriti, Baixada Fluminense, e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), fundado em 1993, na mesma região que Educafro. Congregam centenas de núcleos de preparação de jovens para o vestibular. Ao lado desse trabalho concreto, estas organizações têm também atuado, politicamente, na defesa das políticas de ações afirmativas, na luta pela isenção das taxas de inscrição para os vestibulares das universidades públicas e na busca de alternativas para o apoio à permanência dos estudantes nas universidades. A Educafro tem atuado ainda nas universidades privadas buscando bolsas para seus candidatos. Tem desenvolvido práticas pedagógicas de cidadania com recorte racial.

A segunda atuação tem a ver com o relacionamento do Movimento Negro com o Estado. Volto aos anos de 1980 para entendê-lo melhor. Como ator social, desempenhou-se na elaboração da Constituição Federal de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). No entanto, afirma Gomes (2009), esses dois documentos não contemplaram, de fato, suas reivindicações em prol à educação étnico-racial:

Contemplando esse processo, é possível entender o significado genérico do antigo artigo 26 da LDB, que só foi revisado e alterado pela Lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras) e pela introdução do artigo 79 b (inclusão do dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra, no calendário escolar). (GOMES, 2009, p. 46).

Concordo com Gomes (2009), pois as mudanças do discurso e reivindicações do Movimento Negro dos anos 90 e do século seguinte, são aquelas que se traduziram em intervenções de tipo focal, isto é, ações afirmativas para negros (no primeiro momento das reivindicações). Estas tinham por intenção o enfrentamento das políticas públicas de caráter universalista, instituídas pós-ditadura militar. Tudo isso, porque não atendiam as demandas da grande massa da população negra e não se comprometiam com o combate ao racismo.

O multiculturalismo emancipatório foi uma arma política e intelectual que os movimentos dos excluídos brasileiros encontraram para traduzir suas reivindicações na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (SILVA, 2006). Um projeto desenvolvido pelo MEC durante os anos de 1995 e 1996, que culminou com a sua aprovação

pelo Conselho Nacional de Educação. Mais uma vez, Gomes alerta: “Dentre os temas transversais dos PCN encontra-se a Pluralidade Cultural, na qual as questões da diversidade foram contempladas ainda dentro de uma perspectiva universalista de educação” (GOMES, 2009, p. 47). Portanto, faltou combiná-la com uma perspectiva particularista.

É dentro desse espaço histórico que as mudanças significativas no plano da educação, para negros, começaram emergir no início dos anos 2000. As políticas de ações afirmativas passaram a fazer parte do compromisso assumido internacionalmente pelo Estado brasileiro. Um dos motivos dessa inflexão, conforme Gomes (2009), deve-se ao processo de mobilização e aos resultados da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

A partir de 2003, com advento do governo Lula, o compromisso assumido em Durban se traduz em políticas concretas. Destaca-se a criação da SEPPIR no mesmo ano. No MEC é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004. É nesse contexto político internacional e das pressões internas do Movimento Negro pela adoção de políticas públicas de ação afirmativa e de combate ao racismo, antes e pós Durban, que é sancionada a Lei 10.639/03. De 2003 a 2009, o Estado e a sociedade civil têm procurado mecanismo para a efetivação dessa lei no ensino infantil, fundamental, médio e superior com intuito de proporcionar uma educação de qualidade.

As ações do Estado, do setor privado e da sociedade civil, na atualidade, no sentido de trabalhar a questão de qualidade de educação básica, do ponto de vista da lei 10.639/03, têm-se focalizado na capacitação dos gestores, professores; na revisão do material didático, na introdução de novas metodologias de ensino inclusivo, na sensibilização para a criação de espaços escolares comprometidos com a diversidade e enfrentamento do racismo, e na formação de uma nova geração de alunos guiados por essa nova educação cidadã. Apesar da existência dessas iniciativas do Estado e da sociedade civil, mas tudo indica que ainda há um longo caminho a percorrer (GOMES, 2009; IPEA, 2007; JACCOUD, 2009).

3.3.4. Política de manutenção: desafio da permanência e cidadania

Décima questão: “*As cotas são inúteis porque o problema não é o acesso, senão a permanência*” (GENTILI; FERREIRA, 2006, p. 3; grifo dos autores).

Cotas e estratégias efetivas de permanência fazem parte de uma mesma política pública. Não se trata de fazer uma ou outra, senão ambas. As cotas não solucionam todos os problemas da universidade, são apenas uma

ferramenta eficaz na democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior para um amplo setor da sociedade excluído historicamente do mesmo. É evidente que as cotas, sem uma política de permanência, correm sérios riscos de não atingir sua meta democrática. (IBIDEM).

É nesse ponto que se encontra o debate atual. Como incluir sem perder os incluídos, sem perder credibilidade nos programas de inclusão? As próprias ações afirmativas já implementadas estão nos dando respostas. E é fundamental elaborar uma reflexão na conclusão do Seminário de Políticas de Ações Afirmativas para a Inclusão Racial no Ensino Superior, realizado entre 21 e 22 de agosto de 2006, na UnB, em relação à política de manutenção de programas. No que se referem aos problemas, alguns temas foram destacados, e com Edgar Morin (1995), diríamos que problemas são tarefas a ser executadas para achar novas saídas. No que diz respeito a política permanência é preciso enfrentar duas questões: a criação de suporte financeiro e pedagógico para os cotistas e a do ambiente escolar afirmativo.

Em relação à primeira questão, IPEA escreve:

Em primeiro lugar, observa-se a dificuldade enfrentada pelos alunos cotistas para garantir sua permanência nos cursos. São poucas as universidades que têm bolsas a ofertar, e as bolsas são, em geral, em pequeno número. Apenas a Universidade Federal de São Paulo oferece, no curso de medicina, bolsas a todos os alunos cotistas. (IPEA, 2007, p. 303).

Para Heringer e Ferreira (2009, p. 153), tão ou mais importante que a ampliação de vagas e pluralidade de mecanismo de acesso à universidade para alunos vindos de escola pública, afro-brasileiros ou indígenas, é o reconhecimento de que eles precisam de um apoio especial, principalmente financeiro, para que possam ser bem sucedidos em suas carreiras. Quando se observam as experiências já em curso no país, o suporte financeiro poderia ser traduzido em termos de bolsas de estudo, ajuda de custo, auxílio moradia. Porém, essas iniciativas de fortalecimento de políticas de cotas, estão sendo tomadas em escalas bastante insuficientes para atender toda a demanda destes novos estudantes que chegam ao ensino superior.

Outro ponto levantado no debate de manutenção e qualificação de programas de ações afirmativas é o da criação de ambiente escolar inclusivo.

Foram ainda relatados casos de atitudes agressivas de professores dirigidos a alunos cotistas em algumas instituições de ensino. Esses alunos, oriundos de segmentos desprivilegiados e estigmatizados da sociedade, são agora acusados de detentores de privilégios ilegítimos. Contudo, na maioria dos casos, com a entrada dos estudantes cotistas, observou-se redução das resistências às cotas. (IPEA, 2007, p. 303).

Ampliando esse debate, trazendo à luz a pesquisa de Petruccelli (2006, p. 15), dois itens chamam atenção nesse sentido. O primeiro é sobre a “avaliação da diversidade racial nos

cursos”. Praticamente 4 de cada 5 dos docentes pesquisados, nas quatro universidades que têm o sistema de cotas e investigadas por ele, reconhecem que a diversidade nos cursos é importante, ou muito importante; com, apenas, menos de 8% disseram que a mesma não tem importância. E nos faz observar que este alto grau de valorização da diversidade racial mostra como os professores conhecem as consequências favoráveis à prática docente da representatividade na composição racial dos estudantes em relação à sociedade na qual estão inseridos. O interessante, do ponto de vista da teoria do desenvolvimento econômico, é a forma como Petruccilli conclui a análise de suas entrevistas:

Fica evidente assim que um dos objetivos apontado pela política de cotas raciais nas universidades é consensual entre os docentes, mesmo que a proporção dos que apoiam a medida apareça como um pouco menor quando confrontados diretamente com a pergunta correspondente. A importância da diversidade racial nos cursos, já demonstrada como bem importante para o aproveitamento escolar em outros países, também aqui é bem avaliada. (PETRUCCILLI, 2006, p. 15).

O segundo item, “Cotas e relações raciais” de Petruccilli, é um suporte empírico na avaliação dos relatos que apontam, ainda, a existência de práticas discriminatórias em relação aos cotistas. “Ascendem a 77% os docentes que avaliam que as relações raciais na universidade permaneceram iguais após as cotas, sendo que na UERJ e na UFAL os mesmos alcançaram a quase 90% dos professores” (PETRUCCILLI, 2006, p. 15). De quê normalidade estamos falando? Para nós que trabalhamos as relações raciais na perspectiva de Florestan Fernandes, sabemos que o racismo brasileiro é cordial; discrimina de uma forma sutil e silenciosa. Brasileiro tem preconceito de “dizer que tem preconceito”.

Vamos nos aprofundar nesse assunto antes de ver o que as universidades poderiam fazer. Voltando a Petruccilli (2006, p. 15):

Por outro lado, afirma, se mais de $\frac{3}{4}$ dos entrevistados negaram de ter conhecimento de situações de conflito racial nas universidades, quase 23% responderam que sim, com poucas variações entre as universidades. Entre estes, um 25% afirma que presenciou ou teve conhecimento desta situação uma vez e o resto algumas ou várias vezes.

A respeito de pesquisas de sondagem de opinião Bourdieu (2002c) questiona a existência de uma “opinião pública autônoma”¹¹⁴, avisando que é importante levar sempre em conta a voz da minoria; no caso da pesquisa de Petruccilli, trata-se dos 23% e 25% referidos acima. Nessa mesma perspectiva, os relatos dos participantes do Seminário de Políticas de Ações Afirmativas para a Inclusão Racial no Ensino Superior, realizado entre 21 e 22 de agosto de 2006, na UnB, têm algo a nos ensinar. Os opositores de cotas, sobretudo os radicais, têm

¹¹⁴ Bourdieu afirma enfaticamente que ela não existe (*L’opinion publique n’existe pas*).

projetado a prática de ódio racial nas vítimas do racismo, no caso, os defensores e beneficiados das ações afirmativas. Bento (2002) trabalhou muito bem esse mecanismo de projeção no seu artigo sobre branqueamento e branquitude no Brasil. Dito em outras palavras, “os profetas do ódio racial”, pelo fato de “ter preconceito” de manifestar a sua agressividade de forma física, têm preferido o caminho da violência simbólica, usando dos espaços da mídia, do ensino, centros culturais, *sites* de *internet* para proferir a sua vingança.

As políticas de cotas nos interpelam no sentido de tornar nossas universidades, espaços de aprendizagem coletiva sobre a nossa condição humana à brasileira, parafraseando Morin (1995). Se o sentimento de ódio racial dos opositores de cotas é realidade, o seu enfrentamento passa via o entendimento do “outro”. Conhecer o outro é um caminho também da “minha identidade” (pessoal) e da “nossa identidade” (étnico/nacional) como brasileiros. Talvez seja o que os participantes no seminário da UnB queriam nos dizer: “Contudo, na maioria dos casos, com a entrada dos estudantes cotistas, observou-se redução das resistências às cotas” (IPEA, 2007, p. 303). É só uma das vitórias.

Outras vitórias viriam se as universidades realizarem outras tarefas que as cotas exigem.

Em vários dos projetos de reserva de vagas aprovados ou em discussão nas universidades brasileiras, bem como o ProUni, estão previstas medidas visando o apoio aos alunos, tanto em termos de ajuda financeira quanto em relação a programas de formação complementar, e melhoria dos recursos disponíveis para os alunos nas universidades, como biblioteca, laboratórios de informática etc. Em relação à formação, existe a previsão de oferta de cursos de línguas, de aulas de português e matemática, entre outras medidas. (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 155).

Democratização do ensino universitário tem a ver com esse trecho de Henriger e Ferreira que dispensa comentário. Por isso, a frase do pró-reitor da UNIFESP nos pareceu bem elitista: Para Mello, os sistemas de cotas que exigem percentuais acima de 10% podem acabar baixando o nível dos estudantes da universidade. “*Poderemos ter de começar a ensinar a ler e a escrever, o que seria desperdício de recursos...*”¹¹⁵ (grifo nosso). Nós, intelectuais e ativistas que trabalhamos com as periferias do nosso país, sabemos que existem problemas graves no nosso ensino básico; sabemos também que, muitos de nossos alunos vêm procurar as universidades porque acreditam que são “espaços de aprendizagem coletiva”.

O que vai avaliar a qualificação destes alunos para exercer futuramente a profissão que escolheram será o seu aproveitamento durante o curso, em condições idênticas a todos os demais estudantes. E aqui cabe observar que

¹¹⁵ O ESTADO DE S. PAULO. Na Unifesp, cotistas têm desempenho igual ao dos demais. O Estado de S. Paulo, 21/12/2005. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/vukucrishi.mmp>>. Acessado em 07 de jan. 2010.

a verdadeira responsabilidade e a missão da universidade é justamente tornar, na medida do possível, igualmente aptos alunos diferenciados nas suas condições de entrada na universidade [...] (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 157).

As universidades têm que responder a essas questões, em vez de fugir delas. Proporcionar espaços para debater as questões de construção de um novo Brasil, sem exclusão.

3.4.5. Realização profissional e cidadania

As universidades também têm outras missões, sobretudo a de despertar vocações, formar profissionais e cidadãos qualificados. Só que no andamento dos programas de ações afirmativas, a conclusão dos participantes do Seminário de Políticas de Ações Afirmativas para a Inclusão Racial no Ensino Superior, realizado entre 21 e 22 de agosto de 2006, na UnB nos interpela no sentido oposto.

O fato de os alunos cotistas se inscreverem em menor número para cursos mais concorridos e mais prestigiados foi também levantado. Isto poderia decorrer da dificuldade adicional encontrada para o acesso a esses cursos, desestimulando as tentativas, ou ainda do fato de estes alunos estarem mais disponíveis para frequentar cursos noturnos. (IPEA, 2007, p. 303).

Esses fatos relatados acima, geralmente, não preocupam os gestores e docentes das universidades brasileiras que os concebem como “espaços dos privilegiados”. É essa concepção elitista, combinada com outros comportamentos de falta de vontade política da partes dos governantes que mantém a ordem dominante e excludente estabelecida.

Preocupados com a situação, os estudiosos das ações afirmativas vêm alertando:

É preciso garantir os meios para que, num prazo de tempo mais curto, tenhamos formados no Brasil profissionais negros de nível superior, principalmente em carreiras mais seletivas, como Medicina, Odontologia, Desenho Industrial ou Comunicação Social, em proporções mais próximas à representação deste grupo racial na população brasileira. O estudo do pesquisador do IBGE José Luis Petrucilli, recentemente divulgado, demonstra que, com base nos dados do censo 2000, há 258 mil médicos no país, sendo que 83% destes se autoidentificaram como brancos – observe-se que não estamos falando aqui de tipo “médios”, mas de pessoas reais. Com base neste indicador Petrucilli afirma que o Brasil levaria pelo menos 25 anos para ter um número de médicos negros proporcional à população negra no país. Ainda assim, isto ocorreria numa situação fictícia em que todas as vagas disponíveis em cursos de Medicina fossem destinadas a negros e indígena. (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 158).

Com isso, percebe-se quando as universidades brasileiras deveriam exercer a sua responsabilidade social no sentido de ampliação de oportunidades e de tratamento de forma diferenciada aos desiguais.

O princípio mais importante aqui é o reconhecimento de que alguns aspectos que permitem a ampliação de oportunidades não estão automaticamente à disposição de todos, devido às suas condições socioeconômicas e culturais. Neste sentido, recursos e oportunidades especiais devem ser disponibilizados pela sociedade a fim de garantir maior igualdade de condições. Tais recursos são, por exemplo, educação de boa qualidade, aprendizado de línguas, treinamento em informática, inserção em determinadas redes sociais, ambiente cultural estimulante e criativo, entre outros. (HERINGER; FERREIRA, 2009, p. 158).

Enfim, concordo com Heringer e Ferreira que a universidade sozinha não chegaria a cumprir toda essa tarefa. Por isso, o Estado, o setor privado e a sociedade civil devem cooperar no sentido da efetivação de políticas de ações afirmativas no país.

3.3.5. Monitoramento como exercício da cidadania

Falamos que o desenvolvimento econômico multicultural é uma técnica de avaliação, também. Com esse pressuposto, um dos elementos que identifiquei na avaliação de políticas de ações afirmativas, é a falta de uma avaliação permanente da parte dos agentes responsáveis do MEC e das instituições de ensino. Essa atitude pode levar as práticas contrárias do que se espera de uma política de inclusão, como o desperdício de vagas, portanto, dos “talentos negros”, e a criação de um sentimento de descrédito dessas mesmas políticas.

Além desses pontos já abordados, há que se insistir no perigo de reprodução de desigualdades detectadas, ao ler os documentos, no processo de inclusão no ensino superior de negros e brancos pobres no país. Uma de suas razões seria o comportamento indiferente e ambíguo dos formuladores de políticas públicas no campo da educação antes e durante o governo Lula.

Tabela 20: Taxa de escolarização líquida por sexo, segundo cor/raça e nível/modalidade de ensino – Brasil, 1993 a 2007

Cor/raça e Ciclo do Ensino	PERÍODOS - ANOS												
	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BRANCA													
Ensino fundamental	88,5	90,1	90,6	92,2	93,4	94,2	94,7	94,7	95	95,1	95,4	95,7	95,2
Ensino médio	27,5	32,1	33,8	38	40,7	44	49,6	52,4	54,9	56,2	56,6	58,4	58,7
Ensino superior	7,7	9,1	9,2	9,9	10,9	11,7	14,1	15,5	16,6	16,1	17,3	19,2	19,8
NEGRA													
Ensino fundamental	77,5	80,8	82,3	84,9	88,6	90,5	91,6	92,7	92,7	92,8	93,6	94,2	94,1
Ensino médio	10,2	11,9	13,4	14,8	18,6	21,2	24,4	28,2	31,9	33,6	35,6	37,4	39,4
Ensino superior	1,5	2	1,8	2	2	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9

Fonte: Microdados da PNAD/Retrato das desigualdades. Elaboração: Discoc/IPEA (JACCOUD, 2009, p. 78)

Ao avaliar as desigualdades raciais na educação no período de 1993-2007, o IPEA traz dados reveladores. No que diz respeito à taxa líquida de escolaridade do ensino superior entre alunos negros e brancos, alunos matriculados com faixa etária de 18 - 24, afirma que a situação é muito grave. Não apenas observa-se a grande desigualdade entre a proporção de jovens brancos e negros matriculados no ensino superior, como esta desigualdade tem crescido, apesar do aumento observado no acesso de ambos os grupos. Em 1993, mostra o relatório do IPEA, a taxa de frequência líquida era de 7,7 para brancos e de 1,5 para negros. Em 2007, esta subiu para 19,8 para brancos e 6,9 para negros. Esta trajetória significou que a diferença que era de 6,2 pontos subisse para 12,9 pontos, mais do que dobrando em 14 anos. Como o aumento nessa diferença foi crescente até 2003, não sofrendo significativas alterações a partir daquele período, o IPEA acredita que a política realizada nos anos 1990, de aumento da oferta de vagas no sistema de ensino superior a partir da expansão da rede privada de ensino, tenha sido fator de aprofundamento das desigualdades raciais no ensino. (JACCOUD, 2009, p. 79).

Paixão e Carvano (2008) são taxativos sobre essa questão de reprodução de desigualdades, apesar dos avanços nas políticas públicas universalistas e focais implementadas, e apontam caminhos de saída.

Não se trata de retirar o mérito dos avanços observados, mas sim, de ponderá-los dentro da perspectiva do muito que ainda tem de ser alcançado. As distâncias ainda são muito grandes, a despeito da redução recente de assimetrias. Do mesmo modo, existem razoáveis motivos para se desconfiar da manutenção do ritmo de crescimento dos indicadores de escolaridade de pretos & pardos no futuro, sem que sejam enfrentados os demais motivos que atuam no sentido da exclusão das crianças e jovens negros dos espaços escolares. Esses elementos podem ser sintetizados em: etnocentrismo e discriminação racial. Esses vetores operam por múltiplos mecanismos, mais ou menos visíveis; mas, inequivocamente, contribuem para o baixo desempenho escolar das pessoas daquele grupo de cor ou raça. Medidas recentes que vieram sendo adotadas, como a Lei 10.639, podem contribuir, positivamente; mas, tais aspectos não apresentam estar ocupando um papel de maior destaque na agenda dos atuais formuladores de políticas públicas na educação (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 185).

Para a superação desse quadro de reprodução de desigualdades, num processo de inclusão, é preciso o seu reconhecimento por parte dos formuladores de políticas públicas e da sociedade. Além disso, o Movimento Negro deve monitorar as políticas de ações afirmativas já em andamento no país no sentido de sua perfeição.

4. Considerações finais

O objetivo desse capítulo foi avaliar as políticas de ações afirmativas no ensino superior público. O que vimos é que a modalidade adotada na maioria das universidades é a de cotas. Apesar de esta política ter surgido das reivindicações do Movimento Negro, o que os dados mostram é que elas vêm beneficiando a outras camadas excluídas da população brasileira. A modalidade que mais tem beneficiado a entrada dos jovens brasileiros pobre na universidade pública tem sido de cotas sociais. A sua tendência para o enfoque de políticas públicas universalistas não nos permite afirmar quanto jovens negros e brancos vêm sendo beneficiados por elas.

As políticas de cotas se colocam também como um termômetro para medir o comportamento do Governo Lula diante das políticas públicas focais. O que se observa nesse campo é a sua ambigüidade pelo fato da dimensão da sua polemica.

Pelo fato de receber as cobranças de todas as partes e, também, por convicção do então ministro Tarso Genro, em 2004 o Governo Lula lançou o ProUni. Este é visto como um programa híbrido que conjuga a dimensão universalista e focada na sua execução. Quanto

comparado com os programas de cotas nas universidades públicas, aquele programa se tem sobressaído pela sua capacidade de inclusão quantitativa de jovens pobres da sociedade brasileira. Nessa também impera uma certa igualdade numérica de inclusão quanto à presença de jovens negros e brancos atendidos.

A avaliação desses dois programas ajudaram-nos a discutir a questão da democratização no espaço de ensino. O que é preciso fazer nesse sentido é que as universidades públicas terão que melhorar o exercício da cidadania, sobretudo no seu aspecto quantitativo, enquanto as instituições particulares terão que trabalhar mais o seu aspecto de qualidade do ensino. Além disso, ambas hão de levar em conta as novas demandas que as populações negras vêm exigindo no campo do ensino do ponto de vista de qualidade tocante aos conteúdos e metodologias que dizem respeito a sua valorização nesses espaços.

Quanto aos afro-brasileiros beneficiados, pôde-se se observar que o processo de democratização do ensino pública via políticas de cotas como o ProUni tem trazido certos benefícios de inclusão tanto quantitativos como qualitativos quando comparados com os anos anteriores de sua implementação. Há um aumento relativo do seu número, sobretudo no ensino superior privado. O debate em torno das políticas de ações afirmativas e cotas vêm sendo apontados como fatores que contribuíram positivamente numa nova auto-imagem de brasileiros negros mostrando quanto uma política pública tem um impacto sobre a identidade de um povo e contrariando muitos mitos dos profetas do ódio racial.

Nessa perspectiva a relação entre políticas de ações afirmativas e desenvolvimento encontra o seu nicho na democracia buscada pelos pregadores do paradigma da igualdade racial.

CAPÍTULO III: UNIPALMARES: PROJETO DE INCLUSÃO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

Introdução

Para construir a sua narrativa sobre o projeto educativo da Universidade da Cidadania Zumbi de Palmares (Unipalmares)¹¹⁶, os gestores dessa instituição recorrem à memória da escravidão e da abolição. Ao lado do discurso que transcrevo abaixo, na segunda folha do documento institucional (UNIPALMARES, [2009?], f. 2) que o reitor José Vicente me concedeu para a realização desta pesquisa, aparece a foto de uma moça negra, assegurando o globo na mão. É com o discurso oficial dessa instituição que começo a análise do que é considerada como a primeira ação afirmativa de “negros para negros” no campo do ensino superior na América Latina.

A Colonização do Brasil é uma história de conflitos marcados por relações desiguais. Durante séculos, a origem étnica e a cor da pele foram elementos de diferenciação, e segregação e de dominação. Os brancos europeus se apossaram das terras dos índios e importaram – como se fossem mercadorias – africanos para cultivá-las. A posterior emancipação dos nativos e a abolição dos escravos não atingiram o principal desejo e aspiração dos grupos: a integração à sociedade brasileira. Em 1888, a abolição formal da escravidão no Brasil obedeceu a uma necessidade de modernização da economia - e não a uma reorganização social em bases mais justas e igualitárias. O trabalho escravo foi substituído pela mão de obra assalariada. Os imigrantes europeus tomaram o lugar dos afro-descendentes. Os ex-escravos, que por quase quatro séculos haviam sido o pilar da economia nacional, foram abandonados à própria sorte. Da terra que araram e dos frutos que colheram, restou-lhes apenas aquilo que é direito de todo ser humano: a liberdade. (UNIPALMARES, [2009?], f. 2).

Conseguimos cinco fontes de informações para a análise do Projeto Unipalmares. O portal oficial, um documento oficial da Unipalmares (portfólio), o portal da Afrobras, as revista “Afirma Plural” (imprensa e *on-line*) e o “Jornal Zumbi” (*on-line*).

É a partir dessas fontes que faço a avaliação desse programa em torno desses elementos: a identificação do projeto: o nome, estatuto jurídico; a missão e princípios da instituição; as parcerias e financiamentos; o desenvolvimento e ações afirmativas na Unipalmares: o público e os objetivos do projeto; o vestibular com recorte racial; o currículo com recorte racial; as atividades extracurriculares; a política de permanência e empregabilidade.

¹¹⁶ O estatuto jurídico dessa instituição na atualidade é de Faculdade, porém seus gestores usam também o título de Universidade para se referir a ela com intuito de propaganda e manifestação de sua vocação para o futuro.

1. Identificação do projeto Unipalmares

Universidade Cidadania Zumbi de Palmares (Unipalmares) é a concretização do desejo de inclusão de jovens negros no ensino superior por parte da liderança da Associação Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural (AfroBras). Esta instituição é uma organização do movimento negro, fundada em 1997, em São Paulo. Desde o início desenvolvia projetos educativo-culturais para a valorização da população negra. Em pleno debate sobre políticas de ações afirmativas, em 2002, funda o Instituto Afro-Brasileiro do Ensino Superior, que é hoje mantenedor da UniPalmares.

Quem somos:

A Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural (Afrobras) - Órgão Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 1997, tem por objetivo trabalhar para o progresso, desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade de afrodescendentes brasileiros.

Em março de 2002, a Afrobras criou o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior para esclarecer pessoas e empresas sobre o conceito de cidadania e responsabilidade social no seu cotidiano, incorporando ações afirmativas em sua gestão. Ser o órgão mantenedor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é a principal finalidade do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.¹¹⁷

No seu portal, são relatadas as ações constituintes de sua história social:

O que fazemos:

A Afrobras tem por base o projeto Pererê-Pererê que, dentre as ações, mantém a campanha "Sem educação não há liberdade", cuja meta é possibilitar o acesso do negro às Universidades (que hoje é inferior a 2% do total de alunos). A campanha para conseguir bolsas de estudos, integrais ou parciais, junto às Universidades privadas do Estado de São Paulo, no período de três anos, alcançou seus objetivos. Hoje a ONG mantém bolsistas em diversas universidades privadas de São Paulo, capital e interior. O sucesso dessa empreitada e do projeto de criação da Universidade Zumbi dos Palmares levou à fundação do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior e da Faculdade Zumbi dos Palmares, a primeira etapa do projeto. A Afrobras está credenciada no projeto do MEC com o Banco Mundial - "Diversidade na Universidade" - cursinho pré-vestibular. O Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior realiza eventos, congressos, seminários e outras atividades com a participação de autoridades, especialistas e empresários. Outra meta do Instituto é a criação de indicadores e pesquisas sobre o negro em todas as áreas, além de procurar levar essa discussão para todo o Brasil.¹¹⁸

Como nasceu a Unipalmares?

Desenvolvida ao longo de quatro anos, em parceria com o Núcleo de Políticas e Estratégias da universidade de São Paulo e universidade

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.unipalmares.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 26 fev. 2009).

¹¹⁸ IBIDEM.

Metodista de Piracicaba, a Unipalmarensis – Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares nasceu como um dos vários projetos da Afrobras com a finalidade de valorizar, qualificar, capacitar, formar e informar e dar visibilidade ao negro paulista e brasileiro (UNIPALMARES, [2009?], f. 4).

O discurso midiático de 2009-2010 já tende a ser politicamente correto no seu relato: “O Instituto Afro Brasileiro de Ensino Superior é o mantenedor da Faculdade Zumbi dos Palmares e foi fundado em 2000 por acadêmicos, profissionais liberais, intelectuais e personalidades de diversas áreas do conhecimento”.¹¹⁹

A bioepistemologia, isto é, a nossa experiência de vida por perto e as organizações negras nos informa que a AfroBras teve um apoio forte de algumas lideranças da comunidade negra de São Paulo para a concretização de seu surgimento. Ressaltamos isto porque este aspecto da vida concreta, geralmente, fica não verbalizado nos discursos oficiais. Na missa de sétimo dia do falecimento do Padre Antônio Aparecido (carinhosamente chamado de padre Toninho), o atual reitor da Unipalmarensis confessou, publicamente, em 23 de dezembro de 2003, que sem o apoio moral, intelectual e financeiro do referido padre a sua instituição não seria o que é hoje. Pois, foi o padre Toninho que emprestou um dinheiro e cedeu o espaço da sua paróquia, Nossa Senhora Acheropita, localizada em Bela Vista em São Paulo, para que se montasse a primeira estrutura dessa faculdade e se realizasse o primeiro vestibular

A legalização da Faculdade foi em 2002. As atividades acadêmicas começariam com o curso de Administração.

Diário Oficial da União Seção 1 Portaria nº 3.591 de 13 de dezembro de 2002.

O ministro de estado da educação, usando da sua competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996 e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho DEPEs 1634/2002, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Registro SAPIENS nº 20023000671, do Ministério da Educação, RESOLVE: Art. 1º - AUTORIZAR o funcionamento do curso de ADMINISTRAÇÃO, com as habilitações, Administração Geral, Administração Financeira, Comércio Exterior e Serviços e Comércio Eletrônico, bacharelado, com 400 (quatrocentas) vagas totais anuais, sendo 100 por habilitação, turmas de 50 (cinquenta) alunos, no turno noturno a ser ministrado pela instituição de ensino superior denominada Faculdade Zumbi dos Palmares, mantida pelo Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Art. 2º ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação

PAULO RENATO SOUSA.¹²⁰

A faculdade foi inaugurada em 20 de Novembro de 2003 e as aulas começaram em fevereiro de 2004.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/>>. Acessado em 12 de jan. 2010.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.unipalmarensis.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 26 fev. 2009.

Criada pela Organização Não-Governamental Afrobras – Sociedade Afro-Brasileira de desenvolvimento Sócio Cultural, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares inaugurou em 2003, na cidade de São Paulo, as atividades da Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares. Esta foi a primeira fase do Projeto Global que tem como fundamentos a inclusão do negro no ensino superior do país, a produção e a difusão dos valores da cidadania e, em especial, do respeito a diversidade e da equalização de oportunidades sociais. É uma proposta nova de inclusão das classes menos favorecidas no ensino superior e, neste perfil, é a primeira história do Brasil e da América Latina. (UNIPALMARES, [2009?], f. 3).

O trecho, a seguir, mostra quanto a Unipalmares está envolvida com o debate político contemporâneo de inclusão da população negra no ensino superior.

Trata-se da primeira faculdade idealizada por negros, tendo como foco a cultura, a história e os valores da negritude (90 % dos alunos são negros auto-declarados). É a primeira e única instituição de ensino superior voltada para a inclusão do negro, na América Latina. A faculdade tem, na matriz curricular de seus cursos, o compromisso com a implantação da lei 10.639/2003 que institui como obrigatório o ensino de História da África e Afrobrasileira em todos os níveis. Isso garante que os alunos dos diversos cursos tenham a consciência do seu protagonismo na história.¹²¹

Em 2008, a Unipalmares começou a oferecer os cursos de Direito, Pedagogia, Tecnologias em Transportes Terrestres e Publicidade e Propaganda.

Cursos oferecidos pela Zumbi dos Palmares

Administração (R\$ 295,00*) – O curso ensina a empreender, administrar e gerir organizações e negócios, com postura ética frente à globalização da sociedade; Desenvolver habilidades de comunicação, relação interpessoal e visão global do meio social, político e cultural no qual está inserido. Duração: 4 anos.

Direito (R\$ 315,00*) - Recomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quinta instituição a obter tal mérito na cidade de São Paulo. O Curso fornece ao futuro bacharel em Direito o instrumental técnico e crítico necessário para compreender a realidade dentro da qual exercerá sua profissão, agindo sobre ela. Duração: 5 anos.

Tecnologia em Transportes Terrestre (R\$ 270,00*) - Habilitado a efetuar atividades de supervisão, gerenciamento e gestão em atividades relacionadas ao trânsito de veículos e ao transporte rodoviário de passageiros e cargas. Permite atuar em empresas dos setores primário, secundário e terciário e no serviço público federal, estadual e municipal. Pode dedicar-se também à direção e gerenciamento de seu próprio negócio, prestação de serviços de assessoria, ao ensino e à pesquisa tecnológica dentro de seu campo profissional.

Duração: 2 anos e meio.¹²²

Em 2009, foi autorizada a criação do curso de pedagogia.

¹²¹ Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/>>. Acessado em 12 de jan. 2010.

¹²² Disponível em:

<http://www.unipalmares.edu.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=563&pop=1&page=0&Itemid=34>. Acessado em 26 de fev. 2009.

Autorizado pelo MEC – Portaria 173 de 06/02/2009 com nota 5

O que faz um pedagogo?

O curso de Pedagogia forma um profissional inovador e criativo em sua atuação, capaz de compreender e promover mudanças na área social e suas implicações no sistema educacional formal e não-formal. Destina-se à formação de um profissional habilitado a atuar na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental, nas disciplinas pedagógicas do ensino médio, na organização de sistemas educacionais, na coordenação de projetos educativos e nas áreas emergentes dos diversos contextos não-escolares.

Diferencial do curso de Pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares

Formar um professor com forte foco na educação inclusiva combatendo o preconceito e a discriminação, permitindo uma atuação em sala de aula de forma diferenciada, assim como na coordenação escolar. Sua visão comprometida com a valorização da diversidade permite que ele atue em projetos educacionais de ONG e empresas privadas.¹²³

O que chama atenção no plano pedagógico de todos os cursos oferecidos pela Unipalmares é a incorporação no currículo e o uso da temática racial, no sentido de inclusão de negros, capacitação dos alunos com intuito de transformar a sociedade brasileira. Este aspecto está traduzido melhor em seus objetivos e estratégias de sua realização.

1.1. Missão e princípios da instituição

No portfólio institucional, através da descrição da ação institucional, pode-se depreender os objetivos da Unipalmares.

A Ação Institucional da universidade é despertar nos alunos a consciência do direito à vida em sua plenitude. Para tal, não importa a cor ou raça, vale o ser humano. Nesta direção, A Unipalmares trata abertamente, através de projetos e do elenco das disciplinas da grade curricular, a cidadania, a ética, os direitos e deveres do homem brasileiro. ‘Abordamos não somente a história social do brasileiro, mas também os reflexos da pobreza e de suas causas que incidem sobre toda a população, privilegiamos sim, o homem negro enquanto marcado historicamente por este percurso sustentado por um modelo de exclusão político-social’, afirma o Reitor, José Vicente. (UNIPALMARES, [2009?], f. 7).

Constata-se a alta consciência de seus dirigentes sobre a importância do seu projeto de inclusão no cenário de construção das políticas públicas de inclusão de negros no ensino superior.

A Unipalmares é um divisor de águas na luta pela inclusão social dos afro-descendentes brasileiros, oferecendo uma oportunidade rara de acesso à educação superior para as classes econômicas menos privilegiadas, e, acima de tudo, a liberdade de escolher uma vida melhor através da luz do conhecimento. Sua missão é garantir o acesso à educação superior a um número crescente de afro-descendentes, 46% dos brasileiros ou 80 milhões

¹²³ Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/>>. Acessado em 12 de jan. 2010.

de cidadãos que representam apenas entre 11 a 13% da população universitária do País. Dê força a essa idéia! (UNIPALMARES, [2009?], f. 7).

Os princípios gerais do Projeto Unipalmares podem ser encontrados na definição da sua missão e visão como instituição. Quanto à primeira:

Educação e Liberdade

Sem Educação não há liberdade. É este o princípio que norteia nossas iniciativas, que sustenta nossas certezas e nos move em direção ao futuro. É a partir de uma comunidade consciente e organizada que construiremos a verdadeira cidadania e, a partir desta, o desenvolvimento capaz de abraçar a todos os brasileiros. A formação desta sociedade não pode continuar excluindo a maior parcela da população brasileira e nem condenando os afrodescendentes brasileiros a ficar "pelo caminho", fora das universidades e longe dos melhores postos de trabalho. É esse círculo vicioso que combateremos sem trégua, fomentando a formação profissional da comunidade negra, lutando por mais vagas nas universidades, gerando um grande contingente de homens e mulheres preocupados com a desigualdade e exclusão na sociedade brasileira, capazes de mobilizar esforços e recursos no sentido de multiplicar o efeito desta mudança, espalhando Educação e Liberdade por todos os lugares deste país.¹²⁴

A educação, para os gestores da Unipalmares, está fundamentada na questão de direitos sociais, da cidadania voltada para população negra.

Cidadania Negra

É esta a discussão que queremos repercutir: educação, liberdade e cidadania como conceitos intrinsecamente dependentes e mobilizadores de desenvolvimento, qualidade de vida, inclusão social e de mais liberdade, mais educação e mais cidadania. A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é um passo determinante, mas não está isolado na realidade. Sua concretização depende de cada um de nós e da mobilização da sociedade na sua defesa e construção, a partir de princípios sólidos de cidadania, extensíveis a toda sociedade, neste momento quando estamos refletindo sobre a realidade dos afrodescendentes brasileiros, suas perspectivas e futuro. A construção da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares também é uma parte deste processo, que será o início da verdadeira liberdade do povo negro brasileiro e, por consequência, do próprio Brasil.¹²⁵

Enfim, a visão instituição vai ao encontro dos dois pontos mencionados acima. “Constituir-se uma instituição superior, de caráter comunitário, com excelência na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, alicerçada na formação humanística do profissional, levando-se em consideração a isonomia e a equidade”.¹²⁶ O documento oficial, nos referimos ao portfólio, que recebi da parte do reitor corrobora a nossa suspeita:

Sem educação não há liberdade

Sem educação não há liberdade. É este o princípio que norteia nossas

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.unipalmares.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

¹²⁵ IBIDEM.

¹²⁶ IBIDEM.

iniciativas, que sustentam nossas certezas e nos move em direção ao futuro. É esta a discussão que queremos repercutir: educação, liberdade e cidadania como conceito intrinsecamente dependentes e mobilizadores do desenvolvimento, qualidade de vida, inclusão e justiça social, e mais liberdade, mais educação, mais cidadania, e mais justiça social, capaz de abraçar a todos os brasileiros. (UNIPALMARES, [2009?], f. 2).

Em 2010, no seu portal também pode se ler:

A Faculdade Zumbi dos Palmares é uma instituição de ensino privada, sem fins lucrativos. Tem por missão a inclusão do negro no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social, no contexto da realidade nacional e internacional.¹²⁷

“Sem educação não há liberdade”. É a palavra mágica do “marketing político-ético” dessa instituição. A liberdade, entendida como expansão de habilidades (SEN, 2000) operaria nessa perspectiva como o vetor do desenvolvimento da população negra (PAIXÃO, 2006, 2007).

1.2. Parcerias e financiamentos

Conforme as informações recolhidas no portal institucional, os parceiros podem ser divididos em dois grupos. De um lado há os internacionais, como: Xavier University, Flórida A & M University (FAMU), Fundação Coca-Cola. De outro lado, há parceiros nacionais, a maioria é formada pelas instituições financeiras: Unibanco, Banco Real, Bradesco, Itaú.

Em uma outra fonte ligada à Afrobras, quer dizer o seu portal, identificamos esses parceiros: UNIP, Universidades Metodistas de São Paulo e Piracicaba, Faculdades Senac, SESC/senac, Associação Alumni, Unisa, Fundação Coca-Cola, Universidade da Flórida/EUA; Centro Técnico Paula Souza; IBM; Microsoft, Nestlé, Bradesco, Merck Sharp & Dhome, Itaú, Citibank, Real ABN AMRO, Santander/ Banespa, Safra, HSBC, TV Record, Fundação Itaú Social, Colombo, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, Consulado dos Estados Unidos da América, Fundação Palmares, Guitt’s, Refrigerantes Convenção, Ministério da Cultura, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, RBI, Projeto Guri, Rede Mundial, Boa Vontade TV, Faculdades Oswaldo Cruz.¹²⁸ Não sabemos, de fato, quais são as implicações dessas parcerias. O que se pode dizer é que, em alguns casos, envolvem-se compromissos financeiros; e, em outros casos, são trocas de poderes simbólicos com os parceiros no meio negro onde a Unipalmares atua. Por que não dizer, também, no mundo globalizado onde termos como

¹²⁷ Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/>>. Acessado em 12 de jan. 2010.

¹²⁸ AFROBRAS. Disponível em:< http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 06 jul. 2009.

“multiculturalismo”, “diversidade”, “comunidade” tornaram-se objetos de manipulação de interesses políticos e econômicos (BAUMAN, 2003; HALL, 2003).

Apesar de poucas informações fornecidas sobre essas parcerias, no portal institucional conseguimos recolher esses dados sobre a Xavier University.

Zumbi é beneficiada com viagem de reitor aos EUA

José Vicente, reitor da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, passou 29 dias nos Estados Unidos da América. Convidado pelo Governo Americano, foi acompanhar o processo político daquele País (Promoting of Minority Participation in the Political Process) e suas iniciativas pela diversidade.

Em 20 de setembro, Vicente partiu para Washington. Até 18 de outubro, passou também pelos estados da Geórgia, Indiana, Texas, Califórnia, Nova Orleans e Nova York. Foram mais de 20 mil km percorridos e diversas instituições conhecidas.

Além da oportunidade de trocar experiências sobre as atividades realizadas em prol da educação nos EUA, Vicente também teve a possibilidade de abrir um canal de comunicação com profissionais e instituições da área em que atua.

E a chance lhe rendeu frutos. Um dos primeiros foi a parceria firmada entre a Zumbi dos Palmares e a Xavier University, de Nova Orleans, na qual dois alunos e um professor de cada instituição farão um intercâmbio cultural de cerca de 20 dias. Já em Nova York, ratificou convênio com o Medgar Evers College, onde os alunos farão cursos de capacitação em direitos humanos, política e ações afirmativas¹²⁹.

A partir da mesma fonte, podemos dizer que o presidente da Unipalmares está entre as lideranças negras globais pela sua capacidade de estabelecer parcerias, como se pode ver no relato abaixo.

E ainda tem mais. Está em processo de negociação programa de intercâmbio com a Morehouse College, de Atlanta, instituição de ensino superior fundada em 1867, totalmente voltada à inclusão do negro na educação. Veja abaixo o balanço da viagem do reitor da Zumbi dos Palmares, José Vicente, aos EUA:

- Nova York: Princeton University – proferiu palestra durante todo o dia, representando o Departamento de Estudos Brasileiros daquela instituição.
- Los Angeles: University of California at Los Angeles (UCLA)
- Austin: University of Texas at Austin (UT), uma das maiores universidades dos Estados Unidos que tem cerca de 50 mil estudantes, além de comportar o Centro de Estudos Brasileiros, com sete estudantes afrobrasileiros fazendo programa de doutorado.
- Atlanta: Morehouse College, instituição de ensino superior totalmente voltada à inclusão do negro na educação, reconhecida por sua excelência acadêmica. Foi a primeira faculdade internacional presente na inauguração da Zumbi dos Palmares, em 2004, representada por seu diretor de relações internacionais, Dr. Anthony Pindere, além de alguns alunos;

The Martin Luther King Center (<http://www.thekingcenter.org/>), fundado em 1968 por Coretta Scott King, esposa de Martin Luther King, com o intuito de promover a igualdade racial; Comitê Nacional Democrata dos Estados Unidos da América, partido do qual Barack Obama é candidato à Casa Branca. Na oportunidade, entregou a lista de apoio ao Obama, campanha que desenvolveu com a ONG Afrobras, do qual é presidente, com o objetivo de contribuir para uma mudança de paradigma mundial em relação ao negro. Jantar na casa de Joseph Beasley, diretor de coalizão da Jesse Jackson's Rainbow (PUSH - <http://www.rainbowpush.org/>) - que trabalha pela igualdade social - e parceiro e patrono da biblioteca da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, que leva seu nome. - Washington: Howard University, uma das mais antigas universidades voltadas para a inclusão do afrodescendente no ensino superior. Fundada em 1867, hoje ela tem mais de 15 mil alunos; Congressional Black Caucus Foundation, congresso anual que já reuniu nesta edição mais de 5 mil pessoas de diversos países; Comitê Nacional Republicano dos Estados Unidos da América, partido do qual John McCain disputa as eleições presidenciais com o democrata Barack Obama. Aaron Manaigo, Diretor Nacional de Coalizão do Partido, acompanhou Vicente, que fez um tour pelo comitê e debateu sobre o esquema da campanha política americana.¹³⁰

Deve ser esclarecido, pelo menos uma vez, para não trazer confusão, apesar das críticas que os dirigentes da Unipalmares têm recebido, por parte de seus opositores, dentro e fora do Movimento Negro, no que diz respeito à condução do seu projeto; a sua liderança tem prestado um grande serviço a sua instituição e à população negra de São Paulo. Unipalmares tem, hoje, um forte prestígio no meio empresarial e universitário nacional e internacional. E isso é fruto da capacidade de negociações de seus dirigentes no campo da batalha.

Queremos ressaltar os benefícios que o programa de intercâmbio tem trazido para os alunos que são os primeiros destinatários do projeto Unipalmares, baseando-nos nessa matéria: "Intercâmbio na Universidade Xavier dos USA". Portanto, a vocação internacional está transferida, também, para os alunos. Tomo a liberdade de deixar o material recolhido na sua forma primária para permitir ao leitor, de novo, vivenciar a narrativa.

Concurso Xavier University

Alunas e professor de ADM da Zumbi farão intercâmbio com Xavier University.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.unipalmares.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.



Foi anunciado no mês de dezembro o resultado do concurso que selecionou dois alunos e um professor da Zumbi dos Palmares para realizar intercâmbio com a Xavier University of Louisiana, de New Orleans / EUA, tradicional instituição norte-americana voltada a inclusão de negros no ensino superior.

As alunas do curso de Administração Sandra das Neves Souza, do 6º semestre, e Priscila Fernanda da Silva Faustino, do 2º semestre, são as felizardas que passarão cerca de dez dias naquela instituição, além de Carlos Roberto Leão, professor que dá aulas de informática para o curso de Administração de Zumbi.

O concurso, aberto a todos os alunos da faculdade, teve quatro fases de processo seletivo: redação em português (com o tema “A representação de uma Black College para a nova ordem globalizada”), redação em inglês, dinâmica em grupo e testes online aplicado pela Associação Cultural Alumni. Já os professores que concorreram à vaga, passaram por duas dessas quatro fases: redação em inglês e o teste online.



Ao todo, 42 alunos e sete professores se inscreveram, e, para a última fase, além das meninas e do professor Carlos Roberto, o aluno Douglas dos Santos Araújo, do 2º semestre de Administração, e os professores Márcio Juliano, Conceição Barbosa, Cristiane Linhares e Tânia Bauab também foram classificados.

Sandra, que esteve presente na reunião convocada pela diretoria acadêmica para anunciar os vencedores, não escondia a felicidade. “Estou muito contente, vai ser uma viagem muito importante também para meu lado pessoal”.

Ela, a aluna Priscila, e o professor Carlos partirão para a Xavier University para aprender um pouco mais sobre a cultura negra norte-americana no período de 23 de abril a 13 de maio de 2009. O convênio é resultado de uma parceria entre o Consulado dos Estados Unidos da América, a Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares e a Xavier University of Louisiana, que também terá três representantes da instituição aqui na Zumbi.¹³¹

Os intercâmbios para universidades afro-americanas têm por objetivo a ampliação da formação dos alunos e docentes, mas também a consolidação dos laços entre a população afro-brasileira com as diásporas africanas das Américas.

¹³¹ Disponível em: <http://www.unipalmares.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=702&Itemid=232>. Acessado em 26 fev. 2009.

No que diz respeito ao financiamento do Projeto Unipalmarens, não conseguimos nenhum dado nesse sentido. O que sabemos, até então, é que uma obra dessa altura não funcionaria sem o concurso dos parceiros identificados e outros anônimos.

2. Desenvolvimento e ações afirmativas na Unipalmarens

Unipalmarens é um modelo de um projeto do desenvolvimento econômico multicultural endógeno. Brota da ação de uma organização social negra e se desenvolve com apoio de outras instituições que acreditam nele. Considero que a análise do seu público-alvo, das estratégias empregadas na realização da sua obra e a avaliação de suas atividades nos dariam novas luzes sobre a relação entre ações afirmativas e desenvolvimento.

2.1. Público e objetivos do projeto Unipalmarens

A análise da missão e dos objetivos do Projeto da Unipalmarens fornece alguns elementos para se conhecer o público que ele realmente atende: “A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem por missão a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não-negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social, no contexto da realidade nacional e internacional”.¹³² Vê-se que a Unipalmarens opera a partir de uma lógica conjuntiva: a inclusão social “e” racial; isto é, de negros e brancos excluídos do ensino superior e dispostos a debater sobre a questão racial.

Quando tinha apenas dois anos de existência (2004 a 2006), a Unipalmarens tinha 1000 alunos; dentro desses 83,7% era afrodescendentes.¹³³ Em 2009, tinha 2000 alunos e a sua meta é alcançar 5000 alunos nos novos cursos de graduação, do Núcleo de Pós-Graduação e do Núcleo de ensino a Distância (UNIPALMARES, [2009?], f. 5.).

Os objetivos institucionais da Unipalmarens são:

- Buscar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão de forma a concretizar uma formação humanística do profissional;
- Estimular um diálogo negro e não-negros, valorizando a realidade brasileira;
- Facilitar a inclusão do afrodescendente no ensino superior, de forma a contribuir para o crescimento de pessoas menos favorecidas economicamente;
- Aperfeiçoar profissionais afrodescendentes ou não para alcançarem sucesso contínuo em um mercado competitivo;

¹³² Disponível em: <<http://www.unipalmarens.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

¹³³ AFROBRAS. Disponível em: <http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 06 jul. 2009.

- Consolidar convênios nacionais e internacionais em benefício de alunos e professores da instituição;
- Difundir a Cultura em suas diferentes manifestações;
- Aprimorar a qualidade de vida no Brasil, marcado por indicadores sociais revelados por alto grau de exclusão.¹³⁴

A escolha de um público excluído e discriminado por motivos raciais e sociais, faz da Unipalmars uma ação afirmativa. Mas não só isso. Seus objetivos também correspondem aos princípios do desenvolvimento econômico multicultural. Mesmo que essa dimensão não aparece de forma sistemática dentro dos materiais consultados, mais está presente de forma “implícita” através de termos, como a busca de excelência na educação oferecida, inclusão dos afrodescendentes e brancos pobres; difusão da cultura negra.

2.2. Vestibular com recorte racial

Como funciona o projeto de inclusão da Unipalmars? O acesso é universal, entretanto, dada a ação preferencial aos negros, estarão garantidas até 50% das vagas para estes, para cada habilitação. Em relação à polêmica de saber quem é negro e quem não é, o recado que os gestores da Unipalmars dão aos defensores da mestiçagem colonialista é esse: O critério é o de autodeclaração, lista paralela com nota de corte, cumprimento de requisitos gerais, mais vocacionalidade, investigação social por meio de entrevista e o grau de consciência temática, além de responsabilidade e obrigatoriedade de prestação de serviço à comunidade.¹³⁵

O vestibular da Unipalmars tem um recorte racial de 50% para candidatos autodeclarados negros no ato da inscrição. Essa marca torna esse projeto diferente de outras modalidades de cotas, do ponto de vista numérico e na combinação de uma variedade de critérios.

O Diretor da Faculdade Zumbi dos Palmares torna público as características do Processo Seletivo, destinado ao preenchimento das vagas oferecidas para o 2º semestre de 2009, em seus cursos: 1) Administração: 100 vagas noturno; 2) Direito: 50 vagas noturno; 3) Tecnologia de Transportes Terrestres: 100 vagas noturno; 4) Pedagogia: 100 vagas noturno; 5) Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda: 100 vagas noturno. [...]

Documentação necessária: a) requerimento de inscrição preenchido pelo candidato; b) comprovante de recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) ou doação de vestuário às crianças carentes, conforme regras estabelecidas e indicadas no site da Instituição. A critério

¹³⁴ Disponível: <<http://www.unipalmars.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.unipalmars.edu.br/index.php?option=content&task=view&id=24>>. Acessado em 28 jun. de 2007.

da Comissão do Processo Seletivo poderão ser adotados dois procedimentos: a) prorrogação do prazo das inscrições; b) novos Processos Seletivos, caso o número de candidatos classificados para determinado curso seja inferior ao número de vagas oferecidas; neste caso as vagas oferecidas nos eventuais novos processos seletivos serão as remanescentes das matrículas efetivadas. Outras modalidades de seleção, incluindo redação, entrevista pessoal e análise de desempenho escolar no Ensino Médio, poderão ser adotadas após a realização do último processo seletivo por prova tradicional, caso remanesçam vagas. C - O Processo: Haverá uma prova de redação obrigatória para todos os candidatos, valendo 60 pontos. Na correção da redação serão avaliadas a organização, a clareza, a adequação ao tema e o uso adequado da linguagem. Além da redação, haverá 40 testes de múltipla escolha (5 opções para cada teste, sendo apenas uma correta), sendo: Atualidades - 20 pontos; Língua Portuguesa e Literatura - 10 pontos; e Matemática, 10 pontos. A prova será elaborada tendo por base as informações, conceitos e conhecimentos próprios do Ensino Médio, seguindo as diretrizes da Lei Federal Nº 9.394/96. O candidato deverá comparecer ao local da prova munido da cédula de identidade ou outra documentação de identificação, com foto e validade legal, com 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, sendo vedada a sua entrada após a hora determinada para o início da prova. Não será permitido o uso de calculadoras ou equipamentos similares e aparelhos de comunicação, tais como: pager, telefones celulares, intercomunicadores, agendas eletrônicas, MP3, MP4, entre outros. Opções: O candidato terá direito a mais uma opção de curso, além da indicada como principal. D - Classificação: A classificação dos candidatos será feita pela ordem decrescente do número total de pontos obtidos na prova. Será desclassificado o candidato que não alcançar, na prova de Redação, o mínimo de 30% (trinta por cento) dos pontos possíveis. Em hipótese alguma haverá revisão das provas ou dos processos de seleção. Visando atender as classes sociais mais desfavorecidas, bem como a valorização da diversidade racial, fica instituído percentual de até 50% das vagas aos candidatos de raça negra, auto-declarados na ficha de inscrição, aprovados no processo seletivo para o 1º semestre de 2009 e que apresentem as condições estabelecidas como necessárias à matrícula. [...]

10) A instituição comunica, em consonância com o que é determinado pelas Portarias MEC nos 479 e 480, que não é participante do FIES.

Prof. Edson Antonio Miranda

Diretor.¹³⁶

Unipalmarens além dos critérios universais para se inscrever no processo seletivo no ensino superior, leva em conta o pertencimento racial dos candidatos. Este aspecto é feito pela declaração do próprio aluno.

2.3. Currículo com recorte racial

Outra marca diferencial da Unipalmarens é que a inclusão do negro via vestibular é acompanhada pela inclusão da temática racial no currículo.

¹³⁶Disponível

<http://www2.zumbidospalmarens.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57&Itemid=88>.

Acessado em 06 jul. 2009.

Transversalidade

Em seu currículo, a Unipalmarens apresenta o seu grande diferencial – transversalidade focada na história, cultura e economia do negro no Brasil, considerando suas raízes africanas nas disciplinas do núcleo básico, como: Oficinas de Comunicação e Expressão, onde se estudam textos de autores e temática negra; em Economia, com as disciplinas História Econômica do Negro no Brasil e Cenários Econômicos Contemporâneos do Mercado Afro-Étnico no Brasil; em Sociologia, com discussão das relações inter-raciais e de classe; no Direito, a Justiça e a Igualdade; e na Filosofia, a Ética, a Isonomia e a Equidade (UNIPALMARES, [2009?], f. 5).

Ou ainda como se pode ler no portal:

No currículo, outro diferencial - a transversalidade, com a centralização de foco nas matérias básicas, como por exemplo, nas matérias Comunicação e Expressão, serão tratadas a Língua e a Cultura. Na Sociologia, a relação racial e não só de classe; no Direito, a Justiça e Igualdade e na Filosofia, a Ética, a Isonomia e a Equidade.

O aluno da Faculdade Zumbi dos Palmares também terá a oportunidade de um treinamento prático através dos intercâmbios internacionais firmados entre a Faculdade e outras instituições; cursos de Extensão Strito e Latu Sensu; cursos de Capacitação e Qualificação pessoal.¹³⁷

É nesse ponto que estou convicto de que o discurso sobre o multiculturalismo, diversidade, não é mero “marketing político”. “Político”, entendido no sentido de Weber (2004) não é o do uso do poder para a satisfação de suas próprias necessidades, o uso do poder pelo poder; “o viver da política”, mas sim, como apontado, acima, é um “marketing político-ético”, “ético”, entendido no sentido do mesmo autor, como “viver para a política”: isto é, usar do poder para transformar a sociedade. A construção de um currículo que dialoga com o multiculturalismo emancipatório, por parte da Unipalmarens, inscreve-se nesse último sentido. A validação desse diferencial curricular se fez observar pelo reconhecimento do seu curso de Direito, logo após sua implementação, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e, em 2009, o seu curso de Pedagogia, após a sua aprovação pelo MEC, saiu com a nota 5.

2.4. Atividades extracurriculares

A análise das atividades extracurriculares, feita pela Unipalmarens, revela a centralidade das africanidades brasileiras na sua proposta pedagógica. Enquanto muitas universidades particulares e públicas, no Brasil, resistem à questão da implementação da lei 10.639/03, a Unipalmarens faz diferença nesse sentido, dentro e fora da sala de aula. Em seu portfólio, observa-se o seguinte: “A Unipalmarens desenvolve forte trabalho de responsabilidade social, procurando incluir o afro-brasileiro na sociedade através da

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.unipalmarens.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

educação” (UNIPALMARES; [2009?], f. 7). Apresentamos, a seguir, os principais projetos e atividades voltados para seus alunos e a comunidade:

Curso Pré-Vestibular: tem por objetivo promover cursos preparatórios para pessoas de baixa renda. Desde 2003, quando o projeto foi iniciado, já passaram pelas salas de aula, aproximadamente, 2000 alunos no curso preparatório ao processo vestibular de instituições públicas e privadas (UNIPALMARES; [2009?], f. 7).

Alfabetização de adultos: desde 2005, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), já alfabetizou mais de 6.000 paulistanos moradores de bairros periféricos das quatro regiões da cidade.

Cultura: para introduzir a inserção de seu público-alvo em ambiente de valorização comunitária, a Unipalmares mantém a rádio universitária Zumba, o centro de Artes, o Núcleo de Capoeira, o Núcleo de Samba-Rock, o Coral Unipalmares, o curso de Alfabetização de Adultos. Projeto Guri - Polo Unipalmares: Projeto Guri - Polo Unipalmares, em parceria com a Secretaria da de Estado da Cultura (São Paulo), oferece a crianças e jovens carentes, conhecimentos musicais e culturais, através dos cursos de orquestra e coral. Atende cerca de 200 jovens, de 8 a 16 anos, nas seguintes qualificações: música, orquestra e coral. Esportes: O projeto de Inclusão e Qualificação esportiva nas modalidades de vôlei, basquete, handebol, judô e capoeira (UNIPALMARES; [2009?], f. 8).

Capacitação em idioma estrangeira: capacitação educacional em Inglês, em parceria com a escola de idiomas Alumni e o Consulado Americano; desde 2001 já atendeu mais de 100 bolsistas, além de oferecer cursos aos alunos Unipalmares¹³⁸.

Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro: com o objetivo de reconhecer as iniciativas que contribuem para a inclusão, elevação, valorização e respeito ao negro, a Afrobras outorga a Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro. A entrega da condecoração faz parte das comemorações do 21 de março, Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial, e 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura¹³⁹.

Portal da Afrobras e da Unipalmares: totalmente reformulado, com informações sobre o negro brasileiro, artigos e entrevistas de autoridades e personalidades sobre qualquer tema que envolva o negro, história do movimento no Brasil, debates, agência de notícias, *release* para os veículos de comunicação e interessados, colunistas de renome, grande

¹³⁸ AFROBRAS. Disponível em: < http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 06 jul. 2009.

¹³⁹ IBIDEM.

reportagem do mês, com um tema polêmico, amplamente desenvolvido, *clipping*, com o que saiu na imprensa do Brasil e do mundo sobre o movimento, educação, etc.¹⁴⁰.

Programa Vida Plena: Canal 25, via satélite e pela internet; em parceria com a Rede Mundial de Televisão, tem a participação especial, todas as quartas-feiras, às 10h, ao vivo, em âmbito nacional. Discute questões relativas ao negro brasileiro e estrangeiro, com entrevistas sobre cultura, saúde, inclusão e valorização do negro, com personalidades e autoridades no assunto¹⁴¹.

Programa Televisivo Negros Em Foco: no Canal 14 UHF - RBI / TV MIX; no ar desde 2003, é um dos únicos no Brasil que conta com apresentadores e diretores negros à frente. Entrevistas com grandes personalidades e autoridades nacionais e internacionais, empresários e executivos de grandes, médias e pequenas empresas, que procuram falar do seu negócio e, principalmente, saber dele o que anda fazendo a sua empresa e/ou instituição para a inclusão do negro no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, além de discutir temas atuais de interesse geral da sociedade como segurança, mercado de trabalho e, principalmente, educação.

Projeto Mais Negros nas Universidades: Projeto Mais Negros nas Universidades; Em parceria com universidades privadas, mais de 600 jovens negros receberam bolsas para cursar o ensino superior; 70% já estão formados ou em fase de conclusão de curso¹⁴².

Rádio Zumba: A Unipalmarenses conta com uma rádio em seu campus, onde leva, durante toda a semana, no horário em que antecede as aulas, discussão sobre temas interessantes à vida acadêmica, além de muita música¹⁴³.

Troféu Raça Negra: em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, personalidades e autoridades negras e não negras, nacionais e internacionais, são premiadas por exaltar, enaltecer e divulgar o valor das iniciativas, ações, gestos, posturas, atitudes, trajetórias e realizações que tenham contribuído para aprofundamento e ampliação da valorização da raça negra¹⁴⁴.

Publicações: a instituição mantém, também, publicação onde, geralmente, estabelece-se a manutenção da identidade institucional, o diálogo com as instituições

¹⁴⁰ AFROBRAS. Disponível em: <http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 06 jul. 2009.

¹⁴¹ IBIDEM.

¹⁴² IBIDEM.

¹⁴³ IBIDEM.

¹⁴⁴ AFROBRAS. Disponível em: <http://www2.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=37>. Acessado em 06 jul. 2009.

parceiras, financiadoras, as personalidades negras e não negra e com a sociedade. “Revista Afirmativa Plural”: publicação bimestral, com abordagem nos principais temas de interesse da comunidade afro-brasileira. A revista é distribuída, gratuitamente, para o *mailing* VIP da Afrobras, da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, em todo o Brasil.¹⁴⁵ “Jornal da Zumbi”: Denominado também de “Zumbi News” ou “Unipalmares News”, conforme a primeira edição, é o informativo institucional da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Tem por destinatários, alunos, professores e funcionários dessa instituição de ensino. A cada edição, o Unipalmares News traz as informações necessárias para o melhor conhecimento da instituição. Divulga cursos, avisos da secretaria, dicas de literatura, arte e cultura, artigos, carreiras, estágios e mercado.¹⁴⁶

2.5. Política de permanência e empregabilidade

Não basta incluir, é preciso também praticar a política de permanência, que já discutimos no capítulo anterior sobre cotas nas universidades públicas e privadas. No seu portfólio, Unipalmares apresenta suas estratégias de permanência. Conhecedora da realidade socioeconômica desfavorável, em relação à população preferencial para o seu programa de inclusão desde a sua fundação, a Unipalmares tem orientando suas ações para assegurar a permanência de seus alunos.

Inovação

A Unipalmares é uma instituição de excelência, preocupada com a formação humanística e técnica do seu corpo discente e oferece apoio ao estudante em diversas áreas de nivelamento, como Laboratório de Reforço Extracurricular nas matérias: português, matemática, inglês e informática; Núcleo de Apoio e Assistência Social e Psicológica; Orientação Vocacional e profissional, além da oportunidade de aprender música, dança e arte afro-brasileiras. (UNIPALMARES, [2009?], f. 5).

O trecho acima se refere à questão do suporte pedagógico na formação dos alunos contemplados pelas ações afirmativas.

A busca de bolsas através de parcerias com as instituições privadas e públicas tem a ver, também, com a preocupação da política de permanência.

A Unipalmares começou a funcionar, em 2004, com o curso de Administração, com duas habilitações: Administração Geral e Financeira, somando 200 vagas noturnas. Nesta primeira turma, todos os alunos tinham

¹⁴⁵AFROBRAS. Disponível em: <http://www2.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=37>. Acessado em 06 jul. 2009.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www2.zumbidospalmares.edu.br/images/stories/jornaldazumbi/unipalmares-news-1.pdf>>. Acessado em 06 jul. 2009.

50% de bolsa. Com isso, o custo da mensalidade ficava em apenas R\$ 240,00, abaixo do valor do Salário Mínimo vigente no País.

Este valor tão abaixo do mercado é possível em função do formato operacional que é o pool de parcerias públicas e privadas. A Faculdade tem caráter comunitário e, por conseguinte, não tem fins lucrativos. Por conta disso, as mensalidades estão abaixo daquelas que as instituições congêneres praticam e poderão ter diminuição em função da efetivação de parcerias governamentais e empresariais.¹⁴⁷

Existem mais: as estratégias de estágios para a manutenção de alunos. Outro diferencial para o aluno é a fonte de garantia mínima de empregabilidade, uma vez que a Afrobras firmou diversos convênios para trainees e estágios com as iniciativas pública e privada. Dentre os convênios Internacionais, destaca-se a Fundação Coca-Cola (Atlanta, EUA).¹⁴⁸ Entre tantos outros materiais que comprovam a prática de estágios com intuito da empregabilidade de seus alunos, citaremos o caso do seu convênio com o Bradesco.

Estágio no Bradesco:

Processo Seletivo Bradesco

Zumbi fecha novo convênio com Bradesco!

E a Zumbi dos Palmares já começa o ano trazendo benefícios para seus alunos. Fechou novo convênio de estágio com o banco Bradesco, que abriu 30 novas vagas exclusivas para os alunos da Zumbi.

Poderão participar alunos do 2º ano e 3º ano dos cursos de Administração e Direito, que tenham a partir de 18 anos, estejam regularmente matriculados e em dia com os compromissos da faculdade.

O contrato terá a duração de 24 meses, com estágio de seis horas semanais, auxílio transporte, seguro coletivo de acidentes pessoais, vale refeição no valor de R\$ 8,00 e recesso remunerado após um ano de contrato.

A ficha cadastral deverá ser preenchida pelo site: www.bradesco.com.br, no link de oportunidade de carreira.

A ficha de inscrição também pode ser retirada excepcionalmente no departamento de Comunicação, no segundo andar, com o Alexandre, no horário das 18h30min às 21h15min.¹⁴⁹

É preciso dizer que a Unipalmares mantém o mesmo projeto de capacitação e estágio com outros bancos: Itáu, Banco real, Citibank (BIAZETO, 2007). Aliás, é um dos projetos mais bem sucedido no campo das ações afirmativas entre as empresas financeiras e as organizações sociais negras.

Quanta à questão da empregabilidade, a Unipalmares é consciente de que uma boa formação, aliada com parcerias bem estabelecidas com as empresas que comandam o mercado

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.unipalmares.edu.br/index.php?option=content&task=view&id=24>>. Acessado em 28 jun. de 2007.

¹⁴⁸ IBIDEM.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.unipalmares.edu.br/index.php?option=content&task=view&id=24>>. Acessado em 28 jun. de 2007.

de trabalho, traria benefícios para seus alunos. Essa visão está presente no seu portfólio, quando descreve as atividades abaixo:

➤ *Qualificação para o mercado*: o aluno da Unipalmars tem a oportunidade de imersão em um treinamento prático, através dos intercâmbios firmados entre a instituição e várias empresas; cursos de Capacitação e Qualificação pessoal e profissional, acesso a estágios remunerados em programas de convênios em instituições privadas.

➤ *Trainees e os parceiros*: mais do que a formação acadêmica, os alunos da Unipalmars estão sendo preparados para o mercado de trabalho, através de treinamento realizado em parceria com empresas e instituições financeiras. Atualmente, 85% dos alunos da Unipalmars estão no mercado de trabalho. Entre os principais parceiros figuram: Bradesco, Itaú, HSBC, Nestlé, Real ABN Amro, Citibank, Safra e Santander Banespa, entre outros.

Núcleo Afro Work: a Unipalmars mantém um programa de qualificação e inserção de seus alunos e egressos - o Núcleo Afro Work oferece capacitação para o mercado de trabalho, para atender a demanda de profissionais pelas empresas que iniciam em sua cultura organizacional os programas de inclusão racial no ambiente corporativo. (UNIPALMARS, [2009?],f. 6).

Os resultados do ativismo inteligente da Unipalmars são palpáveis no mundo da política e da economia:

Em 2007, a instituição formou 126 alunos em Administração, na primeira *formatura* da Zumbi, contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como patrono.

Já em 2008, os formandos do curso de Administração, um total de 241 alunos, tiveram como patrono o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Glória Maria e Daiane dos Santos foram as paraninfas.

Neste ano de 2009, a faculdade recebeu o conceito três estrelas, no Guia do Estudante (Editora Abril), no curso de Administração. Uma observação muito importante é que, aproximadamente, 90% do total destes alunos, já formados, foram efetivados nas empresas que fazem parceria com a Afrobras no Programa de Estágios¹⁵⁰.

A diretoria da Unipalmars é estrategista. Sabe que o multiculturalismo é um campo político e econômico. O que importa é saber como negociar seus interesses e objetivos. A presença de personalidades importantes do mundo da política, da economia e da cultura, negras e brancas, tem servido de suporte para a manutenção do poder simbólico da Unipalmars. Uma análise aprofundada das empresas e personalidades que aparecem nos seus veículos principais de comunicação, no caso, a Revista Afirmativa Plural e a liturgia profana do Troféu da Raça Negra, nos trariam várias revelações nesse sentido. Todavia, deve-se reconhecer que os dirigentes da Unipalmars têm buscado, em muito, orientar o uso do seu poder simbólico a serviço de seus objetivos de atuação: a inclusão de jovens negros no ensino

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.unipalmars.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

superior.

3. Considerações finais

A Unipalmares, em si, é uma política de ações afirmativas. Traduz o que se chama de desenvolvimento endógeno, isto é, quando o grupo dos beneficiados está na base de sua concepção, execução do projeto. No caso, a AfroBras é a ONG afro-brasileira que deu nascimento à Unipalmares. Como nenhum sujeito histórico, é auto-suficiente; ali a noção de parceria marca a sua presença. O saber lidar, politicamente, com seus parceiros e outros atores da sociedade, tem feito com que a Unipalmares consolide, cada vez mais, o seu poder simbólico.

Diferente das ações dos bancos e do governo, cujos documentos lidam com o conceito 'desenvolvimento' de forma explícita, na Unipalmares esse conceito é implícito. Porém, na prática, ele existe, efetivamente. E isso foi o objetivo principal dessa pesquisa: encontrar a conexão entre política de ações afirmativas e desenvolvimento.

Salvo as imperfeições de todas as ações humanas, as práticas da Unipalmares fazem parte do que denominamos de desenvolvimento econômico multicultural. A educação é tratada, nessa instituição, como o vetor do desenvolvimento da população negra. Investe-se na dimensão cultural para a expansão de outras liberdades da população negra; direitos culturais, econômicos, sociais e políticos. Os jovens negros que são maioria, nessa instituição, são os primeiros beneficiados.

CAPÍTULO IV: PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE AFRODESCENDENTES DO BANCO ITAÚ

Introdução

O Programa de Capacitação de Afrodescendentes do Itaú faz parte de um conjunto de ações afirmativas no âmbito dos bancos no país. A primeira ação desse gênero foi o Projeto Geração XXI, implementado entre 1999 até 2001. O projeto foi realizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, em parceria com o BankBoston.

[Foi] uma ação afirmativa fundamentada e dirigida na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável que, por meio de uma proposta político-pedagógica inovadora, [tomou] 21 jovens negros (as) como sujeitos de direitos, [produziu] condições de aprendizado e desenvolvimento de talentos, acesso a novas linguagens e tecnologias, amplia as possibilidades de equidade nas condições econômicas, sociais e culturais, contribuindo para o aperfeiçoamento e fortalecimento da construção democrática no Brasil. (SILVA, 2003, p. 18 – nota de rodapé 3).

Com a compra do BankBoston pelo Banco Itaú, este projeto foi incorporado em suas ações de responsabilidade social empresarial em 2005 (GÓIS; DUARTE, 2008) obedecendo, assim, ao que vem sendo chamado de políticas de diversidade, voltadas para mulheres, negros, portadores de necessidades especiais e homossexuais.

A nova política anti-racista do Movimento Negro, estabelecida entre os anos de 1990 e 2000, é a razão histórica da entrada no debate sobre ações afirmativas do setor financeiro. Se os bancos ficaram surdos em 1999, a partir de 2003, o auxílio do Ministério Público do Trabalho (MPT) às reivindicações das organizações negras, para contratações de negros pelos bancos, vai abrir uma nova frente de luta: “Naquele ano [2003], o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com ações contra cinco bancos em Brasília, exigindo que adotassem políticas públicas que reduzissem as diferenças de salário, de promoção, de contratação entre negros e brancos”.¹⁵¹

Os programas dessa segunda fase emergem de um acordo entre o Movimento Negro, o MPT e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) para, de um lado, se retirar as ações e, de outro lado, contratar negros. Um dos primeiros resultados, conforme Diversidade Global (20/11/2009), é que 66,5% dos negros contratados foram nos três últimos anos dessa luta política. Outro resultado é que, em 2008, querendo cumprir seus compromissos, a

¹⁵¹ DIVERSIDADE GLOBAL. Inclusão do negro. Disponível em: < <http://www.diversidadeglobal.com/cat.asp?iDCat=2>>. Acessado em 20 nov. 2009.

FEBRABAN financiou um censo entre os bancários de 17 instituições para diagnosticar a situação dos homens e mulheres negros. Dos 408.928 funcionários, 204.133 (49,1%) responderam aos questionários no site da entidade. Dos que responderam 19% se declararam como pretos e pardos. Um dos pontos que o estudo mostrou, é que a escolaridade de negros e brancos no setor, é equivalente. Portanto, as diferenças de remuneração – em torno de 65% a favor dos brancos – não se justificam, afirma um dos entrevistados da matéria, a psicóloga Cida Bento, diretora do CEERT, uma entidade negra contratada para a realização do censo. Esta tinha elaborado o projeto com a participação de alguns especialistas do IPEA, do IBGE, do MPT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Financeiro (Contraf). Na atualidade, bancos como Itaú, Unibanco, Bradesco, HSBC, Banco ABN Amro Real Santander, Citibank (BIAZETO, 2007), estão desenvolvendo programas de ações afirmativas para superar essas desigualdades étnico-raciais.

O nosso objetivo, nesse capítulo, é analisar o Programa de Capacitação de Afrodescendentes do Banco Itaú, com intuito de entender a relação entre o desenvolvimento e a política de ações afirmativas no Brasil. Para tanto, avaliaremos esse programa a partir dos elementos fornecidos pelos documentos acessados.

1. Identificação dos programas sobre a diversidade

O Programa de Capacitação de Afrodescendente é um subprograma do Programa Diversidade Corporativa do Banco Itaú, que tem por área de atuação a capacitação profissional. Todos os documentos analisados mostram que não dá como entender o primeiro sem vinculá-lo com o segundo. Essa é a prática institucional no Itaú, pelo menos, do ponto de vista dos elaboradores dos projetos sociais. No documento institucional apresentado num congresso da Federação Latino-Americana dos Bancos, Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afrodescendentes.¹⁵², recolhido por nós, esta questão está comprovada no título e subtítulo.

O público-alvo, desse macroprojeto, é composto de pessoas com deficiência, dos afrodescendentes e jovens de baixa renda sem experiência profissional.

O objetivo do Programa Diversidade Corporativa, conforme seus idealizadores, é “assegurar a justa competitividade diante das diferenças, garantir a heterogeneidade dentro da organização e construir metodologias para a implementação de políticas de valorização da

¹⁵² BANCO ITAÚ. Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afrodescendentes. Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

diversidade”.¹⁵³ É de duração permanente.

As descrições, sobre esse projeto, vêm das informações recolhidas na internet. Conforme seus idealizadores, a estratégia do Projeto está apoiada em três pilares: 1) a inclusão social e econômica: é a atração de profissionais com aderência aos valores do Itaú, potencial e vontade de crescer; 2) o desenvolvimento: oferecer oportunidade de carreira e capacitação profissional; 3) a sensibilização: formar líderes e equipes conscientes.

As ações desenvolvidas baseiam-se na crença de que uma empresa com mais de 55 mil colaboradores é um terreno fértil para práticas de inclusão e conscientização. À medida que os profissionais sensibilizam-se com o tema, deixam de agir com indiferença diante de situação de exclusão e discriminação. A sensibilização, portanto, ultrapassa o âmbito profissional e favorece a atitude cidadã, gerando mudança de comportamento.¹⁵⁴

O Programa Capacitação de Afrodescendentes é uma das práticas sociais de inclusão social do Banco Itaú. Faz parte da área de educação e qualificação profissional. Não dá como entender seus objetivos sem vinculá-lo ao do seu contexto maior, que é o Projeto de Diversidade Corporativa, dessa instituição financeira. É nessa relação íntima que, no *paper*: *Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios* o Itaú define os objetivos do programa de inclusão de negros:

Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios

O Programa de Diversidade Corporativa do Itaú amplia o acesso à cultura e contribui para a educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento de novas gerações. O Programa de Capacitação de Afrodescendentes integra-se ao Programa de Diversidade Corporativa como ferramenta de inclusão e disseminação da Diversidade e tem como objetivo preparar os profissionais para assumir diferentes funções nas áreas de negócios.

http://ww2.itaub.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp

Convidamos você para fazer parte desse programa, com formação para gerente Personalité - um profissional qualificado como um consultor financeiro - que assessora os clientes na condução dos seus negócios.¹⁵⁵

No documento Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afro-descendentes seus objetivos são revelados:

1. Contribuir para o desenvolvimento da cidadania e capacitação profissional de jovens afrodescendentes.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=42&CodProj=145>>. Acessado em 01 jul. 2009.

¹⁵⁴ IBIDEM.

¹⁵⁵ BANCO ITAÚ. Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios. Disponível em: <http://ww2.itaub.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp>. Acessado em 28 fev. 2009.; grifo do autor.

2. Preparar os profissionais para assumirem diferentes funções nas áreas de negócios.

3. Fortalecer a imagem do Banco Itaú no contexto da Responsabilidade Social e Diversidade¹⁵⁶.

O programa foi criado em abril de 2005, e até o momento continua sendo aplicado.

Qual é o quadro territorial da sua aplicação? Em que região o programa foi desenvolvido? Qual é a situação dos seus moradores? Inicialmente, este Programa nasceu em São Paulo. Hoje em dia estende-se a outras cidades do país: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.

Quais são os outros projetos desenvolvidos pela instituição? Para seus idealizadores, o Projeto Diversidade Corporativa é composto por um conjunto de ações, que denominam de “Kit da diversidade”.

Ações

Diversidade

O respeito ao ser humano é um dos valores fundamentais do Banco Itaú. Por isso, o Banco busca fomentar ações de promoção da diversidade e oferecer condições para que cada indivíduo possa aplicar de forma produtiva o seu potencial.

Kit Diversidade

Consciente da importância da inclusão e valorização da diversidade, o Itaú tem desenvolvido uma série de importantes ações, dentre elas, a preparação e distribuição do Kit Diversidade.

Em agosto de 2006, foi enviado a todos os gestores do Banco Itaú o Kit com informações relevantes para a contratação e acompanhamento dos jovens cidadãos, aprendizes, estagiários afrodescendentes e pessoas com necessidades especiais no Banco Itaú.¹⁵⁷

O Programa de Contratação de Pessoas com Necessidades Especiais tem como objetivo “incentivo à contratação de pessoas com deficiência e a recolocação de funcionários reabilitados, oferecendo condições adequadas ao pleno desenvolvimento do trabalho”.¹⁵⁸

Programa de Pessoas com Necessidades Especiais

Em 2000, o Programa de Contratação de Pessoas com Necessidades Especiais foi oficialmente implementado no Banco Itaú. No momento da atração desses profissionais, são levados em consideração critérios como aderência aos valores do Itaú, potencial e vontade de crescer.

Os profissionais contratados têm acesso às oportunidades de

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁵⁷ BANCO ITAÚ. Ações Diversidade. Disponível em: <<http://ww2.itaubr.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>> Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

desenvolvimento na Organização em sua própria área ou mesmo em outras áreas e empresas do Grupo Itaú. Com o objetivo de reter os talentos, é realizado um acompanhamento dos profissionais em processo de demissão e, sempre que possível, é feita a recolocação interna.

Em 2005, favorecendo o envolvimento e a sensibilização de todos os funcionários para com o tema, foram distribuídas cartilhas sobre o programa para todos os gestores, com o objetivo de informá-los e sensibilizá-los, esclarecer dúvidas comuns e valorizar a questão da Diversidade. O tema também é freqüentemente abordado nos treinamentos ministrados aos gestores da Organização.¹⁵⁹

Programa do Jovem Cidadão:

[...] iniciado em 2003, promove, por meio de uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo, estágios para jovens com idade entre 16 e 21 anos, estudantes do ensino médio de rede estadual, oferecendo a oportunidade de aquisição de vivência profissional estruturada a essas pessoas. Em dezembro de 2005, o programa foi estendido para o Estado do Rio de Janeiro.¹⁶⁰

Oferece oportunidades de vivência profissional estruturada para os estudantes de 16 a 21 anos do Ensino Médio da rede pública, complementando seus estudos com aprendizado prático e abrindo perspectivas de acesso ao mundo do trabalho.¹⁶¹

Programa Adolescente Aprendiz “[...] implementado em 2004, que oferece oportunidade de primeiro emprego a jovens com idade entre 14 e 24 anos, matriculados no ensino regular, visando ao seu desenvolvimento pessoal e profissional (cumprimento à lei nº 10.097/2000, art.429 da CLT)”¹⁶². Contrata jovens de 14 a 24 anos, preferencialmente, com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa, visando ao desenvolvimento profissional e incentivo ao primeiro emprego.¹⁶³

O Programa Capacitação de Afro-descendentes:

Criado em 2005, esse programa de estágio tem como objetivos a inclusão e a capacitação de estudantes afrodescendentes do segundo ano da graduação dos cursos de Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Economia, Psicologia, Direito e Serviço Social.

O Programa tem duração de três anos e, além de proporcionar a complementação prática da vivência acadêmica, conta com uma completa grade de treinamento. Ao final do primeiro ano, após 360 horas de treinamento, caso haja bom aproveitamento, o estagiário recebe o título de Executivo Financeiro Jr. emitido pelo CPDEC - Centro de Pesquisa,

¹⁵⁹ BANCO ITAÚ. Ações Diversidade. Disponível em: <<http://ww2.itaubr.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>> Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁶⁰ IBIDEM.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=42&CodProj=145>>. Acessado em 01 jul. 2009.

¹⁶² BANCO ITAÚ. Ações Diversidade. Disponível em: <<http://ww2.itaubr.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>> Acessado em 28 fev. 2009

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=42&CodProj=145>>. Acessado em 01 jul. 2009.

Desenvolvimento e Educação. Continuada- UNICAMP. ¹⁶⁴

Troféu da Raça negra de 2008 entra, também, como uma das atividades da diversidade cultural.

Troféu Raça Negra 2006

O Itaú foi uma das empresas patrocinadoras do "Troféu Raça Negra 2006", o "Oscar" da comunidade negra. A festa foi realizada em 19 de novembro, na Sala São Paulo, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de Novembro.

Em sua quarta edição, o Troféu premiou duas categorias: as tradicionais - ator/atriz, cantor/cantora, revelação e grupo musical - e as institucionais: homenagens póstumas e destaque especial, entre outras. A escolha dos vencedores foi feita pela população, através do site www.trofeuracanegra.com.br, e da revista Afirmativa Plural, publicação da Afrobras (Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural) e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

José Vicente, presidente da Afrobras, entidade organizadora do prêmio, disse que o objetivo do prêmio é reconhecer, exaltar, enaltecer e divulgar o valor das iniciativas, ações e realizações que tenham contribuído para a ampliação e respeito do negro brasileiro. O Itaú, com o patrocínio, deu continuidade às ações de valorização de grupos étnicos como parte da política de sustentabilidade. Confira quem ganhou o Troféu Raça Negra 2006 no site. ¹⁶⁵

Programa 3ª Fase da Vida - Um Bom Início foi instituído em 2005:

Procura indicar aos colaboradores, a partir de 50 anos de idade, quais são as alternativas para que ele viva uma vida com qualidade, como pode reorientar sua vida pós-carreira, como cuidar de sua saúde emocional e física e, ajuda a desmistificar alguns mitos que acompanham a aposentadoria. ¹⁶⁶

Quantas pessoas foram atendidas pelo Projeto de Diversidade Corporativa? No relatório de março de 2008, o Projeto Diversidade Corporativa estruturava-se a partir de um Comitê de Diversidade dividido em: Comitê de Pessoas com Deficiência, com um Programa de Contratação de Pessoas Com Deficiência (PCDs), que atendia mais de 2.200 pessoas ativas; um Comitê de Mulheres, sem número de contratadas; um programa de Aprendiz com 1.400 aprendizes; um Programa Jovem Cidadão com 30 jovens e, o Programa de Capacitação de Afrodescendentes com 88 estagiários; este programa totalizava, em 2007, 30% das contratações do Banco Itaú. ¹⁶⁷

¹⁶⁴ BANCO ITAÚ. Ações Diversidade. Disponível em: < <http://ww2.itaubr.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>> Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁶⁵ IBIDEM.

¹⁶⁶ BANCO ITAÚ. Ações Diversidade. Disponível em: < <http://ww2.itaubr.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>> Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁶⁷ BANCO ITAÚ. Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congresso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

Quais são os princípios gerais do programa? Os princípios que guiam o Programa de Capacitação de Afrodescendentes fazem parte dos valores do Itaú cultural apresentado no documento Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afrodescendentes.¹⁶⁸

Este traz, no primeiro plano, imagens que traduzem a diversidade na questão de inclusão de deficientes, jovens, afro-descendentes e mulheres.

No slide seguinte, aparece o conceito-chave: “Diversidade Corporativa no Itaú”, e logo segue a descrição dos objetivos do Projeto Diversidade Corporativa: “justa competitividade diante das diferenças”; “heterogeneidade dentro da organização”; “implementação de políticas e de projetos de valorização e promoção da diversidade”. Em um quarto slide, transcrevem-se os “Pilares da Diversidade Corporativa no Itaú”, como já evidenciamos acima:

- Atração de profissionais com:
- Aderência aos valores do Itaú
- Potencial
- Vontade de crescer
- Oportunidade de carreira
- Capacidade de profissionais
- Líderes
- Equipes conscientes¹⁶⁹.

Ao fazer isso, amplia-se o entendimento do conceito-chave, tido por seus usuários como um conjunto de valores que mobiliza uma gama de metas, de objetivos e de estratégias, por parte do Itaú, que almeja a inclusão social dos grupos tradicionalmente excluídos na sociedade e na instituição.

Boxe 1: Conceito do Programa Diversidade ¹⁷⁰

Conceito do Programa

É um moderno conceito que vai além dos fatores como sexo e etnia, pois abrange um vasto grupo de características que definem as diferenças entre as pessoas:

- ✓ Idade
- ✓ Nacionalidade
- ✓ Religião
- ✓ Preferências sexuais
- ✓ Deficiência

¹⁶⁸ BANCO ITAÚ. Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁶⁹ IBIDEM.

¹⁷⁰ MATTIAS. *Sustentabilidade*. Disponível em: <www13.itaubr.com.br/itausa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt>. Acessado em 02 jul. 2009.

O conceito diversidade tal como empregado pelo Banco Itaú é inclusivo, e não exclusivo. O negro, nele, aparece como “afrodescendentes”. Nos critérios de seleção desse elemento, as ONGs negras parceiras, auxiliam na sua definição: AfroBras e a Educafro. O critério político de negritude, ou afrodescendência, está atrelado ao pertencimento dessas organizações sociais e as universidades onde frequentam seus candidatos.

Os parceiros do Programa Capacitação de Afrodescendentes são representadas pelas instituições da sociedade civil cujas três primeiras são organizações sociais do movimento social negro: Afrobrás e Unipalmars, e Educafro. A outra é uma universidade pública: a Unicamp. Como já vimos, a AfroBras é a ONG que deu nascimento à Unipalmars.

2. Financiamento e investimento

O Banco Itaú é o principal financiador do Programa Afrodescendente. Não conseguimos ter acesso sobre os números do investimento financeiro. A responsável do programa nos informou que era um segredo. Porém, a partir dos gráficos dos documentos analisados, percebe-se que este banco tem investido no campo do social e meio ambiente.

Boxe 2: Investimento social do Banco Itaú em 2005 e previsão de 2006 ¹⁷¹

Investimento Social

Fundação Itaú Social

- Melhoria da qualidade da educação pública e saúde
- Investimento de R\$ 21,5 milhões (2005)
- 17 projetos próprios
- Mais de 10 parcerias e apoio a instituição.
- 2006 – orçamento superior a R\$ 30 milhões

Principais Parcerias

UNICEF, UNESCO, Cenpec, Undime, Consed, Congemas, Canal Futuro

Em 2006, a Fundação Itaú Social investiu 21,5 milhões de reais no campo da educação pública e saúde. O orçamento previsto para 2006 era de 30 milhões de reais. O Programa Afrodescendente do Itaú, lançado em 2005, deve ter sido contemplado por esse investimento.

¹⁷¹ MATTIAS. *Sustentabilidade*. Disponível em: <ww13.itaubr.com.br/itausa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt.>. Acessado em 02 jul. 2009.

No mesmo ano de 2005, a Fundação Social Itaú investiu 33,5 milhões na questão ambiental. O que chama mais atenção é o “marketing capitalista”, que é feito em cima do tema do desenvolvimento sustentável; é a forma como uma empresa financeira faz uso dos conceitos científicos para atingir seus objetivos. O que Habermas (2001) tem chamado de racionalidade estratégica.

Boxe 3: Negócios e sustentabilidade no Banco Itaú¹⁷²

Negócios Sustentáveis

- Sustentabilidade x Competividade ambiental
- Atividades produtivas x conservação ambiental
- Avanços tecnológicos x qualidade dos produtos x uso de recursos naturais
- Práticas gerenciais e operacionais x produtividade x redução de desperdícios

Mais de R\$ 33,5 milhões investidos em projetos ligados à gestão ambiental

Não é o objetivo, desta tese, analisar o aspecto levantado, mas, é mostrar que o conceito de “desenvolvimento” com seus derivados, “econômico”, “social”, “cultural”, “sustentável”, não é estranho a essa empresa capitalista. Os programas de diversidade desenvolvidos por ela se baseiam nesses conhecimentos. É obvio que o Programa Capacitação de Afrodescendentes entra nesse quadro. A única pergunta que fica no ar é a seguinte: o modelo de desenvolvimento preconizado pelo Itaú visa à libertação ou à alienação dos beneficiados?

¹⁷² MATTIAS. *Sustentabilidade*. Disponível em: <ww13.itaú.com.br/itausa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt.>. Acessado em 02 jul. 2009.

3. Relação entre desenvolvimento e programa de capacitação dos afrodescendentes

Tentarei responder na pergunta sobre a relação entre o programa em análise e a temática do desenvolvimento fundamentando a minha argumentação nos documentos que tratam do tema de desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento do Programa de Capacitação de Afro-descendentes e as avaliações feitas sobre este.

3.1. Discurso do desenvolvimento sustentável no Banco Itaú

Buscaremos responder a essa pergunta focando-nos em duas questões. Primeiramente, a concepção geral do desenvolvimento no Banco Itaú; segundo, a relação entre essa concepção com o Programa de Capacitação de Afrodescendentes. Esta última questão exigirá recorrer à proposta metodológica avaliativa desse trabalho, isto é, analisar alguns itens desse programa encontrados nos documentos colocados a nossa disposição.

A primeira questão posta, poderia ser feita de várias maneiras: como analisar os referenciais teóricos usados pelos “especialistas assessores” do banco Itaú? Como buscar entender essa questão, somente, a partir dos documentos disponíveis? O ideal seria juntar os dois aspectos; mas, não sendo esse o objetivo deste trabalho, ficamos com a última proposta, assumindo todos os riscos que a mesma implica. A nossa hipótese é que os especialistas em desenvolvimento do Banco Itaú fazem parte de uma corrente do “centro-esquerda”, ou seja, são economistas e administradores da social democracia no mundo dos negócios. Eles acreditam ser possível reconciliar o capitalismo com o social (BRUM, 2000). Além disso, afirmo que, para entender as ações desses atores não bastaria tomar um posicionamento marxista radical, como o de Mészáros (2004), e achar que todas as ações capitalistas, ou de empresas do capital em relação à sociedade, são alienantes. O oposto, também, não é uma atitude prudente para o cientista; o cientista tem o dever de analisar os fatos na sua objetividade.

Há uma plena consciência no Banco Itaú de que, o verdadeiro desenvolvimento se fundamente em três elementos: promoção do social, ambiental e econômico. Desse ponto de vista, ele não pertence à visão ortodoxa da economia, que reduz o desenvolvimento no crescimento econômico, pelo contrário dialoga com a concepção do PNUD do desenvolvimento (Cf. tabela 22; boxe 4).

Boxe 4: Visão tríplice do desenvolvimento sustentável¹⁷³



O que percebemos ao analisar os documentos do Banco Itaú é que os valores que visam à preservação do meio ambiente são construídos através da interação entre as “empresas/mercado” e a sociedade. Dito em outros termos, é a trilogia da Nova Sociologia Econômica, o Estado, o Setor Privado e a Sociedade Civil, que é responsável pela implementação de políticas públicas que têm o desenvolvimento sustentável como foco. O desenvolvimento sustentável, conforme o Boxe 4, traduz-se pela busca da construção de ações sociais que se fundamentam na tríplice: Econômico + Social + Ambiental. Visa o equilíbrio entre os três pontos.

Para o Itaú Unibanco, sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos.

O Itaú Unibanco está construindo sua estrutura de governança de sustentabilidade a partir das experiências das instituições que lhe deram origem. Até o momento da associação, Itaú e Unibanco possuíam estratégias e visões de sustentabilidade similares, com ênfase na geração perene de valor, no compromisso com o desenvolvimento sustentável e no relacionamento transparente com os públicos envolvidos ou afetados por suas operações. [...]

A política também se propõe a ratificar o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável e promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nas melhores práticas de sustentabilidade.¹⁷⁴

¹⁷³ MATTIAS. *Sustentabilidade*. Disponível em: <ww13.itaunibanco.com.br/itaunibanco/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt.>. Acessado em 02 jul. 2009.

¹⁷⁴ BANCO ITAÚ. *Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008*. Disponível em: <http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>. Acessado 24 nov. 2009.

Afirmamos, acima, que o cientista social deve se guiar pela objetividade; é a velha receita da epistemologia que recomenda a suspensão dos preconceitos. Mas essa atitude tem que ser dosada com a crítica e a autocrítica. Em termos claros, para muitos dos cientistas sociais de tendência marxista, ficaria difícil acreditar que uma empresa financeira possa orientar suas ações a partir de valores. Só conseguimos desfazer dessa dúvida, procurando outras fontes externas ao discurso interno do Itaú. Uma das fontes do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, nos convenceram que as ações sociais do Itaú faziam parte do que, hoje, podemos chamar de empresas comprometidas com a “responsabilidade social”; investem uma parte de seus recursos no sentido de lutar contra a pobreza e as desigualdades sociais e raciais (ETHOS, 2003, 2006).

Além disso, o Banco Itaú recebeu reconhecimento de outras instituições (Boxe 5), pelas suas ações que apontam para a busca de qualidade de vida para seus funcionários, clientes e a sociedade. Do nosso ponto de vista, a ética nos negócios é o elemento que fundamenta o projeto do seu desenvolvimento sustentável.

Ao analisarmos o reconhecimento do Itaú, já na sua fusão com o Unibanco, como uma empresa que tem trabalhado para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (tabela 22), ficou claro, para nós, que a questão étnico-racial não ocupa o primeiro plano em relação às outras questões.

Boxe 5: Reconhecimento do Banco Itaú pelas instituições ¹⁷⁵

Reconhecimento

Banco Itaú Holding Financeira

- Melhor Banco no Brasil – *Euromoney*
- Melhor rating individual do Brasil – *Fitch Ratings*
- Marca mais valiosa do país – 4ª vez consecutiva – *Interbrand*
- Melhor classificação de força financeira do Brasil – *Moody's Investors Services*
- Melhor banco no Brasil em mercados emergentes – *Global Finance*
- Banco mais ético e melhor administrado – *Latin Finance/Management & Excellence*
- Premio objetivos de desenvolvimento do milênio Brasil – Categoria Organizações – Fundação Itaú Social – Governo Federal e Programa da ONU
- As 10 empresas mais admiradas do País – 1º lugar na categoria Bancos, Previdência Privada e Seguradora – *Carta Capital/TNT Interscience*
- Melhor: Governança corporativa – *Site de RI – Relatório anual – Executivo de RI – IR magazine Awards*
- Melhor: Relações com investidores da America Latina – Governança Corporativa – CEO – CFO das Instituições financeiras da AL – Institutional Investors









Mas isto não significa a sua ausência. A temática racial aparece no item “Sociedade e Diversidade” do Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Aqui sim, o Programa Diversidade fica em destaque com todas suas ações, inclusive o Programa de Capacitação de Afrodescendentes.¹⁷⁶

¹⁷⁵ MATTIAS. *Sustentabilidade*. Disponível em: <ww13.itaubanco.com.br/itausa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt>. Acessado em 02 jul. 2009.

¹⁷⁶ BANCO ITAÚ. *Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008*, p. 20. Disponível em: <<http://www.itaubanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009.

Tabela 21: Correlação das ações do Itaú Unibanco com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ¹⁷⁷

	1 <i>Acabar com a fome e a miséria</i> Itaú: Fundação Itaú Social, investimentos sociais do Banco Itaú e do Banco Itaú BBA, Programa Itaú Criança. Unibanco: Instituto Unibanco.
	2 <i>Educação básica de qualidade para todos</i> Itaú: Fundação Itaú Social, investimentos sociais do Banco Itaú e do Banco Itaú BBA, Programa Itaú Criança. Unibanco: Instituto Unibanco (projetos próprios: Jovem de Futuro; Entre Jovens; Jovens Aprendizes; e Centro de Estudos Tomaz Zinner).
	3 <i>Igualdade entre sexos e valorização da mulher</i> Itaú: Política de Gestão de Pessoas, Programa de Diversidade Corporativa. Unibanco: Política de Diversidade.
	4 <i>Reduzir A Mortalidade Infantil</i> Itaú: Programa Itaú Criança.
	5 <i>Melhorar a saúde das gestantes</i> Itaú: Programa Saúde da Mulher. Unibanco: Programa Gestantes.
	6 <i>Combater a Aids, a malária e outras doenças</i> Itaú: Programa de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, Programa Momento Saúde. Unibanco: campanhas de saúde dos colaboradores.
	7 <i>Qualidade De Vida E Respeito Ao Meio Ambiente</i> Itaú: Programa Momento Saúde, Campanha Plante a Primavera, campanhas voltadas para o uso racional de recursos naturais, critérios socioambientais para a concessão de crédito. Unibanco: Programa Fique Ok; Rede Parceiros pela Natureza – CEAs.
	8 <i>Todo Mundo Trabalhando Pelo Desenvolvimento</i> Itaú: adesão aos Princípios do Equador, critérios socioambientais para a concessão de crédito, Programa de Apoio ao Microcrédito, comercialização de produtos socialmente responsáveis. Unibanco: compromisso Todos pela Educação, Princípios do Equador, Microcrédito e comercialização de produtos socialmente responsáveis.

Para viabilizar a gestão da sustentabilidade nos negócios, em 2005, o Banco Itaú montou os Comitês de Inteligências Corporativas, Riscos e Ética, Governança Corporativa, Gestão de Talentos, Excelência Operacional e Excelência Comercial nas suas outras empresas. (Duratex, Itaotec e Elekeiros). Estruturou-se um Comitê Executivo e Comissão de Responsabilidade Socioambiental e o Novo Código de Ética Corporativa. Em, 2006, aderiu a AA1000 – Norma de Gestão da Responsabilidade Corporativa e desde 1999, faz parte do Dow

¹⁷⁷ BANCO ITAÚ. *Relatório Anual Itaú Sustentabilidade* 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 209.

Jones Sustainability World Index e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA (Itaúsa e Itaú).¹⁷⁸

No seu relacionamento com o cliente, o Itaú busca pautar suas ações sobre alguns valores, também. A palavra-chave nesse sentido é: “Compromisso de Ouvir e Aprender”. Do ponto de vista institucional, criou a “Ouvidoria Corporativa Itaú”, o Programa “O Itaú quer Ouvir Você”, o Atendimento aos órgãos de Proteção de Defesa aos Consumidores e BANCEN – Itaú e as Centrais de atendimento (SACs). Na mesma perspectiva tem trabalhado, ainda, com a conscientização dos clientes, através de ações que denomina de “Uso Consciente do Banco” dividido em dois focos: “Uso consciente do banco” e “Programa Mais Segurança”.¹⁷⁹

Boxe 6: Relacionamento com fornecedores ¹⁸⁰

Fornecedores

Alinhamento a princípios e valores

- Avaliação e seleção criteriosas
- Respeito a condições dignas de trabalho, a normas de segurança e à preservação do meio ambiente
- Programas de treinamento para fornecedores (Elekeiros, Duratex e Itaotec)
- Leilão eletrônico – democratização da participação
- 2006 – aprimoramento do site de relacionamento com fornecedores (Itaú)



Quanto aos fornecedores, observa-se, da mesma forma, que o Banco Itaú tem seguido as orientações das organizações sociais, como do Instituto Ethos (2006), para manter os valores nos negócios.

Os gestores de Itaú são conscientes da responsabilidade social de sua instituição. Assim, além de buscar a inculcar os valores de sustentabilidade aos seus funcionários, parceiros e fornecedores, inventam mecanismo para atingir outros atores da sociedade. Esse programa de ações entra no quadro do que chama de “Participação social”. Este se traduz pela execução de algumas ações institucionais:

- Estímulo ao voluntariado: capacitação dos voluntários; execução de campanhas para a doação de sangue;

¹⁷⁸ MATTIAS. Sustentabilidade. Disponível em: <ww13.itaú.com.br/itaúsa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt.>. Acessado em 02 jul. 2009.

¹⁷⁹ IBIDEM.

¹⁸⁰ IBIDEM.

- Criação de programas educativos voltados para crianças e adolescentes;
- Envolvimento com a comunidade através de programas de visitas (Itautec e Elekeiroz), apoio a programas comunitários; preservação e manutenção de parques; apoio de eventos comunitários;
- Conscientização ambiental: Área de Vivência Ambiental Piantan e Programas Planeta Água, Mata Atlântica e Paisagens (Duratex) – Programas internos de economia de recursos, coleta seletiva e reciclagem; Plante a Primavera
- Mobilização social – Itaú Criança em 2006.¹⁸¹

Os slides apresentados por Mattias ficaram evidentes para nós, quando começamos a investigar o *site* do Itaú Social no *link* “Atuação Socioambiental para Comunidade e Terceiro Setor”. No meio das ações desenvolvidas (Boxe 7) é que conseguimos corroborar a nossa hipótese de que o tema “diversidade” fazia parte da agenda de desenvolvimento sustentável do Itaú.

Para os fins desse estudo, não interessava analisar se o Banco Itaú pratica ou não os valores que compõem o seu projeto de desenvolvimento sustentável. Todavia, a partir dos materiais analisados, produtos de auditorias internas e externas, ficou estabelecida a existência de um discurso interno ciente sobre este tema. Por outro lado, vimos que criou mecanismos institucionais para a viabilização do que ele chama de Políticas de Sustentabilidade do Itaú Unibanco. Essas práticas, como tais, se pautam, não em valores de alienação, pelo contrário, nos valores de liberdade, transparência e participação.

Boxe 7: Ações feitas pelo Itaú que fazem muita diferença.¹⁸²

- ▶ Plante a Primavera
- ▶ Prêmio Itaú de Finanças Sustentáveis
- ▶ Microcrédito Produtivo Orientado
- ▶ Diversidade
- ▶ Itaú Criança
- ▶ Eventos Comunitários
- ▶ Campanha de Luta Mundial contra o HIV/AIDS
- ▶ XIV Festival de Teatro de Curitiba
- ▶ Campanha de Doação
- ▶ Programa Itaú Solidário
- ▶ Programa Itaú Voluntário
- ▶ Fundo da Criança e do Adolescente
- ▶ Fundação Itaú Social
- ▶ Instituto Itaú Cultural
- ▶ Produtos Socioambientais
- ▶ Análise de Risco e Crédito Socioambiental
- ▶ AA1000
- ▶ Parceria entre Itaú e Bolsa de Valores Social
- ▶ Princípios do Equador
- ▶ Prêmio Escola Voluntária
- ▶ Olimpíadas de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

¹⁸¹ MATTIAS. Sustentabilidade. Disponível em: <ww13.itaubank.com.br/itausa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt>. Acessado em 02 jul. 2009.

¹⁸² BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009.

No item seguinte, vou abordar a responsabilidade social do Banco Itaú em relação à questão do enfrentamento de desigualdades étnico-raciais.

3.2. Programa de capacitação dos afrodescendentes

O perfil dos participantes é de “[...] Estudantes negros do segundo ao último ano da graduação”.¹⁸³

Quais são, realmente, as pessoas que se beneficiaram do programa? Em São Paulo, até 2008, o Programa atendia 77 estagiários, dos quais 30 eram já efetivados.¹⁸⁴

Qual é a metodologia de seleção empregada pelo programa? O processo seletivo de candidatos ocorre ao longo de todo o ano, de acordo com a existência de vagas. A seleção é composta de quatro etapas eliminatórias¹⁸⁵:

1. Triagem de currículos
2. Entrevista coletiva ou prova técnica (etapa opcional)
3. Dinâmica de grupo/prova de raciocínio lógico
4. Entrevista individual com o gestor da área

O candidato, ao cadastrar seu currículo em qualquer programa, automaticamente, poderá participar dos demais programas para Jovens Talentos e de outros processos seletivos das empresas do Grupo Financeiro Itaú.¹⁸⁶

A partir da propaganda que acompanha a divulgação do programa, não fica dúvida que se trata, também, de uma forma de o Banco Itaú se aproximar dos clientes negros: “Venha trabalhar na empresa que foi feita para você. Inscreva-se já, e participe dos nossos processos seletivos”¹⁸⁷.

As estratégias para atrair e assegurar os participantes são chamados de benefícios. No caso do Programa Afrodescendente, o Itaú oferece os itens seguintes¹⁸⁸:

- Vale-refeição;
- Bolsa-auxílio;

¹⁸³ Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁸⁴ BANCO ITAÚ. Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congresso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁸⁵ BANCO ITAÚ. Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁸⁶ IBIDEM.

¹⁸⁷ IBIDEM.

¹⁸⁸ IBIDEM.

- Férias remuneradas de 20 dias após um ano;
- Seguro de vida em grupo;
- Itaúclube;
- Assistência médica e odontológica opcionais;
- Vale-transporte opcional.

Como é feito o acompanhamento das atividades? Esta pergunta nos leva ao funcionamento do programa. O acompanhamento do estágio tem início já na fase de seleção. O estagiário terá seu desenvolvimento *on-the-job*, e será monitorado junto com a capacitação pelo gestor (supervisor de estágio).

No fim do programa, o estagiário pode ser efetivado, desde que tenha bom desempenho durante o estágio e que existam vagas. É importante lembrar que a efetivação pode ocorrer em áreas diversas, e não somente na área na qual o estágio foi efetuado e que, os estagiários com boa *performance*, têm prioridade em relação aos candidatos externos para vagas efetivas¹⁸⁹.

A organização das atividades do programa muda de uma região à outra. Na Administração Central de São Paulo, o programa estrutura-se da maneira seguinte¹⁹⁰:

- Duração: 3 anos;
- Cargo: estagiário;
- Carga horária: 6 horas diárias;
- Recebem bolsa e os benefícios;
- Treinamento de 582 horas com certificado de formação de um Executivo Junior emitida pela Unicamp.

Em outras regiões do país, o Programa de Capacitação de Afrodescendentes segue esse roteiro¹⁹¹:

- Duração: 1 ano;
- Cargo: estagiário;
- Carga horária: 6 horas diárias;
- Recebem bolsa e os benefícios;
- Treinamento 228 horas de Unicamp e Itaú;
- Recebimento de certificado da Unicamp.

¹⁸⁹ BANCO ITAÚ. Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios. Disponível em: <http://ww2.itaú.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁹⁰ Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congresso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁹¹ IBIDEM.

Como se dá a relação desse programa com a temática do desenvolvimento? A fala do Presidente do Banco Itaú Holding Financeira S.A., Roberto Egydio Setubal, testemunha o “vínculo explícito” entre o Programa de Capacitação de Afrodescendentes e a temática do desenvolvimento sustentável, ao fechar o relatório de março de 2008, Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afrodescendentes, apresentado no congresso de FELABAN.

O grande objetivo do Itaú é ter a responsabilidade social no coração da estratégia corporativa, na consciência de todos que integram a corporação. Nossas crenças, nossos valores, nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável devem permear todas as nossas estratégias e relacionamento no Itaú.

É uma tarefa desafiadora e uma caminhada permanente de conquistas progressivas.¹⁹²

Este trecho do discurso do Presidente do Banco Itaú Holding Financeira S.A., Roberto Egydio Setubal, foi retirado de um documento que trata do Programa de Capacitação de Afrodescendentes. O primeiro ponto a ser ressaltado é que esse programa só é entendido dentro de um conjunto de ações do Itaú ligado à questão da diversidade: gênero e pessoas de necessidades especiais e, também, na questão do desenvolvimento social e econômico. Essa questão, nos documentos consultados, fica um pouco dispersa, mas, a ideia principal se encontra expressa. De fato, esse programa pretende capacitar os afrodescendentes selecionados para o mundo dos negócios; segundo ele, oferecer aos melhores candidatos oportunidades de empregos. Essa forma de agir é que é chamada de responsabilidade social. Entendo que existe um hibridismo entre o espírito humanista e o espírito capitalista nessa visão do Itaú.

Nesse contexto, o conceito do desenvolvimento, na perspectiva do Itaú, é de caráter individual e não comunitário¹⁹³. Consegue-se ver isso quando se confronta a definição do Setubal com outro trecho sobre a diversidade: “Diversidade. O respeito ao ser humano é um dos valores fundamentais do Banco Itaú. Por isso, o Banco busca fomentar ações de promoção da diversidade e oferecer condições para que cada indivíduo possa aplicar de forma produtiva o seu potencial”¹⁹⁴. O potencial a ser trabalhado é individual, com finalidade de servir a

¹⁹² Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

¹⁹³ Ao avaliar o SO1 do Itaú, indicador de Gestão de impactos das operações nas comunidades, o auditor externo afirmou: “Apesar de não possuir estudos para gerenciar seu impacto nas comunidades, o Itaú Unibanco desenvolve práticas com foco comunitário”. Volto a dizer isto não se aplica ao Programa de Capacitação de Afrodescendentes (BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009 - Anexos).

¹⁹⁴ BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado 24 nov. 2009.

expansão da corporação, do banco.

O Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 Itaú Unibanco¹⁹⁵ confirmou minhas suspeitas de que o vínculo explícito entre a concepção do desenvolvimento sustentável e o Programa de Capacitação de Afrodescendentes somente era possível dialogando com o Programa Diversidade Corporativa. Como já apontamos, é no item “Sociedade e Diversidade” que isto se torna evidente, como se pode ver nesse trecho: “A política de Sustentabilidade do Itaú Unibanco expressa o compromisso da instituição em promover um ambiente de trabalho inclusivo, que valorize a diversidade e a equidade, por meio da atração de profissionais de diferentes formações, raças, opiniões e culturas”¹⁹⁶. É de se admirar, por exemplo, uma instituição financeira como Itaú, usar o conceito “raça” e não “etnia”, com tanta tranquilidade, num documento oficial, e num contexto em que os opositores das ações afirmativas querem convencer toda sociedade brasileira sobre a sua não existência.

Entre tantas outras atividades citadas por este documento que compõe o Programa Diversidade Corporativa, aparece o Programa de Capacitação de Afrodescendentes.

Para valorizar a diversidade, o Itaú também desenvolve o Programa de Capacitação de Afrodescendentes, voltados para universitários negros. A ação contribui para a capacitação profissional e o desenvolvimento da cidadania de jovens, em parceria com a Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e as ONGs AfroBras e Educafro. Cerca de 80% dos estagiários que concluíram o programa em 2008 foram efetivados.¹⁹⁷

Colocamos “universitários negros” em destaque, para ver de que forma os gestores do Banco Itaú estão se abrindo às categorias sugeridas pelos intelectuais e ativistas ligados ao Movimento Negro. Além disso, o desenvolvimento, a partir do Programa de Capacitação de Afrodescendentes, é visto como capacitação profissional e ampliação da cidadania, o que muito tem a ver com a concepção do desenvolvimento econômico multicultural. Ao se referir à “Política de Valorização e Promoção da Diversidade”, desenvolvidos no mesmo período pelo Unibanco, o mesmo relatório, nos oferece outros elementos de compreensão do seu conceito de desenvolvimento de talentos, não distante da concepção dos defensores de ações afirmativas do Movimento Negro:

O Unibanco criou, em 2008, sua Política de Valorização e Promoção da Diversidade, estabelecendo princípios éticos para garantir a igualdade de oportunidades e desenvolvimento profissional dos colaboradores,

¹⁹⁵ Em 23 de agosto de 2008 foi anunciada a fusão do capital do Itaú e Unibanco que se tornaria Itaú Unibanco.

¹⁹⁶ BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009.

¹⁹⁷ IBIDEM.

independentemente de seu gênero, etnia, crenças, opiniões, idade e deficiências. Um dos focos da política é a inclusão de portadores de deficiência nos quadros da instituição¹⁹⁸

Ações afirmativas, ou políticas de diversidade, são vistas como efetivação do princípio ético de igualdade formal em igualdade material, isto é, dar oportunidades de emprego aos que foram, historicamente, excluídos e criar condições para o seu desenvolvimento profissional.

O conceito “diversidade”, como vem sendo usado no mundo empresarial, é muito amplo; o que dá força e o torna fraco, se analisado do ponto de vista dos defensores de ações afirmativas para negros. A sua força consiste no que um setor dos intelectuais negros vem reivindicando: ampliação das alianças nessa luta. O seu ponto fraco é o fato de perder o foco, por exemplo, diluir a questão étnico-racial. Para que isso não aconteça é preciso uma vigilância interna dos funcionários negros e, fora do banco, o monitoramento da sociedade civil negra. Só que o Banco Itaú não tem um comitê para exercer esse controle.

3.3. Avaliação e impactos do programa

A recusa do gestor do programa em nos fornecer os relatórios, leva-nos a suspeitar que não há uma avaliação sistemática do mesmo. Mas, isto não impede que, a partir de poucos documentos obtidos, possamos apreciar esse programa. Vamos ressaltar os impactos quantitativos e qualitativos do Programa de Capacitação de Afrodescendente.

A partir dos relatórios analisados, vê-se que o Itaú Unibanco investe muito na qualidade de vida de seus funcionários. São tratados como “Aqueles que fazem o Itaú Unibanco”. Dessa forma, a realização da política da diversidade passa, indispensavelmente, por eles.

Nos documentos analisados, percebe-se que o Programa de Capacitação de Afrodescendentes teve um impacto crescente em números de contratação interna do banco Itaú a partir da data da sua implementação, em 2005. Como demonstrado, o debate entre o Movimento Negro, o Ministério Público do Trabalho e a FEBRABAN tinha já começado em 2003.

¹⁹⁸ BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 209.

**Tabela 22: Percentual em relação a negros admitidos no período de 2003-2006
no Banco Itaú¹⁹⁹**

Ano	Número	Percentual
2003	155	5%
2004	614	15%
2005	2354	24%
2006	2370	28%

Na avaliação do Programa de Capacitação de Afrodescendentes, o Banco Itaú constatou o seguinte: “Contratação de afrodescendentes: como resultado do investimento nos processos seletivos realizados e da parceria com consultorias externas, o número de afrodescendentes contratados pelo Banco aumentou significativamente nos últimos anos”²⁰⁰. Em 2003, foram contratados 155 negros (5% do total); em 2004, 615 (15%); 2005, 2354 (24%) e, em 2006, 2370 (28%).

Com a fusão do Banco Itaú com o Unibanco, teremos um novo cenário positivo. A consolidação de suas políticas de diversidade continua insistindo na contratação de negros, mas, as desigualdades étnico-raciais permanecem. No Item “Quem faz o Itaú Unibanco” pode-se perceber que essa instituição reúne 108.027 funcionários no Brasil, 71.354 vieram do Itaú e 36.673 vieram do Unibanco.

**Tabela 23: Classificação de colaboradores do Itaú Unibanco 2008 por raça/cor²⁰¹
(autodeclaração)**

Branco	82,6%
Pardo	11,0%
Pretos	2,4%
Negros	13,4%
Amarelos	2,1%
Indígenas	0,2%
Não Informados	1,6%
Total	100%

A exceção é sobre a política de gênero. As mulheres eram maioria no Itaú Unibanco em 2008. Trata-se da supremacia das mulheres brancas, fato que as estatísticas escondem.

¹⁹⁹ SABRINA, Adriana. Programa de Diversidade Corporativa [Mensagem pessoal] De: Adriana.Sanabria@itau.com.br. Mensagem recebida por bmalomalo@yahoo.com.br em 18 dez. 2006. (Tabela 23 adaptação do autor).

²⁰⁰ IBIDEM.

²⁰¹ BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009. (Adaptação do autor).

Tabela 24: Classificação dos colaboradores do Itaú Unibanco 2008 por Sexo²⁰²

Feminino	57%
Masculino	43%
Total	100%

A distribuição funcional revela que, até 2008, o Itaú Unibanco continua sendo um espaço de concentração do poder pelos brancos e pelas brancas.

Tabela 25: Composição dos responsáveis pela governança corporativa²⁰³**do Itaú Unibanco**

Diretores*	Quantidade	Percentual
Diretoras – Mulheres	20	7,09%
Diretores – Homens	262	92,91%
*Considerados Diretores Estatutários		
Cargos de chefia – Mulheres (diretoras / superintendentes / gerentes / coordenadoras)	5.833	39,46%
Cargos de chefia – Homens (diretores / superintendentes / gerentes / coordenadores)	8.948	60,54%

Tabela 26: Cargos de chefia por raça

Cargos de Chefia por Raça (Gerentes)	
Negros	751

Mais se sobe a pirâmide ocupacional, mais ela embranquece; ou seja, a tese de Hélio Santos, segundo a qual há uma baixa diversidade étnico-racial no mundo do trabalho (ETHOS, 2006), aplica-se também ao universo dos bancos. A tabela 25, apesar de não mencionar a cor/raça da diretoria do Itaú Unibanco, nos confirma que ela é composta de 20 mulheres brancas (7,09%) e 262 homens brancos (92,91%). Mesmo dentro da gerência os

²⁰² BANCO ITAÚ. Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 24 nov. 2009. (Adatação do autor).

²⁰³ IBIDEM.

negros são minoria, 751, contra 14.030 brancos. Conforme um censo feito pelo FABRABAN, apenas, 4,8% dos cargos de direção e superintendência são ocupados por negros²⁰⁴.

Tabela 27: Diversidade do público interno do Itaú Unibanco por categoria

Gênero de funcionário			Funcionários negros		
Cargo	Homens	Mulheres	Cargo	Homens	Mulheres
Conselho	46	2	Conselho	0	0
Diretores estatutários	176	10	Diretores estatutários	0	0
Gerência	8.791	5.990	Gerência	451	300
Administrativo	21.161	28.950	Administrativo	2.281	3.529
Produção	15.659	26.988	Produção	3.238	4.670
Aprendizes	833	1.538	Aprendizes	121	247
Trainees	124	54	Trainees	9	5
Estagiários	703	647	Estagiários	53	64
Subtotal	47.493	64.179	Subtotal	6.153	8.815
Total	111.672		Total	14.968	

Se o Itaú tinha no seu quadro, em 2006, 11,41 % de negros (pretos, 1,98% e pardos, 9,43%), na fusão com Unibanco, em 2008, tem apenas 13,4%. Isto significa que houve um crescimento de 3,97 considerando-se, somente o Itaú. Dito em outras palavras, esse movimento é lento, apesar de se reconhecer o fenômeno de enegrecimento desse espaço, desde 2003.

Qual é o impacto do Programa Afrodescendentes na empresa Itaú? Levando-se em conta o impacto do Programa diversidade, os gestores afirmam que além dos ganhos diretos, o Itaú pode se beneficiar de resultados indiretos gerados pelo programa. Entre eles, destacam-se:

Fortalecimento da Marca

Maior valorização da marca, já que consumidor e mercado vêem, cada vez mais, a necessidade de intervenção da iniciativa privada na construção de uma realidade social mais justa.

Crescimento de receitas e acesso ao mercado

A diversidade corporativa é vista como uma questão estratégica para o Banco. Ela aprimora a criatividade e estimula a inovação, fortalecendo o desempenho geral da organização e resultando no aprimoramento dos serviços prestados.

²⁰⁴ DIVERSIDADE GLOBAL. Inclusão do negro. Disponível em: < <http://www.diversidadeglobal.com/cat.asp?iDCat=2>>. Acessado em 20 nov. 2009.

Economia de custos e aumento de produtividade

Numa organização onde o tema é tratado com respeito e comprometimento, o colaborador percebe que há espaço para expressar idéias, sentindo-se parte da equipe. Com isso, torna-se mais participativo, identifica-se com o trabalho e gera mais resultados.²⁰⁵

Os avaliadores externos também deram a sua opinião sobre o impacto do Programa de Capacitação de Afrodescendentes na vida dos beneficiados:

Capacitação de afrodescendentes: Uma das ferramentas de avaliação é o relatório da UNICAMP sobre a evolução dos alunos no treinamento. O progresso do grupo evidencia-se pela melhoria na realização das tarefas propostas. A participação e o interesse dos alunos são pontos altos do programa²⁰⁶.

Outros resultados só podem ser apreendidos a partir de dados estatísticos. Considerando-se o período de 2004-2006, tem-se esse quadro crescente:

Contratação de afrodescendentes: como resultado do investimento nos processos seletivos realizados e da parceria com consultorias externas, o número de afrodescendentes contratados pelo Banco aumentou nos últimos anos:

-2004: 614 afrodescendentes (15% do total de contratações).

-2005: 2.354 afrodescendentes (24% do total de contratações).

-2006: 2.370 afrodescendentes (28% do total de contratações)²⁰⁷.

-Contratação de Afrodescendentes-30% das contratações no Grupo em 2007.

-Programa de Capacitação de Afrodescendentes-88 estagiários²⁰⁸.

Em 2007, em São Paulo, havia 77 estagiários. Além destes, o programa contava com 33 efetivados. Não temos dados seguros a esse respeito, por falta de um relatório sistemático. O que podemos dizer é que, até 2007, o programa tinha 110 beneficiados. Esse número é ínfimo, mas, ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que, quando juntado com outros programas em andamento em outros bancos do país (Real, Bradesco, Citibank, HSBC) (BIAZETO, 2007), estamos passando por um novo tempo de inclusão de negros nesses espaços marcados e, antigamente, dominados pela discriminação racial. Em “Revista Afirmativa Plural” (dez. 2006 / jan.2007, p. 48), ao renovar a parceria com o Citibank com uma turma de 30 alunos, os dirigentes da Unipalmarens afirmavam que, com estes novos alunos, a sua instituição passava a somar mais de 300 estagiários em programa de executivo financeiro nos maiores bancos do

²⁰⁵ SABRINA, Adriana. Programa de Diversidade Corporativa [Mensagem pessoal] De: Adriana.Sanabria@itau.com.br. Mensagem recebida por bmalomalo@yahoo.com.br em 18 dez. 2006.

²⁰⁶ BANCO ITAÚ. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=42&CodProj=145>>. Acessado em 01 jul. 2009.

²⁰⁷ IBIDEM.

²⁰⁸ Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congreso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.

país; consolidando-se, dessa forma, seu objetivo principal: a inclusão de afrodescendentes através da universidade no mercado de trabalho. Nos falta, ainda, uma pesquisa somatória do número de beneficiados desses programas.

4. Considerações finais

O Programa de Capacitação de Afrodescendentes do Itaú nos serviu como campo de análise da relação entre multiculturalismo e desenvolvimento da população negra. Essa relação aparece de forma explícita nos documentos analisados.

Do ponto de vista teórico e prático, essa relação é trabalhada na ótica da responsabilidade social empresarial. Este conceito é que leva os agentes dos bancos, pois isso se verifica, também, em outras empresas da mesma finalidade, e mesmo na fusão do Itaú e Unibanco, a elaborar suas políticas ou programas de diversidade. Se nos documentos do Itaú, ou Itaú Unibanco, não aparece a palavra “ações afirmativas” para se referir aos públicos beneficiários; na literatura acadêmica essa aproximação é tranquila, como nos mostram as publicações do Instituto Ethos (2006).

Sendo assim, pode-se dizer que os bancos aderiram às políticas de inclusão dos excluídos sem recorrer a cotas. Eles trabalham a partir de uma lógica conjuntiva; seus beneficiados não são só negros, mas há também mulheres, portadores de necessidades especiais e jovens de comunidades carentes. Mostramos o ponto positivo e o negativo dessa abordagem: o enfraquecimento ou o fortalecimento da luta dos excluídos. Tudo isso, no caso da população negra, num país que tende a negar os efeitos da escravidão e do racismo na reprodução das desigualdades raciais, o que importa é saber fazer a política; ter a capacidade de saber negociar seus problemas sem invisibilizar e inviabilizar os dos outros excluídos.

Não saberíamos nem dizer se os bancos aderiram às ações afirmativas por oportunismo, como vêm alegando alguns críticos, nem afirmar tratar-se de ações alienantes. O que a investigação revelou é que elas foram forçadas pelo MPT e o Movimento Negro a negociar a inclusão dos negros. Nos meus contatos de campo, e através das publicações sobre as políticas de diversidade, pudemos observar que, os gestores desses programas, depois de entenderem, realmente, como funciona o racismo à brasileira, compraram a briga. A superintendente executiva do Banco Real Santander, Maria Cristina da Costa R. de Carvalho, confessou-nos o quê acabamos de anotar na entrevista que nos foi concedida no dia 29 de maio de 2009. Seria uma repetição dizer que é uma senhora branca e não militante do Movimento Negro, mas que, hoje, comprou à causa. Afirmou-nos, ainda, que o seu banco

estava disposto a continuar com a implementação do seu Programa Executivo Junior para jovens negros, e que dobraria o número dos beneficiados para 50.

Independentemente das críticas feitas, o que estamos assistindo, hoje, é o posicionamento a favor de políticas de ações afirmativas para negros por parte dos bancos. Pessoalmente, não vejo nisso um projeto de alienação. Pois, tanto os jovens indicados pela Educafro como pela Unipalmarens já vêm conscientizados sobre a questão da identidade negra e sobre a luta política que têm que enfrentar na sociedade, e nos próprios bancos; nem todos concordam que possam se beneficiar dessas políticas que os tornariam competitivos e diferentes ²⁰⁹.

²⁰⁹ Muito tenho dialogado informalmente com os jovens beneficiados do Programa de Capacitação de Afrodescendentes de Itaú. Uma das jovens com que conversava com profundidade é a Viviane. Vi essa moça iniciar o curso pré-vestibular da Educafro; entrar na Universidade São Francisco como bolsista no curso da Administração; ser selecionada o projeto do Itaú e se contratada. Além do sucesso profissional que goza hoje, contava-me também algumas dificuldades passadas no programa como o caso de discriminação racial sofrido por um beneficiado da parte de um funcionário do Banco Itaú.

CONCLUSÃO GERAL

Entendemos que toda prática científica comporta implicações políticas; política cotidiana e institucional. Por isso, compartilhamos, igualmente, a idéia, segundo a qual, a responsabilidade do cientista é dupla quanto comparada com a do político profissional e do homem comum. O cientista tem, em suas mãos, a responsabilidade de orientar o campo científico, o campo político e o cotidiano. Do político e do homem comum, não se espera que tenham uma vocação científica; isso não é da sua responsabilidade. São essas idéias que nos levaram a pensar a hipótese deste trabalho, que transformamos em tese defendida, ao longo das quatro partes que a compôs.

A tese dessa investigação é que o desenvolvimento sociocultural e socioeconômico do negro exige uma dupla mudança teórica e ético-política. Essa mudança situa-se no plano da epistemologia e das políticas públicas que têm alimentado o debate republicano para a integração do negro na sociedade. O período histórico escolhido para a construção dessa tese, foi àquele que coincide com os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do Lula (2002-2009). Pois, o Pós-constituente tem sido considerado, como visto, como o tempo da emergência e estruturação das políticas públicas de ações afirmativas. No início da investigação, pensou-se em limitar, até no primeiro mandato do governo Lula (2002-2006), mas, as mudanças ocorridas no âmbito dessa pesquisa e da nação, nos convenceram que era preciso levar em conta outras informações e ações em destaque no final de 2009.

A primeira ideia de mudança que defendemos é de ordem epistemológica. Esta ideia levou-nos a reivindicar a elaboração de um novo referencial teórico-metodológico; teoria que “denominamos de desenvolvimento econômico multicultural”. Para conseguir alcançar os objetivos estabelecidos, era preciso abordar, em termos diferentes, a problemática da integração do negro levantada pela geração de Florestan Fernandes e que a geração atual vem abordando, desde os anos de 1990, em termos de políticas de ações afirmativas. Era necessário ter coragem para pensar esta última questão que faz parte das teorias do multiculturalismo, na sua relação com a temática do desenvolvimento.

É nesse ponto que levantamos a crítica sobre a falta de diálogo substancial no campo da ciência e da política que pudesse levar em conta essa relação dialética entre o multiculturalismo e o desenvolvimento. Por isso, exigíamos que a teoria do desenvolvimento a ser construída nascesse das entranhas das teorias da complexidade conjuntiva. As teorias

epistemológicas de Edgar Morin, de Boaventura de Sousa Santos, de Pierre Bourdieu, em muito nos auxiliaram nessa empreitada científica. A teoria da nova economia sociológica de Jean-Fontan e Elaine Lachance foi, também, uma ponte de apoio que nos ajudou a introduzir os recursos teórico-metodológicos da “avaliação da quinta geração” no desenvolvimento econômico multicultural.

Dentro das discussões epistemológicas feitas ficou detido que é necessário diferenciar as críticas formuladas contra as abordagens dos pensamentos dominantes e dos pensamentos alternativos, no quadro dos estudos das relações raciais e do desenvolvimento. O desenvolvimento econômico multicultural situa-se no paradigma alternativo; o que nos diferencia do paradigma dominante. Quanto ao entendimento da questão do desenvolvimento, este grupo o reduz ao crescimento econômico. Do ponto de vista divisão de trabalho científico, portanto, do poder, este é concebido como um assunto dos economistas. Entendemos, pelo contrário, que o econômico é plenamente social. Portanto, qualquer cientista social, respeitando as regras do jogo da ciência, pode trazer suas contribuições. Além disso, defendemos que o econômico não se reduz no crescimento. Para evitar a disjunção e a simplificação, levando-se em consideração as particularidades do campo da economia capitalista e do campo do sociológico, sugerimos o uso dos termos desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento sociocultural com o propósito de apreensão desses dois aspectos da vida social. Trata-se, ali, de uma atitude de prática científica, do ponto de vista da complexidade: a busca de capturar a realidade social nas suas relações dialéticas (MORIN, 2005).

No contexto brasileiro, o pensamento dominante tem a tendência a recusar as cotas. Estes foram classificados como os “profetas do ódio racial”. Entre seus estudiosos que trabalham a temática do desenvolvimento de forma explícita, a maioria ligado às ciências econômicas, a ideologia de tornar invisível as relações entre o desenvolvimento nacional e as desigualdades étnico-raciais, predomina. A temática racial ocupa um lugar marginal. De outro lado, entre seus cientistas sociais que estudam as relações raciais, o reconhecimento das desigualdades, que negam o pleno exercício da cidadania da maioria de negros, é reduzido à mera questão social. Ali estão alguns elementos do paradigma da democracia racial que exploramos.

De uma forma diferente, o desenvolvimento econômico multicultural se situa no campo dos estudos que pensam as relações raciais de forma complexa ou conjuntiva: as desigualdades que afetam a vida dos afro-brasileiros são vistas como de ordem étnico-racial e

de ordem social. Esse foi o nosso foco. Mas, reconhecemos que há, também, outros fatores que agravam essa situação, como o de gênero, geração, território geográfico, por exemplo.

A segunda mudança ético-política, reivindicada por esta pesquisa, também foi abordada, mesmo que de forma rápida. Os dados de ordem quantitativa e de ordem qualitativa tratados, autorizam-nos afirmar que existem as desigualdades sociais e raciais entre brancos e negros no Brasil. A prática de uma “cegueira epistemologia” da parte dos “profetas do ódio racial”, para nós, compromete o exercício de uma verdadeira ciência comprometida com a “verdade” e a ética. O uso da ciência com a finalidade de dominar, cultural, política e economicamente, a população negra é antiético e é condenável.

Por outro lado, a nossa crítica contra os estudos do paradigma da igualdade racial, é que seu diálogo é tímido em relação à temática do desenvolvimento. Não há como falar em termos de sua ausência; mas sim em termos de uma presença minoritária entre os economicistas; de uma presença dispersa; de um diálogo implícito. Situamos esse paradigma na geração pós os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson Valle dos Santos, nos anos de 1980. A nova geração dos estudos das relações raciais é aquela que vai turbinar suas ferramentas científicas para responder às críticas de seus opositores e às demandas das populações negras em emergência entre anos de 1990 e de 2000. Os estudos das relações raciais feitos por ela têm dialogado com as teorias culturais, do multiculturalismo no campo das ciências humanas e sociais. Quando iniciamos esta pesquisa, em 2006, muitos estudiosos dessa nova geração concentravam suas investigações na temática de políticas de cotas, vistas como a nova problemática do debate republicano.

Ao longo da construção do campo dessa pesquisa, ele levou esse subtítulo “ações afirmativas, um debate republicano para além das cotas”. Ao fazer isso, a nossa intenção era a de introduzir uma “mudança de olhar” sobre esse debate. Pretendíamos mostrar que há outras questões e formas de se pensar os problemas que afetavam os afro-brasileiros no início do século XXI. Em relação às novas questões, a nossa intenção foi a de evitar o tratamento das políticas de cotas. Para tanto, precisava identificar outros assuntos de políticas públicas de ações afirmativas no meio das comunidades quilombolas, no campo jurídico, no campo das empresas capitalistas e de economia solidária; no campo religioso, no campo da mídia. Porém, como mostramos, muitos dos temas que apontávamos no início da realização desta pesquisa, não puderam ser incorporados por motivos já evocados. A verdade é que o campo da pesquisa coloca, ao pesquisador, algumas exigências que o leva, muitas vezes, por um caminho que ele mesmo não pretendia ir. Isso aconteceu conosco. Talvez seja essa uma das razões da presença

de algumas rasuras que ficaram pendentes nesta investigação.

Tivemos que fazer muitas opções arriscadas para a realização dessa pesquisa. Escolhemos, somente, projetos e programas que nos ofereciam condições mínimas para a sua análise. A parte IV nos possibilitou concretizar um dos objetivos desse trabalho: avaliar alguns programas/projetos de ações afirmativas. Cada um, com suas exigências, possibilitou-nos alimentar o debate teórico e a prática do desenvolvimento sobre as políticas públicas multiculturais no Brasil. Para nós, não é nem tanto nas escolhas de objetos que se situa a modesta contribuição dessa pesquisa, mas na forma como o seu campo de investigação foi construído. Basta lembrar, aqui, as palavras do mestre Bachelard, retomadas pela pluma de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1983, p. 24): “O fato científico é conquistado, construído e constatado”. É o que tentamos fazer sem a pretensão de ter o monopólio da verdade.

E é nesse ponto que se situa a nossa diferença com os estudiosos das relações raciais da nova geração. Carlos Hasenbal e Nelson Valle dos Santos, nos anos de 1970-1980, em muito ajudaram os estudos raciais a incorporar os indicadores de desigualdades raciais. Marcelo Paixão ampliou estes estudos em 2005 com a publicação da sua tese, quando levou esta questão dos estudos de IDH. O mesmo autor confessou que vinha criando essa metodologia com a Wania Sant’Anna, já nos anos de 1990. A inovação de Paixão ainda consiste; reportando-nos a sua tese de 2005, como aos outros estudos dele, em refletir sobre as paridades existentes entre os estudos das relações raciais e o desenvolvimento humano das populações negras. Para nós, o sociólogo e economista, Marcelo Paixão, bem como o economista Mário Theodoro, têm uma boa contribuição no que diz respeito às relações entre a temática racial e o desenvolvimento numa perspectiva alternativa.

Porém, a nossa diferença com suas abordagens, e outras que fazem parte dessa geração, residem nos procedimentos metodológicos que ditam os interesses de nossas pesquisas e a formação de nossos campos de estudo ou objeto de pesquisa. Os objetos que investigamos são os mesmos; mas, suas construções e abordagens são diferentes. Mesmo havendo um diálogo teórico com muitos dos autores da nova geração dos estudos das relações raciais, há sempre algo que é da particularidade de nossas escolhas. E isso, em muito, tem a ver com as experiências de vida que direcionam a vida profissional de cada pesquisador. É nesse nível que acreditamos que o conceito de bioepistemologia toma a sua força. Como dito, essa prática epistemológica é identificada em Bourdieu, como a socioanálise ou a auto-sócio-análise. Foi o que chamamos de escolhas de vida como escolhas epistemológicas.

É dessa forma que, mesmo entre os estudiosos das relações raciais que usam a pesquisa

avaliativa como instrumento analítico, existem algumas diferenças com a nossa abordagem. Todas as pesquisas avaliativas que dialogaram conosco abordam a temática do desenvolvimento de forma “implícita”. Diferente de Paixão e Teodoro que o trabalha de “forma explícita”; mas, estes, como mencionado, não usam a avaliação como recurso analítico.

A contribuição da nossa investigação é a sua coragem em dizer que há possibilidade de analisar as relações entre o multiculturalismo e o desenvolvimento. A sua novidade, no entanto, no contexto brasileiro, foi a de oferecer um instrumento teórico e metodológico para futuras investigações sobre as políticas públicas multiculturais. As teorias da nova sociologia econômica e do desenvolvimento alternativo ajudaram na elaboração deste trabalho de tradução. A aproximação com a teoria de “avaliação da quinta geração” canadense veio a auxiliar na verificação dos avanços e limitações do referencial teórico-metodológico desta pesquisa e dos programas investigados. Aqui, a noção de falsificação da teoria para a sua renovação, do filósofo da ciência, Karl Popper, nos serviu de lição de vida. As descobertas científicas só são feitas a partir das críticas que se recebe e das limitações das teorias que a antecederam. O nosso trabalho não escapa dessa regra.

A parte IV “Desenvolvimento econômico multicultural como avaliação” analisou quatro projetos de ações afirmativas. Em todos foi possível verificar o nexo entre o multiculturalismo brasileiro e o tema de desenvolvimento. Em alguns, essa relação se expressa de forma explícita e, em outras, de forma implícita. A explicação dessa situação passa pelo entendimento dos interesses particulares de cada campo avaliado. No caso, dos documentos científicos analisados, a sua explicação está ligada à questão de opções teóricas dos agentes envolvidos; já no caso dos documentos não científicos (relatórios, site, imagens, tabelas) seus agentes não têm nenhuma preocupação em relacionar suas práticas, nem com as teorias do desenvolvimento, nem do multiculturalismo.

Tocante à questão da identidade dos atores envolvidos nas políticas públicas de ações afirmativas, no Brasil, verificou-se a existência de uma colaboração, entre mais de um agente social: o Estado, o setor privado e a sociedade civil, apontando, assim, para a complexidade desse campo. A avaliação do Projeto A Cor da Cultura mostrou que a trilogia formadora da esfera pública é responsável pela sua construção no Brasil. Não se sustenta, portanto, a visão que reduz as políticas públicas na ação do Estado. Foi possível entender a complexidade das relações entre a temática do desenvolvimento com essas políticas públicas multiculturais brasileiras, recorrendo-se à história social de cada parceiro presente nessa arena política focalizando, ora seus objetivos, ora missões ou valores. O que importava era encontrar uma

temática que oferecesse pistas para liberar a “imaginação sociológica”: a prática da avaliação reflexiva. Falando em termos de Boaventura de Sousa Santos: possibilitar fazer o trabalho da tradução. Só dentro das Organizações Globo é que a relação entre ações afirmativas e desenvolvimento, se traduziram de forma “implícita”; mas, ao recorrer à noção de responsabilidade social presente em suas práticas, logo pode-se observá-la em termos de “relações explícitas”. Essa parte já é uma hermenêutica do segundo grau, feito pelo pesquisador, sobre os materiais disponíveis. Trata-se uma das fases da prática da Antropologia Interpretativa que aprendemos com Clifford Gueertz.

Nas ações afirmativas implementadas pela Unipalamares e pelas universidades públicas, também a relação com o tema do desenvolvimento não aparece de forma “explícita” nos documentos analisados. Todavia, uma análise apurada sobre as finalidades dessas ações de inclusão de negras para o ensino superior, apontou para esse tema. Mesmo que não tenha sido o nosso objetivo relacionar as ações dessas instituições, do ensino superior, privadas e públicas, com os Planos do Desenvolvimento e outros instrumentos jurídicos dos governos que as regem, é preciso afirmar que é, a partir desses, que elas orientam suas políticas no campo da educação. Nesse contexto, também, a responsabilidade social dessas instituições de ensino é acionada como justificativa de suas ações para com a comunidade: inclusão dos grupos desfavorecidos; portanto, para o desenvolvimento da nação.

Muitas das brechas deixadas nesta pesquisa devem ser vistas como parte das dificuldades que tivemos para encontrar os materiais. Assim, por exemplo, ao analisarmos o Programa de Capacitação de Afro-descendente do Banco Itaú, a nossa primeira impressão era que a lógica de suas políticas de diversidade relacionava-se de forma “implícita” ou indireta com a temática do desenvolvimento. É dessa forma que o material residual que tínhamos nos informava. Mas, por insistência e por longas buscas, chegamos a descobrir que era o contrário. O tema da responsabilidade social empresarial é que tem ditado a aproximação das instituições empresariais com a temática do desenvolvimento sustentável. Na perspectiva do Banco Itaú, por exemplo, as políticas da diversidade fazem parte desse bloco temático. Aqui descobrimos, também, que as políticas públicas de diversidade atendem a um público diversificado que vai além do étnico; são mulheres, homossexuais e portadores de necessidades especiais. Tudo aponta para as relações de complexidade, entre políticas multiculturais e desenvolvimento, do que da simplicidade.

Na avaliação desses programas, a segunda hipótese também foi colocada à prova. Como já avisado, a mudança ético-política, requerida no campo das políticas de ações

afirmativas, deve ser interpretada a partir da lógica do campo em que cada programa investigado encontra-se inserido. Reconhecemos que essa questão, apesar de ser anunciada como parte da nossa hipótese, não recebeu grande atenção. Assim, torna-se um motivo para futuras investigações. Essas limitações não nos impedem de dizer algumas palavras a respeito. Como informado, ao pesquisador não cabe fazer pré-julgamentos, mas sim emitir a sua opinião depois de uma verificação minuciosa.

O que se pode afirmar, após a análise de todos os programas, é que as políticas de ações afirmativas existentes no país tendem a ser emancipatórias no sentido de oferecer novas oportunidades aos seus beneficiados. Não são revolucionárias no sentido marxiana do termo, isto é, não visam ao fim da ordem capitalista estabelecida, como querem os marxistas ortodoxos. Pelo contrario, dialogam com seus agentes no sentido de, dentro das brechas existentes, criarem novos mecanismos de construção de uma sociedade, no mínimo, justa. O desenvolvimento protagonizado pelas ações afirmativas, no país, deve ser entendido nesse contexto das ambiguidades que caracterizam a vida humana; Bourdieu diria as práticas humanas. É nesse ponto que a epistemologia da complexidade de Morin se torna útil para um trabalho de tradução. As ambigüidades, em questão, apontam para a complexidade dessas ações.

Antes de tocar na questão da ética política, de cada política de ação afirmativa analisada, é importante lembrar que as novas oportunidades oferecidas, de modo geral, por essas políticas multiculturais, à brasileira, não estão nem tanto no plano quantitativo, mas estão sim no plano qualitativo das novas relações étnico-raciais que vêm introduzindo no país. Nesse sentido, o Estado, o setor privado e a sociedade civil tinham que se posicionar perante a “miséria do mundo” (BOURDIEU, 1993) que tem afetado os afrodescendentes colocando em xeque o mito da neutralidade. Do ponto de vista impacto qualitativo, tem-se observado um processo da democratização dos agentes da República Federativa Brasileira, isto é, suas instituições e cidadãos. Podemos chamar esse processo de “desracialização democrática”. Esta se manifesta, de um lado, pela entrada tímida e maciça de negros nas instituições que, tradicionalmente, os têm excluídos. As universidades públicas e bancos representam a primeira entrada e as instituições privadas, via ProUni, a segunda entrada. De outro lado, o aumento da população negra (49,8%) mostra a construção da nova identidade positiva do negro em andamento no país. O que sustenta a nossa ideia do reconhecimento de identidade nacional plural, é a mestiçagem emancipatória. As instituições promotoras das políticas de ações afirmativas, ao classificar seus beneficiados em termos de negros ou afro-

descendentes para se referir a pretos e pardos do IBGE, têm se mostrado solidária ao projeto social do Movimento Negro, colocando em dúvida a profecia do ódio racial. Todo esse trabalho, além de envolver as questões científicas, traz questões ético-políticas.

Ao analisarmos o Projeto A Cor da Cultura, a nossa suspeita foi que, a ética política que a sustenta, obedece aos interesses de cada parceiro. Para as Organizações Globo, este foi o momento de mostrar ao Brasil que são pioneiras a levantar a bandeira da responsabilidade social; de promover a educação e a cultura brasileira. O CIDAN marcou a sua presença trazendo os profissionais negros na arena das políticas públicas afirmativas em movimento. A Petrobras e a SEPPIR, por outro lado, ao entrar nesse projeto, queriam mostrar que o Governo Lula tem lutado pela política da igualdade racial. De forma explícita, com essas duas últimas instituições foi possível verificar a ligação direta desse projeto com a temática do desenvolvimento e da cidadania. As práticas das parceiras mostraram que existem valores que as sustentam: defesa do patrimônio cultural brasileiro; entre um dos valores da Petrobras encontrou-se, até, a “cordialidade”; só que a presença do CIDAN e da SEPPIR fez com que não tomasse a conotação que lhe têm dado os defensores da democracia racial. Pelo contrário, estes valores foram usados para sustentar um projeto que dá visibilidade ao afrodescendente e a sua cultura e a sua luta contra o racismo cordial e institucional.

Os valores que pautam a ação afirmativa da Unipalmars têm muito a ver com a visão dos formuladores do Projeto A Cor da Cultura. Aqui também a ambiguidade faz escola. Reconhecemos que este assunto merece mais investigação. O termo diversidade, nesse projeto endogenamente afro-descendente, toma até proporções globais. Só que não se trata, pelo menos, do nosso humilde entendimento, de um multiculturalismo global antiético, que aliena seus beneficiados. As lideranças da Unipalmars, brancos e negros, usam do seu poder simbólico, isto é, o capital social, cultural, político e econômico que lhe proporciona a execução da sua obra para cumprir seus objetivos com todo profissionalismo: a inclusão de jovens negros no ensino superior e no mercado de trabalho.

A lógica capitalista influencia, também, a adoção dessas políticas sim;, entretanto, se manifesta de forma ambígua que não daria para afirmar, como muitos marxistas radicais opinam, que são alienantes. O que se pode observar é que se trata de um campo social definido pelos interesses do próprio campo. A ambiguidade deve ser interpretada a partir dessa realidade histórica. Foi detectado que O Banco Itaú, por exemplo, considera o Programa de Capacitação de Afrodescendente como parte da sua responsabilidade social, portanto, na lógica da dádiva; contudo, o mesmo banco, usa isso como estratégia de marketing para dar

reconhecimento a sua marca no mercado competitivo; as universidades particulares usam do ProUni como fontes de rendas e abatimento fiscal, e também como um serviço social. Aqui se abrem novas linhas de investigações dentro da sociologia política e econômica em diálogo com a ética.

O comportamento do Governo Lula foi aquele que traduziu melhor o fato da ambiguidade no processo do debate republicano de implementação de ações afirmativas no país. Essa ambiguidade acentua-se, sobretudo, no que diz respeito às políticas de ações afirmativas de modalidade focal. O seu campo específico para a realização da prática da “política de avestruz” é o das cotas. O governo Lula silencia esse assunto nos seus documentos oficiais. O ex-ministro, Tarso Genro, querendo fugir do tema, contra ou não sua vontade, entrou na história como aquele político que deixou o legado de uma política híbrida: o ProUni. Este programa é híbrido e não ambíguo, só pelo controle social que o Movimento Negro tem exercido sobre ele, no sentido de guardar o recorte étnico-racial. Pelo contrário, pegaria as asas de uma política universalista, como bem o querem os defensores do paradigma da democracia racial.

O mesmo hibridismo foi apurado nas políticas de cotas nas universidades públicas. Além das modalidades de cotas raciais, os gestores das universidades públicas inventaram mais de uma modalidade: cotas sociais, cotas para deficientes. As empresas privadas também agem na mesma perspectiva: políticas públicas para todos, não só para negros. Aqui, pelo menos, pode-se dizer que, na guerra simbólica entre as interpretações de políticas públicas universalistas e focais, predominou a via da reconciliação. É o pensamento da complexidade conjuntiva que é acionado para reconciliação das divergências nessa arena política.

O hibridismo e a ambiguidade, nesse caso, aparecem como recursos estratégicos dentro das ações políticas. Para o Governo Lula, sendo as cotas um assunto polêmico, e para não trazer problemas à governância, a saída encontrada é fazer de conta que estas não existem. Será isso por motivo eleitoral? Não nos aprofundamos nesse assunto. Porém, o que se verificou, em outras instâncias, é que o hibridismo das universidades públicas em relação às políticas de cotas e o das empresas, dentro de suas políticas de diversidade, têm por fundamento, para a sua compreensão, a situação das desigualdades sociais do país. Seus agentes entendem que a exclusão não afeta só somente a população negra; por isso ampliam seus programas para outros grupos não étnicos. Para nós, a emergência da pluralidade tem muito a ver com o que chamamos de igualdade solidária. O que se pode dizer é que, apesar de suas ambiguidades, as políticas de ações afirmativas transmitem valores para a construção de

uma sociedade mais justa. O movimento negro, nesse processo, tem desempenhado um papel político fundamental para a nação brasileira. É o principal ator a trazer esse debate na esfera pública. Só que, hoje, os benefícios recolhidos estendem-se, também, para os grupos não negros: os brancos pobres.

São expostas aqui algumas razões que nos levam a afirmar que o debate republicano de hoje, no Brasil, não se limita só às questões de cotas. Trata-se de um debate que vai para além de cotas. As ações afirmativas visam, para nós, a um novo projeto de desenvolvimento que contemple a questão racial. Sem ter a pretensão de ter esgotado o tema, acreditamos que essa pesquisa possa abrir novos campos de investigação sobre políticas públicas multiculturais e o desenvolvimento, contemplando as ações do Estado, o setor privado e a sociedade civil.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi. *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 21-88.
- ALBERTI, Verena; PERREIRA, Amílcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FVG, 2007.
- ALLAIRE, Richard et al. Politiques publique de la gestion de la diversité et portraits des quartiers de Villeray, Saint-Michel et Parc-Extension. Québec: Cahier de l'ARUC-ÉS: C-12-2007, 2007. Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 1 jan. 2008.
- AGÊNCIA DO SENADO. *Votação do projeto que institui cotas nas universidades é adiada*. SENADO: Brasília, 06 de maio 2009. Notícia. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=90628&codAplicativo=2>>. Acessado em 11 março 2010.
- ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: Terra, Saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 75-110.
- A ÍNTEGRA DO MANIFESTO CONTRA DIVERSOS DISPOSITIVOS do projeto de lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial: "Todos têm direitos iguais na república democrática". Rio de Janeiro, 30 maio 2006. Disponível em: <<http://lpp-uerj.net/olped/documentos/1744.pdf>>. Acessado em 5 jul. 2006.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *Tradições e cultura da resistência*. São Paulo : Aori Comunicação, 2006.
- ARBIX, Glauco et al. (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001.
- AVRITZER, Leonardo; LYYRA, Tymo. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: n. 40, p.152-166, nov. 1994.
- BAJOIT, Guy. Théories du développement. [S.l.] Disponível em: <http://www.iteco.be/article.php?id_article=30>. Acessado em 22 out. 2007.
- BASTIDE, Roger. *As religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- _____. *Antropologia aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BARBOSA, Lucia Maria Assunção de et al. (Orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003.
- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BARRETO, Vanda Sá; CASTRO, Nadya Araújo. *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998.
- BARRETO, Nelson Ramos. *A revolução quilombola: Guerra racial, consisco agrário e urbano, coletivismo*. São Paulo: Artepress, 2007.
- BARTH, Fredrik. Grupos e suas fronteira". In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNART, Joselyne. *Teorias da etnicidade; seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.
- BAZILLI, Roberto Ribeiro; MONTENEGRO, Ludmila da Silva Bazilli. *Apontamento sobre a reforma administrativa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BAUMANN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BEOZZO, José Oscar. O Cristianismo na América Central e Caribe. In: *Bem-vindo/a ao Brasil e América Latina*. Porto Alegre: Conselho Mundial de Igrejas, 2006, p. 15-31.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social Do Racismo – Estudos Sobre Branquitude E Branqueamento No Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Casa Civil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 6.872, de 04 de julho de 2009. Plano de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR). Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/legislacao/>. Acessado em 30 de jan. 2010.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial...* Brasília: MP, 2003.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2008-2011: mensagem presidencial...* Brasília: MP, 2007. vol. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.
- _____. *Lei No 10.639/2003*. In: Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.
- _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal na 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 205-229.
- _____. *Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, 2007. Disponível em: <[hht://portal.MEC.gov.br/](http://portal.MEC.gov.br/)>. Acessado em 10 fev. 2010.
- _____. Grupo de Trabalho Interministerial. *Contribuições para a Implementação da lei 10.639/2003: Proposta de plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/03*. Brasília, 2008. Disponível em: <[hht://portal.MEC.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf](http://portal.MEC.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf)>. Acessado em 10 fev. 2010.
- _____. MEC; SEPPPIR. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2009. Disponível em: <[hht://portal.MEC.gov.br/](http://portal.MEC.gov.br/)>. Acessado em 10 fev. 2010.
- BRANDÃO, Ana Paula (Coord.). *Cadernos de textos – saberes e fazeres: modos de ver*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006a. vol. 2. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 22 dez. 2009.
- _____. (Coord.). *Cadernos de textos - saberes e fazeres: modos de sentir*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006b. vol. 2. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 22 dez. 2009.
- _____. (Coord.). *Cadernos de textos - saberes e fazeres: modos de interagir*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006c. vol. 3. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 22 dez. 2009.
- BETTHELHEIM, Charles. A problemática do “Subdesenvolvimento”. In: PERREIRA, Luiz.

- Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973, p. 51-78.
- BLAZETO, Ana Luza. Programa Unipalmars se propaga pelo país. In: *Revista Afirmativa Plural*, ago./set. 2007, p. 44-54.
- BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar – Ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 42-62.
- BOUCHER, Jacques L.; THÉRIAULT, Joseph Yvon. *Petites sociétés et minorités nationales: Enjeux politiques e perspectives comparées*. Québec: PUQ, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris: n. 13, p. 3-43, fev. 1977.
- _____. *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1979a.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les éditions de minuit, 1979b.
- _____. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982a.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982b.
- _____. Les rites d'institution. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: n. 43, p. 58-63, jun.1982c.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983b.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Raison pratique: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.
- _____. *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. 2 ed. Paris: Édition du Seuil, 1998b.
- _____. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revistada. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revistada*. Campinas: Papius, 1998c, p. 11-27.
- _____. *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papius, 2000a.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000b.
- _____. *Contre-feux 2: Pour un mouvement social européen*. Paris: Raisons d'agir, 2001a.
- _____. *Sciences de la science et réflexivité: cours du collège de France 2000-2001*. Paris: Raison d'agir, 2001b.
- _____. Si le monde social m'est supportable, c'est parce que je peux m'indigner. Paris: Éditions de l'aube, 2001c.
- _____. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- _____. *Intervention, 1961-2001: Sciences sociales & action politique*. Marseille: Agone, 2002b.
- _____. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 2002c.
- _____. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- _____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Le métier de sociologue*. 4 ed. Paris: E.H.E.S.S., 1983c.

- _____; et al. *La misère du monde*. Paris: Édition du Seuil, 1993.
- _____; WACQUANT, Loïc. La nouvelle vulgate planétaire. *Le monde diplomatique*, mai 2000, p. 6-7. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2000/05/BOURDIEU/13727>>. Acessado em 1 nov. 2007.
- _____. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 1, 2002, p. 15-33.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 21 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARGO, Célia Reis (Org.). *Experiências inovadoras de educação profissional: memórias em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996-1999)*. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2002.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimesões e desafios*. Campinas: Papyrus, 2003.
- CANET, Raphaël. En quoi *la montée du multiculturalisme* est-elle susceptible de transformer les représentations de la communauté politique et les institutions démocratiques ?. Québec: s.n, 2000. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca>>. Acessado em 20 fev. 2007.
- CASTELLS, Mauel. *O poder da identidade*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, [1996] 1999. vol. 2
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os economicistas e as políticas de ação afirmativa: razões de um posicionamento controverso. *Estudos de sociologia*, Araraquara: FCL – UNESP, ano 12, n. 23, p. 113-133, 2007.
- CHAMPAGNE, Daniel. *Instruments de communication et d'information pour le développement économique communautaire et l'inclusion sociale: Indicateurs et cartographie*. Canada: Le Réseau canadien de DÉC, 2005. Disponível em: <<http://www.ccednet-rcdec.ca>>. Acessado em 1 de jan. 2007.
- CHIANCA, Thamaz et al. *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____. *Mundanças sociais na América latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- _____; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América latina*. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara S.A, 1970.
- CARDOSO, Edson Lopes. Profetas do terror e a distorção da história. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília, ano XII, n. 20, 22 jul. 2007, p. 2.
- CARVALLI-SFORZA, Luca; CARVALLI-SFORZA, Francesco. *Quem somos? História da diversidade humana*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHIAVENATO, Julio J. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Cristina. *Sociologia: Introdução à ciência da sociedade*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: n. 38, p. 38-52, mar. 1994.
- _____. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social: Ver. Sociol. USP*, 13 (1), p. 143-158, maio 2001.
- _____. *Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS IV (COPENE). Brasil negro e suas africanidades: produções e transmissão de conhecimentos. Salvador: UNEB, 13 a 16 set. 2006. – Anais.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS V (COPENE). Pensamento negro e anti-racismo: diferenciações e percursos. Goiânia: UCG, 29 jul. a 01 ago. 2008. – Anais.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1978.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Metodologia afrodescendente de pesquisa. In: *Ethnos Brasil*, ano 6, n. 1, junho de 2009, p. 69-80.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAVI, Darien J.. *Afro-brasileiros hoje*. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- DESLANDES, Suely Ferreira et al. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DOYTCHEVA, Milena. *Le multiculturalisme*. Paris: La Découverte, 2005.
- DUMONT, René; MOTTIN, Marie-France. *Le mal-développement en Amérique latine: Mexique, Colombie, Brésil*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- ENJOLRAS, Bernard. Le nouveau discours normatifs sur la société civile. *Cahiers de l'ARUC-ÉS- Collections Recherche* – n. C-14-2005, p. 2-20, dezembro 2005, p. 2-36. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Escala, [1884].
- FANON, Franz. *Os condenados da Terra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- FAVREAU, Louis; FRECHETTE, Luicie. Développement local et économie solidaire en Amérique latine: des expériences innovatrices. In: *Cahiers de la Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC) – Série Pratiques économiques et sociales*, n. 21, p. 2-23, mai 2002. Disponível em: <<http://uqah.quebec.ca/crdc-geris>>. Acessado em: 13 Out. 2006.
- _____. Théories et stratégies de développement au Sud: itinéraire de 1960 à aujourd'hui. In: *Cahiers de la Chaire de recherche du Canada en développement des collectivités (CRDC) – Série Pratiques économiques et sociales*, n. 32, p. 1-29, janvier 2004 2002. Disponível em: <<http://uqah.quebec.ca/crdc-geris>>. Acessado em: 13 de Out. 2006.
- FERREIRA, Renato; BORBA, Anísio. Mapa das ações afirmativas no ensino superior. Rio de Janeiro: PPCOR/LPP/UERJ, out. 2006. Disponível em: <www.politicasdacor.net/>. Acessado em 28 abr. 2008.
- FERNANDES, Florestan (Org.). *K. Marx, F. Engels, História*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. Vol 1, São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Vol 2, São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, R. Franklin. *Afro-descendente: Identidade em Construção*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Majoria é a favor da adoção de cota racial: Pesquisa Datafolha mostra que a aprovação diminui à medida que cresce a escolaridade e a renda*. São Paulo: Ano 86, n. 28.235, 23 jul.

- 2006.
- FONSECA, Eduardo Giannetti. _____. Crescimento econômico e desenvolvimento. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Temas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992, p. 9-21.
- FONTAN, Jean-Marc; LACHANCE, Éline. Pour une évaluation de cinquième génération, 2005, p. 1-23. Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 de abril de 2006.
- FORSTER, Jacques. Pertence des études du développement à l'ère de la mondialisation. Genève: IUED, 2007, p. 11-19. *Etudes du développement pour demain*. Disponível em: <<http://www.iued.unige.ch>>. Acessado em 25 ago. 2007.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. *Ação pública e economia solidária uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FRESER, Nancy. Reconhecimento sem ética ?. *Lua Nova*, São Paulo: n. 70, p. 101-138, 2007.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e política de desenvolvimento. In: Pereira, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 371-375.
- _____. O subdesenvolvimento revisado. *Economia e Sociedade*, v. 1, p. 5-19, 1992.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal: 2000.
- FRY, Peter. Ciência social e política “racial” no Brasil. In *Racismo I. Revista Usp*, São Paulo : n. 68, p. 180-187, dez./fev. 2005-2006.
- _____. Cor e Estado de Direito no Brasil. In: MÉNDEZ, Juan E. Et al. *Democracia, justiça e injustiça: o Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 207-231.
- FRY, Peter et al.. *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2 ed. Rio de Belo Horizonte: Editora UFMG; Janeiro: IUPERJ, 2005.
- _____. A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais, pobreza no Brasil: 1970/1990. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Temas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992, p. 21-29.
- HANCHARD, Michael. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplo de interpretação equivocada. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 63-96, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. *Mundo em descontrole*. 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2003.
- _____. *Sociologia*. 4 ed. Porto Alegre: Arned, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas S. A., 1996.
- GILROY, Paul. *O atlântico negro: Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34: 2001.

- GENTILI, Pablo; FERREIRA, Renato. 10 mitos sobre cotas. Rio de Janeiro: PPCOR/LPP/UERJ, p. 1-3, jul. 2006. Disponível em: < www.politicasdacor.net/>. Acessado em 28 abr. 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GENDRON, Corinne. Développement durable et économie sociale: convergences et articulations. *Cahiers de l'ARUC-ÉS- Collections Recherche* – n. R-17-2004, p. 1-36, dezembro 2004, p. 2-36. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- GONÇALVES, Luiz Alberto; SILAVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 109-123, jan./jun. 2003.
- GÓIS, João Bosco Hora; DUARTE, Francisco José Mendes. Diversidade Cultural e Responsabilidade Social: a questão de gênero no setor bancário. Trabalho apresentado no XVI Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1587.pdf>. Acessado em 14 jan. 2009.
- GOMES, Joaquim Barbosa. Debate constitucional sobre ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 15-57.
- _____. A recepção do instituto de ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 45-80.
- GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 39-74.
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. (Org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 67-80.
- GONH, Maria. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. De preto a afro-descendente: da cor da pele à categoria científica. In: BARBOSA, Lucia Maria Assunção de et ali. (Org.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003, p. 15-24.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização, 2000. 3 v.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRENIER, Louise. *Connaissances indigènes et recherches: un guide à l'intention des chercheurs*. Ottawa: CRDI, 1998. Disponível em: <[HTTP://www.idrc.ca/openebooks/178-7/](http://www.idrc.ca/openebooks/178-7/)>. Acessado em 21 de jan. 2005.
- GUIMARÃES, A. Sergio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social - Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo: v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.
- _____. *Preconceito e discriminação*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, [1998] 2004.

- _____. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social - Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo: vol. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.
- _____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 75-125.
- GUTTO, Shadrack B. O. Toward a new paradigm for pan-African knowledge production and application in the context of the African Renaissance. In: *International Journal of African Renaissance studies: Multi-, Inter- and Transdisciplinarity*, University of South Africa Press, v. 1, n. 2, p. 306-323, 2006.
- JÜRGEN, Habermas. Lutas pelo reconhecimento no estado democrático constitucional. In: TAYLOR, Charles et al. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto PIAGET, 1998, p. 125-163.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 2001.
- HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, p. 1-43, 2001.
- _____. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: Um balanço do período 2001-2004. Artigo elaborado para o I Workshop da Rede de Estudos de Ação Afirmativ. Rio de Janeiro, 03 a 07 de janeiro de 2005, p. 3-80.
- HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 137-194.
- HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lucia Maria Assunção de; GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO Valter Roberto (Orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003, p. 51-68.
- _____. Ações afirmativas e o debate sobre o racismo no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo: n. 68, p. 9-56, 2006.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.
- _____. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- _____. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004b.
- _____. *O preconceito racial no Brasil*. *Estudos avançados, São Paulo: v.1, n. 1, p. 6-20, jan./abr.2004c*.
- _____. *Raças e classes no Brasil*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliense, 2004d.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004e.
- _____. *Estado e capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, [19989] 2004f.
- _____. *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO ETHOS. *Perfil social, racial e de genero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações*

- afirmativas: pesquisa* 2005. São Paulo: Instituto Ethos, Instituto Ethos, 2006a.
- _____. *O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2006b.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Boletim de Políticas Sociais – acompanhamento e análise, n. 13, edição especial 2007, p. 281-319.
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA: 2002.
- _____. O combate ao racismo e à desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (Org.) et al. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. 2 ed. Brasília: IPEA, 2009, p. 135-170.
- _____. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.
- KAMEL, Ali. *Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: Cultura Acedêmica, 2000.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: 1 v., n. 3, p. 38-50, fev. 1987.
- La Commission mondiale sur l'environnement et le développement (CMED). *Notre avenir à tous - Extrait du "Rapport Brundland"*. Québec: Edition du Fleuve, [1987], p. 51-77. Disponível em: <<http://www.agora21.org/dd.html>>. Acessado em 29 jul. 2008.
- KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano/vol. 22, n. 063, fev. 2007, p. 7-10.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LEAL, Priscila. O lado rebelde da princesa Isabel. In: *Nossa História*, ano 3, n. 31, maio 2006, p. 68-74.
- LE BEL, Pierre-Mathieu et al.. Le portrait des portraits: propositions méthodologiques pour l'élaboration d'un portrait régional de l'économie sociale, 2004. Disponível sur site internet: Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- LÉVESQUE, Benoît. Le développement régional et local, avant et après la mondialisation. In: Conférence prononcée à l'occasion de l'Assemblée générale du Conseil régionale de développement (CRD) des Laurentides, 7 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- _____. "Pour repenser l'économie en vue d'un développement durable, un aperçu de la nouvelle sociologie économique". In: Conférence d'ouverture du colloque du comité de recherche 23, « sociologie de l'environnement et du développement durable » de l'Association internationale de sociologie de langue française (AISLF), à l'Université de Laval les 14-15-16 mai 2002 dans le cadre de 70^e Congrès de l'ACFAS, 2002a. Disponível em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- _____. Les défis de la reconversion à partir de la société civile: ceux d'une gouvernance appropriée, d'une approche systémique et d'une économie sociale et plurielle. In:

- Communication présentée au Colloque international: *Rendez-vous Montréal 2002*, sur les initiatives de reconversion industrielle à partir de la société civile, Université du Québec à Montréal, du 28 au 31 mai 2002, p. 2-24, 2002b . Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- _____. “Pour une démocratie plurielle”. Mémoire déposé à la Consultation sur la réforme des institutions démocratiques par le Centre de recherche sur les innovations sociales dans les entreprises, les syndicats et l'économie sociale (CRISES), le Chantier de l'économie sociale et l'Association des centres locaux de développement du Québec. janvier 2004, p. 1-40. Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 13 abr. 2006.
- LOPES, Carlos. *Cooperação e desenvolvimento humano: A agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: UNESP, 2005.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e agenda de ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo: v. 1,4 n. 41, out. 1999.
- MAGGIE, Yvone; RESENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.). *Raça como retórica: construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MALOMALO, Bas´Ilele. Poder simbólico alternativo e a identidade étnica no Brasil: estudo do Instituto do Negro Padre batista na sua luta pelos direitos de igualdade racial. São Bernardo dos Campos, 2005, p. 280. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião – área concentração Ciências sociais da religião), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo dos Campos.
- _____. Em defesa de uma teoria do desenvolvimento econômico multicultural para análise das políticas de ações afirmativas no Brasil. In: NUPE: *Revista do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão*, n. 1, São Paulo: NUPE, 2007, p. 55-61.
- _____. Um novo quadro teórico para pensar a etnicidade e o desenvolvimento da população negra no Brasil. In: BOLAMA, Nico Antônio (Org.). *Redes de conhecimentos: Novos horizontes para a cooperação Brasil e África*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 55-63.
- _____. L'Etat, le secteur privé, la société civile et le développement de la population noire au Brésil: Un regard critique sur la politique de lutte contre les inégalités raciales durant les gouvernements FHC et Lula (1995-2005). In: XXIII^{ème} Journée du Développement de l'Association Tiers-Monde, Etat Magré tout? Acteurs publics et développement, FUCam – Mons (Belgique), du 14 au 16 mai 2007. 1 CD.
- _____. Multiculturalismo e educação: a contribuição do cientista da religião no debate sobre a inclusão das africanidades no ensino brasileiro. In: *Religião & Cultura: Ensino religioso no Brasil: Balanço, desafios, perspectivas*, vol. VI, n. 11, p. 107-122, jan/jun. 2007.
- MALDAGUE, Michel. *Sciences Du développement et analyse systémique*. Leçon publique donnée à l'occasion du 5^{ème} anniversaire de l'ANSD, Kinshasa, le 16 décembre 2004. Disponível em: <http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales/>. Acessado em 20 set. 2007.
- MANIFESTO EM FAVOR DA LEI DE COTAS E DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. Brasília, 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/1745.pdf>>. Acessado em 5 jul. 2006.
- MANIFESTO ANTICOTAS: Cidadãos anti-racistas contra as leis raciais. Folha de São Paulo, Cotidiano C5, 14 maio 2008.
- MANIFESTO PRÓ-COTAS: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas. Folha de São Paulo, Cotidiano C5, 14 maio 2008.

- MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA E CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS: 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil. Brasília, p. 1-25, 13 maio 2008. Disponível em: <[HTTP://pvnc.site.uol.com.br/manifesto13maio2008STF.pdf](http://pvnc.site.uol.com.br/manifesto13maio2008STF.pdf)>. Acessado em 6 jun. 2008.
- MANN, Peter H.. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnologia*. Lisboa: Pórtico, 1972.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *O capital: edição compactada*. São Paulo: Centauro, 2005.
- _____; Engels, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MÉSZÁROS, Isteván. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O século XXI: o socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIRANDA, Carlos José. O que existe é abismo entre classes sociais. Publicado em 23 março 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=6142>. Acessado em 10 de abril 2009.
- MOORE, Carlos. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas: Gênese das das políticas públicas de ações afirmativas e questões afins. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 313-341.
- _____. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.
- _____. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- _____. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- _____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MOHER, Jennifer L. Conclusion: Programme de recherche sur la réforme des politiques sociales. In: MORALES-GOMEZ et al. *La réforme des politiques sociales: Évolution et des perspectives du développement humain durable*. Ottawa: CRDI, 1999. Disponível em: <www.idrc.ca>. Acessado em: 22 dez. 2005.
- MOISÉS, José Álvaro. “Diversidade e Desenvolvimento nas Américas”. *Palmares em ação*, ano I, n. 2, p. 40-55, out./dez. 2002.
- MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade: A reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: EDUFRN, 1999a.
- _____. *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*. Paris: Unesco, 1999b. Disponível em: <agora21@emse.fr>. Acessado em 23 nov. 2007.
- _____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2001.
- _____. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Seuil, 2005.

- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, Carlos et al.. *Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: 1998, p. 43-65. (Estudo & Pesquisa).
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Prefácio. In: D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- _____. A identidade negra no contexto da globalização. In: ETHOS BRASIL. Ano I – n. 1 – março 2002, p. 11-20.
- _____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004, p. 17-3.
- _____. Políticas de ações afirmativas em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 117-127.
- _____. Algumas considerações sobre “raça”, ações afirmativas e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. In *Racismo I*. *Revista Usp*, São Paulo: p. 46-57, n. 68, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- MUNANGA, Kabengele; NILMA, Lino Gomes. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Ação Educativa, 2006.
- MYERS, Aaron. O valor da diversidade racial nas empresas. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, p. 483-515.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionista*. São Paulo: Publifolha, [1883] 2000.
- NAHÓN, Cecilia; ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez; SCHORR, Martín. El pensamiento latinoamericano en el campo del desarrollo del subdesarrollo: trayectoria, rupturas y continuidades. In: V.V.A.A, *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: FLACSO, 2006, p. 327-388.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.
- NASCIMENTO, Alexandre do. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ações afirmativas: o movimento dos cursinhos pré-vestibulares populares. Anais do II Seminário Nacional. *Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, 2007, p. 33.
- NEUMANN, Tramujas Vasconcellos; NEUMANN, Rogério Arns. *Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário*. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tantos preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- NORTH, Douglas. *Institutions, institutional change and economic performance*. Washington: Cambridge University Press, 1990.
- NTUMBA, Tshamalenga. *Langage et intérêt. Prolégomènes à une philosophie Du développement*. In: *Philosophie africaine et développement*. Actes de la 8ème semaine philosophique de kinshasa, vol. 1, n. 2, 1983, p. 9.
- ORGANISATION DES NATIONS UNIES (ONU). *Commission Mondiale sur l'environnement et le développement. Notre Avenir à Tous – Rapport Brundtland*. [Paris] ONU, 1987. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Rapport_Brundtland_-2_>. Acessado em 04 dez. 2007.

- OTH, Valère. “Desenvolvimento: Indicadores e tentativa de avaliação”. *Revista de Geografia*. São Paulo: v. 14, p. 79-114, 1997.
- PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Crítica da Razão Culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005a. Tese de Doutorado.
- _____. Nada Haver ou Tudo a Ver ? Diálogo entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil. Trabalho apresentado na Ia Confência Internacional da Rede de estudos de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro, 3 a 7 de janeiro de 2005b. Universidade Candido Mendes, Ipanema, p. 299-324, 2005b.
- _____. *Manifesto anti-racista: Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A/LPP/UERJ, 2006a.
- _____. O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento. *Observatório da Cidadania*, p. 59-70, 2006b. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/>>. Acessado em: 14 jul. 2006.
- _____. Querelas do Brasil: contextos, contendas e conteúdos dos dez anos de Observatório da Cidadania. In: Observatório da Cidadania - Relatório 2007. *Dignidade e direitos. Seguridade social como direito universal*. Rio de Janeiro: IBASE, 2007, p. 1-122. 1 CD-ROM.
- PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Org.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2007-2008*. Rio de Janeiro: Gramond, Laeser, 2008.
- PAIVA, Vanilda. Novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. *Educação e Sociedade*, n. 45, p. 309-326, ago.1993.
- PERREIRA, Luiz. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- PETRUCCELLI, José Luis. Quanto anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes. Rio de Janeiro: LPP/PPCOR, jun. 2006. Disponível em: <www.politicasdacor.net/>. Acessado em: 28 abr. 2008.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 12 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.
- PFISTER, Bárbara. Stratégies intégrées d’insertion en emploi de personnes vivant en logement social: Analyse d’expériences nord-américaines et françaises – Rapport synthèse, 2001. Disponível em: <<http://www.aruces.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.
- PINTO, Carlos Fredes et al. *Curso de economia: Elementos de teoria econômica*. 9 ed. Rio de Janeiro: Unilivros, 1983.
- PIRES, Antônio Liberac Cardoso. *As associações dos homens de cor e a imprensa negra paulista: Movimentos negros, cultura e política no Brasil repúblicano (1915 a 1945)*. Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana Ltda, 2006.
- POCHMANN, Márcio (Org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- POCHMANN, Márcio et al. (Org.). *Os ricos no Brasil*. 3 v. São Paulo: Cortez, 2004.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNART, Joselyne. *Teorias da etnicidade; seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRANDI, Reginaldo. Raça e religião. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 42, p.113-129, jul.

- 1995.
- _____. Religião, biografia e conversão: escolhas religiosas e mudanças da religião. *Trabalho apresentado nas IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, Rio de Janeiro, IFCS/UFCS, 21 a 24 de set. 1999.
- _____. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados* 18 (52), p. 223-238, 2004.
- POPPER, Karl. *Société ouvrière et ses ennemies: Hegel et Marx*. Paris: Seuil, 1975.
- POCHMANN, Márcio et al. (Org.). *Os ricos no Brasil*. 3 v. São Paulo: Cortez, 2004.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acessado em 15 jun 2008.
- _____. Relatório do Desenvolvimento Humano – Brasil 2005. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acessado em: 15 dez. 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- _____. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- RAMOS, Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.
- _____. Introdução crítica à sociologia brasileira. *Rio de Janeiro: Editora UFRJ*, 1995.
- _____. A redução sociológica. *Rio de Janeiro: Editora UFRJ*, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2008.
- _____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. São Paulo: Vozes, 1978.
- QUEIROZ, Delece Mascarenhas; SANTOS, Jocélio. Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 717-737, out. 2006. Disponível em: <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acessado em 28 out. 2007.
- ROMÃO, Jeruse. O impacto da Lei 10.639 para o desenvolvimento nacional. *Irohìn*. Brasília: ano X, n. 12, p. 19, ago-set. 2005.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Les étapes de la croissance économique*. Paris: Éditions du Seuil, [1960] 1963.
- SACHS, Ignacy (Coord.). *Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SAILLANT, Francine. Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do movimento negro no Brasil. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 197-226.
- SANT'ANNA, Wania. Para além da primeira página – O que o Jornal Nacional e a Folha de S. Paulo omitiram e o que Instituto Datafolha investigou. *Irohìn*. Brasília: ano XI, n. 17, p. 3-6, jun-jul. 2006.
- _____. *Marco conceitual do projeto A cor da Cultura*. Rio de Janeiro: s. n., 2006. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.
- SANTOS, Helio. *A busca de um caminho para o Brasil: trilha do círculo vicioso*. São Paulo: SENAC, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: as tensões da modernidade ocidental. In: ____ (Org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, p. 429-458.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Publicado em Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso*

- sobre as ciências" revisitado. Porto: Afrontamento, 2003b. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/pt/artigos.htm>>. Acessado 2 set. 2007.
- _____. *Nuestra América: Reiventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución*. Chiapas, 2001, p. 1-30. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/pt/artigos.htm>>. Acessado 2 set. 2007.
- _____. Justiça social e justiça histórica. Publicado em 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.acoes.ufscar.br/>>. Acessado em 31 ago. 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25-66.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica no mundo. Publicado em Boaventura de Sousa Santos (Org.). *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/pt/artigos.htm>>. Acessado em 2 set. 2007.
- SANTOS, Ivair Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do conselho de participação e do desenvolvimento da comunidade negra do governo de São Paulo*. São Paulo: s.n., 2006.
- SANTOS, Teles dos. De Armadilhas, Convicções e Dissensões: As Relações Raciais como Efeito Orloff. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, p. 167-187, 2002.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Invenção do ser: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ; Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio e Janeiro: DP & A, 2003.
- SCHNURR, Jamie; HOLTZ, Susan. *Le défi de l'intégration: pour des politiques convergentes*. Ottawa: Centre de recherches pour le développement international, 1999. Disponível em: <www.idrc.ca>. Acessado em: 22 dez. 2005.
- SERGEI, Soares. A demografia da cor: A composição a população brasileira de 1890 a 2009. In: THEODORO, Mário (Org.) et al.. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. 2 ed. Brasília: IPEA, 2009, p. 101-121.
- SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Cidinha da (Org.). *Ações afirmativas em educação: Experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003.
- SILVA, Jorge da. Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder. In: VOGEL, Arno (Org.). *Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas de necessidades especiais*. São Paulo: UNESP; Brasília: FLSCO do Brasil, 2001.
- SILVA JUNIOR, Hédio. *Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais, doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- SECRETARIA de promoção de políticas de igualdade racial (SEPPPIR). *Relatório de atividades de 2004*. Brasília: SEPPPIR, 2004. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/sepppir/> Acesso em 13 de dezembro de 2005.
- _____. *Relatório de atividades de 2005*. Brasília: SEPPPIR, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/sepppir/> Acesso em 13 de dezembro de 2005.

- _____. *Relatório de atividades de 2003-2006*. Brasília: SEPPIR, 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seppir/> Acesso em 07 fev. 2010.
- _____. *Relatório de avaliação plano plurianual 2008-2011: Exercício 2009; Ano base 2008*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seppir/> Acesso em 07 fev. 2010.
- _____. *Programa Brasil Quilombola: Relatório de gestão*. Brasília 2008: SEPPIR, 2009. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seppir/> Acesso em 13 maio 2009.
- SILVA, Maria Palmira de. O alcance político dos movimentos sociais de combate ao racismo no Brasil. In: BARBOSA, Lucia Maria Assunção de et al. (Orgs.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003, p. 109-121.
- SILVA, Antonio Aparecido de (Org.). *Existe um pensar teológico negro?*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. *Consciência negra em cartaz*. Brasília, Universidade de Brasília, 2001.
- SILVA, Osvaldo José da. Negritude: uma questão de consciência. In: SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004, p. 28-41.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Projeto para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2 ed. Brasília, MEC/SECAD, 2005, p. 155-172.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contexto racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 57-77.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contexto racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 57-77.
- SPINK, Petre Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construtivista. In: *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano (Org.). *Encontro e solidariedade: Igreja Católica e Religiões Afro-brasileiras no período de 1955 a 1995*. São Paulo: Atabaque, 2000.
- _____. *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Teorias, Conceitos e Desenvolvimento da Pesquisa Acadêmica no Brasil. In: SOUZA, Eliana Maria de Mello et al. *Teoria e prática nas Ciências Sociais*. Araraquara: Unesp, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.
- SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. RBCS, vol. 19, n. 54, fev. 2005, p. 8096.
- _____. Raça ou classe ? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, p. 43-69, 2005.
- _____. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES (UNIPALMARES). [SÃO PAULO]: [s.n.], [2009?], 16 f. Portfólio, color.

- TAGUIEFF, Pierre-André. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Éditions La Découverte, 1987.
- _____. *La face au racisme: Les moyens d'agir*. Tome 1. Paris: Éditions La Découverte, 1991a.
- _____. *La face au racisme: Analyses, hypothèses, perspectives*. Tome 1. Paris: Éditions La Découverte, 1991b.
- TAYLOR, Charles et al. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto PIAGET, 1998.
- TEIXEIRA, Moema Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- TEMPO EM CURSO: Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Ano II; Vol. 2; no 1, Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.laeser.ie.ufrj.br/>>. Acessado em 03 fev. 2010.
- THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. 2 ed. Brasília: IPEA, 2008.
- _____. Pequeno Balanço de 2005: O maior corte de recursos foi justamente no único programa finalístico para negros: o “Brasil Quilombola”. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília: ano XI, n. 14, dez. 2005/jan. 2006, p. 4.
- _____. E a Ação? Uma política de promoção da igualdade racial precisa de metas quantificáveis, recursos financeiros e da ação coordenada das esferas de governo. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília: ano XII, n. 20, 27 jul. 2007, p. 4.
- _____. O orçamento 2006 – Alguns números. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília: ano XII, n. 22, março 2008, p. 3.
- _____. Orçamento: O dinheiro e a necessária da política de igualdade racial. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília, n. 10, [2006?], 2 folhas. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/imp/n10/11.htm>>. Acessado em 14 jul. 2009.
- _____. Para se ter desenvolvimento com igualdade, é preciso enfrentar a questão racial. *Irohin – Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros*. Brasília, n. 21, 2007, 4 folhas. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=21&id=144>>. Acessado em 30 jul. 2008.
- THOMAS, Vinod et al. *A qualidade do crescimento*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TORRES, Carlos Alberto. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TOYE, Michael; INFANTI, Jennifer. *L'inclusion sociale et le développement économique communautaire: Recension des écrits*. Canada: Le Réseau canadien de DÉC, 2004. Disponível em: <<http://www.ccednet-rcdec.ca>>. Acessado em: 1 de jan. 2007.
- TREECE, Davi. Linguagem, música e estética negra. In: *Ethnos Brasil*, ano 2, n. 3, março 2003, p. 51-66.
- VEIGA, José Eli da. O prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/livros.htm>>. Acessado em 29 jul. 2008.
- VEIRA, Lúcia Benedito. A produção da desigualdade no ensino superior brasileiro: Um estudo de caso. Trabalho apresentado no Seminário *Políticas públicas, Desenvolvimento econômico e relações raciais no século XXI*. Araraquara: UNESP-FCL, 13 out. 2008, p. 1-22.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São

- Paulo: Record, 2001.
- VIVARTA, Veet. *Que país é este?: pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.
- WAUTELET, Jean-Marie. Population et politiques de développement. In: Symposium International. *Les stratégies des populations et les stratégies de développement: convergences ou divergences*. IFRPDS, UCAD, 24 au 26 juillet 2006. Disponível em: <<http://www.uclouvain.be/6915.html>>. Acessado em 04 fev. 2004.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12 ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997.
- _____. *Economia e sociedade: Fundamento da sociologia compreensiva*. São Paulo: UnB, 2004a. v. 1.
- _____. *Economia e sociedade: Fundamento da sociologia compreensiva*. São Paulo: UnB, 2004b. v.2.
- _____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004c.
- WEBSTER, Andrew. *Introduction to the sociology of development*. 2 ed. London: Macmillan Education Ltd, 1990.

DOCUMENTOS E SITES DA INTERNET

- A COR DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 04 março 2009.
- BANCO ITAÚ. *Programa de Capacitação de Afrodescendentes - Estagiários - Áreas de Negócios*. Disponível em: <http://ww2.itaubanco.com.br/carreira/geral/programa_afro.asp>. Acessado em 28 fev. 2009.
- _____. *Ações Diversidade*. Disponível em: <<http://ww2.itaubanco.com.br/socioambiental/publico/comunidades/diversidade.htm>>. Acessado em 28 fev. 2009.
- _____. *Programa de Diversidade Corporativa*. In: BM & BOVESPA. *Em boa companhia: Projetos de responsabilidade social das empresas*. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=42&CodProj=145>>. Acessado em 01 jul. 2009.
- _____. *Relatório Anual 2005 Itaú*. Disponível em: <<http://ww13.itaubanco.com.br/itauusa/HTML/pt-BR/download/rao/ra311206.pdf>>. Acessado em 14 jan 2010.
- _____. *Relatório Anual Itaú Sustentabilidade 2008*. Disponível em: <<http://www.itaubanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/investimentos-sociais/#social>>. Acessado em 14 jan 2010.
- _____. *Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas 3º Trimestre de 2009*. Disponível em: <http://ww13.itaubanco.com.br/PortalRI/HTML/port/inf FINAN/demon/Dcc_e_MDA/df300909/IRR300909.pdf>. Acessado em 14 jan 2010.
- _____. *Programa de Diversidade Corporativa – Programa de Capacitação de Afrodescendentes*. Disponível em: <http://www.felaban.com/memorias_congresso_clade_2008/maricibecherer.pdf>. Acessado em 28 fev. 2009.
- _____. *Diálogo Itaú de Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-269.pdf>>. Acessado em 28 de fev. 2009.
- BIAZETO, Ana Luiza. Programa Unipalmarenses se propaga pelo país. *Revista Afirmativa Plural*, Agosto/Setembro 2007, p. 45-54. Disponível em: <<http://www.afrobras.org.br/pdf-afirmativa/20-05.pdf>>. Acessado em 18 jan 2010.

- CANAL FUTURA. Disponível em: <http://www.futura.org.br/main.asp>. Acessado em 11 fev. 2010.
- CENTRO BRASILEIRO de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN). Disponível em: <http://www.cidan.org.br/site/>. Acessado em 11 fev. 2010.
- CHANTIER DE L'ÉCONOMIE SOCIALE. Économie sociale. Disponível em: <http://www.aruc-es.uqam.ca>. Acessado em 10 jun. 2007.
- DIVERSIDADE GLOBAL. *Inclusão do negro*. (Disponível em: <http://www.diversidadeglobal.com/cat.asp?iDCat=2>). Acessado em 20 nov. 2009).
- ESTADÃO DE HOJE. *Universidades beneficiaram 40 mil pelo sistema de cotas*. Estadão de hoje, 27 jan. 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080127/not_imp115693,0.php. Acessado em 07 jan. 2010.
- EDUCAÇÃO e cidadania para afrodescendentes e carentes (EDUCAFRO). Disponível em: <http://www.educafro.org.br/>. Acessado em 15 jul. 2007.
- FACULDADE CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES (Unipalmares). (Disponível em: <http://www2.zumbidospalmars.edu.br/>). Acessado em 12 de jan. 2010.
- FACULDADE CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES (Unipalmares). Disponível em: http://www2.zumbidospalmars.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57&Itemid=88. Acessado em 06 jul. 2009.
- FORUM INTERINSTITUCIONAL EM DEFESA DA POLITICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS. Lei de cotas para as universidades é declarada constitucional. Disponível em: <http://www.acoes.ufscar.br/>. Acessado em 10 jan. 2009.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (FRM). Disponível em: <http://www.frm.org.br/>. Acessado em 10 fev. 2010.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Quilombo. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/>. Acessado em 23 jul. 2008.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/>. Acessado em 4 fev. 2010).
- INSTITUTO NACIONAL De Colonização e Reforma Agrária (INGRA). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Acessado em 03 de fev. 2010.
- GLOBO. IDH do Brasil melhora, e país ocupa a 75ª posição em ranking. Publicado em 05 out. 2009. Disponível em: <http://gl.globo.com/Noticias/Brasil/>. Acessado em 03 fev. 2010.
- KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. Avaliação do programa cor da cultura: relatório final. Rio de Janeiro: Innova: Assessoria e pesquisa, 2008. 25 Slides, color. Slides gerados a partir do Software Power Point. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acessado em 4 março 2009.
- MATIAS, Antonio. *Sustentabilidade*. 21 Slides, color. Slides gerados a partir do Software Power Point. Disponível em: ww13.itau.com.br/itauasa/html/pt-BR/.../Fundação_Itaú_Social.ppt. Acessado em 02 jul. 2009.
- MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/>. Acessado em 30 jul. 2009.
- ORDEM dos advogados do Brasil. *Capacitação de recursos para o Terceiro Setor: Aspectos jurídicos*. Disponível em: http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/terceiro_setor/cartilhas/captacaoderecursos.pdf. Acessado em 10 abril 2009.
- _____. “Os _____ e _____ OSCIP”. Disponível em: http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/terceiro_setor/cartilhas/captacaoderecursos

- s.pdf>. Acessado em 10 abril 2009.
- O ESTADO DE S. PAULO. *Na Unifesp, cotistas têm desempenho igual ao dos demais*. O Estado de S. Paulo, 21/12/2005. Disponível em:<<http://aprendiz.uol.com.br/content/vukucrishi.mmp>>. Acessado em 07 de jan. 2010.
- QUANTO VALE OU É POR QUILO. Filme de Sérgio Bianchin. Disponível em:<<http://www.quantovaleoueporquilo.com.br>>. Acessado em 4 jul. 2009.
- PETROBRAS. Disponível em:< <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>. Acessado em 11 fev. 2010.
- PETROBRAS. Blog. Disponível em:< <http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados/?p=3847>>. Acessado em 9 fev. 2010.
- PETROBRAS. Disponível em:< <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/index.asp&lang=pt&area=rsa>>. Acessado em 11 fev. 2010.
- PROGRAMA DO COMBATE ao Racismo Institucional (PCRI). Sociedade Civil. Disponível em:<http://www.combateoracismoinstitucional.com/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=115>. Acessado em 04 de março de 2008.
- PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI). adaptado pelo autor. Fonte: SISPROUNI 08/07/2009. Disponível em:<<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acessado em 4 de janeiro de 2010.
- RÉSEAU CANADIEN du Développement Économique Communautaire (RCDÉC): Disponível em:< <http://www.ccednet-rcdec.ca/fr/pages/join.asp>>. Acessado em 10 jun. 2007.
- SABRINA, Adriana. *Programa de Diversidade Corporativa* [Mensagem pessoal] De: Adriana.Sanabria@itau.com.br. Mensagem recebido por bmalomalo@yahoo.com.br em 18 dez. 2006.
- SECRETARIA ESPECIAL de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR). Disponível em:< http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/>. Acessado em 07 de fev. 2010.
- SOS RACISMO. Disponível em:<<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem>>. Acessado em 10 jan. 2009.
- SOCIEDADE AFRO-BRASILEIRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL (AFROBRAS) (disponível em:< http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>. Acessado em 06 jul. 2009.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recursos sobre sistema de cotas, restituição do ICMS e contribuições têm repercussão geral conhecida. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=113534>>. Acessado em 22 set. 2009.
- UNIVERSIDADE CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES (Unipalmars). Disponível em: http://www.unipalmars.edu.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=563&pop=1&page=0&Itemid=34. Acessado em 26 de fev. 2009.
- UNIVERSIDADE CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES (Unipalmars). Disponível em:<<http://www.unipalmars.edu.br>>. Acessado em 26 fev. 2009.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)